

Mobilar o Estado.

**A encomenda pública de mobiliário e o seu contributo para a indústria nacional
(1940-1974).**

Sofia Isabel Plácido dos Santos Diniz

**Tese de Doutoramento em História,
especialidade de História Contemporânea**

VOL. I

Fevereiro 2022

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia,
referência SFRH/BD/93006/2013

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Sofia Diniz

Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Paula Fernandes de Rollo

Lisboa, 15 de fevereiro de 2022

Agradecimentos

Uma década separa o início da investigação sobre os móveis e a apresentação desta tese, mas na verdade este tópico já havia surgido vários anos antes. A referência casual a uma comissão que teria existido na DGEMN, dedicada ao estudo e aquisição de mobiliário, foi permanecendo no meu imaginário – num serviço inteiramente dedicado ao estudo e inventariação do património edificado, como era o SIPA naquela altura, uma menção como esta era, no mínimo, exótica, mas bastante atrativa e intrigante. Mal sabia eu que, uns anos depois, essa mesma comissão passaria a ser o meu objeto de estudo.

Por isso, o meu profundo e sincero agradecimento ao Arquiteto João Paulo Martins por me ter introduzido neste mundo incrível dos móveis, tema inédito e desafiante, e onde encontrei a minha zona de conforto. À Prof. Fernanda Rollo que, sem qualquer hesitação, aceitou a orientação desta tese e compreendeu a sua importância. E à Fundação para a Ciência e Tecnologia que a tornou possível com a atribuição de uma bolsa.

Estando a DGEMN no centro deste trabalho, não posso deixar de reconhecer o apoio de todos os meus colegas do Forte de Sacavém e às várias chefias que o serviço foi conhecendo ao longo deste projeto – ao Dr. João Vieira, que permitiu que o SIPA fosse a minha instituição de acolhimento para o doutoramento; à Dr.^a Deolinda Folgado que possibilitou a permanência no arquivo em horários alargados; e finalmente à Dr.^a Paula Figueiredo que viabilizou o acesso à documentação em momentos bastante difíceis para o próprio serviço. À Dr.^a Eugénia Costa, que foi a primeira pessoa que me falou sobre a CAM, ao Dr. João Nuno Reis e à Dr.^a Cátia Martins, arquivistas do SIPA, à Dr.^a Conceição Serôdio, do Museu de Cerâmica de Sacavém, à Dr.^a Mafalda Antunes, da biblioteca do INIAV, e à Dr.^a Catarina Cândido do Arquivo de Ciência e Tecnologia, muito obrigada pela disponibilidade e colaboração. À Ana Alves de Sousa, sempre uma grande entusiasta desta pesquisa, que me apresentou ao Dr. Francisco Godinho, ao Eng.^o José Caniça por se ter disponibilizado a partilhar a sua experiência profissional, e ao José Martins Bom por ter intermediado o contacto com a SELDEX, numa incrível coincidência. Ao Nuno Caniça, membro honorário dos *Móveis Modernos*, pela execução de alguns elementos gráficos.

À Rita Vale, à Teresa Camara, à Cláudia Morgado, ao Tiago Lourenço, à Teresa Fernandes, e à D. Conceição Dinis, colegas que se transformaram em amigos, pela ajuda e incentivo constantes.

A todos os amigos que me deixaram partilhar, vezes sem conta, os desafios e as angústias que acompanharam este projeto, em especial à Luísa Oliveira, à Marta Vitorino, à Sónia Carvalho, à Inês Pinto Coelho, à Isabel Almeida, à Silvana Roque de Oliveira, à Luisa Seixas, à Inês Castaño, ao Filipe Silva e ao Adolfo Cueto, muito obrigada pelo vosso tempo, paciência e permanente encorajamento. E à Filomena Bandeira, cujo pensamento, sempre crítico, foi decisivo em momentos de dúvida.

E à minha família pelo seu apoio incondicional, sem o qual este caminho teria sido bem mais difícil de percorrer.

Mobilar o Estado.

A encomenda pública de mobiliário e o seu contributo para a indústria nacional (1940-1974).

Sofia Isabel Plácido dos Santos Diniz

PALAVRAS-CHAVE: Mobiliário, serviços públicos, design, indústria

A Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM), estrutura de carácter eventual criada no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1940, foi o primeiro organismo inteiramente dedicado ao estudo e aquisição de mobiliário e equipamento fixo para edifícios públicos. A DGEMN, enquanto serviço da administração central responsável pelo estudo, projeto e construção de edifícios públicos por todo o país, entendeu necessária a concentração numa só estrutura de tudo o que ao mobiliário, decoração e equipamentos fixos dissesse respeito. A CAM, que devia intervir apenas em construções de raiz ou em edifícios profundamente remodelados, surgiu como uma referência para os restantes departamentos e serviços, dentro e fora do organograma da DGEMN, procurando definir e agilizar procedimentos, desenvolvendo ferramentas e recursos que garantissem o “*respeito e a disciplina*” que devia ser vivido e sentido nos serviços públicos.

Não obstante a sua pertinência, intensa e longa atividade (foi extinta apenas em 1980), esta comissão não foi o único agente neste quadro de responsabilidades, mesmo no seio da DGEMN. Outras entidades, como a Delegação das Novas Instalações para Serviço Públicos (DNISP), a Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA) e os serviços regionais, tiveram intervenções nos edifícios sob sua administração, definindo os seus interiores e procedendo à aquisição do seu mobiliário e equipamento fixo.

Nesse sentido, conhecer o mais aprofundadamente possível cada um destes intervenientes, e algumas das suas obras, será essencial para compreender como o Estado, através da DGEMN, se posicionou neste plano e quais os fatores que conformaram eventuais decisões, definindo a sua prática. A análise destes processos dará a conhecer também novos protagonistas – públicos e privados, individuais e coletivos – com relevância para esta área de estudo, destacando certos autores que permaneceram anónimos e que importa, por isso, valorizar.

Por outro lado, a encomenda oficial, pela sua dimensão e escala, terá certamente influenciado a produção industrial de mobiliário, mas os exatos contornos dessa

transferência permanecem por clarificar. Nesse sentido, o estudo dos processos de aquisição e fornecimento de mobiliário para edifícios públicos poderá contribuir para um melhor conhecimento sobre este setor da indústria nacional, identificando os principais participantes, registrando a capacidade de resposta dos fabricantes adjudicatários, os seus produtos e meios de produção, mas também as suas fragilidades e idiossincrasias. Na impossibilidade de empreender recolhas quantitativas, estes processos dão acesso a uma dimensão qualitativa igualmente enriquecedora e relevante.

Conhecer os interiores dos edifícios públicos, os objetos que os compõem, os seus processos de aquisição e os seus protagonistas, é da maior importância para a história do design, das instituições e da indústria de mobiliário, mas também para a salvaguarda e patrimonialização daquela cultura material.

To Furnish the State.

The public commission of furniture and its contribution to the national industry (1940-1974).

Sofia Isabel Plácido dos Santos Diniz

KEYWORDS: Furniture, public services, design, industry

The Commission for the Acquisition of Furniture (CAM), an entity created within the scope of the Directorate-General for National Buildings and Monuments (DGEMN) in 1940, was the first structure entirely dedicated to the study and acquisition of furniture and fixed equipment for public buildings. The DGEMN, as a service of the central administration responsible for the study, design and construction of public buildings throughout the country, considered it necessary to concentrate in a single structure everything related to furniture, decoration and fixed equipment. The Commission, which should only intervene in new constructions or in profoundly remodelled buildings, emerged as a reference for the other departments and services, inside and outside the Directorate-General, seeking to define and streamline procedures, developing tools and resources that guarantee the “respect and discipline” that should be lived and felt in public services.

Despite its relevance and intense and long-term activity (it was active until 1980), this Commission was not the only agent in this framework of responsibilities, even within the DGEMN. Other entities, such as the Delegation for New Installations for Public Services (DNISP), the Delegation for the Works of Jail Buildings, the Republican, Fiscal and Customs Guards (DOECGRFA) and the regional services, had interventions in the buildings under their administration, defining its interiors and proceeding with the acquisition of its furniture and fixed equipment.

In this sense, knowing as profoundly as possible each of these actors and some of their works will be decisive to understand how the State, through the DGEMN, positioned itself in this plan and what factors shaped eventual decisions, defining its practice. The analysis of these processes will also reveal new protagonists – public and private, individual and collective – with relevance to this area of study, emphasising some authors who remained anonymous and who are therefore crucial to value.

On the other hand, due to its size and scale, the commissions by public officials undoubtedly influenced the industrial production of furniture. Still, the exact contours of this transfer remain to be clarified. In this sense, the analysis of the procurement and supply of furniture for public buildings may contribute to a better understanding of this

sector of the national industry, identifying the main participants, recording the response capacity of the contracted manufacturers, their products and means of production, but also its weaknesses and shortcomings. In the impossibility of undertaking quantitative data, these processes give access to an equally enriching and relevant qualitative dimension.

Knowing the interiors of public buildings, the objects that compose them, their acquisition processes and their protagonists are of the utmost importance for the history of design, the institutions, the furniture industry, but also for the preservation of that material culture.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PROBLEMÁTICA	1
METODOLOGIA	8
ESTADO DA ARTE	13
ESTRUTURA	26
I PARTE	29
1.	30
UMA PRÁTICA DISPERSA	30
UM UNIVERSO POR FIXAR	30
1.1 MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES	38
1.1.1 CONSTRUÇÕES ESCOLARES	43
1.1.2 CONSTRUÇÕES HOSPITALARES	46
1.1.3 CONSTRUÇÕES PRISIONAIS	52
1.1.4 CONSTRUÇÕES MILITARES	55
1.2 DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS	57
1.3 DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	64
2.	67
UMA PRÁTICA CONCENTRADA, PARA APLICAÇÃO GENÉRICA	67
2.1 COMISSÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO	69
2.1.1 VOGAIS E FUNCIONÁRIOS – ENGENHEIROS, ARQUITETOS E DECORADORES	80
2.1.2 FUNCIONAMENTO	88
2.1.3 FINANCIAMENTO	94
2.1.4 PROCEDIMENTOS	98
2.1.5 MOBILIÁRIO-TIPO E NORMALIZAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS	104
2.2.1 ESTAÇÃO AGRONÓMICA NACIONAL (SACAVÉM)	112
2.2.2 INSTITUTO DE ODIVELAS	122
2.2.3 ESTAÇÃO DE FOMENTO PECUÁRIO DO SUL (ALTER DO CHÃO)	130
2.2.4 LABORATÓRIO DO SERVIÇO DE FOMENTO MINEIRO (DELEGAÇÃO SÃO MAMEDE INFESTA, PORTO)	137
2.2.5 POUSADA DE SÃO TEOTÓNIO (VALENÇA DO MINHO)	146
3.	158
UMA PRÁTICA CONCENTRADA, PARA APLICAÇÃO ESPECÍFICA	158
3.1. DELEGAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS	160
3.1.1 JOSÉ LUÍS DA CRUZ AMORIM	168
3.1.2 INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL (LISBOA)	176

3.1.3 LABORATÓRIO DE FÍSICA E ENERGIA NUCLEARES (SACAVÉM)	191
3.1.4 ESTAÇÃO AGRONÓMICA NACIONAL (OEIRAS)	197
3.1.5 BIBLIOTECA NACIONAL (LISBOA)	204
3.1.6 PALÁCIO DE JUSTIÇA DE LISBOA	228
3.2 DELEGAÇÃO NAS OBRAS DE EDIFÍCIOS DE CADEIAS, DAS GUARDAS REPUBLICANA E FISCAL E DAS ALFÂNDEGAS	238
3.2.1 PALÁCIO DE JUSTIÇA DO PORTO	246
4.	254
UMA PRÁTICA GENÉRICA, PARA UMA APLICAÇÃO ESPECÍFICA	254
4.1 SERVIÇOS REGIONAIS	254
4.1.1 MESSE DE OFICIAIS DE PEDROUÇOS	257
II PARTE	265
1.	266
UMA PRÁTICA POSSÍVEL	266
1.1 INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO: CAPACIDADE E RESPOSTAS	278
1.1.1 CADERNOS DE ENCARGOS	288
1.2 MÓVEIS OLAIO	295
1.3 METALÚRGICA MARTINS E IRMÃOS TEIXEIRAS / METALÚRGICA DA LONGRA	302
1.4 SELDEX - SEEL	309
CONSIDERAÇÕES FINAIS	315
ARQUIVOS E FUNDOS	321
BIBLIOGRAFIA	322

ABREVIATURAS

AHBNP – Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional de Portugal

AIP – Associação Industrial Portuguesa

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

AMO – Arquivo Municipal de Oeiras

CAM – Comissão para a Aquisição de Mobiliário

CANIE – Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército

CANIFA – Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas

CAPOCUC – Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

CCH – Comissão de Construções Hospitalares

CCP – Comissão das Construções Prisionais

CSOP – Conselho Superior de Obras Públicas

DESA – Delegação dos Edifícios de Segurança e das Alfândegas

DG – Diário do Governo

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC/SIPA – Direcção-Geral do Património Cultural/Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

DGSU – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

DMO – Dias da Memória da Olaio

DNISP – Delegação para as Novas Instalações de Serviços Públicos

DOCEP – Delegação das Obras para a Construção de Escolas Primárias

DOECGRFA – Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana, Fiscal e das Alfândegas

DREL – Direcção Regional de Edifícios de Lisboa

DREMN – Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais

DSARH – Direção de Serviços Administrativos e Recursos Humanos

DSMN – Direção de Serviços dos Monumentos Nacionais

EAN – Estação Agronómica Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FOC – Fábrica Osório de Castro

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares

IMT – Instituto de Medicina Tropical

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

INII – Instituto Nacional de Investigação Industrial

IO – Instituto de Odivelas

JCETS – Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário

JEN – Junta de Energia Nuclear

LFEN - Laboratório de Física e Energia Nucleares

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LNEG – Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia

LNETI - Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

MOP – Ministério das Obras Públicas

PT – Portugal

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

REE – Repartição de Estudos de Edifícios

SFM – Serviço de Fomento Mineiro

SNI – Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPO – Serviço de Projeto e Obras

INTRODUÇÃO

Problemática

A encomenda pública de mobiliário para serviços públicos foi até há pouco tempo um tema relativamente marginal à produção historiográfica nacional. Apesar de identificados alguns objetos e intervenientes relevantes e com impacto para a história do design português do século XX, a sua análise manteve-se, *grosso modo*, circunscrita aos seus autores e aos objetos, sem se empreender uma leitura mais transversal e inclusiva. O projeto de investigação *Móveis Modernos*¹ foi uma primeira aproximação nesse sentido, procurando analisar de forma integrada e relacional edifícios, objetos e agentes, tentando desenhar uma rede de reflexões que ajudassem não só a valorizar esses objetos, muitos deles ainda *in situ* e em pleno uso, como trazer para o campo da investigação um conjunto de atores - individuais, coletivos, privados e públicos - que tivessem tido um papel definidor na paisagem interior dos edifícios públicos nacionais, entre 1940 e 1974. Aquela investigação permitiu identificar algumas das ausências da historiografia produzida sobre a indústria de mobiliário, desde logo para as primeiras décadas do século XX. Apesar da importância que tem, até hoje, no panorama daquele setor produtivo nacional, desconhece-se em grande medida como se realizou o seu crescimento e desenvolvimento, consolidação e consequentes impactos. A ausência de elementos estatísticos fiáveis e fidedignos para cronologias anteriores à década de 1970 adensa essas dúvidas, e a não sobrevivência de documentação fulcral para o seu entendimento, nomeadamente aquela que resultou da atividade dos fabricantes de mobiliário, poderá ter tido um papel significativo.

Para além de um novo olhar sobre os objetos de mobiliário e equipamento, promovendo uma redefinição do seu valor patrimonial, aquele projeto deixou ainda clara a importância em aprofundar questões associadas à encomenda, nomeadamente quanto às responsabilidades institucionais envolvidas, mas também no que respeita as relações entre fornecedores e fabricantes e sobre as capacidades produtivas destes últimos.

¹ Projeto de investigação *Móveis Modernos A atividade da Comissão para a Aquisição de Mobiliário no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1940-1980* (PTDC/AUR-AQI/115660/2009) (2011-2014), com coordenação científica de João Paulo Martins, tendo como bolsistas de investigação Sofia Diniz e Margarida Elias.

Tomando como ponto de partida a questão do mobiliário para edifícios públicos, este projeto alargou de forma considerável o campo de investigação associado, cruzando e relacionando elementos que até então se tinham mantido distantes. Uma vez reconhecidas as vantagens deste tipo de análise, mas também as muitas questões que permaneciam por responder, pareceu-nos da maior relevância prosseguir com a investigação, esperando que do seu cruzamento resultassem novos dados e novas leituras que concorressem para um conhecimento mais consolidado do contexto de produção e de design de mobiliário em Portugal na segunda metade do século XX.

A ideia do presente trabalho foi ainda inspirada por um outro projeto de investigação, que também teve nos serviços públicos o seu objeto de estudo. O projeto de investigação *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal durante o século XX: arquitetura judicial e prisional portuguesa*² tinha como objetivo identificar e compreender as condições políticas, sociais, artísticas, científicas, técnicas, tecnológicas e administrativas que presidiram à construção/remodelação/recuperação/conservação dos conjuntos arquitetónicos judiciais e prisionais³, entendendo o que esteve na sua origem, o modo como aquelas estruturas se adaptaram, ou não, à evolução do sistema judiciário e em que ponto se encontravam à data de realização do projeto. Neste sentido, esse trabalho foi fundamental para a compreensão da especificidade da arquitetura para serviços públicos, pela sua missão, pelos seus objetivos e pelos seus agentes, por um lado, e para o entendimento da importância e do impacto que reflexões em torno daqueles objetos poderiam ter noutras disciplinas. A investigação desenvolvida por estes dois projetos viu no universo dos serviços públicos e dos seus equipamentos construídos um campo de estudo que se revelou fértil, capaz de promover reflexões relevantes e transversais, e com interrogações nomeadamente nos tópicos que se seguem.

Um elemento decisivo nestes projetos foi o da relação intrínseca da pesquisa com o arquivo da instituição pública produtora, responsável pelos vários objetos em análise. Ambos os projetos, *Móveis Modernos e Arquitetura Judicial e Prisional*, tiveram na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e no seu *corpus* documental o elemento estruturante, definidor, de toda a investigação. Ambos entendiam

² Projeto de investigação *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal durante o século XX: arquitetura judicial e prisional portuguesa*, promovido pela DGEMN (2003-2006) (FCT/ POSI - Programa “Fontes Documentais II” – POSI medida 2.2 “Conteúdos” do eixo 2 “Portugal Digital”).

³ Cf. João Vieira, “Conhecer para valorizar. A arquitetura de serviços públicos e o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, p. 17.

como essencial o papel das fontes documentais, colocando-as como ponto de partida para a organização do campo de estudo. Sem um conhecimento sólido e aprofundado dos repositórios documentais gerados pelos corpos administrativos e técnicos responsáveis pelas intervenções, aquelas leituras e reflexões resultariam parciais e incompletas.

Criada em 1929⁴, na dependência direta do Ministério do Comércio e das Comunicações⁵, a DGEMN tinha como missão centralizar os serviços de obras do Estado, tanto em edifícios como em monumentos nacionais, com o objetivo uniformizar a sua intervenção, “*imprimir-lhes unidade de orientação e aplicar-lhes normas que facilitem e a sua execução e proficuidade*”⁶. A DGEMN assumiu-se como o braço executor do Estado no que ao seu património construído dizia respeito⁷, na sua reabilitação e salvaguarda, mas também na construção daquele, considerado essencial para o funcionamento adequado e eficaz dos serviços públicos nacionais. O estudo de programas arquitetónicos e tipologias funcionais, a articulação dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários, e a administração e implementação desses planos à escala nacional caracterizaram de forma indelével a sua atuação. Como veremos no primeiro capítulo da I Parte, a criação da DGEMN e o seu funcionamento foram parte de um movimento de consolidação do aparelho do Estado que viu nesta nova instituição um instrumento fundamental para a gestão e concretização dessa dimensão da sua atividade. Para ali deveriam convergir todas as necessidades da administração pública no que ao edificado dizia respeito, e dali deveriam emanar os programas e planos de construção correspondentes, a aplicar a todo o território nacional, se fosse o caso.

A centralização do processo de aquisição de mobiliário e equipamento para os novos edifícios públicos na Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM), estrutura criada em 1940⁸ dentro da DGEMN, parece encaixar nesse movimento mais alargado. A decisão de criar uma estrutura inteiramente dedicada à aquisição de mobiliário denuncia um intuito racionalizador da parte do Estado, que assim parece procurar centralizar num

⁴ Decreto-lei n.º 16 791, 30.04.1929.

⁵ Só em 1932 foi assumida a designação de Ministério das Obras Públicas e Comunicações, dependendo as Obras Públicas até então de uma Secretaria-geral. Em 1946, as pastas das Obras Públicas e Comunicações passaram a constituir ministérios autónomos.

⁶ Cf. preâmbulo do Decreto-lei n.º 16 791, 30.04.1929.

⁷ A DGEMN caminhou para uma sucessiva centralização de serviços até 1941, momento em que o Decreto-lei n.º 31 271 (DG. n.º 113, I série, 17.05.1941) estabeleceu que “*a competência do Governo em matéria de obras de construção e ampliação, restauro e conservação de edifícios públicos e monumentos nacionais no continente e ilhas exerce-se por intermédio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações*” (Caminhos do Património, 1999, p. 15).

⁸ Cf. Decreto-lei n.º 30 359, 06.04.1940.

só serviço todos os procedimentos em torno do fornecimento de mobiliário e equipamento para os “*edifícios públicos a construir de raiz*”⁹. Apesar da década que separa o estabelecimento das duas estruturas (DGEMN em 1929 e a CAM em 1940), a criação da CAM parece decorrer de uma necessidade concreta de entregar a um único serviço a responsabilidade sobre uma prática que parecia exigir orientação e regulação específicas. O preâmbulo do diploma legal que cria a CAM é revelador desse cenário, sendo feita uma referência clara à necessidade de “*concentrar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações os serviços a obras em edifícios públicos, com o fim de obter a sua subordinação a princípios comuns e assegurar as convenientes direção e fiscalização técnica dos trabalhos*”¹⁰, centralização da qual resultariam toda uma série de benefícios, em especial aquele que permitiria a “*harmonia entre o mobiliário e a traça arquitectónica dos referidos edifícios*”¹¹, para além das óbvias “*conveniências administrativas que a concentração sem dúvida virá satisfazer*”¹². Na verdade, do que se depreende desse período que antecedeu a criação da CAM, a aquisição de mobiliário e equipamento para serviços públicos dependeria das capacidades técnicas e orçamentais de cada ministério, departamento e serviço. Reconhecia-se nessa atitude, *à posteriori*, uma ausência de coerência e homogeneidade nas opções tomadas que comprometiam a integridade e a imagem dos vários serviços e, em última instância, do Estado.

No entanto, à medida que o levantamento arquivístico realizado no âmbito desta investigação foi decorrendo e que a prática da CAM foi sendo conhecida e aprofundada, a premissa que tinha estado na origem do projeto *Móveis Modernos*, de que ali residiria o epicentro de toda a prática do Estado sobre o mobiliário e equipamento para os seus serviços, foi sofrendo variados acertos. Desde logo, pela constatação de que determinados programas funcionais não se encontravam sob tutela da CAM, obrigando a reavaliar o seu papel enquanto entidade centralizadora. O conhecimento acerca desta Comissão passava agora por identificar não só os programas e as intervenções que dela dependiam, mas também aqueles que não estavam sob sua responsabilidade – porque foi através dessa constatação que a possibilidade de outros serviços integrarem essa dimensão nas suas atribuições foi ganhando forma, e de, por isso, se ter mantido um certo nível de dispersão de responsabilidades, dentro e fora da DGEMN. De uma visão de centralidade e

⁹ Cf. preâmbulo do Decreto-lei n.º 30 359, 06.04.1940.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

unicidade, retomou-se, ou manteve-se, um panorama de dispersão e multiplicidade de tutelas. O reconhecimento de que determinados programas de carácter assistencialista, por exemplo, poderiam depender do Ministério das Obras Públicas (MOP), através da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), e não da DGEMN, obrigou naturalmente a registar o seu envolvimento, mas veio, por outro lado, reforçar a necessidade de concentrar na DGEMN a nossa análise em torno deste tópico. Este *mobilar o estado* fixou-se então numa instituição em particular, a DGEMN, que albergou na sua estrutura uma comissão dedicada apenas à aquisição de mobiliário, a CAM, e que delegou funções semelhantes noutras estruturas provisórias e permanentes do seu organograma. Na impossibilidade de identificar e delimitar todos os agentes com responsabilidades ou intervenções nesta área, dentro e fora do MOP, pareceu-nos mais eficaz e significativo dar a conhecer a prática de uma instituição com o impacto e relevância da DGEMN.

Nesse sentido, a CAM, por ser a primeira e a única estrutura dentro do universo das Obras Públicas com esta designação e função, foi entendida como o ponto fulcral para a construção desta narrativa sobre mobiliário para edifícios públicos, e é por esse motivo que lhe é dado destaque na estrutura desta tese. A possibilidade de estudar o funcionamento, as áreas de atuação, os recursos humanos, técnicos, e as ferramentas utilizadas por uma estrutura dedicada exclusivamente à aquisição de mobiliário para serviços públicos pareceu-nos uma oportunidade única. Conhecer a fundo um serviço como este permitirá, em nosso entender, consolidar uma parte significativa deste tópico de investigação. Com uma parcela deste território reconhecido e circunscrito, outras áreas de investigação e outros intervenientes podem vir a ser explorados e estudados com maior segurança.

Uma vez confirmada a dispersão de responsabilidades também no interior da DGEMN, pareceu-nos importante analisar de que forma uma instituição como esta, que já integrava a CAM, delegava, ou mantinha noutros serviços generalistas a tarefa de equipar e mobilar as instalações dos edifícios que tinham a seu cargo. A identificação, a partir do arquivo, de intervenções de relevo para a história da instituição, e com impacto para a história do projeto de mobiliário, fez com que os serviços que estavam responsáveis pelos processos de instalação passassem a integrar o elenco de protagonistas com pertinência para esta narrativa. Assim, para além da CAM, outras estruturas especiais como a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (DNISP) e a

Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA) foram estudadas, tal como as Direções Regionais que, com uma atuação mais abrangente, tiveram também a seu cargo o estudo e fornecimento de mobiliário e equipamento.

É importante referir, contudo, que os casos escolhidos para ancorar a presente investigação não refletem a abrangência temática das aquisições e fornecimento de mobiliário supervisionados pela CAM. As contingências inerentes ao processo de pesquisa condicionaram em certa medida estas escolhas, desde logo deixando de parte o contexto monumental e historicista, e concentrando todos os esforços e recursos no conhecimento de uma dimensão da prática e do uso que permanecia por conhecer devidamente, a dos edifícios para serviços públicos. Ao invés de integrarmos exemplos de todas as tipologias identificadas, o grupo de casos selecionados foi-se construindo ao longo da investigação, numa relação possível entre a documentação existente, a acessibilidade ao edifício, e do seu interesse e relevância enquanto repositório sobre a história do design de mobiliário nacional. Se por um lado estes casos refletem apenas uma parte da realidade de atuação da instituição, por outro, por integrarem essas três dimensões, permitem um conhecimento sólido e rigoroso da temática em estudo. Cada um deles, a par dos restantes dados coligidos e sistematizados no âmbito mais alargado deste trabalho, informam profundamente esta tese e transparecem em toda a análise.

A abrangência do tema tornou impraticável a integração de todo o universo de intervenção do MOP e da DGEMN, mas também o da CAM. A década que decorreu desde o início do projeto dos *Móveis Modernos* e a conclusão desta tese permitiu dar início aos trabalhos exploratórios e de prospeção, avançar com algumas reflexões e tecer determinadas considerações, mas é ainda um período de tempo insuficiente para deixar delimitadas com rigor e clareza as suas fronteiras, registar e dar a conhecer todos os seus atores e objetos.

O âmbito cronológico deste trabalho compreende-se entre a criação da primeira estrutura inteiramente dedicada à aquisição de mobiliário para serviços públicos, em 1940, e o fim do Estado Novo, em 1974. Estas mais de três décadas não constituem, contudo, um período homogéneo e contínuo, mas antes um momento da história do país que integra duas etapas fundamentais do seu desenvolvimento – o Portugal durante e imediatamente após a 2.^a Guerra Mundial, cuja neutralidade perante o conflito lhe permitiu manter praticamente inalteradas as estruturas produtivas; e o Portugal das

décadas de 1950 e 1960, que procurou acompanhar o desenvolvimento económico que caracterizou a Europa desse tempo. Neste sentido, nas intervenções dos serviços envolvidos reconhecem-se essas duas atitudes – uma de continuidade e outra de mudança, uma de manutenção de práticas e da estética que definiu a década de 1940, e que decorre da década anterior, e outra de transformação e modernidade que distinguiu as décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, essa dualidade está subjacente às próprias intervenções, na medida em que vários dos casos que aqui serão apresentados e estudados foram projetados e construídos enquanto elementos dessa visão de modernidade e de desenvolvimento que Portugal pretendeu integrar e divulgar.

Essas diferentes atitudes parecem refletir-se também no setor industrial do mobiliário, na medida em que as transformações mais significativas e determinantes registadas em algumas das empresas parecem surgir nesse segundo momento. Os saltos tecnológicos que caracterizam a produção de fábricas como a Olaio ou a Metalúrgica da Longra, por exemplo, resultam de alterações profundas dos seus meios de produção, numa aposta na inovação e desenvolvimento de produto, procurando aumentar e melhorar a sua prestação no mercado nacional, tentando disponibilizar mais produtos sem comprometer a sua qualidade. Saliente-se a aposta na comunicação, na publicidade e no marketing, ilustrando essa intenção renovadora, com um investimento deliberado na produção de catálogos de apresentação das suas linhas de produtos, que passam a ser planeados e desenvolvidos por especialistas naquelas áreas. No entanto, nem todas as empresas e fábricas envolvidas sentiram necessidade de acompanhar ou tomar parte desse movimento de renovação e transformação. Para muitas, o regular funcionamento do mercado permitia-lhes cumprir as metas eventualmente estipuladas, mantendo nos seus portefólios, durante décadas, os mesmos produtos e materiais de divulgação, inclusive com o mesmo arranjo gráfico e com as mesmas imagens.

E qual poderá ter sido o papel do Estado nesses momentos? Por um lado, enquanto cliente, imprimindo uma pressão no tecido produtivo, pela escala das suas necessidades, mas também pelos desafios que algumas dessas intervenções suscitaram, promovendo a investigação e o desenvolvimento aplicado àquelas produções. Por outro lado, a fraca atitude concorrencial do mercado e a necessidade de equipar e mobilar com rapidez e a baixo custo, assegurou a sobrevivência de empresas com posturas mais conservadoras e menos disponíveis à integração de elementos de inovação. As duas dimensões parecem ter coexistido, sem aparente conflito. A dificuldade no acesso à informação e a ausência

de documentação relativa aos fabricantes e fornecedores introduz naturalmente uma leitura condicionada do tema. As reflexões decorrentes desta questão serão apenas pistas, intuições, a partir daquilo que a pesquisa junto das coleções documentais da DGEMN permitiu desenvolver. Os processos de aquisição e fornecimento, principalmente os mais prolongados e complexos, deixaram registadas as dificuldades, os desafios, as dúvidas, os problemas, mas também as soluções, as relações, e os entendimentos entre o cliente institucional e as empresas envolvidas. Não sendo possível uma análise quantitativa, pareceu-nos possível contribuir de forma qualitativa para a temática, no sentido em que recolhemos um tipo de informação com relevância para o conhecimento do setor.

Metodologia

O arquivo da DGEMN foi o repositório primordial de toda esta investigação. Personagem essencial desta narrativa, a documentação gerada pelos seus corpos administrativos e técnicos foi sem dúvida o ponto de partida essencial para a construção e delimitação do campo de análise. Como já se referiu, o levantamento e registo exaustivos da informação relativa ao estudo e aquisição de mobiliário para os edifícios públicos foi fundamental para a identificação de agentes, processos e objetos. Sem o reconhecimento das intervenções e das fontes documentais associadas, teria sido impossível interpretar o nível de envolvimento da instituição nos processos de estudo e aquisição de mobiliário e equipamento para aqueles edifícios. Noutra perspetiva, deve destacar-se como sem um trabalho sistemático junto do *corpus* documental produzido pela principal instituição do Estado responsável pela construção de equipamentos públicos durante quase oito décadas, estas intervenções permaneceriam à margem do circuito científico.

Uma outra etapa metodológica essencial residiu nas visitas realizadas aos edifícios identificados, acompanhadas do respetivo registo fotográfico. É nesse momento que a documentação de arquivo se confronta com os objetos, muitos deles *in situ* e em uso, ou guardados em armazéns e depósitos das instituições tutelares, confirmando ou não, as premissas iniciais dos projetos de mobiliário em análise. Esta fase dependeu, todavia, da disponibilidade dos seus utentes à data das deslocações, autorizando as visitas e a realização dos registos fotográficos, e compreendendo a pertinência da investigação em

curso. Outros houve, contudo, que não o permitiram, o que condicionou por vezes a diversidade da análise e reduziu o número de objetos de estudo disponíveis. Aos que permitiram o seu acesso, esta foi talvez a primeira e, seguramente para alguns, a última oportunidade para registar as instalações e os respetivos equipamentos em funcionamento. O abandono ou refuncionalização de alguns dos edifícios estudados veio reforçar a importância e a eficácia da metodologia seguida, que assim conseguiu proporcionar um registo relativamente extenso e aprofundado daquele património, móvel e imóvel. Este momento foi importante também para aferir uma série de questões relacionadas com a produção destes materiais, em especial na confrontação com o produto final, manufaturado e instalado, que deixaria em evidência a proficiência técnica dos fabricantes envolvidos. Numa análise que procurava uma aproximação ao universo industrial e à sua articulação com o Estado enquanto cliente, essa fase do processo de investigação revestiu-se de especial interesse.

As visitas aos edifícios identificados foram, por isso, instrumentais na definição da estrutura de análise deste trabalho, permitindo cotejar as fontes documentais com os objetos fabricados. A confrontação entre estas duas dimensões foi necessária para a avaliação qualitativa dos projetos desenvolvidos, na averiguação da adequabilidade daquelas peças e equipamentos à sua função e localização, da sua qualidade, robustez e resistência ao uso e à passagem do tempo. Além disso, esta metodologia permitiu observar de que forma as tutelas destes edifícios (que nem sempre se mantiveram as mesmas ou sequer dentro da mesma área) foram (re)integrando esses conjuntos de mobiliário e equipamento e como estes se adaptaram à evolução da missão e às sucessivas mudanças nas funções daqueles estabelecimentos.

Na definição desta metodologia não pode deixar de ser referida a nossa colaboração na Direção de Serviços de Inventário e Divulgação da DGEMN¹³, departamento que tinha a seu cargo o Inventário do Património Arquitetónico nacional¹⁴. Este sistema de informação dedicado ao registo do património edificado português, que tinha na elaboração das respetivas das fichas de inventário de edifício, de conjunto e de sítio a sua função primordial, entendia como fundamental o conhecimento construído a partir do arquivo da DGEMN. Essas fichas deveriam refletir não só o conhecimento que

¹³ A nossa colaboração naquela Direção de Serviços decorreu entre os anos de 1999 e 2007.

¹⁴ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8 (acesso a 25.02.2021).

ali se conservava sobre a história e vida daquele património, mas também os conteúdos que decorriam da atividade da instituição enquanto responsável pela salvaguarda, manutenção e construção do património histórico e edificado. Nesse sentido, é na relação de confrontação, mas principalmente de diálogo entre as fontes e os objetos, que se estrutura este trabalho, reforçando a criação de novo conhecimento a partir do arquivo, das fontes produzidas pelos vários atores institucionais envolvidos, articulando-as com os objetos e as peças fabricadas, e posteriormente instaladas e colocadas a uso, nos edifícios construídos.

A quantidade de peças desenhadas e fotografias manipuladas, que não contabilizámos, mas que terão sido seguramente na ordem das centenas, numa procura constante pela interpretação do que estava a ser proposto pelos vários intervenientes e decisores institucionais, foi expressiva e com uma condicionante de relevo – apesar da estrutura e organização das coleções permitir reconstituir a localização original de parte significativa dessa documentação e integrá-la no fluxo de procedimentos administrativos, muitos outros conjuntos semelhantes não tinham proveniências estabelecidas, a grande maioria não estava datada e encontravam-se, por isso, num certo grau de descontextualização.

Este trabalho de investigação, pela articulação constante entre as várias componentes do arquivo, permitiu atribuir novos significados a alguma daquela documentação gráfica e fotográfica, relacionando-a com os seus processos de origem, e esclarecer ou até mesmo atribuir possíveis autorias, reconstituindo uma provável integridade projetual, ou ainda remeter para um hipotético processo de aquisição e fornecimento. Outros houve, todavia, que permaneceram silenciosos, relegados à sua função de elemento de memória, mas disponíveis para a sustentação de novas leituras.

Peças desenhadas e fotografias são entendidas aqui não apenas como recursos que ilustram o texto e que acompanham os dados recolhidos nas fontes textuais, mas que assumem uma posição de equivalência. As informações coligidas através da sua identificação e análise podem contribuir de forma significativa para a compreensão de certos processos e decisões – hesitações, possibilidades, intenções, retificações encontram-se muitas vezes vertidos nas plantas e alçados anotados pelos autores e outros intervenientes, lançando pistas importantes para a interpretação de determinado objeto no seu contexto. Paralelamente a documentação escrita (ofícios, pareceres, aprovações, recusas, entre outros) refere-se amiúde àqueles materiais e, uns e outros, só podem

adquirir pleno significado quando lidos e interpretados em simultâneo. Aqueles não podem, por isso, ser entendidos como meros recursos ilustrativos, confirmando conclusões, mas sim objetos ativos e fundamentais para a construção da narrativa histórica.

Estas coleções de fontes documentais, para além dos dados objetivos relativos às intervenções (datas, autorias, intervenientes, dados quantitativos, entre outros), permitiram ainda reconhecer uma dinâmica de comunicação institucional – processos, meios de registo, pareceres, hierarquias, fluxos decisórios, emergem constantemente em ofícios, ordens de serviço, despachos e pareceres, dos vários serviços e departamentos para o diretor-geral, e vice-versa, e do seu gabinete para o do ministro das Obras Públicas. Na ausência de trabalhos aprofundados sobre o funcionamento da instituição, elementos como estes permitiram-nos interpretar processos de decisão, realidades normativas, atribuição de competências, contribuindo para a interpretação daquele sistema organizativo. No entanto, da mesma forma que concorreram para a sua clarificação, deixaram também transparecer omissões, ausências, incertezas, dúvidas, numa realidade que surgiu muitas vezes incompleta, apesar da preservação da sua estrutura organizativa na dimensão arquivística. Questões simples e objetivas como a datação e autoria destes documentos ficam por vezes impossibilitadas de confirmação, não obstante a integridade das coleções.

A inevitabilidade dos silêncios foi compensada sempre que possível com incursões noutros arquivos, de outras instituições e de outros protagonistas. O caso da Biblioteca Nacional, que será aprofundadamente desenvolvido no capítulo 3 da I Parte, foi revelador dessa fragilidade – com a obra de construção e instalação inteiramente administrada pela DGEMN, o acesso circunstancial ao arquivo do diretor da Biblioteca Nacional à data da construção do novo edifício, ajudou a preencher algumas falhas entretanto identificadas e a consolidar o conhecimento acerca daquela intervenção. Noutros casos não foi possível encontrar registos semelhantes, ou os mesmos não ficaram depositados em repositórios acessíveis. O caso do Laboratório de Física e Energia Nucleares, desenvolvido também no capítulo 3, será um desses, em que nem mesmo a consulta da documentação produzida pela instituição tutelar à data da sua construção permitiu esclarecer as razões para determinadas opções.

Esta tese pretende também promover outras leituras possíveis para este universo arquivístico, reforçando a importância de um olhar crítico, mas relacional, e com isso

consolidar a sua pertinência na construção historiográfica das várias disciplinas envolvidas. As opções de cariz metodológico seguidas permitiram também, em nosso entender, dar visibilidade à riqueza, variedade e qualidade da informação contida neste arquivo institucional em particular, e do papel decisivo que este e outros acervos semelhantes podem vir ter na renovação do plano científico, e que estão longe de se esgotar objetivamente nos temas e nas questões abordadas na presente análise.

Na procura pela informação sobre a indústria de mobiliário nacional, foram ainda consultados os arquivos do Ministério da Economia e do Ministério das Finanças, pela sua relação natural com o tema e com alguns dos seus intervenientes coletivos. No entanto, estes não se revelaram capazes de acrescentar informação de relevo ao que já tinha sido sistematizado. Foram registadas algumas informações produzidas pela Direcção-Geral dos Serviços Industriais, mas que resultaram dispersas e claramente insuficientes para a elaboração de um roteiro sobre o desenvolvimento do setor, desde logo por não se conseguir definir corretamente o seu contexto de produção. Da mesma forma, o centro de documentação da Associação Industrial Portuguesa, entidade relevante para o período em análise, manteve-se inacessível durante o decorrer desta investigação, deixando apenas a consulta dos seus boletins que, apesar da pertinência dos seus conteúdos, não permitiram recolher elementos significativos sobre este setor produtivo.

Apesar da escassez de trabalhos de síntese sobre as empresas produtoras de mobiliário e dos condicionamentos vários que caracterizaram estes levantamentos, foi possível adicionar alguns dados novos acerca do setor. As entrevistas realizadas a alguns colaboradores permitiram recolher contribuições significativas para uma melhor compreensão do modo de funcionamento de algumas destas fábricas, em particular dos seus gabinetes técnicos, e no impacto que a produção de determinadas encomendas teve na sua capacidade produtiva e tecnológica¹⁵. Reportando-se, *grosso modo*, a períodos mais recentes na sua atividade, estes testemunhos permitiram, porém, reconhecer a existência de uma prática de investigação e desenvolvimento, enraizada na sua cultura empresarial desde muito cedo, que terá sido instrumental na concretização dos saltos

¹⁵ As entrevistas relativas à fábrica de Móveis Olaio tiveram lugar nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2016, no Museu de Cerâmica de Sacavém e incidiram especialmente sobre as últimas décadas de laboração da fábrica, período com maior representatividade no grupo de recolha. As recolhas foram realizadas no âmbito do programa “Memória para Todos” (www.memoriaparatodos.pt). Para a SELDEX foi entrevistado um engenheiro, antigo responsável pela implementação da tecnologia *just in time* (José Caniça, 07.05.2018) e um colaborador, ainda no ativo à data da entrevista, do Gabinete Técnico (António Silva, 16.03.2018), e para a Metalúrgica da Longra foi recolhido o testemunho de um dos seus últimos administradores e membro de família Cortez Pinto (Francisco Godinho, 14.05.2018).

tecnológicos verificados nos seus meios de produção, e que lhes terão permitindo alcançar posições de destaque no panorama industrial nacional.

Estado da Arte

A bibliografia produzida sobre a atuação da DGEMN tem-se centrado no seu papel enquanto responsável pelo restauro e conservação dos Monumentos Nacionais¹⁶. Esta afirmava-se como uma dimensão indubitavelmente relevante, mas que tendeu a ofuscar, reduzir e simplificar o plano de atuação desta instituição, que integrava outras missões, como a edificação e manutenção de edifícios para serviços públicos. A produção científica que se debruçou sobre esta área fê-lo, genericamente, por duas vias – uma através do estudo dos programas funcionais, cuja definição e implantação estiveram sob responsabilidade da DGEMN; e outra, através do estudo dos percursos profissionais dos arquitetos e engenheiros que com ela colaboraram. Um estudo global sobre a DGEMN articulando aquelas duas dimensões – monumentos e edifícios –, permanece, contudo, por concretizar e a recolha e identificação de bibliografia de apoio reflete essa divergência de perspetivas.

Aqueles trabalhos dedicaram-se essencialmente à análise das questões puramente arquitetónicas de um determinado programa, ou edifício, sendo a problemática do mobiliário uma preocupação marginal, surgindo apenas como um complemento à principal, no caso de ser sequer mencionada. Apesar disso, o conhecimento e a leitura da bibliografia sobre eles produzida manteve toda a pertinência, na medida em que permitiu definir um contexto de produção do referido mobiliário – identificar os agentes envolvidos e qual o seu papel no desenvolvimento do programa e/ou da obra, assim como os respetivos processos de decisão. Apesar de muitos dos projetos de mobiliário não partilharem a mesma autoria com a do projeto de arquitetura correspondente, em alguns casos essa simultaneidade existe. Conhecer mais aprofundadamente o contexto de criação e construção de uma determinada obra pareceu-nos significativo para

¹⁶ Cf. Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001; *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999; Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP, 2002.

compreender a conseqüente seleção e aquisição do mobiliário. Os estudos existentes sobre esta outra missão da DGEMN têm sido por isso parcelares, centrando-se em programas específicos como os CTT¹⁷, estabelecimentos tutelares de menores¹⁸, os edifícios da Caixa Geral de Depósitos¹⁹, pousadas²⁰ e sanatórios²¹.

Os estudos que acabamos de referir centraram a sua análise nos programas de obras públicas que foram lançados, consolidados ou reformulados nas primeiras décadas do novo regime político. A figura de Duarte Pacheco é por isso essencial para a compreensão desses planos de construções lançados à escala nacional, e o conhecimento da sua importância na definição do papel do Ministério das Obras Públicas parece-nos, por isso, fundamental. Apesar de ter tido uma passagem relativamente rápida por aquele Ministério, o seu impacto perdurou, e muitos dos serviços públicos de que nos iremos ocupar remetem a sua fundação, ou reorganização, para esse tempo. A produção bibliográfica a seu respeito não é abundante, apesar da sua importância, sendo a obra de Sandra Vaz Costa²² a análise mais completa sobre a sua vida enquanto servidor público.

As leituras mais segmentadas sobre a arquitetura de serviços públicos não podem deixar de ser, também elas, devidamente enquadradas pela história da arquitetura portuguesa do século XX. As obras de Ana Tostões²³, José Manuel Fernandes²⁴, Pedro

¹⁷ Carlos Bártolo, *Desenho de Equipamento no Estado Novo. As estações de correio do plano geral de edificações*, dissertação de mestrado em Design Industrial. Universidade do Porto, 1998; “Função, forma e fantasia: o Plano Geral das Edificações dos CTT, 1937-1952” in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, 2019, pp. 317-342.

¹⁸ *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009.

¹⁹ Joana Brites, *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência*, Lisboa, Prosafeita, 2014 (obra que articula a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento da autora); “Do caixote à Caixa: filiais e agências do banco do Estado (1929-1970)” in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, 2019, pp. 289-316.

²⁰ Susana Lobo, *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitetura portuguesa do século XX*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; Marta Prista, *Discursos sobre o passado: investimentos patrimoniais nas Pousadas de Portugal*, tese de doutoramento em Antropologia, FCSH-UNL, 2011.

²¹ André Tavares, *Arquitetura Antituberculose: trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e a Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005; José Avelãs Nunes, *A arquitectura dos sanatórios em Portugal. 1850-1970*, tese de doutoramento em Arquitetura, Departamento de Arquitetura – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2 vols., 2018.

²² Sandra Vaz Costa, *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012.

²³ Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP, 1997; *Arquitetura do Século XX. Portugal*, coord. Ana Tostões, Annete Becker, Munique, 1999.

²⁴ José Manuel Fernandes, *Português Suave. Arquiteturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR, 2003.

Vieira de Almeida²⁵ e Margarida Acciaiuoli²⁶ são fundamentais para a compreensão da produção arquitetónica nacional deste período. No entanto, muitos dos objetos arquitetónicos identificados e integrados nesta historiografia são os que se destacam pela sua diferenciação face ao panorama nacional de iniciativa oficial e que se aproximam, de alguma maneira, dos cânones internacionais. Isto significa, por isso, que um número considerável de edifícios para serviços públicos permaneceu excluído desses estudos, o que veio reforçar a importância da sua inclusão nesta tese, com um âmbito de contextualização e interpretação no universo da história da arquitetura nacional relativamente limitado, uma vez que não era esse o objetivo deste trabalho.

Não obstante a sua já mencionada parcialidade, aqueles estudos permitiram ainda uma outra análise que nos pareceu fundamental. Apesar de terem como tema central o objeto arquitetónico, a leitura dos processos de decisão que envolvem o seu estudo e construção pode auxiliar a compreensão das hierarquias, responsabilidades, fluxos, mas também de entropias e de resistências noutros planos. Nem todos os serviços se estruturariam da mesma forma, mas conhecendo e compreendendo um pouco melhor o modo de funcionamento da administração pública na implementação do edificado, torna-se possível correlacioná-lo com o universo do mobiliário e equipamento. Na ausência de bibliografia específica sobre o assunto, estes estudos assumem, a nosso ver, uma maior relevância. O artigo de Gonçalo Canto Moniz²⁷ oferece uma leitura sobre a questão da comunicação institucional, ainda que apenas para a década de 1930; e a publicação comemorativa dos 70 anos da DGEMN²⁸ permanece um importante e relevante repositório de informação sobre a instituição e em particular sobre o seu modo de funcionamento, apesar do silêncio historiográfico sobre o assunto.

A publicação do livro *Mobiliário para Edifícios Públicos*²⁹ apresenta-se assim como o primeiro elemento bibliográfico exclusivamente dedicado ao tópico. Edição

²⁵ Pedro Vieira de Almeida, *A Arquitetura do Estado Novo. Uma leitura crítica: os concursos de Sagres*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

²⁶ Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes da “restauração” e “celebração”*, tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1991; Margarida Acciaiuoli, *As Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

²⁷ Gonçalo Canto Moniz, “Arquitetos e políticos. A arquitetura institucional em Portugal nos anos 30” in *DC Papeles*, Departament de Composició Arquitectónica UPC, Barcelona, Out. 2005, pp. 68-79.

²⁸ *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999.

²⁹ *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015.

resultante do projeto de investigação *Móveis Modernos* e da exposição dele decorrente³⁰, nela se procurou ir além do âmbito da CAM no reconhecimento e identificação de obras e autores. A percepção de que a aquisição de mobiliário para edifícios públicos não se cingia à DGEMN, e muito menos à CAM, alimentou o interesse de que a mostra fosse também ela representativa desse reconhecimento e abrangência. Este livro procurou ainda dar a conhecer um vasto e diversificado panorama de aquisições e de projetos, quer em termos cronológicos, mas também geográficos, tipológicos e programáticos, em que a articulação com os principais momentos da história do design português do século XX fosse perceptível, ainda que com algumas limitações.

Por outro lado, o referido projeto veio também lançar um olhar mais atento e direcionado sobre a história do mobiliário do século XX em Portugal. Não existem grandes obras de síntese, mas os trabalhos desenvolvidos por Helena Souto³¹, Rui Afonso Santos³² e João Paulo Martins foram fundamentais para a sua consolidação e permanecem como as leituras indispensáveis para a conceção da área temática em análise. O seu enfoque tem sido, todavia, sobretudo no mobiliário de cariz doméstico, em parte por ser naquele em que se conseguem interpretar as principais inovações, tendências e ruturas. A obra *Cadeiras Portuguesas Contemporâneas*³³, por exemplo, apresenta um elenco bastante alargado de peças desenhadas por autores nacionais, procurando registar a evolução do design de mobiliário em Portugal durante o século XX, à semelhança de um inventário temático. Contudo, e apesar da abrangência conseguida e da importância e mérito da sua identificação e registo, a lista parece-nos incompleta quando pensamos nos projetos e peças que se encontram ainda a uso em muitos dos serviços públicos que visitámos, da qual uma parte considerável foi mostrada pela primeira vez na exposição *O respeito e a disciplina que a todos se impõe* e no livro *Mobiliário para edifícios públicos*, atrás referidos. É um universo que, por se ter mantido desconhecido, nos parece poder vir a ampliar e complexificar o campo de análise da disciplina. Alguns dos trabalhos de João

³⁰ *O respeito e a disciplina que a todos se impõe*, MUDE – Museu do Design e da Moda. Coleção Francisco Capelo, 24 Julho a 5 Novembro 2014.

³¹ Maria Helena Souto, “Design em Portugal” in *Enciclopédia Temática Portugal Moderno. Artes e Letras* (progr. e intr. de José-Augusto França). Lisboa, Portugal Moderno, 1991, pp. 98-117; *Idem*, “O Design Moderno em Portugal”, *Cadernos de Design*, Lisboa, Centro Português de Design, Ano um, N.º 2 (1992), pp. 17-29; Helena Souto, *História do Design em Portugal*, Lisboa, IADE, 2009.

³² Rui Afonso Santos, “O design e a decoração em Portugal (1900-1994)” in *História da Arte Portuguesa*, 3.º vol., dir. Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 437-505.

³³ *Cadeiras Portuguesas Contemporâneas*, Rui Afonso Santos (textos), Asa, Porto, 2003.

Paulo Martins³⁴ podem ser entendidos como pioneiros na abordagem do mobiliário em contextos públicos, ainda que a questão de partida se prendesse mais com os materiais e tecnologias empregues – as estruturas em tubo metálico e a inovação que lhe estava implícita – e não tanto com a especificidade do seu contexto de utilização, mesmo que a sua diversidade fosse particular – cafés, lojas, hospitais, sanatórios e edifícios de cariz assistencial³⁵.

Não obstante o *focus* na realidade portuguesa, procurámos encontrar na produção científica estrangeira experiências, reflexões e análises em linha com a nossa investigação e que auxiliassem a construção da presente narrativa. Os estudos reunidos na obra coordenada por Freddie Floré e Cammie McAtee, *The Politics of Furniture*³⁶ foram aqueles que mais se aproximaram da nossa temática. Diversificada nas geografias e nos contextos, esta obra permite uma reflexão transversal acerca do papel e do impacto que o mobiliário pode ter e reforça, mais uma vez, o contributo de perspetivas como estas num conhecimento mais consistente sobre as instituições públicas e o seu papel numa possível retórica de poder subjacente às opções associadas aos seus interiores. A conhecida empresa de mobiliário norte-americana Knoll, que contribuiu significativamente para a definição de uma estética do pós-guerra, e que usufruiu das condições estabelecidas pelo Plano Marshall para a Europa, foi o ponto de partida para aquelas considerações, procurando compreender o apelo dessa linguagem formal e o seu eventual lugar na definição de uma dimensão representacional dos interiores oficiais e públicos desse período, entendendo o mobiliário como agente mediador de conteúdos políticos. Porém, os vários capítulos que constituem esta obra acabam por se centrar em objetos arquitetónicos específicos e nos seus interiores, elementos que se destacam pela sua qualidade e valor intrínsecos, e não tanto na dimensão do edifício para serviços públicos e do seu quotidiano. Já a investigação desenvolvida por Maria Villanueva Fernandez, que

³⁴ João Paulo Martins, “Os anos trinta e quarenta. Objectos de produção industrial” in *Cadernos do Design Anuário 2000*, Ano VIII, n.º 21/22, pp. 52-57; *Idem*, “Quando Portugal queria ser moderno” in *Jornal Arquitectos*, n.º 207, Setembro/Outubro 2007, pp. 33-39.

³⁵ A obra social de Fernando Bissaya Barreto, na zona de Coimbra, permanece um dos maiores repositórios desse tipo de utilização, mas que ainda carece de análises mais aprofundadas, em particular na identificação das razões que terão levado o referido médico a empregar esse tipo de mobiliário e não outro, que para a época seria mais consensual. As imagens existentes no Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto revelam interiores de vários dos edifícios da Obra em clara sintonia com o que se fazia de mais moderno no resto da Europa.

³⁶ *The Politics of Furniture: Identity, Diplomacy, and Persuasion in Post-War Interiors*, ed. Freddie Floré e Cammie McAtee, Nova Iorque, Routledge, 2017.

se distribui por uma tese de doutoramento³⁷ e vários artigos³⁸, permitiu coligir referências de apoio significativas, embora a sua cronologia preferencial de análise se situe nas décadas de 1920 e 1930. Não obstante, são contribuições relevantes para o reconhecimento da importância do mobiliário produzido para uma utilização institucional e pública, reforçando o papel determinante dos arquitetos na definição desses interiores.

As obras de carácter mais geral são ainda importantes enquanto repositórios de nomes dos autores envolvidos, sendo que muitos deles, para além da sua participação na obra arquitetónica, foram também responsáveis pelo projeto de mobiliário, decoração e equipamento. Assim, trabalhos de cariz biográfico foram também tidos em consideração na construção do presente projeto. Alguns dos principais nomes da arquitetura nacional do século XX foram alvo de estudos aprofundados, como Raul Lino (1879-1974), que conheceu várias interpretações do seu longo percurso profissional, tão diversas quantas as suas áreas de atuação. Para a nossa problemática, contudo, o interesse prende-se com as suas funções enquanto arquiteto da DGEMN³⁹, em particular como diretor do Serviço de Monumentos Nacionais, cargo esse que lhe permitia participar na CAM, enquanto vogal, e emitir os pareceres necessários sobre intervenções em curso. Não obstante o constante interesse que o seu longo percurso profissional tem suscitado nas várias disciplinas, esta vertente de funcionário público não tem recebido, em nosso entender, a atenção necessária para uma leitura mais consolidada. Sem um estudo mais transversal e integrado da sua atuação, o nível de envolvimento que terá tido relativamente ao mobiliário para serviços públicos permanece por esclarecer.

Um outro arquiteto, também ele funcionário da DGEMN, igualmente diretor do Serviço de Monumentos Nacionais e que, por essa razão, integrou a CAM, foi Luís Benavente (1902-1993). Em termos bibliográficos, conhece-se apenas o catálogo da exposição realizada na Torre do Tombo⁴⁰, que marcou a incorporação do seu arquivo pessoal naquela instituição. Mais uma vez, no que ao mobiliário diz respeito, a

³⁷ Maria Villanueva Fernandez, *Equipar em Moderno: mobiliário de arquitectos españoles. 1925-1936*, tese de doutoramento, Universidade de Navarra, 2012.

³⁸ Maria Villanueva Fernandez e Héctor García-Diego Villarías, “Uma aventura empresarial em um projeto integral: mobiliario del edificio Capitol, Luis M. Feduchi, 1931-33” in *Res Mobilis*, vol. 6, n.º 7, 2017, pp. 96-116; *idem*, “Tecnología posible. El mobiliario como vehículo de modernización de la arquitectura española de los años 30” in *RITA*, n.º 12, nov. 2019, pp. 90-97; *idem*, “El arquitecto y los inicios del diseño industrial en España” in *RITA*, n.º 6, out. 2016, pp. 116-123.

³⁹ Maria João Baptista Neto, “Raul Lino ao serviço da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção” in *Artis, Revista do Instituto de História da Arte*, Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, Out. 2002, pp. 253-269.

⁴⁰ *Luís Benavente, arquiteto*, Lisboa, IANTT, 1997.

bibliografia disponível é completamente omissa sobre o seu papel, embora entre as coleções de desenhos que integram o seu espólio haja inúmeros esboços de mobiliário, elementos em tamanho natural, perspectivas, entre outros, muitos deles ainda por identificar corretamente. A sua produção é extensa e abundante, e a sua participação na seleção de mobiliário para edifícios do Estado, como o Palacete de São Bento, durante a sua adaptação a residência oficial do Presidente do Conselho, permanece ainda por compreender cabalmente. Todavia, e já produtos do projeto *Móveis Modernos*, dois artigos de Margarida Elias⁴¹ procuraram dar a conhecer essa outra dimensão do seu trabalho, fornecendo interessantes pistas nesse sentido.

Outro dos autores que teve participação em projetos de mobiliário em edifícios públicos tão distintos como o Instituto de Odivelas e o Palácio de Justiça do Porto, Raul Rodrigues Lima (1909-1980) permanece longe do interesse da comunidade académica. Provavelmente a sua associação ao regime e dedicação a programas arquitetónicos pouco apelativos e profundamente comprometidos com a natureza autoritária e repressiva do Estado Novo (estabelecimentos prisionais e tribunais, por exemplo), potenciam esse afastamento e desinteresse, mas a investigação levada a cabo pelo projeto *Móveis Modernos* deu a conhecer o seu envolvimento noutras áreas programáticas. Contudo, a pouca bibliografia existente dedicou-se quase exclusivamente ao seu papel enquanto arquiteto de prisões⁴², com referências pontuais a outros programas⁴³, mas silenciosa no que diz respeito ao mobiliário. Por outro lado, Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), arquiteto com equivalente e extensa participação na edificação de equipamentos públicos, como o Instituto Superior Técnico e a Biblioteca Nacional, tem sido alvo de interesse alargado pela história da arquitetura, quer com a elaboração de obras mais genéricas⁴⁴,

⁴¹ Margarida Elias, “A intervenção da DGEMN e de Luís Benavente na adaptação do Palácio Foz para sede do Secretariado Nacional de Informação. Mobiliário e decoração de interiores (1940-1953)”, *Revista de História da Arte*, n.º 11, Lisboa, FCSH-UNL, 2014, pp. 283-289; Margarida Elias, “Os hotéis de Santa Luzia e de Seteais e a atividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário (1953-1955)” in *Móveis Modernos. Mobiliário para Edifícios Públicos em Portugal. 1940-1980*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, CIAUD/Caleidoscópio, 2014, pp. 36-42.

⁴² Ricardo da Silva Pinto, *Raul Rodrigues Lima, un arquitecto del Estado Novo. La arquitectura penitenciaria*, tese de doutoramento, Universidade Politécnica de Madrid, 2009.

⁴³ O trabalho de Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, inclui várias referências à atividade deste arquiteto enquanto autor de prédios de habitação em Lisboa.

⁴⁴ João Vieira Caldas, *Porfírio Pardal Monteiro: arquiteto*, Lisboa, Associação Arquitetos Portugueses, 2007; Ana Assis Pacheco, *Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957*, dissertação de mestrado em História da Arte, FCSH-UNL, 1998.

analisando a sua carreira na globalidade, quer com estudos mais específicos⁴⁵. A investigação que o arquiteto João Pardal Monteiro desenvolveu sobre o atelier⁴⁶, e em particular o artigo⁴⁷ que redigiu para o livro *Mobiliário para Edifícios Públicos*, permitiu mostrar que também este arquiteto interveio diretamente na definição dos interiores dos edifícios que projetou, sendo por isso necessário o seu reconhecimento na história do mobiliário em Portugal. O arquiteto Jorge Segurado (1898-1990) merece igualmente destaque, na medida em que alguns dos edifícios que projetou⁴⁸ contaram também com a sua participação ao nível do mobiliário. De novo, a bibliografia existente tem tomado interesse quase exclusivo na obra arquitetónica⁴⁹, mas o artigo de Margarida Elias⁵⁰ já mencionado, e os trabalhos dedicados às Pousadas Nacionais, em particular o artigo de Marta Prista⁵¹ no livro *Mobiliário para Edifícios Públicos*, têm possibilitado um novo olhar sobre essa dimensão do seu percurso.

Outros nomes, como o de Leonardo Castro Freire (1917-1970), João Andresen (1920-1967), Manuel Tainha (1922-1912)⁵², José Luís Amorim (1924-1999), Norberto Correia (1926-2016)⁵³, devem ser adicionados à esta lista, embora o conhecimento

⁴⁵ *Biblioteca Nacional: exterior-interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca nacional, 2004; Andreia Valença Pires, *Pardal Monteiro e as gares marítimas de Lisboa. O percurso percorrido*, dissertação de mestrado em Arquitetura, FAA-Universidade Lusíada, 2008; Ana Mehnert Pascoal, *A Cidade do Saber. O património artístico integrado nos edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa. 1934-1961*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012.

⁴⁶ João Pardal Monteiro, *Nove Décadas de Obra. Arte, design e técnica na arquitetura do atelier Pardal Monteiro*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012.

⁴⁷ João Pardal Monteiro, “Mobiliário para edifícios públicos: do projeto integrado ao projeto especializado. O caso do Atelier Pardal Monteiro Arquitectos” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, 2015, pp. 128-135.

⁴⁸ Não pode deixar de ser referida a colaboração do seu filho também arquiteto, José Maria Segurado (1923-2011), com quem desenvolveu, entre outros, o projeto para a Estação Agronómica de Oeiras, que iremos analisar, e a Pousada do Infante, em Sagres (projeto de 1960, inaugurada em 1961).

⁴⁹ Andreia Galvão, *O Caminho da Modernidade. A travessia portuguesa ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitetura, 1920-1940*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Lusíada, 2003; Pedro Pavão dos Santos, *Jorge Segurado, um arquiteto moderno de casas e sonhos na República, Ditadura Militar e Estado Novo*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2009.

⁵⁰ Margarida Elias, “Os hotéis de Santa Luzia e de Seteais e a atividade da Comissão para a Aquisição de Mobiliário (1953-1955)” in *Móveis Modernos. Mobiliário para Serviços Públicos em Portugal 1940-1980*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, FAUL, 2014, pp. 36-42.

⁵¹ Marta Lalanda Prista, “No interior das pousadas do SNI: processos de mobiliário e projetos culturais” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, 2015, pp. 120-127.

⁵² *Manuel Tainha: a prática, a ética e a poética da arquitetura*, org. Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, Almada, 2000; Teresa Maria Ribeiro Belo Rodeia, *O Desenho como Invenção do Real. A Pousada de Oliveira do Hospital: o processo projectual em Manuel Tainha*, tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade Lusíada, Lisboa, 3 vols., 2016.

⁵³ *M. Norberto Correia, Arquitetura e Urbanismo*, coord. Graça Correa, Lisboa, Uzina Books, 2013; Luísa Arruda, *Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. História do Projecto de Medicina de Reabilitação. Arquitectura e Arte*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2006.

existente sobre a sua obra, e em especial sobre o seu contributo para a história do mobiliário, permaneça ainda por conhecer. A par destes profissionais com ateliers em funcionamento, que respondiam a solicitações tanto de clientes públicos, como de privados, encontramos outros, funcionários públicos, pertencentes aos quadros de pessoal de instituições como a DGEMN, engenheiros e arquitetos, que cumpriam os requisitos das suas funções, respondendo às solicitações diárias dos seus serviços, satisfazendo prazos e exigências de diversa ordem. Nomes como Mariano de Sousa Pires (1887-?), Fernando Jácome de Castro (1892-1964), Raul Maçãs Fernandes (1898-1966), José Espregueira Mendes (1903-?), Eduardo Moreira Santos (1904-?), Fernando Gomes (1907-?), João Vaz Martins (1910-1988), Jorge Tavela de Sousa (1913-1998), Amândio Vaz Pinto do Amaral (1916-?), Jaime Pereira Gomes (1917-?), Fernando Peres Guimarães (1918-?), Nuno de Morais Beirão (1924-?), Pedro de Almeida Reis (1929-?), Eduardo Coimbra de Brito (1930-1999), entre outros, devem ser resgatados desse anonimato. Apesar de referidos e mencionados ao longo deste trabalho, e alguns deles com algum detalhe, a maioria destes intervenientes permanece invisível e desconhecida do plano de investigação e com eles uma parte significativa da discussão sobre a definição do mobiliário e equipamento para edifícios públicos⁵⁴.

Estes grupos de profissionais são na sua esmagadora maioria arquitetos de formação que se foram dedicando ao desenho de mobiliário, com maior ou menor intensidade. No panorama internacional, a disciplina do design só se definiu e fortaleceu enquanto tal após a 2.^a Guerra Mundial, cronologia que foi seguida também em Portugal⁵⁵. Profissionais como Daciano da Costa (1930-2005) foram instrumentais nesse percurso. Pintor de formação, desenvolveu toda a sua carreira em torno do design de produto e de mobiliário e em projetos de arquitetura de interiores, tendo tido em alguns dos edifícios públicos das décadas de 1950 e 1960 uma intervenção significativa⁵⁶. Por ser visto como um dos elementos fundadores dessa nova prática, a bibliografia que lhe é

⁵⁴ João Paulo Martins e Sofia Diniz, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design. 1940-74”, in *Investigating and writing architectural history: subjects, methodologies and frontiers. Third International EAHN Meeting*, Turim, 2014, pp. 501-513.

⁵⁵ Victor Almeida, *O Design em Portugal, Um Tempo e um Modo. A institucionalização do design português entre 1959 e 1974*, tese de doutoramento em Belas Artes, Faculdade de Belas Artes – UL, 2009.

⁵⁶ Como por exemplo, o projeto de arquitetura de interiores e mobiliário de salas especiais e Aula Magna do edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa (projeto 1960-1961), assim como os espaços mais significativos do novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa, como veremos.

dedicada é mais extensa, tendo no catálogo a propósito da exposição sobre o seu percurso⁵⁷, a sua obra de referência primeira.

No que concerne à indústria de mobiliário propriamente dita, o trabalho de Graça Pedroso⁵⁸ será talvez um dos primeiros que procurou conhecer a produção em série de mobiliário, especialmente na segunda metade do século XX, alicerçando-se no estudo dos principais fabricantes e na catalogação das suas produções mais relevantes. Foi feita, pela primeira vez, uma associação sistemática entre autores, fabricantes e produtos, sendo um importante ponto de partida para a consolidação da história do design, mas em especial para a história desta indústria que, como temos vindo a demonstrar, permanece em grande parte por fazer. Apesar da grande tradição que Portugal tem nesta área, e que se mantém, considerando o polo desenvolvido em Paços de Ferreira, as suas dinâmicas, os seus intervenientes, os seus processos e desenvolvimentos mantêm-se por estudar de modo sistemático, e em particular para os meados do século XX. A não sobrevivência de muitos dos arquivos das empresas e fabricantes deste setor tem certamente contribuído para a manutenção deste desconhecimento, assim como a inexistência de estudos estatísticos sobre o mesmo. Apenas o trabalho de Manuel Lisboa⁵⁹ apresenta alguns dados sobre este setor da indústria, informando-nos que, nas Estatísticas Industriais, quase todas as referências sobre as atividades do ramo da madeira e mobiliário surgem apenas em finais da década de 1960, o que deixa sem informação estatística uma parte significativa do período em estudo.

Não obstante esse tipo de ausências, algumas empresas do setor foram suscitando interesse por parte dos investigadores. Uma das mais destacadas empresas de mobiliário metálico nacionais, a Metalúrgica da Longra, foi alvo de uma dedicada atenção por Otilia Lage⁶⁰. Com uma perspetiva predominantemente sociológica, os seus trabalhos permitiram compreender o impacto de figuras como Fernando Seixas, administrador da empresa durante largos anos, e do papel que os gabinetes de estudo e inovação tiveram no seu desenvolvimento, o qual ainda hoje é reconhecido como exemplar nessa

⁵⁷ Daciano da Costa, *Designer*, ed. João Paulo Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

⁵⁸ Graça Pedroso, *O mobiliário português de produção em série do terceiro quartel do século XX (1951-1974)*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012.

⁵⁹ Manuel Lisboa, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes. Crescimento na segunda metade do séc. XX e potencial de inovação de funções capitalista, empresarial e de gestão*, tese de doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 1998.

⁶⁰ Maria Otilia Lage, “Metalúrgica da Longra (1920-1993): ancoragem para um estudo sobre regimes de acção”, *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto*, III Série, vol. 8, 2007, pp. 217-236; *idem*, “Empresa Metalúrgica de Longra, um caso no modo português de industrialização”, *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto*, III Série, vol. 11, 2010, pp. 339-360.

articulação e apontada como uma das razões do seu sucesso. A Linha Cortez, desenvolvida por Daciano da Costa para a Metalúrgica da Longra, em 1962, por exemplo, continua a servir de referência para o impacto que uma associação desse género pode gerar, sendo ainda hoje reconhecida e valorizada pela sua qualidade e inovação.

Fábricas com tão reconhecida imagem e capacidade de produção como a Adelino Dias da Costa (ADICO), a Fábrica Portugal, Fábrica Jerónimo Osório de Castro (FOC), SELDEX-SEEL, FAMO, LUSODEX, entre outras, parecem obrigadas a permanecer, lamentavelmente, na sombra. Das atrás mencionadas, apenas a ADICO e a SELDEX (Haworth) se encontram ainda em funcionamento. Nenhuma conheceu a publicação de estudos sistemáticos, encontrando-se apenas as informações que a própria empresa coloca no seu sítio em linha (no caso da ADICO)⁶¹ e breves referências em trabalhos mais sistemáticos, como a que Manuel Ferreira Rodrigues faz na sua obra sobre as indústrias transformadoras da zona de Aveiro⁶².

Relativamente ao mobiliário em madeira, destaca-se o estudo sobre a Fábrica Albino de Matos⁶³, um dos principais fabricantes de mobiliário escolar. Contrariamente, um dos mais importantes e reconhecidos fabricantes de mobiliário de madeira em Portugal, a Fábrica de Móveis Olaio, permanece ainda por conhecer de forma mais sistemática. O facto de o seu arquivo não ter sobrevivido, assim como a desavença familiar que esteve na origem do desmembramento, e subsequente falência da empresa, não têm possibilitado a realização de estudos mais profundos e críticos, apesar do interesse que a mesma suscita junto da academia e de colecionadores. A única documentação produzida pela fábrica que se encontra acessível ao público é uma coleção de desenhos de mobiliário e de ambientes, alguns deles assinados e datados, que está em depósito no Museu de Cerâmica de Sacavém. A seu propósito, a Câmara Municipal de Loures, através deste Museu, organizou uma exposição sobre os Móveis Olaio⁶⁴ que teve por objetivo dar a conhecer, ainda que superficialmente, a fábrica e a empresa Olaio, apresentando, para além de relatos de antigos funcionários, algumas peças, alguns desenhos da referida coleção, fotografias, e ainda uma cronologia possível dos momentos

⁶¹ <http://www.adico.pt/historia.php>.

⁶² Manuel Ferreira Rodrigues, *Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região da ria de Aveiro. 1864-1931*, Lisboa, FCG/FCT, 2010.

⁶³ Joaquim Carvalho, *A Indústria do Mobiliário Escolar em Paços de Ferreira. O caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras e Barros Lda., Paços de Ferreira*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2005.

⁶⁴ Exposição *Móveis Olaio. Produção, Inovação e Qualidade*, Museu de Cerâmica de Sacavém/Câmara Municipal de Loures, 17 Maio 2015 – Dezembro 2016.

mais significativos da sua história. Esta exposição contou ainda com a publicação do catálogo, acompanhado de artigos de autores de diferentes áreas, refletindo sobre a história da fábrica, da sua produção e dos seus impactos. Não sendo um trabalho definitivo sobre a empresa, colige reflexões e aponta caminhos, sistematizando todos os dados acessíveis e reunidos até ao momento⁶⁵.

Apesar destas incursões parciais, as obras de análise mais generalista mantêm-se leituras incontornáveis no entendimento do panorama industrial nacional, no período em consideração. A compreensão de que a 2.^a Guerra Mundial separa dois contextos económicos distintos implica a caracterização dos mesmos e a bibliografia fundamental para o fazer reside ainda nas publicações de Maria Fernanda Rollo e de J. Brandão de Brito. Este último, com o seu trabalho sobre o condicionamento industrial, permanece uma leitura fundamental para a compreensão do funcionamento do setor industrial⁶⁶. Um dos mais importantes instrumentos da política económica do Estado Novo, o condicionamento industrial foi crucial para a configuração do contexto económico e industrial, mas o seu impacto no setor do mobiliário permanece por avaliar, nomeadamente na prossecução do seu desenvolvimento tecnológico.

Por seu lado, os vários trabalhos de Maria Fernanda Rollo⁶⁷ são essenciais para a construção deste enquadramento de investigação e para a compreensão da economia do país nas décadas de 1950 e 1960, assim como os seus estudos sobre a aplicação do Plano Marshall⁶⁸ em Portugal. Apesar da não participação de Portugal no conflito, a sua integração no grupo de beneficiários do Plano foi fulcral para a definição da nova paisagem económica do país, e especialmente a industrial. A introdução da prática de planeamento na área da Economia, promovida pela aplicação do Plano, teve um papel

⁶⁵ A publicação integra um nosso artigo, de autoria partilhada: João Paulo Martins, Sofia Diniz, “Os Móveis Olaio e a Encomenda Pública” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, pp. 217-225.

⁶⁶ José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

⁶⁷ Maria Fernanda Rollo, “A industrialização em Portugal no pós-Guerra (1943-1973)”, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), coord. Fernando Rosas, vol. VII - O Estado Novo, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 450-471, sob o título “A industrialização e os seus impasses”; *idem*, “Engenharia e História. Percursos Cruzados” in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002, pp. 31-57; *Memórias da Siderurgia. Contribuições para a história da indústria siderúrgica em Portugal*, coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, História, 2005.

⁶⁸ Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana, 1947-1952*, Lisboa, Estampa, 1994; *idem*, *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

crucial na definição dos Planos de Fomento que o Estado procurou implementar durante estas décadas, e que caracterizam a atuação económica do governo.

Foi neste contexto de crescimento económico e de estímulo ao setor industrial que foi criado, em 1957, o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII). A sua missão consistia no estudo e desenvolvimento de uma estratégia de valorização do setor industrial, fomentando a colaboração deste com uma estrutura dedicada exclusivamente à investigação, cuja linha de ação residia na promoção de uma produção industrial nacional de qualidade e com capacidade competitiva. Como o próprio preâmbulo da lei de criação do novo instituto informa, este teria como objetivo “*promover, auxiliar e coordenar a investigação e assistência que interessam ao aperfeiçoamento e desenvolvimento industriais do País*”⁶⁹. Entre os vários departamentos e grupos de trabalho que o constituíam, os núcleos de Arte e Arquitetura Industrial e de Design Industrial foram os mais interessantes para o nosso estudo, para o qual o projeto de investigação coordenado por Maria Helena Souto⁷⁰ proporcionou um contributo significativo. Por outro lado, o trabalho de Carina Azevedo⁷¹ sobre a organização científica do trabalho lançou luz sobre uma temática com enorme impacto para a avaliação do setor industrial. A par das reflexões sobre o INII e o seu papel, este trabalho focou-se em questões tão substanciais como produtividade, eficácia, racionalização dos sistemas de produção, qualificação de recursos humanos, introdução de novos métodos de trabalho, modernização tecnológica, entre outros, ajudando assim a caracterizar melhor o setor e a compreender as suas sinergias e incompatibilidades.

Esta última temática vem de certa forma fechar o percurso de análise, na medida em que o ímpeto modernizador do Estado nas décadas subsequentes à 2.ª Guerra Mundial, e ao qual pensamos estar associado algum do impacto da encomenda pública na indústria do mobiliário, será fundamental para a sua melhor compreensão. No entanto, a não

⁶⁹ Lei n.º 2 089, 08.06.1957.

⁷⁰ *Design em Portugal (1960-1974). Ações Intervenientes e repercussões do Núcleo de Arte e Arquitetura Industrial e do Núcleo de Design Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial* (PTDC/EAT-HAT/121601/2010) com coordenação científica de Maria Helena Souto (2012-2015). Este projeto foi ainda acompanhado por uma exposição e uma publicação, respetivamente: *Ensaio para um arquivo: o tempo e a palavra. Design em Portugal entre 1960 e 1974*, patente entre 22 de outubro de 2015 e 27 de março de 2016, no MUDE – Museu do Design e da Moda. Coleção Francisco Capelo; *Ensaio para um Arquivo: o tempo e a palavra. Design em Portugal (1960-1974) / Rehearsal for an Archive: time and word. Design in Portugal (1960-1974)*, coord. Helena Souto e Bárbara Coutinho, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Mude, 2017.

⁷¹ Ana Carina Azevedo, *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial. 1945-1974*, tese de doutoramento em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014.

existência de uma história do Estado, nomeadamente do seu funcionamento, traz dificuldades acrescidas para a sua correta compreensão e devida avaliação nesta construção bibliográfica. Nesse sentido, o estudo das instituições envolvidas, da sua história e dos seus principais intervenientes, dos seus processos administrativos, das suas normas e procedimentos de compras públicas, serão as principais âncoras da investigação, apoiadas naturalmente por bibliografia de âmbito mais generalista que sinalizámos como relevante.

Estrutura

A estrutura da tese foi desenvolvida em torno do conceito de prática e será dividida em duas partes, pretendendo dessa forma integrar os vários tipos e qualidades de informação coligidas, assim como contemplar as suas assimetrias. A primeira parte será dedicada à prática que o Estado, através da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), empreendeu sobre a aquisição de mobiliário e equipamento para edifícios públicos durante o período em estudo. A segunda parte será dedicada aos dados recolhidos sobre a indústria de mobiliário nacional, procurando dessa forma contribuir para a sua caracterização qualitativa.

O primeiro capítulo, *uma prática dispersa*, procurará fazer um ponto de situação das responsabilidades face à aquisição de mobiliário em vários momentos, tentando compreender quais as instituições envolvidas e de que forma o conseguiam concretizar. Não havendo qualquer uniformidade ou centralização processual, parece ficar desde logo claro o papel particular que o MOP e a DGEMN teriam e que aqui se abordará com mais pormenor, reconhecendo-se uma relação estreita com a evolução da máquina administrativa do Estado, visível na adaptação que progressivamente vai fazendo ao seu organograma, adicionando, subtraindo e fundindo estruturas à medida das solicitações. Será dado destaque aos grandes programas tipológicos que foram requisitando organismos próprios para a sua implementação, assim como à DGSU, enquanto entidade que terá sido um agente fulcral na definição dos interiores dos edifícios públicos nacionais, mas cujo conhecimento acerca da sua atividade e funcionamento permanece ainda demasiado fragmentado.

O segundo capítulo será dedicado à Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM), *uma prática concentrada para uma aplicação genérica*. Esta Comissão foi a primeira estrutura exclusivamente dedicada ao estudo e aquisição de mobiliário para serviços públicos. Aqui se procurará fazer a sua história, caracterizar os seus procedimentos e modo de funcionamento, identificar os seus funcionários e colaboradores, bem como outros recursos criados e aos quais recorreu durante a sua atividade, como o catálogo de mobiliário-tipo. Este terá desempenhado uma função essencial na prática da Comissão, e a ele se dará particular atenção. Serão apresentados alguns estudos de caso, intervenções em que a CAM foi responsável e que permitem identificar e caracterizar essa prática específica desta Comissão. Foram selecionadas as seguintes intervenções e que funcionarão como subcapítulos: Estação Agronómica Nacional de Sacavém, Instituto de Odivelas, Estação de Fomento Pecuário do Sul (Coudelaria de Alter do Chão), Laboratório do Serviço de Fomento Mineiro (Porto), e Pousada de São Teotónio (Valença).

O terceiro capítulo será dedicado a duas delegações da DGEMN – a Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (DNISP) e a Delegação para as Obras dos Edifícios das Cadeias, Guarda Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA), que materializam *uma prática concentrada para aplicação específica*. Estas delegações, dadas as suas especificidades, representam também uma outra forma de envolvimento da DGEMN na definição e aquisição de mobiliário e equipamento para edifícios públicos. Também aqui se procurará conhecer o seu funcionamento e atividade, identificar os seus principais agentes e recursos, assim como dar a conhecer alguns estudos de caso que permitem reconhecer essa prática. As intervenções escolhidas foram as seguintes: Instituto de Medicina Tropical (Lisboa), Laboratório de Física e Energia Nucleares (Sacavém), Estação Agronómica Nacional (Oeiras), Palácio de Justiça de Lisboa e Biblioteca Nacional (Lisboa), para a DNISP; já o Palácio de Justiça do Porto representará a atividade da DOECGRFA.

O quarto capítulo, *uma prática genérica, para uma aplicação específica*, irá debruçar-se sobre os restantes serviços da DGEMN, em particular a Direção de Edifícios de Lisboa, aos quais foi reconhecida uma responsabilidade equivalente nas construções sob sua tutela. Não sendo essencial fazer um registo sistemático da sua atividade, importa caracterizar o seu funcionamento, como se processava a sua relação com o restante organograma institucional, e de que forma a passagem desta competência a estes serviços

significa, ou não, uma menorização da sua importância. A intervenção na Messe de Oficiais de Pedrouços foi o caso escolhido para apoiar esta análise setorial.

A segunda parte, composta por um único capítulo, *uma prática possível*, será dedicada à indústria de mobiliário. Dadas as condicionantes já apontadas, foi dada preferência a uma caracterização sumária da evolução do setor e da gradual consciência do impacto que a integração do design industrial e dos seus agentes terão tido no desenvolvimento de produto e da produção industrial. Será dado destaque à análise de um caderno de encargos, objeto administrativo por vezes visto como uma ferramenta possível para a promoção de uma produção industrial de qualidade. Numa leitura essencialmente qualitativa, será dada ainda particular atenção aos fabricantes de mobiliário de madeira, como os Móveis Olaio, e de mobiliário metálico, como a Metalúrgica da Longra e a SELDEX, enquanto agentes industriais inovadores que promoveram a transferência tecnológica dos seus meios de produção, associados à investigação e ao desenvolvimento de produto.

Como apêndices, serão integrados elementos de apoio como listagens das intervenções da CAM durante as suas quatro décadas de atividade, de todos os fabricantes e fornecedores de mobiliário que responderam aos concursos lançados pela DGEMN, dos técnicos envolvidos, enquanto funcionários dos serviços responsáveis, mas também como autores, para além de todos os elementos gráficos, fotografias e desenhos, fundamentais à análise do tema.

Esperamos assim que este trabalho possa contribuir para um maior conhecimento sobre a importância do mobiliário e dos seus agentes na definição dos edifícios públicos de iniciativa estatal, mas também para a dimensão vertente industrial e produtiva, apontando pistas para a sua caracterização.

I PARTE

1.

Uma prática dispersa

um universo por fixar

O ano de 1940 marcou a criação da primeira estrutura exclusivamente dedicada à aquisição de mobiliário e equipamentos para os serviços públicos nacionais. Integrada no organograma da DGEMN, no âmbito do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), a Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM) nasceu da necessidade de organizar e normalizar a atuação do Estado naquele campo, assumindo-a como indissociável do estudo e construção dos edifícios para a instalação de serviços públicos. Entendia-se que a articulação destas duas dimensões permitiria definir de forma mais consistente a paisagem edificada do país e os seus interiores e, através disso, mediar de modo mais adequado a interação entre Estado e cidadãos.

A integração desta valência no âmbito de atuação do MOPC e da DGEMN veio consolidar a posição dessas instituições como agentes primordiais na definição dos edifícios para serviços públicos, e reforçar o papel que o mobiliário poderia desempenhar nessa visão mais inclusiva. Se, por um lado, poderia estar implícita a esta decisão uma postura de carácter prático, de controlo de custos e agilização de processos, esta conteria também a ideia de que a harmonia entre essas duas dimensões, edificado e mobiliário, poderia beneficiar a imagem do Estado e promover uma boa relação entre todos os utentes daqueles espaços. A pertinência do estudo dos edifícios públicos e dos seus processos de instalação deixa claro o significado e importância que lhes estão subjacentes: uma vez que eles “*servirão de base material*” às instituições oficiais e ao seu funcionamento, devendo por isso “*oferecer condições adequadas, dignas – decorosas - a todos aqueles que neles trabalham e que os utilizam. Mas esses edifícios deverão ser, igualmente, representativos das instituições que neles funcionam, constituindo a materialização dos valores inatingíveis que lhes estão associados*”⁷². O Estado poderia determinar a sua

⁷² Cf. João Paulo Martins, “Uma cidade deve ser como uma casa grande para ser uma verdadeira cidade” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, p. 27.

dimensão material e formal, e com isso conformar e condicionar as relações estabelecidas e aquelas que viessem a realizar-se.

Estes edifícios deviam ser ainda exemplares, modelos a seguir, “*objectos de referência e de significação para os cidadãos, focos de identificação colectiva*”, mas simultaneamente elementos de exceção e de singularidade, que deviam distinguir-se obrigatoriamente dos demais, procurando uma reinterpretação do “*conceito de monumentalidade*”⁷³ na articulação entre esses dois planos. A definição destes edifícios através das opções arquitetónicas tomadas será sempre e apenas “*uma forma - entre outras possíveis - de entender a ordem social, com origem num grupo de indivíduos que, num certo momento histórico, em certo contexto político, social, e económico, geográfico detém o poder necessário e suficiente para conseguir a sua concretização. (...) Aqueles que detêm a capacidade de construir um edifício têm o poder para criar um determinado quadro de vida, um ambiente no qual irão ser desenvolvidas determinadas atividades*”⁷⁴. A dimensão construída das instituições reveste-se, por isso, de uma importância e significado que não poderão ser desvalorizados, e a extensão do seu impacto perdurará além do momento de usufruto dos seus utentes imediatos.

No Portugal contemporâneo, a definição dessa paisagem edificada sofreu constrangimentos vários, mas os seus momentos decisivos serão aqueles que decorrem da extinção das ordens religiosas. O primeiro decreto, de 1834, promulgado pelo Liberalismo; um segundo, em 1910, pela I República, incidindo nas congregações religiosas e ordens monásticas; e, por último, a lei da separação dos bens do Estado e da Igreja, publicada em 1911⁷⁵, deixaram sob tutela do Estado um conjunto de edifícios projetados para funções muito distintas, com datas de construção igualmente variadas, mais ou menos recuadas, e com diferentes estados de conservação. Face à necessidade de responder às solicitações de uma crescente máquina administrativa⁷⁶, a disponibilidade

⁷³ Cf. João Paulo Martins, “Uma cidade deve ser como uma casa grande para ser uma verdadeira cidade” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, pp. 27-28.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 30

⁷⁵ Cf. Filomena Bandeira, “A formação da rede nacional de estabelecimentos judiciais de internamento para menores. Cartografia de complexos arquitectónicos, estratigrafia de políticas e programas” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, p. 38.

⁷⁶ O trabalho de Joana Estorninho para o século XIX ajuda a compreender essas dinâmicas de crescimento e articulação do corpo crescente de funcionários com o espaço de trabalho (Joana Estorninho de Almeida, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica), UL-ICS, 2008).

destes conventos e mosteiros foi oferecendo ao Estado soluções mais ou menos qualificadas para a instalação de serviços públicos da mais variada natureza, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Não obstante este contexto, estava em curso um movimento de concentração das secretarias de Estado e ministérios na Praça do Comércio, novo centro administrativo da capital. O processo de transferência foi muito lento e, quando finalmente se conseguiram instalar, aqueles edifícios, que umas décadas atrás eram considerados espaçosos e adequados à sua função, encontravam-se já ultrapassados e sobrelotados⁷⁷. A complexificação e o crescimento da máquina administrativa decorreram a um ritmo distinto da concentração física e geográfica dos serviços, vista então como uma garantia importante para um funcionamento eficaz dos serviços públicos. As tutelas tiveram de olhar, de novo, para além da Praça do Comércio, em busca de novas instalações, mais adequadas às suas funções e dimensões⁷⁸. Outras zonas da cidade, algumas delas recentes, permitiam acomodar novos edifícios, cujos projetos e orientações não sofreriam os constrangimentos naturais da cidade consolidada e não implicavam a reformulação integral das áreas de implantação. Não obstante os planos de reformulação do centro administrativo, que acabou por não se concretizar com a extensão inicialmente projetada⁷⁹, a Praça do Comércio foi deixada, *grosso modo*, na sua configuração original, mas incapaz de acomodar todos os serviços necessários, apesar das intervenções parciais levadas a cabo. Ao mesmo tempo, esse Estado que se movimentava em direção ao centro, na geografia da capital, procurou também amplificar e consolidar a sua dispersão pelo território nacional, tentando encurtar distâncias em relação a Lisboa, ao Porto e às capitais de distrito, e assim fortalecer a sua presença⁸⁰.

⁷⁷ Os serviços que se encontravam instalados noutros locais da cidade, não estavam, na sua esmagadora maioria, em edifícios próprios, ocupando prédios de habitação e ficando por isso sujeitos aos caprichos dos senhorios (Joana Estorninho de Almeida, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica), UL-ICS, 2008, p. 285).

⁷⁸ Cf. Joana Estorninho de Almeida, *A Cultura Burocrática Ministerial. Repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*, tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Histórica), UL-ICS, 2008, p. 275.

⁷⁹ Projeto dos Novos Ministérios, que será desenvolvido com mais pormenor no terceiro capítulo desta tese.

⁸⁰ Cf. Filipe Nunes, *Os Diretores Gerais: o recrutamento das elites administrativas no Portugal Democrático*, tese de doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Política), UL-ICS, 2012, p. 68. A referência reporta-se a meados do século XIX, mas fortalece a ideia de que a dispersão de serviços pelo país, apesar de necessária, encontrou vários obstáculos na sua concretização, tendo na administração local um apoio essencial, e que por isso acabou por ditar as regras dessa instalação.

A instalação de serviços públicos decorreu a diferentes velocidades e dependeu da necessidade e iniciativa quer de agentes centrais, quer dos regionais, da urgência da sua implementação, do estado de conservação dos edifícios onde se encontravam instalados, das verbas alocadas às intervenções a realizar e do nível de representação oficial implícito. Este processo revelou um panorama tão diverso quanto assimétrico, na medida em que muitos seriam os serviços que se encontravam relativamente bem instalados, enquanto outros permaneceriam em edifícios reaproveitados, com adaptações por vezes apressadas, improvisadas, insuficientes, e de poucos recursos. As queixas foram frequentes e muito esclarecedoras da realidade em que muitos destes serviços funcionavam. Em 1936, por exemplo, o administrador dos Correios, Telefones e Telégrafos (CTT), num relatório sobre o estado das instalações do serviço, caracterizava-as como “*francamente más, predominando as estações em primeiros andares, com área insuficiente, em mau estado de conservação, sem qualquer espécie de conforto (...), não obedecem a qualquer plano ou programa geral*”⁸¹. Mais de uma década e meia depois, em 1952, também a Guarda Fiscal levou a cabo um levantamento à escala nacional, concluindo que, de um modo geral, “*os serviços da Guarda Fiscal se encontram modestamente instalados e por vezes em condições precárias e deficientes. Poucos edifícios há que tivessem sido expressamente construídos para quartéis e postos, ocupando a maioria dos serviços prédios pertencentes ao Estado, ou alugados a particulares, em geral mal localizados e mal-adaptados ao fim que se destinam*”⁸². Apesar do intervalo de tempo que medeia as duas informações, ambas são representativas da realidade do funcionamento destes serviços, que relembavam recorrentemente às respetivas tutelas a importância em repor a autoridade e o respeito pelo Estado, materializado na qualidade das instalações e conseqüentemente da prestação do seu serviço.

A necessidade de acomodar condignamente os serviços públicos nacionais foi uma constante durante as décadas que compreendem este estudo. O estado de degradação das condições dos edifícios existentes, a definição de estratégias de investimento e o reforço da presença do Estado em certos contextos programáticos, foram algumas das linhas orientadoras para o estudo e construção de edifícios para serviços públicos, a sua

⁸¹ Apud Carlos Bártolo, *Arquitetura e equipamento do modernismo ao Estado Novo. As estações de Correio do Plano Geral de Edificações, 1937-1952*, 1998, p. 5.

⁸² Cf. “Estudo do plano de obras de conservação dos edifícios da Guarda Fiscal. Relatório (1952)” (PT DGEMN: DREL 0266/01).

conservação e manutenção, desenvolvidas pelo MOPC. Este assumiu-se claramente como o braço executor do Estado, estudando, planeando, definindo e materializando as suas necessidades construtivas. Apesar de não ser esta a questão estruturante da presente tese, foi nesta dinâmica de reequipamento do país que foram enquadrados alguns dos edifícios públicos que iremos abordar. Dos casos escolhidos, uns estiveram diretamente relacionados com a promoção e estímulo de setores específicos da economia nacional, ou foram parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento do país, outros resultaram da necessidade de articulação adequada do edificado às suas funções, incluindo as mais recentes reflexões e orientações sobre os respetivos programas nos seus equipamentos⁸³.

Os serviços que requeriam uma dispersão territorial dependiam da articulação entre a administração central e local nos seus processos de instalação, ficando por esse motivo mais dependentes dos recursos, financeiros e outros, das câmaras municipais. Os tribunais de comarca, por exemplo, foram uma dessas categorias que dependeram das soluções desenvolvidas pelos municípios que, em períodos cronológicos mais recuados, consistiram no aproveitamento de edifícios que não tinham sido originalmente construídos para aquelas funções, e onde se reuniam muitas vezes vários serviços, alguns deles de naturezas distintas⁸⁴, assim como as repartições da Direcção-Geral da Fazenda Pública⁸⁵.

⁸³ Como foi o caso das instituições judiciais e prisionais, por exemplo, que o projeto ARQJUP e a publicação *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978* (2009) vieram demonstrar, assim como o programa dos liceus nacionais, que os trabalhos de Alexandra Alegre (*Arquitetura Escolar: o edifício liceu em Portugal (1882-1978)*, tese de doutoramento em Arquitectura, IST, 2009), Gonçalo Canto Moniz (*Arquitetura e Instrução. 1836-1936. O Projecto Moderno do Liceu*, provas de aptidão e capacidade científica, UC, 2002) e Fernando Moreira Marques (*Os Liceus do Estado Novo: Arquitectura, Curriculo e Poder*, dissertação de mestrado em Ciências da Educação, UL, 2009) permitiram esclarecer.

⁸⁴ O Sistema de Informação para o Património Arquitetónico tem identificados, por todo o país, edifícios que albergaram tribunais, cadeias, câmaras municipais e outros serviços, algumas vezes em simultâneo. Esta constatação, ainda que requerendo um olhar mais sistemático, parece-nos significativa da forma como funcionaria o Estado fora da capital e das condições em que muitas vezes era exercida a sua autoridade (*vide* www.monumentos.gov.pt).

⁸⁵ Em 1942 foi publicada uma portaria, pela Direcção-Geral da Fazenda Pública (Portaria n.º 10 055, 25.03.1942), que pretendia normalizar o balcão e mobiliário para as tesourarias da Fazenda Pública. Este diploma integrou desenhos anotados, para além da listagem, espaço a espaço, e segundo as classes de tesourarias, dos elementos de mobiliário que os deviam integrar: mesas, cadeiras, candeeiros, secretárias, balcões, contadores de dinheiro, mesas especiais para colocar os documentos de cobranças, entre outros. Pretendia-se dessa forma acabar “*com a disparidade, insuficiência e mau aspecto*” daqueles espaços e, através disso, “*concorrer para o prestígio dos serviços públicos*” e para a “*comodidade dos funcionários e conveniência de todos*”, uma vez que a responsabilidade da integração desses equipamentos nas respetivas repartições recaia sobre os municípios.

O sistema prisional nacional, por exemplo, dependeu, no início do século XX, de dois estabelecimentos centrais, em Lisboa e Coimbra, projetados e construídos de raiz, mas deixou as restantes comarcas do país a depender de instalações improvisadas e sob tutela das câmaras municipais. A mudança de paradigma ocorreu apenas na década de 1930, com a publicação da lei da organização prisional⁸⁶, que estabeleceu um plano nacional de construções para os estabelecimentos prisionais e criou uma comissão responsável pelo seu estudo e implementação, como veremos mais adiante.

Situação muito semelhante foi a que se verificou para os estabelecimentos tutelares de menores. Também para esta categoria de instalações houve oportunidade de projetar e construir edifícios específicos para aquela função; mas houve casos em que, para a implementação do programa dentro do prazo definido, sentiu-se necessidade de encontrar a sua primeira instalação em antigos edifícios conventuais⁸⁷. Apesar de uma aparente adequação e flexibilidade destes edifícios às novas funções (a sua organização interna, com espaços amplos, habilitados e habituados a albergar largas dezenas de indivíduos), estes não reuniam, contudo, as condições adequadas para a implementação do sistema tutelar em todas as suas vertentes⁸⁸ - a separação dos grupos de menores por seções ou famílias e a aplicação do programa educativo previsto requeriam outro tipo de requisitos. Mas a urgência para a sua concretização obrigava ao seu aproveitamento e estes antigos conventos e edifícios religiosos foram assegurando, durante décadas, o funcionamento do programa correccional e reeducativo de menores em Portugal. Também neste setor foi necessário chegar à década de 1950 para que fossem construídos novos edifícios, com projetos de arquitetura que procuraram dar forma às exigências do programa de reeducação, integrados num plano de intervenção que manteve os já existentes, ainda que profundamente reformulados e adaptados⁸⁹.

⁸⁶ Cf. Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936.

⁸⁷ Cf. Ricardo Agarez, “A Arquitectura para o programa correccional e reeducativo de menores em Portugal: cem anos de respostas” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, pp. 81-124.

⁸⁸ Cf. Ricardo Agarez, “A construção de uma casa de reeducação de menores em Caxias: contingência, projeto e modelos no Vale da Misericórdia (1901-1961)” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, pp. 129-153, e Sofia Diniz, “O Convento de Santa Clara de Vila do Conde: cento e seis anos de memórias” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, pp. 155-175.

⁸⁹ Cf. Ricardo Agarez, “A Arquitectura para o programa correccional e reeducativo de menores em Portugal: cem anos de respostas” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, p. 119.

Estes são apenas alguns exemplos de uma dinâmica que caracterizou as primeiras décadas do século XX e que teve na definição e consolidação do novo regime político a sua força motriz. Era urgente conter os processos de adaptação e reconversão de construções que cumpriam o seu serviço público com muitas debilidades e estancar a degradação de edifícios que, podendo até ter sido projetados com aquela finalidade, já não reuniam as condições entendidas como necessárias para o fazer com dignidade e respeito desejados. A gradual concentração no MOPC de recursos técnicos, humanos e financeiros, mas também de competências legais e administrativas no que ao construído dizia respeito, transformou este Ministério no epicentro de toda a atividade de construção, reabilitação e salvaguarda do património edificado nacional. Seja com a criação da DGEMN e da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU)⁹⁰, seja através das várias estruturas eventuais que foi gerando e acolhendo no seu organograma, o MOPC tornou-se num dos atores essenciais na definição da dimensão edificada dos serviços públicos nacionais, assim como dos seus interiores. Não obstante a criação da CAM, todos os organismos permanentes ou eventuais que fizeram parte do Ministério tiveram responsabilidades sobre o mobiliário e equipamento fixo a integrar nos edifícios sob sua tutela e cada Ministério manteve relativa autonomia na conservação e manutenção das instalações dos seus serviços, característica que se estendeu à definição do mobiliário e equipamento, numa estrutura de decisão que permanece hoje, contudo, por conhecer em todos os seus contornos.

Nesse sentido, a ideia de *prática dispersa* é fundada na constatação de que cada entidade, desde que dedicada ao estudo de um programa ou tipologia, ou genericamente responsável pela sua instalação, terá decidido sobre o mobiliário e equipamento a integrar. A definição destas fronteiras nem sempre se revelou, ao longo da presente investigação, de forma linear e isenta de incertezas, mas a confirmação dessas competências permitiu-nos dispor de alguns marcos, a partir dos quais certos limites puderem ser desenhados.

Parece-nos relevante deixar uma nota sobre os edifícios públicos construídos nos antigos territórios ultramarinos. Não obstante toda a investigação que tem vindo a ser desenvolvida sobre esta temática⁹¹, as informações referentes ao mobiliário para aqueles

⁹⁰ Criada em 1944, pelo decreto-lei n.º 34 337, 27.12.1944.

⁹¹ De destacar os seguintes projetos e publicações: *Gabinetes Coloniais de Urbanização: cultura e prática arquitectónica* (PTDC/AURAQI/104964/2008), projeto coordenado por Ana Vaz Milheiro; *La modernidad ignorada. Arquitectura moderna de Luanda*, Fundação Geral da Universidade de Alcalá, 2011; *Arquitetura*

equipamentos são ainda escassas e pouco significativas, deixando vislumbrar uma área de estudo por explorar.

Neste capítulo iremos dar a conhecer algumas das vias identificadas e desenvolvidas pelo Estado na gestão do mobiliário e equipamentos para os serviços públicos, no seu estudo e aquisição. A ideia de universo disperso e por fixar foi o ponto de partida para esta reflexão, no sentido em que, para além da Comissão para Aquisição de Mobiliário, outros intervenientes foram identificados, com relevância e significado para o estudo do tema, e que por essa razão devem ser referidos e explorados.

Moderna em África: Angola e Moçambique, ed. Ana Tostões, Lisboa, FCT, 2013 e *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*, Lisboa, Caleidoscópio, 2014; Maria Manuela Afonso da Fonte, *Urbanismo e arquitectura em Angola de Norton de Matos à Revolução*, tese de doutoramento em Planeamento Urbanístico, FA-UTL, 2008; Elisiário Miranda, *Liberdade & Ortodoxia: infraestruturas de arquitectura moderna em Moçambique (1951–1964)*, tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade do Minho, 2013; Ana Isabel Magalhães, *Migrações do moderno: arquitectura na diáspora: Angola e Moçambique (1948-1975)*, tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade Lusíada de Lisboa, 2015; Joana Bastos Malheiro, *A Cidade no Estado Novo: o desenho urbano na obra de João António de Aguiar*, tese de doutoramento em Arquitetura, FA-UL, 2018.

1.1 Ministério das Obras Públicas e Comunicações

O Ministério das Obras Públicas, que acolheu e promoveu a criação da CAM, em 1940, encontrava-se, desde a década anterior, num progressivo processo de reformulação e reestruturação. O ano de 1932 marcou uma das suas mais profundas remodelações⁹² – o Ministério que até então se denominava do Comércio e das Comunicações, voltou a incluir na sua designação a pasta das Obras Públicas⁹³, um reflexo da centralidade e do protagonismo que aquela dimensão da ação governativa deveria assumir. Os dois períodos⁹⁴ de Duarte Pacheco (1900-1943) enquanto ministro das Obras Públicas e Comunicações foram determinantes na definição da missão do Ministério. As décadas precedentes tinham desenvolvido uma máquina administrativa vista genericamente como desorganizada, plena de redundâncias e sem um aparente planeamento ou visão estratégica, entendendo-se por isso urgente a reestruturação e racionalização dos serviços, através de processos de centralização, extinção e fusão de organismos. As Obras Públicas emergiram, simultaneamente, como uma prioridade e um agente nessas movimentações. A rede de entidades administrativas seria tão eficaz quanto os seus serviços estivessem relacionados de forma lógica, num sistema de hierarquias claro, que agilizasse a comunicação entre as partes e os processos de decisão, e no qual cada entidade tivesse muito explícitas quais as suas atribuições.

A intensidade de produção legislativa emanada pelo MOPC durante os anos de 1932 e 1936 foi um sinal indiscutível do plano metódico que Duarte Pacheco havia desenhado para o país, e que seria acompanhado pela remodelação do organograma do próprio Ministério, devendo ser também ele o reflexo e o principal instrumento na sua concretização⁹⁵. As comissões e delegações de obras, que iremos encontrar ainda em atividade nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, surgiram algumas delas nesses primeiros tempos de econa pasta das Obras Públicas, numa demonstração clara da abrangência e do pragmatismo da sua visão. A criação de dois hospitais escolares, o

⁹² Cf. Decreto n.º 21 454, 07.07.1932.

⁹³ Durante o período republicano, as Obras Públicas deixaram de constar na designação do Ministério; aquela competência esteve integrada, sucessivamente, no Ministério do Fomento (1910), Ministério do Comércio (1917) e Ministério do Comércio e Comunicações (1919).

⁹⁴ Duarte Pacheco foi ministro das Obras Públicas entre julho de 1932 e janeiro de 1936, e de novo entre maio de 1938 e novembro de 1943, data do seu falecimento.

⁹⁵ Cf. Sandra Costa, *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, 2012, p. 100.

programa das Casas Económicas, a reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas, a construção das cidades universitárias de Lisboa e Coimbra, os estudos para a nova Biblioteca Nacional, e os planos de urbanização que previam um crescimento urbano com qualidade, para além do papel estruturante e determinante da implementação das infraestruturas fundamentais para o crescimento económico do país, tiveram o seu momento fundacional naquele período⁹⁶. Quando regressa à pasta das Obras Públicas, em 1938, Duarte Pacheco afinou a sua estratégia e incluiu o programa das comemorações centenárias, as casas económicas e desmontáveis, as escolas primárias (um programa cujas fundações haviam sido lançadas enquanto ministro da Instrução Pública, em 1928), os planos gerais de melhoramentos urbanos e rurais, o abastecimento de água e saneamento, a reorganização dos portos marítimos, e as infraestruturas hidroelétricas, quer na sua vertente agrícola, quer na geração e fornecimento de energia elétrica. A implementação deste plano teve na criação do Comissariado do Desemprego⁹⁷ uma ferramenta indissociável, permitindo a obtenção de verbas e o recrutamento de mão-de-obra para a concretização das respetivas obras. Não obstante alguns destes edifícios ou programas não terem sido desenvolvidos ou construídos durante os períodos em que Pacheco esteve naquele Ministério, estes foram integrando os sucessivos planos de ação da pasta das Obras Públicas até à sua conclusão, deixando patente o impacto e a abrangência da visão do Ministro.

Entre 1932 e 1943, o MOPC foi acolhendo e resgatando a outras pastas ministeriais a responsabilidade sobre a construção dos edifícios públicos afetos ao cumprimento das respetivas funções. O diploma publicado em 1941⁹⁸ esclareceu de forma inequívoca que essa competência residia exclusivamente no MOPC e que dali procederiam todas as diligências relativas ao estudo, construção, ampliação, restauro e conservação dos edifícios e monumentos nacionais, deixando apenas que *“pequenas obras eventuais de conservação ou reparação em prédios do Estado possam ser efetuadas diretamente pelos organismos dos diferentes Ministérios ali instalados”*⁹⁹. Esta

⁹⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a figura de Duarte Pacheco e da sua herança junto das Obras Públicas, consultar os trabalhos de Sandra Vaz Costa, *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, tese de doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009, e *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012.

⁹⁷ Cf. Decreto n.º 21 699, 30.09.1932.

⁹⁸ Cf. Decreto-lei n.º 31 271, 17.05.1941.

⁹⁹ *Ibidem*.

intenção centralizadora dos processos pressupunha a disponibilização de recursos humanos, técnicos e orçamentais que permitissem responder a um volume de solicitações que se previa crescente.

A reformulação efetuada em 1946¹⁰⁰ autonomizou de vez as Obras Públicas – situação que se manteve até 1974¹⁰¹ –, passando a pasta das Comunicações a constituir Ministério próprio¹⁰². Este ajuste na sua orgânica terá sido um passo decisivo no plano estratégico que vinha a ser desenhado para o país, desde a década de 1930, e refletia o papel que as Obras Públicas teriam na construção da imagem do regime. A *Exposição dos 15 anos de Obras Públicas*¹⁰³, organizada em 1948, reforçou ainda mais essa dimensão. Tratava-se de uma clara atividade de propaganda do regime, que pretendia “*exaltar o poder realizador do Estado Novo, exemplificando-o através de um conjunto de obras já inauguradas ou em fase de conclusão*”¹⁰⁴, onde as Obras Públicas eram o agente principal dessa profunda transformação que se pretendia divulgar.

O trabalho de preparação e organização da exposição foi também ele uma etapa significativa no desenvolvimento de certos procedimentos no funcionamento do Ministério. As dificuldades na recolha da informação a integrar a exibição deixou transparecer fragilidades várias, entre elas a ausência de dados sistematizados sobre a atividade daquele Ministério, nos últimos quinze anos, dados que nenhum dos serviços dependentes do MOP havia registado de forma estruturada¹⁰⁵. A publicação dos relatórios de atividade do Ministério, que começaram a ser compilados e editados apenas a partir de 1950, terá sido uma consequência decisiva desse momento. Neles constavam as intervenções de cada serviço do MOP e eram comunicadas outras notícias e informações relevantes para a compreensão da atividade global do Ministério durante determinado

¹⁰⁰ Cf. Decreto-lei n.º 36 061, 27.12.1946.

¹⁰¹ Cf. Decreto-lei n.º 203/74, 15.05.1974.

¹⁰² Com a separação das pasta, o Ministério das Comunicações passou a integrar os seguintes serviços: Conselho Superior dos Transportes Terrestres; Direcção-Geral de Caminhos de Ferro e Fundo Especial de Caminhos de Ferro; Direcção-Geral dos Serviços de Viação; Administração-geral dos Correios, Telégrafos e Telefones; Administração-geral do Porto de Lisboa; Administração dos Portos de Douro e Leixões; Junta Autónoma dos Portos; Conselho de Tarifas dos Portos e o Gabinete Técnico dos Aeródromos Cívicos.

¹⁰³ A exposição teve lugar no Instituto Superior Técnico e foi inaugurada a 28 de maio de 1948; foram publicados folhetos relativos a cada um dos temas expostos, um catálogo, designado de *Livro de Ouro* e um filme documentário realizado por António Lopes Ribeiro.

¹⁰⁴ Cf. Margarida Acciaiuoli, “A Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas: arquitetura e propaganda” in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, 2019, p. 110.

¹⁰⁵ “O mal, aliás conhecido, sobressaiu flagrantemente quando se tratou de organizar a Exposição de Obras Públicas de 1948. A qual obrigou a um trabalho insano de pesquisa nos arquivos dos serviços e à obtenção por atacado – o que foi dispendioso em virtude da urgência e das deslocações a que deu azo – de fotografias das principais obras realizadas desde a criação do Ministério, em 1932” (MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no triénio 1947-1949*, Lisboa, 1950, pp. 5-6).

ano, sistematizando os dados relativos à sua atividade e promovendo uma leitura estruturada do seu funcionamento e das suas realizações.

As décadas de 1950 e 1960 foram de consolidação das suas atribuições, delegando nas estruturas permanentes a prossecução dos planos estratégicos para o país, gizados em parte em torno dos Planos de Fomento e, nas estruturas eventuais, o desenvolvimento e implementação de objetivos mais específicos. A orgânica do MOP no arranque da década de 1950 refletia essa atenção específica à construção de importantes equipamentos para o país, mas também dos programas tipológicos entendidos como essenciais para o seu desenvolvimento, e incluía os instrumentos vistos como relevantes para a concretização e regulação desses processos: Conselho Superior das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Junta Autónoma de Estradas, Direcção-Geral Urbanização, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Commissariado do Desemprego, Comissão de Construções Hospitalares, Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército, Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha, Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários (que integrava o Instituto Português de Oncologia e os Hospitais Escolares), Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra, Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidroelétricos, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa. Seriam mais tarde adicionados outros organismos, como o Gabinete da Ponte sobre o Tejo¹⁰⁶, a Comissão Coordenadora das Obras Públicas do Alentejo¹⁰⁷, a Comissão Administrativa para as Novas Instalações das Forças Armadas¹⁰⁸, o Fundo de Fomento da Habitação¹⁰⁹ e a Direcção-Geral das Construções Escolares¹¹⁰.

Uma vez definido o papel a desempenhar pelo MOP na planificação, estudo e construção dos edifícios públicos, era sua também a responsabilidade da articulação com os respetivos ministérios tutelares, procurando as soluções mais adequadas e eficazes para a sua concretização. As comissões, enquanto estruturas eventuais que permitiam a

¹⁰⁶ Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1960*, Lisboa, 1961.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1961*, Lisboa, 1962.

¹⁰⁹ Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1969*, Lisboa, 1972.

¹¹⁰ *Ibidem*.

integração de representantes dos vários serviços envolvidos e de especialistas em cada área, foram a figura administrativa preferencial, opção que se refletiu no elenco de organismos que integraram o Ministério. O grau de especialização gerado transformou estas comissões em repositórios privilegiados de conhecimento sobre aqueles edifícios ou programas construtivos, nas suas diversas vertentes, incluindo o mobiliário e equipamentos fixos. Com diferentes níveis de envolvimento, como veremos de seguida, estas estruturas foram instrumentais para a definição e implementação da paisagem edificada nacional e dos seus interiores. A partilha de informação e documentos gráficos entre os vários serviços dependentes do Ministério, assim como a mobilidade e acumulação de funções e papéis dos funcionários entre os vários departamentos, fomentaram uma fertilização cruzada de experiências e soluções que reforçou o papel do MOP enquanto agente preferencial.

1.1.1 CONSTRUÇÕES ESCOLARES

No setor das construções escolares, a Junta para as Construções do Ensino Técnico e Secundário e as comissões dedicadas às cidades universitárias de Lisboa e Coimbra foram os agentes principais no estudo, projeto e implementação dos equipamentos escolares e dos seus interiores, importando, por isso, dedicar-lhes alguma atenção.

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS)

Em 1928 foi criada a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário que tinha por missão a aplicação de um empréstimo de 40 000 milhões de escudos para “*a construção de edifícios para o funcionamento de liceus, à conclusão dos já iniciados e a grandes reparações (...) aquisição de mobiliário e material didático necessário (...) e ainda à despesa de instalação das residências de estudantes.*”¹¹¹ Esta Junta dependeu do Ministério da Instrução Pública até à sua transferência para o MOPC em 1933, momento no qual se procedeu à renovação da sua estrutura e respetivo regulamento¹¹². Em 1934 a sua designação foi alterada para Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS)¹¹³, denominação que manteve até à sua extinção, em 1969, e que passou a refletir essa nova orientação, ajustando-se à estratégia que o Governo pretendia seguir, no “*reconhecimento da necessidade premente de impulsionar o Ensino Técnico, dando-lhe maior eficiência e criando condições de trabalho e de estímulo às populações escolares que se orientassem naquele sentido*”¹¹⁴. Mantendo as suas atribuições e incumbências definidas anteriormente, mas reconhecendo esta nova dimensão da sua atuação, a Junta só começou a dedicar-se efetivamente ao planeamento e construção das escolas técnicas em 1948, com a publicação da Reforma e do Estatuto do Ensino Técnico Profissional¹¹⁵, com base na qual se estabeleceram os primeiros planos e programas de construção de edifícios para o ensino técnico.

¹¹¹ Cf. Decreto-lei n.º 15 942, 11.09.1928.

¹¹² Cf. *Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário. 35 Anos*, MOP, Lisboa, 1963, p. 1.

¹¹³ Cf. Decreto-Lei n.º 24 337, 10.08.1934; sucessor da Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário.

¹¹⁴ Cf. *Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário. 35 Anos*, MOP, Lisboa, 1963, p. 2.

¹¹⁵ Os esforços concentram-se então no campo das escolas para o ensino técnico, largamente dotadas no Plano de Fomento em execução (MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1952*, Lisboa, 1953, p. 12). A via de ensino técnico-profissional incluía ainda estabelecimentos de ensino de práticas de agricultura, agroindustriais, artes decorativas e regentes agrícolas.

A urgência na formação dos recursos humanos que permitissem apoiar o desenvolvimento da economia nacional, em especial do setor produtivo, foi a grande missão da Junta durante este período. Para além do ensino comercial, foi feito um grande investimento nas áreas da metalomecânica e eletrotécnica, na instalação de modernas oficinas, “*estâncias sadias, profusamente iluminadas e arejadas, estimulando a aquisição de hábitos de ordem e asseio (...) racionalmente equipadas, onde sobressai o perfil funcionalmente elegante das modernas máquinas-ferramentas*”¹¹⁶. Pretendia-se assim atualizar a perceção de ensino técnico, dignificando aquele tipo de aprendizagem e, conseqüentemente, as opções profissionais seguidas pelos jovens alunos. A centralização desta responsabilidade numa única entidade orientou o desenvolvimento de projetos para uma racionalização e uniformização de soluções e, a partir da década de 1950, à implementação de projetos-tipo¹¹⁷, uma estratégia que seria fundamental para a concretização de programas com uma tal dimensão e escala.

Apesar das inovações que se sentiram no campo construtivo, no que ao mobiliário diz respeito, os modelos compilados pela JCETS na década de 1930 continuaram a ser utilizados nas décadas seguintes, quer em escolas técnicas quer em liceus. Uma vez gizada a ideia de um catálogo de modelos-tipo, em grande parte desenhados por Jorge Tavela de Sousa (1913-1998), estes serviram de base para os fornecimentos de que foi responsável a Junta. Mais do que um conjunto de peças definidas previamente, a compilação de um catálogo terá nascido de forma relativamente orgânica, ao qual foram acrescentados modelos à medida das necessidades específicas dos vários tipos de escolas e mesmo de cada edifício em particular. Esses modelos, para além de instrumentais para a própria Junta, conheceram existência fora do seu âmbito estrito, circulando entre outras comissões e delegações que, por necessidades muito específicas, recorreram naturalmente àquelas materiais e que décadas de intervenções validavam como os mais adequados¹¹⁸.

A reorganização de que os organismos dedicados à educação foram alvo, em finais da década de 1960, tornou redundantes organismos como a JCETS. Assim, em 1969, procedeu-se à sua extinção e os seus recursos foram transferidos para a então criada

¹¹⁶ Cf. *Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário. 35 Anos*, MOP, Lisboa, 1963, p.13.

¹¹⁷ Cf. Alexandra Alegre, “Mobiliário para liceus e escolas técnicas: enquadramento da sua produção nos princípios da arquitetura escolar” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, 2015, p. 109.

¹¹⁸ Sanatórios com secções infantis, onde existiriam salas de aula, seriam equipados recorrendo aos modelos da JCETS, ou estabelecimentos prisionais com espaços para ensino, entre outros casos. Também a DOCEP recorreu às propostas de mobiliário desenvolvido pela JCETS (*Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40-Anos 70*, vol. II, Lisboa, DGAE, 1996, p. 270).

Direcção-Geral das Construções Escolares¹¹⁹, no âmbito do MOP, que assumiu a partir de então toda a responsabilidade sobre as construções escolares, mas também sobre a aquisição de equipamento e mobiliário.

Comissões Administrativas das Cidades Universitárias

O desenvolvimento dos projetos para as cidades universitárias de Lisboa e Coimbra foi realizado através de comissões específicas que as estudaram, construíram e equiparam. A Comissão Administrativa para as Novas Instalações Universitárias (CANIU) foi criada em 1935¹²⁰ para dirigir, administrar e fiscalizar as obras de construção dos hospitais escolares de Lisboa e Porto e dos Novos Edifícios, destinados à Reitoria e às faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa. As suas atribuições foram ampliadas, em 1957¹²¹, passando a ter a seu cargo a elaboração dos estudos e projetos das instalações desportivas e culturais, dos organismos circum-escolares e outros, compreendidos nos planos das Novas Instalações Universitárias do Porto, assim como a administração e fiscalização das obras que, para a execução do respetivo plano, viessem a ser determinadas¹²². Até à sua extinção, em 1969, e integração na Direcção-Geral das Construções Escolares, o estudo, definição e aquisição do mobiliário e equipamento fixo para os vários edifícios foi igualmente da responsabilidade desta Comissão¹²³, enquanto que os edifícios onde funcionavam as diversas faculdades da Universidade de Lisboa, até à sua transferência para os novos edifícios no Campo Grande, permaneceram sob tutela da DGEMN, na sua manutenção, e da CAM, nos fornecimentos de mobiliário e equipamento¹²⁴. A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, como atestam os vários processos de fornecimento existentes¹²⁵, manteve uma relação semelhante, uma vez que a sua transferência para novas instalações só ocorreu em 1985, permanecendo até então na antiga Escola Politécnica.

¹¹⁹ Cf. Decreto-lei n.º 49 169, 05.08.1969.

¹²⁰ Cf. Decreto-lei n.º 24 865, Jan. 1935.

¹²¹ Cf. Decreto-lei n.º 41 375, 04.07.1957.

¹²² Cf. MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1957 e 1958*, Lisboa, 1959, p. 517.

¹²³ Cf. Ana Mehnert Pascoal, “Mobiliário para a Cidade Universitário de Lisboa: formas simples, funcionalidade e bom aspecto” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, 2015, pp. 150-155.

¹²⁴ Concurso de empreitada para mobiliário para a Sala dos Actos da Faculdade de Letras (PT DGEMN: CAM 0307/08, 1950-1951).

¹²⁵ Faculdade de Ciências (PT DGEMN: CAM 0260/08, 0260/09, 0260/10, 0305/02, 0335/1, 0335/2, 0335/3, 0353/02, 0353/03, 0353/04, 0353/05, 0353/06, 0353/07, 0353/08, 0353/09, 0359/02, 0406/07, 0440/12, 0440/14, 0484/15, 0487/01); Escola de Farmácia (PT DGEMN: CAM 0335/10).

Para a Universidade de Coimbra o processo foi semelhante, tendo sido instituída a Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), criada em 1941 e extinta em 1966. Da mesma forma, todas as decisões em torno da definição e aquisição de mobiliário e equipamento foram da exclusiva responsabilidade da CAPOCUC¹²⁶, que entendia essa dimensão de projeto como uma “*extensão, indissociável da estrutura arquitectónica que os suporta*”¹²⁷.

A JCETS, as comissões administrativas das Novas Instalações Universitárias e do Plano de Obras da Universidade de Coimbra, e a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias (DOCEP), dependente da DGEMN, como veremos mais adiante, cessaram as suas funções, revertendo para a nova direção-geral todas as tarefas e competências associadas – estudo, projeto, construção, ampliação, restauro, conservação e apetrechamento dos edifícios escolares de todos os graus e ramos de ensino, de residências de professores e estudantes, das instalações desportivas e culturais dos organismos circum-escolares e de outras construções compreendidas nos planos de construções escolares aprovados pelo Governo¹²⁸. A transição definitiva para a tutela da Educação só aconteceu em 1985, com a criação de um novo organismo, a Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, que agregou as competências das Obras Públicas e aquelas que já existiam na Educação.

1.1.2 CONSTRUÇÕES HOSPITALARES

Em 1946, a Lei n.º 2011 organizou o sistema hospitalar nacional e criou a Comissão de Construções Hospitalares (CCH), na dependência do MOPC, que tinha como missão “*organizar programas de construção, adaptação ou ampliação e equipamento dos estabelecimentos hospitalares, escolher e adquirir os terrenos, promover a elaboração dos projetos, dirigir e fiscalizar os trabalhos e assegurar o pagamento das despesas*”¹²⁹. Esta lei de bases definiu também as responsabilidades na construção, adaptação ou ampliação dos edifícios constantes do diploma legal,

¹²⁶ Cf. Susana Lobo, “Cidade Universitária de Coimbra: o desenho do mobiliário na construção de ‘obra total’” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 156-173.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 156.

¹²⁸ Cf. Decreto-lei n.º 49169, 05.08.1969.

¹²⁹ Cf. Base XXI da Lei n.º 2 011, 02.04.1946; as suas competências foram fixadas pelo Decreto n.º 35 621, 30.04.1946.

estabelecendo que tipos de edifícios deveriam ser contemplados, assim como os apoios que podiam ser dados a estabelecimentos de propriedade não estatal (o caso da Santa Casa da Misericórdia, por exemplo). Este diploma fixou ainda uma organização hospitalar para o país, dividindo-o em zonas, regiões e sub-regiões, e a estrutura que devia acompanhar essa organização - cada uma das dessas áreas deveria ter um hospital central, um regional e um sub-regional. Não obstante a sua designação, no âmbito desta Comissão ficavam excluídos os estabelecimentos dedicados à assistência psiquiátrica e luta contra a tuberculose, os quais ficavam remetidos para a esfera de atuação da DGEMN e para a CAM, no que ao mobiliário e equipamento fixo dizia respeito. No que concerne às instituições oncológicas e de assistência à lepra, estas tiveram comissões administrativas que desenvolveram soluções próprias, pelo menos nas fases iniciais da sua instalação, como veremos mais adiante.

A estrutura orgânica da CCH ficou definida através de um regulamento de serviço interno que estipulou o número de vogais a integrar e as respetivas áreas de especialização - um engenheiro vogal que seria o seu diretor-delegado, um vogal médico e um vogal arquiteto - e as funções e responsabilidades de cada um¹³⁰. Em 1957, cerca de uma década após a sua criação, houve necessidade de proceder a uma revisão das suas atribuições e competências, e esta passou a incluir a realização de obras noutros equipamentos hospitalares para além dos definidos no diploma inicial, desde que determinados pelo Governo¹³¹.

No âmbito do Ministério da Saúde e Assistência¹³² foi criada a Direcção-Geral dos Hospitais, em 1961¹³³, que passou então a concentrar as competências relativas aos edifícios e instalações de serviços hospitalares e de saúde, ainda que numa vertente essencialmente administrativa. Como refere uma nota informativa da CCH, os vários serviços que tinham essas atribuições reuniam “*um conhecimento vivo da realidade hospitalar, impossível de igualar*”¹³⁴, sendo por isso importante concentrá-lo num único organismo, permitindo que os seus estudos, planos e orientações fossem claros e eficazes.

¹³⁰ Cf. PT DGEMN: DSMN 0313/03, [1969]; em 1967 foi alargada a sua composição, com a criação do cargo de vice-presidente e integrando o inspetor superior de instalações e equipamento da Direcção-Geral dos Hospitais (Decreto-lei n.º 47 998, 20.10.1967).

¹³¹ Cf. Decreto-lei n.º 41 497, 31.12.1957.

¹³² Criado pelo decreto-lei n.º 41 825, 13.08.1958, passou a reunir os serviços de saúde pública e assistência pública num único ministério, que deixaram de pertencer ao Ministério do Interior. Em 1973, passou a Ministério da Saúde, através do decreto-lei n.º 584/73, 06.11.1973.

¹³³ Cf. Decreto-lei n.º 43 853, 10.08.1961.

¹³⁴ Cf. PT DGEMN: DSMN 0313/03, [1969].

Com este passo, o Ministério da Saúde e Assistência procurou também agilizar a colaboração com o CCH e o MOP, uma vez que cabia às Obras Públicas concretizar, no plano construtivo, o sistema de saúde e assistência desenhado pela pasta da Saúde. Com aquele novo organismo, o Ministério da Saúde e Assistência circunscrevia o número de interlocutores e promovia o desenvolvimento de uma estratégia de atuação concertada¹³⁵.

Em 1971, e à semelhança do que acontecera já com as construções escolares, foi criada no MOP a Direcção-Geral das Construções Hospitalares¹³⁶. Esta reorganização procurou em certa medida refletir a reestruturação que estava a ser levada a cabo pelo próprio Ministério da Saúde e Assistência. A reformulação da rede hospitalar teria as suas consequências no património edificado, sendo importante acompanhar essas alterações com um novo organismo, mais estruturado, de carácter permanente e que promovesse uma maior racionalização e eficácia dos recursos envolvidos. Importava acima de tudo manter o capital de experiência acumulado durante décadas de atividade da Comissão¹³⁷. A concentração numa só estrutura de todas as responsabilidades que, até então, haviam cabido ao MOP na área hospitalar era vista por isso como “salutar”¹³⁸, uma vez que os equipamentos dedicados à luta contra a tuberculose, o cancro, a lepra e as doenças mentais, por exemplo, apesar de terem sido sempre apoiados pelo MOP, tinham permanecido ausentes das atribuições da Comissão de Construções Hospitalares e da sua prática especializada. A nova Direcção-Geral permitiu a sua integração no grupo de estabelecimentos de saúde e assistência, anulando assimetrias e possibilitando intervenções mais informadas. A fusão dos dois organismos, Direcção-Geral das Construções Hospitalares e Direcção-Geral dos Hospitais, só ocorreu em 1985, com a criação da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde, na dependência do

¹³⁵ “(...) organizar com a CCH e sem prejuízo, quanto a esta, do disposto no decreto-lei n.º 41 497, os planos gerais de obras de construção, adaptação ou ampliação e equipamento das unidades hospitalares. (...) Tem de facultar à CCH planos de cobertura hospitalar, programas de hospitais, listas e especificações de material, apoio técnico sempre que necessário” (PT DGEMN: DSMN 0313/03, [1969]); “É tarefa da Comissão construir instalações hospitalares e afins. A sua construção implica, independentemente do planeamento geral da cobertura sanitária do País, a realizar pelo organismo competente do Ministério da Saúde e Assistência – a Direcção-Geral dos Hospitais – o estudo, programação e planeamento das realizações em diversas fases e sob vários aspectos, a elaboração de projectos e a realização das construções (...)” (PT DGEMN: DSMN 0313/03, 30.11.1969).

¹³⁶ Cf. Decreto-lei n.º 130/71, 06.04.1971.

¹³⁷ “Foi a CCH durante muitos anos o organismo mais documentado sobre construção e apetrechamento de hospitais. De tal modo que constituía mesmo o serviço a que o Ministério do Interior e depois da Saúde e Assistência recorriam normalmente para consultas sobre esta matéria, visto que os departamentos hospitalares daqueles Ministérios tinham apenas funcionários administrativos, enquanto na CCH havia engenheiros, arquitectos e médicos, os quais supriam da melhor forma que lhe era possível as deficiências dos referidos departamentos” (PT DGEMN: DSMN 0313-03, [1969]).

¹³⁸ Cf. Decreto-lei n.º 130/71, 06.04.1971.

Ministério da Saúde¹³⁹, deixando a pasta das Obras Públicas de ter tutela sobre estes edifícios.

Ao longo do seu período de atividade, a CCH participava nas decisões relacionadas com a seleção e aquisição de mobiliário e equipamento para os estabelecimentos hospitalares sob sua responsabilidade, transformando-a naturalmente no repositório preferencial de informação sobre esta dimensão de projeto. A existência de uma secção dedicada ao estudo do equipamento e mobiliário para os vários estabelecimentos hospitalares¹⁴⁰ permitiu a concentração de conhecimento e de recursos altamente especializados. A compilação informal de catálogos de mobiliário-tipo (figs. 12, 13 e 14) que terão resultado da integração dos desenhos dos projetos desenvolvidos para as várias intervenções, e de catálogos recolhidos durante os diversos processos de fornecimento, permitiram-lhe transformar-se naturalmente na entidade de referência para este tipo de mobiliário e equipamento. A partilha e circulação de modelos e soluções para a instalação de espaços dedicados à assistência e saúde ficou perceptível na integração de desenhos de mobiliário, com indicação da CCH nos processos de instalação de outros serviços, sem relação direta com a Comissão, e no apoio a entidades de carácter privado como a Santa Casa da Misericórdia¹⁴¹. O fornecimento de equipamento e mobiliário para os serviços de medicina e cirurgia a instalar no quartel da GNR na Rua das Janelas Verdes, em Lisboa, por exemplo, cuja intervenção estava a cargo da Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA), foi acompanhado parcialmente pela CCH, que indicou o mobiliário necessário para os serviços médicos e cirúrgicos daquele quartel¹⁴². Casos como este refletem o reconhecimento da Comissão como entidade especialista naquela área e à qual outros serviços podiam naturalmente recorrer, quer num acompanhamento de natureza mais técnica, quer na disponibilização de desenhos e modelos.

¹³⁹ Cf. Decreto-lei n.º 497/85, 17.12.1985.

¹⁴⁰ “(...) a secção de mobiliário e equipamento continuou a estudar paralelamente a execução das obras, como nos anos anteriores, os vários tipos de equipamento a adquirir para os estabelecimentos em construção e a promover a sua aquisição mediante concursos públicos realizados diretamente ou pelas entidades que solicitam a intervenção da Comissão.” (MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1961*, Lisboa, 1962, p. 433).

¹⁴¹ “(...) os serviços técnicos desta Comissão continuam o estudo do equipamento e mobiliário para os vários edifícios hospitalares prestando paralelamente toda a assistência técnica necessária, às respectivas Misericórdias, para a sua aquisição em regime de comparticipação.” (MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1955*, Lisboa, 1956, p. 232).

¹⁴² Cf. DSARH 009/125-0173/01, 1965.

A Comissão Administrativa para as Novas Instalações Universitárias, já referida, foi responsável pelo estudo, projeto e construção dos hospitais-escolares de Lisboa e Porto. A necessidade de construção dos hospitais foi estabelecida em 1933, com a criação da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários (CANEU)¹⁴³, mas só em 1953 foi inaugurado o hospital-escolar de Lisboa, e em 1959, o do Porto. Com uma tutela inicialmente partilhada entre o Ministério do Interior e o da Educação Nacional, esta comissão incluiu a participação de dois professores das Faculdades de Medicina correspondentes, num grupo de demais vogais cuja nomeação dependeria do Ministro das Obras Públicas e Comunicações. O processo de aquisição e fornecimento de mobiliário e equipamento ficou a cargo da própria comissão, embora para alguns espaços específicos do hospital-escolar de Lisboa, em especial da Faculdade de Medicina¹⁴⁴, a CAM tenha sido chamada a intervir ao longo da década de 1960.

Esta Comissão integrou ainda as competências da comissão administrativa das obras do Instituto Português de Oncologia, em Lisboa, após a sua extinção, em 1940¹⁴⁵, tendo sido por isso responsável pela construção do Bloco Hospitalar e da Escola de Enfermagem do mesmo Instituto, através da comissão técnica respetiva¹⁴⁶. Note-se que a comissão administrativa inicial fora criada no âmbito do MOPC, enquanto organismo temporário com autonomia técnica e administrativa.

Leprosaria Rovisco Pais¹⁴⁷

O estudo e construção da Leprosaria Rovisco Pais foi também gerida através de uma comissão administrativa na dependência direta do MOPC¹⁴⁸. A sua construção foi

¹⁴³ Construção autorizada pelo decreto-lei n.º 22 917, 31.07.1933. Em 1934, foram integradas nesta Comissão as obras de construção dos novos edifícios da Reitoria, Faculdade de Letras e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido criadas duas comissões técnicas, respetivamente (Decreto-lei n.º 24 776, 13.12.1934).

¹⁴⁴ Diversas adjudicações para o gabinete do diretor e sala de aula do Serviço de Obstetrícia do Hospital de Santa Maria (Lisboa) e outros (PT DGEMN: CAM 0475/25; CAM 0305/02; CAM 0305/01); Fornecimento de mobiliário para a Faculdade de Medicina de Lisboa (Serviço de Química Fisiológica) (PT DGEMN: CAM 0440/01; CAM 0440/02; CAM 0440/03; CAM 0440/04; CAM 0362/01; CAM 0362/02; CAM 0362/06).

¹⁴⁵ Instituída em 1932 (Decreto n.º 21 633, 02.09.1932), passa a comissão administrativa autónoma em 1934 (decreto-lei n.º 23 480, 20.01.1934), com regulamento definido no mesmo ano (Decreto n.º 23 538, 01.02.1934), e foi extinta em 1940 (Decreto-lei n.º 30 618, 27.07.1940).

¹⁴⁶ Cf. MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no triénio 1947-1949*, Lisboa, 1950, p. 210.

¹⁴⁷ O antigo hospital-colónia é, desde 1996, o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais (<https://www.roviscopais.pt/historia>, acesso a 07.04.2021).

¹⁴⁸ Cf. Decreto-lei n.º 29 122, 15.11.1938.

possível através do legado de José Rovisco Pais aos Hospitais Cívicos de Lisboa¹⁴⁹ que, após algumas décadas de indecisão, acabaram por alocar a verba a este tipo de programa assistencial. Partindo do conceito de isolamento a que os pacientes deveriam ser sujeitos, e que se reconhecia na época como a única terapêutica verdadeiramente eficaz, foi adquirida uma propriedade de cerca de 140 hectares, a Quinta da Fonte Quente, no lugar da Tocha, Cantanhede, distrito de Coimbra. A comissão foi constituída pelo Professor Bissaya Barreto (1886-1974), pelo arquiteto Carlos Ramos (1897-1969) e pelo engenheiro Raul Maçãs Fernandes, enquanto representante da CCH¹⁵⁰, e dela resultaria um programa para o hospital-colónia e o respetivo projeto de arquitetura, ambos decorrentes das indicações estabelecidas pelo Ministério do Interior. A opção por uma quinta com aquela dimensão permitiria implementar uma construção de estrutura pavilhonar, separando os serviços técnicos dos doentes, e estes ainda por sexo, fazendo com que a leprosaria tivesse pavilhões específicos para os pacientes femininos e masculinos. O novo estabelecimento, inaugurado a 7 de setembro de 1947, foi entregue às Irmãs da Ordem de São Vicente de Paulo, que tinham responsabilidades na enfermagem e na organização dos seus serviços de manutenção, tendo recebido os primeiros pacientes em outubro desse ano¹⁵¹. No que se refere ao mobiliário, este terá sido selecionado pelo arquiteto Carlos Ramos a partir dos catálogos de algumas empresas fornecedoras ou especialmente desenhado para aquela finalidade.

Com a extinção desta comissão em 1949¹⁵², a administração e gestão das restantes construções e intervenções foi transferida para a DGEMN, o que justificou a participação da CAM na aquisição de parte de mobiliário e equipamento, em particular para os novos pavilhões de infectocontagiosos, tuberculosos, e de trabalhadores¹⁵³, entre 1951 e 1953. Mais tarde, em 1962, registou-se nova aquisição de mobiliário, também por intermédio da CAM, para os blocos residenciais para médicos e enfermeiras¹⁵⁴ e para o locutório¹⁵⁵.

¹⁴⁹ Cf. Decreto-lei n.º 27 821, 06.07.1932.

¹⁵⁰ Este engenheiro tomara posse também como vogal da CAM, em 1940, acumulando as duas participações.

¹⁵¹ Cf., M. Santos Silva, “Hospital-Colónia Rovisco Pais. Última leprosaria do continente português” in *Revista Portuguesa da Doença de Hansen*, vol. 1, n.º 3 (Set.- Dez.) 1962, pp. 19-20.

¹⁵² Cf. Decreto-lei n.º 37 622, 18.11.1949; as salas de desenho desta Comissão deveriam transitar para a CCH.

¹⁵³ Fornecimento de mobiliário e equipamento para o novo pavilhão destinado a infetocontagiosos, tuberculosos, alienados, presos e trabalhadores (PT DGEMN: 0029/07, CAM 0261/11, 0261/12, 0261/13, 0261/14, 0261/17, 0261/19, 0475/25).

¹⁵⁴ Cf. PT DGEMN: CAM 0205/12, 0205/13, 0205/14, 0205/15, 0205/18.

¹⁵⁵ Cf. PT DGEMN: CAM 0205/16, 0205/17.

1.1.3 CONSTRUÇÕES PRISIONAIS

No que diz respeito ao setor dos estabelecimentos prisionais, a existência de uma comissão, no MOPC, e de uma delegação, na DGEMN, introduziu um elemento de indefinição na sistematização das atribuições e competências exatas de cada uma, que se estendeu naturalmente ao plano dos equipamentos fixos e do mobiliário.

As obras nas cadeias, inicialmente dependentes do Ministério da Justiça em articulação com as câmaras municipais, através da Administração-Geral das Prisões, foram transferidas para o MOPC em 1933¹⁵⁶, que assim passou a integrar mais uma categoria de edifícios públicos nas suas atribuições. Esta passagem foi acompanhada pela criação de uma comissão de estudo, em 1934¹⁵⁷, que seria formalizada em 1936, com a publicação da Lei da Organização Prisional¹⁵⁸. Segundo este diploma, “*nenhum estabelecimento prisional poderá ser construído, instalado ou alterado senão mediante um plano elaborado segundo as prescrições legais pela comissão de construções prisionais, que funciona junto do Ministério das Obras, que será aprovado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais*”¹⁵⁹. Operando de forma semelhante a outras comissões, também esta deveria integrar como vogais técnicos de reconhecida competência na área, neste caso, um professor de direito criminal, atuando como presidente, um engenheiro e um arquiteto, ambos nomeados pelo MOPC, podendo o Diretor-Geral dos Serviços Prisionais ser convocado a participar nas sessões da comissão sempre que solicitado. A sua formação inicial incluiu o penalista José Beleza dos Santos (1885-1962), o arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948) e o engenheiro Heitor Mascarenhas Inglês (1887-1973), funcionário da DGEMN, sendo que esta equipa que teve a responsabilidade de pensar, definir, estruturar e projetar a paisagem prisional nacional¹⁶⁰.

Com a integração dos edifícios dependentes dos Serviços Jurisdicionais de Menores, em 1938¹⁶¹, a CCP viu estabilizadas as suas competências e áreas de atuação: estudar os projetos das obras de construção, ampliação e adaptação dos estabelecimentos

¹⁵⁶ Cf. Decreto-lei n.º 22 785, 29.06.1933, que estabeleceu a transferência das obras de construção e conservação das cadeias civis do Ministério da Justiça para o das Obras Públicas e Comunicações.

¹⁵⁷ Cf. Portaria de 03.11.1934.

¹⁵⁸ Cf. Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936.

¹⁵⁹ Cf. Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936, art.º 210.

¹⁶⁰ Cf. Portaria de 03.11.1934.

¹⁶¹ Cf. Lei n.º 1 968, 19.05.1938.

prisionais e dos serviços jurisdicionais de menores, promover a sua elaboração, escolher e adquirir os terrenos necessários, elaborar os planos anuais e acompanhar a execução das obras que seriam fiscalizadas e orientadas tecnicamente pela Delegação nas obras dos Edifícios das Cadeias¹⁶², a qual dependia da DGEMN¹⁶³. A Comissão devia ainda emitir pareceres sobre a construção de novas cadeias, obras de ampliação e beneficiação das existentes, ou ainda sobre a adaptação de certos prédios para esse fim, satisfazendo pedidos feitos pelo Ministério da Justiça, Governos Cívicos e Câmaras Municipais¹⁶⁴.

A relação de colaboração entre a CCP e a Delegação para as Obras dos Edifícios das Cadeias, Guarda Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA), no modo como se articulavam e nos recursos humanos e técnicos que competiam a cada uma, tem sido difícil de aferir com rigor, desde logo porque à Delegação não foi concedido qualquer diploma legal de criação, não ficando por isso definidas desde cedo as suas competências. Para além da orientação técnica na implementação dos planos de obras, esta Delegação teria assegurado também as necessidades de expediente e de carácter administrativo da CCP, já que esta não teria qualquer funcionário para essas tarefas¹⁶⁵. As divergências na definição das suas atribuições passam também por aqui - consoante a documentação consultada e a sua datação, ora foi responsabilidade da Delegação assegurar o funcionamento da CCP, ora coube à Comissão fornecer à Delegação o apoio técnico e administrativo necessário¹⁶⁶.

¹⁶² Cf. *Relatório de actividade da CCP* [1955] (PT DGEMN: DREL 0165/01, 17.03.1956).

¹⁶³ Esta delegação integrava ainda outros equipamentos, recebendo a designação de Delegação para as Obras dos Edifícios das Cadeias, da Guarda Republicana Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA) e tinha a seu cargo os serviços inerentes ao funcionamento da Comissão, competindo-lhe: assegurar o seu expediente, trabalhos preparatórios para a organização de projetos, encomenda e orientação de projetos de obras novas ou de reforma a engenheiros ou arquitetos, trabalhos preparatórios de execução de obras, execução das obras e da sua fiscalização, serviços de funcionamento da Delegação [arquivo de desenhos por exemplo], contabilidade receitas e despesas (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/02, 05.12.1944).

¹⁶⁴ Cf. *Relatório de actividade da CCP* [1955], 17.02.1956 (PT DGEMN: DREL 0165/01).

¹⁶⁵ “Tem esta Comissão necessidade de resolver o problema do seu funcionamento. De facto, para dar rápido seguimento a todo o expediente, que é numeroso, estudos, trabalhos jurídicos, de contabilidade e outros que à Comissão incumbem, tem-se solicitado sempre o auxílio da Delegação nas Obras dos Edifícios das Cadeias para que o assunto possa ser em parte resolvido. Parece, pois, indispensável conferir à Comissão os elementos indispensáveis ao bom desempenho das suas funções, pois, presentemente, não dispõe de qualquer funcionário” (PT DGEMN: DREL 0165/01, 17.03.1956).

¹⁶⁶ “Esse sector, designado por Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas, carece de competência estabelecida em diploma legal, mas como também abrange as obras das cadeias civis tem sido guarnecido por pessoal técnico afecto à Comissão das Construções Prisionais, em comissão de serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 30896, de 22 de Novembro de 1940” (Preâmbulo Decreto-lei n.º 302/70 de 19.06.1970).

Só em 1970, com a criação da Delegação dos Edifícios de Segurança e das Alfândegas (DESA)¹⁶⁷, sucessora da DOECGRFA ainda no âmbito da DGEMN, ficariam estabelecidas as atribuições e competências de cada um destes organismos, passando a Delegação a ter funções de órgão executivo na CCP, uma disposição que, segundo informação elaborada em 1975, vinha “*consagrar a solução, em parte radicada na prática, de centrar na aludida Delegação toda a actividade executiva da CCP a ponto de lhe afectar exclusivamente todo o pessoal técnico, administrativo e auxiliar daquela Comissão*”¹⁶⁸. Como consequência, a Comissão ficou sem equipa para as suas funções executivas e reduziu-se a um órgão de planeamento dos programas que serviriam de base aos trabalhos da Delegação¹⁶⁹. Com a extinção da DESA, em 1980¹⁷⁰, as suas competências terão transitado oficiosamente para a CCP que, por seu lado, foi gradualmente perdendo a sua posição de referência neste setor, até ao seu eventual desaparecimento.

As questões relativas ao mobiliário e equipamento para os estabelecimentos prisionais ficaram, no entanto, na dependência da Delegação. Apesar de no diploma de 1936 surgir uma primeira referência ao mobiliário a integrar nos estabelecimentos prisionais, em particular para as celas, e que este deveria “*obedecer*” a modelos aprovados pela CCP¹⁷¹, o que a informação coligida junto da documentação produzida pela Delegação deu a conhecer foi uma prática definida pelo seu corpo técnico, na qual terá sido escassa a intervenção dos vogais da Comissão. A possibilidade de os modelos desenhados pela Delegação requererem aprovação pela CCP parece-nos, contudo, plausível, na medida em que a Comissão permaneceu o órgão máximo relativamente a estes equipamentos, mas o seu estudo, desenvolvimento de projeto e processos de fornecimento terão sido competências da Delegação. As referências à aquisição de mobiliário para cadeias comarcãs através da CCP, que constam em alguns dos relatórios de atividades do MOP¹⁷², requerem por isso uma leitura mais cuidada, na medida em que, muito possivelmente, serão o reflexo de despesas cabimentadas através do orçamento da Comissão e não de processos de estudo e projeto desenvolvidos por aquela equipa.

¹⁶⁷ Cf. Decreto-lei n.º 302/70, 29.06.1970.

¹⁶⁸ Cf. [Tópicos para a reestruturação ou substituição da CCP, redigido pelo engenheiro-diretor da CCP, outubro 1975] (PT DGEMN: DREL 1426/01).

¹⁶⁹ Cf. [Tópicos para a reestruturação ou substituição da CCP, redigido pelo engenheiro-diretor da CCP, outubro 1975] (PT DGEMN: DREL 1426/01).

¹⁷⁰ Cf. Decreto-lei n.º 204/80, 28.06.1980.

¹⁷¹ Cf. Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936, art.º 210, §2.

¹⁷² Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1961*, Lisboa, 1962, p. 521.

1.1.4 CONSTRUÇÕES MILITARES

Por último, uma referência às construções militares. Com uma evolução administrativa semelhante às categorias já referidas, também o estudo e construção de edifícios destinados aos diversos ramos das forças armadas foram da responsabilidade do MOPC. A primeira estrutura criada para o efeito foi a Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército (CANIE), em 1941¹⁷³, com o fim de “*estudar e dirigir as obras de construção dos novos quartéis e de outras instalações militares, bem como as de ampliação e adaptação de velhas instalações existentes*”¹⁷⁴. Na verdade, caberia ao MOPC apenas uma pequena fração das obras para o Exército realizadas no país, sendo que a maior parte foi executada pelo Serviço de Fortificações e Obras Militares do próprio Ministério da Guerra¹⁷⁵. Os vogais seriam indicados pelo Ministério da Guerra, tendo como diretor-delegado um oficial superior do Exército, coadjuvado por um engenheiro-civil, os quais poderiam convocar a colaboração de outros oficiais do Exército sempre que necessário.

Em 1948 surgiu a Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha (CANIM), sucessora da Comissão Administrativa das Obras da Base Naval de Lisboa¹⁷⁶, e que funcionou em paralelo com a CANIE. A esta coube-lhe estudar e fiscalizar a construção e equipamento de todas as obras novas destinadas à Marinha¹⁷⁷, com destaque para as do Alfeite e Montijo, deixando para a DGEMN as obras de reparação e conservação das instalações já existentes¹⁷⁸. O seu corpo de vogais era composto por um diretor-delegado e dois engenheiros, que podiam ser assistidos por dois oficiais designados pelo Ministério da Marinha.

O início da década de 1960 assistiu à fusão daqueles organismos, num claro processo de racionalização de recursos, motivado também pelo aparecimento da Força Aérea¹⁷⁹ que, tal como os restantes ramos militares, requeria edifícios e estruturas de apoio próprias. A nova Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA)¹⁸⁰ recebeu então todas as responsabilidades sobre os equipamentos

¹⁷³ Cf. Decreto-lei n.º 31 272, 17.05.1941.

¹⁷⁴ Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1960*, Lisboa, 1961, p. 443.

¹⁷⁵ Cf. MOP, *Relatório da Actividade do Ministério ano 1969*, Lisboa, 1972, p. 490.

¹⁷⁶ Cf. Decreto-lei n.º 29 485, 17.03.1939.

¹⁷⁷ Cf. Decreto-lei n.º 36 805, 23.03.1948.

¹⁷⁸ Cf. MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1957 e 1958*, Lisboa, 1959, p. 172.

¹⁷⁹ Criada em 1952 (https://www.emfa.pt/p-181-missao_visao, acesso a 05.06.2020).

¹⁸⁰ Cf. Decreto-lei n.º 44 110, 21.12.1961.

a construir e a equipar para todos os ramos militares. Esta comissão tinha como presidente e vice-presidente oficiais superiores do Exército ou da Armada, nomeados pelo ministro da Defesa Nacional, e um engenheiro e secretário, indicados pelo MOP. O engenheiro-delegado teria ainda uma equipa técnica de três engenheiros, para a fiscalização das obras e elaboração de estudos e projetos.

Todas estas comissões, nas suas várias versões, foram responsáveis também pela definição do mobiliário e equipamento fixo a integrar nos edifícios sob sua tutela, assim como pelos respetivos processos de aquisição e fornecimento¹⁸¹. Porém, a sua ação neste âmbito só pode ser devidamente compreendida tendo em conta as próprias competências da DGEMN, pelo que importa atender à sua história e caracterização das suas esferas de atuação.

¹⁸¹ Por exemplo, a adjudicação da primeira empreitada de mobiliário para as casernas do quartel do batalhão independente de Infantaria 19, Funchal (MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1961*, Lisboa, 1962, p. 435).

1.2 Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Criada em 1929¹⁸² no âmbito do Ministério do Comércio e das Comunicações, e herdeira das várias tentativas prévias de regulamentação da gestão do património monumental¹⁸³, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) tinha como missão a construção e manutenção dos edifícios públicos, incluindo os monumentos e os palácios nacionais. Ao ser colocada sob a alçada do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, quando este foi criado, em 1932, foi-lhe conferido um estatuto orientado para a obra, agora sob tutela de engenheiros e arquitetos, e não só dos historiadores e dos arqueólogos, como tinha sido prática até então, resolvendo-se assim a contenda que existia há décadas entre as tutelas da Educação, Cultura e as Obras Públicas, sobre a gestão dos monumentos e palácios nacionais¹⁸⁴.

Liderada durante quase três décadas por um engenheiro militar de formação, Henrique Gomes da Silva¹⁸⁵, a DGEMN foi uma instituição que contou nos seus quadros com reputados arquitetos como Raul Lino (1879-1974)¹⁸⁶, Luís Benavente (1902-1993), Baltazar de Castro (1891-1967), Rogério de Azevedo (1898-1983), entre outros, mas cujo extenso corpo de funcionários, ao longo das décadas, tem permanecido relativamente desconhecido para a historiografia dedicada à arquitetura e à salvaguarda do património. O facto deste organismo ter sido responsável por profundas e, em alguns casos, irreversíveis remodelações em edifícios históricos nacionais, sobretudo as realizadas ao abrigo dos planos comemorativos¹⁸⁷, fez com o seu valor enquanto agente de

¹⁸² Cf. Decreto n.º 16 791, 30.04.1929;

¹⁸³ Em 1920 havia sido criada a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estrutura predecessora da DGEMN (Decreto n.º 7 038, 17.10.1920); consultar os trabalhos de Maria João Baptista Neto, em particular “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. 1929-1999” in *Caminhos do Património*, 1999, pp. 23-43; e *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001.

¹⁸⁴ Maria João Baptista Neto, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. 1929-1999” in *Caminhos do Património*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 26-27.

¹⁸⁵ Ocupou o cargo de diretor-geral entre 1929 e 1960. Para mais informações ver o capítulo que Maria João Baptista Neto lhe dedicou na obra *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 2001, pp. 212-217, e *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, tese doutoramento em História da Arte, vol. 1, FL-UL, 1995, pp. 382- 395.

¹⁸⁶ Vide artigo de Maria João Baptista Neto, “Raul Lino ao serviço da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção”, *Artis, Revista do Instituto de História da Arte*, Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, out. 2002, pp. 253-269.

¹⁸⁷ Comemorações do Ano X da Revolução Nacional (1935), do VIII Centenário do Nascimento de Portugal e do II Centenário da Restauração da Independência Nacional (Maria João Baptista Neto, “A Direcção-

modernização e desenvolvimento nacional tenha sido secundarizado. Prevaleram as críticas à sua atuação na conservação e salvaguarda dos Monumentos Nacionais e as referências à sua opção por práticas de restauro apoiadas em teorias de conservação que há muito tinham perdido a atualidade, não obstante as vozes discordantes mesmo no interior da instituição¹⁸⁸. Estas intervenções garantiram, contudo, a integridade física de muitos monumentos espalhados pelo país, contendo a sua destruição ou degradação e promovendo a salvaguarda de uma parte significativa da memória construída do país. A prática de um sistema de registo que precedia e acompanhava aqueles trabalhos permitiu, por outro lado, resguardar essa outra memória, a da intervenção propriamente dita, mas também a dos monumentos enquanto objetos que têm a sua biografia, permitindo, ainda hoje, reconstituir, ou recuperar, essa parte da sua história mais recente.

Esta visão segmentada tem condicionado a produção de um estudo global, sólido e coerente sobre a instituição. Não obstante os estudos parciais que têm surgido, o conjunto é ainda claramente insuficiente para proporcionar uma caracterização transversal e integradora da sua atividade e do seu funcionamento, e para desenvolver um estudo dos seus corpos técnicos e da sua história com a profundidade e o cuidado adequados.

As sucessivas reformulações e reestruturações de que foi alvo entre 1929 e 1980 (Anexo I) tenderam para uma complexificação do seu organograma, procurando acomodar as necessidades emergentes, quer em termos administrativos, quer técnicos. Uma constante durante toda a sua atividade foi a existência de direções regionais – inicialmente só as do Norte e Sul, dedicadas apenas aos Edifícios, passaram a incluir, em 1935¹⁸⁹, também as de Lisboa e do Centro, assim se mantendo até 1980¹⁹⁰. As direções regionais dos Monumentos sugeriram pela primeira vez no organograma de 1930¹⁹¹ – uma a Norte e outra a Sul, replicando o existente no universo dos Edifícios –, rapidamente reunidas de novo num só serviço, a Direção de Monumentos Nacionais, em 1935; em 1970 foram de novo autonomizadas, à semelhança da organização dos Edifícios, com

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitetónico em Portugal. 1929-1999” in *Caminhos do Património*, 1999, p. 33).

¹⁸⁸ O arquiteto Raul Lino, apesar de funcionário e diretor dos Monumentos Nacionais, foi uma das principais vozes críticas da atuação da DGEMN no restauro monumental (Maria João Baptista Neto, “Raul Lino ao serviço da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção”, *Artis, Revista do Instituto de História da Arte*, Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, out. 2002, pp. 253-269).

¹⁸⁹ Cf. Decreto-lei n.º 26 117, 23.11.1935.

¹⁹⁰ Cf. Decreto-lei n.º 204/80, 28.06.1980; esta estrutura manteve-se até à extinção da DGEMN, em 2007.

¹⁹¹ Cf. Decreto n.º 18 070, 10.03.1930.

quatro direções regionais – Norte, Sul, Centro e Lisboa –, numa composição que se manteve, *grosso modo*, inalterada até 1980¹⁹². Estas repartições regionais permitiam desenvolver um trabalho de maior proximidade com o território, essencial para a implementação dos planos de construção dos vários organismos da administração pública. Os serviços estavam instalados em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora e os técnicos, engenheiros e arquitetos, movimentavam-se entre as várias repartições, consoante as necessidades dos serviços e as suas conveniências pessoais. Em Lisboa, nos edifícios da ala oriental da Praça do Comércio, concentrava-se a maioria dos serviços, embora também a Direcção-Geral tenha recorrido a edifícios noutras partes da cidade para instalar a sua emergente estrutura funcional.

A reformulação mais profunda do seu organograma terá ocorrido em 1947¹⁹³, quando foram criadas as Direções de Serviço de Construção, Conservação, Monumentos Nacionais, Repartição de Eletromecânica e Mecânica, e dos Serviços Administrativos, em substituição das repartições de Estudos de Edifícios, de Obras de Edifícios, de Estudos e Obras de Monumentos, e Divisão de Urbanização, numa composição que também conheceu poucas alterações até 1980. Outra entidade que surgiu, pela primeira vez na organização da DGEMN, em 1947, foi o Conselho Consultivo. Este tinha como missão “acompanhar a elaboração dos planos de restauro dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público e emitir parecer sobre a estética dos edifícios a construir para o Estado e organismos oficiais e sobre o mobiliário e decoração dos mesmos edifícios”¹⁹⁴. A sua participação no universo do mobiliário não foi, contudo, relevante para o *corpus* de edifícios e de intervenções sob responsabilidade da CAM, e que analisámos, sendo apenas convocado o seu parecer quando essas decorriam na proximidade de Monumentos Nacionais ou de imóveis de interesse histórico, como foi o caso da Pousada de S. Teotónio, em Valença, que foi erigida no interior da estrutura fortificada do século XVII.

Dada a especificidade da sua área de atuação, para além do diretor-geral, que seria seu presidente, e do diretor dos serviços dos Monumentos Nacionais, os restantes membros do Conselho Consultivo da DGEMN deveriam representar as entidades externas à Direcção-Geral com competências nestas matérias, como a 6.º secção da Junta

¹⁹² Cf. Decreto-lei n.º 204/80, 28.06.1980; esta estrutura manteve-se até à extinção da DGEMN, em 2007.

¹⁹³ Cf. Decreto-lei n.º 36 314, 31.05.1947.

¹⁹⁴ Cf. Decreto-lei n.º 36 314, 31.05.1947, art.º 12.º.

Nacional de Educação, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, o Sindicato Nacional dos Arquitetos, para além de dois outros delegados indicados pelo MOP e o chefe da Repartição dos Serviços Administrativos da DGEMN. Em 1968, este órgão sofreu uma remodelação na sua composição¹⁹⁵, num alargamento que parece refletir novos entendimentos sobre o património monumental e edificado – para além de passar a integrar todos os diretores dos serviços da DGEMN e os representantes das entidades já referidas anteriormente, foram também convocadas a participar a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização e a Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas.

Em 1977, esta Direção-Geral caracterizava-se por ser um organismo fundamentalmente executor, cujas atribuições poderiam ser definidas, em síntese, como a competência para realizar e promover os estudos e as obras do Estado, de qualquer natureza, relativos quer a edifícios públicos quer a imóveis classificados de “monumentos nacionais” ou de “imóveis de interesse público”, com exceção dos respeitantes ao setor escolar, hospitalar, habitacional e das Forças Armadas, obras das empresas públicas e pequenas obras de remodelação e reparação a cargo das entidades utentes dos diversos edifícios¹⁹⁶. Era também atribuição da DGEMN a resolução de problemas das novas instalações para a Administração Pública (incluindo a aquisição e arrendamento de imóveis), bem como a remodelação das instalações existentes. Por esta altura tinham-lhe já sido subtraídas parcelas substanciais da sua área de atuação, reduzindo de forma significativa o seu impacto nos equipamentos públicos do país, mas continuava a ser um importante repositório de conhecimento técnico, reunindo competências que se mantiveram relevantes apesar das mudanças. A publicação da sua nova lei orgânica, em 1980¹⁹⁷, marcou de forma oficial o fim de uma estrutura que, *grosso modo*, caracterizou esta instituição durante mais de três décadas – a CAM e a Delegação dos Edifícios de Segurança e das Alfândegas (DESA), últimas representantes dessa forma de organização, fecharam o seu ciclo de atividade com esta reformulação¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Cf. Decreto-lei n.º 48 498, 24.07.1968;

¹⁹⁶ Cf. *Ministério das Obras Públicas. 1852/1977*, p. 42.

¹⁹⁷ Cf. Decreto-lei n.º 204/80, 28.06.1980.

¹⁹⁸ Em 1975 foi redigido um documento que propunha uma nova orgânica para a proteção do património histórico-cultural nacional, integrando os serviços que se encontravam dispersos e que contemplavam também a arquitetura, o urbanismo e o design, mas que nunca foi implementado (Maria João Baptista Neto, “A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal.1929-1999” in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN, 1999, p. 39).

O corpo técnico que integrou os quadros dos serviços permanentes e eventuais da DGEMN reuniu um impressionante e significativo capital de experiência nas várias áreas de atuação. As suas notas curriculares e relatórios de atividades registam a sua integração em grupos de trabalho internacionais, a sua participação em reuniões e encontros científicos, a realização de viagens e missões de estudo¹⁹⁹, a troca de correspondência com inúmeras instituições estrangeiras, e que revelam, por isso, um envolvimento informado e atualizado sobre as mais diversas questões e temas.

Não obstante a estruturação de um organograma que permitisse dar resposta a todas as solicitações endereçadas pelos vários Ministérios, também aqui foi necessário recorrer à criação de delegações, estruturas eventuais que permitissem concentrar recursos na administração e fiscalização dos planos de construção definidos pelos respetivos Ministérios. Assim se entende a criação das delegações dos Edifícios para os Serviços dos CTT²⁰⁰, de Obras para a Construção de Escolas Primárias (DOCEP), das Obras de Edifícios das Cadeias, Guarda Republicana Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA) e das Novas Instalações para Serviços Públicos (DNISP), por exemplo. Da mesma maneira, foram recorrentes as nomeações de comissões administrativas para apoiar a construção de equipamentos específicos como o Hospital de Sobral Cid²⁰¹ e o Hospital Júlio de Matos, por exemplo, ou ainda a Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência²⁰², que foi responsável pelos edifícios daquela instituição bancária. Aqueles edifícios públicos que não requeriam atenções especiais no seu estudo, planeamento e construção, tiveram nas várias direções de

¹⁹⁹ As viagens de estudo eram precedidas de cuidadosa preparação, não só na identificação dos edifícios e locais a visitar, mas também de personalidades, diretores de serviços, professores universitários e investigadores reconhecidos em determinadas áreas, que pudessem de alguma forma contribuir para o estudo a realizar.

²⁰⁰ Cf. Decreto-lei n.º 40 747, 30.08.1956. A sua criação foi uma consequência do grande volume de novas edificações a construir e os trabalhos de conservação dos edifícios existentes dos CTT; nela deveriam ser concentradas todas as obras que até então estavam integradas no plano geral das realizações da DGEMN, dispersas por outros serviços, possibilitando assim, a par de um maior desenvolvimento do programa, a unificação das diretivas a ter em conta no conjunto das instalações necessárias para o melhor funcionamento do tráfego postal e das telecomunicações.

²⁰¹ O Hospital de Sobral Cid foi construído ao abrigo da designada Comissão Administrativa de Obras da Colónia Agrícola para Alienados de Coimbra, sob tutela direta da DGEMN, tendo como presidente o Professor Bissaya Barreto e o arquiteto Luís Benavente como responsável pelo projeto de arquitetura. Construído na antiga Quinta da Conraria, no distrito de Coimbra, este estabelecimento pretendia responder às necessidades daquela zona do país no que à saúde mental dizia respeito.

²⁰² Cf. Decreto-lei n.º 32 337, 23.10.1942 e tinha como missão administrar e fiscalizar as obras de construção, ampliação e conservação de edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, excetuando-se os pequenos trabalhos de manutenção ou reparação, quer as intervenções em imóveis pertencentes à Caixa, mas não afetos a quaisquer serviços próprios da instituição (Joana Brites, *O Capital da Arquitectura: Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos, 1929-1970*, 2014, p. 113).

serviços da DGEMN os seus principais agentes, sendo o seu quadro de funcionários responsável pela totalidade do processo ou por algumas das suas partes. Apesar das várias etapas de desenvolvimento dos projetos necessitarem da validação dos serviços centrais – pelas direções de serviços de Construção, Conservação e de Monumentos Nacionais –, a concretização e implementação dos planos de construção dependeu em grande medida daquelas equipas regionais.

Todas estas entidades desenvolveram projetos de mobiliário e equipamento para as intervenções sob sua jurisdição. As delegações e comissões administrativas terão assegurado em grande parte essa dimensão de projeto. A DOCEP, por exemplo, criada em 1941²⁰³, na sequência da estruturação de um plano de construções para as escolas primárias a nível nacional, foi responsável pela implementação do designado Plano dos Centenários. Este definiu uma rede escolar nacional, estipulando o número, a localização e os tipos de escolas, fixando os vários partidos arquitetónicos, a forma de financiamento, de acordo com as orientações pedagógicas convencionadas. As suas atribuições incluíram o mobiliário e equipamento escolar, num trabalho de investigação e acompanhamento que mobilizou a sua equipa técnica, não só na definição dos modelos, mas também na sua fabricação e instalação, seguindo de perto os processos de fornecimento. Num método de trabalho em tudo semelhante ao da CAM, também aqui os arquitetos envolvidos se debateram com questões como a qualidade dos materiais e da fabricação das peças, sendo que os cadernos de encargos elaborados pela Delegação, prevendo a apresentação de protótipos, que seriam depois analisados pelos técnicos, arquitetos e fiscais, *in situ*, pretendiam acautelar questões que condicionassem a prossecução do fornecimento e a qualidade do produto final²⁰⁴.

A DGEMN encontrou assim, sob diversas formas e em diferentes frentes, as soluções e os processos que lhe permitiriam concretizar a sua missão institucional. Enquanto responsável maior pelo património edificado e histórico nacional, teve a seu cargo o estudo, projeto, planeamento e implementação de planos de construção de diversos quadrantes da administração pública, tornando-se naturalmente num repositório

²⁰³ Esta delegação não teve uma criação formal, apoiada em diploma legal, resultando da necessidade em assegurar os assuntos administrativos relacionados com o cumprimento do Plano dos Centenários. Esta terá começado a funcionar em 1943, segundo a data do seu primeiro ofício e cessou a sua atividade a 30 de setembro de 1969, passando as suas atribuições para a então criada Direcção-Geral das Construções Escolares. (*Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40-Anos 70*, vol. II, Lisboa, DGAE, 1996, pp. 42 e 171).

²⁰⁴ Cf. *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40-Anos 70*, vol. II, Lisboa, DGAE, 1996, p. 274.

de conhecimento e experiência muito abrangente e completo, que incluiu ainda a dimensão do mobiliário e equipamento fixo. Os seus funcionários e colaboradores, arquitetos e engenheiros, mas também dirigentes, na sua grande maioria desconhecidos da historiografia nacional, tiveram um impacto no universo dos edifícios para serviços públicos que permanece por aferir com rigor e profundidade.

1.3 Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

Importa também olhar para a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), que foi talvez o mais importante serviço dependente do MOP, para além da DGEMN, com responsabilidade no equipamento e aquisição de mobiliário, ainda que os contornos exatos em que a mesma decorria estejam ainda por definir. A Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização foi criada em 1944²⁰⁵, reunindo serviços que até então se encontravam dispersos por outros organismos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações – a Direcção dos Melhoramentos Rurais e a Secção de Arruamentos, ambas da Junta Autónoma das Estradas; a Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento, da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos; e a Secção de Melhoramentos Urbanos, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Criada para superintender à execução da política urbanística, a DGSU sofreu logo em 1948 uma atualização na sua estrutura de funcionamento²⁰⁶, consequência direta das exigências que um vasto programa de assistência técnica e fiscalização dos trabalhos comparticipados pelo Estado exigiu. A questão urbanística manteve-se naturalmente o ponto fulcral das suas competências, mas outras áreas como o planeamento, estudo e construção de edifícios para serviços públicos foram sendo adicionadas enquanto categorias complementares, alargando de forma considerável as suas responsabilidades²⁰⁷.

Fica por compreender, contudo, o seu modo de funcionamento, o seu corpo técnico e dirigente, e a real extensão do seu trabalho. A inacessibilidade do seu arquivo institucional tem sido um obstáculo considerável para um entendimento mais vasto e detalhado acerca da instituição, tendo sido apenas possível desenvolver estudos muito parciais, relativos à secção do arquivo que está efetivamente acessível²⁰⁸.

²⁰⁵ Cf. Decreto-lei n.º 34 337, 27.12.1944.

²⁰⁶ Cf. Decreto-lei n.º 37 009, 12.08.1948.

²⁰⁷ “Entre 1945 e 1976, a construção de equipamentos para assistência e salubridade pública, educação física e desporto, instalações de serviços municipais e outros serviços públicos, instituições religiosas e da Organização Corporativa e bairros de Casas para Pobres e Pescadores, bem como de arruamentos, espaços públicos, parques e jardins em todo o país, foi comparticipada e acompanhada tecnicamente – logo, controlada – pelo Estado, por intermédio da DGSU” (Ricardo Agarez, “Obras Públicas e “melhoramentos” locais: entre Lisboa e o país (real)” in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, 2019 pp. 144).

²⁰⁸ Até ao momento apenas se encontra acessível o arquivo da direcção de serviços do Algarve, em depósito na Universidade do Algarve. Os trabalhos de Ricardo Agarez e de Edite Borges serão dos primeiros a integrar informações coligidas a partir desse acervo (Ricardo Agarez, *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the south of Portugal, 1925-1965*, Londres, Routledge, 2016; “Obras

Do mesmo modo ficam por compreender que procedimentos eram seguidos para as instalações dos serviços correspondentes. Não existindo disponível documentação coeva que permita responder com rigor, restam apenas algumas pistas identificadas nos relatórios de atividade do MOP. A primeira referência à DGSU, enquanto responsável por projetos de mobiliário para o equipamento de serviços públicos, surgiu em 1951, através do Gabinete de Estudos da repartição de Melhoramentos Urbanos, para os Paços do Concelho de Vila do Bispo²⁰⁹. Em 1961 encontrou-se uma referência semelhante, para os Paços do Concelho de Proença-a-Nova e de Tavira²¹⁰, sem desenvolver, para qualquer deles, informações complementares sobre os projetos, os seus autores ou mesmo sobre os espaços específicos das intervenções.

Entre a elaboração de projetos, a sua fiscalização²¹¹ e o acompanhamento dos concursos de fornecimento, a responsabilidade da DGSU nesta área parece replicar em certa medida o que se verificava para outros serviços do Estado, ou seja, uma estrutura que teve os recursos necessários para desenvolver uma participação ativa na definição daqueles interiores, no seu estudo e projeto. O trabalho desenvolvido por Edite Borges lançou algumas pistas nesse sentido. Tendo como objetos de análise os centros de assistência social polivalente de Loulé, Olhão, Aljezur, Tavira (não construído), Vila Real de Santo António (não construído), Portimão, Lagos e São Brás de Alportel, foi possível não só confirmar a responsabilidade da DGSU na definição desses projetos e na atribuição das suas autorias, mas ainda no mobiliário e equipamento fixo a integrar. Não obstante ser um estudo parcial, no sentido em que se dedicou a um tipo de equipamento de assistência social e a uma zona específica do território nacional, e de a acessibilidade à documentação analisada sofrer dos constrangimentos já referidos, este trabalho ajudou a compreender o papel determinante que esta entidade também terá tido na definição dos interiores dos edifícios para serviços públicos sob sua responsabilidade. Se os relatórios de atividade do MOP referiam, de forma genérica, essa sua participação, este estudo veio confirmar esse envolvimento. A comunicação entre a Direção de Urbanização de Faro e o gabinete de estudos da DGSU foi efetiva, apoiada em troca de informações sobre as

Públicas e “melhoramentos” locais: entre Lisboa e o país (real)” in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, 2019 pp. 141-170; Edite Borges, *Movimento Moderno no Algarve do século XX: Centros de Assistência Social Polivalente*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura, Évora, Universidade de Évora, Escolas de Artes, Departamento de Arquitetura, 2019).

²⁰⁹ Cf. MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1959*, Lisboa, 1960, p. 292.

²¹⁰ Cf. MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1961*, Lisboa, 1962, p. 322.

²¹¹ Cf. MOP, *Relatório de Atividade do Ministério no ano de 1960*, Lisboa, 1961, p. 331.

peças a adquirir²¹², ficando, contudo, por compreender se a mesma implicou uma validação por parte dos serviços centrais para a concretização da instalação.

A DGSU parece assumir-se então como um outro protagonista de relevo neste quadro, que merecerá um estudo mais aprofundado também no que ao mobiliário e equipamento para serviços públicos diz respeito.

²¹² Cf. Edite Borges, *Movimento Moderno no Algarve do século XX: Centros de Assistência Social Polivalente*, dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Évora, Universidade de Évora, Escolas de Artes, Departamento de Arquitetura, 2019, p. 219.

2.

Uma prática concentrada, para aplicação genérica

Perante a diversidade de intervenientes institucionais atrás identificados com responsabilidades sobre o mobiliário e equipamentos fixos para serviços públicos, no universo das obras públicas, a criação da CAM deve ser entendida, apesar de tudo, como um momento significativo na organização dessa área de projeto. Circunscrita na sua atividade ao universo de atuação da DGEMN, esta Comissão foi, contudo, um passo importante na normalização dos procedimentos, na definição de ferramentas e na concentração de recursos, humanos e técnicos. As limitações que a dependência da DGEMN possa ter imposto limitaram-se apenas ao acesso a determinados obras e edifícios, não condicionando o desenvolvimento da sua atividade enquanto entidade que estudou e adquiriu mobiliário para serviços públicos. Mais uma vez, a diversidade tipológica das intervenções que teve a seu cargo, exatamente porque dependia da DGEMN, permitiram garantir a sua posição enquanto entidade de referência no que ao mobiliário dizia respeito.

Tendo como missão o estudo e aquisição de mobiliário para edifícios públicos, esta Comissão, na sua atividade intensa e dedicada, procurou responder com qualidade, rigor e eficácia aos desafios que as instalações que lhe foram atribuídas iam propondo. Algumas tipologias de edifícios públicos, como os estabelecimentos de luta contra a tuberculose, dependeram quase exclusivamente do seu apoio técnico, obrigando ao desenvolvimento de conhecimento específico naquelas áreas, mas o restante quadro de atuação proporcionou outro tipo de desafios, contribuindo de forma significativa para a consolidação de um portefólio de objetos e soluções bastante diversificado. A CAM, enquanto estrutura dedicada ao estudo e aquisição de mobiliário, decoração e equipamento para os mais variados tipos de instalações, edifícios e funções, materializou essa outra prática, de uma maior concentração dos recursos, mas com uma aplicação mais genérica, um formato que não tinha ainda sido implementado com sucesso.

Este capítulo foca-se por isso na CAM, na sua atividade, no seu funcionamento, quer interno, quer na articulação com os restantes departamentos da DGEMN, assim como nos seus recursos humanos e técnicos, e em algumas das suas intervenções. Os casos analisados pretendem refletir simultaneamente essa abrangência programática na sua atuação e o nível de especialização solicitado. Não obstante as condicionantes já

referidas na seleção dos estudos de caso, estas intervenções não deixam de ser representativas da atitude e postura da CAM perante a sua missão – o acompanhamento técnico de grande proximidade com os representantes das instituições tutelares e a procura pelas soluções mais adequadas à função, sem com isso comprometer a sua eficácia e as orientações orçamentais definidas.

2.1 Comissão para a Aquisição de Mobiliário

O aparecimento da CAM, em 1940, foi sem dúvida um momento significativo no processo de instalação dos serviços, não só porque estruturou a resposta da DGEMN nesse sentido, mas também porque representou uma iniciativa bem-sucedida na sua organização. Em 1934, o então ministro das Finanças decretara a criação de uma comissão²¹³ que estudasse a aquisição de artigos de expediente e os procedimentos para o seu fornecimento, em conjunto, aos vários serviços do Estado, tentando uma uniformização nos materiais e objetos, mas também nos custos. Esta Comissão teria ainda a responsabilidade de desenvolver um estudo sobre o mobiliário para os gabinetes e repartições do Estado e respetivos processos de aquisição²¹⁴. As atribuições desta nova estrutura deixam transparecer uma intenção de padronização e concentração de modelos e procedimentos para o mobiliário e equipamento para serviços públicos - uma só estrutura, controlada pelas Finanças, que teria simultaneamente que acautelar a homogeneidade da imagem dos serviços, uniformizar os processos de aquisição e, com isso, responder eficazmente na contenção e controlo de custos associados; note-se, porém, que quaisquer considerações de ordem estética ou orientações nesse sentido pareciam estar ausentes. Esta Comissão terá sido nomeada e começado a desenvolver os estudos previstos, os quais não terão, contudo, sido concluídos. No que ao mobiliário dizia respeito, pelo menos, não terá dela resultado qualquer proposta que tenha subsistido ou que tenha servido de ponto de partida para o estudo subsequente de estruturas semelhantes, mas a sua pertinência ter-se-á mantido, apesar de tudo. A criação da CAM, alguns anos mais tarde, parece assim decorrer de uma necessidade já identificada.

A tutela do Ministério das Obras Públicas foi talvez o fator determinante para a sua concretização e funcionamento, enquanto entidade que tinha efetivamente autoridade sobre a construção, manutenção e reabilitação dos equipamentos públicos. As Finanças manteriam o controlo necessário através da validação das despesas associadas, por parte do Tribunal de Contas, mas a definição desses interiores, e dos seus elementos

²¹³ Cf. Decreto-lei n.º 24 124, 30.06.1934, art.º 19.

²¹⁴ *Ibidem*.

integrantes, seria tutelada pela estrutura responsável pela sua construção, sendo a DGEMN o agente direto dessa ação.

A sua formalização legal permitiu fixar as linhas gerais da sua atuação e da sua orgânica de funcionamento. Estabelecer a relação tutelar com o MOPC surgiu como o primeiro ponto estruturante desta nova comissão, nele residindo também o argumento principal da sua criação. Como recordava o decreto fundador da CAM, este Ministério tinha como missão, através da DGEMN, “*concentrar os serviços relativos a obras de edifícios públicos a fim de obter a sua subordinação a princípios comuns e assegurar as convenientes direcção e fiscalização técnicas dos trabalhos*”²¹⁵. Afigurava-se então natural que o mesmo fosse “*extensivo aos estudos e aquisições de mobiliário destinado a novos edifícios do Estado e outros que sejam objecto de obras de transformação e ampliação profundas, já porque deve existir harmonia entre mobiliário e a traça arquitectónica (...), já pelas conveniências administrativas que a concentração sem dúvida virá satisfazer, facilitando o agrupamento de técnicos com as necessárias aptidões e competência, unidade de vistas e segurança de critério*”²¹⁶. A concentração dos recursos era assim entendida como essencial para a prossecução dos objetivos que o Ministério tinha para concretizar, e uma garantia para a articulação que se entendia dever existir entre interior e exterior de cada edifício, na procura por uma harmonia que, subentende-se, se reconhecia ser complexa e teria estado quase sempre ausente. Nesse sentido, a criação desta comissão dedicada exclusivamente à aquisição de mobiliário para edifícios públicos teria toda a vantagem em ser tutelada pela pasta das Obras Públicas, dadas as sobreposições óbvias nas respetivas áreas de atuação. Numa primeira versão do texto do decreto-lei, datada de 1939 e não publicada, os estudos e aquisições de mobiliário para os novos edifícios do Estado ficariam dependentes genericamente do MOPC, para além de não se fazer qualquer menção à criação de uma comissão ou qualquer outra estrutura eventual²¹⁷. Não sendo conhecidos outros elementos que nos permitam elaborar mais aprofundadamente sobre a evolução da redação deste diploma legal, desconhecemos por isso os fundamentos para o ajuste; pode admitir-se, no entanto, que a criação de uma

²¹⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 30 359, 06.04.1940.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ Esta primeira proposta do texto do diploma legal foi partilhada com os vários ministérios para apreciação e comentários, a pedido do Presidente do Conselho (PT-TT-SGPCM-GPC-0406-00003, 07.08.1939). Não se encontram registadas as respostas recebidas, apenas um comentário final do Presidente do Conselho, datado de 1 de fevereiro de 1940.

comissão específica e a sua associação à DGEMN tenha sido vista como alteração essencial para a sua concretização, determinando a sua operacionalidade e eficácia.

Essa ideia saiu reforçada ao circunscrever no diploma legal de fundação a sua responsabilidade a todos os edifícios construídos de raiz ou objeto de remodelações profundas, colocando a CAM no princípio de cada processo, ou seja, nos momentos iniciais de cada projeto e de cada proposta. Mesmo a sua integração em trabalhos de remodelação profunda pareceu ir ao encontro desse objetivo, aproveitando-se aquele momento de renovação total para integrar, de forma qualificada, o equipamento e mobiliário adequado à função, fosse ela nova ou não. À Comissão foram ainda dadas competências para superintender “*na substituição ou renovação do mobiliário existente em edifícios que não tenham sido objecto de obras importantes, quando o Governo assim o decidir*”²¹⁸, permitindo integrar todo um leque de solicitações eventualmente menos estruturadas, mas que não deixavam de requerer algum acompanhamento especializado. Se, por um lado, esta inclusão poderá ajudar a enquadrar alguma da documentação gráfica que hoje encontramos nas coleções, nomeadamente em desenhos e fotografias nos quais não constam quaisquer elementos identificativos, mantendo-se peças únicas e aparentemente desarticuladas dos restantes registos, por outro, ela não permite contextualizar os pedidos de apoio não autorizados, na sua maioria justificados por não se reportarem a edifícios construídos de raiz²¹⁹.

No que concerne aos tipos de edifícios onde poderia intervir, o diploma legal que criou a CAM não desenvolveu quaisquer considerações nesse sentido. Contando apenas que fosse um edifício novo, profundamente remodelado, ou segundo orientações das tutelas, à Comissão seriam entregues virtualmente todas as intervenções que não dependessem de qualquer outra entidade. Como vimos, as comissões ou outras estruturas que tinham a seu cargo o estudo e construção de determinado tipo de equipamentos, integravam, com frequência, essa vertente do projeto; na sua ausência, essa dimensão

²¹⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 30 359, 06.04.1940, art.º1, §1.

²¹⁹ Devem referir-se casos como o do fornecimento de um móvel para o Tribunal da Relação de Lisboa, que a CAM recusou por tal não fazer parte das suas atribuições, sendo-lhe permitido, contudo, colaborar na escolha e aquisição do mesmo (PT DGEMN: CAM 0347/4, 1942-1946); ou o pedido para a sua intervenção no Palácio Silva Amado, do Ministério da Educação Nacional, para o Serviço de Pontos e Exames, que foi recusado pelo próprio ministro Duarte Pacheco, com o argumento de não se tratar de um edifício novo (PT DGEMN: CAM 0053/23, 1943-1944); ou ainda o pedido do diretor-geral dos Serviços Tutelares de Menores, solicitando a intervenção da Comissão para a aquisição de mobiliário para o Refúgio da Tutoria Central do Porto, porque os seus serviços já não tinham verba suficiente para cobrir essa necessidade, recusado pelo facto de não resultar de uma intervenção ou alteração profunda (PT DGEMN: CAM 0347/7, 1945).

poderia ser assegurada pela CAM. Por outro lado, o mesmo diploma remetia para o Ministério das Finanças, pasta que tutelava os palácios nacionais e o seu património móvel, as responsabilidades relativas à substituição e aquisição de mobiliário artístico e histórico, questão para a qual o Presidente do Conselho já tinha alertado no parecer elaborado sobre a proposta inicial do decreto-lei²²⁰.

A tabela de intervenções da CAM (Anexo II) revela um quadro bastante diversificado, registando-se uma especialização acentuada em certos programas, como os do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, ou em estabelecimentos de saúde psiquiátrica, assim como uma atenção especial às Pousadas, gabinetes ministeriais, governos civis, estabelecimentos de investigação científica, alguns quartéis, instalações para a PSP, algumas remodelações em museus, igrejas, escolas e liceus, e ainda no Instituto de Medicina Legal do Porto²²¹ e nas instalações da Polícia Judiciária, em Coimbra²²².

Mais uma vez, a diversidade de tipologias, a quantidade de intervenções e o consequente trabalho administrativo, resultam avassaladores para uma estrutura com a dimensão da CAM, o que justificou vários comentários sobre a escassez do seu pessoal técnico, claramente insuficiente perante a carga de trabalho administrativo que lhe era atribuído, entre a realização dos concursos e a administração das empreitadas. Ainda que distribuídas por quatro décadas de atividade, não deixa de ser impressionante a quantidade e variedade de respostas e soluções a que a CAM teve que dar forma, apresentando as suas propostas, e procurando o equilíbrio sempre complexo entre função, arquitetura e orçamento. A experiência acumulada e a capacidade técnica dos seus vogais terão, muito possivelmente, tido um papel decisivo nessa concretização, na medida em que foram também eles técnicos de referência no desempenho dos seus cargos, com capacidades atestadas e reconhecidas, e que contavam já com carreiras na administração pública consolidadas no momento em que passaram a integrar a Comissão. Alguns nomes seriam mais reconhecidos que outros, mas todos eles reuniam larga experiência em

²²⁰ Numa apreciação elaborada pelo Presidente do Conselho à proposta inicial do texto para o decreto-lei, esta foi uma das questões salientadas, reforçando a necessidade de manter aquele mobiliário e a sua gestão dependente do Ministério das Finanças e fora da tutela das Obras Públicas (PT-TT-SGPCM-GPC-0406-00003, 01.02.1940).

²²¹ Parecer sobre o concurso para o fornecimento e instalação de mobiliário (PT DGEMN: CAM 0029/8, 1941) e concurso para o fornecimento e instalação de mobiliário (PT DGEMN: CAM 0085/9), ambos realizados em 1941.

²²² Concurso para o fornecimento de mobiliário metálico e de madeira realizado em 1967(PT DGEMN: 0481/20; 0501/01; 503/01; 0503/02; 0503/03; 0507/1).

património arquitetónico, fosse ele histórico, ou não. A fórmula encontrada para o preenchimento desses lugares, como se verá mais à frente, pretendeu assegurar que essas duas dimensões estariam contempladas na equipa, incorporando a histórica, a monumental, e a dos edifícios públicos, numa complementaridade que permitiria prever um leque bastante alargado de solicitações.

No campo das construções hospitalares, para além de se ter ocupado, na íntegra, dos equipamentos associados ao Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos (sanatórios, dispensários e preventórios), ou de assistência psiquiátrica, a CAM teve também intervenções pontuais no Hospital Escolar de Lisboa²²³, na Maternidade Dr. Alfredo da Costa²²⁴, em Lisboa, no Hospital Joaquim Urbano²²⁵, no Porto, e no Hospital Termal das Caldas de Monchique²²⁶. Não obstante a existência da Comissão para as Construções Hospitalares, como vimos, a participação da CAM nestes processos de fornecimento ficou, contudo, por esclarecer, podendo constituir o grupo de intervenções solicitada ou sancionada pelo Governo, a pedido de outros organismos. Da mesma forma, o envolvimento da CAM nos centros recreativos populares dos bairros de casas económicas Marechal Carmona²²⁷, em Coimbra, e da Encarnação²²⁸, em Lisboa, ou aquelas que tiveram lugar no reformatório de Vila do Conde²²⁹ e na Tutoria da Infância do Porto e refúgio anexo²³⁰, não parecem enquadrar-se nas orientações do serviço, ainda mais quando a Comissão das Construções Prisionais e a DOECGRFA tinham a tutela sobre os estabelecimentos tutelares de menores também neste tópico, como vimos. Estas listagens de intervenções não parecem, portanto, ter decorrido de orientações específicas definidas *à priori*, quer através do diploma legal da sua criação, quer pelos regulamentos ou normas internas. Muito provavelmente, o corpo de trabalho da CAM ter-se-á construído em torno do plano de atividades da DGEMN e, conseqüentemente, de cada

²²³ Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Serviço de Obstetrícia (PT DGEMN: CAM 0305/01; 0305/02; 0475/25) e Serviço de Química Fisiológica (PT DGEMN: CAM 0440/01; 0440/02; 0440/03; 0440/04; 0362/01; 0362/02; 0362/06), durante a segunda metade da década de 1960.

²²⁴ Fornecimento de mesas especiais em 1969 (PT DGEMN: CAM 0499/09 e CAM 0504/26).

²²⁵ Fornecimento de mobiliário para o edifício dos serviços administrativos e garagem, entre 1946 e 1947 (PT DGEMN: CAM 0085/6).

²²⁶ Fornecimentos realizados entre 1963 e 1969 (PT DGEMN: CAM 0133/01; 0181/01; 0181/02; 0181/03; 0181/06; 0181/07; 0181/05; 0181/10; 0181/21; 0233/02; 0233/07; 0233/12; 0332/06; 0332/07; 0471/23; 0479/9; 0505/43).

²²⁷ Fornecimentos realizados entre 1964 e 1967 (PT DGEMN: CAM 0003/17; 0003/14; 0003/15; 0215/03).

²²⁸ Processos de aquisição realizados em 1966 (PT DGEMN: CAM 0271/05; 0271/08; 0271/09; 0413/23; 0414/26).

²²⁹ Fornecimentos realizados entre 1941 e 1945 (PT DGEMN: CAM 0029/8; 0347/02; 0490/01).

²³⁰ Fornecimentos realizados entre 1945 e 1950 (PT DGEMN: CAM 0347/7; 0302/01; 0302/02; 0347/06; 0347/08; 0347/09; 0519/13).

um dos seus serviços, e das decisões que os vários agentes hierárquicos foram tomando perante os tipos de equipamentos em apreciação.

O caso do projeto e construção do Laboratório de Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, não tendo sido responsabilidade da CAM, foi, no entanto, importante para a interpretação dessas prerrogativas. Esta foi exatamente uma das obras em que o próprio MOP decidiu solicitar o estudo dos laboratórios, equipamentos e mobiliário à Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (DNISP), entidade responsável pelo projeto e pela construção do conjunto da intervenção, e não à CAM, apesar de, segundo o decreto-lei que a fundara, os edifícios construídos de raiz devessem estar sob sua responsabilidade. O engenheiro-delegado que à data presidia à Comissão, Mariano de Sousa Pires, solicitou ele próprio ao diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais esclarecimentos nesse sentido²³¹, uma vez que, dadas as atribuições oficiais da Comissão, afirmava não compreender como aquela intervenção, que preenchia todos os requisitos previstos, tinha sido entregue a um outro serviço da DGEMN (e que havia sido criado apenas três anos antes, em 1948). A resposta foi clara – o próprio ministro das Obras Públicas argumentou no respetivo despacho a necessidade de concretizar uma articulação eficaz e rigorosa entre os elementos reservados à construção civil e os respetivos equipamentos fixos²³². O estudo daqueles laboratórios exigiria um trabalho concordante com a definição das estruturas de canalizações de água, gás e esgotos²³³ que, no entender do Ministro, não deveria ser realizado por entidades distintas e não podia “*obedecer aos tipos e modelos uniformizados das mobílias que têm sido estudadas e de cuja aquisição se tem ocupado a aludida Comissão*”²³⁴.

Estas informações denunciam também duas questões essenciais para a caracterização da Comissão e da forma como foi vista pelos seus pares e responsáveis

²³¹ Cf. PT DGEMN: CAM 0122/56, 12.06.1951.

²³² Não deixa de ser significativa a aquisição pela DNISP do livro *Laboratory Design* à Livraria Luso-Espanhola, em fevereiro de 1951 (PT DGEMN: DSARH 002-0193/027).

²³³ “Justifica-se esta superior decisão pela circunstância de o referido material a adquirir ser constituído por peças especialmente adequadas aos fins que o Laboratório se propõe – tais como blocos de bancadas, armários diversos, corpos de prateleiras, tulas, secadores e quadros de ferramenta – muitas delas carecendo de dispositivos especiais de ligação às várias canalizações de água, gás, electricidade, esgoto, etc, e tendo de ser montadas simultaneamente e em estreita harmonia com os trabalhos de construção e acabamentos do edifício; e ainda por outro mobiliário para laboratório e para salas de desenho – nomeadamente mesas rolantes e outras, bancos extensíveis, cadeiras rotativas, mochos, escadotes e estiradores, bancadas e arquivos para desenhos – o qual não pode obedecer aos tipos de modelos uniformizados das mobílias que têm sido estudadas e de cuja aquisição se tem ocupado a aludida Comissão” (PT DGEMN: DSARH 002-0209/091, 07.02.1951).

²³⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/091.

hierárquicos - a aparente ausência de especialização e a denúncia de uma prática que seria pouco exigente e pouco flexível, em particular perante uma instalação daquele tipo. De facto, esta advertência terá algum fundamento, na medida em que uma parte significativa da atividade da CAM, naquela primeira década, se tinha desenvolvido em torno de instalações com graus de complexidade distintos, ainda que exigentes na sua concretização. Como veremos, o mobiliário da Estação Agronómica de Sacavém foi já da responsabilidade da CAM, mas as suas instalações laboratoriais foram inicialmente estudadas pelos técnicos da própria Estação. Os laboratórios do Serviço de Fomento Mineiro, na sua delegação no Porto, apesar de mais tardios, contaram igualmente com a participação de um colaborador da instituição, procurando por esse meio acautelar todas as questões técnicas mais específicas e sensíveis. Com efeito, as grandes instalações de investigação científica iriam ser entregues à DNISP que, criada havia poucos anos, teria nesse tipo de projetos a sua principal área de intervenção, estendendo a sua prática também ao mobiliário, como veremos mais adiante. A esta leitura, deve juntar-se ainda uma outra, a da forma como a Comissão foi vista pelos seus agentes tutelares. Após uma década de pleno funcionamento, o referido despacho ministerial denunciou alguma desconfiança, ou despreço, pelas capacidades técnicas da Comissão, que teria servido apenas para aplicar “*modelos uniformizados de mobílias*” e não para estudar propostas de instalação com alguma escala e complexidade, negando assim a existência de competência e interesse por parte da equipa técnica para desenvolver um plano de intervenção para aquele tipo de equipamento. Este argumento parece contrariar, afinal, o próprio objetivo de criação da CAM, o da articulação de todas as áreas de projeto, incluindo a do mobiliário e equipamento, e que a escassez de meios da Comissão, a par da concorrência com outras entidades, dentro e fora do MOP, acabariam por esvaziar.

Apesar de não se ter seguido qualquer resposta de reforço nas capacidades e atribuições da Comissão, os relatórios que o engenheiro Mariano de Sousa Pires e o arquiteto Luís Benavente redigiram, entre os anos de 1950 e 1952, enquanto membros da CAM, constituíram por si próprios argumentos sérios de demonstração da qualidade do trabalho desempenhado e da forma como entenderam as suas responsabilidades e missão. Durante os anos em que integraram a Comissão, estes viram nela uma responsabilidade que iria além da mera composição de interiores – a CAM teria também, e especialmente, uma missão educativa, entendendo os espaços de intervenção enquanto mostruários, vitrines da arte nacional, numa orientação quase museológica. A definição de interiores,

em especial os de carácter representativo, incorporando pinturas ou outros elementos decorativos, permitiria adicionar-lhes valor, colocando numa posição de destaque a produção nacional de qualidade, e atribuindo-lhes simultaneamente uma dimensão pedagógica: “*na verdade por melhores e de bom efeito que sejam os móveis, os tapetes e os reposteiros, a ausência dos quadros e dos exemplares ornamentais, dará ao ambiente um aspecto frio, desconfortável e inacabado que produz péssima impressão, tornando ao mesmo tempo incompleta a obra da Comissão e a sua inerente função educativa*”²³⁵.

Os museus e os palácios nacionais, na perspectiva de Luís Benavente, teriam aqui uma função essencial na concretização dessa missão, ajudando a identificar as peças mais adequadas e intermediando o seu empréstimo, permitindo desse modo a sua exposição pública, em contextos muito concretos e fora do circuito museológico tradicional. Essa função afigurava-se ainda mais urgente e necessária já que “*o culto pela arte e o bom gosto artístico andam bastante arredados dos estilos*”²³⁶, depreendendo-se que a correta articulação entre mobiliário e arte poderia atribuir à CAM um papel educativo e pedagógico, contribuindo para a “*época de ressurgimento nacional*” que se estaria a viver²³⁷. Essas intenções terão esbarrado, no entanto, na aparente impossibilidade de os museus disponibilizarem peças de semelhante categoria para outros departamentos do Estado e no eventual desinteresse dos decisores em assegurar os canais adequados para a concretização deste tipo de iniciativas. Independentemente do que estivesse na origem destes pedidos, a equipa técnica da CAM procurou por diversas vezes assegurar a aquisição de peças de categoria semelhante em leilões e vendas privadas, mas os obstáculos colocados pelos procedimentos de contabilidade pública tornaram virtualmente impossível concretizar essas iniciativas. Essa dimensão pedagógica acabou por ir perdendo gradualmente protagonismo, deixando mesmo de ser referida nos relatórios e documentação associada de períodos posteriores.

Perante o tipo de informação que está contida nos referidos relatórios, estes constituem elementos significativos para a construção da história da CAM, embora tenham assumido gradualmente uma estrutura cada vez mais esquemática e resumida, servindo de mero repositório aos dados quantitativos relativos aos dispêndios anuais por cada categoria de edifício intervencionado. Os textos elaborados para os primeiros anos

²³⁵ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1950* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 27.02.1951).

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ *Ibidem*.

da década de 1950 dão a conhecer, contudo, uma visão mais elaborada sobre as competências e atribuições da CAM. O primeiro relatório foi redigido na sequência do trabalho preparatório da exposição *15 Anos de Obras Públicas*, quando este tipo de registos passou a ser solicitado a todos os serviços²³⁸. Mariano de Sousa Pires, enquanto presidente da CAM, assumiu a responsabilidade da tarefa, resumindo naquela primeira edição, datada de fevereiro de 1950 e referente ao período entre 1947 e 1949, o que tinha sido a primeira década de atividade da Comissão. Mais do que elencar os sucessos e insucessos na procura pela “*harmonia entre o mobiliário e a edificação*”, considerou mais relevante esclarecer “*que essa tarefa não era das mais fáceis nem das mais agradáveis*”, independentemente do edifício em estudo. A gestão de todos os elementos que deviam fazer parte dessas intervenções representava enormes desafios à integridade dessa harmonia e revestia-se de uma enorme responsabilidade. Se num primeiro momento só os móveis estavam contidos nesse desafio, com a inclusão, através da Lei de Meios, de outros objetos, como roupas, máquinas, aparelhos e utensílios, a atuação da CAM complexificou-se consideravelmente, tentando promover-se a procura pela uniformidade de critérios e normalização de procedimentos²³⁹. É neste âmbito que se deve entender a sugestão de Sousa Pires para a criação de recursos que agilizassem o trabalho dos técnicos, como sejam um arquivo de fotografias e desenhos²⁴⁰ e uma coleção atualizada de mobiliário de série²⁴¹, propostas que se foram materializando de alguma forma. Neste relatório fez-se ainda uma breve referência à “*função delicada*” do decorador que, “*além de ser um artista, deverá ser também um construtor, para, harmonizando as duas funções, poder colher resultados sóbrios e agradáveis, dentro da indispensável economia, aspecto e duração*”. Não tecendo mais considerações sobre o tema, Mariano de Sousa Pires reconheceu a dualidade de funções, sensibilidades e competências que devia caracterizar aquele corpo técnico.

²³⁸ As indicações enviadas pelo gabinete do ministro das Obras Públicas para a realização dos relatórios privilegiavam determinados dados e informações, não promovendo, no entanto, a sua uniformidade, nem constituindo um formulário que todos os serviços teriam que preencher de igual forma: “os relatórios deverão conter, por forma clara sucinta, todos os elementos significativos necessários para uma apreciação objectiva da atividade dos diversos departamentos – classificada quanto possível por obras afins quanto ao seu destino – em absoluto e em comparação com os anos anteriores. (...) Em cada departamento deverá assegurar-se a homogeneidade do respectivo relatório em relação, quer ao desenvolvimento concedido diversos sectores componentes, quer à própria estruturação dos relatórios parciais (...)” (Circular n.º 3/57, gabinete Ministro das Obras Públicas, PT DGEMN: DSARH 002-0246/003, 25.01.1956).

²³⁹ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03, fev. 1950).

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ *Ibidem*.

O arquiteto Luís Benavente, coadjuvado por Manuel Cayola Zagalo, foi talvez o técnico que mais refletiu sobre a missão e os objetivos da CAM, questões a que deu voz nos relatórios anuais de 1950 e 1951, e onde desenvolveu muito possivelmente as únicas considerações sobre o papel do mobiliário para serviços públicos a partir de uma estrutura oficial. Para além dos dados quantitativos relativos à atividade da Comissão naqueles anos, o esclarecimento sobre orientações adotadas, os principais obstáculos e desafios colocados ao seu funcionamento e as soluções encontradas para os contornar, Luís Benavente e Cayola Zagalo puderam elaborar um pouco mais sobre o papel da CAM e o seu lugar no panorama cultural nacional. Expressões como “*ressurgimento nacional*”, “*respeito e disciplina que a todos se impõe*”, “*as delicadas funções de mobilar*”, e a importância do decorador emergiram apenas naqueles relatórios. Essa sua visão encontrou na definição de um mobiliário de características nacionais a sua pedra de toque. Por um lado, viam na CAM uma possibilidade de formação específica dos artífices envolvidos que, através da “*interpretação do mobiliário baseado na composição do espírito nacional*”, formariam como uma “escola”, um repositório de conhecimento e saber fazer, consolidando e disseminando técnicas e modelos²⁴². Por outro lado, o espírito dos tempos devia transparecer nos modelos projetados – mantendo as características nacionais, o mobiliário devia ser moderno, havendo que “*estudar o problema com o maior cuidado a fim de ver se será possível encontrar um tipo de mobiliário que, ficando de marcar um lugar de realce na época em que vivemos, nos traga alguma coisa de novo dentro da evolução do mobiliário nacional através dos tempos*”²⁴³, obedecendo sempre aos “*elementares princípios de bom gosto*”. No entanto, esses mesmos princípios não podiam secundarizar o conhecimento absolutamente essencial que deveria existir sobre o funcionamento dos serviços públicos e sobre a arquitetura de interiores, articulação que “*só técnicos idóneos, integrados na disciplina e hierarquia*” podiam assegurar. Se num “*serviço público deve respirar-se e sentir-se a autoridade que ali se guarda e o respeito e a disciplina que a todos se impõe*”²⁴⁴, só a equipa técnica da CAM reuniria as competências necessárias para os materializar. No cruzamento entre o que a realidade dos serviços públicos nacionais requeria e a imagem do Estado, na representação de poder que se pretendia evocar, a Comissão seria, na visão de Benavente e Cayola Zagalo, um

²⁴² Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1950* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 27.02.1951).

²⁴³ *Ibidem*.

²⁴⁴ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1951* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 14.03.1952).

agente instrumental, contribuindo para a *época do ressurgimento nacional* que se estaria a viver²⁴⁵.

Na sua conceção, a categoria do mobiliário e o processo de definição dos interiores dos serviços públicos desempenhariam funções de mediação entre os cidadãos e o Estado, enquanto agentes suscetíveis de interferir, melhorar, educar e esclarecer essa relação, e na construção e consolidação da identidade cultural nacional. Não obstante o pragmatismo que caracterizou a atuação da CAM na sua globalidade, as propostas desenhadas por aqueles dois técnicos não ficaram inteiramente perdidas, na medida em que alguns dos seus conceitos e sugestões transpareceram no rol de tarefas e de recursos, orientando de alguma maneira a atuação da Comissão.

O elenco de intervenções registado tornou, sem dúvida, a CAM num repositório de experiência e conhecimento sobre esta área de projeto, visíveis na circulação de materiais gráficos entre departamentos e serviços e na solicitação de pareceres. A sua atividade pode ter resultado menos grandiosa, pedagógica, sofisticada ou visionária, mas teve uma ação decisiva na definição dos interiores dos edifícios públicos nacionais.

²⁴⁵ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1950* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 27.02.1951).

2.1.1 Vogais e funcionários – engenheiros, arquitetos e decoradores

O funcionamento da CAM dependeu da participação dos seus técnicos e dos seus conhecimentos especializados, sem dispensar pontualmente a colaboração dos representantes das várias instituições envolvidas em cada processo. De acordo com o decreto fundador, a Comissão deveria ser “*assistida, em relação a cada edificio ou grupo de edificios, de um ou mais delegados dos serviços que hão-de utilizar o mobiliário a adquirir, a quem competirá especialmente velar pela escolha de mobiliário de características apropriadas às necessidades dos serviços e pela adopção dos tipos de mobiliário aprovados por lei nos casos em que o houver*”²⁴⁶. Estando assegurada a ligação às áreas de especialização da intervenção, cabia aos técnicos integrantes da Comissão a concretização dos restantes procedimentos de projeto e tarefas administrativas. O diploma não definia o número de elementos a integrar, nem as suas áreas de especialização, deixando apenas a indicação de que os mesmos poderiam acumular funções em outros cargos públicos.

Criada a CAM em 1940, só na segunda metade de 1941 foi nomeado o primeiro conjunto de vogais²⁴⁷, provenientes naturalmente dos quadros técnicos da DGEMN e que, à data, tinham responsabilidades de chefia em vários dos seus departamentos: o engenheiro Fernando Galvão Jácome de Castro, chefe da Repartição de Obras de Edifícios, o engenheiro Raul Américo Maças Fernandes, chefe da Repartição de Estudos de Edifícios e o arquiteto Raul Lino, chefe da Repartição de Estudos de Obras de Monumentos, confirmando assim a indicação que havia sido dada oficialmente para a acumulação de funções públicas, ao mesmo tempo que se encontravam ali representadas as principais repartições do organograma da DGEMN – as de estudos e de obras em edifícios e em monumentos. Deste modo, a recém-criada estrutura reuniria todas as condições técnicas necessárias para desenvolver um trabalho de qualidade, fundamentado numa prática sólida e reconhecida, na qual o serviço de origem seria determinante.

A definição da equipa de gestão da CAM durante as quatro décadas em que esteve em funcionamento foi também reflexo das dinâmicas que marcaram a própria DGEMN,

²⁴⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 30359, 06.04.1940.

²⁴⁷ “Para o desempenho da missão atribuída pelo referido diploma, o Governo nomeou, por portaria de 5.7.1941, três técnicos em serviço na DGEMN com as funções de chefes de repartição” (CAM, Relatório de atividade, 1947-1949, PT DGEMN: CAM 0229/03).

a reformulação das suas atribuições e as alterações ao seu funcionamento, visíveis em grande medida nas leis orgânicas e adendas que foram sendo publicadas, redefinindo a sua estrutura em concordância com as estratégias desenhadas pelo governo. A fórmula que aqueles primeiros momentos de funcionamento definiram como a mais adequada, porque mais equilibrada na articulação dos vários departamentos envolvidos (edifícios e monumentos), foi-se alterando e, eventualmente, perdendo relevância, em particular na última década de atividade da CAM.

Essa evolução é visível no cronograma dos vogais da Comissão (Anexo III). O peso que os decoradores e arquitetos tiveram em certo período terá decorrido em grande parte do destaque que os estabelecimentos hoteleiros, gabinetes ministeriais e espaços de representação oficial terão tido, requerendo uma intervenção qualificada no que àqueles contextos dizia respeito. Na verdade, tanto os chamados “decoradores”, Manuel Cayola Zagalo e Eduardo Hofacker de Moser, como o arquiteto Raul Lino, tinham uma ligação muito estreita com o universo dos palácios nacionais – os dois primeiros foram funcionários do Ministério da Finanças, pasta que tutelou aqueles edifícios e o seu recheio, e por isso muito mais próximos do universo que se pretendeu emular em algumas das intervenções da CAM

A saída do arquitecto Raul Lino, em data incerta, não permite perceber quantos anos exatamente terá ficado a Comissão subtraída de um dos seus vogais, sabendo-se apenas que, durante esse mesmo período, Mariano de Sousa Pires terá contado com o apoio do arquiteto Eugénio Correia (1897-1987) para colaborações pontuais e a título oficioso²⁴⁸. A remodelação ocorrida em 1950²⁴⁹ passou a integrar Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo (1904-1970)²⁵⁰, recuperando-se assim uma valência que teria ficado secundarizada com a saída de Raul Lino²⁵¹. A inclusão de Cayola Zagalo veio não só preencher uma lacuna de competências, mas também o vazio de uma capacidade técnica e administrativa que urgia reintegrar para que a Comissão pudesse continuar a funcionar, cumprindo da melhor forma os seus objetivos.

²⁴⁸ Cf. CAM, *Relatório de atividade. 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03). Terá sido o autor do projeto de mobiliário para a sala de concursos da Direção-Geral de Contabilidade Pública (PT DGEMN: CAM 0082/7, 1949-1951).

²⁴⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 0832/01, 04.09.1950.

²⁵⁰ Cf. despacho do Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, de 15.08.1950 (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0832/1).

²⁵¹ A data exata da sua saída não se encontra registada em nenhuma da documentação consultada; a sua aposentação foi publicada em Diário do Governo, a 24 de junho de 1950, embora a sua colaboração junto da Comissão tenha cessado alguns anos antes (Portaria, 24.6.1950).

Manuel Cayola Zagalo, licenciado em Ciências Económicas, entrou para o Ministério das Finanças através do Serviço Interno Aduaneiro, onde ficou até 1933, ano em que foi promovido a conservador adjunto do Museu Nacional de Arte Antiga, desligando-se dessa forma, e até ao fim da sua carreira, dos serviços da Direcção-Geral da Fazenda Pública. Fez parte do Conselho Superior de Belas-Artes do Funchal (1934), e assumiu a posição de conservador adjunto dos palácios nacionais em 1938, com uma participação específica no Palácio Nacional da Ajuda, como segundo conservador²⁵². As suas principais intervenções, em parceria com o arquiteto Luís Benavente, que também a partir de 1950 passou a integrar a CAM enquanto diretor do Serviço de Monumentos Nacionais, foram quase sempre para gabinetes ministeriais, hotéis e pousadas que, pelo seu impacto representativo, se pretendiam elaborados com particular cuidado e requinte. Com a exceção dos técnicos de contabilidade, que vieram a integrar a Comissão mais tarde, este acabou por ser o vogal que mais tempo esteve ao seu serviço²⁵³.

Entre 1952 e 1955, a CAM contou ainda com a colaboração de Eduardo Henrique Hofacker de Moser (1894-1968) também ele na qualidade de “decorador”²⁵⁴, numa aparente sobreposição de competências, já que Cayola Zagalo também se encontrava ao serviço. Não se conseguindo que a documentação esclarecesse esta simultaneidade, parece-nos plausível que ela possa justificar-se pelo aumento de intervenções a exigir um acompanhamento mais especializado, em linha com o perfil que ambos haviam desenvolvido junto dos palácios nacionais. Por seu lado, os relatórios de atividades elaborados para estes anos não contêm qualquer alusão a estas sobreposições de competências e muito menos à entrada e saída dos seus vogais, deixando por esclarecer as razões por detrás destas decisões.

O acréscimo da atividade da Comissão terá também pressionado a integração, a partir de 1955, dos auxiliares de contabilidade Luís Filipe Seixas dos Santos (1921- ?) e Fausto Baptista dos Santos (1926-?) como vogais. O acompanhamento permanente daquela categoria de funcionários, versados e experientes em funções de cariz administrativo, permitiria agilizar o mais possível os concursos e processos de fornecimento. No caso particular de Seixas dos Santos, que à data ocupava a posição de

²⁵² Cf. Portaria, D.G. n.º 102, II série, 05.05.1938.

²⁵³ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 832/1.

²⁵⁴ A sua passagem pela CAM ficou marcada pela renovação, a cada três meses, da sua comissão de serviço, apesar da mesma se ter estendido ao longo de três anos, cessando a seu pedido por motivos de saúde (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0072/03).

chefe da repartição dos serviços administrativos da DGEMN, a sua colaboração esteve diretamente relacionada com os trabalhos no Hotel de Seteais, com os quais se ocuparia em regime de quase exclusividade²⁵⁵, eventualmente libertando os outros dois elementos da Comissão para o acompanhamento dos projetos de mobiliário. A sua cooperação depressa assumiu um carácter mais permanente e, em finais de 1955, passou a integrar formalmente a Comissão²⁵⁶.

A par dos três vogais que deviam constituir a Comissão, o seu funcionamento deveria ser ainda assegurado por um quadro de pessoal técnico e administrativo, que quase sempre se revelou insuficiente para o cumprimento das obrigações oficiais. As queixas foram constantes, na maioria das vezes visíveis apenas nas justificações de contratações a prazo de certos funcionários, como dactilógrafas, fiscais e desenhadores²⁵⁷. É disso exemplar, o caso do projeto do Hospital Júlio de Matos, em que a datilografia de officios e correspondência, a verificação e registo de elementos relativos à medição das madeiras adquiridas, transportadas e serradas para a construção do mobiliário, ou ainda a execução dos desenhos do projeto de mobiliário dependeu desse tipo de colaboração, assente em contratos temporários, de três meses, que acabariam por ser consecutivamente renovados enquanto decorreu a obra²⁵⁸. Noutros momentos, a formalização da constituição de um quadro de funcionários permanentes foi mais fundamentada, com a definição da quantidade e qualidade de postos de trabalho necessários para a concretização das tarefas sob responsabilidade da Comissão. Em 1952, o engenheiro Mariano de Sousa Pires, presidente da Comissão, solicitou a integração, com carácter de urgência, de dois desenhadores, um deles industrial, e que ambos tivessem “*conhecimento de delinear mobiliário*”²⁵⁹; de um “*mestre marceneiro com conhecimento de estofador para execução e verificação de pormenores de construção e montagem, fiscalização de mobiliário, de montagem de reposteiros, de cortinados, etc.*”²⁶⁰; e de seis funcionários administrativos (oficiais, escriturários, encarregados de contabilidade e serventes)²⁶¹.

²⁵⁵ Este teria a seu cargo todo o movimento relativo aos concursos de aquisições para o hotel, a saber: preparação de orçamentação, elaboração de condições especiais, consultas, recolha de propostas, elaboração dos mapas comparativos destas, consequentes propostas de adjudicação, no fundo tudo que dissesse respeito às referidas aquisições (PT DGEMN: DSARH pessoal 832/1, 08.07.1955).

²⁵⁶ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 832/1, 16.11.1955.

²⁵⁷ Foi aliás nesta qualidade que pela primeira vez se assinalou a presença de José Luís Amorim, arquiteto com intervenções significativas na área de projeto de mobiliário, como veremos mais adiante.

²⁵⁸ Cf. PT DGEMN: CAM 0399/04.

²⁵⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 832/1, 20.08.1952.

²⁶⁰ *Ibidem.*

²⁶¹ Cf. PT DGEMN: DSARH 832/1, 16.04.1952.

Este deveria ser, em seu entender, o quadro mínimo de funcionários e técnicos para a CAM, o qual ficaria, ainda assim, muito aquém das necessidades reais daquela estrutura. As horas extraordinárias acumuladas por todos os colaboradores, independentemente da sua categoria, aos quais a documentação associada faz assíduas referências, refletem, em nosso entender, a situação relativamente precária em que Comissão desenvolveu a sua atividade.

Na verdade, à data do já referido primeiro relatório de atividades da CAM, elaborado por Mariano de Sousa Pires em 1950, mas relativo aos anos de 1947 a 1949, a equipa de gestão compunha-se de apenas um vogal, ele próprio. A reformulação tardou a concretizar-se, dando azo a uma situação entendida na altura como extraordinária, mas que veio a repetir-se ao longo do seu funcionamento, embora com outros contornos. A dependência do trabalho desempenhado por tarefeiros foi significativa²⁶², não só na sua competência técnica, mas especialmente na vertente administrativa e de expediente. Na publicação comemorativa do 50.º aniversário da DGEMN²⁶³ foi apresentado um quadro que mostra de forma muito clara o peso que estes colaboradores externos tiveram neste organismo, desde a sua criação. Entende-se assim que esta seria uma questão transversal à instituição - todos os serviços deviam debater-se, com mais ou menos intensidade, com a falta de pessoal para as inúmeras qualidades de tarefas e funções, recorrendo com regularidade à colaboração de técnicos externos.

Na equipa de vogais procurou-se quase sempre a manutenção de um equilíbrio entre arquitetos e engenheiros, que decorria em larga medida dos serviços que cada um deles dirigia – o arquiteto diretor de serviços dos Monumentos Nacionais e o engenheiro diretor dos Serviços de Construção ou Conservação. O terceiro vogal variou, como vimos, entre decoradores e técnicos de contabilidade, mas esta foi uma fórmula que se manteve até ao final. Raul Lino (1879-1974), Luís Benavente (1902-1993), João Vaz Martins (1910-1988)²⁶⁴, Fernando Gomes (1907-?), Fernando Peres Guimarães (1918-?) e Nuno de Moraes Beirão (1924-?), arquitetos; e Raul Américo Maçãs Fernandes (1898-1966),

²⁶² Cf. CAM, *Relatório de atividade, 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03).

²⁶³ Cf. *50 Anos. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, MHOP, 1979.

²⁶⁴ Maria João Baptista Nesto dedica algumas páginas a este arquiteto no seu trabalho *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, tese de doutoramento em História da Arte, vol. 1, FL-UL, 1995, pp. 428-432. Este terá sido responsável pela organização do Boletim da DGEMN a partir de 1941, data em que passou a diretor dos Monumentos de Lisboa, que acumulou com a do Sul; integrou formalmente a CAM em abril de 1957, em substituição do arquiteto Luís Benavente que se encontrava ao serviço do Ministério do Ultramar, por despacho publicado em D.G. n.º 98, II série, 25.04.1957 (PT DGEMN: CAM 0398/03).

Fernando Galvão Jácome de Castro (1892-1964), Mariano de Sousa Pires (1887-?), José Espregueira Mendes (1903-?), José Pena Pereira da Silva (1906 -?) e Jaime Pereira Gomes (1917-?), engenheiros, foram os funcionários e os técnicos associados a cerca de quatro centenas de intervenções²⁶⁵, distribuídas por quatro décadas de funcionamento ininterrupto, e que contribuíram de forma significativa para a definição da paisagem interior de muitos dos edifícios para serviços públicos do país. Note-se ainda que os vogais nomeados foram sempre chefes ou diretores de serviços em atividade na DGEMN, e que por isso a sua dedicação à CAM nunca foi exclusiva.

Engenheiro de formação, Mariano de Sousa Pires teve uma longa carreira na administração pública, integrando-a em 1912 como condutor de 3.^a classe do corpo de engenharia civil do Ministério das Obras Públicas. Tendo estado na Índia, integrou a Administração-Geral do Porto de Lisboa e, em 1921, transitou da Direção de Estradas e Turismo para a Administração dos Edifícios Nacionais e dali para a DGEMN, onde ocuparia o cargo de diretor dos Edifícios Nacionais do Centro, em 1929²⁶⁶. Teve uma nova comissão de serviço no Ministério das Colónias, entre 1933 e 1935, reintegrando a DGEMN a partir desse ano, primeiro na Repartição de Obras e Edifícios, depois como diretor dos Edifícios de Lisboa, e dos Serviços de Conservação, em 1947. Nessa qualidade integrou várias comissões – a Comissão Administrativa das Novas Obras para o Exército (1944-1946), o Serviço das Casas Económicas (1944), a Junta da Emigração (1947, por nomeação ministerial) e, desde 1946, a CAM, numa posição formalizada apenas em 1950, onde permaneceu até 1952, ano da sua aposentação do serviço público²⁶⁷. Da sua vida profissional conhecem-se apenas estes momentos, ignorando-se, contudo, o seu grau de envolvimento e a eventual produção teórica em cada um deles, não podendo por isso fazer-se uma plena avaliação da sua prestação enquanto servidor público.

O engenheiro José Espregueira Mendes²⁶⁸ foi o presidente que lhe sucedeu e que se manteve à frente da CAM durante 16 anos (1952 -1968), num dos períodos mais exigentes e movimentados daquela estrutura. Engenheiro de formação, colaborou com a Direção-Geral dos Caminhos de Ferro entre 1930 e 1935, integrando os quadros da DGEMN em 1938. Foi diretor dos Serviços de Construção da DGEMN entre 1946 e

²⁶⁵ Este valor reporta-se às intervenções inventariadas no decorrer do projeto *Móveis Modernos*.

²⁶⁶ Cf. *50 Anos. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, MHOP, 1979.

²⁶⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 0005/02 e DSARH Pessoal 0832/01.

²⁶⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH: Pessoal 0001/01, 0001/03, 0001/05, 0001/06, 0001/07;

1947²⁶⁹, sendo nomeado para a Comissão dos Novos Edifícios dos CTT, enquanto engenheiro-delegado, no ano seguinte.

Em 1968, o presidente da Comissão chegou a ser o próprio diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o engenheiro José Pereira da Silva²⁷⁰, uma decisão que a documentação consultada não permitiu esclarecer na totalidade. O anterior presidente, José Espregueira Mendes, e os vogais, o arquiteto João Filipe Vaz Martins e Manuel Cayola Zagalo, haviam solicitado a sua exoneração de funções em simultâneo, embora este último tenha mostrado disponibilidade para assegurar o acompanhamento dos trabalhos em curso, de modo a não comprometer o funcionamento da Comissão²⁷¹. Perante isto, o Diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais informou que seria apenas necessário nomear dois novos vogais, o engenheiro Jaime Pereira Gomes e o arquiteto Fernando Peres Guimarães²⁷², ficando ele próprio como o terceiro elemento, embora sem funções executivas enquanto tal ²⁷³. Em nosso entender, esta articulação de cargos e de funções pode denunciar, por um lado, a escassez de pessoal técnico capaz de assumir aqueles trabalhos, mas, por outro, a reduzida especialização dos vogais, sendo necessários apenas para cumprir a legalidade da estrutura e não enquanto técnicos essenciais para a concretização dos seus objetivos, situação que se prolongou até ao fim da década seguinte, quando a Comissão cessou definitivamente a sua atividade, em 1980. Não obstante o aparente desinvestimento na Comissão, reconheceu-se o seu trabalho e as exigências associadas, em particular num momento em que o III Plano de Fomento (1968-1973) se encontrava em execução, sendo necessário projetar e articular construções e respetivas aquisições e fornecimentos²⁷⁴.

Fernando Peres Guimarães²⁷⁵ terá sido dos últimos vogais a solicitar a sua exoneração da CAM. A sobreposição dos cargos estaria a comprometer o seu

²⁶⁹ Cf. *Caminhos do Património*, 1999, p. 246.

²⁷⁰ Este foi diretor-geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais entre 1961 e 1976, sucedendo a Henrique Gomes da Silva (*Caminhos do Património*, 1999, p. 246).

²⁷¹ Manteve-se enquanto consultor externo de mobiliário historicista e objetos de arte (PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 02.12.1968).

²⁷² Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 832/01, 04.11.1968.

²⁷³ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 832/01, 13.11.1968.

²⁷⁴ Foi inclusive feita uma proposta para que os valores das gratificações associadas à posição de vogal fossem revistos e atualizados, dada a exigência do momento (PT DGEMN: DSARH pessoal 832/1, 04.11.1968).

²⁷⁵ Este arquiteto começou a sua colaboração com a DGEMN em 1946, logo após a obtenção do seu diploma pela Escola de Belas Artes do Porto. Integrou a Direção de Monumentos Nacionais, serviço onde se manteve até ao seu provimento definitivo na instituição, em 1956; esteve destacado na secção de Évora daquele serviço entre 1947 e 1949 e foi diretor do Serviço de Monumentos Nacionais entre 1968 e 1977 (AHMOP, CSOP, Fernando Peres Guimarães).

desempenho, pelo que este arquiteto, que dirigiu o Serviço dos Monumentos Nacionais pediu, em finais de 1976 (sendo autorizado no início do ano seguinte), o seu afastamento da CAM para assim prosseguir com o seu trabalho enquanto diretor de serviços, função que, como argumentou em ofício ao diretor-geral, exigia de si uma “*atenção e dedicação que não podia ser partilhada com mais nenhuma outra*”²⁷⁶.

A estrutura previa a colaboração de apenas um arquiteto, o que seria claramente insuficiente em períodos de maior volume de trabalho. O recurso a outros técnicos dentro da DGEMN era recorrente, assim como de “arquitetos estranhos ao serviço”, isto é, de elementos exteriores à DGEMN, que prestavam o seu apoio quer nessas fases de maior pressão, quer pela ausência de um técnico nomeado na Comissão. Este foi o caso do arquiteto Eugénio Correia que, no início da década de 1950, colaborou na CAM num desses momentos de ausência²⁷⁷; e do arquiteto Nuno de Moraes Beirão²⁷⁸ que entrou pela primeira vez ao serviço da CAM em 1969²⁷⁹, numa colaboração pontual que se prolongou num regime de alguma continuidade, dada a sua proficiência e capacidade técnica naquela área de projeto²⁸⁰. A sua aparente tendência para a especialização em intervenções de elevada representatividade oficial – os gabinetes do ministro da Educação Nacional²⁸¹ e do presidente da Assembleia Nacional²⁸², e da sala de reuniões do ministro das Obras Públicas²⁸³ consolidaram a sua colaboração junto da Comissão.

Foi, então, nesta estrutura e neste corpo de funcionários, não obstante a sobreposição, rotatividade e precariedade acima identificadas, que recaiu a tarefa de funcionamento da CAM, que analisaremos em seguida.

²⁷⁶ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 832/01,10.12.1976.

²⁷⁷ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1950).

²⁷⁸ Nuno de Moraes Beirão, arquiteto, formado na Escola de Belas Artes de Lisboa, entrou para a DGEMN em 1953, na Direção de Edifícios de Lisboa. Em 1968, foi nomeado chefe de secção de Lisboa da Direção de Serviços dos Monumentos Nacionais e, em 1970, diretor da repartição de Monumentos de Lisboa (PT DGEMN: DSARH -Pessoal-0530/02).

²⁷⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 02.06.1969.

²⁸⁰ O primeiro pedido data de 1969 e o último de 1973, com renovações sistemáticas entre estas datas (PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 20.10.1969 e PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 13.08.1973).

²⁸¹ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 03.09.1970.

²⁸² Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 29.04.1971.

²⁸³ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/083, 03.09.1970.

2.1.2 Funcionamento

A harmonização e equilíbrio entre o mobiliário e o edifício onde este seria instalado foi a grande premissa da atuação da CAM. O mobiliário deveria ser visto com *“tanto carinho e em tanta profundidade como o que devia presidir ao delineamento das construções”* e devia ser entendido como uma *“peça integrante, como qualquer sala ou gabinete, do edifício onde vai funcionar determinado serviço”*²⁸⁴. Não obstante a sistematização empreendida pelo MOPC nas grandes categorias construtivas, definindo estruturas permanentes e eventuais que agilizariam esses processos, muitos serviços continuaram a depender dos seus funcionários e dos seus orçamentos próprios de funcionamento para garantir as suas necessidades de mobiliário e equipamento, numa prática que, apesar dos esforços de centralização, continuava a existir e que justificaria a *“liberdade que alguns diretores ainda tinham de escolherem o seu mobiliário”*²⁸⁵.

Por outro lado, a manutenção dessa prática decorria em parte do modo como os orçamentos para as obras de construção ou de remodelação dos edifícios estavam estruturados, não contemplando verbas para equipamento e mobiliário, impossibilitando dessa maneira a aquisição de qualquer elemento que não fosse fixo²⁸⁶. Este tipo de constrangimentos acabava por promover a aquisição de mobiliário *“mal feit[o], com móveis desconjuntados, mal escolhidos, inapropriados e sem a dignidade recomendável”*²⁸⁷, ou então de *“conjuntos que não possuíam a dignidade recomendável embora fossem de estilo e acabamento apreciáveis”*²⁸⁸. Este seria o panorama à data da criação de CAM e que deve ter-se mantido durante algum tempo.

Com a subsistência destas práticas mais informais e oficiosas, a CAM teve de definir o seu lugar dentro da máquina administrativa no que dizia respeito à instalação dos vários serviços públicos, fossem eles edifícios construídos de raiz, ou com profundas remodelações. Por um lado, teria de aplacar as iniciativas interinas que perturbariam a harmonia pretendida e, por outro, procurar a uniformidade da instalação sem comprometer a singularidade e especificidade de cada serviço e das suas funções, ao

²⁸⁴ Cf. “A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado. Modo como tem procedido, para esse fim, a Comissão respectiva dependente da DGEMN” (PT DGEMN: DSARH 002-0209/090, [1951]).

²⁸⁵ Cf. CAM, *Relatório de atividade, 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1950).

²⁸⁶ *Ibidem.*

²⁸⁷ *Ibidem.*

²⁸⁸ *Ibidem.*

mesmo tempo que seguiria “*cristeriosos limites económicos*”²⁸⁹. Foi nesse equilíbrio, sempre difícil, que se caracterizou a atuação da CAM, o que não a ilibou de críticas e de interpretações menos corretas sobre o seu trabalho, opiniões que claramente não tinham em linha de conta a diversidade, e por isso a dificuldade, que a Comissão teria para encontrar soluções que cumprissem estes critérios: “*a variedade de móveis que deverão escolher-se, segundo medidas apropriadas ao meio e fim a que se destinam, aumentam os embaraços na aquisição a propor*” e, por isso, “*a sobriedade e dignidade que devem possuir nem sempre são compreendidas e interpretadas, o que origina não poucas dificuldades quer na sua aceitação como na sua execução*”²⁹⁰. Depreende-se por estas palavras que a CAM terá estado exposta a apreciações pouco positivas sobre a sua atuação, subvalorizando o seu contributo, mas que decorriam em certa medida do desconhecimento ou incompreensão da diversidade e dimensão das suas atribuições.

Subjacente a estas interpretações pelos seus pares e pelos restantes agentes institucionais poderia residir um preconceito relativamente à função do decorador, termo que foi utilizado nos primeiros relatórios de atividades da Comissão, e que poderia simplificar e minimizar uma tarefa que, na verdade, seria bem complexa. Não obstante ter como função decorar, entendia-se que aquele técnico, “*para além de ser um artista, deverá ser também um construtor*”²⁹¹, porque se à Comissão fosse dada apenas a “*função de mobilar ou fornecer móveis, a solução final seria incompleta*”²⁹². Assumia-se uma dimensão decoradora, mas a arte e a construção tinham de estar relacionadas, de um modo intrínseco, nessa tarefa. O arquiteto Luís Benavente foi um pouco mais longe, mencionando pela primeira vez a expressão “*arquitetura de interiores*”²⁹³ para serviços públicos - em linha com as referências anteriores, mas deixando transparecer uma reflexão mais consolidada sobre a questão. Na verdade, quando Mariano de Sousa Pires, o responsável pelos relatórios de 1947 a 1949, avançou com aquela caracterização – decorador, artista e construtor – estaria já a descrever as atribuições inerentes à arquitetura de interiores, embora não aplicasse ainda essa expressão. Mesmo que o uso daquela designação pudesse, já então, não ser inédito no contexto português da época, este foi, pelo menos, uma ocorrência invulgar em contexto oficial. No entanto, a perspetiva de Benavente não parecia admitir a possibilidade de se proceder a uma intervenção profunda,

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ *Ibidem.*

²⁹¹ *Ibidem.*

²⁹² *Ibidem.*

²⁹³ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1951* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 14.03.1952).

de alteração ou adaptação da arquitetura preexistente e definida por outros, uma posição que iria caracterizar, por exemplo, o projeto de Daciano da Costa para a Biblioteca Nacional, em finais da década de 1960, e que o definiu como um dos pioneiros da “arquitetura de interiores” em Portugal²⁹⁴.

O decreto fundador da CAM limitou as suas responsabilidades à aquisição de mobiliário, mas na prática, e desde cedo, houve um considerável alargamento das suas competências. Desde o primeiro momento, as aquisições sob sua responsabilidade foram muito além dos móveis e equipamentos fixos - roupas e sapatos para os funcionários do estabelecimentos hospitalares, enfermeiros ou técnicos (para a assistência psiquiátrica ou à tuberculose), mas também dos doentes, roupas de cama, maquinaria e equipamento para as cozinhas e lavandarias, carros de transporte de alimentação, carros de mão, balanças, cadeiras de rodas, mas também mobiliário para os edifícios anexos e casas de função (para funcionários, corpo clínico e enfermeiros, e para os corpos dirigentes dos estabelecimentos), que pela sua especialização e localização, distante dos principais centros urbanos, requeriam por vezes esse tipo de apoio. Se os primeiros fornecimentos foram feitos a coberto da urgência na instalação dos serviços, dada a sua escala e complexidade, como terá acontecido para o Manicómio de Lisboa, outros, mais tardios e noutros contextos, não parecem justificar-se da mesma forma. O alargamento a esses universos funcionais e tipológicos através da Lei de Meios²⁹⁵ criou uma abertura para a aquisição de um elenco de outros artigos e objetos que pouco teriam que ver com o equipamento e decoração dos interiores. Entendida a CAM como estrutura munida dos recursos adequados para a aquisição de materiais como mobiliário, esta foi efetivamente aproveitada para concretizar esses outros tipos de fornecimento. Por outro lado, a possibilidade de a CAM receber verbas provenientes de outros ministérios para uso exclusivo naquele tipo de aquisições, para além das suas próprias e que lhe eram alocadas pelo MOPC e pela DGEMN, conferia-lhe uma relativa autonomia orçamental que tornava a sua intermediação ainda mais apelativa, assegurando rápida e eficazmente a aquisição daqueles artigos. Esta diferença ficou perceptível entre as intervenções do período de funcionamento inicial e outras mais tardias, as quais deixam de ser tão abrangentes nas categorias de objetos envolvidos. Se as instalações de estabelecimentos psiquiátricos

²⁹⁴ Cf. João Paulo Martins, “Daciano da Costa: para uma arquitectura de interiores” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, Lisboa, 2004, p. 28.

²⁹⁵ Cf. CAM, *Relatório de Atividades 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1950).

como os hospitais de Júlio de Matos²⁹⁶ e o de Sobral Cid²⁹⁷ se caracterizaram pela centralização da aquisição de todo o tipo de materiais, para além do mobiliário, na CAM²⁹⁸, um estabelecimento semelhante na sua tipologia, como foi o do Hospital do Lorvão²⁹⁹, recorreu à Comissão para adquirir objetos não relacionados com o mobiliário.

Para casos que requeriam uma intervenção mais especializada, estava prevista a integração de especialistas no grupo de trabalho, colaborando ativamente na elaboração de um programa de instalações mais adequado³⁰⁰. O processo de instalação do Hospital Júlio de Matos foi um desses casos, em que foi solicitada abertamente a indicação “*de um ou mais delegados da Comissão Administrativa para prestar colaboração (...) fornecendo a relação do mobiliário necessário à instalação do novo manicómio, a fim de se tratar com brevidade da sua aquisição*”³⁰¹. Os casos da Estação Agronómica Nacional, em Sacavém, do Serviço de Fomento Mineiro do Porto e do Instituto de Medicina Tropical foram também exemplos dessa cooperação de maior proximidade entre a entidade executora e a proponente.

À Comissão coube ainda a elaboração de pareceres³⁰² sobre estudos, projetos e propostas desenvolvidos por outros departamentos da DGEMN, ou ainda por diferentes instituições públicas, que assim reconheciam à Comissão a devida autoridade sobre a

²⁹⁶ Fornecimentos realizados entre 1939 e 1971 (PT DGEMN: CAM 0005/9; 0006/06; 0018/09; 0018/11; 0018/12; 0063/09; 0056/01; 0056/02; 0056/03; 0056/05; 0057/01; 0057/02; 0057/03; 0057/04; 0058/01; 0058/02; 0058/03; 0058/04; 0058/09; 0059/01; 0059/02; 0059/03; 0059/05; 0059/06; 0060/03; 0060/04; 0060/05; 0060/06; 0060/07; 0061/05; 0061/06; 0063/01; 0063/02; 0064/01; 0064/02; 0065/04; 0065/13; 0068/08; 0069/01; 0070/01; 0070/02; 0070/03; 0070/04; 0070/05; 0070/06; 0070/07; 0070/08; 0070/09; 0070/10; 0071/08; 0071/10; 0071/13; 0071/14; 0071/17; 0072/03; 0072/04; 0072/09; 0072/10; 0072/12; 0073/01; 0073/02; 0073/03; 0073/04; 0073/05; 0073/06; 0073/07; 0073/08; 0073/09; 0074/03; 0075/06; 0076/01; 0076/02; 0076/03; 0085/07; 0098/08; 0318/03; 0318/22; 0318/23; 0318/24; 0318/26; 0372/02; 0372/13; 0372/14; 0372/17; 0463/02; 0490/01; 0501/05; 0501/20; 0501/23; 0502/19; 0502/20; 0502/21; 0522/12; 0525/05; 0535/5).

²⁹⁷ Fornecimentos realizados entre 1941 e 1969 (PT DGEMN: CAM 0029/08; 0037/04; 0037/06; 0037/07; 0037/08; 0037/10; 0037/11; 0038/01; 0038/02; 0038/03; 0038/04; 0038/05; 0038/06; 0065/14; 0116/05; 0116/15; 0128/18; 0130/09; 0130/10; 0130/11; 0198/06; 0199/27; 0199/31; 0199/48; 0199/49; 0203/18; 0204/09; 0128/01; 0204/04; 0204/07; 0203/23; 0502/30).

²⁹⁸ Há que reforçar a ideia de que as aquisições contemplavam de facto todo o tipo de objetos, desde pano para ligaduras, peúgas, lençóis, diversos tipos de tecidos, oleados, instrumentos musicais, bicicletas, ferros de engomar, jarros, chávenas, tesouras, panelas, tachos, artigos de limpeza, máquinas de somar, charrua, raios para antena, furgonete, material clínico, médico-cirúrgico, entre outros – estes dados foram retirados de alguns dos processos da CAM dedicados ao Hospital Sobral Cid (PT DGEMN: CAM 0202/04 até 0203/02).

²⁹⁹ Fornecimentos realizados entre 1958 e 1971 (PT DGEMN: CAM 0120/01; 0120/02; 0120/03; 0120/04; 0134/01; 0138/05; 0138/06; 0138/07; 0138/08; 0138/09; 0138/10; 0138/11; 0139/11; 0139/12; 0232/01; 0471/24; 0508/26).

³⁰⁰ “Para todos os fornecimentos solicita-se sempre a colaboração de um delegado dos serviços interessados” (“A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado. Modo como tem procedido, para esse fim, a Comissão respectiva dependente da DGEMN” (PT DGEMN: DSARH 002-0209/090, [1951]).

³⁰¹ Cf. PT DGEMN: CAM 0075/06, 1942.

³⁰² Em 1963 teriam sido realizados 150 pareceres (PT DGEMN: DSARH 005/125K-1948/02, 19.11.1963).

instalação de equipamento e mobiliário para serviços públicos. A Circular n.º 70³⁰³, de 1952, formalizou a possibilidade de acompanhamento pelos técnicos da Comissão nos estudos e projetos de mobiliário de outros serviços da DGEMN que não fossem da sua competência direta, mas que beneficiariam do seu conhecimento técnico e dos seus recursos, garantindo assim a aplicação das mesmas orientações e normas em todas as intervenções, e eventualmente a sua homogeneização. A Direção de Edifícios Nacionais do Norte, por exemplo, respondeu de imediato à Circular, indicando o nome de um dos seus técnicos para intermediário entre os dois serviços e referindo que um dos projetos de mobiliário que estava a desenvolver, o da Messe do Regimento de Engenharia n.º 2, poderia beneficiar desde logo com essa colaboração³⁰⁴. No que concerne à relação com organismos externos à DGEMN, pareceres como aquele que foi solicitado à CAM sobre o projeto de equipamento e mobiliário para a Faculdade de Medicina da Cidade Universitária de Coimbra³⁰⁵, caracterizaram *grosso modo* a sua participação. Concordando genericamente com o que foi apresentado, e fazendo jus à sua orientação ao custo e contenção orçamental, o parecer elaborado pela Comissão propôs que a madeira prevista fosse substituída por uma madeira de menor custo e que, em lugar dos vestiários de metal, se optasse por outros de madeira, alterações que permitiriam baixar globalmente o valor da proposta. Pelo que a documentação consultada deu a conhecer, as suas considerações remeteram-se quase sempre a questões técnicas e de avaliação de custos, deixando as de cariz estético ou estilístico, a existirem, para outros intervenientes.

Apesar do trabalho que a CAM desenvolveu, do cuidado e atenção que dedicou às suas intervenções, as instalações onde funcionava foram, ironicamente, fonte de reclamações constantes e não espelhavam os adjetivos e critérios aplicados aos projetos para outros serviços, veiculados nos relatórios e ofícios. As salas utilizadas eram descritas como pouco adequadas, de reduzidas dimensões face ao número de funcionários e às suas necessidades. Os móveis, muitos deles aproveitados de outros serviços³⁰⁶, de dimensões exageradas, com reparações duvidosas e em uso há demasiado tempo, não contribuíam para a dignidade do serviço. Madeiras de diversas qualidades, modelos de estilos

³⁰³ Cf. PT DGEMN: DSARH 002 0209/087, 26.11.1952.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ Cf. PT DGEMN: CAM 0355/28, 12.01.1955. Ver também Susana Lobo, *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, 2015, p. 183.

³⁰⁶ Em 1949 tinha sido disponibilizado, pela Direção-Geral de Fazenda Pública, através do Depósito da Rua da Alfândega, o mobiliário necessário para a secretaria da CAM: 3 secretárias, 1 ficheiro, 1 estante aberta com cacifos, 1 papeleira de secretária, 1 mesinha de selo branco e 1 cesto de papéis (PT DGEMN: DSARH 005/125 4037/19, 25.02.1949).

diferentes, desassociados da sua funcionalidade, ofereciam uma imagem pouco adequada³⁰⁷, num total desencontro com aquilo que se pretendia estabelecer com a ação daquele serviço. Uma só sala albergava todo o expediente, funcionando “*ao mesmo tempo de gabinete de reuniões dos Ex.^{mos} Vogais, de secretaria, de sala de desenho e depósito onde se guardam os mostruários, por vezes valiosos, [em] que todo o serviço se realiza*”³⁰⁸.

A forma como a Comissão estruturou o seu funcionamento foi também um reflexo das opções orçamentais e de financiamento a que foi sujeita, como veremos de seguida.

³⁰⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125K-1948/02, 25.04.1966.

³⁰⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125K-1948/02, 19.11.1963.

2.1.3 Financiamento

Uma das questões essenciais ao funcionamento da CAM prendia-se com o seu financiamento e cabimentações orçamentais, e de que modo se geria esse valor entre despesas de funcionamento e as aquisições e fornecimentos propriamente ditos. No decreto fundador informava-se apenas que a Comissão não deveria ultrapassar os 4% do orçamento que o MOPC alocaria às despesas dos estudos e aquisições³⁰⁹, mas nos relatórios de atividade esse valor foi por vezes referido como sendo de 3%, mais baixo do que o previsto no decreto de fundação.

Muito pouco se sabe acerca dos valores que foram atribuídos à Comissão pelo orçamento da DGEMN, para além daqueles que dependiam do Orçamento Geral do Estado. As suas despesas encontravam-se distribuídas entre ordinárias e extraordinárias (que mais tarde vieram a conhecer as denominações de “despesa do Plano de Fomento” e “investimento do Plano”) e por verbas que terão sido colocadas à disposição por outras entidades, cobrindo por esse meio o custo das intervenções. A CAM teria à sua disponibilidade valores provenientes destas rubricas, a partir dos quais seriam definidos os orçamentos para a aquisição e fornecimento, ficando na sua responsabilidade direta os custos administrativos e de funcionamento, ou seja, os 4% previstos no decreto-lei.

Os primeiros relatórios de atividade da CAM foram, mais uma vez, decisivos para o conhecimento sobre esta dimensão do seu funcionamento. Efetivamente, só a partir da década de 1950 começaram a ser coligidos os dados deste tipo, integrados numa das secções dos relatórios de atividade, que por essa altura começaram a ser redigidos, como já se referiu; isto significou a ausência deste tipo de informação para a década precedente. Por outro lado, a referência à “*dificuldade em estabelecer quaisquer planos gerais de trabalhos pela impossibilidade de prever com a antecedência requerida as instalações a dotar*”³¹⁰ demonstra igualmente as dificuldades a que a Comissão estava sujeita no seu próprio planeamento anual. Na verdade, os seus orçamentos privativos, dos quais apenas o de 1953 é referido em relatórios anuais, seriam elaborados com base nas previsões do ano anterior e apenas no momento em que tal fosse necessário³¹¹. Desse orçamento de 1953 sabe-se apenas que estariam cabimentados 5 500 contos, 120 contos dos quais

³⁰⁹ Cf. Decreto-lei n.º 30 359, 06.04.1940.

³¹⁰ Cf. PT DGEMN DSARH 002-0209/094 (s.d.).

³¹¹ *Ibidem*.

estariam destinados a vencimentos e salários de pessoal, ficando o restante para aquisições e fornecimentos³¹². A estes quantitativos deveriam ser adicionados os referentes ao orçamento extraordinário e outros que parcialmente lhe seriam atribuídos e transferidos, consoante as intervenções que tivesse sob sua responsabilidade. Apesar de muitas das obras de construção contarem no seu orçamento com dotação própria para os interiores, uma parte significativa dessas intervenções seria coberta apenas pela rubrica que a DGEMN disponibilizava para aquele tipo de aquisições. Este tipo de constrangimentos orçamentais foi um fator determinante no estudo e posterior aquisição do mobiliário, embora surja como elemento mais decisivo em programas-tipo, como sanatórios, por exemplo, nos quais o número elevado de peças a adquirir teria um impacto muito significativo nos custos finais, e a contenção orçamental, ou a pressão para que a mesma fosse tida em conta, mais determinante. Como se aludiu atrás, o planeamento anual da atividade da CAM parece ter sido difícil de concretizar de forma sistemática e, por conseguinte, a gestão das respetivas despesas.

Não obstante a gradual simplificação dos relatórios, estes continuaram a dar conta dos quantitativos despendidos pela CAM, quer por tipologias de intervenção, quer na sua totalidade, colocando sempre como referência os totais dos dois anos anteriores, permitindo, através desse recurso, uma comparação em termos absolutos entre os vários anos.

A contagem dos valores totais e parciais só passou a integrar os relatórios a partir de 1954, assim se mantendo até 1972, data em que deixaram de ser apresentados dessa forma. A partir de então, passaram a ser registados apenas os números totais das aquisições feitas pela Comissão, deixando de ser possível perceber quais as principais áreas de investimento. Assim se manteve até 1979, último ano de atividade da Comissão, com um intervalo na disponibilização da informação entre 1973 e 1974. Para a década de 1970, o gráfico apresenta apenas os dados entre 1970 e 1972, já com as significativas ausências dos estabelecimentos de assistência, ensino, pousadas e hotéis.

Desta forma, por cada ano são indicados os valores gastos por programa (Anexos IV e VI), agrupados com as seguintes designações: instalações de assistência (saem em 1972), estabelecimentos de ensino (saem em 1972), pousadas e hotéis (saem em 1972), repartições públicas, Polícia de Segurança Pública, estações fronteiriças e alfândegas

³¹² Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/094 (s.d.).

(saem em 1962), instalações para o exército (saem em 1962), Guarda Fiscal (saem em 1964), assistência aos tuberculosos (saem em 1959), serviços florestais e agrícolas (integrados a partir de 1966), órgãos supremos de administração do Estado (a partir de 1972), governos civis (a partir de 1971) e, naturalmente, Diversos.

Os valores especialmente altos investidos na década de 1960 (Anexo V), terão ficado a dever-se às intervenções realizadas ao abrigo do plano para as Comemorações Henriquinas³¹³, nomeadamente no que diz respeito aos hotéis e pousadas³¹⁴. As instalações de saúde e assistência³¹⁵ e os estabelecimentos de ensino³¹⁶ também conheceram, através da Comissão, um grande investimento, o qual correspondeu certamente à implementação de estratégias governamentais definidas através dos Planos de Fomento³¹⁷. Existindo vários organismos dedicados às construções escolares, para os vários ciclos de ensino, e analisando o elenco das intervenções da CAM, tudo indica que esta tenha ficado com a responsabilidade de intervenções pontuais em alguns deles, preenchendo necessidades que a JCETS, por exemplo, havia secundarizado durante as décadas de 1950 e 1960, quando as instalações para o ensino técnico tinham sido a sua área primordial de atividade. Por outro lado, estes fornecimentos reportaram-se a mobiliário e equipamento para zonas ampliadas³¹⁸, cantinas³¹⁹, refeitórios e cozinhas³²⁰,

³¹³ As Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1460-1960) contaram com várias iniciativas em Lisboa, no Porto e no Algarve, e ainda com a visita oficial do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (Rui Afonso Santos, “Comemorações/Festas Oficiais” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, 1996, pp. 166-167).

³¹⁴ Foram registadas intervenções nas pousadas da Ria (Aveiro), do Infante (Sagres), de S. Gens (Serpa), de S. Teotónio (Valença), de S. Bartolomeu (Bragança), da Berlenga (Peniche), de Santa Maria (Marvão), de S. Gonçalo (Marão), de Santa Catarina (Miranda do Douro), de S. Brás de Alportel, dos Lóios (Évora), Santo António do Serém, Santa Luzia (Elvas), S. Bento da Caniçada (Gerês), Santa Clara (Beja) e da Rainha Santa Isabel (Estremoz). A Pousada do Infante, em Sagres, integrou formalmente o plano das Comemorações Henriquinas, “fazendo parte da construção oficial da vila como lugar do imaginário do império colonial português, no início da década de ouro do turismo nacional” (Marta Prista, *Discursos sobre o Passado: investimentos patrimoniais nas Pousadas de Portugal*, Lisboa, 2011, pp. 151-162).

³¹⁵ Predominam as intervenções aos estabelecimentos de assistência psiquiátrica (Hospital Júlio de Matos, de Sobral Cid e Colónia Agrícola do Lorvão) e de luta contra a tuberculose (sanatórios do Barro, D. Carlos I), o Hospital das Termas de Monchique e a Leprosaria de Rovisco Pais.

³¹⁶ Incluindo as escolas do Magistério Primário, que compõem um grupo significativo de intervenções.

³¹⁷ I Plano de Fomento (1953-1958), Lei n.º 2 058, 29.12.1952; II Plano de Fomento (1959-1964), Lei n.º 2 094, 25.11.1958; Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), Lei n.º 2 123, 14.12.1964; III Plano de Fomento (1968-1973), Lei n.º 2 133, 20.12.1967.

³¹⁸ Liceu de Aveiro (PT DGEMN: CAM 0117/13, 0117/15, 0283/04, 0289/02), Liceu de Santarém (PT DGEMN CAM: 0284/04, 0333/03), Liceu da Póvoa do Varzim (PT DGEMN CAM: 0285/04, 0290/05, 0290/06, 0333/12), Liceu de Setúbal (PT DGEMN: CAM 0178/11, 0289/01), Liceu Camilo Castelo Branco (PT DGEMN: 0131/06), Liceu de Chaves (PT DGEMN: CAM 0292/01), Liceu da Horta (PT DGEMN: CAM 0004/09), Liceu de Viseu (PT DGEMN: 0292/02, 0371/02), Liceu Infanta D. Maria (PT DGEMN: 0283/01, 0283/02, 0433/08, 0433/09).

³¹⁹ Liceu de Aveiro (PT DGEMN: CAM 0117/02, 0117/07, 0117/11), Liceu Afonso de Albuquerque (PT DGEMN: CAM 0290/08), Liceu de Beja (PT DGEMN: CAM 0179/04, 0179/06).

³²⁰ Liceu de Pedro Nunes (PT DGEMN: CAM 0004/04, 0004/05, 0004/07, 0004/10, 0152/03).

ginásios³²¹, algumas salas de aulas³²², salas de labores³²³ e bibliotecas³²⁴, respondendo a necessidades muito concretas e específicas daqueles estabelecimentos. A década de 1970 foi um período decisivo para a redefinição das áreas programáticas sob responsabilidade da Comissão. Com a criação da Direcção-Geral das Construções Escolares (1969) e da Direcção-Geral das Construções Hospitalares (1971), como já referimos, os equipamentos dedicados a estes setores deixaram de integrar o elenco de intervenções da CAM, a partir de 1972.

Os anos com totais mais baixos registaram-se na segunda metade da década de 1960, com 1968 a assinalar um dispêndio de apenas 4 896 contos, seguido de 1964, com 5 100 contos. Já o mais alto foi o de 1960, com 12 295 contos, logo seguido de 1959 com 11 826 contos, e 1970 e 1969 com gastos na casa dos 10 mil contos. As descidas acentuadas nos valores totais anuais, segundo os respetivos relatórios, foram justificadas não por terem sido anos em que o volume de trabalho foi menor, mas pelo contrário, por este ter sido tão elevado que só no ano seguinte à intervenção podia o seu custo encontrar-se refletido na contabilidade anual do serviço.

Os custos privativos da Comissão compunham-se das gratificações que os vogais recebiam no desempenho daquelas funções, que acumulavam com as de chefia dos serviços de Construção e de Monumentos. Os únicos funcionários que exerceriam funções em regime de exclusividade na CAM seriam os que desempenhavam tarefas administrativas, como escriturários e datilógrafos. Nem mesmo os que preenchiam a componente de natureza mais técnica o faziam em exclusividade, e muitos deles apenas em regime de tarefa (como os desenhadores).

As dimensões até aqui exploradas foram certamente determinantes na definição dos procedimentos seguidos, pelo que importa olhar para estes com alguma atenção.

³²¹ Liceu de Carolina Michaëllis (PT DGEMN: CAM 0107/01, 0107/02, 0107/05), Liceu de Aveiro (PT DGEMN: CAM 0117/08, 0117/09, 0117/10), Liceu de Portalegre (PT DGEMN: CAM 0131/09, 0131/11, 0131/12), Liceu Latino Coelho (PT DGEMN: 0131/04), Liceu de Pedro Nunes (PT DGEMN: 0005/06).

³²² Liceu da Figueira da Foz (PT DGEMN: CAM 0290/03), Liceu Afonso de Albuquerque (PT DGEMN: CAM 0290/09), Liceu D. João III (PT DGEMN: CAM 0435/11).

³²³ Liceu de Aveiro (PT DGEMN: CAM 0117/06, 0173/20, 0476/16).

³²⁴ Liceu D. Manuel II (PT DGEMN: 0093/08, 0093/12).

2.1.4 Procedimentos

A Comissão pretendia fazer bem, rapidamente e com economia. Para além da proficiência técnica dos seus vogais e colaboradores, a CAM contou ainda com a implementação de determinados procedimentos que garantiriam o desenvolvimento adequado e eficaz das suas tarefas. Num documento produzido pela Comissão no início da década de 1950, intitulado “*A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado. Modo como tem procedido, para esse fim, a Comissão respectiva dependente da DGEMN*”³²⁵, apresentou-se o modo de funcionamento seguido até à data, indicando as principais etapas, mas também os obstáculos e as dificuldades com que aqueles processos se deparavam e que podiam comprometer a qualidade de cada fornecimento. Não obstante ter sido elaborado no âmbito da Comissão, os procedimentos que constituíram aquele elenco coincidiam com aquela que era a prática de outros departamentos e serviços da DGEMN, por exemplo.

O desenvolvimento do programa de instalação de um serviço, que resultaria da colaboração entre os técnicos das várias entidades envolvidas e determinaria naturalmente a elaboração do respetivo projeto de arquitetura, era uma etapa crucial nos processos de construção e instalação de qualquer equipamento ou serviço. Este grupo de trabalho definiria as prioridades, os tipos de mobiliário e equipamento necessários, a sua localização, as suas características e quantidades, podendo avançar com descrições dos mesmos, sempre que possível. A identificação e sinalização de elementos como tomadas de eletricidade e de iluminação, botões de campainha, telefones, condutas de gás e água, entre outros, seria fundamental para o estudo da localização dos móveis e restante equipamento associado. Da mesma forma, a posição do mobiliário a integrar deveria ficar assinalado no projeto de construção, sempre que possível, ajudando a fixar as disposições de todas as aparelhagens necessárias – processos de instalação como o da Estação Agronómica Nacional, em Sacavém, ou do laboratório do Serviço de Fomento Mineiro, na sua delegação no Porto, foram disso exemplo, na complexidade de articulação entre os elementos construtivos e os equipamentos fixos. No caso de reinstalações ou adaptações, esta tarefa ficaria condicionada pelas preexistências, obrigando a um esforço suplementar na gestão de todos os componentes, tanto de carácter construtivo como do

³²⁵ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0209/090, [1951].

próprio mobiliário. Apesar de não se encontrar previsto pela CAM o aproveitamento de mobiliário já existente, esta deveria considerá-lo na elaboração destes documentos – na cabimentação orçamental, prevendo aquelas despesas, e na definição do programa de mobiliário, articulando estilos e modelos, para que o resultado final fosse o mais homogéneo e coerente possível.

Uma vez estruturado, de forma genérica, o plano de instalação, seriam elaboradas listagens do mobiliário indicativas das quantidades de cada peça ou objeto. Essa relação seria normalmente reunida pelo serviço para o qual estava a ser feita a aquisição e seria a partir dela que a Comissão daria início ao estudo do mobiliário, definindo orientações e procedendo à seleção das peças, compilando propostas de mobiliário segundo os espaços, as funções e as necessidades. Essas listagens seriam ainda alvo de acertos e ajustes variados, mesmo já depois das adjudicações, exatamente pela constante negociação entre as disponibilidades orçamentais e os pareceres e despachos que iam sendo elaborados pelos vários atores institucionais. Note-se que mesmo que a Comissão e a tutela do serviço tivessem validado o projeto e as respetivas listagens de aquisições, o Ministro das Obras Públicas poderia sempre tecer apreciações e propor alterações, que deviam naturalmente ser ponderadas ou incluídas³²⁶.

À CAM reconheceu-se um esforço importante na criação de condições que proporcionassem a entrega de peças bem fabricadas e com acabamentos de qualidade; segundo a própria, ao iniciar-se o processo de produção, “*começa uma das provas mais duras e difíceis do nosso trabalho*”. As preocupações de carácter técnico ganharam forma nos cadernos de encargos, conjuntos de normas e orientações que acompanhavam os concursos de fornecimento e que deviam ser escrupulosamente cumpridos pelos adjudicatários. Como veremos noutra parte deste trabalho (cap.1.1.1, II Parte), estes cadernos definiam as regras do fornecimento, os modelos, materiais e questões técnicas, mas também de procedimento. Nesse documento de inícios da década de 1950, a CAM

³²⁶ Exemplo disso foi o despacho do Ministro das Obras Públicas sobre a aquisição de uns armários para o Hospital de Sobral Cid, questionando a seleção de um determinado modelo que encarecia a aquisição. Os técnicos da CAM, seguindo as orientações do despacho, solicitaram à Direção de Edifícios Nacionais do Centro, responsável pela escolha dos modelos, a opção por outro, da mesma empresa, e existente em catálogo. A resposta dos serviços, exemplificativa também da importância do envolvimento de especialistas na definição destes projetos, mostrou quão intencional fora o estudo e seleção de mobiliário: como se tratava de uma “clínica de crianças anormais, a ideia [era] de diminuir, tanto quanto possível, obstáculos à livre circulação durante a prática dos trabalhos manuais. Mas se a diferença de preço assim o exigir, e for de adquirir os armários com portas de abrir, haverá que considerar uma nova solução para a sua colocação, de modo que as portas abrindo não impeçam os movimentos e possam encostar dentro do possível às paredes” (PT DGEMN: CAM 0037/4, 1965).

elencou algumas das precauções que fora obrigada a tomar como meio de acautelar determinados problemas a jusante, como a obrigação da imunização de todas as madeiras com tinta antisséptica, “*para evitar a sua possível futura destruição pelo ataque dos vermes*”³²⁷. Para além da elaboração destes documentos, um outro passo que terá contribuído para melhorar a qualidade dos fornecimentos foi a introdução de um prazo de garantia de dois anos³²⁸, regra que responsabilizava os fornecedores por eventuais erros e problemas nas peças entregues. No entender dos técnicos envolvidos na Comissão, esta seria a única forma de afastar os “*oportunistas que não querem correr o risco da reparação dos defeitos encontrados durante esse período ou da pura e simples rejeição de qualquer elemento considerado incapaz na vistoria final*”³²⁹, levando a concurso apenas aqueles que estivessem interessados em entregar material nas condições pré-definidas, na expectativa também que somente os fabricantes com as melhores referências seriam atraídos a estes concursos³³⁰.

Nesses cadernos de encargos previa-se ainda a submissão de protótipos, pelos fabricantes, dos modelos que tinham sido propostos a concurso, numa etapa intermédia que pretendia aferir a qualidade da execução e dos materiais antes do fabrico de todos os exemplares, permitindo igualmente confirmar a adequação dos desenhos de projeto a concurso, na sua escala, proporções e definição estrutural. A avaliação realizada pelos técnicos envolvidos seria determinante para a prossecução do fornecimento, resultando na sua aprovação, aceitação condicionada ou mesmo na sua recusa. Não obstante a sua obrigatoriedade, esta etapa nem sempre foi cumprida, nem foi capaz de prevenir ou antecipar problemas nos fornecimentos, como teremos oportunidade de constatar ao longo deste trabalho – mesmo apresentando protótipos, estes poderiam ser executados com os melhores materiais e pelos operários mais competentes, não sendo depois uma realidade verificada para o restante fornecimento.

A entrega de provas fotográficas das peças produzidas era outro dos pontos obrigatórios para as empresas adjudicatárias e que constava nos cadernos de encargos, possibilitando dessa forma o registo visual das peças e conseqüentemente da proficiência

³²⁷ Cf. “A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado. Modo como tem procedido, para esse fim, a Comissão respectiva dependente da DGEMN” (PT DGEMN: DSARH 002-0209/090, [1951]).

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ A própria CAM redigiu declarações de comportamento e classificação das firmas com que trabalhou. A Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, por exemplo, recebeu uma declaração com a classificação de “bom” (PT DGEMN: CAM 463/05, 09.08.1956).

dos seus fabricantes. Só assim, no entender dos técnicos envolvidos, se conseguiria criar um portefólio de fornecedores e fabricantes cuja qualidade do trabalho estaria à partida demonstrada, ou devidamente classificada, e promover, dessa forma, a correta adequação entre fabricantes e projetos. Esta iniciativa teria ainda uma outra missão subjacente – a da criação de um arquivo de fotografias dos móveis fabricados, nas quais se anotaria o preço, a qualidade de madeiras, o acabamento, o fabricante e o serviço ou edifício para o qual haviam sido fornecidos³³¹. Esta coleção seria ainda um importante auxiliar na fiscalização das empreitadas, fixando patamares de capacidade técnica, permitindo até a caracterização de percursos evolutivos dos fabricantes. Ainda que obrigatória, a submissão de provas fotográficas deste tipo poderá ter ficado aquém do esperado, dada a escassa presença identificada, no arquivo da CAM, de materiais que correspondam a estes critérios (figs. 15, 16 e 17).

Com importância equivalente foi entendida a criação de um arquivo de desenhos de mobiliário. O material gráfico que integrasse os processos de concurso seria arquivado depois de receber as correções e melhorias adicionadas ao longo do processo. Seria de todo o interesse que as modificações realizadas, em especial as que estivessem relacionadas com pormenores técnicos, como a espessura da madeira, ou as suas samblagens, ficassem registadas, resultando num repositório rigoroso, atualizado e acima de tudo em sintonia com a realidade das intervenções, as necessidades dos serviços e a sua adequação às diversas funções³³². Tal como para as provas fotográficas, não há indícios de que a submissão destes desenhos tenha sido cumprida de modo sistemático; embora tenha sido constituída uma coleção de desenhos (os designados “móveis-tipo”, embora nem sempre correspondendo a esse conceito, como veremos de seguida), estes são sobretudo da fase de projeto, muitas vezes genéricos e sem medidas rigorosas nem detalhes construtivos. Nalguns casos, porém, reconhece-se que os desenhos do arquivo da CAM resultam do registo de peças efetivamente construídas, sendo alguns deles, reconhecidamente, versões sucessivas, revistas e melhoradas dos móveis ou equipamentos representados. Por outro lado, são recorrentes os casos de móveis fornecidos por empresas diferentes, a partir de um mesmo desenho de projeto, que denunciam os ajustamentos e alterações introduzidos no processo de produção por cada um desses agentes, sem que exista uma aparente fixação do modelo.

³³¹ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1947-1949* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1950).

³³² *Ibidem*.

A par destes dois arquivos, havia ainda que se associar um outro, o de amostras de materiais. A submissão destes elementos em cada concurso permitiria à CAM recolher exemplares dos mais variados materiais e acabamentos, que poderiam ser sistematizados e disponibilizados aos técnicos, apoiando intervenções futuras. Porém, tal como para os outros objetos, também para estes se manteve um registo officioso e informal, não obstante a quantidade de peças recebidas³³³. Da sua existência física terão sobrevivido as amostras que integraram as propostas aos concursos, nomeadamente de tecidos e chapas de metal, que teriam auxiliado na definição de cores e revestimentos, por exemplo; as das madeiras, por seu lado, não constam do espólio arquivado³³⁴.

A fiscalização das empreitadas e dos fornecimentos seria o último recurso ao alcance da Comissão para o controlo de qualidade dos produtos finais. Contando com a colaboração de agentes técnicos, estes tinham como função acompanhar todo o fornecimento, desde os momentos iniciais da apresentação dos protótipos, passando por visitas regulares às fábricas durante as diversas fases de produção, até à sua instalação, autorizando a sua receção provisória e depois definitiva, e com isso concluindo o processo. Nestes técnicos se depositou a expectativa de reconhecer e identificar atempadamente os erros, problemas e desafios que poderiam afetar o percurso produtivo, desqualificando o fornecimento e comprometendo o resultado final. Por outro lado, o reforço na importância da fiscalização deixa transparecer o reconhecimento das fragilidades técnicas e produtivas de muitos dos fabricantes envolvidos, muitos deles sem condições para assegurar fornecimentos em larga escala e sem erros. Este acompanhamento de maior proximidade verbal³³⁵, inclusive, foi visto como um recurso essencial, denunciando um universo de produção industrial com sérias dificuldades em articular uma comunicação de carácter técnico e em assimilar uma linguagem específica e rigorosa. Mais uma vez, este tipo de preocupações foi transversal a todos os serviços da DGEMN que em algum momento tiveram responsabilidade sobre a aquisição e

³³³ Cf. “(...) espaço que é tão escasso para o grande volume de amostras que, normalmente, se encontram depositadas, por força da natureza dos concursos realizados (...)” (PT DGEMN: DSARH 005/125K-1948/02, 25.04.1966).

³³⁴ No Forte de Sacavém encontram-se em depósito as amostras que subsistem referentes aos processos de aquisição e fornecimento da CAM, constituindo uma coleção diferenciada, com 844 objetos não digitalizados.

³³⁵ “Por outro lado, a falta ou pobreza de conhecimentos notados quase na generalidade dos fabricantes e o pouco hábito de fazerem obra de vincada categoria e apurado bom gosto, obrigará a comissão em certos casos a desenvolver uma maior soma de trabalho, quer projectando e pormenorizando melhor, quer acompanhando a construção, visto que, o conselho verbal e a explicação são os melhores condutores do trabalho, pois nem sempre os preços obtidos em concurso podem suportar o cuidado requerido na execução.”(CAM, *Relatório de actividade, 1950*, PT DGEMN: CAM 0229/03, 1951).

fornecimento de mobiliário e equipamentos fixos. Um dos casos em que nos foi possível identificar a real dimensão destes problemas, foi no processo de instalação do Instituto de Medicina Tropical, em Lisboa, da responsabilidade da DNISP. Como veremos com mais pormenor, os relatórios e notas informativas elaborados pelo arquiteto José Luís Amorim deixam transparecer de forma muito vívida as dificuldades e as consequências da adjudicação a empresas pouco qualificadas, ou com fragilidades várias nos seus modos de produção.

2.1.5 Mobiliário-tipo e normalização de mobiliário para serviços públicos

À Comissão coube também a competência de estudar a normalização do mobiliário para serviços públicos. Apesar não se encontrarem no decreto-lei fundador orientações nesse sentido, esta terá sido um natural instrumento nessa reflexão, embora oficioso. A documentação em arquivo não formaliza essa dimensão, mas deduz-se que seria expectável que um serviço com aquela denominação, e sob a alçada da DGEMN e do Ministério das Obras Públicas, pudesse dedicar-se a essa questão. Os pedidos de acesso por parte de algumas instituições públicas a esses estudos, para deles retirarem as orientações necessárias para as suas próprias instalações, parece, em nosso entender, reforçar essa ideia³³⁶. O conceito de normalização, da procura pelos modelos mais adequados e suscetíveis de integrar qualquer instalação ou serviço público resultava apelativo, interessante e acima de tudo operacional, propósito que havia sido já por várias vezes promovido e procurado, mas quase sempre sem sucesso. O mais próximo que se esteve dessa definição foi talvez com o catálogo de mobiliário-tipo que a CAM foi compilando ao longo das suas quatro décadas de atividade.

A preocupação pela normalização, contudo, não parece ter sido uma competência exclusiva da DGEMN. Outros departamentos governamentais tiveram incumbências semelhantes, solicitando à Direcção-Geral relatórios e estudos que complementassem e apoiassem os seus próprios trabalhos. A Inspeção dos Produtos Agrícolas e Industriais, serviço do Ministério da Economia, por exemplo, através da sua repartição dedicada exclusivamente à normalização de produtos, solicitou a partilha de estudos e documentação gráfica que aquela tivesse desenvolvido sobre o mobiliário para serviços públicos, uma vez que estava “*a reunir elementos para estudar o estado actual, no nosso país, da normalização do mobiliário para os serviços públicos*”³³⁷. Tendo sido informada de que a CAM teria já realizado “*estudos muito completos sobre esse assunto*”, entendia que seria natural recorrer aos materiais por ela produzidos. Apesar de não terem sido partilhados, segundo nos foi dado a perceber pela documentação, respostas como esta são

³³⁶ Em 1962, em resposta ao pedido da Delegação Comercial do Ultramar para que lhe fossem fornecidos catálogos, preços e desenhos de mobiliário para secretarias e gabinetes utilizados nos serviços públicos da metrópole, a CAM informou que não havia qualquer normalização de mobiliário para edifícios públicos, e que os mesmos eram equipados com modelos selecionados nos catálogos dos principais fabricantes de mobiliário metálico, e através de estudo específico, para o de madeira; reconheceu-se contudo que se recorria por vezes a um tipo específico de mobiliário, mas que aquele não resultava de qualquer estudo geral ou de normalização (PT DGEMN: CAM 0184/07, 23.01.1962).

³³⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0194/034, 14.04.1950.

reveladoras desde logo da posição da DGEMN perante os restantes atores institucionais, reconhecendo-lhe competências nesta matéria, e do seu interesse em dinamizar estudos nesse sentido, que muito possivelmente seriam desenvolvidos pela CAM, mas que nunca chegaram a ganhar contornos mais formais e normativos.

Apesar de tudo, e com esse desígnio maior no horizonte, todos os estudos desenvolvidos para cada intervenção podiam apresentar-se como uma oportunidade para aprofundar, ou mesmo explorar, essa procura de normalização. Atenta ao que seria a prática noutros países europeus, e procurando neles exemplos a seguir, a DGEMN promoveu alguns contactos institucionais nesse sentido. A experiência francesa destacou-se, mais uma vez, tendo sido solicitada, em 1953, legislação em matéria de compra e fabricação de mobiliário e equipamento destinado aos serviços públicos, em especial sobre o seu regime jurídico e normas técnicas e administrativas, assim como outros elementos que sobre o assunto tivessem sido redigidos ou publicados naquele país³³⁸. Fica por confirmar a receção de toda essa documentação, mas só o seu pedido denuncia uma necessidade concreta dos serviços em compilar as orientações produzidas em contextos internacionais sobre o assunto – não só na sua vertente prática, de gestão, mas também no que pudesse contribuir para um estudo de maior fôlego sobre o mobiliário para serviços públicos e a sua normalização – e ainda o reconhecimento de instituições congéneres a nível internacional, das suas práticas enquanto referências na área e no estabelecimento de contactos para beneficiar dessas experiências

Essa normalização chegou mesmo a ser entendida, a dado momento, como uma possibilidade de integrar aquilo que se entendia serem características nacionais, mas modernas, nesse mobiliário, havendo para isso “*que estudar o problema com o maior cuidado a fim de ver se será possível encontrar um tipo de mobiliário que, ficando de marcar um lugar de realce na época em que vivemos, nos traga alguma coisa de novo dentro da evolução do mobiliário nacional através dos tempos*”³³⁹. Mais uma vez, notamos como a Comissão se reconhecia com responsabilidade na reflexão acerca do tema, entendendo a sua intervenção técnica como uma oportunidade para atuar sobre o contexto e transformá-lo, ajudando à definição do conceito de mobiliário nacional, e com ele promover ainda uma dimensão pedagógica que aqueles objetos poderiam exercer e que foi entendida como uma das missões da CAM.

³³⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0194/036, [1953].

³³⁹ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1950* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 27.02.1951).

Essas reflexões não foram aparentemente concluídas, sobrevivendo apenas um catálogo informal de mobiliário-tipo. Este materializou o reconhecimento óbvio da necessidade de normalização do mobiliário para edifícios públicos, da intenção de realizar um estudo sistemático, aprofundado e transversal. Não tendo resultado de um estudo, esse catálogo informal serviu de instrumento de apoio às sucessivas intervenções, sendo ele próprio o produto de uma prática informada e solidamente fundamentada na experiência dos serviços envolvidos. A compilação de modelos e desenhos parece ter sido feita de forma orgânica, à medida que os projetos e as intervenções se iam desenrolando, o que permitiu à CAM coligir um conjunto de material suscetível de ser usado e aplicado de novo em qualquer momento, independentemente do programa tipológico ou do contexto. Os processos de fornecimento apontam para a existência de uma coleção, fazendo-lhe referência e aos desenhos que a integrariam, existindo toda uma codificação específica que remetia para essa organização informal. Enquanto repartições que lidavam diariamente com as necessidades de variadíssimos serviços públicos, a constituição de uma ferramenta de trabalho como esta facilitaria futuras intervenções, apontando para modelos já testados e aprovados na sua adequação à função.

Este catálogo resultou em parte da adoção de modelos específicos de projetos concebidos internamente, pelos funcionários da DGEMN, mas também dos catálogos de fabricantes nacionais, das suas linhas de produção seriada³⁴⁰, e ainda de desenhos e fotografias de peças existentes nas coleções dos museus nacionais, pela sua eventual adequação ao uso em programas representativos e em palácios e monumentos. Da conjugação destes universos, aliados ao conhecimento especializado dos técnicos envolvidos, resultaria um conjunto de peças funcionais, eficazes, sóbrias, utilitárias e, mais importante ainda, económicas. Os processos de fornecimento e aquisição estão repletos de desenhos de peças com a referida codificação, mas dos quais se perdeu o ponto de origem, transitando de projeto para projeto, sem dramas autorais, demonstrando a cada utilização a sua pertinência e flexibilidade.

Não tendo sido alvo de formalização, a existência deste catálogo foi um facto várias vezes mencionado. O convite para que algumas das entidades interessadas, individuais e coletivas, se deslocassem às instalações da CAM para consulta da sua

³⁴⁰ “Havendo necessidade de actualizar o mostruário desta Comissão, digne-se V.Ex.^a. remeter um catálogo dos móveis e outros artigos da especialidade dessa firma [Sano-Técnica] e, bem assim, o respectivo preço (...).” (PT DGEMN: CAM 0398/03, 29.05.1959).

coleção, identificando propostas, modelos e desenhos que poderiam ser de interesse para a tipologia de intervenção em curso denuncia a sua operacionalidade e eficácia. Não obstante as referências que ficaram registadas no arquivo da CAM, e delas não ter resultado um sistema perfeitamente articulado e fechado, a sua existência e o seu crescimento relativamente orgânico parecem demonstrar, por outro lado, a sua pertinência enquanto instrumento de trabalho, a sua flexibilidade, e conseqüentemente a sua riqueza, num conjunto de desenhos que foi crescendo consoante as obras executadas e que nunca se encontraria concluído nem fechado, sempre recetivo a incorporar novas propostas. Daqui resultaria em parte, a sobreposição de números ou a multiplicação dos mesmos números de codificação. Um elemento que não sofre qualquer alteração ao longo de todo o tempo de atividade da CAM, e que permite com alguma segurança a reconstituição desse catálogo, é a escolha dos elementos alfabéticos do sistema de referência usado – A para armário, C para cadeira, M para mesa, S para secretária, e assim sucessivamente, com a conjugação de duas ou mais letras para casos mais específicos, como AV para armário-vestiário, CZ para cinzeiro, entre outros. Já a aplicação de um rótulo comum para todos os modelos a integrar e que remetesse para a CAM não foi tão sistemática – alguns desenhos apresentam-no, de forma clara, já outros omitem esse elemento gráfico, assumindo apenas a referência alfanumérica.

A sistematização deste catálogo de modelos ganhou também corpo com a criação de índices, com indicação clara da entidade produtora e do seu conteúdo: “*índice dos desenhos que fazem parte do arquivo desta Comissão*”³⁴¹ (fig. 21). Os índices propriamente ditos foram escritos a lápis, permitindo eventuais adições e retificações. Porém, no confronto com os desenhos que se encontram em arquivo, fica evidente um desacerto entre ambos - a numeração de um nem sempre corresponde à do outro – comprometendo uma associação inequívoca entre os dois elementos e denunciando uma eventual tentativa de sistematização do material de arquivo e a sua codificação, empreendida em algum momento do funcionamento do serviço, mas que nunca chegaria a ser concluída.

Sendo este catálogo também ele uma compilação de modelos e desenhos com as mais diversas proveniências, na sua esmagadora maioria caracteriza-se, contudo, pela ausência de elementos distintivos, específicos do seu contexto original, impedindo o estabelecimento de qualquer relação com a entidade produtora original. Por outro lado,

³⁴¹ Cf. PT DGEMN: CAM 511/04 [s.d.].

esse silêncio vem reforçar o seu carácter genérico, sustentando assim essa ideia de mobiliário-tipo. A par desses modelos, que constituem a quase totalidade dos desenhos identificados, encontram-se outros que revelam a sua proveniência, ou apresentam certas características que viabilizam a reconstituição da sua origem. Por outro lado, se a maioria apresenta um desenho com um traço reconhecido como original, feito a partir dos projetos desenvolvidos especificamente para determinadas intervenções, outros mostram um tipo de traço que denuncia a cópia a partir de uma fotografia ou desenho, retirado de um catálogo ou publicação.

Um exemplo desse tipo de inspiração e incorporação que identificámos, foi o caso do desenho de uma cadeira que integrou o catálogo de mobiliário-tipo com a referência C103 (fig.18). Sendo um modelo de clara inspiração historicista, e sem qualquer indicação de proveniência ou destino, deixa perceber, contudo, haver sido copiado a partir de uma fotografia ou publicação. Uma leitura mais atenta de alguma da bibliografia existente no arquivo da DGEMN referente a mobiliário permitiu-nos relacionar aquele desenho com uma cadeira semelhante, apresentada numa monografia sobre cadeiras portuguesas³⁴² (fig. 19). A peça representada era uma cadeira de braços de meados do século XVII, existente, à data, no Museu da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. No confronto das duas imagens fica claro que o desenho do móvel-tipo C103 é, na verdade, uma cópia da fotografia publicada. Mais surpreendente foi depois a identificação de uma cadeira muito semelhante no Palácio da Cidadela de Cascais³⁴³. Na versão que chegou aos nossos dias, o material de revestimento, assim como o seu acabamento, não correspondem nem ao representado no desenho, nem ao exemplar conservado no Museu, mas a sua origem será eventualmente a mesma, ou seja, uma réplica feita a partir de um modelo antigo, genuíno e museografado. Apesar de identificadas as relações entre os vários registos, não ficou claro se o desenho do modelo C103 corresponde a uma intervenção no Palácio - não se encontra ali registada qualquer aquisição por administração da CAM, assim como não existe certeza de que aquela cadeira foi fabricada especificamente para aquele imóvel, em que data, nem de quantos exemplares dela terão sido produzidos e para que edifícios. Este tipo de relações demonstra, contudo, a riqueza de informação que uma leitura sistemática e atenta da documentação, como a que aqui

³⁴² Cf. A. Cardoso Pinto, J.F. Silva, *Cadeiras Portuguesas*, Lisboa, 1952 (*Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, p. 39).

³⁴³ *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, p. 39.

concretizamos, pode trazer quando confrontada com os registos efetuados durante as visitas aos edifícios. Neste caso em particular, esses dados beneficiaram ainda de um nível adicional de informação, o do levantamento da bibliografia existente na entidade produtora e de que modo ela poderá ter sido utilizada.

Esta outra dimensão, de enorme relevância para um melhor entendimento da CAM, não foi, no entanto, possível de confirmar de um modo rigoroso. A existência de bibliotecas em serviços da DGEMN terá sido comum, muitas delas com elevado grau de especialização temática. Consistiam em coleções informais que terão depois integrado outros núcleos, com a sua extinção ou fusão, e daí transitado para o acervo bibliográfico geral da instituição. Nesse percurso perdeu-se muitas vezes a referência à entidade inicial de custódia, e com ela a possibilidade de o reconstituir e atribuir ligações, mas parece-nos que terá sido muito possivelmente dessa forma que determinados títulos, nacionais e estrangeiros, encontraram o seu lugar na biblioteca institucional, e que ainda integram hoje a biblioteca do SIPA³⁴⁴. Obras como a de Mario Dal Fabbro, *Furniture for Modern Interiors. A progressive architecture book*³⁴⁵, surgem anotadas, denunciando uma utilização sistemática – de prática, ou apenas de estudo, mas ainda assim manuseados. Da mesma forma se deverá entender a existência de um exemplar da obra *Das Sitzmöbel*³⁴⁶, de Karl Nothhelfer (fig. 20), que apesar de não apresentar qualquer anotação, mostra diversos modelos de cadeiras, com fotografias e respetivos desenhos técnicos, rigorosos no registo e no pormenor dos seus elementos construtivos³⁴⁷.

Não se encontrou nenhuma relação direta entre qualquer destes livros e a prática da CAM, e muito menos referências à sua integração no acervo bibliográfico da Comissão, nem da instituição, mas a sua existência parece atestar uma preocupação em aprofundar o conhecimento de um universo tão específico como foi o do mobiliário.

³⁴⁴ Com a extinção da DGEMN, o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (arquivo, biblioteca e inventário) foi integrando as estruturas as orgânicas das instituições tutelares que se foram sucedendo.

³⁴⁵ Mario dal Fabbro, *Furniture for Modern Interiors. A progressive architecture book*, Nova Iorque, Reinhold Publishing Corporation, 1954.

³⁴⁶ Karl Nothhelfer, *Das Sitzmöbel. Ein facbuch für polsterer, stuhlbauer, entwerfende und schulen*, s.l., Otto Maier Verlag Ravensburg, 1941. Este editor iniciou a sua atividade em finais do século XIX, começando por se dedicar à publicação de instruções para artesãos e arquitetos, passando depois para jogos de tabuleiro e outros, sem nunca deixar as obras sobre arte e arquitetura.

³⁴⁷ O trabalho de Elisa Pegorin refere a aquisição de livros alemães sobre mobiliário e de publicações italianas dedicadas à arquitetura pela Comissão Administrativa do Plano das Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), embora seja omissa em relação aos seus títulos (Elisa Pegorin, *Arquitetura e Regime em Itália e Portugal. Obras Públicas no Fascismo e Estado Novo (1928-1948)*, tese de doutoramento em Arquitetura, Porto, FAUP, 2019, p. 409).

Alguns relatórios da Comissão, em particular os iniciais, fizeram referência à necessidade de constituir uma biblioteca³⁴⁸, de integrar o conhecimento nacional e estrangeiro sobre o mobiliário e temáticas relacionadas, e com ele contribuir de alguma forma para a criação de um mobiliário nacional, mas de características modernas. As publicações referidas parecem, contudo, integrar-se nesse plano de intenções – reclamando uma dimensão moderna, atualizada e internacional, mas também a história do país, que pretendia encontrar noutras cronologias referências estéticas que pudessem ser suscetíveis de reinterpretação.

A formalização de uma biblioteca, tal como para as recolhas de fotografias e os desenhos, parece ter ficado por concretizar, já que em 1958 chegou mesmo a haver a recusa de incorporação de alguns títulos, exatamente porque a CAM não tinha uma biblioteca formalmente constituída³⁴⁹. A sua existência foi referida, desejada e considerada uma ferramenta de trabalho essencial, mas, tal como nos restantes casos, ter-se-á mantido ativa apenas informalmente.

*

Caracterizada que está a Comissão para a Aquisição de Mobiliário, importa, pois, focar a atenção em alguns estudos de caso, de intervenções realizadas sob sua tutela que permitem conhecer e compreender o seu funcionamento. Estes casos são representativos por um lado, da diversidade tipológica que caracterizou a sua atividade – estabelecimentos de investigação científica, de ensino e de hotelaria, - embora sejam apenas algumas das áreas onde foi chamada a colaborar, mas que refletem, em nosso entender, a sua adaptabilidade e versatilidade. Nem todas estas intervenções recorreram à CAM enquanto autora dos projetos de mobiliário e equipamento fixo, mas encontraram na sua orientação técnica e validação argumentos para o seu envolvimento, enquanto entidade que, dentro da DGEMN, detinha esse conhecimento e concentrava essa atividade. Por outro lado, estes deram a conhecer, pelos seus pareceres, a visão que este

³⁴⁸ “(...) afigura-se-nos conveniente que a Comissão disponha de uma pequena, mas útil biblioteca de publicações e revistas, nacionais e estrangeiras, especializadas em mobiliário e decorações (...)” (CAM, *Relatório de actividade, 1950*, PT DGEMN: CAM 0229/03, 1951).

³⁴⁹ A referência surgiu na sequência de uma circular da Secretaria Geral respeitante à aquisição do livro *30 Anos do Estado Novo* pelos serviços da DGEMN (PT DGEMN: CAM 0398/02, 29.08.1958).

serviço entendia para os interiores dos edifícios públicos – a leitura economicista e orçamental, mas também a de gostos e estéticas que deveriam contribuir para uma imagem de contenção e rigor, respeito e disciplina.

2.2.1 Estação Agronómica Nacional (Sacavém)

A Estação Agronómica Nacional, criada em 1936, ficou inicialmente acomodada no Mosteiro dos Jerónimos³⁵⁰, em instalações entendidas como provisórias enquanto um novo e adequado edifício não fosse estudado, projetado e construído. À frente da comissão instaladora encontrava-se o Professor António Pereira de Sousa Câmara (1901-1971)³⁵¹, que dirigia a instituição e que definiu o programa que deveria orientar a conceção do projeto de arquitetura³⁵², onde estariam reunidas as exigências técnicas necessárias a um serviço daquela natureza, mas também considerações sobre a estética a adotar. No entender de Sousa Câmara, uma “*construção nacionalista não tem idade, ficará sempre bem*”; ao contrário das “*construções acaixotadas, que tantas vezes prejudicam a nossa paisagem, serão simplesmente horríveis num futuro próximo*”³⁵³. Uma aproximação ao Movimento Moderno, que entendia como uma moda passageira, resultaria numa construção que se desatualizaria rapidamente, ao contrário de uma obra com caráter “nacionalista”, que reteria a sua pertinência e adequação, sobretudo no contexto em referência, e que mais facilmente permitiria a expansão do edifício em caso de necessidade futura³⁵⁴. Excluir determinadamente uma expressão arquitetónica moderna não significava, no entanto, que o novo laboratório não fosse “*moderníssimo em todas as suas instalações*”³⁵⁵.

A escolha do projetista recaiu sobre o arquiteto Carlos Rebelo de Andrade³⁵⁶ (1887-1971) que propôs³⁵⁷ um conjunto que se distanciava significativamente dos

³⁵⁰ “Nessa dependência dos Jerónimos, quase abandonada, na data em que foi criado o nosso estabelecimento, se foi encontrar o espaço necessário às primeiras instalações. Esse amplo barracão, que fomos encontrar arruinado (...), experimentou as obras mais económicas que se puderam fazer. (...) Até para a secretaria se descobriu um pequeno canto, onde se encaixaram os serviços de expediente, contabilidade e arquivo (...)” (A. Câmara, *Plano de trabalho da Estação Agronómica Nacional*, Lisboa, 1939, pp. 42-44).

³⁵¹ Vide https://www.isa.ulisboa.pt/files/id/antonio-da-camara/Antonio_Sousa_da_Camara_0.pdf;

³⁵² A publicação da obra *Plano de trabalho da Estação Agronómica Nacional*, em 1939, da autoria do Professor António Câmara tinha já essa intenção, de revelar a missão e objetivos da Estação, mas também a de definir os seus espaços e necessidades programáticas.

³⁵³ Cf. A. Câmara, *Plano de trabalho da Estação Agronómica Nacional*, Lisboa, 1939, p. 54.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 59.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 54.

³⁵⁶ A Repartição de Estudos de Edifícios terá indicado o arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade para o estudo do projeto para a nova Estação Agronómica (PT DGEMN: DSARH 005/127-3816/01, 17.01.1938), mas o contrato foi firmado com o arquiteto Carlos Rebelo de Andrade (PT DGEMN: DSARH 005/127-3816/01, 21.02.1938).

³⁵⁷ O anteprojeto de arquitetura foi entregue a 18 de maio de 1938 (PT DGEMN: DSARH 005/127-3816/01), o parecer do Conselho Superior das Obras Públicas foi emitido em junho de 1938 (PT DGEMN: DSARH 005/127-3816/01) e a versão definitiva do projeto foi aprovada em outubro de 1938 (PT DGEMN:

“caixotes justapostos ou empilhados, sem carácter, sem adaptação ao nosso clima e constituindo (...) um verdadeiro atentado contra a beleza da paisagem portuguesa”³⁵⁸, indo dessa forma ao encontro das preocupações do diretor. A Quinta da Aldeia, longe do centro da cidade, nas proximidades da localidade de Sacavém, junto ao rio Tejo, foi o local escolhido para a implantação da Estação, proporcionando uma aproximação ao conceito de casa de campo nas lezírias do rio, embora numa escala mais próxima do universo doméstico do que do institucional e em sintonia com a ideia de “construção nacionalista” pretendida.

A par dos vários laboratórios dedicados às diversas áreas disciplinares, o programa estabelecido por António Câmara previa também gabinetes para a direção, investigadores e serviços administrativos, uma biblioteca e um herbário. A definição destes espaços resultava em grande medida da experiência que a instalação provisória nos Jerónimos tinha proporcionado, das suas estadias, enquanto investigador, em instituições europeias congêneres, mas acima de tudo da compreensão de que a ciência, os seus métodos e instrumentos estariam em constante atualização e de que as instalações onde a mesma se desenvolvia deveriam prever e poder acompanhar essa evolução. Elaborou-se um estudo pormenorizado das áreas que cada investigador necessitaria, da “*cela*” que cada um teria para desenvolver o seu trabalho, em cada laboratório, para que “*não perdesse tempo nem paciência em buscas incessantes de materiais*”³⁵⁹. Compreendendo a elasticidade que devia caracterizar estas instalações, a sua visão para a nova Estação previa a concentração de todas as atividades de investigação num edifício único, e não em pavilhões dispersos pela propriedade (como veio a acontecer mais tarde, na segunda fase de vida da Estação, em Oeiras), porque assim se conseguiria promover uma colaboração mais estreita entre os vários departamentos, dada a sua proximidade espacial relativa. Deveria ser também uma construção barata, sem luxos nos materiais e na decoração, próxima do “*pitoresco e da graça de uma casa portuguesa*”, características que só uma “*massa propositadamente assimétrica*”³⁶⁰ poderia conferir e que, reforçava o diretor, permitiria ainda a sua expansão de acordo com as necessidades futuras³⁶¹.

DSARH 005/127-3816/01); as obras de construção civil terão terminado em abril de 1940 (PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19).

³⁵⁸ Cf. A. Câmara, *Plano de trabalho da Estação Agronómica Nacional*, Lisboa, 1939, p. 53.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 56.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 59.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 59.

A sua instalação viria a cumprir este enunciado estético e a aproximação ao cenário rústico da casa portuguesa situada à beira do Tejo refletiu-se especialmente nas opções relativas ao seu mobiliário e decoração, perceptíveis nas peças sobreviventes. As poucas imagens que identificámos relativas às instalações no antigo mosteiro e da Estação de Sacavém permitem, de forma muito parcial, identificar a presença de algumas peças em ambos os edifícios, confirmando o reaproveitamento de algum mobiliário e equipamento, transferido dos Jerónimos para Sacavém³⁶². A imagem referente a uma atividade num dos anfiteatros de Sacavém (fig. 31) regista a presença de uma cadeira idêntica àquela que se encontra numa das imagens daquele serviço nos Jerónimos (fig. 29), e com um exemplar existente nas atuais instalações da Estação Agronómica, em Oeiras (fig.30), acompanhada da respetiva secretária, configurando uma reinterpretação contemporânea de modelos associados à produção do inglês Thomas Chippendale (1718-1779). Apesar de a instalação nos Jerónimos não ter sido responsabilidade da DGEMN, existe uma evidente proximidade formal destas peças com uma proposta desenvolvida pela DGEMN para a Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra (de onde provém o desenho n.º 00306281)³⁶³.

A proposta de Coimbra (figs. 32, 34, 35), segundo Susana Lobo³⁶⁴, terá sido desenvolvida pelo arquiteto Fernando Peres de Guimarães (1918 - ?) apenas em 1949³⁶⁵. A razão para esta aparente utilização dos mesmos modelos em contextos diferentes ao longo dos tempos não transparece na documentação consultada, mas terá sido certamente uma consequência da adoção de modelos clássicos da história do mobiliário internacional (neste caso o Chippendale) que, em si mesmos, são já uma espécie de móveis-tipo, com as suas variações tanto pelo seu autor original, como por todos aqueles que lhe seguiram. Nesse sentido, a opção por aqueles modelos poderá apontar também para a circulação e consagração oficiosa de um catálogo de móveis-tipo de cariz institucional, apesar de a

³⁶² Algumas dessas peças terão sido mantidas em uso, depois, na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, mas uma parte considerável encontrava-se armazenada em arrecadações e depósitos à data da realização das nossas visitas (dezembro de 2013 e fevereiro de 2014).

³⁶³ Cf. PT DGEMN: DOC. 00061163. Desse conjunto para Coimbra, apenas as cadeiras revelam semelhanças, já que a secretária que se encontrava nos Jerónimos, e que muito seguramente será a mesma existente em Oeiras, é distinta da que consta nos referidos desenhos (DES. 00306284).

³⁶⁴ Cf. Susana Lobo, *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, 2015, p. 167 e Susana Lobo, “Cidade Universitária de Coimbra: desenho do mobiliário na construção de uma obra total” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal.1934/1974*, Lisboa, 2015, p. 157.

³⁶⁵ O arquiteto pretendia integrar o novo mobiliário no ambiente daqueles espaços e que ele fosse “o seu complemento natural”; a renovação de espaços como a Sala dos Capelos era entendida como uma atualização, sem colocar em causa a relação com a linguagem arquitetónica do edifício (Susana Lobo, *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, 2015, p. 167).

instalação nos Jerónimos ser anterior à criação da CAM e ao eventual estabelecimento de recursos desse género, e a proposta para a Sala dos Capelos ser posterior a ambas. No entanto, o arquiteto responsável pelos desenhos de Coimbra integrava o Direção de Monumentos Nacionais desde 1946, com acesso, portanto, a coleções de desenhos desenvolvidas por outros serviços, numa difusão interna que sabemos ter sido promovida e concretizada.

Pouco se sabe acerca das opções tomadas e dos modelos escolhidos para o gabinete da direção, sala de reuniões e outros espaços equivalentes, não existindo desenhos ou registos fotográficos, apenas algumas considerações do diretor acerca da qualidade e tipo de mobiliário que deveria integrar o seu gabinete no edifício de Sacavém, como se verá adiante. As imagens dos laboratórios e biblioteca revelam, no entanto, outros modelos e outras linguagens, elementos aparentes de um projeto definido especificamente para este edifício.

Num edifício com uma componente laboratorial tão significativa, foi vista como útil a criação de um grupo de trabalho que se dedicasse ao seu estudo e assim fornecer as orientações necessárias à sua concretização³⁶⁶. O próprio diretor tinha vindo a desenvolver estudos “*de bancadas e demais mobiliário para laboratórios, mandando desenhar modelos que melhor se coadunam com as necessidades técnicas*”³⁶⁷, procurando preencher uma aparente lacuna naquele tipo de equipamento. O processo de construção destes laboratórios por parte da Estação seria aliás referido como tratando-se do primeiro organismo “*científico a organizar e a manter no n/ Paiz no qual o Estado Novo empregou os melhores esforços, para que ele resulte um modelo de técnica moderna*”³⁶⁸, reforçando essa ideia de novidade e da aparente ausência de uma prática informada e atualizada acerca este tipo de instalações e das suas necessidades específicas. Esta leitura ganha uma credibilidade adicional através de alguns pedidos de apoio enviados aos responsáveis pelo projeto da Estação de Sacavém, como o da Comissão Administrativa das Obras Cidade Universitária de Coimbra e o da Junta de Exportação do Algodão Colonial. A primeira, responsável pelo estudo e projeto dos novos edifícios universitários para aquela cidade, a braços com a definição de espaços semelhantes e tomando conhecimento do que estava a ser desenvolvido para Sacavém, solicitou uma

³⁶⁶ O próprio António Pereira de Sousa Câmara e o engenheiro agrícola Rodrigo Pedro de Castro foram os nomes indicados (PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 25.04.1940).

³⁶⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 25.04.1940.

³⁶⁸ Cf. Ofício dos Móveis Olaio para a DGEMN (PT DGEMN: CAM 0324/07, 21.11.1944).

cópia da coleção de desenhos de mobiliário e acessórios dos laboratórios, do herbário e estufas³⁶⁹. Da mesma forma, a Junta de Exportação do Algodão Colonial que, em 1943, se encontrava a montar um Instituto de Investigação Científica na Colónia de Moçambique, requisitou exemplares dos mesmos projetos de mobiliário da Estação³⁷⁰. O facto de duas instituições públicas terem solicitado a partilha do projeto de equipamento da Estação Agronómica Nacional vem reforçar, em nosso entender, o cariz inovador da intervenção e a sua urgência em contexto nacional, estabelecendo a experiência da Estação como um exemplo para outras intervenções coevas.

A DGEMN, que havia sido a responsável pela construção do edifício, ficou encarregue também da aquisição do mobiliário e equipamento fixo, num processo que parece ter sido de colaboração entre as duas instituições. Os laboratórios terão sido, de facto, estudados pela comissão instaladora³⁷¹, mas à CAM terá cabido a responsabilidade de sistematizar e desenhar os elementos integrantes dos laboratórios – bancadas, escoadouros, secadores e tanques, torneiras, suportes vários, mesas de titulação, mesas para Física e Química, bancadas para balanças e bancadas de citologia, por exemplo (figs. 37 a 40); mas também por mesas, secretárias e cadeiras, em desenhos que foram integrados no processo de fornecimento do edifício da Estação já incluindo no seu rótulo a referência à CAM e à sua categorização de mobiliário-tipo. Se os primeiros carecem de qualquer informação autoral, de serviço e arquiteto, indicando-se apenas a instituição para a qual estavam a ser projetados, os segundos denunciam a prática do móvel-tipo, que se procurou implementar desde os primeiros momentos na CAM, refletindo essa visão pragmática e funcional que caracterizou aquela Comissão. A esta coube ainda a elaboração dos respetivos pareceres³⁷² sobre a qualidade e adequação das propostas apresentadas pela direção da Estação e a organização de todos os concursos e processos de fornecimento, recursos e instrumentos através dos quais um resultado final funcional e adequado, mas harmonioso, poderia ser concretizado.

O contexto económico nacional e internacional, severamente condicionado pelo conflito bélico que tolhia a Europa, marcou objetivamente esta instalação – a dificuldade no acesso a matérias-primas de qualidade e as contenções orçamentais obrigaram a uma

³⁶⁹ Pedido feito pela Comissão Administrativa das Obras da Cidade Universitária de Coimbra ao chefe da Repartição de Estudos da DGEMN (PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 14.06.1944).

³⁷⁰ Cf. PT DGEMN: CAM 0182/7, [julho 1943].

³⁷¹ Cf. PT DGEMN: REE 0077/03, 03.03.1942.

³⁷² Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 29.09.1941.

gradual simplificação dos modelos e à redução dos quantitativos a fornecer. Listas de prioridades na aquisição de mobiliário e equipamento tiveram de ser criadas, reduzindo ao essencial as peças e os conjuntos a integrar para que a Estação pudesse entrar em funcionamento o mais rapidamente possível. O plano e o projeto originais manter-se-iam num horizonte de possibilidade, mas teriam de aguardar condições orçamentais mais favoráveis para a sua implementação nos contornos definidos inicialmente.

Em 1943, foram lançados os primeiros concursos para os laboratórios e herbário que, por serem equipamentos fixos, foram adjudicados à Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio³⁷³, uma empresa de construção civil e não exclusivamente de mobiliário. A necessidade de articulação entre as diversas componentes da empreitada, construção civil, infraestruturas técnicas e equipamentos fixos, poderá ter estado na origem desta opção, como forma de assegurar um resultado final funcional e eficaz. Não ficando clara a razão desta escolha, pode depreender-se, contudo, que aos fabricantes de mobiliário não se reconhecia capacidade técnica para fazer face a este tipo de instalações com o rigor indispensável, reforçando assim a ideia atrás referida, de uma ausência de experiência nesta área.

O restante mobiliário a integrar na Estação não requeria, contudo, uma atenção tão especializada, tendo apenas de assegurar o conforto e funcionalidade dos restantes espaços, optando por uma linguagem estética inspirada na opção arquitetónica do edifício. Não tendo sido encontrada nos arquivos uma memória descritiva onde essa ligação tivesse ficado estabelecida, os desenhos existentes e as peças sobreviventes parecem partilhar dessa visão, com materiais e modelos que remetem para o ambiente rústico da casa de campo ribatejana.

Não existindo dados relativamente ao autor individual do projeto de mobiliário, os desenhos em arquivo e as peças que se encontram atualmente nas instalações da Estação, em Oeiras, são os únicos elementos que possibilitam uma reflexão em torno do mobiliário e decoração do novo edifício, a par de algumas considerações tecidas pelo diretor num momento anterior à sua concretização. Em seu entender, o gabinete da direção deveria ter apenas *“uma mesa ampla, um armário, umas três ou quatro cadeiras e um móvel que pudesse funcionar de ficheiro de correspondência. Se me fosse permitido emitir algum juízo acerca do aspecto deste mobiliário, desejaria que ele fosse tanto*

³⁷³ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 19.04.1943 e concluídos em janeiro de 1944.

*quanto possível inspirado em móveis portugueses, robustos e simples. Poderia ter uma talha rústica e o tal móvel fichero – uma peça sempre antipática em mobiliário artístico – poderia ser uma simples arca, com dimensões adequadas ao que se pretende*³⁷⁴.

Esta descrição terá encontrado eco no arquiteto Raul Lino que, enquanto vogal da CAM, elaborou no seu parecer o que entendia ser o mais adequado para aquele serviço: *“mesa de trabalho, armário, cadeiras e fichero de correspondência – que são as peças exigidas – devem representar robustez e simplicidade em harmonia com o restante mobiliário, mas podem revelar certa intenção decorativa compatível com o carácter do estabelecimento e o estilo da construção. Fugiríamos de toda a tendência para os móveis chamados de estilo; evitaríamos mesmo qualquer aplicação de talha meramente ornamental; vemos antes estes móveis ligarem-se pela grande robustez e clareza de linhas ao género do mobiliário geral, admitindo, porém, peças curvas (todos os pés, frentes de cadeira, etc.) para imprimir certa elasticidade a contrastar com a geral rigidez do mobiliário restante do edifício*³⁷⁵.

Ambos partilham de uma visão simples e funcional, que vê no móvel de características estilísticas nacionais a referência a seguir, e que não admite qualquer modernidade, mesmo nas peças mais funcionais, como um fichero de correspondência. Os desenhos e as peças remanescentes parecem ir ao encontro das expectativas de ambos – robustas e práticas, com uma linha decorativa em sintonia com o construído, onde a ornamentação foi reduzida ao essencial. Isso não significou, contudo, uma visão simplista do conjunto e das funções de cada parte. Para o gabinete do diretor, por exemplo, a função de representatividade e de categoria associada devia resguardar-se de qualquer ambiguidade: *“não se dev[e] introduzir mobília que pelo seu estilo destoe do restante mobiliário do edifício, que foi concebido com tanta propriedade e acertado bom gosto. Mas é lícito que neste gabinete se procure uma nota menos exclusivamente funcional e mais categorizada e representativa*³⁷⁶. Aquele mobiliário devia ainda refletir uma execução de *“excelente mão-de-obra, madeiras da melhor classe, coiro idem, desenho robusto e simples, em harmonia com o género de todo o estabelecimento, valorização, quanto à forma, pelas proporções belas e avantajadas, com emprego de peças curvas onde for julgado conveniente para o efeito sugestivo de conforto de alta categoria*³⁷⁷.

³⁷⁴ Cf. PT DGEMN: CAM 0324/07, 20.10.1941.

³⁷⁵ Cf. Parecer do arquiteto Raul Lino (PT DGEMN: CAM 0324/07, 10.11.1941).

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Ibidem*.

Já para os espaços administrativos, as expectativas eram outras, não se considerando necessário um “*estudo especial pois o que se encontra à venda no nosso País, mais ou menos inspirado em mobiliário norte-americano de escritório, satisfaz perfeitamente*”³⁷⁸, remetendo para um ambiente funcional, prático e eficiente, de padrão internacional. No final, optou-se por desenhar e entregar a sua execução a fabricantes nacionais, não havendo registo de aquisições por catálogo de produção em série. Ficam, no entanto, por identificar as localizações de destino das peças cujos desenhos se conservam em arquivo e que encontrámos efetivamente em Oeiras, não nos permitindo, por isso, ir mais longe na leitura da sua relação com os espaços e as respetivas funções.

Na verdade, uma confrontação entre os desenhos e as peças revela a existência de duas séries de modelos, muito semelhantes na forma, mas com elementos construtivos e decorativos distintos. Um grupo terá seguido muito de perto os desenhos existentes – encosto de madeira e assento de fibras vegetais, com travejamento simples, ligeiramente recortado (modelos C14, C15 e C16, figs. 45, 47 e 48). Já o outro grupo, de que existem uma cadeira baixa (fig. 50) e outra alta (fig. 53), ambas de braços, empregam fibras vegetais quer no assento quer no encosto, com uma ornamentação mais elaborada nas travessas, no apoio dos braços e no remate dos montantes posteriores. Apesar das semelhanças óbvias nas formas e proporções, este último grupo poderá ter resultado de uma proposta diferente, de uma outra aquisição que não tenha dependido diretamente da CAM ou da DGEMN, e que por essa razão não consta dos seus arquivos. Na verdade, a única imagem encontrada da biblioteca de Sacavém³⁷⁹, em aparente funcionamento, tem uma vista muito parcial de uma cadeira alta, confirmando a sua integração no edifício, assim como a sua localização. Contudo, não permite esclarecer se se refere efetivamente à peça existente em Oeiras, ou se será um outro modelo, numa outra variação das cadeiras conhecidas. Independentemente da sua origem ou fase de instalação, qualquer das peças ou propostas encontra-se em sintonia com o contexto arquitetónico – espaldares e assentos em fibras naturais, na construção de uma ideia de tradição e de ambiente rústico, como o mobiliário tradicional das zonas rurais das planícies ribatejanas, numa associação natural à localização da antiga estação, nas margens do rio Tejo.

³⁷⁸ Cf. PT DGEMN: CAM 0324/07, 20.10.1941.

³⁷⁹ Cf. *No XXV Aniversário da Estação Agronómica Nacional*, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa, Serviço de Informação Agrícola, 1962, p. 46.

A cadeira de braços mais baixa, com espaldar e assento em fibras vegetais (fig. 50), remetendo para modelos tradicionais nacionais, tem uma evidente semelhança, na forma e nos materiais, com uma cadeira de origem catalã, a Cadirat ou GATEPAC³⁸⁰, como também é conhecida (fig. 49 e 51). Desenhada pelo arquiteto Josep Torres Clavé, em 1934, e usada no Pavilhão da República Espanhola na Exposição Internacional de Paris em 1937, num contexto de renovação da produção de mobiliário em Espanha, é considerada pela historiografia espanhola um marco no design de mobiliário, simbolizando uma articulação entre tradição e modernidade, presente nos materiais, mas também na forma, sendo uma reinterpretação de uma cadeira tradicional das ilhas Baleares³⁸¹. A modernidade da reinterpretação espanhola perde-se na proposta portuguesa, com a adição de travejamentos recortados, elementos torneados e boleados, e um entrançado das fibras vegetais mais tradicional³⁸², mas a forma, proporções e materiais são em tudo semelhantes. Também os autores nacionais, quando confrontados com contextos rústicos, ou com a intenção de os evocar, procuraram uma nova interpretação dos modelos tradicionais, ainda que o produto final, neste caso, tivesse sido menos disruptivo e menos marcante na história do design do que o foi a cadeira catalã. No entanto, o facto de ter sido um modelo desenhado para um edifício de investigação científica vem reforçar, em nosso entender, uma intenção de inovação e uma atenção ao panorama internacional do design.

No plano original do Professor António Câmara constava ainda o aproveitamento da antiga casa de habitação da Quinta. A Casa do Agrónomo, denominação que passou a assumir, funcionaria como uma messe para os investigadores, funcionários e colaboradores, mas também como residência para investigadores convidados, nacionais e estrangeiros³⁸³, procurando dessa forma colmatar a distância do novo complexo de investigação científica em relação à capital. O projeto de adaptação desta Casa, datado de 1945, foi da autoria do arquiteto António Lino (1909-1961)³⁸⁴, com uma intervenção adicional do arquiteto Eduardo Moreira Santos no projeto de alterações e ainda no

³⁸⁰ GATEPAC (Grupo de Artistas y Técnicos Españoles para la Arquitectura Contemporánea).

³⁸¹ Cf. M. Villanueva Fernandez et alii, “La silla del GATEPAC: un viaje colectivo de ida y vuelta” in *Arquitecturas en común*, n.11, Universidad de Sevilla, 2014, pp. 40-52.

³⁸² Os desenhos originais da cadeira catalã mostram, contudo, um entrançado muito semelhante ao da cadeira de Estação de Sacavém (<https://www.mobles114.com/en/muebles/torres-clave-armchair/>, acesso a 20.08.2020), elemento que aparentemente se terá atualizado na versão executada e divulgada.

³⁸³ O programa para este edifício previa quartos para solteiros, solteiras e casais, com alguns deles dedicados a permanências mais prolongadas e com uma ligação ao edifício principal da Estação (PT DGEMN: DSARH 005/127-3813/03, [junho] 1945).

³⁸⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3813/03, junho 1945.

desenho de alguma da sua decoração, como se exemplifica pelo desenho do candeeiro (fig. 54). Do pouco que nos é dado a conhecer sobre este edifício, a opção por uma gramática ruralizante e tradicionalista ter-se-á mantido, em sintonia com o que já tinha sido definido para a Estação, e reforçado pela opção de reabilitação de uma estrutura coeva da Quinta.

A vida da Estação Agronómica Nacional em Sacavém foi relativamente curta. Em 1957 tomaram-se medidas no sentido de concretizar a sua transferência para outro local, onde as atividades da Estação não viessem a ficar comprometidas pelo desenvolvimento do território envolvente. Não obstante a decisão final para a sua mudança tivesse sido uma consequência direta da instalação do complexo da SACOR nos terrenos imediatamente adjacentes, o desenvolvimento das novas redes viárias (estrada nacional e depois autoestrada) foi um fator decisivo para a sua mudança, uma vez que aquelas condicionariam o uso dos terrenos dedicados à investigação e ao seu eventual crescimento.

*

A intervenção da Estação Agronómica Nacional em Sacavém permitiu compreender a importância da colaboração entre as partes na definição do programa de mobiliário e equipamento. Por outro lado, foi das primeiras instalações de investigação científica a ser construída em Portugal, em edifício próprio e exclusivamente para aquele fim, estabelecendo-se enquanto paradigma para este tipo de equipamentos, na sua programação, desenho, coordenação de infraestruturas e construção. Desta intervenção transpareceu também a visão que os agentes institucionais, mais que o arquiteto autor do projeto, tinham para aquela instituição – uma estética ruralizante, próxima da ideia de casa de lavoura e que se relacionava diretamente com a área de investigação, uma articulação que encontrou correspondência no mobiliário, no sentido de concretizar a tão procurada harmonia entre o edifício e os seus interiores.

2.2.2 Instituto de Odivelas

Criada em 1900, com a designação de Instituto D. Afonso³⁸⁵, esta escola tinha como missão acolher e proporcionar uma formação académica às meninas órfãs, filhas de oficiais do Exército. O antigo mosteiro de D. Dinis, em Odivelas, por solicitação do próprio Infante D. Afonso, foi o edifício escolhido para a instalação do novo estabelecimento. O antigo complexo religioso, que se encontrava disponível desde 1886, após a morte da última freira, e na sequência do édito de extinção das ordens religiosas de 1834, recebeu as primeiras alunas em novembro de 1902³⁸⁶, com poucas adaptações e alterações à sua estrutura inicial³⁸⁷. De patrocínio real, a sua tutela foi sempre do Ministério do Exército, dele dependendo todas as questões relacionadas com a sua administração e funcionamento. Durante a primeira metade do século XX sofreu várias alterações na sua designação oficial, que só se estabilizou em 1942, quando recebeu a denominação pela qual ficou conhecida até 2013³⁸⁸ - Instituto de Odivelas. Estabelece-se também como instituição de ensino equiparada ao Colégio Militar e alargada a toda a família militar, e não só às filhas órfãs dos oficiais do exército, como tinha sido no início.

A sua instalação no antigo convento foi sofrendo vários ajustes, à medida da sua evolução e crescimento enquanto instituição de ensino, mas também enquanto estrutura arquitetónica não construída para aquele fim e que requereu atenções constantes. Apesar das obras de reparação e adaptação realizadas ao longo dos anos, os edifícios existentes, ainda que relativamente adequados às suas novas funções, não se encontravam nas melhores condições. Se por um lado as antigas instalações conventuais permitiam acomodar as alunas, com dormitório, refeitório e salas de aulas, a convivência com o

³⁸⁵ O Instituto resultou da iniciativa de um grupo de oficiais que pretendiam seguir o exemplo do Collège de la Légion d'Honneur, fundado por Napoleão Bonaparte (<https://www.aaaio.pt/index.php/pt/18-artigos-geral/122-historia-do-instituto-de-odivelas-e-associacao-2>, acesso a 17.11.2020) Este novo estabelecimento recebeu a designação de Infante D. Afonso em homenagem ao irmão do rei, o Infante D. Afonso Henriques, Duque do Porto (1865-1920), que havia sido um dos principais apoiantes daquela causa.

³⁸⁶ Cf. Joaquim Pintassilgo, “Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)” in *História da Educação*, 2007, p. 39.

³⁸⁷ Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4067 (acesso 06.02.2020).

³⁸⁸ O despacho n.º 4785 de 8 de abril de 2013 do Ministério da Defesa Nacional confirmou o ano escolar 2014/2015 como o último da atividade do Instituto de Odivelas.

Monumento Nacional³⁸⁹ – igreja e túmulos – condicionava de forma significativa quaisquer obras de adaptação e reabilitação que viessem a ser feitas.

Durante a década de 1930, a DGEMN promoveu campanhas de obras não só na igreja, monumento classificado, mas também no restante edifício conventual, tendo em vista a consolidação dos elementos arquitetónicos monumentais, bem como a sua adequação, ainda que superficial, à vivência quotidiana enquanto internato feminino. Só na década seguinte a questão da qualidade e adequabilidade das instalações foi encarada de forma conseqüente, com o estudo de um novo edifício para o Instituto³⁹⁰, adjacente ao antigo convento. O colégio foi temporariamente transferido para o Palácio dos Duques de Cadaval, em Pedrouços (onde seria instalado mais tarde o Instituto de Altos Estudos Militares), aí permanecendo durante o período necessário para a construção das novas instalações.

Em outubro de 1950 o novo complexo escolar foi inaugurado³⁹¹, ampliando de forma considerável a sua lotação e a oferta de atividades circum-escolares. O Instituto passou a contar com camaratas diferenciadas por anos escolares, alojamento para monitoras e professoras, refeitório, salas de aula, laboratórios, salas de música, sala de armas, enfermaria, museu, biblioteca, entre outros espaços entendidos como necessários para a formação e vivência das alunas.

O projeto de arquitetura foi entregue a Raul Rodrigues Lima, profissional de percurso consolidado e relevante também em edifícios para serviços públicos. À semelhança do que veio a propor para o Reformatório Feminino de Viseu³⁹² (1960), também este edifício foi estruturado em torno de corpos longitudinais, que se articulavam entre si conforme as circulações desejadas e necessárias entre as várias categorias que compunham a escola – alunas, professoras e funcionárias. Estes novos edifícios dilataram significativamente a área ocupada anteriormente pelo antigo complexo conventual e,

³⁸⁹ A igreja do antigo convento e os túmulos foram classificados como Monumento Nacional por Decreto, D.G. n.º 136, de 23.06.1910.

³⁹⁰ O anteprojecto de transformação do Instituto foi submetido ao Ministro da Guerra a 25 de julho de 1945 (PT DGEMN: DSARH 006/127-0031/02).

³⁹¹ Onde permaneceram até 2014, ano em que o Instituto é transferido para o terreno do Colégio Militar, em Carnide, com edifícios construídos de raiz. As instalações de Odivelas passaram, então, para a tutela da Câmara Municipal de Odivelas que se encontra a desenvolver um projeto de reocupação que integre a memória daquele espaço enquanto convento feminino e estabelecimento de ensino.

³⁹² Pouco tempo depois renomeado Instituto de Viseu (Filomena Bandeira, “O Reformatório Feminino de Viseu: São José e o Bom Pastor. A reestruturação da rede em meados do século XX” in *Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009, pp. 203-231).

apesar da sua escala, não se sobrepuseram ao existente, cujas fachadas principais, e por onde se efetuavam todos os acessos à escola, se mantiveram viradas para o Largo D. Dinis. As obras ficaram a cargo da DGEMN, através do serviço regional correspondente e em colaboração com a Direção de Serviços de Monumentos Nacionais, e a aquisição de mobiliário e equipamento foi da responsabilidade da CAM³⁹³.

O projeto de mobiliário e equipamento para o novo edifício foi também concebido pelo arquiteto Rodrigues Lima³⁹⁴, que definiu um conjunto coerente e homogêneo para todos os espaços do colégio, escola e internato, seguindo uma linguagem ruralizante. Esta opção não se terá prendido com uma relação geográfica, territorial ou mesmo temática - a escolha, apesar de convencional, não deixa, contudo, de ser invulgar, porque as referências que terão orientado instalações como a da Estação Agronómica Nacional em Sacavém, como vimos, não parecem aplicar-se aqui³⁹⁵. Parece-nos que a apropriação de um léxico e modelos dentro de um gosto da época e amplamente difundidos no mercado nacional possa ter estado na origem da sua escolha, e consequentemente na sua aplicabilidade a um contexto escolar, feminino e de internato. Na verdade, a fábrica de Móveis Olaio tinha em produção uma linha de mobiliário doméstico denominada *Sacavém*, desenhada por José Espinho, em 1946³⁹⁶ (fig. 61), que muito provavelmente terá servido de inspiração e de referência para a proposta de Rodrigues Lima³⁹⁷.

Por outro lado, a aproximação a uma estética nacionalista, em que essa visão rural seria entendida como uma das suas vertentes, num estabelecimento vocacionado desde muito cedo para a educação feminina, poderá ter sido um fator determinante. Para além do currículo pedagógico tradicional e influenciado pelas ideias da Educação Nova³⁹⁸, estava previsto também o ensino de economia doméstica, costura, bordados, rendas,

³⁹³ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/127-0040/02, 09.01.1949.

³⁹⁴ Cf. PT DGEMN: CAM 0286/02, 17.01.1950.

³⁹⁵ Cf. João Paulo Martins e Sofia Diniz, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design 1940-74” in *Investigating and writing architectural history: subjects, methodologies and frontiers. Third International EAHN Meeting*, Turim, 2014, p. 505.

³⁹⁶ Cf. Nuno Caniça, “Cronologia de Produção” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 34; e José Espinho. *Vida e Obra*, MUDE, 2017, pp. 127-139.

³⁹⁷ A produção da Olaio nas décadas de 1940 e 1950 foi por vezes apelidada de folclorismo historicista - uma transposição para o mobiliário do termo Português Suave aplicado para a produção arquitetónica do mesmo período (Graça Pedroso, “Mudança: o mobiliário português da manufactura ao processo industrial”, *Convergências – Revista de Investigação e Ensino em Artes*, vol. II (3), 2009, p. 4).

³⁹⁸ Cf. Joaquim Pintasilgo, “Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)” in *História da Educação*, 2007, p. 60.

engomadoria, rudimentos de cozinha, puericultura, entre outros³⁹⁹, criando assim o contexto adequado para a integração daquela estética. A não existência da memória descritiva desta intervenção, elemento fundamental para a compreensão do projeto na sua globalidade e da visão do seu autor, permite-nos apenas esboçar uma reflexão especulativa.

Os processos de aquisição e fornecimento de mobiliário para o Instituto de Odivelas revestiram-se de alguma particularidade, na medida em que as adjudicações foram feitas sala a sala, espaço a espaço, e não para a totalidade do estabelecimento ou ainda por conjuntos de peças idênticas entre si⁴⁰⁰. Assim, a empreitada, depois de desdobrada, resultou na adjudicação do fornecimento a sete fabricantes diferentes, a saber: Alberto Sousa Reis para o gabinete das diretoras de curso; Madeiras & Móveis para a sala das professoras; Costa Ferreira para o refeitório e biblioteca; Móveis Aséta para as salas de recreio, sala de visitas principal, sala de visitas e ginásio; Fábrica do Calvário para as salas de aulas, corredor, sala de jantar, corredor da igreja, aula de trabalhos de música e gabinete da ecónoma; Albino de Matos, P. & Barros para o equipamento do ginásio; David de Oliveira para o claustro; e Carpintaria Mecânica da Lapa para a sala de jogos principal, copa, cozinha, dispensa geral, arrecadação, hall e refeitório das criadas, arrecadação de malas, rouparia da casa, arrecadação de calçado, sala de costura e engomados e um W.C.⁴⁰¹.

A dispersão de fabricantes e a diversidade dos respetivos métodos de manufatura e assemblagem poderá, em nosso entender, ser a justificação possível para a diversidade de peças resultante de cada um dos modelos projetados, todas elas semelhantes na aparência ao desenho do arquiteto Rodrigues Lima, mas que um olhar mais atento revela profundas diferenças de construção (fig. 60). Esta intervenção poderá ser por isso o exemplo adequado para compreender como os processos de desenho e execução do mobiliário e equipamento foram concretizados e as importantes alterações que foram registadas posteriormente. A análise das peças que integraram o conjunto demonstrou, de

³⁹⁹ Cf. Joaquim Pintassilgo, “Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)” in *História da Educação*, 2007, p. 60.

⁴⁰⁰ A Casa Olaio chegou a apresentar uma proposta para a totalidade do fornecimento, mas dado o seu valor elevado, optou-se por fazer o desdobramento da adjudicação pelos concorrentes que ofereciam preços parciais mais baixos, tomando por unidade os conjuntos para cada uma das salas, em que a “adjudicação poderia fazer-se a mais do que a um concorrente, resultando daí apreciável economia, relativamente à proposta da Casa Olaio” (PT DGEMN: DSARH 006/127-0040/02, 03.02.1950).

⁴⁰¹ Cf. PT DGEMN: CAM 0021/20.

forma muito clara, o impacto da ausência de informação técnica detalhada nos desenhos que acompanhavam os cadernos de encargos, deixando para os gabinetes técnicos de cada fabricante a interpretação das propostas em muitos dos seus elementos. Neste caso, cada uma das empresas concretizou como lhe foi possível os desenhos propostos a concurso, deixando transparecer a sua aptidão na respetiva transferência e execução. Os Móveis Aséta, por exemplo, perante a lista de peças que lhe tinham sido adjudicadas, informavam que já se encontravam a “*preparar uns modelos de mapas a cadeiras (...) bem como os desenhos e pormenores dos restantes móveis*”⁴⁰². Ainda que essa fosse uma prática comum, quando as adjudicações se organizavam desta forma, a mesma deixaria transparecer uma série de fragilidades e insuficiências dos modos de produção implementados pelos fornecedores. Nesse sentido, estes processos revelaram também uma evidente falta de rentabilização dos meios envolvidos: todos os fabricantes eram levados a fazer um trabalho paralelo de interpretação, construção e acerto de protótipos, para o fornecimento de um número relativamente restrito de unidades.

Os cadernos de encargos que compunham esta empreitada, nas suas Condições Especiais, faziam referência à necessidade de apresentar à “*fiscalização, e antes da execução dos respectivos móveis, todos os detalhes dos mesmos em tamanho natural*”⁴⁰³, não fazendo, contudo, qualquer alusão aos desenhos de referência elaborados pelo arquiteto Rodrigues Lima e se os mesmos teriam sido integrados no processo. A execução das peças dependeu assim exclusivamente da capacidade de interpretação daqueles desenhos pelos gabinetes técnicos dos fabricantes e na sua competência para a respetiva execução, e menos na proficiência do desenho do autor do projeto, que daquele modo seria responsável apenas pelas opções estéticas genéricas, pela imagem pretendida, e não tanto pela sua concretização⁴⁰⁴. Esta era a prática comum – aos arquitetos responsáveis pelos projetos cabia a definição da imagem para o conjunto, dos modelos, das relações de hierarquia entre objetos e a sua relação com os espaços, mas a definição técnica e a concretização desses elementos dependeriam em exclusivo da competência das fábricas que os iriam executar, e por isso da capacidade dos seus recursos técnicos e humanos.

⁴⁰² Cf. PT DGEMN: CAM 0084/03, 13.03.1950.

⁴⁰³ Cf. PT DGEMN: CAM 0286/02, jan.1950.

⁴⁰⁴ “[António Pereira da Costa] dirigi-me ao senhor arquitecto Rodrigues Lima para este verificar os desenhos em tamanho natural das diferentes peças de mobiliário que me foram adjudicadas no concurso do Instituto de Odivelas. O senhor arquitecto fez algumas pequenas alterações em alguns desenhos, alterações essas a que estou a proceder, a fim de enviar uma cópia dos desenhos, logo que se encontrem retificados. Fiz notar ao senhor arquitecto que os pés das carteiras deviam de ser em ferro, como os que se construíram para a Escola de Farmácia, visto ser um trabalho sólido.” (PT DGEMN: CAM 0084/04, 23.02.1950).

O exemplo aqui apresentado expõe de forma muito clara as dificuldades de todo o processo. A diversidade dos princípios de construção, dos detalhes e de acabamentos das peças produzidas, foi certamente um resultado da pulverização de fabricantes a que o fornecimento foi sujeito e das diferentes interpretações que cada um deles fez do desenho submetido; e também à menor capacidade de alguns deles em interpretar e decompor com qualidade os desenhos apresentados. A orientação dos corações recortados nos espaldares das cadeiras, por exemplo; o estriamento nas pernas, assim como a sua localização no elemento; o recorte da peça onde está inserida a pega; o modo como o tampo se une ao suporte para as costas; ou às pernas frontais, bem como outros pormenores construtivos, denunciam a grande diversidade de métodos, o que comprometeu visivelmente a homogeneidade do conjunto. Num primeiro olhar, pertencem todos à mesma família, mas num segundo, mais atento, percebe-se que na verdade aqueles objetos são todos diferentes entre si, sendo apenas semelhantes aos do espaço para onde foram originalmente concebidos - quando as peças foram deslocadas para outras salas, essa diferença tornou-se ainda mais visível.

Os espaços com um acesso mais condicionado, como as salas de visita (principal e outras), sala das professoras e gabinetes das diretoras de curso, assumiram uma linguagem distinta. Rodrigues Lima optou nessas zonas por uma estética menos comprometida, mas em sintonia com o espírito da época e com o respeito e seriedade que um estabelecimento desta qualidade requeria. Os conjuntos que foram propostos, de cadeirões e sofás, e de cadeiras estofadas, com e sem braços, pouco tinham em comum com os modelos selecionados para os espaços das alunas, abandonando a decoração romântica dos corações e dos torneados e adotando a contenção entendida como a adequada para aquelas salas (fig. 62). As suas propostas não deixam, contudo, de comungar de uma linguagem partilhada por outras instituições públicas, como parece ser o caso da Academia de Ciências de Lisboa (fig. 63), que numa das suas salas mantém um cadeirão muito semelhante ao do Instituto de Odivelas. As duas peças apresentam diferenças⁴⁰⁵, desde logo nos perfis em madeira que contornam os suportes para as costas e a base, que no exemplar da Academia não existem, mas os seus modelos tiveram certamente uma inspiração comum.

⁴⁰⁵ Assim como o revestimento do estofa, que em ambos não serão os originais.

No que toca ao mobiliário metálico, a estratégia seguida foi semelhante, embora recorrendo a modelos de série disponibilizados no mercado pelos vários fabricantes⁴⁰⁶. Uma vez identificadas as necessidades do Instituto, o concurso foi lançado e as propostas dos concorrentes analisadas. Os critérios economicistas foram mais uma vez determinantes e as peças foram selecionadas segundo o seu custo, independentemente da sala na qual seriam colocadas, ou mesmo da sua coerência formal. As enfermarias e quartos de isolamento, por exemplo, tiveram um carro para transporte de comida e duas mesas para centro fornecidas pela Fábrica Portugal; 32 camas com colchão de arame, 32 mesas de cabeceira, 15 cadeiras simples, seis levanta colchões e três biombos da Metalúrgica da Longra; 32 mesas rodadas para doentes acamados e três carros para pensos com depósito e lavatório da Albino de Matos, P. e Barros, e seis cadeiras de repouso com colchoaria da Alves e C^a⁴⁰⁷. O gabinete médico foi equipado com um biombo de três corpos rodado da Metalúrgica da Longra, duas cadeiras simples com assento e espaldar de madeira e um divã para observações da Albino de Matos, P. e Barros⁴⁰⁸. Ainda que as opções formais e estéticas destes fabricantes não divergissem significativamente entre si, o grau de minúcia e atenção deste processo de seleção de peças não deixa de ser revelador dos critérios prevaletentes.

*

A intervenção do Instituto de Odivelas representou uma outra abordagem no processo de instalação de organismos públicos. Os processos de fornecimento revelaram uma prática que foi sendo gradualmente abandonada, pela complexidade na gestão administrativa, mas também pelas consequências bem visíveis na ausência de homogeneidade e uniformidade do mobiliário fornecido. Subjacentes a estas decisões e a esta prática esteve sem dúvida uma visão economicista, de contenção de custos, que se sobreponha a qualquer outro argumento.

Por outro lado, esta forma de proceder permitiu compreender a fragilidade de que se revestiu uma das etapas essenciais destes processos – a interpretação dos desenhos realizados pelo arquiteto que, pela ausência de anotações técnicas, permitiu, aos

⁴⁰⁶ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/127-0040/02, 06.05.1950.

⁴⁰⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/127-0040/02.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

fabricantes, a aplicação de liberdades criativas nas transferências para os suportes produtivos, comprometendo o resultado final e a integridade da proposta. Esta foi uma prática comum naquele setor industrial e que só se alterou profundamente com o salto tecnológico que algumas empresas conseguiram mais tarde implementar.

2.2.3 Estação de Fomento Pecuário do Sul (Alter do Chão)

Fundada em meados do século XVIII, a Coudelaria de Alter do Chão passou a integrar, desde 1942, o organograma da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários⁴⁰⁹, assumindo então a denominação de Serviço de Fomento Pecuário do Sul⁴¹⁰. Dada a missão que este estabelecimento mantinha desde a sua criação, na promoção e investigação relacionada com o melhoramento do cavalo lusitano, raça de cavalos com origem nacional, a sua incorporação num serviço de fomento da atividade pecuária junto daquela Direcção-Geral terá decorrido da reorganização dos serviços e entendida como equivalente. Essa reestruturação teve consequências diretas nas instalações da antiga coudelaria, numa tendência de crescimento que teve de ser devidamente acomodada com a construção de novos edifícios - aviários para várias espécies, chocadeiras, nitreiras, hangares para as máquinas e alfaias agrícolas, e outras estruturas de apoio ao desenvolvimento daquela atividade. As décadas de 1950 e 1960 assistiram, assim, ao seu gradual crescimento e alargamento das áreas de investigação envolvidas, deixando de ser uma instituição dedicada exclusivamente à promoção do cavalo lusitano como tinha sido até então.

Nesse sentido, e como forma de instalar as necessidades decorrentes das competências deste serviço, foi proposto um novo conjunto de edifícios que acolheria funções de carácter administrativo, científico, mas também de alojamento, acomodando os funcionários que para ali seriam destacados, em particular o diretor da Coudelaria⁴¹¹. A distância a que o conjunto ficava dos aglomerados urbanos mais próximos tornava urgente e importante a construção de uma casa para o diretor⁴¹². A sua localização e o programa para o seu estudo foram definidos pelo responsável do Serviço de Fomento Pecuário⁴¹³, mas o projeto de arquitetura foi elaborado pelo arquiteto Eugénio Correia e pela Direcção de Edifícios de Lisboa da DGEMN⁴¹⁴, departamento que também

⁴⁰⁹ Serviço então dependente do Ministério da Economia.

⁴¹⁰ Com a implantação da República a Coudelaria transitou do Ministério das Finanças para o Ministério da Guerra, recebendo a designação de Coudelaria Militar de Alter; em 1942, passou para a tutela do Ministério da Economia, na dependência direta da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas.

⁴¹¹ Apesar de o Tribunal de Contas não ter visado inicialmente as despesas para aquisição de mobiliário para a casa do diretor, alegando não existir disposição legal que o autorizasse a ter residência em edifício do Estado (PT DGEMN: CAM 0323/09).

⁴¹² Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/16, nov. 1951.

⁴¹³ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/04, jul. 1948.

⁴¹⁴ Não se encontraram datas precisas, mas o primeiro anteprojecto de arquitetura terá sido desenvolvido durante o primeiro semestre de 1948 (parecer de Raul Lino datado de 23.07.1948) (PT DGEMN: DSARH-

administrou e geriu a obra, e que optou por seguir as orientações do programa das Casas Económicas⁴¹⁵ como meio de simplificar e agilizar o processo de instalação. A única planta disponível em arquivo (fig. 92), com a implantação do mobiliário para os dois pisos, revela uma distribuição tradicional – sala, cozinha e um quarto no piso térreo, e três quartos e uma casa de banho no superior, envolvidos numa das fachadas por um alpendre semicircular. Sem que tenhamos conseguido confirmar, porém, se esta foi a planta final ou apenas uma das suas versões ou propostas⁴¹⁶, ficou por identificar a definição da linguagem arquitetónica escolhida. Pelo contrário, para o projeto de mobiliário, foi elaborada uma caracterização mais específica, pretendendo-se modelos de “*tipo rústico, de feição regional, simples, mas robustos*”⁴¹⁷ e adequados ao seu contexto funcional. O Ministro das Obras Públicas, uma vez validado o projeto, solicitou que o processo fosse assistido pelo arquiteto Luís Benavente, “*tendo em conta as características da construção*”⁴¹⁸. Presume-se que a escolha de uma casa de categoria mais elevada e o contexto de representação que lhe poderia ser exigido, justificariam esse acompanhamento técnico de maior proximidade, ainda que nenhuma explicação para o facto tivesse sido avançada. A informação em arquivo sobre esta intervenção não é, contudo, significativa – documentação gráfica, fotográfica e administrativa são exíguas no que a este processo diz respeito. Não obstante as várias visitas às instalações da Coudelaria, realizadas no âmbito da presente investigação⁴¹⁹, e em momentos distintos da sua vida recente, não foi nunca facilitado o acesso à antiga Casa do Diretor, o que impossibilitou a visualização do que se encontraria eventualmente *in situ*, ou ainda ensaiar uma confrontação do existente com a documentação gráfica em depósito.

Não obstante esse condicionamento, a visita aos restantes edifícios do conjunto permitiu identificar outro mobiliário, nomeadamente aquele que se encontra representado na fig. 93, o qual, confrontado com os elementos gráficos disponíveis, nos permite

005/023-4802/04, 23.07.1948), a versão final do projeto foi elaborada pelo arquiteto Eugénio Correia (memória descritiva de 20.11.1948) e a construção da casa e conseqüente entrega ao Ministério da Economia terá decorrido entre setembro e outubro de 1951 (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/04).

⁴¹⁵ Modelo D3; terá havido alguma discussão em torno da categorização da casa, que aparentemente seria superior à categoria do funcionário, mas que se justificaria pela necessidade de receber e acolher individualidades nacionais e estrangeiras com alguma deferência (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/04, 21.09.1948). No parecer redigido pelo arquiteto Raul Lino é feita referência às dimensões consideradas reduzidas para uma moradia daquela categoria (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/04, 23.07.1948).

⁴¹⁶ O primeiro anteprojeto apresentava, segundo parecer do arquiteto Raul Lino, “*fraqueza de composição*” (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/04, 23.07.1948).

⁴¹⁷ Cf. PT DGEMN: CAM 0323/10, abril 1951.

⁴¹⁸ Cf. PT DGEMN: CAM 0323/09, 13.03.1951.

⁴¹⁹ Visitas realizadas em janeiro e dezembro de 2013.

avançar com uma proposta de recontextualização. Defendemos, pois, que este conjunto de mobília de quarto, numa linguagem particularmente distinta daquela que caracterizou as opções tomadas para os serviços administrativos da mesma instituição, e mesmo daquela que seria expectável para uma proposta para este contexto em particular, poderá ter pertencido à Casa do Diretor. A qualidade dos materiais e do desenho das diferentes peças parecem apontar também nesse sentido, embora estes últimos não apresentem qualquer informação sobre a sua data de produção. A cama de casal, cuja cabeceira aparece representada, não foi encontrada, mas em contrapartida foram identificadas e estavam em pleno uso duas camas individuais, que não existiam nos elementos do projeto em arquivo (fig. 94). A relação entre desenho e peças é inequívoca, deixando, contudo, alguma surpresa relativamente à opção estilística – a suavidade das linhas e a sua modernidade parecem não concordar com o contexto funcional, mas acima de tudo com a ruralidade e robustez que se alegava promover. Desconhece-se a autoria deste trabalho, assim como a de outros desenhos e propostas, algumas delas parciais (fig. 95), e das quais não foi encontrado qualquer objeto sobrevivente, sendo certo que existem referências ao fornecimento do mobiliário para a Casa do Diretor, adjudicado à firma Móveis Aséta, em 1951, e com administração da CAM. Entre os objetos encontrados nenhum ostentava etiqueta ou outro elemento identificativo que pudesse estabelecer uma relação com este fabricante; não tendo sido possível confirmar o seu contexto de destino, esta associação mantém-se apenas uma hipótese de trabalho⁴²⁰.

O projeto de mobiliário para os restantes edifícios, de cariz mais técnico e administrativo, coube à mesma direção de serviços que tinha sido responsável pela sua construção⁴²¹, e foi o seu autor o arquiteto Eduardo Moreira Santos (1904-1992)⁴²², funcionário desse serviço que já havia avançado com algumas propostas para a Casa do Agrónomo da Estação Agronómica Nacional, em Sacavém. Reconhece-se uma atitude semelhante perante a especificidade de intervenções como esta, numa preocupação em orientar o projeto segundo as indicações do serviço tutelar, e conseqüentemente do seu utente.

⁴²⁰ A documentação refere apenas que foi autorizada a adjudicação do fornecimento de mobiliário em madeira para a casa do diretor à firma Móveis Aséta (PT DGEMN: CAM 0323/09, 03.12.1951).

⁴²¹ À CAM coube avaliar o projeto e elaborar o respetivo parecer (03.07.1957), assim como organizar o concurso e as respetivas adjudicações (PT DGEMN: CAM 0369/18, jul. 1957) e proceder à receção da empreitada (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 16.10.1961).

⁴²² Este arquiteto foi ainda responsável pelo projeto de uma niteira (PT DGEMN: DSARH 005/023-4798/08, 20.07.1956).

Também aqui o arquiteto se socorreu da colaboração dos técnicos da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, com eles estruturando o projeto de equipamento e mobiliário, articulando-o com as opções arquitetónicas entretanto seguidas para os edifícios: *“atendendo às características vincadamente regionais do edifício que por esta direcção foi construído, e ao qual o mobiliário se destina, procurámos integrar este último, tanto quanto possível, nesse ambiente, afastando-nos dos móveis de série que prejudicariam irremediavelmente o conjunto. Foi, portanto, com esse objetivo que estudámos os vários conjuntos de móveis, de que juntamos algumas perspectivas esquemáticas, feitas sobre originais sobre nós executados, nos quais procurámos dar-lhe um carácter regional e um tanto rústico, sem esquecer o aspecto utilitário e a necessidade de sobriedade”*⁴²³.

Para este arquiteto não haveria dúvidas quanto ao tipo de mobiliário a instalar, e considerando que o de produção em série não seria o mais acertado, não obstante o contexto institucional e a sobriedade e robustez que devia caracterizar o conjunto - apenas seriam consideradas adequadas peças desenhadas especificamente para aqueles espaços e funções. Para além dos modelos, que deveriam refletir a diversidade de usos previstas, também as madeiras a utilizar desempenhariam o seu papel na diferenciação necessária entre os espaços da direcção, de maior representação institucional⁴²⁴, e os das secções técnicas e administrativas⁴²⁵ - madeira de bissilon para os primeiros e madeira de castanho para os segundos, diferenciação que as peças encontradas atestaram. Outro elemento importante nessa distinção terá sido a colocação de um revestimento em termolaminado nos tamos das secretárias, *“que pela sua duração e fácil limpeza, se está impondo como sendo o mais indicado estes casos, evitando a aplicação de frágeis placas de vidro”*⁴²⁶. Os restantes elementos decorativos, como os tapetes a colocar no gabinete do diretor, na antecâmara e na sala de espera, deveriam ser de produção local, naturalmente,

⁴²³ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957.

⁴²⁴ Seria utilizado o mogno bissilon, *“(..)* que se impõe pela qualidade e duração e ainda pela sua bela vergada que a aplicação do polimento (envernizamento celuloso) mais valorizará. Talvez tivéssemos podido escolher uma madeira metropolitana, como por exemplo a de carvalho, mas esta, além de ser mais cara, não se presta ao polimento e não nos daria o efeito desejado pelo que não hesitámos em preferir o mogno Bissilon, madeira também nacional proveniente da nossa província da Guiné (...).” (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957).

⁴²⁵ Nestas seria empregue a madeira de castanho: *“Esta madeira da região do Minho, não existindo em grandes quantidades e sendo um pouco mais cara, tem vantagens sobre a de outras regiões pois é de fibra mais direita, mais isenta de manchas e revessos e menos quebradiça quando bem seca (...).”* (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957).

⁴²⁶ *“Para mais, dão estes materiais a facilidade de escolha, entre grande variedade de cores e desenhos daqueles que melhor se harmonizem com as madeiras dos móveis em que vão ser aplicados (...).”* (PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957).

provenientes de Arraiolos ou da zona do Alto Alentejo, tal como os reposteiros, que deveriam ser executados em tecidos locais, considerados os mais apropriados⁴²⁷ e os complementos finais necessários para a composição pretendida.

As restantes instalações, em especial as zonas técnicas e administrativas (fig. 98), deveriam acompanhar a estética escolhida, numa adaptação às funções que ali seriam exercidas (figs. 99 a 103). Os modelos não diferem de outros colocados noutras secretarias ou serviços públicos, mas destacam-se pelos elementos decorativos integrados. Secretárias, mesas de apoio, cadeiras giratórias para dactilografia, com braços e sem braços, sofás, poltronas, cadeirões, todas as peças necessárias ao adequado funcionamento dos serviços foram especialmente desenhadas e executadas, e todas elas em aparente harmonia com o ambiente onde se inseriram.

Estas peças não sendo formalmente inovadoras – a linha *Sacavém* produzida pelos Móveis Olaio e desenhada por José Espinho em 1946⁴²⁸, já referida, tinha desenvolvido propostas muito semelhantes, embora o seu contexto doméstico excluísse determinados modelos, como as cadeiras com pé rotativo e as secretárias –, receberam aqui alguns ajustes decorativos para uma maior afinidade com o seu enquadramento. A este conjunto adicionaram-se mesas de trabalho, secretárias, mesas de reunião, cadeiras sem braços, estiradores, armários simples e embutidos que foram comungando dos mesmos recursos materiais e decorativos, concretizando a sistematização necessária a este universo de trabalho, contemplando todas as funções e hierarquias. O fornecimento foi adjudicado à Fábrica Calvário⁴²⁹, em 1957, e a sua receção definitiva feita pela CAM em 1961⁴³⁰.

O gabinete do diretor (fig. 104) assumiu uma atitude de maior respeito e seriedade, visível na escolha de uma madeira mais escura (mogno bissilon), mas também pelos modelos propostos – sofás individuais (fig. 107), cadeiras (fig. 109), secretária, armários e mesas de apoio desenhados especificamente para aquela sala (fig. 106). A abordagem totalizante do autor ao espaço proporcionou ainda o desenho de elementos tão particulares como o punho do regulador de fumo da lareira (fig. 121), apropriadamente executado à semelhança da cabeça de um cavalo. O confronto entre a perspetiva de Eduardo Moreira Santos para aquele gabinete e o registo que dele fizemos na nossa primeira visita, em

⁴²⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957.

⁴²⁸ Cf. Nuno Caniça, “Cronologia de Produção” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 34; e *José Espinho. Vida e Obra*, MUDE, 2017, pp. 127-139.

⁴²⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 23.09.1957.

⁴³⁰ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 16.10.1961.

2013, permitiu-nos verificar que não haviam sido feitas alterações substantivas ao mobiliário e à sua implantação desde a inauguração, e confirmar as opções tomadas para esse espaço.

O processo de instalação de instituições como esta, de conjuntos funcionais que se compõem de diversos edifícios e que se dispersam por consideráveis áreas, concretizou-se na maioria das vezes por fases sucessivas e, por isso, a aquisição de mobiliário e equipamento para aqueles serviços teve necessariamente de acompanhar esse ritmo. Nesse sentido, e apesar de existir um programa geral de instalação, os diferentes contextos institucionais e orçamentais a cada um desses momentos pode ter condicionado de forma significativa a seleção do mobiliário e equipamento. Parece-nos mesmo que poderá eventualmente residir aqui uma das justificações para a existência de desenhos como os da fig. 95, que informam apenas que seriam para “Alter” e cujas peças não foram encontradas nas visitas realizadas – surgem assim como elementos soltos, que aparentemente não integraram uma proposta mais estruturada, mas que, no entanto, remetem para aquele conjunto. Por outro lado, à medida que a instalação progredia, as necessidades de cada serviço podiam ser revistas e novos móveis ou soluções podiam ser adicionados, o que poderá explicar, por exemplo, a existência de desenhos como o da fig. 123, também da autoria de Eduardo Moreira Santos, que mostra o cadeirão n.º 25, as mesas 8A e 8B (tipo secretária) e a mesa com espelho n.º 35, peças que foram identificadas e que se encontravam em uso, embora certamente já não na sua localização original. Estas propostas, ao contrário das referidas anteriormente, parecem partilhar as mesmas características que os restantes móveis dos serviços técnicos e administrativos, numa coerência estilística que deixou claro que conjunto pretendiam complementar. Estes desenhos revelam ainda a inclusão de pormenores técnicos, informação mais rigorosa no que à sua construção dizia respeito, o que possibilitava a sua transferência imediata para o fabricante. Apesar de não existirem desenhos de pormenor relativos às várias perspetivas submetidas, Eduardo Moreira Santos informava, na memória descritiva, que *“oportunamente serão feitos os desenhos definitivos dos móveis e respectivos pormenores de execução”*⁴³¹. Fica por esclarecer se os mesmos foram efetivamente elaborados, mas dada a prática comum de transferir essa parte do projeto para o fabricante, a sua ausência não parece significativa.

⁴³¹ Cf. PT DGEMN: DSARH-005/023-4802/11, 27.05.1957.

Por outro lado, os desenhos para os candeeiros da sala de reuniões (fig. 117) terão ficado apenas como sugestões, uma vez que as peças que se encontraram *in situ* não revelam qualquer semelhança com os primeiros. Já as lanternas colocadas no exterior do edifício dos serviços administrativos denunciam uma relação direta com o que se encontrou em arquivo, e em maior concordância com o que havia sido projetado para o interior dos serviços, embora não estejam datados e apenas um deles tenha a assinatura de Eduardo Moreira Santos.

*

Esta intervenção representou, tal como caso da Estação Agronómica Nacional, em Sacavém, o estabelecimento de uma relação entre o projeto de mobiliário e equipamento fixo e o contexto, funcional e geográfico, e que se refletiu nos desenhos propostos e nas opções estéticas e formais seguidas. Por outro lado, a CAM foi chamada a participar para a casa do diretor, enquanto que o projeto de mobiliário para os restantes edifícios envolveu apenas o seu parecer, apesar de todos eles terem sido edifícios construídos de raiz. Desconhece-se a razão para esta diferenciação, que a documentação consultada não nos permitiu esclarecer.

Uma outra realidade dos fornecimentos de mobiliário para serviços públicos ficou visível nesta intervenção. Processos de instalação mais prolongados poderão ter promovido aquisições realizadas à margem do plano inicial ou ainda fora do contexto institucional da DGEMN. A confrontação entre objetos e desenhos revelou um desacerto entre os dois grupos, onde alguns deles não permitiram uma correspondência direta, abrindo assim possibilidade a que a tutela daquele conjunto funcional possa ter recorrido aos seus próprios serviços para completar ou complementar o mobiliário existente.

2.2.4 Laboratório do Serviço de Fomento Mineiro (delegação São Mamede Infesta, Porto)

O Serviço de Fomento Mineiro (SFM), dependente da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, foi criado em 1939⁴³² e tinha como missão o reconhecimento, prospeção e pesquisa dos recursos minerais de Portugal continental. Uma das suas atribuições consistia na identificação de jazidas minerais com interesse de exploração por iniciativa privada, numa relação indiscutível com a promoção da indústria nacional. Dadas as funções associadas, foi desde logo considerada essencial a construção de um laboratório, dedicado em exclusividade ao organismo e comprometido com a sua missão⁴³³. As expectativas em torno da sua criação eram elevadas, como todas aquelas que rodeavam intervenções dedicadas à investigação científica, em particular as que poderiam permitir ao país aspirar por uma posição de algum destaque no contexto do desenvolvimento europeu, ainda mais quando o equipamento científico que iria integrar aquele moderno laboratório havia sido adquirido ao abrigo do Plano Marshall⁴³⁴.

As diligências para a sua concretização arrancaram em 1947, mas a uma velocidade que comprometia seriamente o financiamento que, não sendo devidamente aplicado, teria de ser devolvido⁴³⁵. Era por isso imperativo avançar com a sua concretização e definir rapidamente uma estratégia de instalação. A opção pelo Porto decorreu da natural concentração de minério naquela região do país, assim como dos serviços nacionais de Fomento Mineiro que ali se haviam estabelecido⁴³⁶. Para o efeito adquiriram-se os terrenos fabris pertencentes à Fábrica Metalúrgica de Acessórios e Ferramentas Ld.^a, situados na Amieira, Monte dos Burgos, perto da Estrada da Circunvalação no Porto⁴³⁷, cujas estruturas existentes permitiam contemplar um projeto

⁴³² Cf. DL n. ° 29725, 28.06.1939.

⁴³³ Este serviço, com os seus laboratórios e gabinetes, esteve inicialmente instalado num prédio arrendado na Rua de Santos Pousada, no Porto, com um projeto de mobiliário de inspiração Art Déco e do qual ainda se podiam encontrar alguns exemplares por altura da visita realizada, em 2013, ao complexo da Amieira (João Paulo Martins, *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, p. 14 e PT DGEMN: DREM 0621/25, 18.12.1958).

⁴³⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/142-3830/09, 17.10.1955.

⁴³⁵ “(...) tornava necessário instalar o material recebido da América do Norte e havia perigo de perdê-lo ou, pelo menos, os EUA poderiam vir a exigir do Estado Português o reembolso, em dólares livres, daquele material a que não tivesse sido dada aplicação imediata (...)” (PT DGEMN: DSARH 005/142-3830/09, 17.10.1955); o material terá custado cerca de seis mil contos e foi recebido entre 1951 e 1952 (PT DGEMN: DREM 0621/25, 15.12.1958).

⁴³⁶ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/142-3830/09, 17.10.1955.

⁴³⁷ Aquisição concluída em setembro de 1955 (PT DGEMN: DSARH 005/142-3830/09, 17.10.1955).

de adaptação, solucionando a questão a curto prazo e com a intervenção e apoio da DGEMN⁴³⁸. Assim, o “*pavilhão, género fabril, com cerca de 65,60 m de comprimento por 18 de largura, construído em paredes de perpeanho, estrutura de betão armado, cobertura de fibrocimento sobre asnas Shed, também de betão armado*” poderia ser “*adaptado para a instalação de uma parte dos serviços tais como as oficinas, armazéns e possivelmente os fornos*”⁴³⁹, deixando para um segundo momento a construção de um “*laboratório de investigações e o edifício das Repartições, dando prioridade ao primeiro e deixando o segundo para mais tarde*”⁴⁴⁰. A urgência em concluir a instalação daqueles equipamentos implicava um projeto que conciliasse a adaptação de estruturas existentes e a construção de outras, mas que resultasse numa proposta capaz e equilibrada. A DGEMN, através dos seus serviços regionais do Norte, foi convocada a organizar todo o processo, com o apoio natural dos serviços envolvidos.

A proposta foi organizada em três fases: numa primeira, previu-se a adaptação dos edifícios existentes a oficina de preparação mecânica de minérios e laboratórios anexos, a construção de um armazém central e cabine transformadora de energia, concretizando dessa forma a instalação definitiva dos equipamentos adquiridos através do Plano Marshall⁴⁴¹; na segunda fase, seria construído o edifício principal, para a direção e para os serviços técnicos centrais e de investigação⁴⁴²; e, por último, a edificação de estruturas como garagem, oficinas, cantina, e instalação do guarda, entre outras, menos prioritárias mas igualmente necessárias⁴⁴³.

Com a primeira fase executada entre 1956 e 1957⁴⁴⁴, a segunda arrancou logo de seguida com um programa delineado pelo SFM⁴⁴⁵ e mantendo a DGEMN na administração do projeto. O arquiteto responsável⁴⁴⁶ e o químico analista indicado para o

⁴³⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/142-3830/09, 17.10.1955.

⁴³⁹ *Ibidem*.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

⁴⁴¹ Projeto foi aprovado pelo MOP em novembro de 1956 (PT DGEMN: DREM N 0110/11).

⁴⁴² Anteprojeto com parecer da Comissão de Revisão a 15 de abril de 1958 (PT DGEMN: DSC 0292/73); as obras de construção decorreram entre 1959 e 1963 (PT DGEMN: DREM N 0542/09, 03.07.1963) e o complexo foi inaugurado em julho de 1963, com a presença do Presidente da República.

⁴⁴³ Cf. PT DGEMN: DSC 0292/73, 15.04.1958; os estudos para esta fase decorreram entre 1963 e 1966 (PT DGEMN: DREM N 0542/09, 03.07.1963) e as obras de construção ficaram concluídas em 1968 (PT DGEMN: DSC 1292/073, 26.01.1968).

⁴⁴⁴ Cf. PT DGEMN: DREM N 0621/25, 15.12.1958.

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ A documentação refere apenas que o “projecto foi elaborado pelo serviço interessado, em colaboração com os técnicos desta direcção [DENN]” (PT DGEMN: DSC 1292/073, 30.06.1961). “Ao Arquitecto António Linhares de Oliveira, que ingressou na Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos com a categoria de desenhador e conseguiu, sem prejuízo dessas funções que passou a exercer no Serviço de Fomento Mineiro, concluir curso de Arquitectura, ficou a dever-se o projecto das excelentes instalações em

acompanhar levaram a cabo várias visitas⁴⁴⁷ a edifícios com funções semelhantes em Portugal para que, “*aproveitando os ensinamentos que se podem colher em laboratórios já existentes*”, como o “*Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Junta de Energia Nuclear, a CUF, Tramagal, Oliva e Braço de Prata*”⁴⁴⁸, um projeto mais informado e capaz dali resultasse. A construção deste edifício deveria “*valorizar a já substancial quantidade e qualidade de edifícios públicos no Norte do País*”⁴⁴⁹, para além do impacto que se esperava que tivesse no “*aspecto da Economia Nacional quer no cultural, não esquecendo a sua projecção além-fronteiras*”⁴⁵⁰. Mesmo as alterações mais tarde introduzidas ao projeto inicial decorreram da revisão e atualização promovidas pelo SFM, para que o laboratório que se projetava pudesse de facto encontrar um lugar no universo científico internacional. Esta reformulação resultou de visitas realizadas por técnicos do SFM a instituições congéneres na Alemanha e na França, identificando equipamentos e soluções arquitetónicas⁴⁵¹, mas também de formação desenvolvida no estrangeiro⁴⁵², que dessa maneira permitiram reunir o conhecimento necessário.

O projeto de mobiliário e equipamento para a primeira fase foi entregue ao arquiteto Eduardo Coimbra de Brito⁴⁵³, que à data colaborava com os serviços regionais do Norte da DGEMN ainda enquanto tarefeiro⁴⁵⁴, tendo por isso de apresentar uma proposta em nome próprio. Para a segunda fase foi escolhido o arquiteto António Linhares

S. Mamede de Infesta, inauguradas, em 1964” (<http://vivenciasmineiras.blogspot.com/2012/05/197-um-novo-plano-mineiro-nacional.html>, acesso a 10.11.2020).

⁴⁴⁷ As datas precisas destas visitas não são conhecidas, mas o documento que as refere data de setembro de 1960 e informa que “(...) ainda recentemente o arquitecto que projectou o edificio e o químico analista Costa Oliveira visitaram alguns laboratórios nacionais (...)” (PT DGEMN: DREM 0417/05, set.1960).

⁴⁴⁸ Cf. PT DGEMN: DREM 0417/05, set.1960.

⁴⁴⁹ Cf. PT DGEMN: DREM 0008/20 [out.1961].

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

⁴⁵¹ “(...) teve oportunidade o Serviço do Fomento Mineiro de enviar o geólogo que trabalha nesse laboratório em missão oficial à Alemanha e França, onde teve ocasião de visitar diversos laboratórios e colher ensinamentos e ideias acerca das suas instalações. Ao mesmo tempo resolveu a direcção do Serviço aproveitar todos esses ensinamentos orientando o estudo da mineralogia e petrologia conforme as exigências actuais, adquirindo equipamento de microscopia altamente especializado, e estudando desde logo, em pormenor, a já prevista aparelhagem (...)” (PT DGEMN: DSC 1292/073, 30.06.1961).

⁴⁵² Estágios desenvolvidos por técnicos do SFM no Centre d’Etudes et Recherches des Charbonnages, França (criado em 1947) e no Institut d’Hygiene des Mines, em Hasselt, Bélgica (PT DGEMN: DSC 1292/073, 30.06.1961).

⁴⁵³ Proposta de Eduardo Coimbra de Brito de 26 de setembro de 1958, com despacho do MOP de 1 de outubro de 1958 autorizando a adjudicação do projeto (PT DGEMN: DREM 0418/01).

⁴⁵⁴ Eduardo Jorge Peixoto Coimbra de Brito (1930 - 1999), diplomado em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1957 (CODA, 31.12.1957, <https://hdl.handle.net/10405/48096>), iniciou a sua colaboração com a Direcção de Edifícios Nacionais do Norte em 1958, enquanto tarefeiro, passando a integrar os quadros da instituição no ano seguinte. No seu relatório de atividade relativo ao ano de 1959, vem registada a sua participação em diversos projetos de mobiliário daquela direcção de serviços, em particular a do Serviço de Fomento Mineiro (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0393/01).

de Oliveira⁴⁵⁵, técnico do Serviço de Fomento Mineiro⁴⁵⁶, e que ainda não teria concluído a sua formação no momento do seu envolvimento nesta obra⁴⁵⁷. Todo o projeto, nestas duas fases, foi dirigido e fiscalizado pelos serviços regionais, em estreita colaboração com os técnicos da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, na definição das questões de funcionamento específicas deste tipo de laboratório e das necessidades concretas associadas.

Linhares de Oliveira havia já sido chamado a participar no projeto de arquitetura do edifício principal, executando diversos desenhos de pormenor, uma vez que o serviço regional da DGEMN se debatia com falta de pessoal e não conseguia dar o seguimento adequado àquela obra, solicitando-se por isso a colaboração de profissionais externos à DGEMN para a concretização de determinadas tarefas⁴⁵⁸. Enquanto arquiteto estagiário envolveu-se desde cedo no projeto do laboratório, ficando como único responsável pelo mobiliário e equipamento da segunda fase, como o atesta a informação que o mesmo elaborou sobre as orientações a seguir sobre aquela área de projeto⁴⁵⁹ e pela sua assinatura nos desenhos que integram esse segundo momento da intervenção. Pelo facto de a conceção ter sido faseada, seria importante, em seu entender, procurar uma uniformidade e coerência entre os dois momentos, criando “*um ambiente similar aos técnicos que prestam serviços quer nas instalações das oficinas, quer nos gabinetes do edifício principal*”⁴⁶⁰. A apreciação do projeto de mobiliário feita pela Direcção Geral das Minas e Serviços Geológicos reforçou a importância e a qualidade da colaboração entre as duas instituições – móveis “*perfeitamente estudados e delineados de modo a satisfazerem às suas utilizações*”⁴⁶¹, resultado de um “*trabalho de cooperação e colaboração*”⁴⁶². Mais uma vez, a participação dos técnicos do Serviço na definição do programa para as instalações laboratoriais foi entendida como essencial para o desenvolvimento de uma proposta competente e adequada.

⁴⁵⁵ Cf. PT DGEMN: DREM N 0008/20, out.1960.

⁴⁵⁶ “Ao Arquitecto António Linhares de Oliveira, que ingressou na DGMSG com a categoria de desenhador” (<http://vivenciasmineiras.blogspot.com/2012/05/197-um-novo-plano-mineiro-nacional.html>, acesso a 10.11.2020).

⁴⁵⁷ O projeto para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), *Uma Moradia para Sesimbra*, data de 31 de maio de 1966 (<https://hdl.handle.net/10405/48261>, acesso a 06.11.2020) e é referido na documentação associada como arquiteto estagiário (PT DGEMN: DREM N 1663/01, 27.03.1961).

⁴⁵⁸ Cf. PT DGEMN: DREM N 0417/05, nov.1959.

⁴⁵⁹ Cf. PT DGEMN: DREM N 0008/20, out. 1960.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ Cf. PT DGEMN: CAM 0358/02, 1961.

⁴⁶² *Ibidem*.

A CAM foi chamada a dar o seu parecer já os projetos haviam sido desenvolvidos e submetidos às restantes entidades⁴⁶³. De novo esta Comissão deixou transparecer as suas linhas orientadoras enquanto estrutura que tinha como premissa a seleção e aquisição de mobiliário para serviços públicos: o “*presente mobiliário foi estudado fora do espírito de economia em vigor. [Propõe-se] a substituição de todo o mobiliário estudado por mobiliário de série, exceptuando o que diz respeito ao gabinete do diretor e sala de sessões e uma peça ou outra de natureza especificamente funcional; [e] a substituição das madeiras mais ricas (sucupira e teca) por madeira de andiroba*”⁴⁶⁴. Apesar de se considerar o projeto bem elaborado, a questão economicista emergiu, mais uma vez, como o argumento mais relevante e determinando toda a sua atuação. Para o cumprimento desse preceito, o mobiliário de produção em série seria a solução natural para uma intervenção deste género, e não um projeto desenhado especificamente para aquelas funções, como o que tinha sido desenvolvido. Parece estar aqui subjacente a ideia de que, para aquele serviço e para aquela função, o que se encontrava disponível no mercado seria mais do que adequado, não sendo necessário despender recursos adicionais na definição de todo um novo conjunto de objetos. A CAM não penalizou o projeto pela sua eventual falta de qualidade; bem pelo contrário, destacou a sua uniformidade e homogeneidade com uma linha geral característica, “*sobretudo pelos pés comuns à quase totalidade dos móveis*”⁴⁶⁵; mas considerou desadequada uma proposta desta qualidade para o serviço a que estava destinada. A sua apreciação relativamente ao mobiliário metálico seguiu a mesma orientação, propondo ainda que o caderno de encargos permitisse a apresentação, por parte dos concorrentes, de propostas que pudessem ser mais baratas, desde que seguindo as orientações gerais definidas para aquelas áreas.

Apesar da uniformidade e coerência formal, elementos bastante valorizados pela CAM, o facto de o projeto não ter sido estudado visando “*a absoluta sobriedade que se impõe aos serviços públicos e o inerente espírito de economia*”⁴⁶⁶, não permitiu a sua aprovação pela Comissão, tal como se encontrava. O seu parecer foi assim no sentido de uma redução generalizada – na qualidade dos materiais, simplificando soluções e modelos, recorrendo à produção em série por fabricantes nacionais – optando por manter a integridade por setores, ainda que pudesse comprometer o conjunto na sua globalidade:

⁴⁶³ A CAM só neste momento toma conhecimento do projeto relativo à primeira fase (PT DGEMN: CAM 0402/17, 21.11.1961).

⁴⁶⁴ Cf. PT DGEMN: CAM 0402/17, 21.11.1961.

⁴⁶⁵ Cf. PT DGEMN: CAM 0358/02, 23.12. 1961.

⁴⁶⁶ Cf. PT DGEMN: CAM 0358/02.

“afigura-se que não há inconveniente em desrespeitar a linha geral do mobiliário contanto que para a mesma dependência seja adjudicado o mesmo tipo de móveis e ainda, portanto, que eles difiram de dependência para dependência”⁴⁶⁷. De novo, saiu reforçada uma orientação essencialmente economicista, em que a contenção de despesas emergiu como elemento determinante nestas intervenções, propondo-se mesmo a adjudicação por conjuntos mais baixos ou por dependências, colocando em causa a coerência estética e formal da instalação, num procedimento que se sabia ser prejudicial para a qualidade dos fornecimentos e da instalação.

Apesar de não ser tão específico na sua avaliação do mobiliário, também o ministro das Obras Públicas à data, Eduardo Arantes e Oliveira, quando analisou o projeto na sua totalidade, para além das apreciações que fez relativamente a certas soluções arquitetónicas, não deixou de registar as suas dúvidas sobre o projeto de mobiliário, não tanto no que dizia respeito à sua qualidade, mas em particular sobre os custos subjacentes⁴⁶⁸. Mais uma vez, pelo que se depreende das palavras da tutela, uma instalação dedicada a atividades de investigação científica não justificaria um investimento tão significativo na qualidade do seu mobiliário e muito menos nos seus elementos decorativos, entendendo-se mesmo que demasiada atenção a essa dimensão podia, de certa forma, pôr em causa a eficiência e funcionamento daquelas instalações. Dada a qualidade e o desenho dos objetos ainda hoje existentes, *in situ* e em uso, estas apreciações revestem-se de um interesse acrescido pela contradição que encerram. Ainda que este seja um edifício sujeito a um acesso condicionado do público, podendo por isso optar por linguagens e modelos diferentes, este laboratório de investigação científica assumiu uma orientação bastante particular não só para as zonas comuns e de circulação, como também para os gabinetes de trabalho.

As zonas de circulação e áreas comuns são aquelas que se destacam pela sua clara inspiração noutras linguagens europeias que, por aquela altura, representavam referências com larga difusão e aceitação no design de mobiliário, resultando por isso num conjunto bastante eclético: combinavam-se as referências formais italianas, na complexidade

⁴⁶⁷ Cf. PT DGEMN: CAM 0358/02, 23.12.1961.

⁴⁶⁸ “Será necessária a passagem coberta? E o terraço? Não haverá excesso de áreas? Tratando-se de instalação predominantemente industrial não é de considerar excessivo o preço médio encarado? Não é exagerado o custo atribuído ao arranjo exterior? E ao mobiliário?” (PT DGEMN: DREM 0008/20, 09.09.1964).

geométrica e nos detalhes construtivos, e as escandinavas, na elegância das estruturas⁴⁶⁹. Parece ter havido uma opção clara por modelos que materializassem a modernidade que aquele laboratório em particular pretendia veicular. Cadeiras como a Q4 (fig. 135) encontram paralelos na produção escandinava da época, como o modelo ST 750, concebido por Arne Wahl Iverson (1927-2016), e produzido durante a década de 1960 (fig. 137). A leveza e elegância do exemplar escandinavo perde-se em parte na peça concebida por Linhares de Oliveira, mas a relação parece-nos clara. Para além das opções estéticas, estas peças foram ainda concebidas dentro de uma visão pragmática – podiam ser empilhadas, facilitando a sua arrumação e manuseamento, revelando uma versatilidade que encaixava nas atribuições da instituição.

No que diz respeito aos espaços laboratoriais e de carácter mais técnico, parece ter havido uma preocupação em adequar as propostas à sua funcionalidade, em especial no que se prendia com o comportamento dos materiais a usar na construção dos equipamentos fixos. A especificidade das experiências ali desenvolvidas obrigava a um cuidado acrescido na escolha desses elementos e um estudo e revisão mais aturados revelavam-se obrigatórios. Nesse sentido, e como referiram os técnicos envolvidos, as primeiras propostas divergiram das últimas, exatamente no amadurecimento entretanto conseguido na identificação dos materiais mais adequados aos laboratórios, tentando compreender quais as suas características e onde poderiam ser encontrados. A especificidade destas tarefas impediu ainda, e ao contrário dos procedimentos de escolha das matérias-primas para os restantes equipamentos e mobiliário, quaisquer alterações e substituições ao abrigo de contenções orçamentais – teriam de ser aqueles e apenas aqueles a empregar, correndo o risco de comprometer os trabalhos que ali iriam ser desenvolvidos⁴⁷⁰.

A primeira fase da empreitada de mobiliário foi adjudicada à empresa Madeiras e Móveis Ld.^a⁴⁷¹. Já a segunda fase, da responsabilidade da CAM, viu adjudicada às firmas Belmiro de Oliveira Carvalho, Fábrica da Granja, o gabinete da direção, sala de reuniões e sala de conferências; à L. Costa, um vestiário; à Movélia, a sala de raios X e um vestiário; à Madeiras e Móveis Ld.^a, o PBX, o gabinete de engenheiro adjunto, a sala de

⁴⁶⁹ Cf. João Paulo Martins, “Velhos Tipos, Novas Geografias, Novas Geometrias” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, p. 46.

⁴⁷⁰ Cf. PT DGEMN: CAM 0402/16, 12.03.1963.

⁴⁷¹ Cf. PT DGEMN: DREM 0418/01, 1958.

visitas, vários gabinetes, o gabinetes do pessoal técnico das brigadas, a câmara escura, vestiários e o gabinete do operador; à Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, o arquivo temporário de amostras e estudos e vários outros gabinetes; à Sociedade de Máquinas de Contabilidade, cadeiras giratórios e móveis arquivadores; à Molin – Mário Lino, o gabinete do chefe de desenho; à Sano-Técnica, a secretaria e o arquivo; e à Sociedade de Máquinas e Sistemas de Contabilidade, a sala de desenho, a pantografia e outros elementos relativos ao arquivo⁴⁷². Esta extensa lista de empresas e fornecedores e sua distribuição por áreas e espaços funcionais confirma a concretização de parte do parecer elaborado pela CAM, com as adjudicações fragmentadas pelos espaços, e não pelo tipo de mobiliário ou material, não permitindo que uma só empresa pudesse fornecer a totalidade da proposta, ou determinados tipos de peças ou objetos. Esta abordagem terá eventualmente contribuído, parece-nos, para agilizar a entrega da obra ao seu utente, distribuindo os fornecimentos por vários fabricantes e não deixando num só a responsabilidade da entrega da totalidade, o que teria aumentando consideravelmente a possibilidade de falha nos prazos. Contudo, essa dispersão poderia comprometer de forma séria a homogeneidade do conjunto e a visão integrada daqueles espaços, ainda mais quando se percebe que os desenhos existentes em arquivo, muito provavelmente os únicos então apresentados a concurso e entregues aos adjudicatários, não contemplam quaisquer anotações técnicas e que o respetivo caderno de encargos especificava apenas os materiais e seus acabamentos. Mais uma vez, a prática corrente de não elaboração ou submissão de desenhos técnicos para execução das peças, que deixava ao adjudicatário a concretização dessa parte do processo, reforça o papel essencial e determinante dos gabinetes técnicos das fábricas de mobiliário.

A empreitada não parece ter sofrido com essas condicionantes, mantendo em grande medida a sua integridade, mesmo entre os diferentes edifícios. No entanto, se certas peças resultaram mais equilibradas e inovadoras, outras parecem mais desadequadas no porte e no conforto. Numa análise mais pormenorizada dos desenhos existentes, os que se referem à primeira fase de instalação, da responsabilidade de Coimbra de Brito, ainda que em coautoria com Linhares de Oliveira, a escala e comodidade parecem menos articuladas, em especial nos móveis de assento, como os cadeirões dos modelos 9 e 10 (figs. 139 e 141). Não obstante todo o esforço e investimento em projeto e prototipagem, este parece-nos desajustado quando sabemos

⁴⁷² Cf. PT DGEMN: CAM 0358/09, [1963].

que foram produzidos apenas dois exemplares de cada modelo. Já os executados exclusivamente por Linhares de Oliveira, relativos à segunda fase, parecem mais seguros, mais consolidados nas suas opções estéticas, nas proporções, materiais e acabamentos, características que as peças parecem comprovar.

A terceira fase do processo de instalação manteve-se sob orientação dos serviços regionais da DGEMN, na sua conceção e execução, sendo a CAM de novo chamada a dar o seu parecer e a orientar o processo de aquisição de mobiliário e equipamento⁴⁷³. Os desenhos da mobília de quarto que integram a coleção associada ao Serviço de Fomento Mineiro correspondem certamente à instalação da casa do guarda, um dos espaços que tinha ficado reservado para a fase final do processo. As propostas não se encontram assinadas, embora façam referência ao serviço produtor (Direção dos Edifícios Nacionais do Norte), com datas que integram o período temporal (1965-1966) de execução desta fase da obra.

*

Este caso permite-nos analisar uma intervenção com a colaboração direta de técnicos do serviço para o qual estava a ser realizada a instalação, sempre com a supervisão da CAM, que garantiu o desenvolvimento do processo administrativo e emitiu também os seus pareceres. Mantendo-se fiel aos seus princípios orientadores, os critérios economicistas transpareceram e determinaram a sua avaliação do projeto, deixando ausentes apreciações de cariz estético. A opção por linguagens mais modernas foi por isso um elemento diferenciador – e, ainda que em sintonia com os tempos e os gostos, marcando vincadamente uma viragem face ao período anterior, não foi determinante no processo de aprovação.

Ao contrário do exemplo do Instituto de Odivelas, a adjudicação por salas, promovida pela própria Comissão, não parece ter comprometido a visão do autor e a coerência formal dos conjuntos, tendo funcionado efetivamente como expediente na agilização do processo de instalação do serviço.

⁴⁷³ Cf. PT DGEMN: DSC 1292/073, 02.12.1966.

2.2.5 Pousada de São Teotónio (Valença do Minho)

O programa das Pousadas de Portugal⁴⁷⁴, estruturado em finais da década de 1930, ganhou um novo fôlego nos anos de 1950. Implementado pelo Secretariado de Propaganda Nacional (designado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, a partir de 1945)⁴⁷⁵, em estreita articulação com a DGEMN, tinha como objetivo dotar o País de unidades hoteleiras de qualidade e representativas da sua variedade geográfica e cultural.

De uma fase inicial, mais tradicionalista⁴⁷⁶, em que a Pousada foi entendida como uma casa, um lar, onde os turistas seriam como que convidados, disponibilizando poucos quartos e ainda sem o conceito de usufruto do espaço coletivo do edifício enquanto tal, evoluiu-se para uma ideia de turismo mais moderno, que pretendia oferecer uma experiência mais abrangente, definida pelo contexto regional escolhido, e que pressupunha o usufruto das especificidades da região – paisagens, gastronomia e artesanato. Nesse sentido, a evolução que a prática arquitetónica sofreu em Portugal neste período foi ao encontro dessa renovada ideia de turismo e as entidades responsáveis pelas pousadas, sentindo essas mudanças, chamaram a intervir jovens arquitetos alinhados com as conclusões do Congresso Nacional de Arquitetura (1948)⁴⁷⁷, com a Carta de Atenas

⁴⁷⁴ A obra de Susana Lobo permanece uma das leituras fundamentais para a compreensão do programa e da sua evolução (Susana Lobo, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitetura Portuguesa do século XX*, 2006).

⁴⁷⁵ Cf. Jorge Ramos do Ó, “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/ Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)/ Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, 1996, pp. 893-896.

⁴⁷⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre esta perspetiva, vide Carlos Bárto, “*É uma casa portuguesa, com certeza! É, com certeza, uma casa portuguesa!*”: *desenho de interiores e de mobiliário, o lar português divulgado pelo SPN/SNI (1933-1949)*, tese de doutoramento em Design, Universidade Lusíada de Lisboa, 4 vols., 2020;

⁴⁷⁷ Organizado pelo Sindicato Nacional de Arquitetos foi um momento-chave da evolução da prática arquitetónica em Portugal, colocando-a em sintonia com o que se pensava e fazia no resto da Europa, formalizando uma rutura com produção por encomenda oficial. Ver também a publicação de Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP, 1997 e a revista *Revelar o Património: 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948-2018. Coleção Forte de Sacavém*, Lisboa, DGPC, n.º 1, 2019.

(1931 e 1933)⁴⁷⁸ e comprometidos com o Inquérito à Arquitetura Tradicional Portuguesa (1955-1961)⁴⁷⁹.

Estabelecido em 1954, este segundo plano propunha 15 novas pousadas, entre novas construções e remodelações, alargando o programa a mais duas tipologias - para além das Regionais, que sofriam uma renovação conceptual, passariam a existir ainda as de Barragem e as da Série Beira-Mar. Esta diversificação tinha implícita uma intenção de alargamento no plano geográfico, mas também o reconhecimento dos recursos do país, neste caso em particular dos hídricos. As pousadas de Barragem resultariam de adaptações e reformulações de estruturas pré-existentes, edifícios erigidos para acolher os engenheiros e demais pessoal durante as obras de construção dessas estruturas; e as da Série Beira-Mar seriam construídas em zonas costeiras, capitalizando o crescente interesse pelo turismo de praia e de usufruto das orlas marítimas – Aveiro, Nazaré, Portinho da Arrábida e Sagres foram as localidades escolhidas, das quais apenas duas seriam construídas⁴⁸⁰.

As Pousadas Regionais, apesar de manterem a sua denominação, procuraram responder a novas necessidades e exigências, em particular de integração no território, claramente em linha com as diretrizes da Carta de Atenas e do Inquérito, e não mais uma oportunidade de interpretação de um regionalismo pitoresco que caracterizou o momento anterior⁴⁸¹. Talvez tenha sido essa a razão para as dificuldades que tiveram em concretizar-se, com os arquitetos responsáveis a apresentarem sucessivos estudos até à sua aprovação final, adiando em alguns anos a construção dos edifícios e comprometendo a atualidade das propostas iniciais. Ao arquiteto Manuel Tainha (1922-2012) seria entregue a de Oliveira do Hospital; a João Andresen (1920-1967), a de Valença do Minho, a Francisco Blasco, a de Castelo Branco; e a Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), a de

⁴⁷⁸ A Carta de Atenas, nas suas duas formulações (a de 1931 resultante do 1.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, e a de 1933, saída do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), pretendia servir de documento normativo para a intervenção urbana moderna, reconhecendo-se a cidade como um organismo funcional, onde todas as valências da vivência humana deveriam estar contempladas e resolvidas. Foi nesta carta que foi colocada, pela primeira vez, a questão da preservação do património arquitetónico e da necessária articulação entre a cidade e os seus monumentos; (<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, 19.05.2021).

⁴⁷⁹ Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, mobilizou equipas de arquitetos que se deslocaram por todo o país para a realização desse levantamento, sendo depois publicado, em 1961, sob a designação de *Arquitetura Popular em Portugal*.

⁴⁸⁰ Pousada do Infante, Sagres (projeto de arquitetura de Jorge Segurado, inaugurada em 1960) e Pousada da Ria, Aveiro (projeto de arquitetura de Alberto Cruz, inaugurada em 1960).

⁴⁸¹ Cf. Ana Tostões, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada São Teotónio” in *Monumentos*, n.º 12, março 2000, pp. 53-57.

Vilar Formoso. Destas quatro novas pousadas, apenas as duas primeiras seriam efetivamente construídas, e já tardiamente⁴⁸².

Estas propostas tinham subjacentes a prática de uma arquitetura moderna em estreita articulação com a tradição local, onde a implantação do edifício e a utilização de materiais locais seriam elementos a privilegiar. A revista *Arquitetura*⁴⁸³ publicou então um artigo no qual os arquitetos descreviam os respetivos anteprojetos e as suas motivações, deixando com isso transparecer o impacto que estas encomendas haviam suscitado e a possibilidade de inovação que lhes estava associada.

O projeto de João Andresen, que propunha a construção da pousada no interior do conjunto fortificado de Valença do Minho, foi o único a desenvolver-se em contexto histórico. A fortaleza já tinha recebido algumas campanhas de restauro ao longo das décadas de 1940 e 1950 (consolidação dos panos de muralha e demolição de vários edifícios no interior)⁴⁸⁴, estando por isso preparada para acolher uma intervenção desta categoria - o enquadramento para o novo edifício já se encontrava definido e o monumento limpo e destacado, pronto para ser valorizado. Para um arquiteto alinhado com as novas ideias sobre a prática da arquitetura, como fica claro pela leitura do referido artigo, esta proposta terá representado um importante desafio - um autor “*convictamente moderno*”⁴⁸⁵, chamado a reinterpretar e a atualizar o conceito de Pousada, no interior de uma fortificação setecentista.

O arquiteto João Andresen mostrou-se sempre sensível às questões de contexto e de integração no ambiente, propondo um edifício claramente moderno, que se demarcava do monumento, mas que o pretendia respeitar e mesmo valorizar, através da sua implantação, escala e dos materiais a utilizar. Os vários anteprojetos submetidos foram recolhendo indicações para revisão⁴⁸⁶, numa argumentação que assentou na aparente ausência de relação do novo edifício com o contexto monumental, onde a modernidade da proposta se sobreporia ao monumento e com isso anulando-o⁴⁸⁷. Relativamente aos

⁴⁸² A Pousada de Santa Bárbara, em Oliveira hospital, foi inaugurada apenas em junho de 1971.

⁴⁸³ Cf. “Quatro novas pousadas” in *Arquitetura*, n.º 62, Set. 1958, pp. 11-16.

⁴⁸⁴ Classificada como Monumento Nacional desde 1928 (Decreto n.º 15 178, 14.03.1928), recebeu obras de conservação e restauro entre 1939 e 1960, realizadas pela DGEMN (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3527, 18.05.2021).

⁴⁸⁵ Cf. Ana Tostões, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada São Teotónio” in *Monumentos*, n.º 12, março 2000, p. 54.

⁴⁸⁶ *Ibidem* pp. 53-57.

⁴⁸⁷ O segundo anteprojecto teria sido rejeitado por propor uma relação demasiado próxima com a fortaleza, em que a “pousada surgia assim imperceptível, fundida na horizontalidade da muralha” (Ana Tostões, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada São Teotónio” in *Monumentos*, n.º 12, março 2000, p. 55).

interiores, estes foram considerados demasiado formais e rígidos⁴⁸⁸, o que, no entender daqueles responsáveis institucionais, contrariava a ideia de um hotel mais acolhedor e de maior conforto que o programa pretendia implementar. Não obstante ambas as partes afirmarem ter subjacente o enaltecimento do monumento e das características da região, o entendimento que cada uma teve resultou certamente antagónico. O projeto para a Pousada que foi finalmente aprovado não implicou o abandono das premissas iniciais do autor, mas foi uma proposta que teve de se demarcar da envolvente monumental em vez de nela se fundir.

As entidades envolvidas no processo de apreciação e decisão, como já foi referido, foram a DGEMN e o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Neste caso, e devido ao contexto monumental, o Conselho Consultivo da Direcção-Geral teve também de se pronunciar sobre os anteprojetos, sendo este o responsável pelas dúvidas e interrogações levantadas ao projeto. À DGEMN coube ainda a responsabilidade da construção, da administração dos processos administrativos a ela associados, e a articulação entre os vários responsáveis institucionais, os autores e os fornecedores. A Direcção dos Serviços de Construção foi o serviço responsável pela parte da obra de construção civil (que delegou um acompanhamento mais próximo no serviço regional, que superintendia aquele território, a Direcção de Edifícios Nacionais do Norte) e a CAM supervisionou o processo de aquisição de mobiliário e equipamento. Todas as decisões a tomar ao longo de qualquer um dos processos, construção e mobiliário, teriam de contar sempre com uma validação final do SNI. As negociações entre as partes foram difíceis e seriam submetidos no total quatro anteprojetos de arquitetura. A entrega do projeto final teve lugar em 1956 e a construção da nova pousada ocorreu apenas em 1959.

Com a obra de construção civil em andamento, o arquiteto foi chamado a apresentar o respetivo projeto de mobiliário. Este, tal como o de arquitetura, tinha também de passar pela correspondente validação institucional, mesmo tendo sido elaborado desde o início em colaboração com o SNI, tal como era requerido. À CAM e ao SNI couberam então apreciações de carácter estético, sendo que a primeira tinha a responsabilidade acrescida da articulação do projeto com as cabimentações orçamentais.

⁴⁸⁸ Cf. Ana Tostões, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada São Teotónio” in *Monumentos*, n.º 12, março 2000, p. 55.

Em dezembro de 1960, após integração de algumas considerações tecidas pelos intervenientes institucionais⁴⁸⁹, o arquiteto entregou a memória descritiva do projeto de mobiliário, onde vemos reforçado o princípio de articulação entre antigo e moderno, “*em que, por contraste, uns e outros se valorizem mutuamente*”, argumento esse que havia já estruturado o projeto de arquitetura. Naquele texto, o autor começou por explorar a definição de Pousada que, para si, não “*é evidentemente, um museu de arte regional ou monumento de evocação histórica, nem tão pouco um catálogo de etnografia ou das possibilidades da indústria nacional, careira ou não*”⁴⁹⁰, nem “*um pequeno hotel de luxo, nem uma típica casa da região saída ingenuamente das mãos do campo*”⁴⁹¹. Subjacente a esta caracterização encontrava-se naturalmente uma crítica ao que vinha sendo a orientação do Estado relativamente a estes estabelecimentos, ao mesmo tempo que identificava, pela negativa, o que entendia ser uma unidade hoteleira desta categoria. Para o arquiteto, a Pousada devia ser um equilíbrio de todas essas dimensões, *uma síntese criteriosa*, concedendo ao turista acesso a todas elas, de igual forma, decidindo ele próprio qual a experiência pretendida durante a sua estadia.

A procura de conforto pelo equilíbrio e harmonia transpareceu como uma das ideias estruturantes de todo o projeto. Na visão do autor, mobiliário e decoração seriam uma e a mesma coisa, com exigências e objetivos em tudo semelhantes. Ao arquiteto parecia-lhe natural que o turista que procurava aquele tipo de equipamento encontrasse o conforto a que estava habituado, em particular nas zonas de estar, mas que pudesse experienciar também algo para além da sua vivência quotidiana habitual, nomeadamente o usufruto das vistas e paisagens próprias do local, assim como a cultura material da região, no qual a presença de objetos e peças tradicionais seria essencial. A conjugação de peças e elementos decorativos diversificados e aparentemente contraditórios - modernos e tradicionais - possibilitaria ao hóspede usufruir dessas experiências em simultâneo. Para todos os espaços, incluindo os quartos para os hóspedes, foi pensada a colocação de peças modernas, em particular móveis de conforto, cadeirões e sofás, e peças rústicas, antigas, apontamentos da tradição local. De novo, a ideia de equilíbrio entre as partes deveria ser o ponto chave, procurando-se, nas palavras do arquiteto, “*não*

⁴⁸⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 26.02.1960.

⁴⁹⁰ Cf. PT DGEMN: CAM 0403/06, 24.12.1960.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

*abusar de uns e outros, evitando que o conjunto possa dar ideia dum pretensioso mercado de antiguidades, ou um mostruário de uma fábrica de móveis modernos*⁴⁹².

As peças, sendo poucas, deveriam ser, por isso, criteriosamente selecionadas. João Andresen entendeu que as de carácter mais rústico e tradicional deveriam ser adquiridas através de antiquários ou lojas de antiguidades, garantindo assim a integração de uma estética específica na nova unidade hoteleira. Na memória descritiva são indicadas, para além das camas para os quartos de hóspedes, que seriam “*portuguesas, quasi todas rústicas do séc. XVII, restauradas e reproduzidas*”⁴⁹³, outros móveis de características semelhantes, como uma mesa também do século XVII, uma papelreira portuguesa, cadeiras e armários, referências recolhidas e acompanhadas pelos respetivos registos fotográficos, devidamente contextualizados. Essas fichas, de que as imagens constantes na fig. 162 são um exemplo, refletem a minúcia e a atenção que o autor dedicou a essa parte do projeto, procedendo ele próprio à identificação e levantamento das peças e objetos suscetíveis de interesse para o novo edifício. Nelas constavam informações de carácter mais funcional, uma breve descrição complementar do objeto – cadeiras rústicas, mesa antiga pequena, ou camas de bilros de casal em pau preto, do século XVII –, assim com as suas dimensões, o valor pedido pelo vendedor e a sua localização (Lisboa e Porto). Em alguns casos, o custo associado ao seu restauro ou à sua reprodução foi também incluído, possibilitando uma correta e informada avaliação, pelos revisores, de todas as hipóteses, assim como a referência à sua localização final no edifício – sala de leitura e de escrever, zona da escada principal e quarto 7, respetivamente, segundo as notas constantes nas fichas. No parecer elaborado pela CAM, as questões economicistas tiveram um maior destaque, enquanto que as apreciações de cariz estético surgiram em casos muito específicos, nomeadamente para o mobiliário moderno, mas também sobre a cama de bilros de casal, “*que é de excluir, quer por razões de ordem estética quer económica*”; segundo os técnicos da Comissão⁴⁹⁴, ainda que as camas tivessem sido previstas com um “*sabor mais ou menos regional*”, os “*modelos sugeridos não nos parecem inteiramente felizes*”⁴⁹⁵.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *Ibidem*.

⁴⁹⁴ Foram adquiridas 19 camas individuais e uma de casal à firma M. Freitas Rosa (PT DGEMN: DSARH 011/272-0314/07, 16.06.1962). As camas que se encontravam instaladas nos quartos da pousada à data da visita (2013), remetem para essa interpretação rústica, mas já não eram os modelos de bilros inicialmente propostos pelo arquiteto e que tinham sido adquiridas e colocadas, como a consulta da publicação *Pousadas e Sítios*, de 1974, comprova.

⁴⁹⁵ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 30.01.1962.

No que às peças modernas dizia respeito, o arquiteto entendeu que os interiores deviam refletir o espírito de modernidade e atualidade, em necessária adequação à função desejada, devendo por isso ser escolhidos os modelos aprovados pela experiência, mesmo que de produção em série – qualquer impressão de banalidade ou inadequação que poderia ser veiculada por este tipo de objetos seria superada, em seu entender, por uma criteriosa seleção dos exemplares. A identificação das peças escolhidas constou apenas na listagem final de todo o mobiliário proposto para aquisição, não tendo ficado claro no texto da memória descritiva que as cadeiras e mapas a incorporar poderiam ser tão diferenciadores. Nesse elenco, a maioria dos elementos recebeu uma referência genérica (modelo 56, T3, T4, 40 e 41, por exemplo), e foi acompanhada pelos respectivos desenhos. Não obstante essa ausência de informação adicional, reconhecem-se na documentação gráfica apresentadas propostas muito próximas de modelos de referência internacional, como é o caso do cadeirão *Lady*⁴⁹⁶(fig. 172).

Esta poltrona, desenhada por Marco Zanuso (1916-2001), em 1951, e fabricada pela empresa italiana Arflex, recebeu a Medalha de Ouro na IX Trienal de Milão nesse ano, o que lhe conferiu uma ampla divulgação internacional. A Arflex, que fora fundada por técnicos provenientes da fábrica de pneus Pirelli, aos quais se juntou mais tarde o arquiteto Zanuso, encontrava-se na vanguarda da aplicação ao setor do mobiliário, dos novos materiais, como a espuma de borracha, cuja produção tinha registado um grande desenvolvimento com a 2.^a Guerra Mundial e que conheceu uma enorme quebra de mercado com o final do conflito. A sua forma de produção era também ela um reflexo desse novo contexto, em que os materiais e os processos tradicionais de fabricação de mobiliário eram substituídos em favor de um modelo industrial, em que cada elemento seria fabricado em separado e a peça composta apenas num momento final, à semelhança da indústria automóvel, a sua principal referência⁴⁹⁷.

Não sendo norma a aquisição de peças de mobiliário corrente de fora de Portugal, nem existindo no país fabricantes com a respetiva patente, restou ao arquiteto apresentar o modelo no caderno de encargos do concurso e aguardar a resposta das empresas concorrentes. Nenhum dos fornecedores apresentou um modelo genuíno, naturalmente, mas todos eles ofereceram réplicas daquela peça, cada uma com adaptações significativas

⁴⁹⁶ Exemplares semelhantes a este modelo foram encontrados também na sala de reuniões da direção da Faculdade de Medicina, no Hospital de São João, no Porto.

⁴⁹⁷ <https://www.architonic.com/en/product/cassina-720-lady/1310013> (13.02.2020).

na sua construção e materiais, para além das diferentes e curiosas denominações - de *Lady* passou a *Embaixador* ou *Paris*, por exemplo, como se pode constatar pelas fig. 170.

Cada fabricante sugeriu várias alternativas para a sua execução, deixando claro que, por um lado, não conseguia replicar com rigor o modelo original, mas por outro demonstrando a sua flexibilidade produtiva, ao responder ao solicitado com os recursos técnicos disponíveis. Dos três concorrentes que responderam ao desafio, os Móveis Olaio submeteram duas propostas que variavam nos seus valores consoante os materiais: uma com forro em pele⁴⁹⁸ e outra em tecido, de valor mais baixo, ambas com estofó em espuma. Os Móveis Sousa Braga apresentaram duas alternativas, ambas forradas a cabedal, diferenciando-se apenas no material aplicado ao estofó: uma em espuma de borracha, nos espaldares, assentos, e braços, e a outra de molas, a mais barata. O Centro Fornecedor de Móveis entregou também duas opções para peças estofadas com espuma de borracha, no suporte para as costas, assentos e braços, sendo que as alternativas recaíram exclusivamente no revestimento: pele de cabra, imitação de pele de cabra ou o tecido, que o arquiteto aparentemente já tinha indicado, sendo esta última a opção de valor mais baixo⁴⁹⁹.

Na apreciação do projeto pela CAM não foi óbvia a rejeição da peça pela sua modernidade. A indicação de que “*deveriam ser trocados por maples correntes*”⁵⁰⁰ não parece, em nosso entender, ter implícita uma apreciação de cariz estético, mas sim preocupações economicistas. Aliás, o próprio Ministro das Obras Públicas, no seu despacho sobre esta proposta, louvou os cuidados orçamentais da Comissão, considerando que era “*preciso contrariar a tendência crescente para levar as pousadas a níveis de luxo que comprometem a concepção destes estabelecimentos e conduzem a despesas inoportáveis. Conforto, sobriedade e bom gosto é tudo o que se quer assegurar*”⁵⁰¹. O ministro reconheceu na CAM a capacidade para garantir que as intervenções não ultrapassassem o que era esperado delas, mantendo-as dentro dos limites do conforto que o orçamento permitia. Não parece, portanto, transparecer qualquer avaliação ou preconceito face ao mobiliário internacional de *design* contemporâneo; o pedido de revisão terá estado relacionado apenas com questões financeiras, as mesmas que se verificaram na apreciação do mobiliário mais tradicional. Não se reconhece, assim,

⁴⁹⁸ Não consta referência ao tipo de pele.

⁴⁹⁹ Cf. PT DGEMN: CAM 0171/03, 16.06.1962.

⁵⁰⁰ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 30.01.1962.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

um especial favorecimento de uma estética em detrimento de outra, sendo ambas entendidas como eficazes e adequadas, equacionada apenas a sua vertente economicista. O mesmo se verificou com o parecer dado pelo SNI, que na generalidade não mencionou qualquer reparo de vulto, a não ser a “*existência de grandes espaços desguarnecidos, que deviam ser estudados mais pormenorizadamente*”⁵⁰².

O arquiteto propôs ainda algumas peças desenhadas por si para as áreas comuns, para os quartos dos hóspedes e para a zona reservada aos funcionários e concessionário, mantendo sempre a articulação entre o rústico e o moderno como a linha orientadora de toda a intervenção. Nos quartos, por exemplo, a acompanhar as referidas camas rústicas e antigas, estava prevista a colocação de um toucador, composto por “*uma pedra mármore sobre consolas de ferro, encimadas por espelhos*”⁵⁰³, e respetivo banco, conforme o desenho da fig. 186. A pedra de mármore “verde de Viana”, o seu elemento principal, não foi, no entanto, do agrado da CAM que, não pedindo para a remover por completo, solicitou a reformulação da peça com o pedido de inclusão de uma gaveta⁵⁰⁴. O desenho que integra o processo em arquivo parece refletir essas sugestões, nele constando já a gaveta solicitada, enquanto que a pedra de mármore foi substituída por um vidro⁵⁰⁵.

Para a sala de jantar, Andresen propôs inicialmente peças de produção em série, em madeira de castanho do Minho enceradas - cadeiras com e sem braços, e assentos e apoios para as costas em cabedal, assim como as respetivas mesas⁵⁰⁶, que os técnicos da CAM rapidamente qualificaram como “*esteticamente inadequadas*”⁵⁰⁷, requerendo por isso uma alternativa. O desenho modelo 58 (fig. 182) terá sido a resposta do autor, mantendo os assentos em pele, mas simplificando os espaldares, que passaram a ser integralmente em madeira⁵⁰⁸. A cadeira de braços com o desenho modelo 41 (fig. 183), a colocar nos quartos, sofreu uma apreciação semelhante – “*não se achando bem*

⁵⁰² Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 16.03.1960.

⁵⁰³ Cf. PT DGEMN: CAM 0403/06, 24.12.1960.

⁵⁰⁴ Caso não fosse possível fazê-lo, o objeto deveria ser alvo de uma revisão integral (PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 30.01.1962).

⁵⁰⁵ Adjudicação feita a Móveis Costa (PT DGEMN: CAM 0171/05, 25.05.1962). Na visita realizada em 2013, os toucadores já não se encontravam nos quartos, mas algumas imagens de arquivo mostram a inclusão de suportes adicionais, revelando que a fixação à parede inicialmente prevista não terá sido eficaz.

⁵⁰⁶ Não foram identificados, na documentação consultada, os desenhos referidos.

⁵⁰⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 30.01.1962.

⁵⁰⁸ Adjudicação feita a Belmiro Oliveira de Carvalho (PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/01, 02.06.1962). À data da visita realizada em 2013, a sala de jantar encontrava-se integralmente equipada com outro modelo de cadeira, mas mantendo algumas, se não mesmo todas, as mesas originais.

*concebida*⁵⁰⁹ – a que não deve ter sido alheia a opção por simples fitas em cabedal no lugar de braços⁵¹⁰. Mais uma vez, o contexto internacional, agora o escandinavo, terá servido de inspiração ao autor para esta intervenção, que transformou estas propostas num verdadeiro catálogo de modelos produzidos e divulgados durante a década de 1960. A linguagem formal e estética da cadeira modelo 75 (com e sem braços) de Niels Otto Moller (1920 - 1982) (fig. 181) parece ter influenciado o desenho das cadeiras da sala de jantar; a cadeira de Kaare Klint (1888-1954) (fig. 185) parece reconhecer-se na cadeira de braços para os quartos, modelo 41⁵¹¹; e a poltrona de Folke Ohlsson (1919-2003) (fig. 173) terá servido de referência para a poltrona T4 da pousada. Estas relações denunciam um abrangente e profundo conhecimento sobre o design de mobiliário da época, dos seus autores e das suas peças de referência, e uma inegável atenção sobre as tendências do momento.

Para a sala de estar, o arquiteto indicou ainda um sofá em madeira de castanho encerada a celulose, com estofos em cabedal, conforme o desenho do modelo 44 (fig. 176). As peças foram executadas (fig. 174), mas o resultado final levantou problemas e o autor não se reviu no que foi entregue pelo fabricante, solicitando ele próprio a sua alteração. Na documentação de arquivo não se encontrou registo das modificações propostas, ficando por compreender se o desencontro se deveu a questões de execução, ou, eventualmente, ao facto de a peça não se integrar na sua visão para o conjunto⁵¹².

Os restantes elementos do projeto desenvolvido pelo arquiteto Andresen seguiram as orientações gerais delineadas. Desde os candeeiros até aos tapetes e cortinados, houve sempre a preocupação de articular materiais e modelos que convocassem um equilíbrio entre uma visão mais tradicional e rústica, e outra mais moderna, não deixando de integrar os parâmetros de conforto da época. Alguma da luminária instalada provinha de lojas de antiguidades, onde se incluíam tocheiros em talha dourada D. José I e um lustre de chapa de ferro trabalhada e policromada do século XVIII⁵¹³, mas também outros desenhados especialmente para aquele estabelecimento.

⁵⁰⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 30.01.1962.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

⁵¹¹ Não se encontrou nenhum exemplar destas cadeiras de braços à data da visita, em 2013.

⁵¹² A CAM autorizou prontamente a sua reformulação e a empresa Belmiro de Oliveira Carvalho foi convocada a dar seguimento às ditas alterações (PT DGEMN: DSARH 011/272-0315/02, 19.12.1962).

⁵¹³ Adquiridos a Flávio Folhadela de Sousa Moreira (PT DGEMN: DSARH 011/272-0315/02, 11.08.1962).

O projeto contemplou ainda todas as áreas técnicas e de apoio, assim como as instalações para o concessionário e funcionários. As questões relacionadas com o apetrechamento da zona de serviço seriam talvez as mais complicadas de resolver ao nível de estudo do projeto, por implicarem uma gestão de atividades e fluxos cruciais ao bom funcionamento da unidade hoteleira, que o autor parecia não dominar com a mesma proficiência que os restantes, solicitando por isso o apoio e a colaboração apropriada⁵¹⁴. A aparente ausência do SNI na estruturação da proposta não terá condicionado o produto final, sendo os seus pareceres sempre positivos⁵¹⁵. Também aqui as únicas reservas foram de cariz orçamental, sendo responsabilidade daquele serviço assegurar que os equipamentos sinalizados se mantinham na lista de prioridades de aquisições, não sendo posteriormente substituídos por outros de menor capacidade ou resistência, ou mesmo removidos do elenco definido⁵¹⁶.

Para a área reservada aos funcionários foi definido um mobiliário mais prático, algum dele metálico, de produção seriada, que contemplou camas para os quartos (previstos apenas para o pessoal feminino e para os motoristas)⁵¹⁷ e mesas e cadeiras para o refeitório.

*

Esta intervenção representou um exemplo particular sob diversos aspetos, desde logo por remeter para o contexto hoteleiro promovido pelo Estado, o mesmo que, à data, procurava novas estratégias de promoção turística. Apesar dos vários desafios a que o projeto de arquitetura foi sujeito, a proposta apresentada para o seu interior partilhou de uma semelhante orientação inovadora, reconhecendo-se abordagens equivalentes na articulação entre mobiliário moderno, confortável e em sintonia com a época, e um outro, rústico e tradicional, que pretendia acompanhar o enquadramento monumental da Pousada e o seu contexto geográfico. Não obstante as reservas expostas pelos agentes

⁵¹⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 18.08.1959. Apesar do apoio solicitado pelo arquiteto, este não terá sido dado. A memória descritiva informa que “(...) embora não nos tenha sido fornecido um programa detalhado das necessidades da zona de serviço nesta matéria, eles foram estudados tendo em atenção as prováveis necessidades (...)” (PT DGEMN: CAM 0403/06, 24.12.1960).

⁵¹⁵ Cf. PT DGEMN: DSARH 011/272-0306/06, 17.11.1961.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

⁵¹⁷ Adjudicado à Sano-Técnica (DSARH 011/272-0314/07, 09.06.1962).

institucionais, em particular pela CAM, a proposta inicial foi executada na íntegra e serve de exemplo na articulação entre elementos formais e estéticos díspares, que seriam considerados incompatíveis se julgados pela perspectiva corrente até então. Devemos ainda destacar, naturalmente, as várias referências a modelos internacionais apresentados pelo arquiteto e a forma como os fabricantes nacionais responderam ao desafio.

Aqui reside outra das particularidades desta intervenção, na medida em que nos foi possível perceber como esses mesmos fabricantes estavam informados e atualizados sobre as tendências internacionais do design de mobiliário e como alguns deles as incorporaram nos seus catálogos. Este processo de fornecimento serviu também para compreendermos melhor os modos de produção destas fábricas, deixando visíveis as diferenças entre os vários concorrentes - as insuficiências tecnológicas e limites de desenvolvimento de produto destes fabricantes que, conhecendo a peça original, não a reproduziram com a mesma tecnologia, nem com o mesmo nível de materiais e acabamentos. Não obstante estas diferenças, algumas delas dificilmente superáveis, na medida em que a empresa italiana seria de facto a especialista e a única a poder produzir daquela forma, parece-nos importante destacar a iniciativa e a capacidade de algumas destas empresas nacionais em fabricar aquele modelo e adaptar os meios de produção para que o produto final fosse em tudo semelhante.

3.

Uma prática concentrada, para aplicação específica

Na construção do mapa de responsabilidades sobre o mobiliário e equipamentos para edifícios públicos, a DGEMN exerceu ainda a sua influência através da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (DNISP). Criada em 1948, esta Delegação veio preencher uma necessidade particular – uma estrutura que se dedicasse exclusivamente ao estudo, projeto e construção de outros edifícios públicos que não aqueles que tivessem já uma delegação ou comissão que lhes fosse dedicada. Nesse sentido, entende-se que a análise da atuação da DNISP neste contexto permite reforçar a leitura de uma prática concentrada, neste caso para uma aplicação bastante específica, dado o grau de especialização que algumas destas intervenções exigiram – umas por terem sido experiências únicas, como foi o caso da Biblioteca Nacional, outras pela sua repetição sistemática com variantes, como foram as instalações para serviços de investigação científica.

O reconhecimento do arquiteto José Luís Amorim como autor de projetos de mobiliário e equipamento, um denominador comum a todas as intervenções por nós estudadas, é testemunho de uma reflexão em torno do papel do Estado relativamente à promoção de uma produção industrial de mobiliário de qualidade. Não se limitando a ser apenas autor dos projetos, este arquiteto desenvolveu um elenco alargado de responsabilidades, nomeadamente no acompanhamento dos processos de aquisição, desde o concurso à adjudicação, passando pelo fabrico, fornecimento e instalação, e acumulou um conhecimento muito aprofundado e circunstanciado sobre as condições em que foram realizados aqueles fornecimentos. Dificuldades e atavismos daquele tecido industrial ficaram expostos nas suas análises e informações, dando-nos um vislumbre de uma realidade que a restante documentação pouco deixou transparecer. A análise da intervenção no Palácio de Justiça de Lisboa deu a conhecer ainda a participação das oficinas dos estabelecimentos prisionais centrais nos fornecimentos de mobiliário para edifícios públicos. Não obstante a identificação em alguns contextos específicos, como o escolar, de peças de mobiliário e equipamento produzidas por essas oficinas, permaneciam por esclarecer algumas informações sobre as condições dos processos para o respetivo fornecimento e quanto às capacidades técnicas e de produção ali instaladas.

Assim, a nossa escolha dos estudos de caso estruturou-se também em torno da identificação e reconhecimento das diversas obras desenvolvidas por José Luís Amorim, acabando elas próprias por evidenciar uma tendência para uma especialização funcional - os laboratórios - e uma versatilidade, possível em grande medida pela definição de um sistema de objetos de mobiliário que permitiu a sua aplicação independentemente do seu contexto, requerendo poucas adaptações e agilizando os respetivos processos de instalação. A opção por este tipo de solução menos individualizada possibilitou, por outro lado, a identificação de uma linguagem estética e formal característica deste autor, reconhecível em outros edifícios e instalações fora do universo público e estatal, numa prática que fica por analisar com maior profundidade.

A par da DNISP, foi incluída ainda nesta investigação a Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA), um outro organismo criado no âmbito da DGEMN e dedicado aos edifícios de cariz judiciário e securitário, como já referido. Não obstante o tipo de estabelecimentos que teve a seu cargo, o mobiliário e equipamentos fixos a integrar não deixaram de requerer, por isso mesmo, uma participação especializada e informada. A relação entre esta Delegação e a Comissão das Construções Prisionais, criada na dependência do MOPC e com atribuições semelhantes, permanece por definir com rigor, mas o envolvimento da DOECGRFA na definição desta dimensão de projeto ficou, para nós, clara – a composição de um catálogo de mobiliário-tipo para os estabelecimentos prisionais, formalizado enquanto tal, permite registá-la como um agente ativo na definição desta área de projeto. A nossa opção pelo estudo de um edifício judiciário permitiu compreender a abrangência de responsabilidades com que este organismo se deparou, apesar de tudo. Se para as restantes tipologias sob sua responsabilidade foi possível encontrar uma fórmula ou modelos suscetíveis de aplicação indiferenciada, para o Palácio de Justiça do Porto foi necessário desenvolver uma resposta adequada ao edifício e às suas funções, de forma competente e rigorosa.

3.1. Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos

A Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos⁵¹⁸ (DNISP), criada em 1948, no contexto da DGEMN enquanto serviço de carácter eventual, foi uma das estruturas que também teve responsabilidade no equipamento e mobiliário para os edifícios cujo estudo, projeto e construção estiveram a seu cargo. Os serviços centrais da administração pública haviam crescido significativamente nas duas décadas precedentes, numa intensidade que impulsionou a procura de mais espaços, locais, gabinetes e edifícios onde estes fossem instalados nas devidas condições⁵¹⁹. A DNISP foi um dos recursos criados para apoiar esses processos, enquanto delegação com competências para definir novas condições para as instalações dos serviços públicos.

Esta Delegação surgiu, na verdade, enquanto complemento do trabalho que estava a ser desenvolvido no reordenamento e valorização da zona ribeirinha da cidade de Lisboa. A reformulação deste território estava a ser estudada pelo arquiteto Faria da Costa⁵²⁰ (1906-1971), a pedido do MOP⁵²¹, e previa a regularização da margem do rio e a abertura de uma via que permitisse a circulação automóvel entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré, uma vez transferidas as instalações do Arsenal da Marinha para a margem sul do Tejo, no Alfeite. A nascente da Praça, e em frente à Doca da Alfândega, outros terrenos ficariam também disponíveis para ocupação, deixando assim em aberto uma série de possibilidades para a construção de novos edifícios para serviços públicos, apoiando a redefinição daquele que era, há largas décadas, o epicentro administrativo e ministerial da cidade e do país.

⁵¹⁸ Cf. Decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948.

⁵¹⁹ “a criação de novos organismos públicos e a reorganização da quase totalidade dos que há vinte anos existiam provocaram o aumento dos quadros do funcionalismo” (preâmbulo do decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948).

⁵²⁰ Arquiteto urbanista com formação internacional. Foi o primeiro arquiteto português a frequentar o Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris (1933-1937), onde conheceu Étienne de Groer, que mais tarde será o responsável pela sua integração no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa (Silvia di Salvatore, “Towards a Modern Lisbon...”, 2016, p. 9).

⁵²¹ O arquiteto Faria da Costa tinha sido responsável pelo Plano Diretor de Lisboa (1938-1948) e pelo Plano Geral de Urbanização de Lisboa, ambos promovidos por Duarte Pacheco enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Em 1947 foi convidado pelo MOP para articular o plano geral com o plano de pormenor que estava em estudo, do arranjo da zona e da construção de novos edifícios ministeriais (Silvia di Salvatore, “Towards a Modern Lisbon...”, 2016, p. 11); as alterações propostas e executadas foram possíveis apenas com a transferência dos serviços da Marinha para as novas instalações entretanto construídas no Alfeite, ficando assim os terrenos existentes disponíveis para regularização e construção (“Novos edifícios para os Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações, Lisboa” in *Caminhos do Património*, p. 62).

Entre os serviços que deveriam ser alvo de reinstalação, o Ministério das Obras Públicas e o das Comunicações e Transportes surgiam nos lugares cimeiros da lista de prioridades⁵²². A dispersão a que tinham sido sujeitos nas décadas precedentes, “*natural consequência da grande atividade imprimida à atuação de todos os departamentos do Estado*”⁵²³ teria sido de tal forma significativa que se havia tornado urgente a reformulação das suas instalações, tendo como prioridade a sua concentração num só edifício. O preâmbulo do decreto-lei que criou a DNISP foi aliás bastante específico, dando como exemplo o caso do MOP, que havia transposto as fronteiras do edificado da Praça do Comércio, recorrendo aos mais diversos edifícios para instalar os departamentos e serviços emergentes – especialmente prédios de habitação, adaptados a gabinetes técnicos e de serviços, que acarretavam as consequências naturais da sua inadequação à função⁵²⁴.

O arquiteto Luís Cristino da Silva (1896-1976) foi o técnico apontado para o estudo desse novo complexo ministerial⁵²⁵. A proposta previa a sua implantação entre o Cais do Sodré e a Praça do Comércio, reformulando profundamente a estrutura urbanística pré-existente, com implicações diretas nas áreas circundantes, uma vez que se projetava a abertura de um túnel que daria lugar à primeira via circular da cidade, para ligar a futura Praça D. João II, no antigo Largo do Corpo Santo, à Avenida da Liberdade e Martim Moniz⁵²⁶. A referência a esta reorganização no documento legal de criação da DNISP denota a estratégia concertada que se procurava promover, conciliando as várias

⁵²² Essa lista era constituída pelo Ministério das Obras Públicas, Ministério das Comunicações, Administração Geral do Porto de Lisboa, Ministério das Corporações (parte nova e parte em remodelação) e Ministério da Marinha (MOP, *Relatório de Actividade do Ministério no ano de 1954*, Lisboa, 1955, p. 83).

⁵²³ Cf. Decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948.

⁵²⁴ “(...) e os serviços (...) foram sucessivamente ocupando casas espalhadas pela capital, para o efeito adquiridas ou arrendadas, mas que, como é natural, raras vezes permitiam proporcionar-lhes satisfatórias condições de trabalho, pois se tratava na generalidade de prédios construídos para habitação e, como tais, com características inteiramente diferentes das que são de exigir para repartições públicas (...)” (Decreto-lei n.º 36 818, 5.4.1948). Como exemplo dessa dispersão, o preâmbulo do diploma legal avançou com uma enumeração exaustiva da localização de todos os organismos dependentes do MOP.

⁵²⁵ O espólio do arquiteto Cristino da Silva em depósito na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian contém, entre outros elementos gráficos, fotográficos e administrativos sobre este projeto, as memórias descritivas (datadas de 29 de agosto de 1952), alguma da correspondência trocada com a DNISP, os mapas de áreas para os vários serviços dos ministérios, e ainda alguns esboços com propostas para os interiores do gabinete do ministro, salas e auditório (FGG: LCS 46).

⁵²⁶ Cf. João Rodolfo, *Luís Cristino da Silva...*, p. 154. A proposta de Cristino da Silva articulava-se com a de Faria da Costa, na definição das circulações e dos seus eixos viários (Silvia di Salvatore, “Towards a Modern Lisbon...”, 2016, p. 11); “Novos edifícios para os Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações, Lisboa” in *Caminhos do Património*, pp. 62-63.

propostas e visões para um renovado núcleo administrativo⁵²⁷. Procurava-se assim criar um novo centro na capital onde “*os assuntos oficiais correntes possam ser tratados com facilidade e sem as penosas deslocações que originam presentemente as mais justificadas queixas*”⁵²⁸, quer para os funcionários, quer para os cidadãos.

O projeto apresentado pelo arquiteto Cristino da Silva para o Ministério das Obras Públicas contemplou ainda decoração e mobiliário para as novas instalações, embora não se conheçam desenhos com a pormenorização dessas propostas – no arquivo pessoal do arquiteto encontram-se apenas esboços, com sugestões para alguns dos espaços, em especial para o gabinete do Ministro⁵²⁹, gabinete de trabalho⁵³⁰, salas de receção⁵³¹ e de sessões⁵³², e ainda desenhos de candeeiros⁵³³.

À DNISP competiria acompanhar a concretização desse plano, incluindo também casos de outros serviços centrais que não ficariam acomodados na Praça do Comércio⁵³⁴. Através desta, seria possível empreender os estudos necessários, em estreita colaboração com os ministérios envolvidos, identificando necessidades a curto, médio e longo prazo⁵³⁵, assim como definir prioridades de atuação, esboçando planos de distribuição para os vários Ministérios pelas zonas disponíveis, decidindo quais as partes alvo de reformulação e quais as novas construções, acompanhadas das tão necessárias estimativas orçamentais. Só após esta fase preparatória estaria o Governo capaz de traçar o plano de execução para a sua concretização, com os elementos necessários. Tarefa complexa e exigente, deveria por isso ser entregue a técnicos de reconhecida capacidade.

Se a criação da DNISP se tornou de imediato numa realidade, o projeto dos novos edifícios para os ministérios das Obras Públicas, e das Comunicações e Transportes não

⁵²⁷ “(...) pensa-se adaptar convenientemente os edifícios do terreiro do Paço e aproveitar para novas construções os terrenos livres a nascente e os vastos terraplenos que resultaram utilizáveis a poente, em situação privilegiada (...)” (Decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948).

⁵²⁸ Cf. preâmbulo do decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948.

⁵²⁹ Cf. FGG: LCS 46.39 – 46.42.

⁵³⁰ Cf. FGG: LCS 46.43.

⁵³¹ Cf. FGG: LCS 46.35 – 46.38 e 46.46 – 46.48.

⁵³² Cf. FGG: LCS 46.44 – 46.54.

⁵³³ Cf. FGG: LCS 46.102 – 46.110.

⁵³⁴ “No que respeita aos organismos que não devam ficar na zona em questão, é também indispensável proporcionar-lhes instalações satisfatórias e devidamente localizadas, por forma a garantir boas condições de trabalho e a facilitar ao público que tenha que recorrer aos respectivos serviços” (Decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948).

⁵³⁵ “(...) colheita de elementos que permitam definir os programas-base dos ministérios a considerar – sem esquecer o presumível desenvolvimento de cada um nas próximas décadas – e no estabelecimento de esquemas-tipo para instalação de direções gerais, repartições e outras divisões de serviços (...)” (Decreto-lei n.º 36 818, 05.04.1948).

teve semelhante desenvolvimento. Desenhos técnicos e maquetes foram executados, alicerçados em sistemáticos e rigorosos estudos de fluxos e áreas funcionais⁵³⁶, tornando-o num dos mais significativos projetos não-construídos da DGEMN. Não obstante a não construção destes novos edifícios, a DNISP manteve as suas atribuições iniciais e continuou a estudar, a projetar e a construir, noutras localizações, os edifícios para os serviços centrais que requeriam novas instalações, tal como se encontrava previsto no diploma legal da sua fundação – o Laboratório de Engenharia Civil⁵³⁷, o Instituto de Medicina Tropical (IMT)⁵³⁸ foram dois processos de instalação que ocorreram nestes momentos iniciais de funcionamento deste serviço e que se situavam fora do centro administrativo da cidade.

Em 1954, a área de atuação da DNISP sofreu uma atualização, passando a poder incluir o estudo de instalações para serviços não centrais e fora da unidade restrita da Praça do Comércio⁵³⁹. Mais serviços públicos requeriam atenção urgente, considerando o Governo que a sua integração nos estudos já em desenvolvimento pela Delegação traria os maiores benefícios - os problemas eram em tudo semelhantes e as soluções encontradas seriam certamente as mais adequadas, desenvolvidas por equipas experientes e informadas. A definição e decisão das instalações que poderiam vir a ser atribuídas à Delegação dependeria exclusivamente do Ministro das Obras Públicas. Essa abertura possibilitou a inclusão de novos edifícios como a Estação Agronómica Nacional, em Oeiras⁵⁴⁰, o Palácio de Justiça de Lisboa⁵⁴¹, a Biblioteca Nacional⁵⁴², o Instituto de Saúde de Ricardo Jorge⁵⁴³, ambos em Lisboa, e a Escola Náutica Infante D. Henrique, em Oeiras⁵⁴⁴.

A Delegação seria dirigida por um diretor-delegado, um engenheiro, e dois vogais, um arquiteto e um contabilista; nos estudos, contaria com um engenheiro-chefe, um engenheiro e um arquiteto; nas obras com engenheiros; e nos serviços administrativos

⁵³⁶ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0001/01, 26.02.1950 – previsão de áreas para o Ministério das Obras Públicas.

⁵³⁷ Projeto de arquitetura de Porfírio Pardal Monteiro (projeto de 1948-1949, inaugurado em 1952).

⁵³⁸ Projeto de arquitetura de Lucínio Cruz (projeto de 1953-1958, inaugurado em 1958).

⁵³⁹ Cf. Decreto-lei n.º 39 733, 21.07.1954.

⁵⁴⁰ Projeto de arquitetura de Jorge Segurado (projeto de 1958-1959, inaugurado em 1966).

⁵⁴¹ Projeto de arquitetura de Januário Godinho e João Andresen (projeto de 1961-1970, inaugurado 1970)

⁵⁴² Projeto de arquitetura de Porfírio Pardal Monteiro e António Pardal Monteiro (projeto de 1954-1969, inaugurado em 1969).

⁵⁴³ Projeto de arquitetura de António Pardal Monteiro (projeto de 1970, inaugurado em 1973).

⁵⁴⁴ Projeto de arquitetura de José Costa Silva (projeto de 1964, inaugurado em 1972).

complementares com os funcionários que se entendessem necessários⁵⁴⁵. Raul Lino integrou a equipa no seu primeiro ano de atividade enquanto vogal arquiteto, saindo em 1949, sendo então substituído por um engenheiro, Francisco Anjos Diniz, e, nas funções técnicas, por um arquiteto tirocinante em regime de prestação de serviços, Manuel Ramos da Costa Martins (1922-?) que, só anos mais tarde, e uma vez concluída a sua formação, integrou de forma mais permanente a Delegação⁵⁴⁶. A equipa contou ainda com Raul da Silva Baptista, contabilista, que assegurou a gestão financeira do serviço⁵⁴⁷.

Presidida pelo engenheiro Artur Bonneville Franco (1911-1966) desde a sua fundação, em 1948, até 1966, foi durante a sua coordenação que a DNISP conheceu a sua fase mais significativa, com a conceção e construção dos edifícios para serviços públicos de maior impacto. Com uma passagem em início de carreira pela DGEMN, na Repartição de Obras e Edifícios, secção de Orientação e Fiscalização, Bonneville Franco transferiu-se para a Câmara Municipal de Lisboa, em 1938, para chefiar a Repartição de Obras Municipais. Em 1948 regressou à DGEMN, então já na qualidade de engenheiro diretor delegado da DNISP. A sua dedicação à missão da Delegação e a compreensão da dimensão complexa e particular da sua atividade levou-o a realizar viagens de estudo para recolher *“conhecimentos úteis ao desempenho do cargo”*⁵⁴⁸, que iam desde a visita a edifícios públicos franceses, a instalações de pesca em Vigo, *“a fim de se inteirar de como nela estão montadas e funcionam, com vista à recolha de elementos de estudo que se afiguram de interesse quanto à execução em curso do projeto das instalações terrestres do Porto de Pesca de Lisboa”*⁵⁴⁹. Ou ainda, a promover missões de estudo dos seus vogais, fomentando a sinalização de soluções desenvolvidas noutros países para desafios semelhantes, como a viagem que o engenheiro Francisco Anjos Diniz e o diretor do IMT

⁵⁴⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0001/01.

⁵⁴⁶ “A natureza dos trabalhos que originaram a criação destes serviços impõe, como é evidente, a existência dum arquiteto entre o seu pessoal técnico. Como, porém, a necessidade não se acentuou logo de início com carácter de continuidade e permanência, esta Delegação julgou de bom critério e sã economia não celebrar de princípio contrato com um técnico especializado. Foram, contudo, e sempre que se tornavam necessários, utilizados os serviços do arquiteto Manuel Ramos da Costa Martins, em regime de prestação de serviços. Sucedeu, porém, que o natural desenvolvimento aconselhou a certa altura julgar-se oportuno o momento de propor o contrato ao técnico referido, que vinha demonstrando as melhores aptidões para o efeito, para desempenhar as funções de arquiteto de 3ª classe. (...). O assunto, no entanto, não teve o seguimento desejado, em virtude das restrições que foram superiormente determinadas (...). No presente momento é ainda esta a posição do problema sobremaneira agravado pela natural evolução e consequente ampliação dos estudos a cargo desta Delegação (...).” (PT DGEMN: DSARH 002-0193/027, 17.01.1950).

⁵⁴⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0193/027.

⁵⁴⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH-Pessoal 007/01, 14.03.1950.

⁵⁴⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH-Pessoal 007/01, 07.06.1957; indicação de que planeava visitar o Porto de Pesca de La Rochelle e de Boulogne numa viagem de estudo de 14 dias a França (06.05.1958).

fizeram a Inglaterra, em 1956, ao Wellcome Museum of Medical Science em Londres, com vista à instalação do Museu Médico Didático do Instituto de Medicina Tropical, e aos Laboratórios Wellcome, ao National Institute for Medical Research de Mill Hill e aos Public Health Laboratories⁵⁵⁰, para o estudo das novas instalações desse mesmo Instituto.

Francisco Anjos Diniz permaneceu como o colaborador mais próximo de Bonneville Franco e sucedeu-lhe na direção da DNISP, após a sua morte inesperada em 1966⁵⁵¹, onde permaneceu até à data da extinção da Delegação, em 1970⁵⁵². Não obstante o desaparecimento deste serviço, Anjos Diniz passou a coordenar um grupo de trabalho dedicado à construção de instalações para os serviços públicos em Lisboa⁵⁵³ – embora sem uma formalização como a anterior Delegação, as questões associadas às instalações dos serviços públicos não haviam perdido a sua pertinência, tendo certamente sido a razão para a manutenção daquele grupo de trabalho, cujo corpo técnico conservava um considerável capital de experiência sobre essas temáticas⁵⁵⁴.

O desaparecimento desta Delegação marcou definitivamente o fim de uma forma de funcionamento que tinha sido até então característica do modelo de envolvimento da instituição. Diversas delegações e comissões seriam extintas com a publicação da nova lei orgânica da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1980, a qual, apesar de manter a sua designação original, viu a sua missão e objetivos adaptados aos novos tempos que o período democrático anunciava e aos desafios lançados pela salvaguarda do património monumental e dos edifícios públicos. A extinção da DNISP foi um passo na reforma administrativa que se pretendia levar a cabo, em que “*simplificar circuitos burocráticos, melhorar a coordenação e o rendimento do conjunto dos meios existentes e diminuir despesas de funcionamento*”⁵⁵⁵ passou a ser a prioridade; mas também um resultado natural da redefinição de competências da DGEMN, que deixou de delegar em entidades eventuais o estudo e resolução de certas necessidades de instalação – a subtração de determinados programas tipológicos ao longo da década de 1960 permitia-lhe, segundo o argumento apresentado no diploma de extinção, “*voltar a confiar*

⁵⁵⁰ Visita realizada entre os dias 2 e 5 de outubro de 1956 (PT DGEMN: DSARH 007/125-0023/01, 02.02.1957).

⁵⁵¹ Cf. Portaria, DG. 252, Série II, 29.10.1966.

⁵⁵² Cf. Decreto-lei n.º 144/70, 09.04.1970.

⁵⁵³ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 0217/02, 01.05.1970.

⁵⁵⁴ “(...) ao mesmo tempo que se proporciona oportunidade para fixar um pequeno núcleo de técnicos formados ou consagrados nesta esplêndida escola de realizações de edifícios públicos, alguns deles com uma especialização muito difícil e onerosa (...)” (Decreto-lei n.º 144/70, 09.04.1970).

⁵⁵⁵ Cf. Decreto-lei n.º 144/70, 09.04.1970.

à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a tarefa que tem estado incumbida àquela Delegação [das Novas Instalações para Edifícios Públicos]”⁵⁵⁶.

Esta Delegação teve a seu cargo o estudo e a construção de edifícios únicos, para funções muito específicas, lidando em cada nova instalação com as suas necessidades de mobiliário e equipamento fixo. Ao contrário da CAM, que foi desenvolvendo recursos que a auxiliaram na concretização dessa dimensão, como o catálogo de mobiliário-tipo, a DNISP encontrou na colaboração assídua de um arquiteto esse elemento operativo comum. José Luís da Cruz Amorim (1924-1999) foi sem dúvida uma das figuras essenciais para a definição de uma linguagem formal e estética dos interiores de vários dos edifícios sob responsabilidade daquela Delegação, mas também de uma abordagem sistemática, pragmática, que garantia a efetividade das soluções técnico-construtivas e funcionais. A sistematização de conjuntos de objetos de mobiliário e equipamento fixo foi uma estratégia seguida pelo autor, e validada pela DNISP, que permitiu concretizar processos de instalação em grande escala e prolongados no tempo, como veremos. A participação recorrente desse arquiteto, que nunca integrou os quadros permanentes da DGEMN, parece refletir uma opção consciente por parte da instituição em seguir aquela orientação estética e formal – a documentação consultada deixou ver uma sintonia entre as partes, o corpo diretivo da Delegação e o técnico, a quem foi dada liberdade para desenvolver aqueles projetos de mobiliário e equipamento.

Por outro lado, este arquiteto deu à DNISP uma dimensão analítica e reflexiva sobre os procedimentos adotados pela instituição nos processos de adjudicação, fornecimento e instalação do mobiliário e equipamento fixo, na medida em que os relatórios, informações e pareceres elaborados por Amorim foram integrados na comunicação interna entre da Delegação e o diretor-geral. Através deles foi possível identificar os problemas, obstáculos, atavismos e desafios que caracterizaram o setor da indústria de mobiliário nacional naquele período, assim como a sua relação com o cliente estatal, mas também alguns dos procedimentos a que a Delegação teve de recorrer, durante aquelas intervenções, para a transposição de obstáculos estruturais daquele setor industrial – durante o fornecimento de mobiliário para a sala de leitura geral da Biblioteca Nacional, em 1968, por exemplo, Amorim deixou perceber que a DNISP tinha *“a bem intencionada ideia de experimentar novos construtores de mobiliário dado que as poucas firmas do país, consideradas idóneas pela Delegação, se encontravam já imensamente*

⁵⁵⁶ Cf. Decreto-lei n.º 144/70, 09.04.1970.

*atarefadas com outros trabalhos também para a Biblioteca Nacional*⁵⁵⁷. Esta intenção, no entanto, falhou por completo quando aquele fornecimento esteve na iminência de ser integralmente rejeitado, dados os problemas na sua execução. Não obstante a visão estratégica e pragmática que a DNISP procurou implementar, as fragilidades do setor ficavam demasiado aparentes. Tal como se havia verificado para a CAM, não parece ter havido uma intenção da instituição em promover alterações sistémicas a esse quadro de debilidades e problemas – eles foram identificados e José Luís Amorim chegou a preconizar algumas soluções, mas estas não ambicionavam imprimir quaisquer mudanças no setor, apenas impedir fornecimentos defeituosos e atrasos na sua entrega.

Dada a relevância de que se revestiu a sua atuação, importa, pois, conhecer mais aprofundadamente o percurso deste arquiteto dentro da DGEMN, e da DNISP em particular, resgatando assim o seu nome do anonimato a que tinha sido votado pela historiografia.

⁵⁵⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 31.10.1968.

3.1.1 José Luís da Cruz Amorim

A primeira referência identificada de José Luís Amorim, enquanto colaborador da DGEMN, data de 1942, numa proposta para a execução de 36 desenhos de mobiliário para diversas dependências do Hospital Júlio de Matos⁵⁵⁸, uma participação que se repetirá por diversas vezes até 1945⁵⁵⁹. Seguiram-se outras, como a da proposta para a elaboração de 80 desenhos para o hospital-asilo-colónia da Conraria, o Hospital de Sobral Cid, em 1943⁵⁶⁰, a dos 20 desenhos de mobiliário para as novas instalações da Direcção Geral de Assistência e a dos 6 desenhos para algumas dependências do Conservatório Nacional, ambas em 1944, e todas elas sob responsabilidade da CAM. Em 1945 registou-se ainda o seu envolvimento no projeto para o Arquivo de Identificação de Lisboa⁵⁶¹ (fig. 188), que na altura se encontrava em processo de reinstalação na antiga Casa da Moeda, à Rua de São Paulo. Não obstante a sua participação nestes projetos, estes foram realizados na qualidade de tarefeiro, uma vez que não havia completado ainda a sua formação académica – terminou o curso técnico na Escola António Arroio apenas em 1945, inscrevendo-se de seguida no curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas-Artes, em Lisboa, que só concluiu em 1956⁵⁶².

Desta primeiríssima fase de trabalho para um serviço público, pouco podemos elaborar sobre a sua prestação enquanto autor, uma vez que em nenhum dos processos assim interveio, mas o desconhecimento sobre os verdadeiros responsáveis pelos projetos de mobiliário permite-nos alguma especulação e considerar que o rigor que perpassa na composição dos desenhos, e na articulação das necessidades hierárquicas destas instituições, parece denunciar já algumas das características que iremos encontrar em projetos inequivocamente da sua autoria. Estes elementos gráficos destacam-se pelo seu

⁵⁵⁸ Cf. PT DGEMN: CAM 0399/04, 26.08.1942.

⁵⁵⁹ Cf. PT DGEMN: CAM 0399/04, 25.07.1943, 05.04.1944, 20.09.1944, 18.02.1945, 17.07.1945, 05.11.1945, 04.12.1945.

⁵⁶⁰ Cf. PT DGEMN: CAM 0128/01, 29.10.1943.

⁵⁶¹ Referência de que foi pago por “109 desenhos, pormenorizando o mobiliário destinado às novas instalações do Arquivo de Identificação de Lisboa” na qualidade de tarefeiro (PT DGEMN: DSARH 005/125-3970/07, 15.10.1945). O projeto de adaptação foi da autoria do arquiteto Caetano de Carvalho (1890-1976).

⁵⁶² Estagiou no atelier do arquiteto Cristino da Silva, em 1954; recebeu bolsa de estudo do Legado Ventura Terra (concorreu em 1950 e, na profissão, apresentou-se como "decorador") da qual prescindiu quando foi nomeado professor do Ensino Técnico (Processo de aluno n.º 002361, Arquivo da Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa).

grafismo assertivo, seguro e revelador de experiência, deixando vislumbrar um interesse e dedicação ao desenho de mobiliário, desde muito cedo.

Com a obtenção do diploma de arquiteto pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, Amorim passou a poder assumir maiores responsabilidades em termos de projeto. O novo Instituto de Medicina Tropical foi a sua colaboração seguinte, então já enquanto autor do projeto de mobiliário, equipamento e decoração. O grau de complexidade desta intervenção foi considerável e a articulação necessária entre a vertente de ensino e de investigação científica colocou certamente importantes desafios. Além do mais, o edifício foi projetado por outro arquiteto e, pelo menos na documentação consultada, não existem evidências de qualquer parceria entre os dois autores, o que terá deixado a componente mobiliário e equipamento mais vulnerável a fatores pré-existentes, passíveis de condicionar os processos de instalação, em especial os dos espaços laboratoriais. Com este projeto surgiram os primeiros contornos de uma linguagem formal que se tornou característica do autor, a qual seria aplicada, e replicada, em vários momentos do seu percurso e em edifícios públicos para diferentes funções.

Uma outra qualidade de José Luís Amorim manifestou-se, pela primeira vez, na intervenção para o IMT, e seria também característica da sua prestação enquanto responsável técnico e fiscalizador de intervenções em obras públicas: a exigência e rigor na avaliação das necessidades do projeto e no acompanhamento, sempre rigoroso, das condições de produção das empreitadas de mobiliário e respetivos resultados. Amorim elaborou relatórios e informações sempre que entendeu necessário, normalmente quando se verificaram problemas sérios com as empresas adjudicatárias. As suas leituras foram sempre bastante críticas, denotando uma procura pelo rigor na produção e instalação do mobiliário e equipamento. Importa também destacar a singularidade destes relatórios, que permanecem sem paralelo ou equivalente em toda a documentação que consultámos, que surgiram no contexto da DNISP e não da CAM, o serviço que se dedicava em exclusivo à aquisição de mobiliário, e foram da autoria de um arquiteto contratado e não de um funcionário dos quadros do Ministério.

Do que se depreende da leitura da documentação por si produzida, uma correta estruturação das várias fases do fornecimento seria essencial enquanto instrumento de controlo de qualidade dos fornecimentos. Os adjudicatários, apesar de obrigados a seguir um caderno de encargos extenso e exigente, como veremos na II parte desta tese, e que pretendia acautelar eventuais problemas, acabavam por proceder de forma pouco

profissional, apresentando fornecimentos executados com matérias-primas de diferentes qualidades, transformando as aquisições de mobiliário em processos muito tensos e excessivamente negociados. A sua experiência na gestão e acompanhamento destes procedimentos permitiu-lhe compor um elenco de problemas e fragilidades. A sua reflexão em torno destas questões reverteu num ofício⁵⁶³, que redigiu ao engenheiro delegado da DNISP, em 1963, a propósito de uma outra intervenção da sua responsabilidade, a da Estação Agronómica Nacional, em Oeiras. Não obstante ter sido realizado no decorrer daquela obra, este documento resumiu as suas inquietações e deixou muito clara a urgência em encontrar soluções – em seu entender, a persistência de certos fatores mostrava ser sistémica. Não tendo forma de promover diretamente transformações no tecido produtivo, o estabelecimento de uma regulamentação mais eficaz na seleção dos fabricantes era entendido como uma forma de, por um lado, os distinguir entre si, com base apenas na qualidade da sua produção, e, por outro, alertar os decisores institucionais para essas diferenças e, com isso, provocar possíveis mudanças nos procedimentos administrativos.

A obrigatoriedade de recurso ao concurso público para os fornecimentos havia demonstrado por diversas vezes que o mesmo se tornava contraproducente, uma vez que as várias empresas concorriam equiparadas, independentemente das suas capacidades e prestações anteriores. Sendo forçosa a adjudicação pelo preço mais baixo, a qualidade dos fornecimentos nem sempre era a pretendida, comprometendo a totalidade da empreitada de mobiliário. A DNISP, dada a sua experiência, viu na elaboração de rigorosos cadernos de encargos, antecipando os tipos de problemas anteriormente identificados, com indicações precisas de modelos, materiais e processos construtivos, e obrigatoriedade na entrega de amostras, um meio para antecipar resultados menos satisfatórios. No entanto, a realidade demonstrou repetidamente que, mesmo com um acompanhamento rigoroso das empreitadas, visitando as oficinas e ali colocando fiscais em permanência, *“os empreiteiros de categoria inferior jamais foram capazes de construir mobiliário na qualidade com que empreiteiros de outra categoria o realizavam, não obstante todos os cuidados desta Delegação”*⁵⁶⁴.

⁵⁶³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

Perante isto, a DNISP, na figura do arquiteto Amorim, considerou instrumental a criação de uma tabela classificativa a aplicar a todas as empresas e fabricantes de mobiliário. Esta seria estruturada em quatro categorias possíveis:

1.ª categoria – firmas que, embora por vezes sem oficinas de marcenaria própria, possuem, contudo, boas equipas de operários, nomeadamente estofadores e polidores, conseguindo o mais esmerado acabamento que é possível obter; geralmente trabalham em colaboração com as firmas que classificamos na 2.ª categoria.

2.ª categoria – firmas equipadas com oficinas próprias, mais ou menos apetrechadas, capazes de realizar, sem o auxílio de subempreiteiros, com perfeito acabamento, o conteúdo de uma grande empreitada.

3.ª categoria – firma com oficinas próprias, mas insuficientemente equipadas, valendo-se conseqüentemente dos mais variados e ocasionais subempreiteiros. O nível de fabrico ressentem-se de falta de homogeneidade, que se estende por vezes à própria qualidade do material. Não conseguem mais do que um razoável acabamento.

4.ª categoria – firmas sem dignidade profissional que se valem de todos os recursos ditados pela sua incompetência. Geralmente têm pequenas oficinas, mal equipadas, mas tudo se ressentem de uma construção atabalhoada. Todos os recursos e toda a vigarice que a construção de um móvel consente é usada, por esta categoria de empreiteiros e às vezes não sabemos como obtêm boas informações de outras empreitadas.⁵⁶⁵

Esta estruturação deixou clara, em primeiro lugar, a dificuldade em encontrar fabricantes que conseguissem conjugar a capacidade técnica e a qualidade produtiva. As duas primeiras categorias, as mais desejáveis, que apesar de tudo permitiriam assegurar produtos de boa qualidade, fazem-no não sem algumas dificuldades – ora não tinham marcenarias próprias, ora o seu nível de apetrechamento técnico era mediano. As duas categorias seguintes eram menos abonatórias, deixando bem visível as dificuldades

⁵⁶⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

inerentes ao que seria, muito possivelmente, uma parte significativa daquele setor industrial – para além dos constrangimentos tecnológicos, os fabricantes que teriam estado na origem deste grupo padeciam ainda de um outro tipo de problema. O comportamento que muitos demonstravam ao longo dos processos de instalação denunciava uma atitude pouco profissional e séria, onde o logro e a dissimulação parecem ter sido recorrentes enquanto forma de ocultar dificuldades intrínsecas e cujas consequências tinham ficado bem visíveis durante a instalação do IMT.

Com a definição desta categorização, procurava-se abarcar a realidade da produção de mobiliário para serviços públicos e através dela, *“em cada concurso, conforme a categoria do edifício e o nível de perfeição que pretende – consultar unicamente os empreiteiros que, segundo o seu critério, têm aptidões necessárias para realizarem o fabrico de móveis ao nível da qualidade de construção e acabamento previamente pretendido”*⁵⁶⁶.

José Luís Amorim, apesar de não ter sido funcionário da instituição que dirigia estas obras, não deixou de se dedicar intensamente à resolução dos problemas que debilitavam estes processos. Sendo apenas um executor e externo à instituição, podia ter mantido uma gestão minimalista dos processos e dos seus desafios, deixando a elaboração de uma reflexão mais profunda sobre o sistema para os seus funcionários ou responsáveis institucionais. Amorim não cumpriu apenas o que era esperado da sua prestação enquanto autor, indo mais longe, desenvolvendo planos e estruturando soluções. Houve uma preocupação, que nos chega genuína, em resolver, agilizar, mas que terá esbarrado numa aparente inércia dos agentes decisores envolvidos. Há preocupações que vemos surgir inúmeras vezes ao longo dos anos, nos vários projetos que desenvolveu para a DGEMN, confirmando que as transformações, se possíveis, seriam lentas e que ambas as partes – cliente/ Estado e o tecido industrial – tinham efetivamente de estar interessadas em implementá-las.

Apesar do extenso trabalho desenvolvido para o Estado, em particular para os ministérios das Obras Públicas e do Ultramar, e do elevado grau de envolvimento nos trabalhos das instituições, Amorim não terá chegado a integrar formalmente nenhum deles como funcionário, mantendo-se como profissional independente. Sabe-se apenas que recebeu encargos do Ministério do Ultramar nas áreas do urbanismo e arquitetura

⁵⁶⁶ PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

(1958-1961)⁵⁶⁷ e que foi funcionário da Câmara Municipal de Lisboa na área do urbanismo (1962-1968)⁵⁶⁸.

A partir do seu *curriculum vitae*, sabemos que continuou a desenvolver projetos de mobiliário e equipamento para obras da DGEMN pelo menos até à década de 1970. Esses projetos seguintes foram integralmente devedores da experiência adquirida e da linguagem desenvolvida para o Instituto de Medicina Tropical, o seu primeiro trabalho enquanto autor. Assim, na Junta de Energia Nuclear (1961), em Sacavém, na Estação Agronómica Nacional (1962), em Oeiras, na Biblioteca Nacional (1965-1968), em Lisboa, no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (1967-1971), em Lisboa, no Palácio de Justiça de Lisboa (1968-1969), e na Escola Náutica Infante D. Henrique (1970), em Oeiras, vamos reconhecendo todas as variações e declinações possíveis da estética desenvolvida pelo arquiteto, e que parece ter dado espaço a uma “*aparente acomodação e conseqüente cristalização em soluções que se ressentem da ausência de verdadeira adequação ao contexto específico da intervenção (a escala, o espaços, as tipologias, a geometria), provocando uma sensação de desajustamento, como parece ter sido o caso da Biblioteca Nacional (1965-1968) e do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (1967-1971)*”⁵⁶⁹.

Se a sua linguagem pareceu interessante e inovadora nos seus primeiros trabalhos, a sua recorrente aplicação ao longo dos anos conduziu a uma eventual estabilização das suas propostas, refletindo um aparente desinteresse, senão mesmo algum cansaço, em explorar novas soluções, quando as primeiras já tinham sido testadas e provadas inúmeras vezes. Não obstante esta leitura, importa destacar o importante trabalho realizado sobre o mobiliário para os serviços técnicos e administrativos da Biblioteca Nacional, por exemplo, projetando secretárias, armários, poltronas, estantes, entre outros elementos, que deram a conhecer uma dimensão bastante sistemática, racional e detalhada do seu processo criativo. Um maior conhecimento sobre a sua vida profissional fora do contexto de serviço público, e da sua própria vida pessoal, poderá ser instrumental para o

⁵⁶⁷ Cf. *Curriculum Vitae* de 1994, elaborado pelo próprio: “Urbanismo: Plano de urbanização de Sá da Bandeira, Angola, 1958; Plano de urbanização de Assomada, Cabo Verde 1959; Plano Diretor Base e Plano de Urbanização das zonas de ocupação imediata da Cidade da Praia (1960) e Mindelo (1961), Cabo Verde. Projetos de arquitetura de edifícios públicos: cadeia central e penitenciária de Cabo Verde (1961)”.

⁵⁶⁸ Cf. *Curriculum Vitae* de 1994, elaborado pelo próprio. Nomeado, através de concurso público, arquiteto-urbanista da Câmara Municipal de Lisboa, pedindo exoneração do mesmo em 1968.

⁵⁶⁹ Cf. João Paulo Martins e Sofia Diniz, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design 1940-74” in *Investigating and writing architectural history: subjects, methodologies and frontiers. Third International EAHN Meeting*, Turim, 2014, p. 508.

reconhecimento de possíveis razões para essa inércia, mas os dados disponíveis deixam ainda muitas áreas silenciadas. A falta de dados é crucial na construção destas biografias, comprometendo o resgate do anonimato a que têm sido votados. Se para Amorim conseguimos desenhar um perfil da sua atuação, identificando traços da personalidade enquanto autor, para outros, que revelaram menos atenção ou que produziram menos informação, o desafio será seguramente maior.

Os primeiros trabalhos de José Luís Amorim terão encontrado alguma disseminação fora do circuito institucional, uma vez que uma parte desses objetos terá entrado em produção seriada para o mercado⁵⁷⁰. A revista *Hospitais Portugueses* (Abril-Maio 1959) (fig. 189) inclui uma imagem de um auditório do Hospital Distrital de Setúbal com cadeiras muito próximas do modelo desenvolvido por Amorim para o IMT. Sabendo que a aquisição daquele mobiliário não terá passado pela DGEMN, nem terá contado com a colaboração do próprio Amorim, a possibilidade de as mesmas terem sido produzidas à semelhança dos modelos desenvolvidos para o Instituto, parece-nos bastante plausível. Desconhecemos, no entanto, como terá ocorrido essa disseminação, se por simples reprodução por parte do fabricante, copiando desenhos de outros fornecimentos à revelia do autor, se com a sua autorização e mediação, como parece ter sido o caso da cadeira da FOC, executada para o projeto da Biblioteca Nacional (fig. 194) – segundo as indicações recolhidas, a poltrona P52, da autoria de Amorim para aquelas instalações, e fabricada pela FOC ao abrigo do processo de fornecimento para a Biblioteca Nacional, foi autorizada a integrar os modelos de produção seriada daquele fabricante, passando a constar dos seus catálogos⁵⁷¹.

Não obstante toda a informação coligida sobre o seu percurso profissional, episódios como os anteriores deixam em aberto uma série de questões que impossibilitam em certa medida uma correta avaliação da sua real importância enquanto autor e designer. Sendo certo, contudo, que o seu impacto no universo dos edifícios para serviços públicos foi surpreendente e inédito, tanto pela sua recorrente participação, como pelas suas opções

⁵⁷⁰ A investigação realizada para o projeto *Móveis Modernos* e para a presente tese, permitiu identificar o aparecimento de alguns objetos de mobiliário muito semelhantes aos desenvolvidos pelo arquiteto José Luís Amorim, sem que, no entanto, se tenha podido verificar ou confirmar a sua autoria: cadeiras que foram surgindo em antiquariatos modernos e fotografias de época com peças similares, por exemplo

⁵⁷¹ “*Vimos junto de V. Ex.ª solicitar autorização para incluir no nosso fabrico de série, para adaptação à Linha “Multifoc”, os modelos da poltrona ref.ª P-52 que estamos a executar para o novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa.*” (Carta do gerente da FOC, João Osório de Castro, para o engenheiro-delegado da DNISP, 03.07.1968, espólio José Luís Amorim). O diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Stevens, numa das suas informações sobre as poltronas P52 e P53, refere mesmo que o modelo desenhado por José Luís Amorim era superior aos de série da FOC (Informação n.º 84, 19.02.1968, AHBNP).

estéticas e formais. Por outro lado, a postura crítica que assume perante os processos de fornecimento foi de tal forma exemplar que terá de funcionar como guia na análise de situações semelhantes para este período.

3.1.2 Instituto de Medicina Tropical (Lisboa)

Este instituto⁵⁷², vocacionado para o ensino e investigação científica e dependente do Ministério do Ultramar, encontrava-se instalado de forma precária na ala oriental do edifício da Cordoaria, desde 1904⁵⁷³. Com a consolidação da presença oficial de Portugal nos territórios ultramarinos, o seu apoio enquanto instituição especializada em saúde pública tropical e prestadora de serviços essenciais nessa área passou a ser cada vez mais solicitado, e o conseqüente aumento do quadro de pessoal do Instituto tornava imprescindível a atribuição de instalações mais adequadas.

A proximidade ao Hospital do Ultramar terá sido instrumental na definição da sua localização, enquadrando-se ainda no arranjo urbanístico que se preparava, à data, para aquela parte da cidade – Belém, Praça do Império e a encosta adjacente⁵⁷⁴. O projeto de arquitetura (1953-1958), da responsabilidade do Ministério do Ultramar, através da Direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, foi elaborado pelo arquiteto Lucínio Cruz (1914-1999), em articulação com o estudo que o arquiteto Luís Cristino da Silva estava a desenvolver para aquela zona da cidade. Vicissitudes várias relacionadas exatamente com a sua inserção naquele território e na sua articulação com a envolvente, em particular com o Liceu D. João de Castro na encosta que lhe está sobranceira, implicaram atrasos nos trabalhos e a sua inauguração só teve lugar a 12 de dezembro de 1958.

Apesar de ser uma obra tutelada pelo Ministério do Ultramar, a responsabilidade da adjudicação do projeto de arquitetura, toda a gestão e fiscalização da respetiva obra, assim como o estudo de equipamento e decoração, coube à DNISP. Esta, por sua vez, delegou no arquiteto José Luís Amorim essas funções, que acumulou com a autoria do projeto de mobiliário e equipamento. Não sendo ele funcionário nem da DGEMN, nem

⁵⁷² Criado por carta de lei de 24 de Abril de 1902 e com a denominação de Escola de Medicina Tropical; a designação de Instituto de Higiene e Medicina Tropical foi estabelecida em 1972, por Portaria n.º 735/72, DG. n.º 291/1972, Série I, 16.12.1972.

⁵⁷³ Começou por estar instalado no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, passando, em 1904, para o Hospital Colonial, que à data se encontrava instalado na Cordoaria; em 1940, recebeu instalações próprias, mas permanecendo no mesmo edifício. (*O novo edifício do Instituto de Medicina Tropical*, 1958).

⁵⁷⁴ Neste plano projetava-se também a construção do Palácio do Ultramar, Museu do Ultramar e Escola Superior do Ultramar (Vera Mariz, “A encenação utópica da capital. O projeto de Luís Cristino da Silva para o Palácio do Ultramar (1951-1958)”, *Rossio*, n.º 1, maio 2013, pp. 124-139).

do Ministério do Ultramar⁵⁷⁵, as suas responsabilidades enquanto técnico foram mais alargadas do que para a generalidade dos projetistas, podendo supervisionar a execução de todo o projeto, garantindo a sua correta articulação com o projeto de arquitetura, e podendo afinar e corrigir à medida que a intervenção progredisse.

José Luís Amorim desenvolveu um projeto de mobiliário que contemplou todas as exigências hierárquicas e funcionais de uma estrutura dedicada simultaneamente à investigação e ao ensino. A sua proposta teve por base um levantamento do funcionamento da instituição, exaustivamente desenvolvido por um engenheiro e desenhador que, “*durante seis meses pacientemente ouviram todos os funcionários do Instituto de Medicina Tropical, desde o diretor ao mais modesto dos serventes*”⁵⁷⁶, recolhendo e compilando todos os elementos de apoio à execução do projeto – uma fase prévia essencial, aferindo necessidades, procurando conhecer as funções subjacentes à missão da instituição, à data e futuras, para que fosse apresentado um plano o mais completo e eficiente possível.

Amorim teve a seu cargo quer as áreas mais genéricas – como os gabinetes da direção e salas de reunião do conselho, gabinetes de professores e salas de espera, zonas de convívio e de estar – quer as salas de aula, anfiteatros, laboratórios para aulas práticas, e bibliotecas. Apesar da diversidade funcional, a sua proposta procurou uma homogeneidade nas soluções, criando relações formais e decorativas entre todos os elementos, independentemente do seu contexto específico.

As propostas para os espaços laboratoriais foram, talvez, as que exigiram mais atenção. A Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1951-1956) poderá ter sido uma referência próxima no seu planeamento, uma vez que os projetos de arquitetura e mobiliário foram também da responsabilidade do arquiteto Lucínio Cruz⁵⁷⁷ e desenvolvidos sob a orientação da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC). Mas foi a intervenção no Laboratório Nacional

⁵⁷⁵ Cf. Sofia Diniz e João Paulo Martins, “Do laboratório ao sofá estofado: equipamento e mobiliário para saúde e ciência”, *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Suplemento n.º 3 – Património, ciência e saúde: intervir, conhecer, preservar e valorizar, v. 17, 2018, pp. 29-32.

⁵⁷⁶ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0210/02.

⁵⁷⁷ Cf. Susana Lobo, “Cidade Universitária de Coimbra: desenho do mobiliário na construção de uma obra total” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, Lisboa, 2015, p. 158; Sofia Diniz e João Paulo Martins, “Do laboratório ao sofá estofado: equipamento e mobiliário para saúde e ciência”, 2018, p. 31.

de Engenharia Civil (LNEC)⁵⁷⁸, também ela supervisionada pela DNISP, o ponto de partida para o estudo desta instalação – a fórmula de blocos-tipo com tampos de vários materiais poderia ser aplicada também aqui, embora o universo de investigação do IMT obrigasse a ensaios adicionais para a definição das soluções mais adequadas⁵⁷⁹.

José Luís Amorim, pegando nessa experiência, exponencia-a, criando um sistema modular suscetível de ser aplicado à medida das necessidades específicas de cada departamento de investigação do Instituto, cuja flexibilidade permitiria não só acompanhar eventuais alterações e adaptações futuras, mas também reparações nas canalizações integradas, sem constrangimentos⁵⁸⁰. Tampos e blocos foram entendidos como elementos soltos que uma estrutura metálica permitia articular sem restrições, adaptando-se assim a cada espaço e a cada função. Uma vez encontrado o sistema e todas as suas declinações possíveis, restava apenas a cada coordenador de departamento definir as quantidades e as localizações exatas para cada módulo. O processo de instalação de cada laboratório tenderia a ser célere e rigoroso, mantendo o número de variáveis sob controlo e entregando a sua execução a um fabricante de reconhecida qualidade⁵⁸¹.

Os laboratórios para as aulas práticas tiveram um tratamento diferenciado, com as adaptações necessárias às funções daqueles espaços, mas mantendo o mesmo léxico formal. Os tampos revestidos em termolaminado e blocos de apoio em madeira foram os mesmos, com as respetivas redes de gás, águas e esgotos, mas aqui sem qualquer estrutura superior, permitindo ampla visibilidade entre alunos e docente. As bancadas foram por isso dispostas paralelamente entre si e perpendiculares ao estrado do professor, que recebeu mesa e cadeira semelhante aos modelos definidos para as restantes salas de aula. Os anfiteatros para os alunos seguiram modelos e disposições idênticas a outras instalações coevas, em plateia, com secretárias e cadeiras de professores em linha com o projeto geral, completando-se os conjuntos com elementos específicos, como mesas para

⁵⁷⁸ Projeto de Porfírio Pardal Monteiro (de 1949, inaugurado em 1952). Não obstante ter sido entregue à DNISP para desenvolvimento dos projetos de arquitetura e de mobiliário e equipamento, a sua definição terá sido da responsabilidade de funcionários do próprio Laboratório, do Departamento de Madeiras, em particular do engenheiro Tomás Mateus; a especificidade dos equipamentos fixos terá sido uma das razões para esta opção (*O Campus do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Monumento de Interesse Público*, Lisboa, LNEC, 2017, pp. 34-35).

⁵⁷⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 007/125-0035/03, 24.03.1958.

⁵⁸⁰ Uma das questões mais referidas no relatório elaborado na sequência da visita a Londres foi a da possibilidade de acesso aos interiores das bancadas, em caso de reparação ou substituição de algum elemento, a opção seguida no IMT (PT DGEMN: DSARH 007/125-0023/01, 02.02.1957).

⁵⁸¹ Que neste caso foi à fábrica Móveis Olaio, sem concurso (PT DGEMN: DSARH 007/125-0035/03, 24.03.1958).

projetores, quadros de ardósia duplos móveis e sistemas de suportes para mapas. Dentro desta categoria de espaços, o Instituto contaria ainda com o denominado anfiteatro dos colonos, dedicado aos cursos de educação em saúde tropical para os funcionários públicos e indivíduos que estivessem em trânsito para os territórios ultramarinos. E, por fim, o anfiteatro principal, a aula magna do estabelecimento, que estava equipado com todos os recursos necessários a atividades de carácter audiovisual (cabine de projeção) e de divulgação científica (cabines para tradução simultânea), com a respetiva cátedra – mesas e cadeiras integrando a diferenciação obrigatória entre vogais e presidente, facilmente perceptível pela altura dos espaldares.

Os gabinetes de trabalho foram pensados enquanto grupo tipológico, independentemente do departamento a que estivessem afetos. Assim, foram desenhadas secretárias, cadeiras, mesas e móveis de conforto que pudessem ser integrados em qualquer um desses espaços, todos eles com a mesma madeira, revestimento e acabamento. As plantas com a distribuição do mobiliário, por pisos e por departamento (fig. 197), são por isso uma ferramenta interessante na análise do impacto dessa sistematização de modelos, em que cada um recebeu um código alfanumérico, à semelhança do registo do catálogo de mobiliário-tipo da CAM – P para poltrona, 2 o número do modelo, por exemplo – permitindo ao arquiteto identificar rapidamente as opções para cada sala e proceder a ajustes e alterações com a mesma facilidade.

A dimensão representacional da instituição foi também considerada. Os gabinetes da direção e sala do conselho receberam um tratamento diferenciado, quer pelas opções formais, quer pelos materiais de revestimento, que, dessa forma, denunciavam um estatuto distinto face às restantes (figs. 209, 210 e 211). A opção por um revestimento em tecido, neste caso particular em veludo azul, permitiu associar estas peças a uma utilização específica, moderada e num contexto de autoridade, pese embora a proposta inicial do autor contemplasse outro material e que foi substituído no decorrer do processo de produção⁵⁸². Estas peças, exemplares únicos, projetadas e executadas apenas para o Instituto, revelam também uma aproximação às tendências do design internacional da altura. Ao contrário das cadeiras de madeira C1, C2 e C3 que, idênticas ou com ligeiras

⁵⁸² Informação elaborada pelo arquiteto Amorim sobre os trabalhos a mais a realizar pelo empreiteiro, Móveis Vitória, entre elas a “*substituição de plástico por veludo nas poltronas das salas nobres*” (PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 30.10.1958).

variações, iremos encontrar noutras instalações⁵⁸³, esta série não voltou a ser replicada ou adaptada por José Luís Amorim noutros projetos.

As peças que foram aqui pela primeira vez sistematizadas e que definiram em certa medida a estratégia formal e estética de Amorim para outros edifícios públicos – a cadeira simples (C1), de braços (C2) e giratória (C3) (figs. 214, 216 e 218) –, foram recorrentes nas suas propostas das décadas seguintes. Estas cadeiras ora completavam conjuntos de secretárias e mesas, ora seriam colocadas sozinhas, complementando salas de aula e outros espaços de forma indiferenciada, sendo uma constante nas suas intervenções ao abrigo da DNISP. Já as secretárias e mesas de trabalho sofreram uma evolução mais significativa em termos formais, ficando os modelos projetados para o IMT como propostas únicas (figs. 212 e 213).

O projeto do Instituto previu ainda a criação de um espaço museológico e centro de documentação dedicado à medicina e saúde tropical que, apesar de ter sido estudado e projetado, acabou por nunca se concretizar. A viagem de estudo a Inglaterra teve também como missão identificar e recolher experiências de instalações semelhantes e o futuro Museu Médico Didático do Instituto de Medicina Tropical foi pensado à semelhança do Wellcome Museum of Medical Science de Londres⁵⁸⁴, não só na sua estrutura museográfica, mas também no mobiliário e equipamento didático associados. De facto, este museu pretendia “*completar a formação profissional dos médicos que frequentam cursos de especialização que ali são professados, e a facultar aos que já exerçam no ultramar quando venham à metrópole elementos de estudo sempre actualizados que lhes permita pôr-se a par dos progressos verificados nos vários ramos da especialidade*”⁵⁸⁵, reconhecendo-se numa missão em tudo semelhante à da instituição londrina.

⁵⁸³ Outras instalações da responsabilidade da DNISP, mas também fora do universo da DGEMN: a imagem da sala de conferências de Hospital Distrital de Setúbal, apresentada na revista *Hospitais Portugueses* (Abril-Maio 1959), mostra vários exemplares de uma cadeira muito semelhante à que foi proposta por José Luís Amorim para o IMT.

⁵⁸⁴ Criado em 1914 por Sir Henry Wellcome, estando prevista a sua vertente de “teaching museum”, como forma de apoiar o conhecimento em torno das doenças tropicais e do seu tratamento. O espaço foi concebido de forma particular, procurando possibilitar a cada investigador um acesso franco a todos os elementos necessários à sua pesquisa: “The exhibits and display panels were designed to educate specialists in the field of tropical disease and medicine and to teach the latest techniques in diagnosis and prevention. Visitors could pick up and study specimens from every angle and could access the latest literature from a drawer beneath the relevant display panel. Fold down desks were devised to line the walls so students studying for long periods had somewhere to keep and take notes. In fact, the Museum operated rather like a classroom for undergraduate and postgraduate medical and paramedical students”.

(<http://blog.wellcomelibrary.org/2011/09/the-wellcome-museum-of-medical-science-1914-1989/>, acesso a 09.03.2020).

⁵⁸⁵ Cf. PT DGEMN: DSARH 007/125-0023/01, 02.04.1957.

José Luís Amorim executou uma proposta muito em linha com o exemplo inglês, mantendo a circulação similar a um circuito expositivo (fig. 220), com cada segmento dedicado a um tema, onde painéis e outros recursos explicativos disponibilizariam os conteúdos associados (fig. 225). Seriam também criadas unidades de estudo, *study units* no caso inglês (fig. 222), que estariam organizadas de forma temática, com cada bloco dedicado a uma doença, ou assunto equivalente, onde seriam disponibilizadas ferramentas de apoio ao tema, incluindo livros e outros elementos pedagógicos complementares, integrando ainda uma cadeira e mesa de apoio para o investigador. Os desenhos existentes em arquivo sobre o mobiliário remetem para uma linguagem formal distante daquela que tinha sido apresentada para os outros espaços do Instituto, mas muito próxima da do Wellcome Museum – cadeiras em tubo metálico (fig. 224), com assentos e espaldares em tecido, mesas em tubo metálico com tampos em termolaminado e painéis móveis idênticos aos do exemplo inglês (fig. 223), que na proposta portuguesa assumiram a designação de livro metálico. A estrutura das *study units* inglesas foram aqui reproduzidas quase na íntegra, incluindo os suportes para título, os suportes para livros, as prateleiras de apoio e os números de referência das unidades (fig. 226). Não tendo José Luís Amorim integrado o grupo que visitou aqueles estabelecimentos, teve certamente acesso ao guia do Museu⁵⁸⁶ ou similar (fig. 221), podendo confirmar-se a sua semelhança.

O projeto do Instituto tinha delimitado uma área específica no edifício para este museu, embora demasiado pequena segundo as indicações recolhidas, tendo por isso chegado a equacionar-se a aquisição de um edifício na Rua da Junqueira, contíguo ao Instituto, para a sua instalação⁵⁸⁷. Não obstante não se ter encontrado qualquer exemplar dos móveis concebidos, nem da estrutura do museu e muito menos do espaço que lhe terá sido designado, a documentação em arquivo regista a realização de um concurso para a aquisição do mobiliário e equipamento, e a firma Metalex – C.R. de Vasconcelos foi a sua adjudicatária, em 1959, havendo mesmo um auto de receção definitiva dessa empreitada⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ Cf. *Guide to the Wellcome Historical Medical Museum*, Londres, W.H.M.M. [s.d.].

⁵⁸⁷ “No projecto do novo edifício para o IMT não foi possível destinar para o Museu mais do que uma sala localizada no r/c do corpo poente com a área de 153 m². (...) Mas confinar o Museu a tão pequena área é o mesmo que limitar a sua acção a uma função puramente estática, sem qualquer interesse didático, que a razão principal da sua criação. Pensou-se por isso em aproveitar a parte do edifício da Rua da Junqueira onde estão presentemente instalados serviços do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, que ficará enquadrado no arranjo geral do IMT e vai ser adquirido pelo Ministério do Ultramar (...)” (PT DGEMN: DSARH 007/125-0023/01, 02.02.1957).

⁵⁸⁸ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0225/01/3, 27.07.1959.

Uma vez elaborado e aprovado o projeto de mobiliário e equipamento para o Instituto, a sequência para os concursos de fornecimento teria que ser estabelecida. No caso do Instituto, a necessidade em acolher um congresso internacional de medicina tropical⁵⁸⁹ fez com que os anfiteatros e salas de aulas passassem para o topo da lista de prioridades, para que estes estivessem efetivamente prontos para receber as atividades do congresso. Sabendo-se que os procedimentos normais de aquisição por concurso público, aberto a todos os interessados, implicavam um tempo que aparentemente não haveria, a solução passou pela adjudicação direta ao fabricante, sem recurso a concurso público, justificada pela elevada especialização das instalações a equipar. Este argumento permitiu à DNISP endereçar convites a fornecedores e fabricantes específicos, que sabia terem competência suficiente para a execução e entrega de equipamento e mobiliário de qualidade. Ao contrário do concurso público que obrigava à contratação da proposta com o valor mais baixo, a adjudicação direta, ou participação em concurso limitado, era entendida como um dos recursos possíveis para garantir tanto o cumprimento dos prazos de entrega como as condições contratadas para o fornecimento. Num dos ofícios iniciais deste processo, essa questão chegou a ser abordada, ficando claras as condicionantes de uma adjudicação por concurso público⁵⁹⁰. Por outro lado, uma relação eficaz entre o fabricante e o setor da construção civil, no caso de haver mobiliário e equipamento de integração na estrutura do edifício, como era ali o caso, era essencial para a boa prossecução dos trabalhos, entendendo-se também que empresas com melhor reputação na sua produção seriam mais eficazes nessa comunicação, obviando atrasos e outros obstáculos⁵⁹¹. Para uma intervenção tão complexa como a que estava em curso, os seus responsáveis pareciam ter bem presente o impacto que a qualidade das empresas adjudicatárias teria no resultado final.

⁵⁸⁹ O VI Congresso Internacional de Medicina Tropical e Malária, que ali decorreu entre 5 e 13 de setembro de 1958 (<https://www.ihmt.unl.pt/11001/>, acesso a 27 janeiro 2021).

⁵⁹⁰ “Foi neste aspecto que a solução – concurso público – maior dificuldade apresentou, pois o pessoal da firma adjudicatária do Laboratório de Engenharia Civil era de fora de Lisboa e não estava habituada às exigências que um trabalho desta natureza requer, não se tornando fácil a assiduidade da fiscalização durante o fabrico. Acresce ainda o facto de se tornar indispensável recorrer a empreiteiros da mais ampla confiança a fim de se evitar perdas de tempo que a recusa de obra feita possa acarretar, daí resultando o não cumprimento dos prazos que, no caso presente, são inteiramente de respeitar (...)” (PT DGEMN: DSARH 007/125-0035/03, 24. 03.1958).

⁵⁹¹ “No entanto, e ainda pela experiência citada, sobretudo pelo que diz respeito à adjudicação então feita em concurso público, chegou esta delegação à conclusão que tal forma de proceder não é aconselhável, tratando-se, sobretudo de elementos que estão fixos à parte de construção civil e que têm de ficar em condições de puderem receber as instalações que nela vão ser fixadas, visto só casas muito competentes e conscienciosas podem de facto cumprir, muito especialmente no que diz respeito ao assentamento (...)” (PT DGEMN: DSARH 007/125-0035/03, 24. 03.1958).

A já referida especificidade do mobiliário e equipamento tornava ainda mais premente o cumprimento de um dos pontos obrigatórios dos cadernos de encargos – a entrega prévia de protótipos das peças constantes no projeto pela empresa adjudicatária. Em todos os processos de aquisição de mobiliário, a apresentação destes objetos era um passo fundamental, porque nele se apreciaria o projeto na sua tridimensionalidade e a sua interpretação pelo fabricante, procurando-se assim evitar eventuais deficiências e erros de execução, avaliando ainda a qualidade dos materiais utilizados, e mesmo a sua adequação à função e ao espaço. Apesar de ser um dos pontos obrigatórios era, contudo, o menos concretizado⁵⁹² – o tempo e os recursos necessários para a fabricação de um só protótipo para todas as peças da empreitada seriam vistos como demasiado elevados para a maioria destes fabricantes, que funcionavam num regime quase doméstico, não tendo capacidade para assegurar mais essa fase do processo. Paralelamente, mesmo havendo submissão de amostras e alguns protótipos, a documentação associada informa-nos que, ainda assim, no caso presente, estes seriam insuficientes para uma correta avaliação das capacidades dos adjudicatários: *“o fornecimento e assentamento de mobiliário de madeira para o Instituto de Medicina Tropical notamos que as amostras que nos enviaram são insuficientes para apreciar o processo construtivo que V. Sr.^a se propõe utilizar no fabrico do mobiliário constante desta empreitada. (...) V. Sr.^s deverão construir um pequeno painel mostrando o vosso processo de fabrico das ilhargas e dos tardo dos móveis, por modo a que se possa analisar não apenas o acabamento exterior, mas ainda a estrutura interior”*⁵⁹³.

Enquanto técnico responsável pelo projeto de mobiliário do Instituto, o arquiteto José Luís Amorim acompanhou bastante de perto todo o processo de fornecimento das várias empreitadas, elaborando informações detalhadas, dando conhecimento dos problemas encontrados, mas também propondo soluções. Estas eram enviadas ao engenheiro delegado da DNISP, Artur Bonneville Franco, que por sua vez deu delas conhecimento ao diretor geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assim, estas

⁵⁹² “(...) pelo que diz respeito ao seu método de trabalho devem V. Sr.^s de futuro tomar mais atenção com o disposto no artigo 33º do caderno de encargos [onde se pede que entreguem um exemplar à escala para aprovação pelos serviços, e só depois passarem à sua fabricação em série]. Assim, não devem V. Sr.^s apresentarem uma série de móveis já quasi concluída, colocando a fiscalização perante um facto consumado e V. Sr.^s na contingência de verem a série completamente rejeitada. Nos sejam apresentados, com urgência, os modelos protótipos de cada um dos tipos de cadeiras e poltronas incluídos no lote de móveis cujo prazo de entrega se está aproximando muito rapidamente, a fim de se lhe poderem introduzir as alterações necessárias, com a antecedência requerida para que a fabricação em série se realize dentro do prazo estabelecido pelo caderno de encargos (...).” (PT DGEMN: DNISP 001-0224/01/2, 18.08.1958);

⁵⁹³ Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/02/2.

análises, ainda que pouco circunstanciadas, chegavam a importantes níveis da hierarquia institucional, alcançando decisores administrativos com capacidade para denunciar as falhas e os problemas destes processos, e neles provocar eventuais mudanças.

Esses textos dão-nos também acesso a uma realidade industrial que outros processos administrativos não permitiram. O contacto direto e *in loco* do arquiteto com as oficinas deu a conhecer uma indústria ainda demasiado próxima do trabalho artesanal, quase doméstico, nem sempre capaz de responder de modo adequado às necessidades e exigências do cliente estatal, que encomendava em grande escala e com elevado grau de especialização. No caso dos fornecimentos para o Instituto de Medicina Tropical transpareceu de forma muito vincada a inadequação de algumas dessas empresas face a empreitadas tão específicas, não só na qualidade do trabalho apresentado, mas também na gestão de todas as suas obrigações enquanto fornecedores.

O arquiteto Amorim, enquanto autor, mas também fiscalizador, foi instrumental para a compreensão das expectativas do encomendador e de que forma estas podiam ser geridas durante o processo, assim como para a definição de soluções perante o seu não cumprimento. Nos seus relatórios e informações transparece um profundo conhecimento dos processos e capacidades produtivas dos fabricantes envolvidos. O facto de ter optado por um *critério moderado* em oposição a um *critério exigente* denunciou o esforço que teria feito em muitas das vistorias, procurando conciliar as capacidades e os recursos das empresas com a qualidade exigida para aqueles fornecimentos. Em seu entender, “*a adoptar-se um critério exigente na aceitação destes móveis, quasi todas as peças seriam rejeitadas ou levariam tão profundas remodelações que os correspondentes trabalhos perturbariam certamente o funcionamento do instituto*”⁵⁹⁴. Preferiu, por isso, moderar a sua avaliação dos processos e meios de produção, “*tolerando certas imperfeições que não são fundamentais, a fim de não levantar uma confusão no Instituto que, a nosso ver, provocaria até má vontade de alguns funcionários do Instituto de Medicina Tropical*”⁵⁹⁵. A falta de zelo e de cuidado nos acabamentos em geral foram as dificuldades mais sentidas⁵⁹⁶, que não obrigaram à recusa da empreitada na sua totalidade, mas cuja resolução implicou quase sempre atrasos e com isso outro tipo de problemas⁵⁹⁷ – as

⁵⁹⁴ Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 05.04.1959.

⁵⁹⁵ *Ibidem*.

⁵⁹⁶ Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 05.04.1959.

⁵⁹⁷ O envio de peças em branco, para acabamento no local, contrariamente à entrega de peças terminadas e prontas para colocação e fixação, era também uma prática que se queria ver evitada e que demonstrava não só o pouco profissionalismo e incapacidade de gestão do fluxo produtivo, mas também a pouca atenção

condições em que muitas destas empresas laboravam tinham por isso consequências diretas na qualidade da sua prestação e do seu produto.

Após visita a alguns dos fabricantes envolvidos em fornecimentos para o Instituto, José Luís Amorim elaborou uma informação relativamente detalhada sobre um deles, a fábrica de móveis Aséta, no Porto, que tinha a seu cargo a quarta empreitada⁵⁹⁸. O relatório abre com uma descrição sumária das instalações, identificando o número de edifícios e a área total (dois, com 300m² cada um), alertando que as mesmas sofreriam uma ampliação muito em breve, de forma a viabilizar a entrega da referida empreitada. Esta informação é reveladora da escala de produção daquela fábrica que, para ter capacidade para responder à adjudicação, teria de aumentar a sua área, ainda durante o decorrer dos trabalhos, revelando a sua impreparação ao aceitar um fornecimento daquela dimensão. O autor notou ainda que, apesar da expectativa de expansão das suas instalações, a existência de uma “*espécie de confederação de oficinas*”⁵⁹⁹ permitia contornar parcialmente esse obstáculo. Dada a exiguidade do espaço disponível, os Móveis Aséta consubstanciavam-se, neste caso, num grupo de outras empresas, de menor dimensão, dispersas nas imediações da principal, que contribuíam para a empreitada nas quantidades e qualidades possíveis. A dispersão na execução de um grupo de peças que se pretendia homogéneo poderia contribuir de forma negativa para a qualidade do fornecimento final, caso o próprio fornecedor não garantisse a fiscalização e com isso a uniformidade das peças. Apesar disso, o arquiteto parece ficar surpreendido com o recurso utilizado, colocando, naquela informação, um ponto de interrogação frente à palavra “sociedade”, sem adiantar qualquer opinião sobre a prática. Fica por perceber o que estaria subjacente à sua interrogação – se a prática em si, ou se aquele caso em particular, por considerar pouco provável uma implementação com resultados positivos.

com o cliente, dado que a entrega de peças nessa fase de fabricação implicaria transformar em estaleiros de obra espaços já prontos para entrar em funcionamento: “Urge que Vossas Senhorias mandem para Lisboa, quanto antes, como combinaram com o arquitecto Amorim, uma equipe de bons operários a fim de completarem em boas condições o acabamento dos móveis já entregues, colocando-os nos seus devidos lugares, por forma a evitar aglomeração, que presentemente se verifica no hall da cave do edificio que, a continuar por mais tempo causará perturbação no funcionamento do Instituto, que muito interessa evitar. Convém tomarem boa nota de que não me é possível permitir-lhe que os móveis só sejam acabados depois de assentos no local. A fiscalização desta delegação, com instruções minhas, só permitirá que os móveis sejam assentes no local depois de impecavelmente acabados (...).” (PT DGEMN: DNISP-001-0224/02/2, 07.01.1960).

⁵⁹⁸ Fornecimento e assentamento de mobiliário para o Instituto de Medicina Tropical (Mobiliário de madeira) (PT DGEMN: DNISP-001-0224/02/2).

⁵⁹⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 06.10.1959.

A sua avaliação das capacidades técnicas da empresa foi também reveladora. A visita registou a existência de uma tupa e uma serra de fita nas oficinas da Aséta, e quase nada mais nas que lhe estavam associadas⁶⁰⁰. A ausência de desenvolvimento tecnológico na execução deste mobiliário parece clara – não havia qualquer maquinaria de relevo, qualquer suporte técnico, mantendo meios e sistemas de produção desatualizados e estagnados. Os responsáveis institucionais sabiam que em muitas das empresas às quais entregavam os fornecimentos, “*os processos de construção utilizados seguem mais o critério do carpinteiro que faz obra de tosco para pintar do que propriamente o esmero cuidadoso do marceneiro que trabalha a madeira com preciosismo e perfeição*”⁶⁰¹, sem que em algum momento tenham sido tomadas as devidas ações oficiais para a definição das estratégias necessárias que permitissem ultrapassar essas deficiências – por um lado, procurando promover a qualificação das empresas, da produção, dos produtos e dos ambientes que iam equipar; e por outro, zelando para habilitar de modo adequado os espaços de trabalho e de relação com os cidadãos e fortalecendo a representatividade subjacente aos edifícios públicos. Não deixa de ser significativo notar que, ao mesmo tempo que foi delineado todo um projeto de mobiliário e equipamento para uma das instituições de investigação científica mais avançadas em Portugal, à data, uma parte significativa do mobiliário e equipamento onde essa mesma investigação seria desenvolvida foi executada de forma bastante rudimentar.

A constância de apreciações tão negativas prendia-se também com a qualidade e quantidade dos recursos humanos disponíveis. Num fornecimento com maior exigência técnica, como foi o caso do dos laboratórios, essas dificuldades sobressaiam e vários dos problemas apresentados naquelas remessas tinham a sua origem naquele tipo de fatores – encomendas de grandes quantidades, executadas por mão-de-obra pouco qualificada e em número claramente insuficiente. O relatório da visita às instalações dos Móveis Aséta reforçou essa leitura, identificando uma “*já pronunciada falta de mão de obra*”⁶⁰² e que a distribuição das tarefas por oficinas vizinhas não parece ter mitigado, uma vez que as próprias sofreriam do mesmo problema. Essa fragilidade ficou bastante visível no processo de instalação dos equipamentos fixos. Sendo a maioria destas empresas de fora de Lisboa, a logística associada à deslocação de pessoal para a conclusão do fornecimento condicionou a qualidade da prestação não só por causa da distância, mas em especial pela

⁶⁰⁰ Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 06.10.1959.

⁶⁰¹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 27.06.1960.

⁶⁰² Cf. PT DGEMN: DNISP-001-0224/01/2, 06.10.1959.

falta de mão de obra em quantidade suficiente para assegurar duas frentes de trabalho – na oficina, onde estavam a ser produzidas as peças e no edifício onde essas deviam ser instaladas. A obra do LNEC já tinha dado indicações de que isso seria um problema, “*pois o pessoal da firma adjudicatária era de fora de Lisboa e não estava habituada às exigências que um trabalho desta natureza requer, não se tornando fácil a assiduidade da fiscalização durante o fabrico*”⁶⁰³.

O facto de uma parte significativa deste fornecimento ser relativo a laboratórios introduziu um elemento novo que a execução de peças soltas não costumava levantar. A articulação entre os espaços e o equipamento fixo obrigava a um rigor na execução dos vários elementos, assim como a capacidade de resolução de problemas na montagem, não só através de recursos técnicos e ferramentas, mas também de recursos humanos compatíveis. Os vários abandonos de obra que ocorreram durante os fornecimentos de mobiliário do IMT vieram reforçar essa ideia, de um desencontro entre as reais capacidades de alguns destes fabricantes e o tipo de fornecimento adjudicado. A não informação junto dos responsáveis das suas dificuldades, deixando simplesmente de comparecer na obra, deixa entrever uma postura de pouca responsabilidade e falta de profissionalismo perante os compromissos assumidos⁶⁰⁴, e um aparente desinteresse em encontrar as soluções adequadas.

Não obstante as fragilidades registadas por Amorim acerca dos meios de produção destas empresas, a grande responsabilidade nos problemas encontrados residia, em seu entender, nas suas administrações e equipas de gestão. A incapacidade para responder com seriedade às advertências feitas foi particularmente notória e, por vezes, exasperante. Mais uma vez, os Móveis Aséta surgiram como um exemplo deste tipo de conflitos. Quando o seu responsável foi confrontado pela DNISP pelo não cumprimento dos itens constantes no caderno de encargos, este respondeu “*que não havia contado na elaboração dos preços com tanta 'severidade', mas que, 'mesmo com prejuízo' cumpriria as prescrições do Caderno de Encargos, na disposição de marcar um lugar de simpatia e boa impressão que muito presaria possuir junto da Delegação*”⁶⁰⁵.

⁶⁰³ Cf. PT DGEMN: DSARH 007/125-0035/03, 24.03.1958.

⁶⁰⁴ “No dia 25 do corrente, o empreiteiro em referência [Móveis Vitória] abandonou os trabalhos que estavam a realizar no IMT retirando o seu pessoal (3 operários) do edifício do instituto. (...) Este abandono do trabalho não corresponde, portanto, a uma reacção tomada pelo recebimento do referido officio (...)” (PT DGEMN: DNISP DNISP-001-0224/01/2, 29.08.1958).

⁶⁰⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 27.07.1960.

Estas afirmações revelam, em certo sentido, uma atitude menos cooperante perante os compromissos assumidos com o cliente, do qual se esperava que ignorasse uma série de falhas e que fosse condescendente perante as suas capacidades, ou a falta delas. A estratégia passava por entregar, no início do processo, as peças executadas com mais cuidado e com materiais de melhor qualidade, acautelando assim possíveis apreciações negativas pelos responsáveis da obra. À medida que o prazo se aproximava do seu fim, e com ele a disponibilidade de madeira com qualidade – seca, limpa e sem nós –, as peças que iam chegando ao edifício nem sempre cumpriam os requisitos inicialmente validados. Pressionados pela escassez do tempo restante, os técnicos viam-se de alguma maneira impedidos de rejeitar ou suspender a empreitada⁶⁰⁶, ficando obrigados à inevitabilidade da sua entrega. Os fabricantes conseguiam desta forma assegurar o fornecimento sem provocar grandes perturbações ao seu tradicional funcionamento, jogando com as condições e condicionamentos existentes, em especial o acesso a madeira de qualidade.

Houve, de facto, uma tolerância inicial que foi desaparecendo à medida que as promessas de resolução dos problemas se iam acumulando, sem nunca se resolverem verdadeiramente. Se, inicialmente, se reconheceu “*uma solitudine extraordinariamente amável*” da parte do empreiteiro quando respondia aos pedidos, “*acatando sempre delicadamente todas as indicações que lhe eram dadas para a execução do mobiliário prontificando sempre a emendar tudo o que fosse necessário*”⁶⁰⁷, quando os compromissos passam a ser consecutivamente quebrados, o tom altera-se, ocorrendo “*calorosas discussões*”⁶⁰⁸ e deixando de haver qualquer compreensão da parte do cliente: “*o trabalho que apresentava nunca esteve em harmonia com a sua amabilidade e com as suas promessas, apresentando sempre os móveis descaradamente em condições inferiores em relação ao combinado*”⁶⁰⁹. A frustração de José Luís Amorim fica clara: “*combinava-se uma coisa e aparecia outra completamente diferente*”⁶¹⁰.

Nestas informações, Amorim dá-nos um panorama em que os objetivos do cliente – mobiliário de qualidade – ficam claros, mas com plena consciência das dificuldades

⁶⁰⁶ “Principiou o empreiteiro por fabricar secretárias, armários do tipo A1 e semelhantes e cadeiras (que são as peças mais bem construídas da empreitada) havendo-nos causado uma boa impressão inicial. Começaram depois a aparecer os móveis mais mal construídos (...).” (PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 27.07.1960).

⁶⁰⁷ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 27.07.1960.

⁶⁰⁸ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 21.05.1960.

⁶⁰⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0224/02/2, 27.07.1960.

⁶¹⁰ *Ibidem*.

com que se depararia, a forma de gestão desses processos, e as soluções que pensava serem as mais adequadas. Reconhecemos nas suas notas informativas uma atitude crítica face aos obstáculos, mas sempre procurando um desfecho que minimizasse o impacto dos problemas criados pelos fabricantes – o mais extremo, que passaria pela rejeição da empreitada na íntegra e entrega a outra empresa mais qualificada; o mais suave, que alertava apenas para a necessidade de retificação de algumas das peças. O rigor que exigia, mesmo sabendo que a capacidade de resposta de algumas delas seria deficiente⁶¹¹, obrigava-o também a aumentar a atenção sobre as mesmas, exatamente para acautelar e prevenir complicações futuras⁶¹².

*

A intervenção do IMT foi relevante em várias dimensões, tal a riqueza de informação registada. Por um lado, foi das primeiras obras da DNISP que se encontrava então profundamente envolvida no reordenamento urbanístico daquela zona da cidade. Um edifício projetado de raiz enquanto laboratório de investigação científica e estabelecimento de ensino, construção decorrente do crescente interesse estratégico pelo Portugal ultramarino, denuncia certamente o interesse estratégico que lhe estava subjacente.

Por outro lado, o arquiteto José Luís Amorim teve aqui o primeiro projeto de mobiliário e equipamento fixo inteiramente da sua autoria, participação que acumulou com a administração e fiscalização dos processos de adjudicação e fornecimento. Não só a proposta que apresentou estabeleceu uma linguagem formal e estética que caracterizou o seu percurso enquanto designer, mas a sua visão pragmática possibilitou a criação de um sistema de objetos que agilizou o processo de instalação e que marcaria também a sua abordagem aos edifícios públicos. Já os relatórios que elaborou ao abrigo dessa colaboração alargada dão-nos acesso a um tipo de informação que havia permanecido ausente nesta documentação – a visibilidade concedida aos processos de fornecimento

⁶¹¹ “O nível técnico do empreiteiro, sem atingir o grau de organização e qualidade da firma Olaio, pode considerar-se bastante aceitável (...).” (PT DGEMN: DNISP-001-0224/02/2, 06.10.1959).

⁶¹² “Ficamos satisfeitos com o cuidado que os operários estão a trabalhar, mas parece-nos, no entanto, que os não devemos abandonar nem afrouxar a vigilância.” (PT DGEMN: DNISP-001-0224/02/2, 06.10.1959).

permitiu um acesso privilegiado à realidade da indústria nacional de mobiliário, num registo sem paralelo até então.

3.1.3 Laboratório de Física e Energia Nucleares (Sacavém)

A criação da Junta de Energia Nuclear (JEN), em 1954⁶¹³, marcou o arranque oficial do programa nuclear português. Fomentado em grande medida pela existência de urânio no país e pela necessidade de controlar a sua extração e usos, o Instituto de Alta Cultura procurava, desde 1950, criar condições para o lançamento dos primeiros estudos em Portugal em torno deste recurso energético. O interesse sobre esta temática crescia nos contextos internacionais e Portugal pretendia também marcar o seu lugar. A energia nuclear era vista como o recurso do futuro, não só na produção de energia para consumo doméstico e industrial, mas também na sua aplicação em contextos especializados como a medicina. Era importante por isso começar a desenhar um plano de trabalhos para uma investigação fundamentada, que passaria pelo envio de bolseiros para instituições e universidades estrangeiras, mas em especial pela construção de um laboratório especializado.

A criação do Laboratório de Física e Energia Nucleares (LFEN), onde ficou alojado o primeiro e único reator nuclear português, foi autorizada por Salazar em 1955⁶¹⁴ e formalizada em 1959, segundo proposta da JEN. As primeiras instalações do serviço, dado o seu carácter essencialmente administrativo, foram em Lisboa, primeiro em São Bento, no edifício da Assembleia Nacional, e depois em São Pedro de Alcântara⁶¹⁵. Dadas as condicionantes de segurança envolvidas na instalação do reator, este teria necessariamente de ser implantado fora da cidade. Mais uma vez, Sacavém pareceu reunir as condições ideais, adquirindo-se um terreno nas imediações da antiga Estação Agronómica Nacional, a Quinta dos Remédios⁶¹⁶, junto da linha do comboio e da Estrada Nacional n.º 10. A instalação do reator contou ainda com uma contribuição financeira do governo dos Estados Unidos da América (EUA)⁶¹⁷, em parte aplicada também na aquisição dos equipamentos.

O projeto de arquitetura foi entregue ao arquiteto António Lino (1909-1961) que definiu o complexo seguindo uma estrutura pavilhonar, com prioridade para o edifício

⁶¹³ Cf. Decreto-lei n.º 39 580, 29.03.1954.

⁶¹⁴ Cf. Jaime da Costa Oliveira, *Memórias para a História de um Laboratório do Estado*, Santarém, O Mirante, 2013, p. 11.

⁶¹⁵ Enquanto serviço público, a sua instalação ficou igualmente a cargo da DGEMN e da CAM no que ao seu equipamento e mobiliário dizia respeito (PT DGEMN: CAM 0359/08).

⁶¹⁶ Cf. Jaime da Costa Oliveira, *O Reactor Nuclear Português. Fonte de Conhecimento*, 2005, pp. 55-56.

⁶¹⁷ *Ibidem*, p. 53.

onde ficaria instalado o reator, permitindo com esta solução a expansão e crescimento do serviço consoante as necessidades e a evolução da investigação científica associada. O LFEN propôs a criação de três serviços – o de Física, o de Química e Metalurgia e o de Reatores Nucleares –, tendo sido construídos os pavilhões de Física, de Química e Metalurgia, edifícios para a instalação Piloto de Produção de Urânio Puro, do Reator Nuclear, das oficinas com Posto de Transformação de Energia Elétrica e Central de Aquecimento e depósito elevado de água, edifício da Administração (serviço contra a proteção de radiações e serviço de documentação) e portaria⁶¹⁸.

A construção do Laboratório foi feita por fases, com a primeira concluída em 1961 e inaugurada oficialmente a 27 de abril. Para além dos edifícios inicialmente projetados e que ainda integram o conjunto, outros foram sendo erigidos à medida das necessidades concretas do próprio Laboratório, mas também das várias tutelas, que ali foram instalando serviços e departamentos não diretamente relacionados com a investigação científica associada com o reator. Com a extinção da JEN, em 1979, o Laboratório foi integrado no recém-criado Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) e nas suas sucessivas reformulações, do qual se manteve dependente até 1994, ano em que voltou a constituir-se como organismo autónomo, recebendo a designação de Instituto Tecnológico e Nuclear⁶¹⁹. Assim chegou a 2012⁶²⁰, data em que regressou à tutela de uma instituição de investigação e ensino, dando origem ao Departamento de Engenharia e Ciências Nucleares do Instituto Superior Técnico⁶²¹.

Apesar da sua autonomia administrativa, que lhe conferia a possibilidade de decidir e gerir quaisquer obras ou intervenções, a Junta de Energia Nuclear requereu o apoio da DNISP na concretização das obras que tinha planeadas: *“Não obstante o facto de esta Junta por disposição da sua lei orgânica, poder efectuar obras de construção, adaptação etc., o certo é que necessita de dar execução técnica às referidas construções e, por isso, teria muito gosto em que, pela experiência a todos os títulos eficiente e notável, essa missão fosse confiada à DNISP que acompanharia a fiscalização das obras que fossem efectuadas seguindo de um esquema de trabalho idêntico ao que aquele*

⁶¹⁸ Cf. *Laboratório de Física e Engenharia Nucleares. Inauguração*, 27 abril 1961, Presidência do Conselho, JEN, p. 23-24.

⁶¹⁹ Cf. Decreto-lei n.º 324-A/94, série I, 30.12.1994, sob tutela do Ministério da Administração e do Plano, passando no ano seguinte para a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto-Lei 296-A/95, 17.11.1995).

⁶²⁰ Cf. Decreto-lei n.º 29/2012, série I, 09.02.2012, que extingue o Instituto Tecnológico e Nuclear I.P.

⁶²¹ Cf. <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/departamentos/decn/antecedentes> (acesso a 06.06.2019).

*Organismo praticou nas anteriores construções do laboratório*⁶²². Mais uma vez, saiu reforçada a competência técnica da DNISP, a sua especialização na gestão e acompanhamento deste tipo de intervenções, evidente na informação contida nestes documentos de comunicação entre instituições, reconhecendo em departamentos específicos a capacidade para concretizar certas tarefas, não obstante poderem fazê-las autonomamente⁶²³. Por outro lado, a importância, e o impacto, que um laboratório deste tipo teria no panorama nacional, e a sua expectável projeção internacional, imporiam certamente um cuidado e rigor redobrados a todo o processo e em especial na administração da obra. Apesar da tendencial especialização da DNISP na conceção e construção de laboratórios, este projeto foi particular e único, dadas as características especiais de segurança subjacentes. E como em todos os outros casos aqui analisados, também este projeto foi desenhado em estreita colaboração com os técnicos e investigadores da área, que também visitaram outras instalações semelhantes noutros países, e que terão vertido para a proposta nacional toda essa investigação. O cuidado na definição do projeto final chegou inclusive ao projeto de arquitetura paisagista, da autoria de Álvaro Dentinho e António Viana Barreto, que procurou integrar espécies que acusassem alterações por exposição a radiações em caso de fuga⁶²⁴. José Luís Amorim surgiu de novo como o nome associado ao projeto de mobiliário, mas também ao de arquitetura, tendo sido da sua responsabilidade o edifício para a cantina (1966; ampliação em 1990), o pavilhão da Química e a ampliação das instalações de investigação Física⁶²⁵, estas já em inícios da década de 1980.

No que ao mobiliário e equipamento diz respeito, Amorim recuperou (ou manteve) o programa que tinha vindo a desenvolver para outros equipamentos. Não se conhecendo as memórias descritivas de quaisquer dos edifícios, identificámos apenas uma apreciação geral ao projeto para o Pavilhão da Química, elaborada pelo investigador chefe do LFEN, Fernando Marques Videira⁶²⁶. O mesmo se verificou para os desenhos de projeto para o mobiliário e equipamento e para os cadernos de encargos para os

⁶²² Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/07, 26.07.1966.

⁶²³ Capacidade continuamente referida no processo de instalação do Laboratório, mesmo em datas posteriores, com o Subsecretário de Estado das Obras Públicas a autorizar o seu envolvimento (PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/07, 12.08.1966).

⁶²⁴ Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22032 (acesso a 19.06.2019).

⁶²⁵ Cf. PT DGEMN: DREL 1865703, abril 1981.

⁶²⁶ Nele constam apenas apreciações gerais, apesar de se reconhecerem alguns problemas de pormenor “que poderão ser ajustados durante a obra”, que não são, contudo, identificados (PT/IST/JEN/DSC/006/0033, 07.12.1959).

concursos, ausências que condicionaram de forma significativa a nossa apreciação sobre esta intervenção. A inclusão desta intervenção neste conjunto de estudos de caso justificase em parte pela participação de José Luís Amorim em mais uma obra da DNISP, dando a conhecer a coerência formal da sua proposta, a sua adaptabilidade a contextos semelhantes e o seu autor enquanto agente preferencial. A riqueza de informação que o caso do IMT forneceu relativamente aos procedimentos de fornecimento não se replicou aqui, não obstante a especificidade da instalação.

Os modelos e soluções que havia definido para o IMT foram aqui reproduzidos, de forma quase integral. As cadeiras C1, C2, C3 reaparecem, em conjunto com a C6 (figs. 235, 234 e 237) (que embora não tenhamos analisado ao pormenor, também integrava o repertório de Amorim), sem qualquer alteração, assim como as poltronas P1 e P2 (figs. 238 e 239), que mantêm o revestimento sintético em tons de cinza, adicionando um novo, também sintético, mas preto que, dado o estado presente da investigação, se apresentam como exemplares únicos⁶²⁷. Já as mesas para o auditório (fig. 237) e as secretárias (figs. 232 e 233) sofreram alterações ligeiras relativamente aos exemplares concebidos para o IMT, mas mantiveram-se inalteradas no resto da sua estrutura. Outras peças que passaram de um projeto para outro, e que se puderam identificar nas visitas feitas às instalações, foram as mesas de apoio (fig. 239), por exemplo, que aqui receberam tampos revestidos a termolaminado num tom semelhante ao do revestimento das poltronas, recurso que não parece ter sido aplicado nos exemplares do IMT.

O mobiliário em madeira para o edifício da administração e para o pavilhão de Física e Química foi adjudicado a dois fabricantes, Móveis Serrano e Móveis Olaio, através do parcelamento da empreitada, solução que permitiu atribuir certos modelos ou grupos de móveis a determinado fabricante, e com isso reduzir o valor total do fornecimento e garantir maior qualidade, e ainda possibilitar a entrega do mobiliário em tempo útil. Uma das razões apresentadas para a entrega do fornecimento a uma destas firmas prendeu-se exatamente com a especialização que envolveu toda esta instalação: *“dado que estes dois empreiteiros já têm dado a esta Delegação boas provas e várias empreitadas semelhantes, algumas das quais para a própria JEN, oferecendo-nos mais garantias tanto na qualidade do fabrico como na qualidade dos materiais que empregam,*

⁶²⁷ À data da nossa primeira visita às instalações, em 2014, ainda se encontravam com o seu revestimento original, mas em 2019, altura de uma segunda visita, algumas delas tinham sido restauradas, recebendo novo revestimento.

sobretudo no que diz respeito às bancadas dos laboratórios que nenhum dos outros concorrentes ainda fabricou e que representam um trabalho delicado e de difícil assentamento.”⁶²⁸ No que ao mobiliário metálico diz respeito, os dados existentes referem-se apenas ao pavilhão da Química, para o qual foram consultadas diretamente quatro firmas, sendo o fornecimento feito pela Fábrica Portugal (70 cacifos vestiários) e pela Sano-Técnica (gavetas-ficheiros, bancos tipo B1 e um escadote)⁶²⁹, com peças que constavam dos catálogos.

A par dos fornecimentos de mobiliário de madeira desenhado especificamente para este projeto, encontraram-se ainda diversas peças de produção em série dos Móveis Olaio, nomeadamente da linha PREFA – secretárias, cadeiras simples, rotativas, com e sem estofa – e alguns móveis de conforto, como um conjunto de mapas desenhado por José Espinho⁶³⁰.

O edifício da cantina para os funcionários do Laboratório de Física e Energia Nucleares (LFEN), projetado por José Luís Amorim em 1966, acolheu também soluções muito próximas das de outros projetos em que se encontrava envolvido por aquela altura, nomeadamente o da Biblioteca Nacional, nele colocando cadeiras e mesas muito semelhantes⁶³¹. A sua participação em vários projetos em simultâneo, em parte pela longevidade que alguns deles alcançaram nos seus processos de instalação, fomentaram a transferência e partilha de soluções entre si, reforçando a flexibilidade da sua linguagem formal.

*

Nesse sentido, esta intervenção veio consolidar o caminho seguido por Amorim e a opção seguida pela entidade responsável pelo projeto e pela obra em manter a colaboração de um técnico de reconhecida competência, criando um sistema de objetos que permitiu agilizar o processo de instalação, assegurando sempre a funcionalidade do serviço. Por outro lado, sai reforçada também a especialização da DNISP neste tipo de

⁶²⁸ Cf. PT/IST/JEN/DSC/006/0033, 08.04.1960.

⁶²⁹ *Ibidem*.

⁶³⁰ Maple semelhante ao desenhado e produzido para o Hotel Ritz, em 1959 (Nuno Caniça, “Cronologia de Produção” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 40).

⁶³¹ À data da nossa visita realizada em 2014, o refeitório encontrava-se ainda equipado com uma quantidade significativa de mobiliário original; em 2019 já não se encontrava a uso qualquer cadeira ou mesa.

equipamentos, de carácter científico e singular na sua concretização, embora seja aqui perceptível alguma contenção no investimento realizado – tanto o projeto de arquitetura como o de mobiliário e equipamento parecem ter seguido soluções eficientes e práticas, sem necessidade de atender a interesses representacionais.

3.1.4 Estação Agronómica Nacional (Oeiras)

A mudança da Estação Agronómica Nacional (EAN) para Oeiras, na Quinta do Marquês, foi uma consequência natural da reformulação recebida pelo território onde tinha sido instalada inicialmente, em Sacavém. Com a previsão de instalação de indústrias de base e o fortalecimento das ligações ferroviárias que deviam suportar essa concentração, a expansão das áreas essenciais para os campos de ensaio da Estação ficaria comprometida, para além de que eles próprios seriam obstáculos à concretização desse plano urbanístico e industrial⁶³².

Esta transferência significou também a sua integração num núcleo de instituições de investigação científica que, por aquela altura, se começava a definir naquela zona. Os cerca de 130 hectares da Quinta do Marquês foram acolhendo várias instituições – para além dos pavilhões que constituíam a EAN, foram ali acomodados o Centro de Investigação das Ferrugens do Cafeeiro (CIFC), ainda na década de 1950⁶³³, e o Centro de Tecnologia Química e Biológica (CTQB), atual ITQB, já na década de 1980⁶³⁴. Nas suas imediações veio a instalar-se também o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), em finais da década de 1960⁶³⁵, que chegou a acolher provisoriamente alguns dos grupos de trabalho do CTQB, antes da sua passagem para as instalações definitivas. Esta concentração de unidades de investigação científica numa determinada área geográfica resulta significativa, ainda que se desconheça a existência de um plano estratégico nesse sentido para aqueles terrenos.

A passagem para esta nova localização implicou o abandono do edifício e estruturas de apoio de Sacavém e a construção de um novo complexo, com projetos de arquitetura, equipamento e mobiliário adequados. O arquiteto Jorge Segurado (1898-

⁶³² Cf. *Inauguração das novas instalações da Estação Agronómica Nacional*, MOP/DGEMN, Lisboa, [1966].

⁶³³ Criada em 1955, com apoio dos EUA, e integrada na Junta de Investigações do Ultramar, na dependência do Ministério do Ultramar, e extinta em 2015 (<https://www.isa.ulisboa.pt/cifc/apresentacao/historia> (acesso a 10.05.2018)).

⁶³⁴ Criado em 1986, passando a Instituto em 1993 (<http://www.itqb.unl.pt/about-us/brief-history>, acesso a 10.05.2018).

⁶³⁵ Criado a 19 de julho de 1961, o Instituto Gulbenkian de Ciência esteve em funcionamento de forma dispersa, entre Lisboa e Oeiras, até à construção do novo edifício do Centro de Biologia, na Quinta do Marquês, em 1967. Este acabou por albergar mais tarde todos os departamentos do Instituto (<http://www.igc.gulbenkian.pt/pages/history.php/year=2012>, acesso a 10.05.2018).

1990) ficou responsável pela arquitetura⁶³⁶, definindo uma proposta de grande contraste com a anterior instalação da Estação – abandonou-se a concentração de todos os departamentos num só edifício, configuração que ainda integrou um primeiro anteprojecto, de 1956⁶³⁷, a favor de uma estrutura pavilhonar, à semelhança do atrás analisado LFEN, que permitiria erigir tantos edifícios quantos os necessários para a prossecução das áreas científicas envolvidas, e que ficou formalizada no segundo anteprojecto apresentado, em 1958⁶³⁸. A inauguração oficial da nova Estação teve lugar apenas em novembro de 1966.

A responsabilidade de construção das novas instalações da EAN foi entregue à DNISP por despacho do Ministro das Obras Públicas⁶³⁹, com financiamento do Ministério da Economia, que foi depois reforçado com a inscrição da construção no II Plano de Fomento (1959-1964)⁶⁴⁰. A experiência e conhecimento da Delegação neste tipo de instalações foi, de novo, evocada, enquanto serviço de referência para o estudo e construção destes programas arquitetónicos⁶⁴¹. E mais uma vez, o LNEC surgiu como exemplo de boas práticas relativamente a estes equipamentos científicos, embora se compreenda que o contexto específico da EAN, enquanto instalação da investigação científica em agronomia, impusesse as suas diferenças. A opção tomada para as instalações de Sacavém, cerca de uma década atrás, havia perdido a sua validade, determinando uma revisão das necessidades no que a essa dimensão dizia respeito e em sintonia com a evolução da disciplina e área científica.

O projeto de mobiliário e instalações laboratoriais ficou, de novo, a cargo do arquiteto José Luís Amorim, tornando-o na sua terceira intervenção sob orientação da DNISP em edifícios de carácter científico e com uma forte componente laboratorial, definindo, uma vez mais, uma proposta muito próxima das anteriores. Apesar dessa similitude, esta parece ter representado uma fase de maior maturidade no seu percurso, na medida em que determinadas soluções e propostas que havia esboçado previamente terão encontrado aqui uma consolidação.

⁶³⁶ Terá contado também com a participação do seu filho, também arquiteto, José Maria Segurado (1923-2011).

⁶³⁷ Cf. PT DGEMN: DSC 0278/022, 19.01.1956.

⁶³⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/175-3572/04, 14.06.1958.

⁶³⁹ Datado de 15 de outubro de 1954 (PT DGEMN: DNISP 001-0133/01/1, 16.12.1954).

⁶⁴⁰ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-0792/03, 08.04.1959. A execução dos laboratórios Fitofarmácia e Fitoterapêutica foi realizada ao abrigo desta verba.

⁶⁴¹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0133/01/1, 25.06.1954.

O processo de fornecimento para esta Estação, tal como para outros edifícios com escala e complexidade semelhantes, tendeu a prolongar-se no tempo e a multiplicar-se no número de empreitadas. As prioridades de instalação foram estabelecidas caso a caso, numa articulação entre as necessidades mais imediatas e as cabimentações orçamentais das tutelas e dos serviços responsáveis. Neste caso, para cada pavilhão foi definido um plano de instalação, seguindo a ordem de construção estabelecida. Isto significou que o primeiro pavilhão a ser construído e equipado foi o de Genética e estufas, em 1960⁶⁴², sendo que o último, ainda sob responsabilidade da DNISP, o de Fisiologia Vegetal, viu concluída a sua instalação apenas em 1970⁶⁴³. Um intervalo de cerca de dez anos neste processo abriu espaço para a introdução de alterações e melhorias face às intervenções anteriores, que assim foram servindo de campo experimental, numa confrontação entre o projeto, a sua execução e instalação. Desta forma, em Oeiras, José Luís Amorim atualizou e aperfeiçoou as propostas com que trabalhava desde o IMT, tendo oportunidade para desenvolver outras novas.

Como exemplo, note-se que o sistema modular que apresentou pela primeira vez no IMT, reapareceu neste projeto numa versão melhorada, enfatizando a sua maior adaptabilidade às salas e espaços. Mais uma vez, tendo sido fixadas as alternativas funcionais possíveis e necessárias para todos os móveis – bancadas, armários, prateleiras, sistemas de exaustão, de eletricidade e de gás – e outros elementos integrantes do sistema laboratorial, havia apenas que os conjugar consoante as necessidades de cada departamento. As cadeiras tipo C1 (figs. 245 e 248), C2 (fig. 252), C3 (figs. 147, 249 e 250) e C6 voltaram a surgir, agora com novas adições, como a cadeira C4 (figs. 253 e 254), que conjugou parte de um modelo preexistente, integralmente em madeira, com assento e espaldares estofados, assim como a C8 (fig. 251), também ela uma versão estofada da C2.

O amadurecimento que esta proposta, na sua generalidade, representou foi também visível na inclusão, pela primeira vez, de desenhos técnicos detalhados e rigorosos das peças que integravam estes fornecimentos. Até aqui, os processos eram acompanhados apenas por desenhos esquemáticos, com as várias vistas, mas não anotados ou com indicações sistemáticas de cotas e secções. O processo de execução e fabrico destas peças tinha nos gabinetes técnicos, ou estrutura equivalente, de cada fábrica

⁶⁴² Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0136/02/1/1, 29.11.1960.

⁶⁴³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0172/02/1/4, 01.04.1970.

um momento essencial – a eles cabia a tarefa de interpretar os desenhos que compunham o fornecimento, compreender a geometria exata, as dimensões previstas e outras especificidades construtivas, e transferir todos esses dados à cadeia de produção. Com o avanço tecnológico que algumas dessas firmas conseguiram promover, o seu papel não perdeu relevância, mas as indicações provenientes do cliente assumiram um maior rigor e precisão, e a conjugação dessas duas práticas terá eventualmente contribuído para uma redução de erros na execução, e, com isso, garantir fornecimentos de maior qualidade.

Um desafio diferente terá sido o suscitado pela concepção do herbário. Não se revestindo da mesma especificidade laboratorial, teria outras, nomeadamente no que à conservação das espécies dizia respeito, requerendo por isso sistemas de arquivamento e arrumação próprios, que deviam acompanhar as exigências intrínsecas à disciplina. Pouco se diferenciando das restantes, estas salas foram concluídas apenas em 1970⁶⁴⁴, o que, em nosso entender, permitirá explicar a existência de pequenas diferenças face a peças semelhantes na mesma instalação. As secretárias executadas para este conjunto receberam um tampo em termolaminado azul (fig. 267), opção que ainda não tinha sido aplicada em projetos anteriores, à exceção de mesas de apoio do LFEN. Esta foi, no entanto, uma característica das secretárias concebidas por Amorim para a Biblioteca Nacional, projeto que decorreu *grosso modo* no mesmo período. Embora as secretárias da Biblioteca Nacional sejam formalmente distintas das do herbário, parece-nos plausível que a integração daquele revestimento com aquelas características tenha ocorrido com a experiência da Biblioteca Nacional, ainda que a documentação administrativa de apoio não faça referência explícita a um cruzamento entre os dois projetos. Introduziu-se assim uma atualização da proposta sem comprometer a integridade formal daquele conjunto relativamente às restantes salas do pavilhão. Apesar das diversas velocidades de instalação dos edifícios, houve uma preocupação em manter a coerência entre os vários espaços, em grande medida possível pelas opções formais e estéticas tomadas, as quais se articulavam com facilidade com peças de produção seriada, caso fosse necessário.

Os restantes elementos integrantes mantiveram-se dentro da orientação dada – armários, arquivadores, estantes e módulos que complementavam a estrutura definida para o herbário. Concebido à semelhança dos depósitos de uma biblioteca, esta estrutura era composta de vários módulos de armários com portas de vidro, colocados paralelamente, deixando perceber a opção por uma compartimentação interna que

⁶⁴⁴ Armários adjudicados à fábrica de Móveis Serrano (PT DGEM: DNISP 001-0152/01/5/1, 13.04.1970).

privilegia o acesso às espécies, sem que as mesmas tenham que ser manipuladas desnecessariamente (fig. 269). Sublinhe-se ainda que as estantes baixas foram desenhadas enquanto elementos de apoio à consulta e arquivamento, permitindo também o acesso a elementos bibliográficos complementares (fig. 265).

Já a biblioteca central da nova Estação (fig. 271), no edifício principal, foi alvo de um tratamento completamente distinto da sua predecessora. De novo, reconhecemos naquele espaço propostas já vistas no IMT, como a mesa do conselho (fig. 270), que aqui passou a mesa de leitura e de reuniões da biblioteca, com as cadeiras C8, compreendendo um conjunto articulado, em sintonia com a arquitetura e com o restante equipamento necessário ao funcionamento da biblioteca, como os móveis ficheiros (figs. 272 e 273), também eles semelhantes aos que foram adotados na Biblioteca Nacional⁶⁴⁵.

O auditório manteve-se muito próximo do desenvolvido para o IMT, apesar de diferenças significativas nos acabamentos (fig. 280). Desde logo nas cores escolhidas, tanto para a madeira como nos revestimentos. As cadeiras da mesa da presidência (figs. 278 e 279), mantendo a distinção hierárquica, foram executadas seguindo o modelo aplicado no IMT, assim como a mesa, que aqui se fixou e acompanha o perfil do palco onde foi instalada, e a plateia que se manteve alinhada com a linguagem formal do conjunto. Tal como havia sido feito no IMT, também aqui Amorim recorreu aos materiais e acabamentos para fazer a distinção entre espaços de trabalho (com madeiras e revestimentos mais claros) e espaços mais nobres, como o auditório e biblioteca (com madeiras e revestimentos mais escuros).

Nos laboratórios, Amorim parece ter estabilizado a sua formulação. A opção pelo mesmo sistema modular utilizado nos casos já referidos, apoiado em conjuntos de objetos suscetíveis de aplicação indiferenciada, manteve a sua atualidade e pertinência, agilizando de forma competente os processos de instalação destes estabelecimentos. Não pode deixar de ser referida, no entanto, a participação de José Luís Amorim no desenvolvimento do projeto de mobiliário para o laboratório e biotério do novo Centro de Biologia do Instituto Gulbenkian de Ciência, por encomenda da Fundação⁶⁴⁶, vizinho

⁶⁴⁵ Em 1971 foi solicitado ao arquiteto José Luís Amorim a apresentação de um projeto de mobiliário complementar que integrou peças para o Pavilhão de Fitopatologia e para a biblioteca central, desconhecendo-se quais teriam sido exatamente (PT DGEMN: DSC 0281/031, 12.04.1971). A Biblioteca Nacional foi inaugurada em abril de 1969, com a quase totalidade do mobiliário da sala de Referência instalado.

⁶⁴⁶ Laboratório de Farmacologia, Micologia, Fisiologia, Biologia Celular, laboratório do diretor do centro e Biotério (Arquivo FCG: SPO 02226, 01.06.1964).

desta nova Estação e executado sensivelmente no mesmo período. Não existindo, contudo, documentação que justifique a sua participação naquela outra obra, a experiência já adquirida neste tipo de intervenções deverá ter sido, em nosso entender, um fator decisivo para a sua escolha, a par da óbvia proximidade física das duas instituições. E, quando consultados os desenhos referentes ao projeto da Gulbenkian, constatou-se a aplicação de uma fórmula que lhe era característica desde o Instituto de Medicina Tropical – os mesmos modelos de cadeiras (simples, de braços e giratórias), bancos e outros, e talvez até os mesmos desenhos de detalhe. Reconhecemos também a mesma preocupação com o acompanhamento da obra, com a correta articulação dos vários componentes e da sua adequação às funções e materiais manipulados naqueles espaços, assim como uma colaboração próxima entre os diretores dos vários laboratórios que integravam o Centro e José Luís Amorim⁶⁴⁷. A sua já relativamente longa colaboração com o MOP foi entendida como relevante pelo Serviço de Obras da Fundação Calouste Gulbenkian, no sentido em que estaria familiarizado com processos de trabalho equivalentes⁶⁴⁸, não só nas tipologias abordadas, como em questões associadas ao fornecimento de mobiliário e equipamento, nomeadamente na identificação dos empreiteiros de 1.^a e 2.^a categorias para os trabalhos de marcenaria em série que aquela intervenção exigiria⁶⁴⁹. Como já aludimos, a acumulação de um capital de experiência conferiu-lhe claramente uma relevância técnica fora do circuito dos serviços públicos, passível de ser transferida para outras instalações, nomeadamente do setor privado.

Também para a Estação Agronómica Nacional, Amorim voltou a debater-se com as assimetrias de competência entre os vários fabricantes. Relembrando a prática que o MOP havia implementado para os construtores civis, entendeu que a mesma deveria ser aplicada também aos fabricantes de mobiliário, procurando estabelecer um quadro classificativo, definindo categorias que permitissem com maior facilidade identificar os fabricantes mais adequados a cada fornecimento, como vimos anteriormente. Por outro

⁶⁴⁷ Cf. Arquivo FCG SPO 02261, 14.01.1965.

⁶⁴⁸ “As qualidades dos materiais a empregar, discutidas em princípio nessas reuniões, e nas sessões de trabalho que tivemos com os referidos senhores diretores foram definidas por nós [José Luís Amorim] em função da experiência que conhecemos com a elaboração de estudos similares destinados ao MOP. No sentido de esclarecermos a Fundação sobre o valor económico da empreitada em questão, elaborámos um orçamento base atendendo às quantidades de cada elemento e aos preços unitários relativos aos móveis idênticos obtidos em concurso aberto pelo MOP em meados de 1963 (...).” (Arquivo FCG: SPO 02261, 14.01.1965).

⁶⁴⁹ Cf. Arquivo FCG: SPO 02227, 18.10.1964.

lado, lamentava-se que, apesar de os cadernos de encargos permitirem estabelecer exigências várias, nomeadamente na entrega de amostras e na exemplificação dos acabamentos por parte das empresas adjudicatárias, definindo com pormenor vários elementos integrantes do projeto, estes mostravam-se incapazes de, por si só, acautelar e impedir a entrega de fornecimentos defeituosos ou problemáticos. Nem mesmo a ameaça da rejeição da empreitada, mais a jusante, pareceu provocar uma mudança de atitude⁶⁵⁰.

Não obstante a reflexão contínua sobre estas questões e o facto de as informações por si redigidas serem, uma vez mais, encaminhadas para vários pontos da estrutura hierárquica, os seus efeitos permaneceram impercetíveis.

*

Esta intervenção deu a conhecer uma visão mais estruturada de Amorim perante os fabricantes de mobiliário. O processo de instalação da nova Estação Agronómica foi menos exasperante que o do IMT, em termos de dificuldades e resistência por parte dos adjudicatários; mas com semelhanças suficientes para estimularem um aprofundamento na reflexão em torno de soluções mais concretas ou exequíveis, que pudessem efetivamente garantir fornecimentos de maior qualidade e com menos percalços. Este trabalho revelou ainda uma maior maturidade na sua prestação enquanto designer, fruto também da interseção dos vários projetos que tinha em desenvolvimento e que se influenciavam mutuamente. A sua competência neste tipo de projetos ficou validada ainda pela sua participação no Instituto Gulbenkian de Ciência, desenvolvendo propostas para aqueles laboratórios idênticas às que executou para a EAN de Oeiras, instituição vizinha, e às de outros casos já por nós analisados.

⁶⁵⁰ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

3.1.5 Biblioteca Nacional (Lisboa)

Instalada no antigo convento de São Francisco de Lisboa, ao Chiado, desde meados do século XIX, a Biblioteca Nacional (BN) foi um dos casos de aproveitamento dos edifícios conventuais que haviam ficado disponíveis com a extinção das ordens religiosas. Criada em 1796 e funcionando provisoriamente na ala ocidental do Terreiro do Paço, foi finalmente transferida em 1837 para o 1.º piso daquele edifício religioso, “*onde teve que se acomodar com mais dois outros organismos públicos*”⁶⁵¹. Aí se manteve, em condições precárias, até à sua transferência definitiva para um novo edifício construído especificamente para essa função, ao Campo Grande, já em meados do século XX, e inaugurado a 10 de abril de 1969.

Os vários diretores da Biblioteca procuraram ao longo da sua história mitigar os problemas profundos que afetavam estas instalações. As antigas instalações conventuais não reuniam as condições adequadas de salubridade para a conservação das coleções, que sofreram amputações significativas do seu acervo, apesar das várias tentativas de contenção das pragas de insetos bibliófagos⁶⁵². Por outro lado, as salas de trabalho e de consulta, assim como os depósitos, tinham resultado da adaptação improvisada dos espaços existentes, que não se conformavam com a missão da instituição. As sucessivas direções foram alertando as tutelas, promovendo angariações de fundos para a sua remodelação e expansão da área de depósito e de atendimento ao público, algumas delas acompanhadas do respetivo projeto⁶⁵³, mas quase sempre de reduzido impacto. A solução mais ambicionada passava pela construção de um novo edifício, naquele ou noutro local, que se adequasse aos objetivos fundamentais da instituição⁶⁵⁴. Apesar de todos os esforços, só em 1935 foi promulgada uma portaria do ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Duarte Pacheco, para a criação de uma comissão que estudasse e

⁶⁵¹ A Escola de Belas-Artes de Lisboa e o Governo Civil de Lisboa (*Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 4).

⁶⁵² A venda de parte do acervo da Biblioteca, nas décadas de 1920 e 1930, terá sido consequência do mau estado em que muitos dos espécimes se encontravam, em parte por ação desses insetos; a ausência de medidas preventivas de conservação e de um serviço de restauro tornava-os completamente inutilizáveis.

⁶⁵³ Cf. Manuel Estevens, *Biblioteca Nacional de Lisboa. Serviços e Instalações...*, 1964, p. 5.

⁶⁵⁴ Jaime Cortesão, diretor da Biblioteca Nacional em 1920, reforçou a “impropriedade” das instalações da Biblioteca e apoiava a criação de um imposto sobre publicações estrangeiras, leilões de livros, entre outros, a favor da construção de um novo edifício (Manuel Estevens, *Biblioteca Nacional de Lisboa. Serviços e Instalações...*, 1964, pp. 5-6).

propusesse soluções⁶⁵⁵. Um relatório foi apresentado no ano seguinte, onde se reforçou a urgência na realização de obras de remodelação, mas avançando que a melhor solução seria mesmo a construção de um novo edifício, um “Palácio da Biblioteca”, indicando o Parque Eduardo VII como possível local de implantação⁶⁵⁶.

Apesar de todas estas diligências, o ministro acabou por não dar continuidade a uma construção *ex novo*, preferindo orçamentar uma remodelação e ampliação do existente⁶⁵⁷. Os arquitetos que integraram a Comissão deram a conhecer o seu desacordo com a decisão oficial, argumentando que os valores que estavam a ser alocados à obra de remodelação pouca diferença teriam se de um edifício novo se tratasse⁶⁵⁸. O problema de base seria apenas adiado – a entrada de espécies bibliográficas aumentava de ano para ano, assim como o número de utilizadores da Biblioteca. O assunto só voltou a ser considerado com a chegada de António Ferrão à Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, em 1946, retomando os estudos e as conclusões da anterior Comissão e promovendo um novo grupo de trabalho. Desta nova Comissão faziam parte o engenheiro Raul Maçãs Fernandes, inspetor superior das Obras Públicas, o engenheiro José Pena Pereira da Silva e o arquiteto Raul Lino, assim como António Ferrão, da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, e o diretor da biblioteca, Silva Marques, que em Abril de 1951 foi substituído por Manuel dos Santos Estevens⁶⁵⁹, na direção da Biblioteca Nacional e naquela estrutura eventual⁶⁶⁰. Esta Comissão decidiu-se finalmente pela construção de um novo edifício, noutra zona da cidade, deliberação que foi sancionada superiormente e entregue à DNISP para administração, execução, fiscalização. O novo complexo teria projeto de arquitetura da responsabilidade do arquiteto Porfirio Pardal Monteiro; sendo que, a seu tempo, iriam juntar-se à equipa as especialidades de arquitetura paisagista, a cargo de António Viana Barreto e Álvaro Dentinho⁶⁶¹, e de mobiliário, com Daciano da Costa⁶⁶², José Luís Amorim e, pontualmente, Manuel Freitas Leal (1925-2013). No verão de 1956, o projeto

⁶⁵⁵ Esta foi composta por Júlio Dantas e António Ferrão, inspetor-geral e sub-inspetor das Bibliotecas e Arquivos respetivamente, Augusto Botelho da Costa Veiga, diretor da Biblioteca em exercício, pelo engenheiro Raul Couvreur, secretário-geral do Ministério das Obras Públicas e das Comunicações, pelos arquitetos Luís Cristino da Silva e Tertuliano Lacerda Marques e ainda pelo engenheiro Luís da Costa de Sousa Macedo (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7085, acesso a 02.07.2021).

⁶⁵⁶ Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7085, acesso a 02.07.2021.

⁶⁵⁷ Cf. Manuel Estevens, *Biblioteca Nacional de Lisboa. Serviços e Instalações...*, 1964, p. 6.

⁶⁵⁸ “O programa das novas instalações da Biblioteca Nacional” in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.^{os} 45-46, jul.-dez. 1936, p. 35.

⁶⁵⁹ Tinha sido bibliotecário arquivista do MOP (PT DGEMN: DSARH 002-0193/027).

⁶⁶⁰ Cf. Manuel Estevens, *Biblioteca Nacional de Lisboa. Serviços e Instalações...*, 1964, p. 6.

⁶⁶¹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0095/01/15/1, 30.11.1955.

⁶⁶² Cf. *Daciano da Costa, Designer*, ed. João Paulo Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

de arquitetura encontrava-se entregue e aprovado, tendo as obras começado de imediato. Com o falecimento do arquiteto Pardal Monteiro, a continuidade da obra foi assegurada pelo seu sobrinho, António Pardal Monteiro (1920-2011).

A localização da nova Biblioteca Nacional, assim como a escolha de Porfírio Pardal Monteiro, entrou em linha com o plano que se conhecia para a Cidade Universitária, ficando assegurada a continuidade e integração deste novo edifício no conjunto. À data da sua inauguração, este era o segundo maior edifício público do país, superado apenas pelo Hospital de Santa Maria⁶⁶³, deixando clara a monumentalidade conseguida com a nova construção e o lugar que a instituição teria no panorama cultural da cidade e do país. A sua definição encontrava-se alicerçada em longos e aturados estudos desenvolvidos pelo diretor, Manuel dos Santos Estevens, e pelo arquiteto Pardal Monteiro – o primeiro na área da biblioteconomia, produzindo relatórios de visitas a bibliotecas estrangeiras e compilando bibliografia específica de apoio, reproduções fotográficas, catálogos técnicos e outro tipo de registos do que estava a ser implementado e desenvolvido noutros países⁶⁶⁴; o segundo empreendendo uma viagem de estudo pela Europa a outras bibliotecas, recolhendo informações sobre circuitos de funcionamento de espécies e serviços, identificando recursos e sistemas de armazenamento e depósito⁶⁶⁵.

O caso da BN assumiu por isso um carácter especial. Os responsáveis oficiais, em particular o seu diretor, Manuel dos Santos Estevens, pareciam ter muito presente o tipo de ambiente pretendido para a nova biblioteca. Esta devia ser séria, grave, dela emanando a autoridade necessária a uma instituição que se assumia como repositório de património cultural do país. Mais do que um conjunto de salas para o depósito e consulta de livros, esta nova biblioteca devia passar a assumir também uma função de salvaguarda das espécies mais valiosas e relevantes da cultura nacional, incluindo a preservação da memória coletiva como uma das suas missões fundamentais.

A colaboração entre o diretor e o arquiteto Pardal Monteiro parece ter sido próxima e profícua⁶⁶⁶, numa complementaridade determinante para a definição do

⁶⁶³ Cf. Ana Assis Pacheco, “A última obra de Porfírio Pardal Monteiro, o arquiteto de Lisboa” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 18.

⁶⁶⁴ Cf. Manuel Santos Estevens, *Bibliotecas e Arquivos do Reino Unido, Eire, Bélgica, Holanda e França*, Coimbra, FLUC, 1953.

⁶⁶⁵ Cf. Porfírio Pardal Monteiro, “Estudo Prévio para o projeto da Biblioteca Nacional”, dezembro 1952 (PT DGEMN: DSEP/DNISP 0051/1870).

⁶⁶⁶ Cf. Ana Tostões, “A monumentalidade e funcionalidade: um presente eterno” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 15.

projeto. Um nível equivalente de cooperação parece ter sido atingido com o arquiteto Amorim para as áreas sob sua alçada, já que terão sido da sua responsabilidade os primeiros estudos de implantação do mobiliário para os serviços administrativos e técnicos⁶⁶⁷. A dimensão profundamente colaborativa nestas áreas de projeto terá sido, em nosso entender, um dos traços distintivos desta intervenção e o seu denominador comum encontrou-se na figura do seu diretor. A forma como abraçou este projeto foi singular, contribuindo de forma intensa, mas informada, em todas as áreas de intervenção, acompanhando de perto toda a obra, tomando decisões ou facultando os elementos necessários para que as mesmas fossem tomadas do modo mais correto e adequado. De facto, Manuel dos Santos Estevens elaborou informações diárias sobre questões várias que deviam ser abordadas pelas equipas técnicas, avaliando atenta e minuciosamente as propostas dos diversos projetistas, dando as suas opiniões, sempre fundamentadas em rigorosas pesquisas, mas também decorrentes da consulta junto dos seus funcionários, tentando perceber qual a melhor solução para as necessidades do serviço em análise, ou ainda reunindo o que considerava serem os melhores exemplos internacionais para orientação dos projetistas envolvidos⁶⁶⁸. Toda a sua participação envolveu ainda uma reflexão sobre o ambiente e a imagem a adotar no edifício para que este correspondesse à sua função e representatividade institucionais.

Manuel Estevens foi, assim, a coluna vertebral de todo o processo de construção e instalação deste serviço. O seu envolvimento foi total, numa dedicação ímpar, defendendo a todo o momento a sua visão para esta nova biblioteca, com uma consciência clara da oportunidade única que se apresentava. Importa destacar que não se identificou um outro registo de envolvimento tão intenso e determinante num processo de projeto, pelo menos naquilo que ao mobiliário diz respeito. Esta sua posição mais assertiva poderá explicar em muito a sua resistência às propostas desenvolvidas por Daciano da Costa, mais do que à de qualquer dos outros projetistas envolvidos. As visões que ambos defendiam pareciam em certa medida antagónicas e irreconciliáveis e essa divergência seria acentuada pelo facto de Daciano da Costa ter a seu cargo os espaços mais representativos de todo o edifício, as designadas salas especiais – sala de leitura geral,

⁶⁶⁷ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0095/02/8/1, 05.04.1965.

⁶⁶⁸ O acesso ao arquivo pessoal do diretor foi crucial para a compreensão desta dimensão do seu envolvimento no processo de instalação da nova Biblioteca Nacional. Essa documentação foi minuciosa e sistematicamente reunida e em cujo estudo tivemos oportunidade de participar a propósito da preparação da exposição “*Do Convento ao Campo Grande*”, comemorativa dos 50 anos da mudança para o novo edifício (2019).

sala do catálogo, gabinete do diretor, sala de conselho e anfiteatro e restaurante⁶⁶⁹, aquelas que definiriam o tom para todo o conjunto, na sua relação com o público.

A participação de Daciano da Costa na equipa de projeto foi validada pela DNISP, tendo em vista os resultados que anteriormente obtivera no projeto de interiores e mobiliário da Reitoria da Universidade de Lisboa. Num convite intermediado pelo arquiteto António Pardal Monteiro, dava-se assim continuidade a uma parceria criativa de resultados satisfatórios comprovados⁶⁷⁰ e que se assumia inteiramente como tal, uma vez que a proposta relativa à elaboração dos projetos de decoração e mobiliário das salas principais enviada à DNISP, e os desenhos de projeto de interiores e de mobiliário, foram assinados pelos dois e ambos eram referidos como os responsáveis pelo seu estudo⁶⁷¹. Apesar das constantes resistências do diretor às propostas apresentadas, estas parecem não ter sido questionadas nas suas linhas gerais pelos agentes decisores, deixando implícito que a dimensão institucional, tão cara a Manuel Estevens, estaria assegurada, com a intervenção na Reitoria como garantia dessa orientação. Por outro lado, Daciano da Costa integrou, sensivelmente pela mesma altura a equipa de projetistas para o edifício da Fundação Calouste Gulbenkian⁶⁷², consolidando não só o seu lugar na disciplina do design de mobiliário e equipamento, mas também a vertente institucional daquela área de projeto no seu percurso profissional. A sobreposição temporal das duas obras terá certamente permitido explorar e experimentar soluções que ambos os projetos eventualmente integraram – *“a elementaridade geométrica que adopta, o tema repetido dos pares de vigas, os móveis compactos e volumétricos remetem-nos para os interiores do edifício-sede da Fundação Calouste Gulbenkian”*⁶⁷³, como refere João Paulo Martins, refletindo um cruzamento entre os dois processos e a reciprocidade de influências e interpretações.

⁶⁶⁹ “Ao pintor Sr. Daciano Costa foi confiado o estudo das dependências consideradas mais representativas da Biblioteca Nacional, sala de leitura, catálogo, restaurante, gabinete diretor, sala de sessões e auditório.” (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 01.08.1967).

⁶⁷⁰ “Tendo em conta que estudos análogos foram levados a efeito para o edifício da Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa, em que o Arquitecto António Pardal Monteiro teve como colaborador o Pintor Daciano Monteiro da Costa, julga-se que a manutenção da mesma equipa poderia dar vantagens consideráveis (...).” (PT DGEMN: DNISP 001-0095/02/8/1, 05.04.1965).

⁶⁷¹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0095/02/8/1, 18.05.1965.

⁶⁷² Fundação Calouste Gulbenkian, edifício-sede e museu: arquitetura de interiores, equipamentos e mobiliário da biblioteca, cafetaria, vestíbulo/átrio inferior do Museu, foyer e bar do Grande Auditório, zonas de refeição para funcionários, Direção e Administração; plateia dos pequenos auditórios, 1966-1969 (*Daciano da Costa, Designer*, ed. João Paulo Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 280)

⁶⁷³ Cf. João Paulo Martins, “Daciano da Costa: para uma arquitetura de interiores” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 25.

Daciano da Costa concebeu a sua proposta para a BN em torno de um “sistema de objetos” – conjuntos coordenados de unidades aplicadas sobre uma base, assumindo a sua condição de revestimento da arquitetura e não procurando confundir-se com ela, não propondo, assim, objetos extraordinários, únicos e isolados⁶⁷⁴, reforçando uma visão de conjunto integrada, inclusiva, num diálogo de muita proximidade com a arquitetura, em que todos os objetos concorrem para o todo, mas sem deixarem de cumprir a sua função individual.

Essa abordagem foi perceptível na peça central de todo o conjunto, a Sala de Leitura Geral (fig. 281). Abandonando as salas improvisadas, insuficientes e incapazes do antigo Convento, a nova biblioteca recebia agora um espaço amplo, generoso, luminoso, com capacidade para acolher leitores e funcionários sem constrangimentos e dedicado exclusivamente à consulta de livros. Mesas, cadeiras e estantes foram concebidas tendo em conta a escala da sala, mas sem comprometer a outra escala a ter em consideração, a do seu utilizador. A opção por volumes elementares e linhas retas, articuladas com as cores saturadas dos vários revestimentos, imprimiram simultaneamente um sentido de leveza e de ordem ao espaço. O rebaixamento do teto e a introdução de claraboias de iluminação artificial foram peças essenciais para assegurar a coerência e integridade do conjunto, replicando a geometria dos restantes elementos e reforçando o conforto do utilizador. Esta solução, no entanto, contou com a resistência dos agentes revisores do projeto, a CAM⁶⁷⁵ e a Comissão de Revisão⁶⁷⁶, que a classificaram como dissonante, não compreendendo o que se pretendia alcançar com semelhante solução, dada a qualidade arquitetónica da estrutura portante pré-existente. Apesar destas opiniões menos

⁶⁷⁴ Cf. João Paulo Martins, “Daciano da Costa: para uma arquitetura de interiores” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 28.

⁶⁷⁵ “Ao examinar o processo, mesmo antes da efectivação da visita, causou-nos estranheza o facto de se projectar para a sala de leitura um tecto a nível diferente do que tinha sido previsto no projecto inicial. Feita a visita, constatamos que o tecto projectado pelo falecido Professor Pardal Monteiro tem já definida toda a sua forma, a qual ficará escondida ao caso de se construir outro tecto a nível inferior, tal como agora de projecta. Quanto ao tecto agora projectado, que forçosamente terá uma estrutura de ferro de elevado custo suspensa do betão armado do actual tecto, parece-nos que, além de dar a falsa ilusão duma estrutura aparente, que os autores querem negar pelo simples facto das gigantescas vigas de madeira de pinho não terem encastramento há que considerar que a intercepção aparente que esse tecto poderá produzir na altura das janelas laterais do salão (...)” (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, apreciação da CAM integrada no Parecer da Comissão de Revisão n.º 1392, 06.05.1966).

⁶⁷⁶ “De facto não parece razoável que existindo um tecto com a sua forma já bastante definida, da autoria do arquitecto Pardal Monteiro, se vá agora criar um segundo tecto, constituído por um reticulado de vigas suspensas, a um plano bastante inferior e que se situará abaixo do nível das vergas da janela. O efeito estético daí resultante, será, afigura-se, bastante delicado, isto independentemente de que tal solução deverá implicar um elevado dispêndio da verba, dado o problema estrutural que envolve, que não parece ter a correspondente compensação plástica.” (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, Parecer da Comissão de Revisão n.º 1392, 06.05.1966).

abonatórias, a proposta foi executada na íntegra. Deve sublinhar-se, por isso, o facto de ser invulgar esta capacidade de um projetista de interiores e mobiliário fazer impor a sua proposta (com o respaldo do arquiteto coordenador do projeto de arquitetura, naturalmente), tanto ao nível das grandes soluções, como do desenho das peças específicas ou da escolha dos materiais, opondo-se quer às instâncias de revisão, quer ao diretor da entidade de destino do edifício.

Vários elementos integrantes do projeto foram alvo de discussão, mas a escolha dos materiais foi sem dúvida a questão mais fraturante de todo o processo. A madeira escolhida, o *pitch pine*⁶⁷⁷, seria normalmente reservada a aplicações domésticas e, por essa razão, não era considerada adequada a um contexto com a dignidade e formalidade que a Biblioteca Nacional requeria. Como João Paulo Martins tão pertinentemente afirmou, “*o seu uso neste contexto corresponde a uma intenção expressa de dessacralizar a função institucional*”⁶⁷⁸, opção diametralmente oposta à que teria sido desejada e veiculada pelo seu diretor. A sacralização da instituição e das suas funções deveria ser integral e esta só poderia ser alcançada, em seu entender, com a aplicação de uma qualidade de madeira específica, de certas opções cromáticas e de determinados modelos de mobiliário que nada tinham que ver com o que estava a ser proposto.

Numa das análises iniciais às propostas de Daciano da Costa, em setembro de 1967, Manuel Estevens demonstrou, pela primeira vez e de forma inequívoca, o seu desagrado pela orientação seguida: “*sem quebra de consideração que tem pela sensibilidade artística do decorador, [considero] que a arquitetura deste mobiliário enferma de um primitivismo de linha e soluções, que não se coadunam nem com o carácter da Instituição (abstraindo já do edifício), nem com a perenidade do estilo de mobiliário, para que ele não seja ultrapassando em breve*”⁶⁷⁹. Das suas palavras depreende-se que tinha visto uma proposta desajustada, numa modernidade que perderia rapidamente a sua validade, podendo comprometer a reputação e a autoridade da instituição. O primitivismo a que se referia relacionava-se em grande medida com a opção do autor em construir móveis com estruturas em peças de madeira retilíneas, de secção quadrangular, que se interseam em ângulo reto, desafiando as convenções da construção de mobiliário corrente (fig. 282). O desagrado pelo emprego daquela madeira ficou

⁶⁷⁷ *Pitch pine* ou *Pinus rígida* é um tipo de pinheiro nativo da América do Norte.

⁶⁷⁸ Cf. João Paulo Martins, “Daciano da Costa: para uma arquitetura de interiores” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 26.

⁶⁷⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 19.08.1967.

também aqui pela primeira vez bem explícita: *“discordamos absolutamente do emprego de pitchpine no mobiliário, não só por ser um material pobre, bastante pesado, mas também por nos parecer que as melhores salas do edifício merecem mobiliário que pelo estilo e material concorra para a sua valorização”*⁶⁸⁰, um sentimento que se foi repetindo ao longo desta fase e que se estendeu inclusive até ao seu fabricante, com consequências sérias e dramáticas para toda a intervenção, e que deixaram bem visíveis as condições em que muitas destas empresas operavam.

O concurso para as cadeiras e mesas da sala de leitura principal foi adjudicado à Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia⁶⁸¹, com um resultado final longe do previsto. Os desafios e dificuldades apresentados por aquela escolha de matéria-prima empregue ficaram visíveis: *“dado que a madeira escolhida (pitch pine) não é uma madeira tradicionalmente considerada como madeira nobre para efeitos de construção de mobiliário, possivelmente essa escolha criou, no espírito do empreiteiro, e ainda mais no sub-empreiteiro (fabricante incógnito, algures no norte do país) a falsa ideia de que se tratava de mobiliário ao nível de mesas de cozinha”*⁶⁸². Para além de reforçar os problemas resultantes da descentralização e dispersão das unidades produtivas, que seriam tão mais graves quanto a incapacidade da empresa responsável em conseguir exercer um controlo efetivo de qualidade do produto, os problemas de comunicação entre as várias partes da cadeia de produção ficaram expostos. Uma questão essencial, como a do material a aplicar nas mesas e cadeiras, teve repercussões sérias e complexas quando transpostas para o universo industrial, na sua execução, já que as oficinas envolvidas neste fornecimento não se encontravam aptas para o executarem – não tinham os meios nem os conhecimentos necessários para o fazerem, desconhecendo por completo as nuances que aquela particular escolha de madeira traria para todo o conjunto⁶⁸³.

A tensão entre o diretor e Daciano da Costa foi-se atenuando, contudo, à medida que os anteprojetos e projetos foram submetidos, as maquetes apresentadas e os protótipos afinados. As mesas da sala de leitura e as cadeiras que as acompanhavam, inicialmente consideradas demasiado modernas, foram gradualmente reconhecidas como adequadas. Note-se que Manuel Estevens identificou inicialmente, em setembro de 1967,

⁶⁸⁰ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 19.08.1967.

⁶⁸¹ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/03, 23.04.1968.

⁶⁸² Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 31.10.1968.

⁶⁸³ As cadeiras e as mesas acabaram por ser revestidas por folhas de madeira no tom e qualidade pretendida, obviando assim o atraso que uma rejeição total da empreitada acarretaria. Os móveis que hoje se encontram a uso na Sala são os originais, mas já com algumas intervenções de manutenção e restauro.

aqueles modelos como inapropriados: “quanto à mesa propriamente dita, embora estruturalmente curiosa, não nos parece ter a dignidade necessária para a principal sala de leitura da Biblioteca Nacional; é susceptível de se tornar rapidamente obsoleta e absolutamente fora do estilo do edifício. Estamos por isso em pleno desacordo e confiamos se encontre uma solução mais própria para a instituição. [As cadeiras] parecem absolutamente inadequadas a uma sala de leitura”⁶⁸⁴. Contudo, desta avaliação para a seguinte, de fevereiro de 1968, o mesmo diretor, abstraindo-se, “para calma de discussão, de apreciações de ordem estética”⁶⁸⁵, deixando-as para os serviços competentes da Delegação, revelou uma evolução significativa na sua opinião, aceitando que, “independentemente da sua função e localização, [a mesa] parece equilibrada e agradável. As cores do modelo, mesmo a da cadeira, forro, são agradáveis e formam um conjunto animado. Ainda mais; embora consideremos o pitchpine como um material inadequado para marcenaria, o escolhido e o respectivo acabamento eram bastante agradáveis”⁶⁸⁶. Apesar da contínua resistência a determinados elementos, e eximindo-se, como diz, de apreciações estéticas, Manuel Estevens conseguiu ultrapassá-las e avaliar as peças por si e na sua relação com o espaço e a função, e nelas encontrando qualidades e valor.

A sala do catálogo (fig. 285) manteve uma semelhante linguagem formal e estética, continuando um diálogo entre as opções arquitetónicas e as necessidades funcionais. Sendo o primeiro espaço a que os leitores teriam acesso, para além do vestíbulo, esta funcionava também como antecâmara da sala de leitura geral, visível já através das portas de vidro que separam uma da outra. Aqui seria feita a consulta dos registos bibliográficos, processo mediado por funcionários da Biblioteca através de um longo balcão, que limitaria o acesso dos leitores aos respetivos ficheiros, circunscrevendo aquela área. O acesso e circulação de funcionários e utentes foram criteriosamente estudados, contando com a participação ativa de Manuel Estevens na definição desses fluxos, num ajuste constante e minucioso (fig. 286). Luminárias suspensas do teto através de suportes metálicos contribuíam para a criação de uma escala de conforto, apesar da altura da sala. Estantes e ficheiros (fig. 287) foram desenhados tendo em conta as normas nacionais e internacionais deste tipo de ferramenta, tentando acomodar o existente e prever a sua evolução. Mais uma vez, o contributo do diretor foi instrumental, coligindo

⁶⁸⁴ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 19.08.1967.

⁶⁸⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 12.02.1968.

⁶⁸⁶ *Ibidem*.

e sistematizando a informação de referência nacional e internacional sobre estes elementos, que registou em informações dirigidas à equipa técnica. Foram elaborados protótipos das gavetas para as fichas⁶⁸⁷, numa tentativa de acautelar questões sobre o seu manuseamento, arquivamento e registo, sem comprometer a sua eficácia⁶⁸⁸. Maples, sofás e mesas de apoio completavam o conjunto⁶⁸⁹, intermediado por mesa e cadeira para o funcionário que deveria validar e controlar o acesso dos utentes. Foi ainda definida uma zona de cacifos para os leitores, integrados numa parede próxima da entrada da sala de leitura, e aos quais terá sido dada indicação para fornecimento, embora deles não exista qualquer registo ou memória⁶⁹⁰.

Fora do circuito do público, mas de igual relevância institucional, o gabinete do diretor (fig. 289) e a sala de sessões (fig. 295) foram outros dos espaços com intervenção de Daciano da Costa. Entendo que aquelas áreas tinham outro nível de exposição, mais resguardadas e eventualmente mais diretamente relacionadas com a sua função, Manuel Stevens procurou evitar que o *pitch pine* fosse de novo a madeira elegida para o mobiliário a integrar, e o seu argumento alicerçava-se exatamente no facto de serem salas de trabalho da direção: “*mas permite-se, por se tratar do seu próprio gabinete, solicitar de V. Ex.ª se será possível alterar a decoração de pinho laminado para qualquer outro material que seja mais do seu agrado. Este pedido não envolve qualquer juízo sobre essa decoração, mas reflecte somente uma concepção muito pessoal do signatário*”⁶⁹¹. A utilização de pau-santo para os móveis do gabinete e da sala de sessões (a par de painéis folheados a madeira de carvalho para revestimento das paredes) poderá ser interpretada, por um lado, como uma cedência da parte do autor, procurando assim diluir os desentendimentos anteriores com o diretor, aproximando-se mais da sua visão. Por outro lado, é certo que a escolha de uma madeira mais escura para os móveis permitia diferenciar as duas zonas, e com ela reforçar a autoridade subjacente aos espaços da

⁶⁸⁷ O primeiro protótipo foi apreciado a 12 de novembro de 1968 e um segundo em janeiro do ano seguinte (Informação n.º 112, 12.11.1968 e Informação n.º 121, 08.01.1969, AHBNP).

⁶⁸⁸ Os blocos de gavetas de ficheiro foram executados pelos Móveis Serrano (PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/03 [julho 1968]).

⁶⁸⁹ Os restantes móveis foram fabricados pela Altamira (PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/03 [julho 1968]).

⁶⁹⁰ “Empreitada de ‘Fornecimento de corpos de armários cacifos, em madeira de pitch-pine para a sala do catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa’. Destinados aos leitores, para guardarem os papéis e documentos com que trabalham, mediante aluguer, foram projectados para espaços disponíveis e simétricos da Sala do Catálogo, dois corpos de armários com 50 cacifos cada (...)” (PT DGEMN: DNISP 001-0114/01/3/1, abril 1968).

⁶⁹¹ Cf. Ofício do diretor BN para engenheiro-delegado da DNISP, 01.08.1967 (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1).

direção. Os modelos mantiveram-se *grosso modo* dentro do mesmo léxico formal – secretária (fig. 290), mesa de reunião, cadeiras (fig. 292), estante e sofá são variantes dos móveis concebidos para a sala de leitura e do catálogo, também nos revestimentos em materiais sintéticos, numa aproximação à delicadeza e sofisticação das peças de mobiliário nórdico então em voga⁶⁹². A sala de sessões tinha na mesa de reuniões o seu elemento estruturante, acompanhada por cadeiras semelhantes às que se encontravam no gabinete do diretor, e que na sua forma e disposição não deixam dúvidas relativamente à hierarquia subjacente (fig. 293).

O restaurante (fig. 296), que já não existe atualmente, manteve a coerência com as restantes áreas mencionadas. As cadeiras com e sem braços (fig. 300), assim como as mesas de refeição (fig. 298) e de apoio, articulavam-se com uma estrutura fixa de distribuição que compartimentava o espaço, e que se complementava formal e esteticamente com os outros conjuntos. Os poucos exemplares que sobreviveram destas peças podem, no entanto, ajudar a compreender a razão do desagrado da equipa técnica perante o fornecimento dos móveis da Sala de Leitura Geral. Não tendo sofrido qualquer intervenção de manutenção ou restauro, as cadeiras e as mesas que ainda existem devem apresentar o seu aspeto original, deixando por isso bem visível os problemas levantados nas informações técnicas – a não uniformidade do grão, a presença de nós na madeira, uma execução deficiente e acabamentos pouco cuidados. O uso intenso a que devem ter sido sujeitas, conjugado com as deficiências apontadas, podem ter contribuído para o seu desaparecimento precoce e substituição por outro mobiliário, de produção em série.

Por último, o auditório (fig. 301), onde dominavam as cadeiras da plateia, desenhadas por Daciano da Costa⁶⁹³ e fabricadas pela Metalúrgica da Longra⁶⁹⁴, e as placas suspensas do teto. A Fábrica Osório de Castro (FOC) foi a outra empresa convidada a apresentar protótipo para apreciação, mas as diferenças entre os dois fabricantes pareciam óbvias: “*Os dois concorrentes de mais baixo preço, FOC e Metalúrgica da Longra, propõem-se fornecer cadeiras totalmente diferentes, sendo as apresentadas pelo concorrente citado em primeiro lugar (...) completamente diferentes*

⁶⁹² Cf. João Paulo Martins, “Daciano da Costa: para uma arquitetura de interiores” in *Biblioteca Nacional. Exterior|Interior*, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, p. 26.

⁶⁹³ Estas cadeiras foram uma variante do modelo concebido originalmente para o Teatro Villaret (1964-1965) (*ibidem*).

⁶⁹⁴ “(...) será de considerar a proposta do concorrente Metalúrgica da Longra, Lda. aliás menos sobrecarregada com contratos para esta Delegação, o que permite encarar com mais tranquilidade a possibilidade de fornecimentos nos prazos necessários à entrada em funcionamento da Biblioteca Nacional (...)” (PT DGEMN: DNISP 001-0114/01/2/1, 20.05.1968).

*da concepção idealizada pelo decorador. O concorrente Metalúrgica da Longra apresenta a sua proposta para cadeiras de acordo com os desenhos do concurso. (...) e o exame dos protótipos confirmou, que a mancha da plateia constituída pelas cadeiras do concorrente FOC é muito diferente da mancha das cadeiras constituída pela concorrente Metalúrgica da Longra e que, além disso, individualmente e isoladamente a cadeira deste último é de aspecto muito mais agradável do que a do citado em primeiro lugar*⁶⁹⁵. No fim, e apesar de ter a proposta com o valor mais baixo, a FOC não conseguiu corresponder às condições constantes do caderno de encargos, nem à “*concepção decorativa*” pretendida para a sala, o que veio demonstrar, mais uma vez, a possibilidade de adjudicar o fornecimento a um fabricante preferencial, desde que expostos os argumentos adequados e assegurada a autorização superior. O tratamento dado ao teto, ao contrário do que se sucedera nas salas da direção, cujos elementos seriam obrigatoriamente executados de modo artesanal e *in situ*, foi concebido com materiais industriais e pré-fabricados, adaptados à forma e função pretendidas. Em certo sentido, este espaço representa o quão estimulante e salutar um diálogo entre design e indústria poderia ser, no sentido em que o seu autor encontrou em certos recursos industriais, que já conhecia e dominava, os elementos adequados para atingir o resultado pretendido.

José Luís Amorim, responsável pelo mobiliário e equipamento das áreas de acesso público remanescentes e das instalações de cariz técnico, desenvolveu por seu lado um trabalho em claro contraste com o de Daciano da Costa, mas totalmente fiel à estética que vinha há anos a desenvolver e consolidar. Envolvido neste projeto desde cedo, trabalhou em estreita colaboração com o diretor da Biblioteca, construindo o seu projeto para cada zona em simbiose com as necessidades estudadas e definidas por aquele⁶⁹⁶. A compreensão dos fluxos de trabalho subjacentes aos serviços foi essencial para a definição dos conjuntos de mobiliário e equipamento – armários, secretárias, mesas, foram alvo de uma sistematização exaustiva, através da qual todas as necessidades se encontrariam previstas, agilizando a instalação dos serviços e o seu funcionamento.

⁶⁹⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0114/01/2/1, 20.05.1968.

⁶⁹⁶ “(...) para a definição das secretárias apresentou o Sr. Arquitecto Amorim, há mais de dois anos, um plano de mobiliário (fundado em elementos anteriormente fornecidos pela BNL) que depois de convenientemente estudado deu origem a uma lista de secretárias e seus elementos constitutivos (doc. 1) elaborada pelo mesmo senhor de acordo comigo e com o pessoal superior da biblioteca, sobre a qual foi organizada uma nota da quantidade das secretárias necessárias (...)” (Informação n.º 41, 05.07.1967, AHBNP).

Os gabinetes de trabalho e serviços técnicos foram alvo de um tratamento aprofundado e representaram em certo sentido o desafio maior nesta instalação⁶⁹⁷. Numa clara evolução em relação aos seus projetos anteriores, Amorim concebeu um novo conjunto de elementos que conjugavam revestimentos em termolaminado de cores fortes, como o azul e o preto, com o folheado em tons de madeira, assentes em estruturas de tubos metálicos de secção quadrangular que se articulam com os volumes dos tampos e dos blocos de gavetas, pranchas de apoio e gavetas embutidas nos tampos, estruturas que permitiam escamotear máquinas de escrever e blocos de apoio com gavetas e portas (figs. 305 e 307). A orientação estética e formal seguida por Amorim para estes conjuntos parece revelar algumas familiaridades com o trabalho de autores estrangeiros, como o do belga Jules Wabbes (1919-1974) , que concebeu secretárias e mesas de trabalho para escritório, entre as décadas de 1950 e 1960 (fig. 308). O modo como Amorim integrou os elementos em tubo metálico de secção quadrangular parece revelar algumas semelhanças com o que foi desenvolvido pelo designer belga, em particular na decisão de deixar visíveis a estrutura da secretária e dos mecanismos das gavetas, ainda que com acabamentos e revestimentos distintos.

Fazendo jus às soluções que tinha vindo a definir para instalações de investigação científica, o mesmo sistema modular foi também aqui aplicado, agora liberto dos constrangimentos das bancadas laboratoriais e das suas especificações técnicas. Os armários e estantes foram planificados da mesma forma, numa conjugação de corpos e volumes, elementos que se podiam adicionar, subtrair ou substituir consoante as necessidades de cada serviço, sala ou função – *“o sistema adoptado, dotado de excepcional flexibilidade, satisfaz as necessidades da Biblioteca, impondo, porém, para a sua satisfatória utilização, um cuidado acabamento. É, todavia, necessário adoptar variantes de alguns tipos, de modo a satisfazer todas as necessidades da Biblioteca”*⁶⁹⁸. A validação final seria sempre da responsabilidade do diretor, Manuel Estevens, mas a consulta às chefias intermédias de cada departamento demonstrou uma atenção e cuidado sobre a adequação de cada objeto e de cada conjunto às funções e necessidades específicas de cada um. Os seus pareceres e apreciações foram igualmente relevantes no processo de instalação e definição dos equipamentos, tendo sido referidos, por exemplo, na recusa da

⁶⁹⁷ Segundo a Informação n.º 55, o estudo de mobiliário geral encontrava-se concluído em outubro de 1967 (PT DGEMN: DNISP 001-0089/01/1).

⁶⁹⁸ Cf. Informação n.º 39, 03.11.1965, AHBNP.

cadeira inicialmente proposta⁶⁹⁹. Uma vez definidos o número de funcionários em cada sala, a sua função e posição na hierarquia do serviço, e o circuito funcional subjacente, seriam estipulados os modelos que por sua vez corresponderiam a medidas específicas de cada tampo e de cada bloco de gavetas, com opções variadas (fig. 306) – na sua versão final chegaram a ser concebidos 12 tampos de diferentes dimensões e 36 soluções para os blocos de apoio: “*o tamanho do tampo das secretárias – único elemento metricamente variável – devia estar em relação com o serviço a que se destinava e, além disso, marcar pela relatividade das suas dimensões, a categoria do funcionário a que pertencia. Assim, previu o Arq. Amorim 12 tamanhos de tampo, que iam desde 1,20x0,70 até 1,94x0,80*”⁷⁰⁰. A visão de Stevens articulava-se assim com o rigor e a sistematização promovidas por Amorim. Segundo o diretor “*não se trata de uma posição estética, mas sim, em primeiro lugar, funcional, pois não interessa que os móveis tenham dimensões superiores às necessárias para a função que exercem – anote-se a agravante de quanto maiores forem, maior espaço ocuparem sem qualquer proveito – e, secundariamente, pelas suas dimensões marcaram a hierarquia do serviço, pois sendo todas do mesmo tipo e material, só pela dimensão e implantação ela de poderá definir*”⁷⁰¹.

Foram ainda incluídas mesas de trabalho, formalmente semelhantes, mas com diferenças significativas nas dimensões e na ausência de blocos de apoio, e tendo apenas um tipo de termolaminado como revestimento. Para os armários e estantes foi aplicado o mesmo método (figs. 309 e 310), fixando-se um número de soluções para cada elemento que seriam posteriormente conjugados à medida de cada sala, proporcionando modelos individualizados. A empreitada foi entregue à FOC, empresa que conseguiria assegurar várias encomendas em simultâneo sem comprometer a qualidade do produto final. José Luís Amorim, nas várias visitas que realizou às instalações da FOC, na qualidade de técnico fiscalizador, pôde atestar essa sua capacidade⁷⁰², para além de que o entendia como “*o fabricante de mobiliário cujas linhas de fabrico se adaptam mais facilmente ao tipo de carácter de mobiliário compreendido nesta 11.ª empreitada [mesas e cadeiras metálicas]*”⁷⁰³.

⁶⁹⁹ *Ibidem*.

⁷⁰⁰ Cf. Informação n.º 41, 05.07.1967, AHBNP.

⁷⁰¹ *Ibidem*.

⁷⁰² “(...) atendendo ao estado de adiantamento das outras empreitadas que estão adjudicadas à firma FOC, conforme verificámos na última vistoria que fizemos à sua fábrica, não vemos inconveniente em adjudicarmos a esta firma mais esta Empreitada (...)” (PT DGEMN: DNISP 001-0101/01/1/2/1, 29.03.1968).

⁷⁰³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0101/01/1/2/1, 29.03.1968.

As cadeiras que deviam complementar estas secretárias acabaram por encontrar na produção em série o meio mais adequado ao seu fornecimento⁷⁰⁴. Não tendo sido aceite o modelo inicialmente concebido por Amorim⁷⁰⁵, o concurso para o seu fornecimento previu a definição de “*desenhos-tipo de categorias e finalidades, e que dentro destes padrões se daria aos concorrentes a liberdade de apresentar os seus próprios modelos, sem excluir a obrigatoriedade de os harmonizar com as secretárias e armários*”⁷⁰⁶. Não obstante a liberdade permitida aos concorrentes, estas cadeiras deveriam contemplar toda uma variedade de tipologias entendidas como necessárias para o funcionamento dos serviços, na visão do diretor da Biblioteca. Assim, deviam ser escolhidas “*cadeiras rotativas e reclináveis para os chefes de divisão e serviços (se possível com distinção para vincar as categorias), cadeiras rotativas simples para os bibliotecários e funcionários exercendo funções directivas, e do mesmo modelo, mas não rotativas, para funcionários que com eles trabalhem, para unidade do aspecto das salas*”⁷⁰⁷. Desta forma, cada empresa apresentaria os modelos do seu catálogo corrente considerados mais adequados aos conjuntos, mesmo que os revestimentos e acabamentos não fossem exatamente de acordo, abrindo-se “*a possibilidade de se adoptarem cores de estofos diferentes, embora harmónicas, de forma a se poderem formar conjuntos agradáveis*”⁷⁰⁸. Por outro lado, uma vez encontrados os modelos mais adequados, haveria a possibilidade de introduzir alterações, quer nas cadeiras, quer nas secretárias, permitindo harmonizar os conjuntos e conferir-lhes maior familiaridade formal⁷⁰⁹.

Já no que diz respeito às salas de Leitura de Reservados⁷¹⁰ e de Periódicos, estas foram equipadas com cadeiras e as mesas de trabalho e reunião pertencentes a uma mesma

⁷⁰⁴ Joana Brites identificou uma evolução equivalente nos processos de instalação dos edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (Joana Brites, “Mobiliário para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: o processo de modernização de um dispositivo espacial (1940-1972)” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp.142-149).

⁷⁰⁵ No caderno de encargos teria sido apresentada uma cadeira com a referência C2, para a qual a FOC não apresentou proposta, propondo em contrapartida um modelo das suas linhas de fabrico (PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/1/1, 01.04.1968).

⁷⁰⁶ Cf. Informação n.º 57, 17.10.1967, AHBNP.

⁷⁰⁷ *Ibidem*.

⁷⁰⁸ *Ibidem*.

⁷⁰⁹ “Atendendo a que convém obter uma certa homogeneidade entre as cadeiras e o restante mobiliário, nomeadamente secretárias e armários, a solução indicada, em presença da comparação de todas estas peças de mobiliário, será optar pela variante A que propõe tubos de aço cromado nas cadeiras, e substituindo o tubo de alumínio das secretárias e dos armários por tubo de aço também cromado, o que neste momento ainda é possível fazer, porque as bases ainda não estão executadas.” (Informação de José Luís Amorim, PT DGEMN: DNISP 001-0113/01/2/1/2, 15.12.1967).

⁷¹⁰ José Luís Amorim desenvolveu os primeiros estudos de implantação para a sala de Reservados em 1964 (14.12.1964, AHBNP), enquanto que a dos Periódicos, uma vez que não integrava a lista de prioridades

família, comungando de formas, materiais, cores e acabamentos de outros projetos. As cadeiras foram reduzidas a um só modelo, simplificando todo processo de aquisição e instalação, dadas as semelhanças funcionais entre as zonas onde seriam integradas⁷¹¹. A escolha recaiu sobre o modelo C4, conforme o que tinha sido desenhado para a sala do conselho da Estação Agronómica Nacional de Oeiras, e aqui foi ajustada à ergonomia dos utilizadores, “*de forma ao leitor se poder recostar melhor e dar-lhe (ou manter-lhe) largura suficiente para pessoas nutridas*”⁷¹². As mesas conheceram apenas três variantes, consoante as funções atribuídas, para além das de reunião, que já tinha sido aplicada noutros edifícios, e de uma outra, compósita, que permitiria uma diversidade de soluções consoante os objetivos, e que apareceu aqui pela primeira vez.

De referir, por fim, Manuel João de Freitas Leal, que surgiu como mais um nome a adicionar à lista de autorias e da qual não havia qualquer referência na bibliografia dedicada ao edifício. O seu trabalho neste edifício teve naturalmente um destaque menor, até porque a sua colaboração foi solicitada num contexto particular, de constatação de que certos espaços não tinham sido contemplados nas adjudicações aos autores principais e que nenhum deles apresentava então disponibilidade para o fazer. Sendo urgente a conclusão do edifício, Freitas Leal foi indicado à DNISP pelo próprio Daciano da Costa⁷¹³ como tendo competências para resolver zonas como a do átrio principal (fig. 313) e os anexos da sala de leitura principal e do gabinete do diretor, sala de fumo e varanda da sala de leitura geral⁷¹⁴. Formado em Arquitetura, mas dedicado à decoração e arquitetura de interiores⁷¹⁵, foi chamado aqui para solucionar alguns espaços de transição com impacto distinto do dos seus colegas, mas com uma tarefa de igual responsabilidade, na medida em que teria de integrar as suas propostas no que estava já planeado e em curso, sem deixar de dar espaço à sua visão enquanto autor. O átrio principal (fig. 314) foi a zona de maior destaque da sua intervenção, já que as restantes mais não foram que

para o início do funcionamento da Biblioteca, decorreu já durante a segunda metade da década de 1970. Apesar do intervalo temporal entre as duas intervenções, o autor manteve a coerência e integridade formal das propostas, adotando os mesmos modelos e acabamentos.

⁷¹¹ “(...) e a conveniência, para construção, para cadastro e até para simplificação do serviço, de uniformizar o mobiliário, propõe-se a adopção de um único modelo para todos estes fins (...)” (Informação n.º 57, 17.10.1967, AHBNP).

⁷¹² Cf. Informação n.º 57, 17.10.1967, AHBNP.

⁷¹³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 09.07.1968.

⁷¹⁴ A sua colaboração foi formalizada em finais de 1967 (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 19.12.1967).

⁷¹⁵ Terá aberto a primeira loja em Portugal de decoração e mobiliário moderno, com peças provenientes da Escandinávia, segundo informação disponibilizada pelo seu filho.

(<http://obloghumanista.blogspot.pt/2010/03/manuel-joao-de-freitas-leal-artista.html>, acesso a 26.04.2018).

pequenos corredores ou áreas de passagem. Este primeiro espaço de acolhimento dos leitores, ficou marcado pelos painéis a fresco da autoria do pintor Lino António, e pelo balcão do bengaleiro, elementos que, em articulação com os recursos arquitetónicos (degraus, colunas, *mezzanine* e luminárias embutidas no teto), e as cores fortes aplicadas imprimiram àquela área a coerência e integridade que suportaria apenas uma intervenção minimalista em termos de mobiliário, ainda que não haja registos que permitam conhecer o conjunto final na íntegra.

A empreitada mais significativa de toda esta instalação residiu naturalmente nas estantes para os depósitos (fig. 315). De menos impacto estético, tinha na funcionalidade e na resistência as principais preocupações e características. O estudo do sistema de armazenamento de livros e restantes espécies bibliográficas da futura biblioteca foi realizado com particular cuidado, analisando vários contributos especializados, reconhecendo as tendências internacionais sobre o assunto, calculando as previsões de crescimento e em particular as condições de segurança que deviam ficar acauteladas. Sem estes, a Biblioteca enquanto tal não poderia funcionar, nem a sua inauguração poderia ter lugar. Com os trabalhos de construção do edifício ainda nas suas fases iniciais, urgia começar a estudar qual a melhor solução de “estantaria” para o sistema de armazenamento escolhido. O conhecimento do que tinha sido instalado noutras bibliotecas europeias naqueles anos⁷¹⁶ serviria naturalmente de exemplo e apoio, mas as soluções a encontrar ficariam desde logo condicionadas pelos fabricantes nacionais, em particular pela sua capacidade de produzir modelos semelhantes e de qualidade equivalente. Essa dúvida ficou clara na nota do engenheiro delegado da DNISP para o diretor-geral da DGEMN, informando que se tinha procurado “*interessar vários fabricantes portugueses nestes modelos e depois de várias consultas chegou-se à conclusão que apenas três se tinham integrado no estudo do assunto com interesse. Eram eles a Fábrica Portugal, a Sociedade de Equipamentos de Escritório e a Metalúrgica da Longra a quem foram solicitados grupos de três protótipos que foram montados em condições análogas às definitivas na actual Biblioteca Nacional*”⁷¹⁷. É significativo que as empresas que responderam de forma positiva ao desafio tenham sido exatamente aquelas que pareciam ter maior

⁷¹⁶ “Estes estudos foram iniciados por uma recolha de elementos em instalações recentes, estrangeiras: Biblioteca da FAO em Roma, novas ampliações da Biblioteca Nacional em Paris e baseadas em informações do Diretor da Biblioteca Nacional, Exm.º Senhor Dr. Estevens e em catálogos das mais variadas proveniências (...)” (Ofício do Eng.º Bonneville Franco, DNISP, para o diretor-geral DGEMN, 13.11.1961, PT DGEMN: DNISP 001-0099/01/1/2/1).

⁷¹⁷ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0099/01/1/2/1.

capacidade de recursos, tecnológicos e humanos. A ideia de desenvolvimento de um produto em articulação com o cliente parece exequível para empresas desta dimensão e com gabinetes técnicos capazes de empreender semelhante tarefa, tendo igualmente capacidade para produzir protótipos e o fornecimento final. A Fábrica Portugal foi a empresa que apresentou a solução com a melhor relação qualidade/preço, garantindo o seu lugar de fornecedor exclusivo deste tipo de material para a Biblioteca, pelo menos na sua fase inicial.

Dada a importância que este equipamento tinha no funcionamento da Biblioteca, e porque a sua instalação deveria preceder a transferência do pessoal e restantes departamentos, intervenções desta envergadura implicaram fornecimentos extensos e complexos. A sua plena atividade estaria condicionada à disponibilidade orçamental dos serviços e da tutela, que deveriam contemplar as despesas previstas ainda em projeto, mas também os ajustes que obras desta escala iriam requerer constantemente e durante muito tempo, o que implicava uma constante reavaliação das prioridades. Neste caso em particular, o estudo e aquisição das estantes para os depósitos de livros assumiu precedência – sem essas, a transferência do acervo não poderia ser realizada. E sem uma sala de leitura equipada e pronta a receber os leitores, a Biblioteca também não poderia abrir ao público. Assim, os primeiros projetos de mobiliário e equipamento a serem adjudicados e desenvolvidos prendiam-se naturalmente com estes dois espaços. Se para os funcionários da DNISP seria prioritário o estudo de uma solução moderna, mas exequível de ser concretizada pela indústria nacional, para os autores dos projetos de mobiliário e de interiores o desafio consistia na articulação equilibrada entre o edifício em construção e a definição de uma visão para aquele serviço.

A conceção do sistema de estantes para os depósitos de livros (figs. 316 e 318), elemento que requeria algum conhecimento específico não deixou, contudo, de escapar à atenção do Ministro das Obras Públicas. Todos os projetos requeriam validação final da tutela, mas a proximidade com a obra poderia ficar plasmada na formulação do seu despacho – quanto mais elaborado e contendo indicações muito específicas, mais importância lhe concedia o ministro, logo, mais atenção e cuidado deveria ser dada à intervenção. Por outro lado, esta participação por vezes muito ativa denunciava ainda a estratégia de comunicação institucional, que tinha na figura ministerial o seu topo e que, para além da aprovação necessária para o seguimento do processo, entendia poder

contribuir com as suas opiniões ou reflexões⁷¹⁸. Neste caso, o ministro Arantes e Oliveira chegou a propor que se tomasse como modelo de estudo a solução entretanto adotada para a Biblioteca Geral da Cidade Universitária de Coimbra, pela semelhança das funções e da instituição, naturalmente, mas os responsáveis da DNISP informaram que as estantes de Coimbra não se adaptavam ao edifício que se construía em Lisboa⁷¹⁹. A intervenção ministerial a este nível de decisão, como noutros casos já referidos, prendeu-se essencialmente com a necessidade de manter dentro dos limites disponíveis as cabimentações orçamentais, procurando sempre aproveitar estudos, soluções e recursos aplicados em intervenções semelhantes, em parte como forma de reduzir o tempo de estudo de determinado problema, mas especialmente como recurso para a contenção dos valores a despendar nas aquisições.

O processo de fornecimento para o novo edifício da Biblioteca Nacional foi muito longo e extenso, constituindo-se de inúmeras empreitadas e ultrapassando largamente o arco temporal em análise. Estas instalações requeriam por isso uma constante revisão na abordagem, num confronto permanente entre as cabimentações orçamentais e as pressões das tutelas para a sua inauguração e entrada em funcionamento. Os tempos longos na construção destes edifícios levaram, quase sempre, à revisão dos valores iniciais indicados nos concursos, que se atualizavam de ano para ano, sempre numa tendência ascendente, em parte pelo preço a que eram adquiridas as matérias-primas, que por sua vez estavam dependentes dos contextos económicos e políticos nacionais. Por outro lado, o setor produtivo nem sempre teria capacidade para responder com a rapidez exigida a empreitadas tão específicas, quer pelo volume de peças envolvidas, quer pelo seu desenho fora de série. Houve uma preocupação em encontrar os fabricantes mais adequados⁷²⁰, mas isso significou também que, em alguns momentos, certas empresas ficassem sobrecarregadas de encomendas e por isso impossibilitadas de cumprir os prazos pretendidos⁷²¹. No caso da Biblioteca Nacional, os quantitativos foram quase sempre

⁷¹⁸ Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas, por exemplo, deu pareceres e despachos sobre todas as aquisições de material e equipamento para o Manicómio de Lisboa, a um nível de pormenor e de envolvimento que não voltamos a encontrar.

⁷¹⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0099/01/1/2/1, 13.11.1961.

⁷²⁰ “Tem a Delegação tido a preocupação de consultar firmas industrialmente bem apetrechadas e com oficinas próprias, como garantia de obter mobiliário de boa qualidade. No presente caso e como algumas das firmas já têm adjudicação de certo vulto para o edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa, a Delegação procurou consultar outras firmas diferentes embora sabendo antecipadamente que o seu trabalho não é tão perfeito, mas tendo em atenção a necessidade de controlar os preços por que se tem vindo a realizar as suas adjudicações (...).” (PT DGEMN DNISP 001-0113/02/2/2, 19.03.1968).

⁷²¹ “Como se sabe, existe na indústria nacional dificuldade na entrega de um fornecimento de verba tão elevada e com móveis fora de série como os das salas de leitura e catálogo e estantaria para equipamento

elevados, mesmo quando registados apenas os essenciais para o funcionamento mínimo do serviço.

Nessa medida, houve uma preocupação em manter os fornecimentos com os mesmos fabricantes, uma vez realizada a primeira adjudicação, para assim garantir a integridade e uniformidade do conjunto⁷²². A responsabilização do fabricante pelo seu produto, desde as fases iniciais de construção e entrega final, passando ainda pela sua manutenção e pelo período de garantia obrigatória, facilitava por outro lado a comunicação entre cliente e fabricante, agilizando ajustes e correções que só seriam perceptíveis no momento da instalação definitiva das peças, ou que só se tornariam visíveis com a sua utilização diária. Por essa mesma razão, a direção da obra requereu e enfatizou inúmeras vezes as vantagens em manter o mesmo fornecedor ou fabricante desde o início – a relação encontrava-se estabelecida e a dinâmica conhecida, reforçando a responsabilidade do fabricante sobre os produtos entregues.

De novo, importa salientar como José Luís Amorim foi uma peça essencial em todo este processo enquanto representante do cliente, fiscalizando e acompanhando a obra, gerindo a comunicação entre todas as partes envolvidas, tentando antecipar problemas e dificuldades, e procurando as melhores soluções quando estas se apresentaram impossíveis. Como referido atrás, essa foi uma função que já havia desempenhado por diversas vezes e cuja experiência foi acumulando e consolidando, de obra para obra, e que encontrou aqui novos desafios, entre eles o fornecimento do mobiliário para a Sala de Leitura Geral.

De facto, e sendo certo que as entregas representavam quase sempre momentos de tensão, aquela que envolveu a Sala de Leitura Geral foi sem dúvida o mais dramático. As questões acerca da madeira escolhida e da sua aplicação comprometeram seriamente o fornecimento, como se viu, e a única solução possível parecia ser a rejeição total da entrega. Esse seria o desfecho reconhecido pelo arquiteto como extremo e indesejável, mas o único, a seu ver. A qualidade das peças foi considerada sofrível, com o emprego de madeiras verdes e cheias de defeitos, que implicavam na imagem final pretendida. O folheamento de todos os elementos de madeira seria a alternativa viável, *“mas provavelmente fica a mesma sucata...se o empreiteiro estivesse bem mentalizado na*

dos restantes pisos do depósito de livros, sendo todo este mobiliário completamente indispensável à realização da inauguração (...).” (PT DGEMN: DNISP 001-0083/01/1, 10.03.1967).

⁷²² Em 1978, por exemplo, ainda decorria um fornecimento de complemento de estantaria metálica para o 7.º piso da torre de depósito de livros (PT DGEMN: DSARH-005/125-0997/04).

perfeição que se pretende, talvez ele fizesse o último ensaio numa das mesas e numa cadeira, demonstrando que seria capaz de realizar para remediar o mal. Se esse concerto-protótipo não satisfizesse, então a única solução é a rejeição total".⁷²³ Apesar de estruturar uma possível solução para o problema, Amorim não parecia acreditar nas capacidades do fabricante em conseguir manipular as peças já produzidas e transformá-las no produto final desejado.

Daciano da Costa, enquanto autor, teceu considerações menos inflamadas, mas tão ou mais assertivas que as de Amorim: *"tal construção e acabamento atraiçoa o próprio espírito do desenho o qual pela simplicidade das suas linhas, pela sobriedade dos seus elementos de composição e pela madeira escolhida exigia uma impecável execução industrial e um cuidadoso acabamento artesanal*"⁷²⁴. A qualidade da matéria-prima e o deficiente controlo de qualidade nas várias etapas da produção foram as dificuldades destacadas – não foram rejeitadas as peças defeituosas⁷²⁵, não houve cuidado na montagem de cortes de cores semelhantes, os acabamentos foram mal terminados e a sua montagem foi descuidada⁷²⁶, não foram utilizados vernizes e outros elementos semelhantes conforme indicação de projeto e do caderno de encargos, entre outras irregularidades⁷²⁷, que colocavam em causa a qualidade do desenho e comprometiam a visão do autor para aquele espaço.

Considerou-se então que o folheamento de todas as peças, cadeiras e mesas, seria a única forma de resolver este fornecimento – refazer tudo com nova madeira seria impossível, não só pelo tempo que demoraria, mas em particular pela impossibilidade em encontrar no mercado madeira de *pitch pine* *"de cor regular, de lenhos bem constituídos e sem nós, qualidades que variam conforme o cerne ou a seiva se encontra mais numa parte do que noutra"*⁷²⁸. A própria firma propôs por isso revestir todos os elementos expostos com o tipo de folha de *pitch pine* disponível no mercado nacional, *"que era*

⁷²³ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 31.10.1968.

⁷²⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 07.11.1968.

⁷²⁵ "O lote de madeira de que foram construídas mesas e cadeiras é francamente de má qualidade, verde, irregular de cor e ainda de lenho mal constituído. As operações de corte não foram certamente regradas, resultando assim grande irregularidade no aspecto das vergadas. Após o corte não parece ter sido feita uma escolha para rejeição de peças defeituosas (...)." (PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 07.11.1968).

⁷²⁶ "As assemblagens não foram executadas com a indispensável precisão sendo visíveis acertos posteriores à ligação de peças por malhetes, que as deformaram fizeram com que as juntas perdessem apuro geométrico (...)." (PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 07.11.1968).

⁷²⁷ "Nada se pode saber quanto à execução dos cascos parecendo, no entanto, que se aplicaram, embora mal, as espumas de latex especificadas (...)." (PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 07.11.1968).

⁷²⁸ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/2/2, 05.12.1968.

*extraída, nos paízes de origem, das melhores árvores*⁷²⁹, em concordância com os outros objetos que tinham tido tratamento equivalente, como os tetos e os painéis nas paredes.

No entanto, para José Luís Amorim a prestação deficiente dos Armazéns Alcobia podia ter sido evitada, por previsível. Como foi sua prática, todas as decisões relativas aos fornecedores e fabricantes eram precedidas por informações e relatórios relativamente pormenorizados acerca da qualidade dos diversos concorrentes e as consequências possíveis da adjudicação a cada um deles. Aqui não foi diferente e, nas vésperas da decisão relativamente ao fornecimento das mesas e cadeiras para a Sala de Leitura Geral, Amorim informou com detalhe as chefias imediatas das questões subjacentes a cada uma das empresas, contribuindo para uma caracterização da produção de mobiliário nacional, simplista, mas assertiva: *“o concorrente de proposta mais baixa, Armazéns Alcobia, não tem oficina própria, manda fazer o mobiliário que vende na loja a várias pequenas oficinas no norte do país, transporta o mobiliário em branco para Lisboa, onde lhe dá o acabamento conveniente numa pequena oficina que possui. O concorrente da proposta imediatamente a seguir, Centro Fornecedor de Móveis, Ld.^a funciona exactamente da mesma maneira, somente que os móveis que vende na loja são de qualidade inferior à do concorrente Alcobia. Nestas condições parece-me que somente os dois outros concorrentes têm oficinas e idoneidade suficiente para arcar, em boas condições, com a responsabilidade da Empreitada, incluindo os prazos para conclusão, tendo em vista a inauguração da Biblioteca Nacional. Em consciência propomos que a adjudicação se faça à firma Móveis Sousa Braga porque é, das duas firmas mais idóneas, a que apresenta preço mais vantajoso*⁷³⁰. Apesar da recomendação, a decisão final foi no sentido do controlo da despesa e numa *“bem intencionada ideia de experimentar novos construtores de mobiliário*⁷³¹, procurando diversificar o portefólio nesta categoria. Perante estas reservas, foi pedido à Alcobia que deixasse registada a sua intenção em reforçar a sua capacidade produtiva e qualidade: *“tomando a inteira responsabilidade por um fabrico impecável no que diz respeito aos trabalhos de marceneiro, estofador e polidor, (...) que nas empreitadas à nossa firma, por essa Delegação, nunca nos foram apontadas quaisquer deficiências em obras de maior responsabilidade*⁷³². As

⁷²⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/2/2, 05.12.1968.

⁷³⁰ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/2/2, 19.03.1968. Amorim não esclareceu qual seria a outra empresa idónea, par dos Móveis Sousa Braga. Foram recebidas quatro propostas, a saber: Móveis Olaio, Centro Fornecedor de Móveis, Móveis Sousa Braga e Móveis Alcobia (Olaio e Sousa Braga as mais altas).

⁷³¹ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/125-1019/04, 31.10.1968.

⁷³² Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/2/2, 04.04.1968.

condicionantes relacionadas com o modo de fabrico foram referidas, mas desvalorizadas enquanto obstáculos a um trabalho de qualidade, já que “*as principais casas de móveis de Lisboa procedem de igual modo no que diz respeito à parte de marcenaria*”⁷³³; ou seja, quando o volume de encomendas era elevado, recorria-se a fábricas no Norte do país, “*que trabalham exclusivamente para a nossa casa com todas as garantias de um bom fabrico*”⁷³⁴. Já os trabalhos de estofador e polimento eram executados exclusivamente nas suas oficinas de Lisboa, situadas na zona de Xabregas, para onde todas as encomendas eram enviadas para serem concluídas.

Esta estrutura produtiva, tal como havia alertado José Luís Amorim, não se encontrava preparada para um tal volume de peças, deixando bastante visíveis as fragilidades subjacentes e que acabaram plasmadas neste fornecimento para a Biblioteca Nacional. Esta dispersão de fabricantes deixava implícita a ausência de um controlo de qualidade eficaz, assim como a dificuldade em implementar formas de produção idênticas ou equivalentes em todas oficinas, deixando bem clara também a inexistência de uma visão industrial nos meios de produção, recursos tecnológicos e humanos. As complicações e fragilidades registadas com esta empreitada foram um reflexo da forte dimensão doméstica que ainda caracterizava este setor da indústria nacional e que se estendeu até à década de 1970. Este assumia-se como um cenário contrastante com o fornecimento do sistema de estantes para os depósitos, também ele um pedido fora de série, mas ao qual a indústria metalúrgica conseguiu responder com maior facilidade e com um nível de qualidade de referência.

*

A análise de uma intervenção como esta, dada a sua escala, complexidade e extensão temporal, permitiu conhecer, por um lado, os processos de comunicação entre os vários agentes envolvidos – institucionais, decisores, técnicos e criativos – no desenvolvimento dos projetos de instalação. A participação do diretor da Biblioteca Nacional na sua definição não foi inédita, mas o nível e a forma com que foi concretizada,

⁷³³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0113/02/2/2, 04.04.1968.

⁷³⁴ *Ibidem*.

quase obsessiva, não encontrou paralelos em quaisquer outros casos estudados. Por outro lado, o seu despreço por algumas das opções tomadas, em especial sobre a madeira utilizada, verbalizadas inúmeras vezes e em diversos momentos, deixou perceber que o seu peso naquelas decisões terá sido relativo, já que os projetos foram implementados na íntegra ou com poucas alterações.

Dada a escala da intervenção, os projetos de decoração, mobiliário e equipamentos fixos foram distribuídos por vários autores, sendo este o único caso em que este tipo de solução foi colocado em prática, propositadamente. Daciano da Costa e António Pardal Monteiro concretizavam uma parceria com origem no projeto da Reitoria da Universidade de Lisboa, e que retomam neste edifício. Já a participação de José Luís Amorim desde os primeiros momentos, não deve ser estranhada, na medida em que a sua colaboração com a DNISP ganhara contornos de quase permanência, enquanto técnico fiável, competente e rigoroso. Mais uma vez, recorreu a fórmulas suas conhecidas, que já havia aplicado noutros edifícios e que aqui foram adaptadas e alteradas às especificidades deste serviço, sem deixar, contudo, de contribuir para a identidade própria do edifício, desenvolvendo um projeto de mobiliário para os serviços técnicos e administrativos com características únicas e bastante diferenciador face às suas restantes propostas.

Tal como noutros casos, também neste a contribuição de Amorim no acesso a informação de relevo sobre o setor da indústria de mobiliário nacional foi essencial. De novo, os seus relatórios e informações sobre os fabricantes, sobre as visitas realizadas às suas instalações e sobre os processos de fornecimento propriamente ditos, são fontes essenciais para o conhecimento e caracterização daquele setor, numa concretização verdadeiramente singular e sem paralelo.

3.1.6 Palácio de Justiça de Lisboa

A reforma do sistema judicial nacional, impulsionada com a publicação, em 1927, do novo Estatuto Judiciário⁷³⁵, incluiu também a renovação do parque judiciário que se mantinha *grosso modo* o mesmo desde a Monarquia Constitucional⁷³⁶. Com particular atenção às instalações dos tribunais Superiores (Lisboa, Porto e Coimbra) e das Relações, foi criada uma comissão dedicada ao estudo dos novos edifícios, assim como um imposto judicial através do qual se pretendia suportar as despesas com os projetos e construção desses tribunais superiores⁷³⁷.

Este novo Estatuto Judiciário pretendeu então renovar, extinguir, centralizar e criar novas estruturas e serviços, numa reorganização que deveria encontrar nos respetivos edifícios judiciários um espelho dessa reforma, quer através da construção de novas estruturas, quer pela manutenção e conservação das existentes. A aplicação de inquéritos uniformizados, à escala nacional, deu a conhecer um cenário de alguma fragilidade no que às instalações dedicadas à Justiça dizia respeito. Tal como para outros programas tipológicos, também os tribunais encontraram em antigos edifícios conventuais uma opção para os seus serviços⁷³⁸, aí se mantendo até à elaboração de um plano à escala nacional e a eventual construção do novo tribunal.

Os tribunais de comarca encontravam-se sob responsabilidade das autoridades municipais, tendo a seu cargo o financiamento e fornecimento de edifícios, a seleção dos terrenos, a administração e fiscalização das obras de construção e a aquisição de todo o equipamento e mobiliário necessários, encargos esses que seriam extensíveis às residências dos magistrados judiciais e delegados do Procurador da República, que deveriam ser entregues mobiladas⁷³⁹. No entanto, os inquéritos promovidos pelo Estatuto Judiciário de 1944⁷⁴⁰ deixaram clara a falta de recursos da parte dos municípios para a prossecução daqueles encargos, obrigando os Ministérios da Justiça e das Obras Públicas a um papel mais interventivo na concretização desse plano.

⁷³⁵ Cf. Decreto n.º 13 809, 22.06.1927.

⁷³⁶ Cf. António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 56.

⁷³⁷ Cf. Decreto n.º 11 991, 30.07.1926.

⁷³⁸ Cf. António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 36.

⁷³⁹ Cf. Decreto n.º 13 809, 22.06.1927, cap. VI – Da instalação dos tribunais, suas sessões e audiências.

⁷⁴⁰ Cf. Decreto-lei n.º 33 547, 23.02.1944.

Os tribunais superiores e das Relações, em contrapartida, dependiam diretamente do Ministério da Justiça, o qual delegava no MOP a responsabilidade da sua construção. O tribunal superior de Lisboa foi o primeiro a ver a respetiva comissão de estudo formalizada, tendo sido nomeados como vogais os arquitetos Adães Bermudes e Leonel Gaia, da recém-criada Comissão de Obras do Palácio de Justiça de Lisboa, em 1927⁷⁴¹. A comissão terá, entretanto, concluído os seus estudos e as bases do projeto para o futuro tribunal terão ficado definidas⁷⁴², estabelecendo-se o Parque Eduardo VII como o local para a sua implantação⁷⁴³. No entanto, as iniciativas para a sua construção foram sofrendo adiamentos vários⁷⁴⁴ e só em finais da década de 1950 foram feitos novos convites para o seu estudo e lançados os procedimentos necessários para a sua prossecução⁷⁴⁵.

A solução para a sua implantação foi encontrada nos terrenos a norte do Parque Eduardo VII, localização “*indubitavelmente de características ímpares*”⁷⁴⁶ e que permitiria a articulação com o também planeado novo Palácio da Cidade⁷⁴⁷ e o prolongamento da Av. da Liberdade, que ainda se mantinha na agenda da reorganização urbanística da cidade. Esta decisão obrigava contudo à articulação de várias instituições públicas, uma vez que o terreno onde viria a ser construído integrava uma parcela do Ministério do Exército (quartéis onde estavam instalados o antigo Batalhão de Metralhadoras n.º 1 e o Batalhão de Caçadores n.º 5), uma outra do Ministério da Justiça (onde se encontrava edificada a Penitenciária de Lisboa, desde finais do século XIX, a qual teria de ser transferida para outro local, caso o projeto prosseguisse da forma como estava a ser planeado)⁷⁴⁸ e ainda de um proprietário particular (Palacete Mendonça). A obra, assim como o seu custo, ficou à responsabilidade dos dois Ministérios e da Câmara

⁷⁴¹ Por portaria publicada a 2 de maio de 1927 (António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 65).

⁷⁴² Esta comissão foi reformulada em 1931, com a nomeação de novos vogais (António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 207).

⁷⁴³ Cf. António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 66.

⁷⁴⁴ A Lei n.º 1 968, de 19.05.1938, estabelecia a Comissão das Construções Prisionais como entidade responsável pelo estudo dos futuros palácios de justiça de Lisboa e Porto, o que acabou por não acontecer (António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo....*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 208).

⁷⁴⁵ Cf. *Palácio de Justiça de Lisboa. Tribunal Cível e Tribunais de Polícia e de Execução de Penas*, MOP/DGEMN, 1970, p. 5.

⁷⁴⁶ *Ibidem*.

⁷⁴⁷ Para uma melhor contextualização consultar a obra *Keil do Amaral, O Arquitecto e o Humanista*, textos Ana Tostões, Lisboa, CML, 1999.

⁷⁴⁸ “(...) Quanto à Penitenciária, a sua demolição creio que poderá ser feita logo que esteja concluída a nova Penitenciária de Alcoentre, que se destina precisamente a substituí-la. Mas antes disso, pode e deve, a meu ver, ser construído o Pavilhão dos Tribunais Cíveis” (Despacho do Ministro da Justiça, 03.04.1962, PT DGEMN: DNISP 001-0064/03/1).

Municipal de Lisboa, que, por sua vez, delegaram na DNISP a sua administração e fiscalização, rejeitando a opção de criação de uma comissão especificamente para o efeito⁷⁴⁹.

Aos arquitetos Januário Godinho e João Andresen foi atribuída a conceção do novo tribunal, em 1955, tendo sido entregues os primeiros estudos apenas em 1960⁷⁵⁰ e o primeiro anteprojecto três anos depois. Entendido o projecto como um moderno fórum, “*com largas perspectivas abertas sobre a cidade*”, o Palácio de Justiça de Lisboa deveria articular-se com um futuro Palácio da Cidade, propondo-se uma nova centralidade administrativa para Lisboa. Os seus autores entenderam-no como um corpo articulado, composto de várias partes, de edifícios com funções semelhantes, mas distintos na sua forma de concretização. Numa atitude de clara diferenciação relativamente ao Palácio de Justiça do Porto, edifício equivalente em funções e representatividade, optou-se por distribuir as várias tipologias jurídicas por vários edifícios – tribunais criminais e cíveis, superiores e de polícia, e execução de penas – a que correspondiam diferentes volumetrias, dinamizando o conjunto. Contudo, a nova praça pública da cidade não chegou a concretizar-se verdadeiramente, não só porque o Palácio da Cidade nunca passou de uma intenção, mas também porque, de todos os edifícios projetados, apenas os da primeira fase foram construídos, ficando por isso o fórum incompleto e a grande praça cívica destituída do impacto previsto⁷⁵¹.

Da responsabilidade dos arquitetos Januário Godinho e Andresen ficou apenas o desenho arquitetónico, deixando para outro autor a definição do projecto de mobiliário e equipamento, que neste caso foi atribuído ao já assíduo colaborador da DNISP, o arquiteto José Luís Amorim⁷⁵². Também aqui a sua participação integrou uma dimensão administrativa e fiscalizadora⁷⁵³, servindo de novo como um dos técnicos indicados pela Delegação em sua representação, tal como vimos anteriormente. O falecimento de João Andresen, em setembro de 1967 e o posterior afastamento voluntário de Januário

⁷⁴⁹ Cf. Despacho MOP, 21.05.1958 (PT DGEMN: DNISP 001-0040/02/1).

⁷⁵⁰ Cf. *Palácio de Justiça de Lisboa. Tribunal Cível e Tribunais de Polícia e de Execução de Penas*, MOP/DGEMN, 1970, p. 6.

⁷⁵¹ Ficaram por construir os edifícios destinados aos tribunais superiores e ao tribunal criminal, cujas obras deviam ter começado em 1971 (*Palácio de Justiça de Lisboa. Tribunal Cível e Tribunais de Polícia e de Execução de Penas*, MOP/DGEMN, 1970, p. 9).

⁷⁵² Cf. Decreto n.º 48 106, 13.12.1967, onde se autorizou a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para os estudos relativos ao mobiliário fixo a ligar à construção civil e respetivos acertos arquitetónicos e ao equipamento de mobiliário móvel dos tribunais cíveis do Palácio de Justiça de Lisboa.

⁷⁵³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-004/02/1, 02.04.1968.

Godinho do projeto, terão deixado à DNISP a responsabilidade de encontrar uma solução que não compromettesse os prazos e a integridade do conjunto⁷⁵⁴. A formalização da colaboração de José Luís Amorim teve lugar em dezembro de 1967 e a referência oficial à sua função enquanto arquiteto responsável, por parte do Estado, na fiscalização da obra ocorreu já em abril de 1968⁷⁵⁵. A experiência de José Luís Amorim em obras desta envergadura e complexidade, aliada ao conhecimento e ao à-vontade que teria no acompanhamento e gestão de obras públicas, terão certamente tido o seu peso na decisão, transformando uma colaboração independente e intermitente numa relação sólida e de confiança, e assim imprimir o ritmo necessário a toda a obra, para que a mesma fosse concluída dentro do prazo.

O mobiliário definido para este novo espaço judicial mostrou relações de grande proximidade formal e estética com os projetos da Estação Agronómica Nacional de Oeiras e da Biblioteca Nacional, em Lisboa, intervenções que estavam a decorrer em simultâneo e que denunciam senão a implementação dos mesmo modelos e soluções nas três, pelo menos uma influência mútua no seu desenvolvimento. A aposta nos mesmos sistemas de móveis e equipamentos que tinham sido aplicados em laboratórios e estabelecimentos de investigação científica revelaram, mais uma vez, a sua versatilidade e a sua eficácia também em contextos tão distintos como um tribunal desta dimensão. Como veremos, o arquiteto Rodrigues Lima, responsável pelo projeto do Palácio de Justiça Porto, desenvolvido cerca de uma década antes, deixou diversas referências sobre os desafios que este tipo de edifícios representava, pela complexidade da estrutura judicial, das suas hierarquias, da sensibilidade com que as mesmas deviam ser abordadas, e a implicação que isso teria não só na definição do projeto de arquitetura, mas também nas propostas de decoração e mobiliário do edifício.

Não obstante a polivalência que caracterizou estes conjuntos, estes acomodaram-se com relativa facilidade ao ritual e às hierarquias subjacentes às salas de audiência e aos circuitos exigidos pelas várias categorias de utentes daquele tribunal. As secretárias S1, S2, S4, S5 e S14 (figs. 325, 326, 327 e 328) são idênticas às da Biblioteca Nacional, assim como a poltrona P52 (fig. 329) e a cadeira C21 (fig. 331), com a respetiva mesa foram incluídas também neste tribunal, nos espaços dedicados à restauração, tal como o tinham

⁷⁵⁴ Cf. António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 2013, p. 222.

⁷⁵⁵ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-004/02/1, 02.04.1968.

sido para refeitórios da BN e do LFEN. Já o tom escolhido para os revestimentos, e a opção por assentos estofados para a cadeira C1 (fig. 323), modelo que surgiu pela primeira vez no IMT, foram alguns dos elementos que marcaram a diferença relativamente aos restantes projetos.

A par do mobiliário desenhado por si, o projeto contou ainda com peças de produção seriada de fabricantes nacionais⁷⁵⁶. Aliás, uma das empreitadas de mobiliário em madeira inicialmente atribuída às oficinas dos estabelecimentos prisionais de Lisboa, Coimbra e Alcoentre, foi preterida em favor de móveis dessa natureza, de estrutura metálica⁷⁵⁷. Tratando-se de uma obra do Ministério da Justiça, a participação das oficinas de marcenaria das Penitenciárias de Lisboa, Coimbra e Porto na concretização de fornecimentos de mobiliário para serviços públicos foi recorrente. Para além da participação na atividade industrial da empresa Móveis Olaio, como veremos, as oficinas prisionais submeteram propostas a vários fornecimentos de mobiliário para edifícios públicos. O Ministério da Justiça, tal como recorreu às brigadas de mão-de-obra prisional para a construção dos tribunais, casas de magistrados e outros edifícios sob sua responsabilidade, procurou também nas oficinas que funcionavam dentro dos estabelecimentos prisionais (nestes casos os centrais, dada a capacidade) agentes para a execução de determinados produtos. Uma parte significativa seria para consumo dentro do sistema penitenciário (têxtil e calçado, por exemplo), mas algumas das suas oficinas produziram também para o exterior, sob encomenda. Os reclusos foram integrados enquanto operários, podendo ter ou não experiência prévia na área, sob orientação de mestres civis e pagos pela sua prestação. Cada estabelecimento desenvolveu a sua capacidade oficial numa articulação entre o que se encontrava definido legalmente e os recursos existentes – o trabalho oficial foi uma prática obrigatória enquanto dispositivo

⁷⁵⁶ O mobiliário metálico foi fornecido pelo Centro Técnico Hospitalar (armários), Fábrica Portugal (estantaria e cinzeiros) e Seldex (secretárias, mesas e cadeiras) (PT DGEMN: DNISP 001-0042/01/3).

⁷⁵⁷ “(...) foi adjudicada às Cadeias Penitenciárias de Lisboa e Coimbra e à Colónia Penitenciária de Alcoentre a execução do mobiliário de madeira destinado às secretarias dos juízos (incluindo o gabinete do respectivo chefe) do tribunal cível que faz parte do Palácio de Justiça de Lisboa. Confeccionados e instalados os protótipos, a Delegação das Novas Instalações promoveu uma visita dos seus responsáveis juntamente com a comissão deste Ministério [da Justiça] encarregada de prestar assistência aos trabalhos de planeamento e execução de mobiliário. Desta visita e da apreciação dos protótipos concluiu-se que tais móveis não se adaptavam à concepção das salas nem aos seus acabamentos. Parecia aconselhável a sua substituição por mobiliário mais adaptável, designadamente de tipo metálico, que se harmonizaria melhor com o restante apetrechamento das secretarias, também previsto em material metálico, e com os alçados dos balcões que são constituídos por elementos de vidro e metal.” (Informação 29.01.1969, PT DGEMN: DNISP 001-0068/02/2).

de ocupação dos reclusos, tendo em vista a sua profissionalização e recuperação social⁷⁵⁸, mas só os estabelecimentos centrais teriam capacidade para organizar oficinas de maior escala produtiva⁷⁵⁹.

Estes consideravam-se estruturalmente capacitados para responder a consultas e participação em concursos de fornecimento, entendendo que os meios técnicos necessários estavam assegurados e que executavam peças de qualidade comprovada⁷⁶⁰. No entanto, estas oficinas tenderam a executar encomendas que estariam mais próximas da categoria de mobiliário-tipo, como parece ter sido o caso dos fornecimentos para os edifícios destinados ao ensino técnico e secundário⁷⁶¹, o que significou que a sua apresentação enquanto fabricantes de mobiliário para edifícios públicos estava sujeita a condições muito específicas - nos modelos, nos materiais e nos contextos de instalação. Em contrapartida, os fornecimentos a realizar por estas oficinas encontravam-se dispensados de concurso público e mesmo de contrato escrito⁷⁶², o que não parece ter representado, no entanto, uma vantagem competitiva - a possibilidade legal de contornar a obrigatoriedade do concurso público foi usada amiúde pelos responsáveis oficiais sem que estivessem envolvidas oficinas prisionais, ao abrigo de uma continuidade e

⁷⁵⁸ A reforma do sistema prisional de 1936 definiu como fundamental o trabalho a desenvolver pelo recluso durante o cumprimento da sua pena: “(...) o trabalho é uma obrigação justa, não só porque com ele se torna mais disciplinado e moral o ambiente da prisão, mas também porque não é razoável lançar sobre a sociedade o encargo de manter indivíduos hostis ao seu desenvolvimento. Não que seja grande o rendimento do trabalho prisional e com ele se conte grande receita, porque é facto averiguado o seu pequeno rendimento, que as condições de colocação dos produtos por vezes ainda agravam” (Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936).

⁷⁵⁹ A reforma do sistema prisional de 1936 entendeu como concorrência desleal a participação dos estabelecimentos prisionais nos mercados nacionais, porque se exercia “(...) em condições de superioridade financeira em relação às atividades particulares(...)”, procurando por isso que “(...) as máquinas que substituem muitos braços, embora com maior lucro, devam ser eliminadas dos estabelecimentos prisionais porque impedem a realização de um dos objectivos dos trabalhos nas prisões (...)”, deixando essa componente industrial e agrícola para os estabelecimentos centrais (Decreto-lei n.º 26 643, 28.05.1936).

⁷⁶⁰ “Dispõe esta Cadeia [Monsanto], desde há muitos anos, de uma oficina de Carpintaria e Marcenaria, integrada no sistema de trabalho prisional, e visando muito especialmente a profissionalização e aperfeiçoamento de cerca de 100 reclusos, com vista à sua mais fácil recuperação social. Essa Oficina, trabalhando sob a orientação técnica de pessoal civil habilitado, dispõe de todos os meios técnicos adequados, e vem executando trabalhos diversos, principalmente confecção de mobiliários destinados a Tribunais, Residências de Magistrados, Conservatórias e outras Repartições Públicas, com pleno agrado das entidades compradoras, tanto no que se refere à execução como ao acabamento. Mas porque a sua produção é elevada e nem sempre dispõe de encomendas para o seu integral funcionamento, tenho a honra de rogar a V. Ex.^a que sempre que esse Ministério [das Obras Públicas] necessite de adquirir qualquer mobiliário, esta Cadeia seja consultada nesse sentido, a fim de poder apresentar o orçamento respectivo (...)” (Circular n.º 27 da Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas, 30.05.1957, PT DGEMN: CAM 0452/04).

⁷⁶¹ O Liceu Rainha D. Leonor, em Lisboa, mantinha ainda, em 2014, uma coleção considerável do seu mobiliário original, onde era visível, em alguns dos móveis, a etiqueta de fabricante da Cadeia Penitenciária de Lisboa (note-se que a nossa visita foi posterior à intervenção pela Parque Escolar).

⁷⁶² Cf. Decreto-lei n.º 38 387, 08.08.1951, art.º 11.

homogeneidade dos interiores que se pretendia assegurar, e assim acelerando os processo de instalação.

Os procedimentos para a participação das oficinas prisionais exigiam, por vezes, a introdução de certas alterações nos cadernos de encargos, que permitiam contornar algumas das indicações exigidas para os restantes fabricantes, em especial aquelas que poderiam colocar em maior evidência as dificuldades técnicas dessas oficinas e a menor qualificação dos recursos humanos envolvidos. Para o caso concreto dos fornecimentos para o Palácio de Justiça de Lisboa, e na análise feita pelos diretores daqueles estabelecimentos prisionais, deveria ser “*dispensada a rigorosa observância dos art.º 53 e 54, 55 e 56 [do caderno de encargos] dado que poderá ser possível que não disponhamos de desenhadores de nível exigido nos citados artigos*”⁷⁶³. Por outro lado, a própria DNISP retirou as penitenciárias da lista de intervenientes possíveis para a obra de “*mobiliário fixo e complementos de madeira para encastramento na construção civil*”, uma vez que seria de todo impossível realizar o assentamento desses elementos em obra por pessoal prisional⁷⁶⁴. Para que tal acontecesse, seria necessário assegurar condições de segurança para a execução daquele trabalho, assim como certificar que os reclusos a quem o mesmo seria entregue teriam as capacidades requeridas.

Se o mobiliário fixo estava descartado desde o início, o de natureza corrente manteve-se na lista de encomendas. Para o Palácio de Justiça de Lisboa, esse fornecimento consistiria na entrega de 247 unidades adjudicadas a cada uma das oficinas penitenciárias – Lisboa, Coimbra e Alcoentre⁷⁶⁵ - e que equipariam as secretarias dos juízos do tribunal cível. Estava prevista a entrega de protótipos de alguns modelos, tal como constava do caderno de encargos, apesar de se considerar que esse passo podia também ser ultrapassado, dada a semelhança com outros móveis já executados e conhecidos⁷⁶⁶. Questões relacionadas com os materiais e as ferragens, assim como os prazos para entrega e preços-base foram também incluídas no elenco de elementos a ter em consideração, reforçando as condições particulares em que estas oficinas funcionavam e, assim, o seu regime de exceção. Mas, em visita à obra e já em presença dos primeiros protótipos, entendeu-se que “*tais móveis não se adaptavam à concepção das salas nem*

⁷⁶³ Cf. PT DGEMN DNISP 001-0068/02/2, 18.10.1968. Estes artigos referem-se à transferência dos esquemas dos móveis, constantes no processo, para desenhos mais rigorosos e em tamanho natural, tarefa que deveria ser da responsabilidade do adjudicatário.

⁷⁶⁴ Cf. PT DGEMN DNISP 001-0068/02/1/2/1, 17.07.1968; foi adjudicado à EDIFER.

⁷⁶⁵ Cf. PT DGEMN DNISP 001-0068/02/2, 18.10.1968.

⁷⁶⁶ *Ibidem*.

*aos seus acabamentos*⁷⁶⁷, optando-se então por mobiliário metálico e de série, considerado mais ajustado⁷⁶⁸, e que, para além do mais, permitiria um fornecimento mais célere e a conclusão da obra dentro dos prazos definidos, já que aquelas oficinas se encontravam e executar fornecimentos para outros tribunais, o que poderia vir a comprometer esta entrega⁷⁶⁹.

A colaboração com o Ministério da Justiça, em particular com a Direcção-Geral da Justiça, manteve-se ao longo de todo o processo. Os seus técnicos participaram na elaboração de pareceres nas várias fases do projeto⁷⁷⁰, incluindo na avaliação que removeu a participação das oficinas penitenciárias. O seu envolvimento permitiu ainda acautelar questões mais transversais, entre elas a de assegurar que esta intervenção se articulava com o que estava a ser desenvolvido para os restantes tribunais do país⁷⁷¹.

A obra de construção civil decorreu com relativa rapidez, tendo sido entregue pela empresa construtora cerca de seis meses antes da data prevista - o primeiro edifício que compunha o Palácio de Justiça de Lisboa foi inaugurado a 30 de setembro de 1970. Entendida como uma proeza, as entidades oficiais procuraram categorizá-la como uma consequência natural das boas práticas que estariam a ser implementadas nas obras públicas nacionais. Os discursos oficiais, reconhecendo o seu carácter excepcional, procuraram destacá-lo - os prazos de execução das obras públicas em Portugal estavam a ser encurtados e isso seria uma consequência da prestação de serviço público cada vez mais eficiente⁷⁷². Não obstante a importância dada a este acontecimento, este teria na verdade resultado de outros fatores que não exatamente aqueles que estavam a ser enunciados. Essa redução nos prazos teria sido antes consequência direta da dedicação dos colaboradores a todos os níveis, na simplificação dos processos, e não tanto por iniciativa da entidade ministerial (numa qualquer intenção reformista) ou de uma

⁷⁶⁷ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0068/02/2, 29.01.1969.

⁷⁶⁸ “(...) que se harmonizaria melhor com o restante apetrechamento das secretarias, também previsto em material metálico, e com os alçados dos balcões que são constituídos por elementos de vidro e metal (...)” (PT DGEMN: DNISP 001-0068/02/2, 29.01.1969).

⁷⁶⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0069/01/1/1, 13.05.1969. Os fornecimentos foram distribuídos entre as empresas Móveis Serrano (PT DGEMN: DNISP 001-0069/01/1/2/3, 18.07.1969) e Móveis Olaio, para o mobiliário em madeira, e o Centro Técnico Hospitalar, para o mobiliário metálico (PT DGEMN: DNISP 001-0069/01/1/2/1, 14.11.1969).

⁷⁷⁰ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0069/01/1/2, 29.03.1969.

⁷⁷¹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0078/01/1/1, 22.04.1969.

⁷⁷² Cf. *Palácio de Justiça de Lisboa. Tribunal Cível e Tribunais de Polícia e de Execução de Penas*, MOP/DGEMN, 1970, p. 8.

consciente reformulação e atualização dos procedimentos, como se estava a querer fazer transmitir.

Numa informação de autor não identificado, mas certamente de um técnico da DNISP ou da DGEMN, os diferentes entendimentos sobre o facto ficaram claros, deixando transparecer as dificuldades e os problemas internos das instituições públicas na concretização das suas funções: *“Errou-se também quando se disse que o trabalho apresentado resultava das novas orientações da Administração. A nova Administração não fez mais do que desfazer – e nisso faz-se-lhe justiça – o que foi conseguido em luta feroz travada por alguns dos técnicos dos serviços contra a própria Administração.(...) Estamos a lutar desesperadamente para que o MOP mude os seus métodos de trabalho, que passe a adoptar os que foram experimentados no Palácio de Justiça se quer ser um Ministério de vanguarda, se quer aproveitar as condições particularmente favoráveis que dispõe”*⁷⁷³. Essa visão era partilhada também pelos empreiteiros, que deram voz às suas preocupações numa proposta pela normalização dos critérios de fiscalização das empreitadas pelo MOP, focando pontos idênticos: *“entendemos expressar a Vossa Excelência o nosso desejo de que venham homogeneizar-se os critérios das entidades fiscalizadoras e coordenadoras dependentes desse Ministério (e até de serviços de obras dependentes de outros ministérios), em moldes análogos aos adoptados nas obras do Palácio de Justiça, no sentido de uniformizar orientações, avaliando-se soluções e estabelecendo-se a regulamentação necessária ao lançamento e condução de obras de igual envergadura e importância, nas quais se pretende salvaguardar o mesmo padrão de qualidade, com o cumprimento dos prazos previamente fixados”*⁷⁷⁴.

Apesar das leituras assimétricas, aquela obra tinha constituído de facto um momento-chave e poderia ter representado uma viragem no sistema de práticas seguido, dados os bons resultados. Em nosso entender, este episódio parece revelar também fragilidades na comunicação entre os técnicos e as chefias executivas e políticas, entre a realidade das obras e aqueles que se encontram em lugares com poder efetivo de decisão. Estas dificuldades seriam transversais a qualquer área de projeto, o que pode eventualmente ajudar a compreender as contrariedades sentidas na implementação de um sistema de classificação de fabricantes de mobiliário, por exemplo, que poderia ter

⁷⁷³ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0042/01/1, 04.10.1970 [autor não identificado].

⁷⁷⁴ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0042/01/1, 04.05.1970.

contribuído ativamente na promoção de uma produção industrial de qualidade mais alargada.

*

Esta intervenção consolidou Amorim como um colaborador assíduo da DNISP, ocupando-se de vários projetos de grande escala em simultâneo. Por razões que a documentação não permite esclarecer devidamente, a sua participação enquanto autor deste projeto de mobiliário parece-nos ter decorrido de circunstâncias específicas do desenrolar da obra – o falecimento do João Andresen e o afastamento voluntário de Januário Godinho – obrigando a DNISP a encontrar uma solução rápida e competente. As fórmulas de mobiliário e equipamento desenvolvidas por Amorim, cuja versatilidade e adaptabilidade já haviam sido reconhecidas, encontraram num contexto tão particular como exigente, como foi o dos tribunais judiciais, um novo campo de aplicação.

Devemos destacar também a presença, pela primeira vez, dos estabelecimentos prisionais enquanto atores neste universo do mobiliário para edifícios públicos. Não obstante não terem sido responsáveis pelos fornecimentos, todo o processo a montante possibilitou a identificação de procedimentos, fragilidades, capacidades produtivas, tecnológicas e humanas.

E por último, sublinhe-se a visibilidade que foi dada sobre as idiosincrasias dos agentes institucionais na administração e gestão das obras de construção dos edifícios públicos. Sem uma relação direta sobre os fabricantes de mobiliário e equipamento fixo, as questões que transpareceram neste processo revelaram uma necessidade de revisão e atualização dos procedimentos, que deviam estar mais em sintonia com os tempos, integrando os avanços tecnológicos, mas também simplificando e uniformizando critérios e processos.

3.2 Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas

A Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana, Fiscal e das Alfândegas (DOECGRFA), dependente da DGEMN, serviu enquanto braço executivo da Comissão das Construções Prisionais (CCP) e das restantes comissões dedicadas ao funcionamento dos serviços de seguranças nacionais. A extensa sigla que caracterizou a sua denominação refletiu a gradual agregação de competências⁷⁷⁵ – inicialmente foi apenas a Delegação nas Obras dos Edifícios das Cadeias, que depois incorporou o serviço com responsabilidade sobre as obras da Guarda Fiscal e da Guarda Republicana e, mais tarde ainda, das Alfândegas⁷⁷⁶.

Como foi referido no primeiro capítulo deste trabalho, a DOECRFA funcionou em situação assaz peculiar, uma vez que nunca recebeu o enquadramento legal adequado – tinha instalações próprias, estacionamento próprio, orçamento e engenheiro-delegado, mas nunca viu a sua existência formalizada legalmente. Por outro lado, estavam-lhe confiadas obras custeadas por seis dotações diferentes, argumentos por diversas vezes esgrimidos nas trocas de correspondência interna, sempre que alguma incerteza ou dúvida emergia, dada a indefinição em torno das suas competências e responsabilidades.

A DOECGRFA tinha a seu cargo todo o expediente e serviços necessários para a organização dos projetos e execução das obras, quer de novas construções, quer de conservação e reparação, dos edifícios das cadeias civis, dos quartéis da GNR e da Guarda Fiscal, dos edifícios das Alfândegas e ainda dos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que estivessem situados nas estações fronteiriças. A Delegação tinha também à sua responsabilidade os serviços inerentes ao funcionamento das diversas

⁷⁷⁵ “Desde 1934 que as obras de construção, ampliação e conservação dos edifícios da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal vêm sendo exclusivamente executadas por um sector específico da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que, a partir de 1939, passou também a ter a seu cargo as obras dos edifícios das alfândegas e, mais recentemente, desde 1955, as obras dos edifícios da Direcção-Geral de Segurança. Esse sector, designado por Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias, das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas, carece de competência estabelecida em diploma legal.” (Preâmbulo Decreto-lei n.º 302/70 de 19.06.1970).

⁷⁷⁶ A Comissão de Obras dos Edifícios das Alfândegas foi criada em 1934, tendo sido nomeado o engenheiro Ricardo Moreira do Amaral, engenheiro-delegado, e o arquiteto Luís Cristino da Silva (Portaria, D.G. n.º 275, II série, 22.11.1934); foi reformulada em 1939, passando a integrar a Guarda Fiscal e tendo como técnicos o engenheiro Heitor de Mascarenhas Inglez, da DGEMN, e os arquitetos Carlos Chambers Ramos e Paulo Henrique de Carvalho da Cunha (PT DGEMN: DSARH 001/125-0138/17, 16.04.1939).

Comissões (Comissão das Construções Prisionais⁷⁷⁷, Construção de quartéis da GNR, Guarda Fiscal, Construção de Edifícios das Alfândegas), competindo-lhe garantir: expediente das Comissões, trabalhos preparatórios para a organização de projetos, organização de projetos (encomenda e orientação de projetos de obras novas ou de reforma, a engenheiros ou arquitetos), trabalhos preparatórios de execução de obras e da sua fiscalização, serviços de funcionamento da Delegação (arquivo de desenhos, por exemplo), contabilidade de receitas e despesas⁷⁷⁸, para além de manter um cadastro atualizado de todos os edifícios pertencentes àqueles serviços, assim como um “*volumoso arquivo*”, com todos os processos respeitantes às obras concluídas, em curso e planeadas⁷⁷⁹. Não seriam da sua responsabilidade, contudo, quaisquer obras eventuais de pequena conservação ou reparação ou de simples arranjo, em qualquer dos edifícios, assim como as intervenções necessárias nos quartéis da GNR instalados em edifícios cuja conservação estivesse a cargo de corpos administrativos, ou ainda, as que os edifícios da PVDE, que não estivessem situados nas estações fronteiriças, requeressem.

O seu plano de atividades dependia então das orientações emanadas por aquelas estruturas, as comissões próprias de cada programa, o que, para um serviço que não tinha suporte legal adequado, promovia dúvidas, incertezas, equívocos, sobreposições e divergências. Sendo estes equipamentos entendidos como semelhantes entre si, uma abordagem uníssona era vista como vantajosa e terá sido ao abrigo desse entendimento que a Delegação foi recebendo todos estes encargos⁷⁸⁰. A concentração dos vários programas numa só estrutura terá ocorrido de forma oficiosa e baseada numa prática que se foi mantendo durante décadas⁷⁸¹. A aparente anomalia da sua condição foi ultrapassada

⁷⁷⁷ A CCP informava, no seu relatório anual referente a 1955, que não tinha qualquer funcionário integrado, dependendo exclusivamente da DOECGRFA para o seu funcionamento regular (*Relatório de actividade da CCP* [1955], PT DGEMN: DREL 0165/01, 17.03.1956), embora o decreto que criou a DESA, em 1970, dê a entender que a situação seria inversa, tendo a CCP que apoiar a Delegação nas suas funções técnicas pela ausência de funcionários (Preâmbulo do Decreto-lei n.º 302/70, 29.06.1970). Em 1964, uma nota esclarecia que o pessoal administrativo e técnico da DGEMN não poderia ser requisitado em comissão de serviço nesta Delegação por não existir lei especial nesse sentido, ao contrário do que teria acontecido na Delegação dos Correios, Telégrafos e Telefones (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/01).

⁷⁷⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/02, 05.12.1944.

⁷⁷⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/01, 19.03.1959. Neste arquivo estariam incluídos todos os processos respeitantes às obras nos “grandes edifícios prisionais e estabelecimentos de regeneração de menores que documentam significativamente os trabalhos já executados, os que se encontram em curso e aqueles cuja execução se prevê ou está planeada”.

⁷⁸⁰ “Há cerca de 25 anos, portanto, que a delegação tem dedicado toda a sua intensa actividade exclusivamente às obras para aqueles serviços, do que resultou uma prática naqueles assuntos decisivamente vantajosa para a resolução dos problemas que nos mesmos se levantam (...)” (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/01, 19.03.1959).

⁷⁸¹ “Qual o diploma que criou a Delegação a Delegação nas Obras de Edifícios de Cadeias das Guardas Republicana e Fiscal e das Alfândegas? Não há um diploma que tivesse criado esta Delegação com a

apenas em 1970, com a criação da Delegação dos Edifícios de Segurança e Alfândegas (DESA)⁷⁸², que regularizou o quadro de funcionamento anterior, mantendo-se a natureza das suas funções, em particular a sua capacidade como órgão executivo da Comissão das Construções Prisionais⁷⁸³. De carácter eventual, a esta Delegação passava então a competir “*elaborar planos anuais das obras de construção, ampliação e conservação dos edifícios da Guarda Nacional Republicana, da Guarda fiscal, das Alfândegas, da Direcção-Geral de Segurança e da Polícia de Segurança Pública; promover a elaboração dos projectos; escolher os terrenos necessários e promover a respectiva aquisição; dirigir e fiscalizar as obras; e assegurar o pagamento das despesas*”⁷⁸⁴. Com a inclusão dos edifícios afetos à Polícia de Segurança Pública, que até então se encontravam dependentes dos serviços regionais da DGEMN, concretizou-se a concentração de todos os edifícios de cariz securitário numa só entidade⁷⁸⁵. Esta nova Delegação esteve em funcionamento até 1980, ano em que foi extinta, a par da CAM, com a publicação da nova lei orgânica da DGEMN⁷⁸⁶.

No que ao seu corpo técnico e administrativo dizia respeito, e tal como para outras delegações, esta foi chefiada por um engenheiro-delegado, funcionário da DGEMN, que seria assistido por um engenheiro com larga experiência da direção de obras. Durante quase três décadas foi presidida pelo engenheiro Ruy Mário Oliveira Pedreira de Almeida⁷⁸⁷ (n. 1923) e contou com a colaboração do arquiteto Pedro Coelho de Almeida

designação indicada. Há sim: (...) e no que se refere às Guardas Republicana e Fiscal e Alfândegas, portarias (de 31.10.1934 e 16.04.1939), delegando no primeiro caso, concretamente na DGEMN, a execução das respectivas obras (...).” (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/02, 1964).

⁷⁸² Cf. Decreto-lei n.º 302/70, 19.06.1970.

⁷⁸³ Cf. Despacho conjunto dos Ministérios da Justiça e Obras Públicas, 03.07.1970, D.G. n.º 158, (PT DGEMN: DREL 1426/01, 05.08.1970).

⁷⁸⁴ Cf. Decreto-lei n.º 302/70 de 19.06.1970.

⁷⁸⁵ “(...) tornou[-se] também órgão executivo da Comissão das Construções Prisionais. À nova delegação, que dá continuidade aos Serviços já existentes nos sectores de construção pública especificados foi, porém, além do domínio dos edifícios da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal, das Alfândegas, da Direcção-Geral de Segurança e das obras dependentes da Comissão das Construções Prisionais, ainda estendido ao das instalações da Polícia de Segurança Pública. (...) na verdade a criação da nova Delegação e a extensão do seu âmbito de acção traduz o reconhecimento superior da conveniência de manter o grupo específico que a antecedeu (...).” (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0267/01, 05.08.1970).

⁷⁸⁶ Cf. Decreto-lei n.º 204/80, 28.06.1980.

⁷⁸⁷ Integrou a Delegação como engenheiro contratado em 1945, proveniente da Junta Autónoma de Estradas, assumindo inicialmente a chefia da secção de construção (obras); em 1947, passou ao quadro permanente da DGEMN e, em 1949, foi nomeado engenheiro-delegado interino da DOECGRFA, passando a nomeação definitiva a 24 de janeiro de 1950 (PT DGEMN: Pessoal 0341/02).

Reis (n. 1929)⁷⁸⁸, cuja responsabilidade na elaboração de um catálogo de mobiliário-tipo para os estabelecimentos prisionais deve ser destacada⁷⁸⁹.

De facto, este arquiteto concebeu um conjunto de soluções de mobiliário e equipamento para os estabelecimentos prisionais, desde leitos, cadeiras (figs. 334 e 338) e mesas até ao balde higiénico (fig. 339), mas também secretárias, armários (fig. 336) ou estantes, todos eles elementos suscetíveis de integrar qualquer instalação deste tipo, independentemente da sua dimensão, escala ou localização. Estas peças e conjuntos funcionais, para além de eficazes e económicos, teriam de garantir ainda a segurança de todos os utentes daqueles edifícios, tanto dos funcionários como também dos reclusos. Assim, a sua funcionalidade revestia-se aqui de um elemento particular – a contenção de indivíduos e a eventual utilização daqueles objetos enquanto instrumentos ofensivos⁷⁹⁰. Quando questionada a utilização de mobiliário-tipo naqueles edifícios, o engenheiro-delegado assegurou que *"o mobiliário que tem vindo a ser fornecido para as cadeias comarcãs foi projectado tendo não só em atenção as condições de segurança, inerentes à natureza dos estabelecimentos, como também a duração e finalidade não se descurando o aspecto económico"*⁷⁹¹. Na verdade, havia uma preocupação em integrar mobiliário de série sempre que possível, em particular no *"caso dos móveis destinados ao gabinete dos magistrados, secretaria e parlatório"*, já que o das celas *"teve de ser especialmente estudado para aquele fim e de acordo com as suas dimensões, que são mínimas"*⁷⁹², sendo, por isso, mais difíceis de encontrar no mercado. A aplicação de modelos-tipo encontrou aqui a sua maior força, contribuindo para processos de instalação rápidos, económicos e seguros, e garantindo o cumprimento das normas de funcionamento tão específicas daqueles estabelecimentos.

Os materiais em que deveriam ser executados esses móveis não podiam, contudo, ser menosprezados ou secundarizados, sendo que uma excessiva economia nestes casos

⁷⁸⁸ Diplomado em Arquitetura pela Escola de Belas-Artes de Lisboa (1956), começou a colaborar com a DOECGRFA em 1955 como desenhador de 3.º classe assalariado, onde permaneceu enquanto técnico até 1979, ano em que solicitou a cessação da sua comissão de serviço, transitando então para o Gabinete de Estudos e Projetos, onde permaneceu até à sua aposentação, em 1999 (PT DGEMN: DSARH Pessoal 0046/14, DSARH - Pessoal-0560/01).

⁷⁸⁹ Este foi ainda responsável pelo projeto de mobiliário e equipamento fixo para as instalações da DOECGRFA na Av. Infante Santo (PT DGEMN: DREL 2081/01, junho 1960).

⁷⁹⁰ "(...) houve que considerar um mobiliário de natureza não fracionável com o fim de evitar que os seus pedaços pudessem vir a ser utilizados como arma de ataque (...)." (PT DGEMN: DSARH 008/078-0078/03, referente à aquisição para o Quartel da Companhia, Secção e Posto da Guarda Fiscal de Chaves, 1966).

⁷⁹¹ Cf. PT DGEMN: DREL 0857/07, 1962.

⁷⁹² *Ibidem*.

podia ser prejudicial. Não obstante as questões de segurança subjacentes, a qualidade das matérias-primas seria aqui tão relevante como em qualquer outro programa de construções – a execução de mobiliário com materiais de fraca qualidade ou muito comprometidos teria consequências na qualidade dos fornecimentos, como temos vindo a verificar, e com implicações adicionais na segurança dos utentes daqueles edifícios⁷⁹³. Ainda que os níveis de envolvimento e participação dos técnicos da Delegação não tenha promovido a elaboração de relatórios e informações como aqueles que foram registados para outras instalações, também nestes processos de fornecimento foram assinaladas algumas referências à qualidade dos equipamentos e do mobiliário adquiridos, em particular quando aquela se encontrava comprometida⁷⁹⁴.

Esta Delegação, enquanto braço executivo das construções prisionais, foi também responsável pela construção de um pavilhão para “reclusos anormais”, inimputáveis, no Hospital de Sobral Cid, em Coimbra, em finais da década de 1960. Apesar da sua concretização tardia no contexto de edificação do estabelecimento, este estava, contudo, previsto desde o início⁷⁹⁵. Os seus utentes seriam doentes mentais que teriam praticado atos qualificados na lei como crime, mas que, pela sua patologia, seriam inimputáveis, não podendo por isso integrar as populações gerais dos estabelecimentos prisionais centrais⁷⁹⁶. Como não existiam alas nesses edifícios que pudessem acolher este tipo de reclusos, o estabelecimento de Coimbra recebeu um novo pavilhão que daria o mesmo tipo de assistência que o restante hospital, mas com a especificidade de pertencer à Justiça e atender reclusos com patologias do foro psiquiátrico. Dada a extensão da propriedade onde se encontrava implantado o hospital, este novo edifício foi erigido numa zona relativamente afastada do núcleo principal, enfatizando a sua tutela diferenciada e o tipo

⁷⁹³ Nota do carcereiro das cadeias civis de Faro, participando que as mesas de quatro celas tinham sido partidas involuntariamente pelos reclusos, por serem muito frágeis (PT DGEMN: DREL 0916/08, 1962).

⁷⁹⁴ É esse o caso da cadeia comarcã de Évora, cujos “móveis à base de madeira de pinho têm que ser substituídos na sua quase totalidade por estarem praticamente inutilizados, sobretudo pelo caruncho”, devendo por isso optar-se pela tola e bissilon que, não sendo tão económicos quanto o pinho, permitiriam uma poupança maior, a longo prazo, evitando a sua substituição precoce (PT DGEMN: DREL 0857/07, 1962).

⁷⁹⁵ O Professor Bissaya Barreto já teria previsto esta valência desde os inícios da década de 1930, aquando da definição inicial do projeto de apoio psiquiátrico, mas as suas características funcionais e a natural dependência do Ministério da Justiça para a sua concretização devem ter condicionado e atrasado a sua construção (Ricardo Silva, *A Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*, tese de doutoramento em Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Departamento Arquitetura, Universidade de Coimbra, vol. 1, 2013, p. 228).

⁷⁹⁶ Este pavilhão recebeu os doentes, equipamento e mobiliário proveniente do Lorvão aquando do seu encerramento, em 2012. O Mosteiro do Lorvão tinha sido adaptado a Asilo Colónia Agrícola Psiquiátrica, ou seja, entre os estabelecimentos dedicados às doenças mentais, o Lorvão concretizaria a vertente de colónia agrícola.

de doentes que lhe estavam atribuídos. O seu programa e projeto foram definidos pela CCP, mas a sua construção e administração foram da responsabilidade desta Delegação⁷⁹⁷.

Para os restantes programas – Guarda Republicana, Guarda Fiscal e Alfândegas – a estratégia seguida foi de complementaridade, com a aplicação de modelos provenientes do catálogo de mobiliário-tipo, mas também com a elaboração de projetos realizados especificamente para determinados edifícios. Este catálogo foi sem dúvida um dos recursos essenciais para a instalação destes serviços, “*criado por esta Delegação para equipamento dos quartéis da Guarda Fiscal e foi estudado com o propósito de se obter um mobiliário resistente, económico e funcional*”⁷⁹⁸, para além de agilizar os processos de instalação e de garantir uma certa uniformidade formal e estética entre os vários estabelecimentos. Por outro lado, resultava de larga experiência acumulada e beneficiava de uma afinação progressiva dos vários modelos que o integravam, procurando dessa forma cumprir os critérios sempre evocados de economia, resistência e funcionalidade.

Os projetos executados especificamente para alguns serviços, como aquele que o arquiteto Pedro Almeida Reis concebeu para o edifício da Alfândega e Quartel da 2.^a Companhia, secção e posto da Guarda Fiscal de Ponta Delgada, por exemplo, deram a conhecer a possibilidade, ainda que limitada, de introduzir alguns recursos estéticos que poderiam tornar estes projetos menos uniformizados. Nesta proposta, o arquiteto introduziu uma leitura diferenciada das várias áreas funcionais daquele edifício recorrendo às variações cromáticas dos materiais utilizados, sem deixar, contudo, de integrar as orientações programáticas dos serviços tutelares e os critérios de simplicidade e economia – “*a fim de criarmos uma diferença de categorias, previmos para os gabinetes do comando da Guarda Fiscal uma única qualidade de madeira, o mogno undianuno e para o gabinete do director das alfândegas a sucupira*”, enquanto que para as restantes áreas deveria ser utilizada “*uma mais dura (mogno undianuno) para as peças resistentes e a tola, mais barata, para as peças de enchimento*”⁷⁹⁹. Num contexto de alguma contenção orçamental, mas também criativa, o arquiteto não deixou de procurar soluções interessantes, sem com isso comprometer a “*preocupação da sua perfeita*

⁷⁹⁷ Para a sua concretização, o engenheiro-delegado da DOECGRFA terá realizado visitas de estudo a vários países europeus

⁷⁹⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 008/078-0078/03, referente à aquisição para o Quartel da Companhia, Secção e Posto da Guarda Fiscal de Chaves, 1966.

⁷⁹⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 001/201-0191/01, março 1964.

*adaptação aos compartimentos dos respectivos Serviços, obedecendo fundamentalmente à sua simplicidade, apenas aliada à beleza do contraste, com o emprego nos diversos móveis de madeiras de cor e resistências diferentes*⁸⁰⁰.

Já para as estações fronteiriças foram desenvolvidas propostas mais específicas e com maior liberdade. Estes estabelecimentos não obedeciam a programas-tipo e tinham subjacentes outras funções para além das securitárias e de controlo de pessoas e mercadorias. Entendidas também como ponto de entrada no país de possíveis turistas, estas representavam uma oportunidade de divulgação do património cultural nacional, integrando postos de turismo para acolhimento dos visitantes, requerendo por isso soluções mais adequadas⁸⁰¹. A estação fronteiriça de Vilar Formoso, por exemplo, contou com a colaboração do arquiteto Leonardo de Castro Freire⁸⁰² no estudo do projeto de mobiliário, e a de Marvão com a participação do decorador José Espinho⁸⁰³, mas este apenas para as zonas destinadas aos serviços de turismo⁸⁰⁴, ficando a Delegação responsável pela definição do restante mobiliário do edifício. Talvez pelo envolvimento de elementos externos e pela representatividade subjacente aos serviços públicos envolvidos, a CAM foi chamada a elaborar pareceres sobre algumas das propostas submetidas⁸⁰⁵, reforçando assim a sua posição no organograma da DGEMN enquanto corpo técnico experiente e conhecedor sobre a execução de projetos de mobiliário e equipamento fixo para serviços públicos⁸⁰⁶.

Já a intervenção desta Delegação no Palácio de Justiça do Porto assumiu um carácter de exceção no quadro das suas atribuições e competências. O fornecimento de mobiliário e equipamento para este tribunal superior pela Delegação foi caso único⁸⁰⁷,

⁸⁰⁰ Cf. PT DGEMN: DSARH 001/201-0186/01, 12.05.1964.

⁸⁰¹ “Entre os tais projectos conta-se o do arranjo interior, da decoração e do mobiliário da zona do edifício especialmente destinada aos chamados serviços de Turismo, que compreendem o posto de turismo propriamente dito um bar restaurante e as instalações do Automóvel Clube de Portugal e de um posto de câmbios, e que, pelas funções que desempenha, se diferencia marcadamente das restantes zonas de revisão de bagagens e de verificação de passaportes, requerendo um tratamento mais acolhedor e adequado a um primeiro contacto dos visitantes com a realidade portuguesa.” (PT DGEMN: PT DGEMN: DSARH 001/141-0151/03, 01.01.1971, Estação Fronteiriça de Marvão).

⁸⁰² Cf. PT DGEMN: DSARH 001/018-0049/07, 12.07.1958.

⁸⁰³ Cf. PT DGEMN: DSARH 001/141-0151/03, 01.06.1971.

⁸⁰⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 001/141-0151/03, 02.08.1971.

⁸⁰⁵ Estação Fronteiriça de Valença (PT DGEMN: DSARH 001/272-0223/07, 02.11.1961) e de Marvão (PT DGEMN: DSARH 001/141-0151/03, 03.08.1971).

⁸⁰⁶ O Ministro das Obras Públicas, num despacho sobre o projeto de mobiliário para a Estação Fronteiriça de Valença, reforçou essa visão de competência: “considero modéstia excessiva da Comissão [para a Aquisição de Mobiliário] recear que não esteja em condições de rever o programa e transportá-lo por termos de sobriedade e economia. Acho pelo contrário que tem toda a competência para esta revisão e recomendo que a faça com brevidade.” (PT DGEMN: DSARH 001/272-0223/07, 20.09.1961).

⁸⁰⁷ Cf. PT DGEMN: CAM 0174/08, 26.09.1962.

uma vez que não foi responsável por qualquer outro edifício de cariz judiciário, ficando por conhecer, contudo, as razões que terão levado a semelhante decisão.

Esta Delegação, não obstante os programas arquitetónicos que administrava, representou uma forma de envolvimento da DGEMN com diferenças relativamente à sua congénere DNISP. Integrando competências de várias entidades e dando seguimento aos respetivos planos de atividades, o seu funcionamento ter-se-á centrado mais na gestão administrativa das obras e dos fornecimentos. A criação dos catálogos de mobiliário-tipo parece estar em linha com essa visão, enquanto instrumento que permite agilizar e simplificar os processos de instalação daqueles serviços, à escala do país – cadeias, quartéis e postos foram construídos por todo o território nacional, em localizações por vezes remotas e de difícil acesso, e que requeriam por isso processos simples, eficazes e competentes para o seu estabelecimento. Pese embora o pragmatismo desta opção, a mesma teve importantes implicações estéticas e formais, condicionando a introdução ou integração de outras propostas, e formalizando uma linguagem oficial para aqueles interiores.

Pelo seu carácter de exceção e pela sua importância enquanto edifício público na área da Justiça, importa olhar com maior detalhe para a intervenção no Palácio de Justiça do Porto, tutelada por esta Delegação.

3.2.1 Palácio de Justiça do Porto

O plano estabelecido pelo novo Estatuto Judiciário de 1927, como vimos, previa a construção de Palácios de Justiça em Lisboa, Coimbra e Porto⁸⁰⁸. O primeiro a ser inaugurado, em 1934, foi o de Coimbra, embora tenha sido instalado num edifício pré-existente, o Palácio do Ameal; o de Lisboa, como referimos, e apesar de ter sido planeado ainda na década de 1930, só foi concluído bastante tempo depois, o que deixou o do Porto como o primeiro deste grupo a instalar-se em edifício próprio, construído de raiz para aquela função.

O arquiteto Raul Rodrigues Lima, técnico indicado para o estudo e projeto de arquitetura do novo tribunal, realizou, em 1946, várias deslocações ao estrangeiro com o intuito de conhecer e estudar edifícios semelhantes noutras cidades europeias, em especial Milão, Paris, Roma e Bruxelas, procurando encontrar, para além das suas características funcionais, orientações para a definição do partido arquitetónico do futuro Palácio de Justiça⁸⁰⁹. A relação de grande proximidade e estreita colaboração que este arquiteto tinha vindo a desenvolver com os vários serviços do Ministério da Justiça, resultando em inúmeros projetos de arquitetura para tribunais, estabelecimentos prisionais e tutelares de menores, colocavam-no numa posição relativamente privilegiada para estudar e projetar também este edifício. A sua colaboração ficou formalizada em 1950, sendo o projeto entregue para apreciação três anos depois⁸¹⁰.

A localização recaiu no centro histórico da cidade, onde se encontrava o Mercado do Peixe e outros edifícios que, para o efeito, foram demolidos, numa decisão que foi tomada com relativa tranquilidade e rapidez, ao contrário do que se verificou para o Palácio de Justiça de Lisboa. O Ministério da Justiça e o Ministério das Obras Públicas ficaram diretamente responsáveis pela construção do novo tribunal e pelos respetivos custos, e a direção e administração da obra ficou a cargo da Delegação nas Obras de

⁸⁰⁸ Cf. Decreto n.º 13 809, 22.06.1927.

⁸⁰⁹ Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15546, acesso a 21.05.2020; Rui Pereira e Eduardo Fernandes, “Arquitectura em contracorrente: Raúl Rodrigues Lima e a construção de um modelo para os Palácios da Justiça do Estado Novo” in *Representações de Poder do Estado em Portugal e no Império. 1950-1974*, eds. Fátima Moura Ferreira e Eduardo Fernandes, s.l., Circo de Ideias, 2019, p. 87.

⁸¹⁰ O contrato foi assinado a 28 de março de 1950 (Programa do Palácio de Justiça, delineado por Sua Excelência o Ministro da Justiça e aprovado em sessão do Conselho Superior Judiciário, PT DGEMN: DSARH 005/209-3485/01) e o projeto foi entregue no Conselho Superior de Obras Públicas em março de 1953 (António Manuel Antunes, *Espaços e Imagens de Justiça no Estado Novo...*, 2003, p. 191).

Edifícios das Cadeias⁸¹¹ e dos serviços da Direção dos Edifícios Nacionais do Norte, com os encargos suportados por verbas próprias do Ministério da Justiça.

O projeto de arquitetura foi concebido numa relação com a tradição clássica greco-romana⁸¹², visível na sua planta de inspiração basilical e no recurso a elementos como peristilos e colunatas, referências que encontraram eco também nas propostas desenvolvidas pelo mesmo arquiteto para o mobiliário e equipamento. As várias repartições, serviços, secretarias, gabinetes e salas de sessões distribuíram-se ao longo de oito pisos, retirando dessa forma vantagem da diferença de cotas e aproveitando a vista panorâmica que dali se usufruía para o rio Douro. As obras de construção tiveram início em julho de 1953 e o edifício foi oficialmente inaugurado em outubro de 1961.

Apesar de seguir o programa definido pelo Ministério da Justiça, a solução final para muitos dos espaços do Palácio de Justiça resultou de ajustes e alterações feitos à medida que o projeto se foi concretizando. As propostas iniciais foram dando lugar a revisões, zona a zona⁸¹³, procurando garantir que a todo o momento estivessem salvaguardadas as hierarquias inerentes aos magistrados e funcionários e aos seus circuitos, assim como a autoridade do poder judicial, não permitindo que o mobiliário e elementos decorativos comprometessem a autoridade implícita, antes viabilizando-a e enaltecendo-a, em particular nas salas em que aquela tivesse de ser mais expressiva. Rodrigues Lima considerou esta intervenção uma das mais complexas onde esteve envolvido, apesar da sua larga experiência neste tipo de edifícios e sublinhando a colaboração de grande proximidade com o diretor-geral de Justiça: *“embora eu tenha projectado o mobiliário de vários Tribunais a verdade é que, em relação a este, encontrei sérias dificuldades. Os condicionamentos de ordem jurídica e funcional a que tinha que dar cumprimento, quer no respeitante a tipos de móveis, quer quanto à sua colocação nas salas de audiência, quer ainda quanto à qualidade dos materiais eram tantos e tão*

⁸¹¹ O seu diretor, Ruy Mário de Oliveira Pedreira de Almeida, foi um dos engenheiros responsáveis pelo estudo de estabilidade do edifício.

⁸¹² “Acusei nitidamente no exterior a principal sala de audiências do edifício procurando rodeá-la do mesmo ambiente das basílicas romanas.” (Memória Descritiva, 10.01.1955, PT DGEMN: DREL 0772/02).

⁸¹³ “Na Sala de Audiências dos Juízos e Varas deixa de se considerar nas dimensões das tribunas do Ministério Público o espaço para duas cadeiras, o que as tornaria desproporcionadas em relação à dos Magistrados, mas uma só, atendendo a que no caso de existir um estagiário a quem essas cadeiras se destinavam, não necessita de estar sentado lado a lado com o representante do Ministério Público (...).” (PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960).

complexos que, só de facto com essa colaboração me foi possível concluir este trabalho”⁸¹⁴.

O arquiteto chamou por diversas vezes a atenção para a complexidade na definição do mobiliário para este tribunal, suspeitando que, apesar de todo o cuidado, algum tipo de móvel pudesse vir a faltar⁸¹⁵. A hierarquia entre os funcionários e os intervenientes do tribunal judicial foi um elemento estruturante neste projeto, já que estas relações deveriam ser perceptíveis em todas as suas vertentes e escalas, desde as arquitetónicas até ao mobiliário e decoração: “*os degraus da sala de audiência, a disposição dos móveis, a separação destes quando estão tão próximos que apetecia ligá-los, a localização das bancadas dos advogados, a posição dos réus, o local para as testemunhas deporem, o lugar dos oficiais de diligências e dos funcionários das Secretarias Judiciais, todos eles têm o seu lugar próprio numa sala de audiências, lugar que tem, não só a sua lógica funcional, mas principalmente a sua razão jurídica consagrada pela prática e pela orgânica do Ministério da Justiça*”⁸¹⁶.

O envolvimento da Direção-Geral da Justiça terá sido por isso instrumental na tradução de todas essas relações semânticas⁸¹⁷, colaboração que transpareceu nas informações elaboradas pelo arquiteto, onde constam indicações de ajustes e alterações nas quantidades e tipo de mobiliário para cada espaço, retificações que só poderiam surgir quando verificadas *in situ* pelos representantes da tutela. Houve uma preocupação em tornar todas aquelas salas, desde as de audiências aos gabinetes dos magistrados, funcionais, com mobiliário e equipamento adequado aos usos e funções que viriam a ter, procurando que isso não compromettesse a homogeneidade e integridade do conjunto nem a autoridade, respeito e disciplina a eles subjacentes. Isso significou conceber grupos de móveis em que todos esses valores lhes fossem intrínsecos – a opção por móveis em madeira de sucupira e revestimento em pele encarnada para as cadeiras da sala de audiências do Tribunal da Relação⁸¹⁸ (figs. 345, 346 e 347), por exemplo, parece

⁸¹⁴ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960.

⁸¹⁵ *Ibidem*.

⁸¹⁶ *Ibidem*.

⁸¹⁷ “Não foi fácil a elaboração deste projecto, como demonstra o tempo de execução e a assistência e colaboração quase constante do senhor Director Geral de Justiça.” (PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960).

⁸¹⁸ “[estofos da sala de audiências do tribunal da relação] serão executados de acordo com os pormenores, levando como revestimento a pele de vaca de cor vermelha a determinar mais rigorosamente pelo arquitecto só depois de lhe serem presentes vários tons. Em princípio, e atendendo a que esta qualidade de pele é muito inferior no que respeita o fabrico nacional, deverá recorrer-se ao fabrico estrangeiro, inglês ou alemão.” (PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960).

comunicar de forma muito clara a autoridade que lhe estava inerente, sendo esta a sala de maior prestígio no sistema de hierarquias daquele tribunal (fig. 344). O desenho dessas mesmas cadeiras de braços, de espaldares robustos e densos, foi replicado para outros espaços do tribunal, desde salas de audiências à Sala de Sessões do Tribunal da Relação, diferenciando-se entre si apenas pelo tipo de revestimento e dos tons escolhidos. Mantendo uma linguagem formal constante, as distinções segundo funções e graus de importância ficaram reservadas aos acabamentos e às opções cromáticas associadas.

A mesma lógica foi aplicada para as salas de reuniões e salas de conferências, que foram recebendo cadeiras, com e sem braços, de diferentes tons e acabamentos, que permitiam marcar a diferença de categoria dos seus utilizadores e das suas funções, não perdendo a sua familiaridade com os restantes conjuntos que integraram este tribunal. Também as diferentes categorias de magistrados ficaram expressas através do desenho do mobiliário que compunha os seus gabinetes – o do Procurador da República distingue-se do de um magistrado pela sua dimensão, naturalmente, e pelo número de peças que o constituem, mas essencialmente pela integração de secretárias, cadeiras e sofás de modelos distintos, embora os tapetes e candeeiros permaneçam idênticos. Os motivos decorativos geométricos, que compõem as cercaduras dos tapetes e carpetes, eram semelhantes aos que se encontravam nos conjuntos de sofás do gabinete do Procurador, ou ainda nas molduras de madeira da cadeira estofada nº.7 (fig. 352 e 353). Os espaços reservados aos serviços administrativos (fig. 364) comungavam de uma abordagem semelhante a outros edifícios públicos, com a aplicação de madeira de diferentes qualidades e de materiais mais espartanos, com modelos de cadeiras (fig. 366), secretárias (fig. 367) e mesas (fig. 369) cujo nível de conforto seria inferior ao do mobiliário reservado às salas dos magistrados e advogados, por exemplo.

Esta complexa relação hierárquica subjacente aos espaços ficou plasmada na memória descritiva do projeto, que indicou 15 tipos de instalações e as respetivas características do mobiliário a integrar: sala de audiência do Tribunal da Relação em madeira de sucupira, com patine dourada, e cadeiras revestidas a pele de vaca de cor vermelha; sala de sessões em mogno brasileiro e estofos em pele de vaca de cor verde, de dois tons; gabinete e sala de espera do presidente do Tribunal da Relação em madeira de pau santo, com interiores em mogno e vidros em cristal belga, e estofos revestidos a veludo de algodão, verde e cinzento claro; sala de receções (fig. 349) com móveis em madeira de pau santo, patine dourada e brecha de ouro, com revestimentos de veludo de

algodão; gabinetes de desembargadores, salas de reunião e de espera, gabinete e sala de espera do Procurador da República e gabinete do presidente do Tribunal Plenário Criminal com móveis em nogueira americana e interiores de undianuno e estofos em pele de cabra em tons a definir; gabinete e sala de espera do secretário do Tribunal da Relação e gabinete e sala de espera do contador tesoureiro com móveis em mogno; sala de audiência das varas (fig. 354), dos juízos, sala de conferências (fig. 355), sala de conferência da Ordem dos Advogados em sucupira e revestimentos em pele de cabra, variando o tom de sala para sala; gabinetes e salas de espera de corregedores, de juízes, de ajudantes do procurador, dos delegados e subdelegados, salas de reunião de juízes, salas de advogados, gabinete do secretário geral dos tribunais cíveis, gabinete do síndico da câmara de falências em madeira de sucupira e revestimentos em pergamóide em tons a escolher⁸¹⁹; chefes de secretaria judiciais com móveis em madeira de tola e revestimentos em pergamóide em tons a escolher; repartição judicial do Tribunal da Relação, secretarias judiciais das Varas e Juízo, repartição administrativa do Tribunal da Relação, secretaria geral dos tribunais cíveis, repartição da Procuradoria, comissão de assistência jurídica, secretaria da câmara de falências, secretaria da Ordem dos Advogados, salas de testemunhas e contínuos com móveis em madeira de tola e tampos em fórmica⁸²⁰ e os estofos em pergamóide; salas de testemunhas do Tribunal da Relação em madeira de sucupira e revestimentos em pergamóide; arquivos e vestiários com móveis em ferro pintado ou esmaltado; e por fim o bar, com móveis em sucupira e tampos em fórmica e revestimentos em pergamóide.

Todos estes conjuntos foram concebidos também numa complementaridade com as obras de artes definidas para o novo edifício. Um programa ambicioso e extenso, estas obras foram encomendadas aos artistas mais relevantes por indicação da Escola Superior de Belas-Artes do Porto e do seu diretor, o arquiteto Carlos Ramos⁸²¹.

No que diz respeito aos processos de fornecimento, o mobiliário de madeira foi integralmente executado pelos estabelecimentos prisionais centrais⁸²² – Alcoentre,

⁸¹⁹ Todas as referências a este material estão acompanhadas da indicação de que deveria ser de primeira qualidade (PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960).

⁸²⁰ A indicação de que toda a fórmica a empregar deveria ser “*verdadeira*” deixa subentendido que se refere ao material produzido com a marca “Formica”, devendo recusar-se produtos sucedâneos, de outros fabricantes (PT DGEMN: DSARH 005/209-3487/01, abril 1960).

⁸²¹ Cf. Gonçalo Canto Moniz, “Palácio de Justiça do Porto – MCMLXI. Recensão crítica de uma obra intemporal” in *Law and Compassion, Drama and Pity: The search for a common ground*, 2014, pp. 335-348; António Manuel Nunes, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo...*, 2003, pp. 197-206.

⁸²² Cf. *Palácio de Justiça Porto*, MOP, 1961.

Monsanto e Lisboa. Como já se fez referência, as penitenciárias dispunham de oficinas de várias especialidades, entre elas a marcenaria e carpintaria, que integravam mão de obra prisional e que se encontravam equipadas com os recursos tecnológicos necessários à concretização de empreitadas desta natureza e dimensão. Os tapetes e carpetes previstos tiveram também uma entrega inicial ao estabelecimento prisional feminino de Tires⁸²³, mas em informação posterior da Direção-Geral de Justiça não foi dado seguimento a essa adjudicação⁸²⁴. Sem as condicionantes assinaladas no caso do Palácio de Justiça de Lisboa, estas oficinas puderam entregar sem constrangimentos vários lotes de peças para este tribunal.

Relativamente ao mobiliário metálico, os concursos para o respetivo fornecimento tiveram alguma dificuldade em encontrar empresas adequadas, em grande medida pela forma como foi estruturado o processo de adjudicação. Uma vez definidos os modelos pelo arquiteto, que apenas “*tiveram por objectivo fixar as principais e indispensáveis dimensões*”⁸²⁵, várias firmas foram convidadas a apresentar propostas que deviam alinhar-se naturalmente com o que constava no respetivo caderno de encargos. Estas deviam responder com modelos que fossem os mais adequados para cada categoria, provenientes dos seus catálogos, e assim permitir que o fornecimento fosse contratado a uma só empresa. Alguns desses concorrentes, contudo, para que as suas propostas fossem apreciadas, optaram por apresentar sugestões de modelos que não refletiam a sua capacidade produtiva e que não se alinhavam com as intenções do fornecimento. Independentemente da motivação de cada uma daquelas empresas, todas elas parecem ter introduzido pequenos estratagemas para evitar a sua exclusão do processo, já que a não apresentação de valores para a totalidade do fornecimento isso implicava – a expectativa seria a de que, perante propostas elaboradas daquela forma, os responsáveis viessem a parcelar o fornecimento, optando pelos modelos próprios de cada um dos fabricantes, e desse modo economizar recursos.

Não se conseguindo encontrar um fornecedor capaz de entregar peças com a qualidade esperada para a totalidade do concurso, tornou-se impossível dar-lhe o devido

⁸²³ Cf. PT DGEMN: DREL 0025/01, 03.06.1960.

⁸²⁴ Cf. PT DGEMN: DREL 0025/01, 07.07.1960. Na documentação consultada não consta qualquer explicação para esta recusa, mas uma referência posterior relativa à possibilidade de instalar os teares adequados naquela cadeia pode ter sido, parece-nos, o argumento, indicando que a componente oficial do estabelecimento não estaria equipada para executar aquele tipo de revestimento para pavimento, tendo que ser acautelado o equipamento técnico necessário para dar seguimento à proposta (PT DGEMN: DSARH 005/209-2560/04, 12.08.1960).

⁸²⁵ Cf. PT DGEMN: DREL 0264/01, 12.12.1960.

seguimento. Uma vez anulado, optou-se por novo concurso, agora por convite, o que permitiu que cada fabricante pudesse apresentar-se apenas para os lotes para os quais o seu catálogo melhor se adequava. Ainda assim a resposta por parte dos fabricantes foi interpretada pelos serviços com estranheza – apenas cinco concorrentes apresentaram as propostas integrando os seus modelos, alguns com variantes, e quase todas apenas para as peças em ferro. As restantes, com elementos em alumínio anodizado, como era o caso das vitrines, foram evitadas, sem que os serviços conseguissem apontar uma razão para o facto, ficando por isso impedidos de concluir a adjudicação nos moldes exatos do caderno de encargos⁸²⁶. As subtrações e ausências às propostas submetidas, e o desvio que isso representou face às orientações iniciais, obrigou o arquiteto a seleccionar o fabricante que se encontrava mais próximo do que tinha sido previsto, e que neste caso foi a Fábrica Portugal⁸²⁷. As vitrines com perfis em alumínio anodizado acabaram por receber concurso próprio, uma vez identificados e convidados os fabricantes com os recursos tecnológicos adequados⁸²⁸.

A entrada em funcionamento do novo tribunal, não obstante toda a dedicação na definição das complexas áreas judiciárias, deixou visível a incapacidade para aceitar o uso efetivo de alguns dos espaços de utilização pública e mais indiferenciada. A ausência de bancos de espera para o público que circulava nos corredores ou nos átrios foi notada pelo engenheiro-delegado da DOECGRFA, que solicitou por diversas vezes ao arquiteto Rodrigues Lima que apresentasse um modelo para um banco para aquela finalidade, uma vez que as *“pessoas que por qualquer forma têm que fazer permanência no referido edifício sentam-se, enquanto aguardam, ao longo da escadaria principal, não só a conspurcando, como também dando um exemplo de indisciplina e desleixo (o que se faz por olvidar dadas as circunstâncias) pouco próprios do ambiente e natureza do edifício em causa”*⁸²⁹. O arquiteto não partilhou, contudo, da mesma opinião, desconsiderando veementemente a necessidade de fabricar semelhantes peças dado que *“o problema dos bancos para o público é dos casos que em minha opinião não tem justificação lógica. A sua existência em alguns tribunais só se pode levar à falta de coordenação e cumprimento*

⁸²⁶ Cf. PT DGEMN: DREL 0264/01, 06.02.1961.

⁸²⁷ *Ibidem*.

⁸²⁸ “Foram convidadas a apresentar proposta a Sociedade Industrial Metalúrgica, Ivo Dias e Dias, A Moderna do Corvo, Serralharia Artística do Corvo e José da Silva Cartaxo (antigas oficinas de Alberto da Silva e Irmão). Foi apenas obtida uma proposta, pela qual a Serralharia A Moderna do Corvo Ld.^a se compromete a executar os trabalhos” (PT DGEMN: DSARH 005/209-3492/06, 27.02.1961).

⁸²⁹ Cf. PT DGEMN: DREL 0088/02, 15.05.1964.

de horários nos julgamentos. Se forem considerados indispensáveis deverá fazer-se não só um modelo especial, mas também um plano para a sua localização”⁸³⁰. Os argumentos do engenheiro-delegado terão tido os seus efeitos e os bancos foram efetivamente desenhados por Rodrigues Lima e executados.

*

Esta intervenção permite então perceber, por um lado, que a participação da Delegação terá sido menos decisiva quando comparada com a da DNISP, por exemplo, no sentido em que os projetos (de arquitetura, mobiliário, equipamento e decoração) dependeram exclusivamente do arquiteto Raul Rodrigues Lima e da colaboração da Direção-Geral de Justiça. A Delegação surgiu aqui enquanto entidade responsável apenas pela obra e pelos concursos e fornecimentos, intervindo pouco ou nada sobre as opções materiais, formais e estéticas. Neste projeto, o arquiteto Raul Rodrigues Lima, colaborador habitual do Ministério da Justiça enquanto autor de edifícios para tribunais, estabelecimentos prisionais e tutelares de menores, teve responsabilidade sobre a totalidade da obra, o que lhe possibilitou, em nosso entender, introduzir uma visão coerente e homogénea, em que arquitetura, interiores e mobiliário se relacionam na mesma linguagem, complementando-se.

A participação dos estabelecimentos prisionais no fornecimento do mobiliário de madeira, veio reafirmar, uma vez mais, a sua capacidade produtiva. Não obstante a adjudicação ter sido distribuída por várias oficinas prisionais, os seus recursos e competências não foram questionados, nem sugeriram referências a quaisquer obstáculos ou dificuldades resultantes da concretização do projeto de mobiliário de madeira. Já a dificuldade em adquirir, entre os fornecedores habituais de mobiliário metálico, as peças em alumínio anodizado, deu a conhecer mais uma fragilidade daquele setor produtivo.

⁸³⁰ *Ibidem.*

4.

Uma prática genérica, para uma aplicação específica

4.1 Serviços Regionais

Os serviços regionais da DGEMN desempenhavam um papel igualmente importante na definição do património edificado do Estado. Foi através destas estruturas que se alcançou a concretização geográfica dos planos para os edifícios e para os monumentos à escala do país. A evolução do organograma da DGEMN, como vimos, deu a conhecer a importância dos serviços regionais, uma opção estrutural que manteve a sua pertinência até à extinção da Direção-Geral, em 2007, e que foi característica do seu funcionamento. Não obstante a existência de serviços centrais, sediados em Lisboa, as direções regionais, Lisboa, Centro (Coimbra), Norte (Porto) e Sul (Évora) permitiram uma cobertura mais alargada da DGEMN pelo território nacional, concretizando os planos de construções e atividades delineados centralmente, que assim podiam ser acompanhados com maior proximidade.

Estas direções regionais concentravam responsabilidades sobre os Edifícios e Monumentos, que partilhavam entre os serviços centrais de Monumentos, de Construção e de Conservação. Tinham também quadro próprio de funcionários, entre engenheiros e arquitetos, um diretor, apoiado em funcionários técnicos e administrativos, que asseguravam o funcionamento diário e de expediente do serviço regional. Muitos dos nomes envolvidos nas intervenções de mobiliário e equipamentos começaram por integrar a instituição nestas direções regionais, concretizando a sua passagem para os serviços centrais à medida que as oportunidades foram surgindo – aposentações, transferências para outros departamentos e nomeação para direção de serviço foram algumas das situações que possibilitaram a mobilidade interna dos seus funcionários.

A diversidade de intervenções e de responsabilidades seria em grande medida equivalentes à dos serviços centrais. As delegações e comissões dedicadas a programas específicos encontravam nestes serviços apoio técnico e administrativo, mas não a orientação e administração das suas obras ou construções. Pelo contrário, todas as outras intervenções que não estivessem dependentes dessas estruturas, requeriam a intervenção direta destes serviços regionais – contavam assim com os recursos técnicos daquele grupo

de colaboradores, podendo solicitar a colaboração de elementos externos ao serviço sempre que o contexto o permitisse, mas mantinham uma linha de funcionamento relativamente genérica, no sentido em que tinham de incluir no seu plano de atividades todo o tipo de edifícios. Dessa forma, também no que diz respeito ao mobiliário e equipamento fixo para serviços públicos, estas repartições regionais tiveram responsabilidades equivalentes sobre essa área de projeto.

Os relatórios de atividades da DGEMN fazem referências explícitas ao estudo e autoria de vários projetos de mobiliário para edifícios projetados ou construídos pelos serviços regionais, o que veio reforçar, por um lado, a dispersão de responsabilidades dentro da própria instituição, como se mencionou no início deste trabalho, e por outro, a autonomia que os caracterizou. Assim se poderá justificar a sua intervenção nos estudos de mobiliário para as pousadas de Santo António de Serém, em Aveiro⁸³¹ e de São Lourenço, na Serra da Estrela⁸³², em 1956, pela Direção de Edifícios do Centro⁸³³. Estes dois estabelecimentos hoteleiros tinham recebido por essa data algumas obras de remodelação, não reunindo por isso condições para uma intervenção da CAM, na medida em que, nos dois casos, não se tratava de uma construção de raiz ou mesmo de uma remodelação profunda.

Nesse sentido, os serviços regionais assumiram essas obrigações de continuidade, assegurando intervenções pontuais, de complementaridade ao existente⁸³⁴, ou quando a própria CAM não tinha capacidade para responder a mais solicitações⁸³⁵. Contudo, este argumento não permite esclarecer a participação dos serviços regionais na Messe de Oficiais de Pedrouços, uma construção nova e que, por essa razão, seria suscetível de encontrar na CAM o serviço competente para o estudo e projeto de mobiliário. Por outro lado, sendo um edifício a construir em terrenos do Ministério do Exército e para usufruto das Forças Armadas, este podia ter sido igualmente da responsabilidade das respetivas comissões, o que não foi o caso.

⁸³¹ Projeto do arquiteto Rogério de Azevedo (projeto de 1939-1942, inaugurado em 1942).

⁸³² Projeto do arquiteto Rogério de Azevedo (projeto de 1938-1948, inaugurado em 1948).

⁸³³ Cf. PT DGEMN: DSARH 002-0246/003, 11.02.1957.

⁸³⁴ Em 1944, a Direção dos Edifícios Nacionais do Norte foi responsável pelo projeto de mobiliário para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, desenhando de novo apenas um ficheiro e bancada de ferramentas (PT DGEMN: CAM 0325/11, 1944).

⁸³⁵ Em 1954, o engenheiro José Espregueira Mendes, presidente da CAM, solicitou que o estudo de mobiliário para o edifício do Picadeiro da Faculdade de Ciências de Lisboa fosse realizado pela Direção de Edifícios de Lisboa, não só porque a CAM estava muito ocupada, nomeadamente com os hotéis de Seteais e de Santa Luzia, mas também porque tinha “carência absoluta de pessoal técnico” (PT DGEMN: CAM 0359/02, 1954).

Esta intervenção reuniu por isso características específicas que permitiram, como veremos de seguida, identificar mais um autor com participação ativa na definição de equipamentos públicos, em particular em projetos de mobiliário e equipamento fixo, e compreender ainda de que forma os serviços regionais da DGEMN acompanharam o processo de instalação e como se concretizou o seu envolvimento.

4.1.1 Messe de Oficiais de Pedrouços

Situada entre as ruas Soldados da Índia, Cristóvão da Gama e de Pedrouços, a nova Messe de Oficiais de Pedrouços foi construída no terreno adjacente ao Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM)⁸³⁶. A designada Quinta do Duque, erigida em finais do século XVII e constituída por vários edifícios, entre eles o Palácio do Condes do Cadaval⁸³⁷ e estruturas de apoio à atividade agrícola e de recreio, foi adquirida pelo Ministério do Guerra durante a década de 1940 para ali instalar o IAEM, que à data se encontrava a funcionar na Real Quinta de Caxias. Aos terrenos que compunham esta Quinta foi adicionada, mais tarde, uma faixa de terreno cedida pela Câmara Municipal de Lisboa⁸³⁸, que permitia compor o quarteirão e criar o enquadramento necessário à construção da nova Messe.

As construções para as Forças Armadas dependeram, como vimos, de comissões próprias para o seu estudo, projeto e construção, mas a adaptação da Quinta do Duque para as novas instalações do Instituto de Altos Estudos Militares e a Messe de Oficiais de Pedrouços não foram, contudo, intervenções que tivessem dependido da sua orientação direta. Uma vez estabelecidas pelo Ministério do Exército as necessidades subjacentes à construção destes equipamentos⁸³⁹, a DGEMN foi chamada a intervir, delegando nos seus serviços regionais a gestão de toda a obra – o facto de se empreender a reabilitação de uma quinta seiscentista poderá ter sido o pretexto determinante para o seu envolvimento, requisitando uma participação técnica mais especializada e atenta às pré-existências.

Em 1952, depois concluído o processo de aquisição dos terrenos, o projeto e as obras de remodelação e readaptação dos edifícios existentes a estabelecimento de ensino foram entregues à Direção de Edifícios de Lisboa⁸⁴⁰, enquanto que o projeto de mobiliário

⁸³⁶ Esta instituição dedicada à formação superior dos oficiais das forças armadas portuguesas, foi criada em 1911 com a designação de Escola Central de Oficiais.

⁸³⁷ O edifício principal terá sido construído no século XVII e a família do Conde do Cadaval, que ali residia, terá abandonado a quinta na primeira metade do século XIX, durante as guerras liberais. Esta foi tendo outros proprietários e usos até integrar o património do Ministério da Guerra em 1940.

⁸³⁸ Incluindo o terreno camarário que se encontraria reservado a Igreja do Restelo. A ideia de construir uma nova igreja naquela zona da cidade era há muito desejada, assim como a criação de uma nova paróquia, circunscrição religiosa que deveria acompanhar a jurisdição político-administrativa. Assim, com a reforma das freguesias de 1959, nasceu também a paróquia de São Francisco Xavier, que permaneceu integrada da na Santa Maria de Belém até 1990.

⁸³⁹ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0133/01, 07.08.1951.

⁸⁴⁰ Memórias descritivas do projeto de adaptação assinadas pelo arquiteto Eugénio Correia e pelo engenheiro Mariano de Sousa Pires (PT DGEMN: DSARH 006/125-0133/01).

e equipamento ficou a cargo da CAM. Apesar de este não ser um edifício construído de raiz, a participação da Comissão foi solicitada pelo próprio Ministro das Obras Públicas⁸⁴¹ – as profundas remodelações de que estava a ser alvo e a sua refuncionalização assim o requeriam.

A intervenção parece ter explorado uma aproximação clara à memória arquitetónica da antiga quinta, mantendo-se o edifício principal, assim como algumas das restantes construções de apoio, com grandes semelhanças estilísticas, em que se procurou maximizar as áreas disponíveis de acordo com as suas novas funções⁸⁴². Estes edifícios deveriam acomodar gabinetes para a direção da escola e serviços administrativos, salas de aula e estudo, mas também camaratas e instalações sanitárias, refeitórios e espaços de convívio, todos eles respeitando as patentes e hierarquias inerentes à instituição militar e à distinção que lhes subjaz. Dado o enquadramento militar, a CAM recorreu também a modelos de móveis desenhados especificamente pela Comissão Administrativa das Novas Instalações para o Exército (CANIE) ou por ela normalizados, complementando dessa forma o seu próprio repositório com soluções estudadas e consequentemente validadas pelas equipas técnicas adequadas. As camaratas e zonas de refeições receberam mobiliário de série metálico⁸⁴³; as salas de aula e zonas de convívio mobiliário de madeira⁸⁴⁴; os gabinetes da direção e serviços administrativos incluíram modelos provenientes dos catálogos de empresas nacionais, procurando através delas um compromisso entre o estilo arquitetónico daqueles edifícios, as suas novas funções, e o ambiente militar pretendido.

Como noutros casos, também aqui a orientação seguida foi de sobriedade e adequação às funções, mais do que uma aposta pela modernidade ou por opções estéticas mais arrojadas. As indicações emanadas pelos decisores, em particular pelo Ministro das Obras Públicas apontavam com muita clareza nesse sentido, advertindo “*que se tenha bem presente tratar-se de um estabelecimento do Estado, que deve ser mobiliado com dignidade e bom gosto, mas sem luxo, que seria totalmente descabido e de mau tom*”⁸⁴⁵. Não obstante a contenção pretendida, a verba disponibilizada pelo Ministério do Exército

⁸⁴¹ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0152/02; ainda que o arquiteto responsável pelo projeto de arquitetura da Messe de Oficiais se tenha proposto para o fazer (PT DGEMN: DSARH-006/125-0140/02/10).

⁸⁴² Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0134/02, 22.08.1951.

⁸⁴³ Adjudicado à Sano-Técnica (PT DGEMN: CAM 0017/02).

⁸⁴⁴ Adjudicado a Joaquim Gonçalves Moura e a Viúva de João Ferreira e Filhos (PT DGEMN: CAM 0016/20).

⁸⁴⁵ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0152/02, despacho do MOP, 18.07.1952.

não seria suficiente para a aquisição de todo o mobiliário necessário, pelo menos numa primeira fase de instalação. Este propôs, por isso, que os móveis que estavam em uso nas instalações que a escola ainda ocupava, em Caxias, fossem inventariados, recuperando-se aqueles que estivessem em razoáveis condições. Não sendo este um procedimento que a CAM admitisse como habitual, as tutelas envolvidas nestes processos entendiam-no como um recurso eficaz no controlo do orçamento disponível, que quase sempre se revelava limitado e incapaz de acompanhar o processo de instalação em todas as suas valências⁸⁴⁶. O reaproveitamento de peças e objetos em edifícios profundamente intervencionados era na verdade entendido como um retrocesso, um retornar a procedimentos que promoviam interiores desleixados, com móveis de várias proveniências e estilos, comprometendo a uniformidade e integridade do serviço em causa. Da mesma forma foi entendida a integração de doações de mobiliário por particulares, que na maioria das vezes não partilhavam o mesmo léxico formal e estético, e que resultariam por isso extemporâneas e inadequadas, à semelhança do que foi documentado para esta intervenção⁸⁴⁷. Apesar de muitas vezes solicitadas, estas práticas foram quase sempre recusadas ou excluídas.

O projeto previa apenas instalações em camarata, para as patentes mais baixas, devendo o alojamento para os oficiais ser assegurado por uma nova messe, a construir sob responsabilidade da Manutenção Militar. Esta instituição militar, criada no século XIX⁸⁴⁸, tinha como missão assegurar as necessidades básicas das Forças Armadas através da administração de um complexo industrial diversificado e de produção própria. Tinha ainda sob sua responsabilidade a gestão de serviços de alojamento e alimentação a militares em situações de serviço, com guia de marcha ou deslocados, ou ainda em viagem com familiares. Para cumprir esta função, foram criados vários estabelecimentos semelhantes em todo o país e só a cidade de Lisboa contava com mais dois edifícios, a Messe de Sargentos da Rua Luciano Cordeiro e a Messe de Oficiais do Campo de Santa Clara. A nova Messe de Pedrouços vinha, então, complementar a missão formativa e

⁸⁴⁶ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0152/02, despacho do MOP, 15.07.1952.

⁸⁴⁷ Doação de mobiliário que aqui ficou registado e avaliado, mas não aceite, dadas as características do estilo do conjunto proposto. Um antigo militar pretendia doar ao IAEM a sua biblioteca, estantes e conteúdo, mas o arquiteto Luís Benavente, enquanto vogal da CAM e responsável pela intervenção, considerava ser prematura a sua integração por não se haver decidido qual o “carácter que pretende imprimir-se à instalação”, dado que se tratava de “armários em madeira escura, com tremidos e colunas” (PT DGEMN: DSMN 0276/03, 26.10.1955).

⁸⁴⁸ Fundada em 1897 (*Vide* Inês José, *A fundação e organização da Manutenção Militar de Lisboa, 1886-1914*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2017).

pedagógica do IAEM, proporcionando aos alunos e utentes um contexto de maior proximidade com o estabelecimento de ensino, disponibilizando alojamento e refeições para cento e vinte e cinco oficiais durante cada ano letivo.

Se nos antigos edifícios da Quinta a opção tomada fora de continuidade com os edifícios existentes, para o novo edifício da Messe de Oficiais, não existindo condicionantes semelhantes, a proposta do arquiteto Sabino Luiz Martins Correia⁸⁴⁹ foi num sentido de maior modernidade, em consonância com os tempos, e com isso fazendo uma distinção clara nas funções e na expressão de cada um dos edifícios. O projeto para a nova messe, aprovado em 1954⁸⁵⁰, seguiu uma orientação programática que a aproximava de um equipamento hoteleiro nas suas características essenciais – quartos individuais, quartos duplos e suites, incluindo áreas de estudo, com instalações sanitárias próprias ou partilhadas, salas de trabalho e de reunião, sala de refeições e de estar, bar, barbeiro, cozinha, zonas de armazenamento, refeitório e sala de convívio para funcionários. De acordo com o que fora inicialmente determinado, o projeto de mobiliário devia ter sido da responsabilidade do mesmo arquiteto, mas atrasos ocorridos na adjudicação da tarefa por parte do Ministério do Exército, a subsequente ausência do país daquele técnico⁸⁵¹, e a necessidade de concluir a obra o mais rapidamente possível, levaram à transferência deste projeto para o outro arquiteto envolvido na obra, Manuel Norberto Freire de Oliveira Correa (1926 - 2016)⁸⁵². O projeto e os trabalhos de construção do novo edifício foram conduzidos pela Direção de Edifícios de Lisboa, assim como o projeto de mobiliário e equipamento. A Messe de Oficiais de Pedrouços foi inaugurada a 4 de novembro de 1957.

⁸⁴⁹ O projeto foi inicialmente encomendado a um arquiteto funcionário da DGEMN, mas o Ministro das Obras Públicas decidiu que este deveria ser elaborado por um técnico externo aos serviços (PT DGEMN: DSARH 006/125-0246/02, 04.09.1952). São escassas as referências disponíveis sobre este arquiteto, inclusive as suas datas de nascimento e morte; sabe-se apenas que desenvolveu trabalhos de arquitetura nos territórios ultramarinos – Igreja da Sagrada Família e o Liceu Nacional Paulo Dias de Novais (1969-1974), em Luanda, por exemplo.

⁸⁵⁰ Estudo encomendado em 1952 e projeto aprovado em 1954, com pareceres positivos do Diretor do Serviço de Monumentos Nacionais, CSOP, MOP e Ministério do Exército (PT DGEMN: REE 0099-02).

⁸⁵¹ Segundo informação do arquiteto Norberto Correa, o arquiteto Sabino Correia teria, entretanto, ido para África (entrevista realizada em 2012, no âmbito do projeto *Móveis Modernos*).

⁸⁵² A este arquiteto foram adjudicados também os projetos de arquitetura e de interiores para o aquartelamento, casa da guarda, cavalaria e picadeiro, garagem e muro de vedação inicialmente atribuídos a Sabino Correia (PT DGEMN: DSARH 006/125-210/04, 21.07.1956). Mais tarde ser-lhe-ia ainda entregue o projeto de arquitetura e interiores para o edifício dos Serviços Gerais – instalações para diversas funções como garagem, oficinas gráficas, laboratórios de fotografia, oficinas gerais, refeitórios para sargentos, cabos milicianos e pessoal civil, cantina e um posto médico, mas que não foram construídos (*M. Norberto Corrêa...*, 2013, pp. 40-41).

Norberto Correa, quando assumiu o projeto da Messe de Oficiais de Pedrouços, em 1956, tinha já um consolidado percurso profissional – integrava os quadros da DGSSU desde 1953⁸⁵³, esteve envolvido no estudo e definição do Plano Diretor da Cidade Universitária de Lisboa (1955), onde viria a ser responsável também pelos projetos do restaurante, espaço de convívio e instalações para estudantes (1960), e ainda pelo estádio universitário, em parceria com o arquiteto João Simões; completou a sua formação em Arquitetura e Urbanismo na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1953, e frequentaria o curso de especialização em Urbanismo na Universidade Sorbonne, com bolsa atribuída pelo Governo Francês (1956)⁸⁵⁴.

O seu projeto para os interiores do novo edifício alinou-se com a modernidade do desenho arquitetónico, apesar da sua escala relativamente modesta. Cada espaço foi pensado individualmente, onde cada programa funcional determinou as opções tomadas, mas sem com isso comprometer a integridade do conjunto – nas palavras do arquiteto “*todos os elementos de mobiliário foram estudados com acentuadas linhas de simplicidade, traduzindo sobriamente as suas funções e a sua estrutura construtiva*”⁸⁵⁵. De facto, a familiaridade formal entre os conjuntos garantiu a coesão da proposta, o que proporcionou a introdução de revestimentos com acabamentos de cores variadas – as peças de cada espaço, apesar de idênticas, diversificavam-se pelas escolhas cromáticas, introduzindo algumas diferenciações em espaços que de outra maneira permaneceriam semelhantes. As amplas áreas comuns dedicadas ao convívio e à sociabilidade espelhavam o gosto hoteleiro da época⁸⁵⁶, em sintonia com o que então se praticava em Portugal. A entrada principal remetia para a ideia de *lobby*, com um balcão em madeira que serviria de receção (fig. 376), a partir do qual se distribuíam os acessos à sala de estar, de jantar e à escadaria de acesso ao piso superior. A sala de estar principal, enquanto espaço de convívio, foi estruturada em torno de pequenos núcleos, alguns deles dedicados a atividades específicas, como a leitura e audição de música (rádio ou gira-discos), uma zona para o bar com balcão e bancos altos (fig. 386), e área de estar (fig. 379), que incluía

⁸⁵³ Cf. M. Norberto Corrêa..., 2013, p.7.

⁸⁵⁴ *Ibidem*.

⁸⁵⁵ Cf. PT DGEMN. DSARH 006/125-0151/02, 02.07.1957.

⁸⁵⁶ Cf. João Paulo Martins e Sofia Diniz, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design. 1940-74” in *Investigating and writing architectural history: subjects, methodologies and frontiers. Third International EAHN Meeting*, Turim, 2014, p. 505.

sofás, poltronas, cadeiras e mesas de apoio, candeeiros e tapetes, todos eles desenhados especificamente para aquela área⁸⁵⁷.

A sala de jantar geral (fig. 385) aproximou-se dos espaços de restauração em contextos semelhantes - mesas e cadeiras sem braços, estudadas “*para proporcionar alguma comodidade sem, no entanto, constituir uma peça de repouso*”⁸⁵⁸, com armários de apoio ao serviço, cujos desenhos também integravam o projeto. A sala de jantar privada (fig. 382), contígua à principal, era composta de mesa única e respetivas cadeiras, de modelo igual ao da sala de estar (fig. 383 e 384), acompanhada do respetivo aparador e de um candeeiro de teto, que se assumiu como a peça de maior protagonismo, dada a sua dimensão e desenho. As madeiras utilizadas proporcionaram também um jogo estético entre os vários elementos de cada conjunto, mas também com o espaço onde iriam ser integrados, numa visão de coerência e complementaridade – aquelas foram “*escolhidas em harmonia com os acabamentos constantes dos pormenores estudados para a sala*”, devendo “*a tonalidade de cada [peça] ser afinada pela tonalidade das madeiras empregadas no pavimento e no revestimento da guarda*”⁸⁵⁹.

Os quartos foram concebidos segundo várias tipologias de ocupação, entre apartamentos e quartos duplos (fig. 387), camas de casal e de solteiro, com as respetivas cómodas mesas de cabeceira (fig. 391) e toucadores, incluindo ainda áreas para estudo, para as quais foram desenhadas cadeiras, secretárias e estantes (fig. 388 e 389). Estas peças, semelhantes entre si, foram conjugadas consoante as tipologias dos quartos, encontrando na combinação de cores aplicadas no termolaminado de revestimento uma solução que permitia animar aqueles espaços, atribuindo-lhes identidades diferenciadas, ao mesmo tempo que lhes conferia uma modernidade mais de acordo com os tempos, sem com isso subtrair a disciplina subjacente a um ambiente militar. O arquiteto procurou manter estes espaços funcionais, sem comprometer “*a comodidade e a boa arrumação de cada dependência*”, já que a quantidade de elementos a integrar era elevada, entre os do quarto e as concebidas para o estudo. Seria importante, por isso, “*harmonizar as diversas dimensões do mobiliário e a sua disposição, com rectificação, substituição ou*

⁸⁵⁷ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0151/03, 12.10.1957. Este mobiliário já não se encontrava no seu local de origem por altura da nossa primeira visita ao edifício, em 2012, desconhecendo-se em que momento terá sido retirado; com a exceção de algumas cadeiras que encontraram nova utilização, a quase totalidade das peças que integravam o conjunto original encontrava-se em armazém.

⁸⁵⁸ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0150/03, 06.06.1957.

⁸⁵⁹ *Ibidem*.

*supressão de alguns dos elementos em casos especiais*⁸⁶⁰, antecipando alterações e ajustes aos conjuntos em fases mais avançadas da intervenção. Uma quantidade substancial destas peças ainda se encontrava a uso por altura da visita que realizámos ao edifício, indiciando não só a qualidade da sua execução, mas também do seu desenho, possibilitando a sua manutenção e uso continuado ao longo de mais de quatro décadas⁸⁶¹.

De sublinhar ainda como o mobiliário, iluminação, tapetes e objetos decorativos foram concebidos enquanto elementos de uma visão global, numa articulação de modelos, materiais e de tons. Candeeiros e tapetes foram também desenhados em complementaridade, assim como as obras de arte seleccionadas, que foram entendidas como peças essenciais na composição do conjunto - para estas foi mesmo elaborada uma lista por autores, com os títulos ou descrições das peças e tiveram processo de aquisição próprio⁸⁶².

*

A intervenção na Messe de Oficiais de Pedrouços permitiu-nos registar mais um projetista de mobiliário de relevo para edifícios públicos. Não sendo um nome desconhecido, em parte pela sua participação em vários momentos do desenvolvimento da Cidade Universitária de Lisboa, a análise deste seu projeto permitiu explorar uma outra dimensão da sua atividade enquanto autor de mobiliário. De reforçar como este arquiteto apresentou uma proposta atual, moderna, depurada e funcional, não obstante o contexto militar para o qual foi executada. Sendo um edifício para acolher oficiais das Forças Armadas, aqueles interiores podiam ter sido interpretados de uma forma mais conservadora ou condicionada.

⁸⁶⁰ Cf. PT DGEMN: DSARH 006/125-0151/02, 02.07.1957.

⁸⁶¹ Outras, no entanto, encontraram nos armazéns da própria Messe, e nos da Manutenção Militar, em Xabregas, o seu destino final, entre peças que já se encontravam em muito mau estado, ou porque já não se adequavam às funções entretanto atribuídas a algumas das áreas do edifício, ou mesmo às mudanças estéticas implementadas mais recentemente.

⁸⁶² Algumas das pinturas representadas nas imagens de arquivo ainda se encontravam *in situ* por altura da visita realizada em 2012. O arquiteto chegou ainda a encomendar alguns ensaios de crucifixos, uma vez que aqueles que existiam no mercado não se coadunavam com ambiente criado; as maquetes foram requisitadas ao aluno de escultura José da Silva Rebelo Cardoso, sob orientação do arquiteto Norberto Correa (PT DGEMN: DSARH-006/125-0211/03).

No que diz respeito aos serviços regionais, estes delegaram o estudo do mobiliário num colaborador externo à DGEMN, ainda que toda a intervenção de adaptação dos edifícios existentes tenha recaído sobre o quadro de funcionários daquele serviço. As razões para tal decisão não deixaram registo na documentação consultada, mas revelam uma prática que terá sido comum e que se relacionou, muitas das vezes, com o elevado volume de trabalho daqueles departamentos, que dessa forma os deixava incapazes de dar seguimento a todos os projetos que lhes eram atribuídos. Por outro lado, a decisão pode ter tido origem na própria tutela das Forças Armadas e validada pelo MOP, que apenas informou os serviços competentes, denunciando uma outra dinâmica, relacionada com os processos de decisão, mais invisível e por isso mais difícil de analisar, mas que transparece em momentos como este.

II PARTE

1.

Uma prática possível

Entre as décadas de 1940 e 1970, o período em análise neste trabalho, a economia portuguesa caracterizou-se por um crescimento progressivo, motivado em grande parte pelo contexto económico europeu que, no rescaldo da 2.^a Guerra Mundial, foi movido por estratégias de estabilização e recuperação. Esse período inicial, de reconstrução, criou as bases para a fase seguinte, de crescimento e consolidação da economia nacional, que caracterizou as décadas de 1950 e 1960. O não envolvimento de Portugal no conflito permitiu que as estruturas produtivas nacionais se tivessem mantido intactas e em pleno funcionamento, beneficiando da instabilidade e das dificuldades em que se envolviam as restantes economias europeias durante aquele período, limitando uma concorrência possível. Com o fim da guerra, e com os primeiros passos no sentido da recuperação económica da Europa, as estruturas económicas portuguesas ter-se-ão mantido à margem desse movimento - o mercado funcionava sem que importantes alterações aos seus meios de produção precisassem de ser implementados, o que significou também que, qualquer consolidação dos benefícios ou das vantagens que aquele contexto singular pudesse ter trazido ao país, ficaram por reclamar⁸⁶³.

O condicionamento industrial, um dos mais importantes elementos de regulação económica estabelecidos, permaneceu um dos instrumentos primordiais na definição de uma estratégia governativa para a quadro industrial nacional⁸⁶⁴. Criado na década de 1930, este mecanismo pretendia regular o desenvolvimento industrial do país, protegendo a produção nacional e a posição de certas empresas, entendidas como essenciais para a política económica do país, controlando a entrada de grupos estrangeiros, disciplinando as transferências tecnológicas e, com isso, a experimentação e inovação fulcrais para a

⁸⁶³ Cf. Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, MNE, 2007, p. 43.

⁸⁶⁴ O setor cerealífero, dos resinosos e das conservas de peixe foram os primeiros focos destas experimentações teóricas, que serviram de laboratório para a definição da sua estrutura legal e jurídica. A proibição aberta ao estabelecimento de novas empresas e fábricas nesses setores, assim como à alienação e/ou modificação das existentes, eram já aqui uma realidade legal que se vai consolidando, ajustando e alargando em sucessivos diplomas, e que se concretiza finalmente em 1931 (decreto n.º 19354, de 03.01.1931), e depois em 1937. As indústrias abrangidas vão-se alargando consideravelmente passando a incluir a transformação de lãs e algodões, cacau e chocolate, vidros, fundição de ferro e aço, serração de madeiras, entre outros. (José Maria Brandão de Brito, *O Condicionamento Industrial e o Processo de Português de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, tese de doutoramento em Economia, vol. 1, ISE-UTL, 1987, p. 171-174).

evolução do setor. Eliminando a concorrência imediata, as empresas mantinham as suas posições relativas, sem pressões para uma atualização ou modificação dos seus meios de produção e/ou produtos finais, regulando-se apenas pelas necessidades do mercado. O tecido industrial do país conseguia deste modo manter-se dinâmico e ativo, mas as fragilidades que o sustentam surgiram com os primeiros movimentos de recuperação económica da Europa⁸⁶⁵.

O Plano Marshall⁸⁶⁶, estabelecido pelos Estados Unidos da América (EUA) enquanto instrumento de apoio à reconstrução dos países envolvidos na 2.ª Guerra Mundial, foi um estímulo fundamental para as estruturas económicas comprometidas desses países, que enfrentavam sérias dificuldades na retoma do fôlego produtivo. Apesar de Portugal não ter participado no conflito, a sua integração no grupo de beneficiários do Plano foi fulcral para a definição de uma nova paisagem económica para o país⁸⁶⁷. A atualização dos meios de produção, a promoção de transferências de tecnologia e a formação de recursos humanos seriam peças essenciais para o crescimento e consolidação da capacidade produtiva nacional.

Um desenvolvimento económico consistente era indissociável de uma promoção ativa, pela mão do Estado, de indústrias base, entendidas como agentes primordiais de promoção de crescimento económico, gerando sinergias e dinâmicas que contaminariam naturalmente outros setores da indústria e da economia. Como refere José Maria Brandão de Brito, acreditava-se que o *“sector industrial influencia, mais do que qualquer outra atividade, o produto nacional e deste depende essencialmente o nível de vida médio da população. Efectivamente, subindo o poder de compra nacional em virtude de progredirem os rendimentos das pessoas ocupadas na indústria e de aumentar o seu número, melhoram consequentemente as condições dos restantes sectores da vida económica, nomeadamente da agricultura, porque aumentam os consumos internos dos*

⁸⁶⁵ Cf. Maria Fernanda Rollo, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, MNE, 2007, p. 44.

⁸⁶⁶ Discurso proferido pelo secretário de Estado do Estados Unidos da América, George Marshall, a 5 de junho de 1947, onde foram pela primeira vez enunciadas as intenções de apoio norte-americano aos países envolvidos na 2.ª Guerra Mundial. A partir de então designado como Plano Marshall, foi formalizado enquanto programa de apoio com uma duração de quatro anos, durante os quais seriam implementadas medidas de auxílio à reconstrução e recuperação económicas; a sua implementação devia ser feita em parceria, entre os EUA e os países beneficiários (Maria Fernanda Rollo, “Plano Marshall” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, pp. 735-739).

⁸⁶⁷ Cf. Maria Fernanda Rollo, “Portugal e o Plano Marshall. História de uma adesão a contragosto (1947-1952)” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), pp. 841-869.

seus produtos”⁸⁶⁸. Nesse sentido, a aposta numa redinamização do setor industrial do país seria vital.

Num país fundamentalmente agrícola, José Ferreira Dias (1900-1966)⁸⁶⁹ foi um ator essencial para a construção e definição de uma estratégia de crescimento económico baseado no fomento industrial. Os planos definidos enquanto subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (1940-1944) e depois como Ministro da Economia (1958-1962), procuraram estabelecer os principais eixos de crescimento deste setor da economia nacional. A introdução de inovação tecnológica era fundamental – sem a atualização da maquinaria e dos métodos de produção, elementos básicos como qualidade e quantidade dos produtos industriais ficariam comprometidos à partida; a produção industrial pressupõe uma constância na qualidade e no tipo de produto, mas especialmente na quantidade disponibilizada desse mesmo produto. A introdução de uma visão científica na produção industrial era vista como instrumental para a concretização dessa atualização, não só na maquinaria propriamente dita, mas também nos meios de produção. Procurou-se desenhar toda uma estrutura teórica que acompanhasse a reformulação deste setor produtivo nacional, alicerçada num conjunto de indústrias-base⁸⁷⁰ que seriam a real alavanca do fomento industrial. A promoção destas dependia da energia motora, e a implementação de uma rede de eletrificação do país⁸⁷¹ teria de ser um dos primeiros degraus. Apesar das linhas de ação definidas, os resultados obtidos ficaram aquém do desejado, e a reformulação do setor industrial não foi verdadeiramente transversal.

A produção industrial nacional no período imediato ao final do conflito mundial compunha-se essencialmente dos setores têxtil e alimentar, representando para o período de 1945-1953 cerca de 60% do total, enquanto que as produções de produtos metálicos, madeiras e mobiliário, entre outras, não ultrapassavam os 2%, ou menos⁸⁷², valores que se manteriam relativamente inalterados nos anos subsequentes, mesmo durante a década de 1960, considerada o momento forte do investimento industrial. Este crescimento residual reflete, em parte, uma estrutura industrial que não mudou tanto como seria

⁸⁶⁸ Citação retirada de José Maria Brandão de Brito, *O Condicionamento Industrial e o Processo de Portugêses de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, tese de doutoramento em Economia, vol. 1, ISE-UTL, 1987, p. 25.

⁸⁶⁹ Cf. José Maria Brandão de Brito, “José Nascimento Ferreira Dias Júnior” in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 266-268.

⁸⁷⁰ A saber, a metalurgia do ferro, a metalurgia do cobre, sulfato de amónio, nitratos de cianamida, celulose, álcool carburante e conserva de produtos vegetais.

⁸⁷¹ Lei n.º 2 002, 26.12.1944.

⁸⁷² Cf. Manuel Lisboa, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*, 2002, p. 108.

expectável. O início da década de 1970, porém, registou um crescimento nas indústrias de mobiliário e produtos de madeira e metálicos, que sobem 2% aos valores anteriores, mas esse aumento deveu-se em parte ao desenvolvimento da construção civil, que requisitou mais recursos humanos, técnicos e materiais, garantindo dessa forma um incremento na produtividade daqueles ramos⁸⁷³. A questão da industrialização e do salto tecnológico, vitais para o desenvolvimento da indústria de mobiliário e ramos associados, verificou-se de forma muito pontual. Num texto apresentado a um encontro sobre indústria, em 1998, um representante do Centro de Formação Profissional das Indústrias de Madeira e Mobiliário, afirmava, com algum espanto, que, nos anos de 1960, das empresas inscritas na Associação, dez delas ainda funcionavam com engenhos movidos por rodas hidráulizadas⁸⁷⁴. A sua análise abrangia as indústrias da madeira, com particular enfoque nas serrações e noutras fábricas de transformação de madeira, entre as quais a produção de mobiliário surgia como mais um ramo, validando a realidade que foi surgindo nos casos de estudo atrás analisados. Apesar da historiografia referir aquele período como a “idade de ouro” da industrialização nacional, estas referências indiciam uma profunda assimetria no setor, podendo coexistir, num mesmo período, métodos de produção tradicionais, com predomínio da manufatura, e outros com maior investimento e desenvolvimento tecnológico.

No rescaldo da 2.^a Guerra Mundial e dos planos de recuperação europeus, os Planos de Fomento⁸⁷⁵ foram instrumentos fulcrais para a redefinição da economia portuguesa. Assumindo-se como a matriz desse crescimento, a sua implementação possibilitou a definição de áreas prioritárias de atuação, canalizando recursos, apontando percursos e estruturando estratégias. No plano da Educação, houve uma atenção crescente no ensino técnico e industrial em particular, segmentos que deveriam ser fortalecidos, pelas consequências naturais na modernização da produção industrial – a concretização desse objetivo dependia também da formação de recursos humanos qualificados⁸⁷⁶. A promoção de uma produção industrial apoiada na investigação científica desenhava-se

⁸⁷³ *Ibidem*, p. 112.

⁸⁷⁴ Cf. Joaquim Prado de Castro, “As indústrias de madeira” in *A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica: actas do colóquio*, Lisboa, CLC-FLUP, 1998, pp. 195-172.

⁸⁷⁵ I Plano de Fomento (1953-1958), Lei n.º 2 058, 29.12.1952; II Plano de Fomento (1959-1964), Lei n.º 2 094, 25.11.1958; Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), Lei n.º 2 123, 14.12.1964; III Plano de Fomento (1968-1973), Lei n.º 2 133, 20.12.1967.

⁸⁷⁶ A criação da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS) decorre dessa estratégia, em particular num segundo momento da sua atividade, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

como outra linha de atuação, não só enquanto ciência aplicada para o desenvolvimento de produtos, mas também enquanto ciência pura, desenvolvendo conhecimento científico em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, da sua economia.

O papel que a indústria poderia ter no desenvolvimento do país e do reconhecimento do papel do Estado, enquanto agente desse mesmo processo, foi ganhando cada vez mais reconhecimento⁸⁷⁷. Note-se como o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), criado em 1957, teve como missão exatamente “*promover, auxiliar e coordenar a investigação e assistência que interessam ao aperfeiçoamento e desenvolvimento industriais do País*”⁸⁷⁸. O Estado deveria encontrar um meio de se envolver na promoção do setor e na qualidade dos seus recursos e dos seus produtos, e o Instituto veio formalizar essa decisão. O elemento central da sua atuação ancorou-se na difusão e implementação de técnicas de organização científica do trabalho no tecido produtivo nacional, promovendo a formação dos corpos técnicos das empresas nacionais e a participação de missões ao estrangeiro para aquisição de competências⁸⁷⁹.

A aplicação de elementos científicos na produção industrial poderia ser feita em várias fases do processo produtivo, ora a montante, através da investigação aplicada, no estudo dos produtos a desenvolver, mas também durante a sua produção, através da aplicação de métodos científicos de trabalho, que permitiam maximizar a produtividade, assim como através da formação de recursos humanos especializados, com maior destaque nas áreas das engenharias, através da atribuição de bolsas em instituições de ensino e de investigação estrangeiras⁸⁸⁰. As áreas de intervenção do Instituto tenderam a contemplar todas as fases de produção, criando departamentos dedicados à investigação de cada uma delas e apoiando a implementação de estratégias de desenvolvimento dali decorrentes.

⁸⁷⁷ Cf. Ana Azevedo, *A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial. 1945-1974*, tese de doutoramento em História, especialidade História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014, pp. 168-169.

⁸⁷⁸ Criado pela Lei n.º 2 089, 08.06.1957, teve como seu primeiro diretor o Eng.º António Magalhães Ramalho (1907-1972) (<https://act.fct.pt/historia-da-ciencia/biografias/antonio-sobral-mendes-de-magalhaes-ramalho/>, acesso a 16.07.2021).

⁸⁷⁹ Cf. Ana Azevedo, “Espaços e atores da organização científica do trabalho em Portugal: o Instituto Nacional de Investigação Industrial”, 2016, p. 463.

⁸⁸⁰ Cf. *Idem*, *A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial. 1945-1974*, tese de doutoramento em História, especialidade História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014.

A área da formação de recursos humanos foi um dos maiores investimentos do INII. O desenvolvimento de competências de quadros médios e dirigentes foi uma das suas apostas principais, mas temas como o trabalho administrativo e a organização e simplificação do trabalho em serviços públicos foram igualmente considerados, tal como a formação de formadores e contramestres⁸⁸¹. O principal foco de intervenção do Instituto pareceu desenvolver-se em torno da formação, na implementação de uma organização científica do trabalho, articulando de forma ativa colaborações e parcerias com instituições estrangeiras de cariz semelhante, que possibilitariam uma constante atualização nas investigações e metodologias associadas. O Instituto promoveu também linhas de pesquisa próprias, desenvolvidas pelos técnicos do INII que assim procuravam identificar as principais complexidades do setor industrial nacional, reconhecendo e compreendendo as suas fraquezas e as suas forças, e com isso definir as estratégias mais adequadas para o seu desenvolvimento. Como identificou Ana Carina Azevedo, “*a sua acção desenvolvia-se em redor de três polos principais: a divulgação, a investigação e o diagnóstico da situação industrial portuguesa, apostando em análises gerais ou sectoriais, e apresentando um grande interesse por questões de produtividade. (...) É fácil compreender como este organismo era totalmente vocacionado para constituir um polo de inovação*”⁸⁸².

O grau de implementação e impacto de todas estas ações não conseguiu, contudo, ganhar uma expressão significativa. Segundo a mesma autora, os resultados terão “*ficado aquém do esperado por motivos que escapam ao próprio Instituto*”⁸⁸³. Apenas uma parte das empresas envolvidas teria real capacidade para executar as inovações preconizadas, e mesmo essas teriam de ultrapassar as suas próprias barreiras e dificuldades internas, atavismos por vezes difíceis de superar. Lisboa e Porto foram os polos que mais participaram nestas iniciativas e que partilharam esse interesse por um desenvolvimento mais informado e sustentado. O resto do país, contudo, manteve uma gestão e produção industrial baseada numa prática empírica, de experiência acumulada, sem apostar numa maior eficácia tecnológica, nem na formação de recursos humanos adequados. A visão de lucro rápido e imediatista, perpetuou-se, recorrendo, muitas das vezes, a materiais de pouca qualidade, produzindo com pouco rigor, e com mão-de-obra com pouca formação

⁸⁸¹ Cf. Ana Azevedo, “Espaços e atores da organização científica do trabalho em Portugal: o Instituto Nacional de Investigação Industrial”, 2016, p. 469.

⁸⁸² *Ibidem*, p. 471.

⁸⁸³ *Ibidem*, p. 473.

e inconstante, como foi sendo possível perceber através dos casos de estudo analisados ao longo deste trabalho.

Os departamentos criados dentro do Instituto remetiam para as áreas entendidas como relevantes para a prossecução das suas linhas de ação. A criação do Núcleo de Arte e Arquitetura Industrial, em 1960, terá sido um sinal claro da compreensão do papel instrumental do design quando aplicado à indústria. O arquiteto António Teixeira Guerra (1929-2012), promotor e primeiro coordenador do Núcleo, depois dirigido pela escultora Maria Helena Matos (1924-2015), a partir do biénio 1964-1965⁸⁸⁴, teve como primeira iniciativa a abertura de um setor de desenho industrial, através do qual pretendia estimular o estudo e desenvolvimento de processos relacionados com o design de produto e respetivos métodos de produção industrial⁸⁸⁵. A importância de uma colaboração estreita entre design e indústria deixava de ser apenas uma hipótese de trabalho, assumindo-se como uma ferramenta essencial.

Nesse sentido, entendia-se que o desenvolvimento de um desenho de produto de qualidade seria uma das respostas para as dificuldades de base da produção industrial nacional. A ideia de que um objeto bem desenhado poderia funcionar, por si só, como um incentivo ao consumo, logo à sua produção e ao crescimento económico do país, permitia conferir-lhe um papel estratégico, ausente até então. Esta visão integrada disseminava-se por toda a Europa do pós-guerra que, procurando recuperar o fôlego económico, adotou o design de produto como mecanismo de integração dos avanços tecnológicos provenientes de uma produção industrial em contexto de guerra e que careciam do devido reenquadramento⁸⁸⁶. Por outro lado, o reconhecimento da força transformadora do design enquanto prática passou a dar visibilidade a um grupo de profissionais que tinham na arquitetura e nas artes plásticas as suas atividades profissionais principais, sendo que o design em Portugal não era ainda entendido como uma disciplina autónoma, mas uma subcategoria das anteriores⁸⁸⁷. O INII teve por isso um papel determinante não só na institucionalização do design industrial, mas também na profissionalização do designer enquanto técnico que desenvolve uma atividade projetual especializada, assente numa

⁸⁸⁴ O Núcleo foi depois dirigido pela escultora Maria Helena Matos entre 1960 e 1978 (<http://unidcom.iade.pt/designportugal/intervenientes.html>, acesso a 26.06.2020).

⁸⁸⁵ Cf. Maria Helena Souto, “Design em Portugal (1960-1974): expor, agir debater. Os núcleos de arte e arquitetura industrial e de design industrial do INII” in *Ensaio para um arquivo: o tempo e a palavra. Design em Portugal (1960-1974)*, 2017, p. 20.

⁸⁸⁶ A Arflex, empresa italiana já mencionada, terá sido um exemplo dessa estratégia.

⁸⁸⁷ Cf. Victor Almeida, *Design em Portugal, um Tempo e um Modo...*, tese de doutoramento em Belas Artes, FBA-UL, 2009, p. 24.

metodologia “orientada para a análise e solução de múltiplos aspetos inerentes à produção de artefactos”⁸⁸⁸.

Entre as várias atividades que o Núcleo desenvolveu, aquelas que tiveram mais visibilidade foram talvez as exposições dedicadas ao design industrial – 1.^a Quinzena de Estética Industrial, em 1965, e as 1.^a e 2.^a Exposições de Design Português, em 1971 e 1973⁸⁸⁹ –, as quais foram acompanhadas por conferências e palestras, e pela publicação de catálogos, onde ficaram registados produtos, designers, fotógrafos, fabricantes e entidades representadas, devidamente precedidos, na edição de 1971, por um texto de apresentação da autoria do engenheiro José Torres Campos (1932-2019)⁸⁹⁰, à data diretor do INII (1969-1973), e de uma introdução redigida pelo arquiteto Frederico George (1915-1994)⁸⁹¹. De destacar ainda a organização do primeiro Curso de Design Industrial, em 1967, orientado pelo designer italiano Sérgio Asti (n. 1926)⁸⁹², quando em Portugal não havia ainda formação superior específica nesta área, algo que só viria a ocorrer em 1969, com a criação do Instituto de Arte e Decoração (IADE) e depois, em 1974, na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa⁸⁹³.

Na Grã-Bretanha, a criação do *Council of Industrial Design* (1944)⁸⁹⁴ e a apresentação da exposição *Britain can make it* (1946)⁸⁹⁵ foram passos determinantes no processo de reconstrução económica, por um lado, e no fortalecimento do papel do design industrial, iniciativas que pretendiam apoiar a reorientação do sistema produtivo nacional para uma economia de paz, após o fim do conflito. Nesse sentido, foram levados a cabo

⁸⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁸⁹ Este foi o último evento ligado ao design antes de abril de 1974 (Vitor Manaças, *Percursos do Design em Portugal*, tese de doutoramento em Belas Artes, Design de Equipamento, 1 vol., Lisboa, FBAUL, 2005, p. 164).

⁸⁹⁰ Cf. <https://act.fct.pt/historia-da-ciencia/biografias/jose-de-melo-torres-campos/>, acesso a 16.07.2021.

⁸⁹¹ A publicação referente à exposição de 1973 integrou mais artigos de reflexão sobre o papel do design e do designer, para além das categorias já referidas.

⁸⁹² Cf. Graça Pedroso, *O mobiliário português de produção em série do terceiro quartel do século XX (1951-1974)*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012, p. 33.

⁸⁹³ Cf. Victor Almeida, *Design em Portugal, um Tempo e um Modo...*, tese de doutoramento Belas Artes, FBA-UL, 2009, p. 25.

⁸⁹⁴ Criado em dezembro 1944, foi pensando como uma estrutura de apoio à recuperação económica do país. O *Council of Industrial Design* (CID) pretendia “by all practicable means the improvement of design in the products of British industry”. A partir de 1951 foi criado o *Festival of Britain*, feira anual promovida pelo CID que oferecia assim a sua contribuição para o crescimento do Reino Unido, em todas as áreas, entre elas o design industrial e as artes (<https://www.designcouncil.org.uk/about-us/our-history>, acesso a 19.03.2018).

⁸⁹⁵ Feira realizada no Outono de 1946, no Museu Victoria & Albert, em Londres, e organizada pelo *Council of Industrial Design*. Tinha como subtítulo “Good design and good business”; recebeu cerca de 1, 5 milhão de visitantes durante as 14 semanas em que esteve aberta ao público. (<http://arts.brighton.ac.uk/collections/design-archives/resources/rdis-at-britain-can-make-it,-1946>, acesso a 19.03.2018).

levantamentos à escala nacional com o objetivo de conhecer a capacidade produtiva do país, identificando as fábricas e empresas, assim como os seus produtos. Ao mesmo tempo, a realização da exposição proporcionaria uma aproximação de potenciais consumidores aos produtos manufaturados, funcionando simultaneamente como uma montra da indústria do país e de cada fabricante, que assim aproveitavam aquele evento para divulgar os seus catálogos e impulsionar as suas vendas.

Agências governamentais como o *Design Council* assumiram assim a sua parte da responsabilidade pela revitalização da indústria nacional, tornando-se num dos principais impulsionadores do que passou a ser entendido a partir de então como *good design*⁸⁹⁶. Em 1947, o *Design Council* dividiu a sua atuação entre a área Industrial e a da Informação, tendo como objetivo promover a criação de vários *design centres* pelo país. Estes seriam instituídos próximo dos *clusters* industriais já estabelecidos, estreitando e promovendo essa colaboração, entendida como instrumental para o desenvolvimento do setor industrial. Por outro lado, essas sucursais poderiam garantir um certo nível de especialização na relação com as indústrias onde estavam inseridas, funcionando como estímulo a uma investigação aplicada dada a sua proximidade e conhecimento do contexto de inserção⁸⁹⁷. As linhas de ação e os objetivos que presidiram à sua criação foram, contudo, consideradas irrealistas por alguns, e a resistência perante estruturas deste género dificultaram muito a sua implementação, forçando o *Design Council* a assumir-se mais como um promotor de procedimentos e de normas do que de práticas concretas. Não obstante, este organismo, em atividade até hoje, exerceu constantes revisões e atualizações da sua missão, sem abandonar a sua posição enquanto estrutura orientadora de boas práticas, e assim conservando a sua relevância naquela área.

O *Festival of Britain*, uma evolução da exposição *Britain can make it* e assente na mesma metodologia de levantamento e inventários do tecido produtivo nacional⁸⁹⁸, foi

⁸⁹⁶ Expressão que nasce na década de 1930, mas que se consolida enquanto conceito no período do pós-guerra, em particular na sequência da exposição *Good Design* realizada no Museum of Modern Art the Nova Iorque, em 1952. Pretendia-se com este termo definir o design de produto orientado à sua funcionalidade sem marginalizar a sua dimensão estética, possibilitando que peças desenvolvidas em ambiente industrial fossem apelativas ao consumidor, cumprindo a sua funcionalidade (Margaret Maile Petty, “Exhibitions for modern living. Lifestyle propaganda and the promotion of modern furniture and furnishings in the United States, 1930s-1950s” in *The Politics of Furniture: Identity, Diplomacy, and Persuasion in Post-War Interiors*, ed. Fredie Floré e Cammie McAtee, Nova Iorque, Routledge, 2017, p. 94).

⁸⁹⁷ Cf. Richard Stewart, *Design and British Industry*, Londres, J. Murray, 1987, p. 101.

⁸⁹⁸ Este levantamento contou no seu início com uma equipa de apenas três colaboradores, mais tarde alargada a 33, que registou cerca de 20 000 modelos (Richard Stewart, *Design and British Industry*, Londres, J. Murray, 1987, p. 114).

um outro ponto de apoio ao desenvolvimento industrial do país. A partir desta iniciativa foi criada a *stock list*, uma lista de inventário anotada com fotografias e amostras relativas às empresas e fabricantes nacionais que tinham sido identificadas e registadas. Inicialmente considerada como um produto de trabalho para a realização da exposição, o levantamento passou a integrar o Festival sob a designação de *Design Review*, proporcionando visibilidade às empresas cujos produtos não tinham sido selecionados para a mostra⁸⁹⁹. Os nomes de todas as empresas, fabricantes, designers e outros envolvidos neste tipo de atividades ficavam registados, constituindo uma base de dados que contribuiu para caracterização da produção industrial britânica na segunda metade do século XX, e reforçando o papel determinante desenvolvido pelo CID, que assim cumpria a sua influência no design industrial, colocando em prática a sua ideia de *good design*⁹⁰⁰.

A experiência britânica terá sido um dos exemplos com mais impacto⁹⁰¹ quando, umas décadas mais tarde, na aplicação do III Plano de Fomento (1968-1973), ao INII era dada autoridade e agência para prosseguir algumas linhas de investigação sobre o papel do design industrial na promoção de uma produção industrial de qualidade. Aliás, no relatório de execução do III Plano surge de forma inequívoca a ideia de *industrial design* e a estabelecimento de *design centres*⁹⁰², formulações que parecem decorrer do modelo britânico. A criação de um centro de documentação e informação científico-técnico foi outra das atividades previstas no Plano, através do qual se pretendia fomentar o estudo de temáticas associadas ao design industrial, assim como o desenvolvimento de um repositório oficial da produção bibliográfica e científica internacional que permitiria transformar o INII num serviço de referência para a investigação nacional nesta área.

A Associação Industrial Portuguesa (AIP) terá representado também um papel determinante na promoção da produção industrial nacional, em particular a de mobiliário. A implementação de feiras periódicas, representativas da capacidade do tecido industrial

⁸⁹⁹ Quando um produto não reunia as condições para integrar o registo, seria redigida uma carta onde ficavam explícitas as razões para a rejeição, assim como seria disponibilizado apoio para a resolução das fragilidades identificadas (Richard Stewart, *Design and British Industry*, Londres, J. Murray, 1987, p. 114).

⁹⁰⁰ Não obstante a operacionalidade do conceito, este foi entendido também como uma visão elitista e pouco flexível do que poderia ser efetivamente bom design, deixando de lado uma produção de carácter mais popular, por exemplo (Judy Attfield, “Give them something dark and heavy: the role of design in material culture of popular british furniture, 1939-1965” in *Journal of Design History*, vol. 9, n.º 3, 1996, pp. 185-201).

⁹⁰¹ As experiências belga e francesa foram igualmente relevantes na definição de uma abordagem ao design de produto e design industrial (Victor Almeida, *Design em Portugal, um Tempo e um Modo...*, tese de doutoramento em Belas Artes, FBA-UL, 2009, p. 140).

⁹⁰² Cf. *III Plano de Fomento. Relatório de execução em 1968. Metrópole*, 1970, p. 248.

do país para um público generalizado, mas que seria suscetível de consumir aqueles produtos, foi uma iniciativa importante para a promoção daquele setor produtivo e para a formação de um mercado interno. Foram várias as empresas de mobiliário que participaram ativamente nas sucessivas edições da “Feira das Indústrias”, com os seus *stands*, apresentando os seus produtos, recriando ambientes, mostrando a sua qualidade e versatilidade. Algumas dessas empresas chegaram a integrar os órgãos de gestão da Associação, como foi o caso dos Móveis Olaio⁹⁰³, numa aparente relação de grande proximidade com a instituição e a sua missão. Outro exemplo desta relação próxima foi a passagem de Francisco Cortez Pinto (1885-1974) na direção da AIP, entre 1941 e 1972, enquanto representante da Metalúrgica da Longra. As publicações da responsabilidade da AIP, nomeadamente na sua revista, foram também um veículo de divulgação das atividades dos seus associados. As referências a fabricantes de mobiliário de maior escala e conseqüente reconhecimento aconteceu apenas nos números dedicados às feiras anuais, acompanhadas de registos fotográficos dos seus *stands* e das visitas oficiais, não se encontrando, nesta publicação, outros artigos ou formas de divulgação deste setor da indústria nacional⁹⁰⁴.

*

Esta breve caracterização sobre a conjuntura económica nacional durante as décadas em análise pretende apoiar a contextualização de algumas das fragilidades e atavismos da indústria nacional, identificados ao longo da nossa investigação. Desde logo, pela compreensão de que a 2.ª Guerra Mundial foi um fator de estabilidade dos meios de produção e de crescimento económico, com repercussões nos anos imediatamente seguintes, e que os processos de reconstrução das economias europeias

⁹⁰³ Composição das mesas das Secções da Associação Industrial Portuguesa. 9.ª Mobiliário: presidente José Olaio e Ca., Filho (*Indústria Portuguesa*, n.º 251, Jan. 1949, Ano 22, p. 15); Eleições para os corpos gerentes da AIP – mesa da assembleia geral tem como presidente Dr. José Azeredo Perdigão, vice-presidente Companhias Reunidas de Gás e Electricidade; 1.º secretário Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve SARL; 2.º secretário José Olaio e C.ª.; 1.º vice-secretário, FOC (*Indústria Portuguesa*, n.º 446, Abril 1965, Ano 38, p. 210).

⁹⁰⁴ A referência de maior destaque nas páginas daquela publicação a empresas deste ramo terá sido a notícia sobre a morte do fundador dos Móveis Olaio, José Olaio, em 1943, na qual se fez uma breve história da empresa e do papel do falecido empresário na sua consolidação: “Figuras Gradadas da Indústria Nacional. Quem foi José Olaio. Um grande e magnífico exemplo de energia, persistência e honradez” in *Indústria Portuguesa*, n.º 188, out. 1943, Ano 16, pp. 11-12.

que se seguiram provocaram um dinamismo que Portugal foi obrigado a acompanhar sem, contudo, se encontrar munido das estruturas e das ferramentas adequadas. A compreensão de que crescimento económico verificado assentou, em grande medida, em fatores não estruturais, não obstante os planos de fomento e outros mecanismos de promoção económica implementados, parece-nos da maior relevância para o conhecimento da economia nacional nas décadas de 1950 e 1960. A introdução do design industrial enquanto instrumento capaz de promover o desenvolvimento de produtos de qualidade e apelativos ao mercado e aos consumidores, e de, como consequência, provocar um crescimento da atividade produtiva industrial, foi essencial para a implementação de avanços qualitativos naquele setor. Da mesma forma, também a criação do INII, organismo de iniciativa pública, se assumiu relevante, embora as iniciativas do mesmo não parecem ter sido suficientemente fortes para transformar de forma substancial os meios de produção industrial e dessa forma concretizar a sua missão.

Nas páginas seguintes serão apresentados alguns dos dados recolhidos e identificados ao longo da nossa investigação, enquanto contributos para a caracterização da produção industrial de mobiliário. Por outro lado, entendemos ser importante integrar algumas reflexões sobre os cadernos de encargos, elementos processuais de carácter jurídico e técnico, que eram apresentados nos concursos e aos quais as empresas concorrentes teriam de corresponder e que regulavam, em primeira instância, a relação entre adjudicante e adjudicatário, sendo que, como vimos, esteve na origem de muitos dos episódios analisados ao longo deste trabalho.

Por último, serão apresentadas três narrativas sobre empresas de mobiliário, resumindo a história da sua atividade e os seus momentos mais significativos. A estas será adicionada a informação compilada durante a nossa investigação e os testemunhos recolhidos de colaboradores, antigos e atuais, dessas mesmas empresas, reforçando dessa forma a importância que o registo sistemático daquele tipo de fontes poderá ter na construção da história da indústria de mobiliário nacional.

1.1 Indústria de mobiliário: capacidade e respostas

O sub-ramo das indústrias de madeira e mobiliário era o terceiro mais importante na fileira da madeira, mas a posição conseguida decorria da conjugação de fatores como a mão-de-obra de barata e o conseqüente baixo custo da sua produção, mais do que de uma qualquer transformação estrutural do setor através da sua modernização, na introdução de novas tecnologias, no recurso ao desenvolvimento de produto, ou da implementação de estratégias para uma comercialização mais competitiva⁹⁰⁵. O seu crescimento foi feito de forma pouco sólida e assente em dinâmicas de baixo valor, fragilidades que ficariam expostas com a abertura dos mercados, numa fase mais tardia. A escassa e tardia industrialização que muitos dos sub-ramos da atividade da fileira da madeira sofreram, justificam, em grande medida, a dificuldade na angariação de dados significativos para a sua correta caracterização. Atividades como a tanoaria, a serração de madeira e a carpintaria⁹⁰⁶ mantiveram os seus meios de produção bastante tradicionais, com níveis tecnológicos e organizacionais relativamente baixos⁹⁰⁷, e em ambientes marcadamente domésticos e familiares, cenários em tudo semelhantes ao que se foi verificando em alguns fabricantes de mobiliário analisados neste trabalho.

Ao longo da segunda metade do século XX, a grande maioria da produção de mobiliário no país não conheceu qualquer surto tecnológico significativo. Eram fábricas de pequena e média dimensão, nascidas do interesse pessoal de um marceneiro que se autonomizou da oficina onde aprendeu o seu ofício. Estabeleceu-se, então, em edifício próprio, mas com maquinaria reduzida (tupia) e empregando mão-de-obra com alguma especialização para o tipo de produção que desenvolve e que consegue manter de forma mais permanente, e recorrendo a colaborações temporárias quando as encomendas assim o exigiam. Em situações especiais, algumas destas oficinas tenderam mesmo a agrupar-se como meio de ampliar a sua escala produtiva, conseguindo fazer face a concursos e

⁹⁰⁵ Cf. Manuel Lisboa, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*, tese de doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 1998, p. 165.

⁹⁰⁶ A carpintaria, contudo, foi obrigada a uma atualização nos seus meios de produção que lhe permitisse acompanhar o crescimento que o setor da construção civil registou nas décadas de 1950 e 1960: “Certamente que para estas transformações contribui o crescimento de uma nova construção civil, agora mais normalizada com a utilização do cimento e a construção de edifícios de apartamentos e escritórios, que requer produtos também padronizados e que possam ser feitos fora do local da obra e utilizando equipamentos de produção em série” (Manuel Lisboa, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*, tese de doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 1998, p. 163).

⁹⁰⁷ Cf. Manuel Lisboa, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*, tese de doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 1998, p. 160.

fornecimentos de maior dimensão – o caso referido no estudo da obra do IMT será um exemplo deste tipo de prática, com as naturais consequências desse tipo de organização.

A baixa qualificação da mão-de-obra empregue nesta indústria permaneceu um fator determinante, apesar dos esforços governamentais para a promoção da formação de operários industriais. A maioria das empresas que respondeu aos concursos estatais pareceu continuar a lidar com as complicações decorrentes desta debilidade. Note-se que as décadas de 1940 e 1950 registaram uma taxa de analfabetismo em adultos de cerca de 40%, um valor que se foi reduzindo ao longo das décadas seguintes, mas que ainda assim se manteve relativamente elevado, com 30% e 25% da população nessa condição na década de 1970⁹⁰⁸. Esta descida terá sido certamente um reflexo direto do investimento do Estado na Educação, em particular na formação profissional, com a criação das escolas técnicas, industriais e comerciais, estabelecimentos de ensino que passaram a ser a prioridade da pasta da Educação durante aquelas décadas, mas que apesar do esforço não terão sido suficientemente transformadoras para aquele setor⁹⁰⁹.

A indústria de mobiliário em Portugal, não obstante as contingências referidas, incorporou mudanças e alterações importantes, não podendo por isso simplificar-se a sua leitura ou caracterização. A qualidade e variedade no desenho do produto, das matérias-primas, das técnicas de fabrico, da mão-de-obra, dos acabamentos e a da apresentação foram fatores que representavam, por si, um tipo de conhecimento e aprendizagem particulares que, quando se conjugavam, complexificavam o processo produtivo⁹¹⁰. Ainda que uma parte considerável das empresas não tenha conseguido implementar mudanças significativas nas suas estruturas produtivas, com as consequências já aludidas nos capítulos anteriores, houve, contudo, um grupo de fabricantes que, tomando certas opções, conseguiu distanciar-se daquele primeiro e desenvolver uma produção de reconhecida qualidade. O trabalho de Graça Pedroso⁹¹¹ reflete essa diferenciação, focando-se num universo produtivo onde apenas estas empresas de referência e os seus produtos foram analisados, não integrando fabricantes relativos ao outro grupo, aquele

⁹⁰⁸ Cf. João César das Neves, “O crescimento português no pós-guerra: um quadro global” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 1031.

⁹⁰⁹ A criação da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS) decorre dessa estratégia, em particular num segundo momento da sua atividade, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

⁹¹⁰ Cf. *Ensaio para um arquivo: o tempo e a palavra. Design em Portugal (1960-1974)*, coord. Bárbara Coutinho e Maria Helena Souto, Lisboa, CML/MUDE, 2017, pp. 126-127.

⁹¹¹ Cf. Graça Pedroso, *O mobiliário português de produção em série do terceiro quartel do século XX (1951-1974)*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012.

que também representou uma parte significativa deste setor. Nesse sentido, o presente trabalho procurou proporcionar uma leitura mais alargada e inclusiva, integrando dados relativos ao seu modo de funcionamento para, com isso, abrir espaço para um conhecimento mais circunstanciado sobre a indústria de mobiliário nacional.

Os processos de fornecimento de mobiliário para edifícios públicos foram, por esta razão, fundamentais para a caracterização também desse outro universo produtivo. Para além das informações mais dispersas que identificámos e que resultaram da análise de cada caso, outras emergiram de forma mais estruturada e sistematizada. Como vimos, a classificação dos fabricantes e fornecedores de mobiliário para edifícios e serviços públicos foi por diversas vezes apontada pelos técnicos dos organismos oficiais envolvidos nos processos de instalação como necessária e instrumental, enquanto ferramenta que permitiria acautelar a montante muitas das dificuldades e problemas recorrentemente aludidos⁹¹².

Como já analisado no processo de aquisição de mobiliário e equipamento para a Estação Agronómica Nacional (EAN), em Sacavém, incluiu-se uma classificação de alguns fabricantes de mobiliário segundo o critério de qualidade dos seus produtos e do seu modo de fabrico. Compilada por um outro serviço, a Comissão Administrativa da Alfândega de Lisboa, esta listagem foi transferida aos responsáveis pela instalação da EAN, a seu pedido. Esta classificação teria sido elaborada com base nas empresas envolvidas no fornecimento para a Alfândega de Lisboa, compilada, por isso, *à posteriori*, a partir da experiência adquirida durante aqueles trabalhos. As empresas foram divididas em quatro grupos, consoante a qualidade demonstrada: o primeiro caracterizar-se-ia por uma “*boa capacidade técnica, larga escala capacidade de produção, competente direcção técnica e boa organização de serviços*”⁹¹³; o segundo pela existência de uma “*direcção técnica hábil e competente e de instalações – oficinas modestas*”⁹¹⁴; o terceiro pela “*boa capacidade técnica, mas média capacidade de produção, com uma organização industrial deficiente*”⁹¹⁵; e finalmente o quarto grupo, com “*capacidade*

⁹¹² Na publicação dedicada à DOCEP, os seus autores entenderam que a integração de parágrafos específicos sobre condições técnicas nos cadernos de encargos dos concursos para fornecimento de mobiliário serviria apenas para limitar e acautelar possíveis danos no conteúdo da empreitada, e não tanto enquanto recurso de promoção da sua qualidade (*Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40-Anos 70*, vol. II, Lisboa, DGAE, 1996, p. 274).

⁹¹³ Cf. PT DGEMN: DSARH 005/127-3815/19, 21.07.1941.

⁹¹⁴ *Ibidem*.

⁹¹⁵ *Ibidem*.

técnica razoável” mas uma “*organização industrial deficiente*”⁹¹⁶. Esta classificação, ainda que sintética, parece articular-se entre a orientação técnica das unidades produtoras e a sua organização industrial enquanto critérios de seleção, mais do que pela qualidade dos seus produtos. Por outro lado, reconhece a existência de fabricantes com capacidade técnica, mas cuja produção teria sido o reflexo de dificuldades na estruturação dos seus meios de produção, comprometendo o que tinha sido identificado como uma vantagem. Esta classificação não significou, contudo, uma atribuição universal ou transversal a todos os serviços que teriam este tipo de funções a seu cargo, até porque, pelo que foi dado a conhecer pela documentação, esta não parece ter tido qualquer impacto; porém, a sua compilação deixou visível a pertinência e operacionalidade deste tipo de instrumentos, enquanto auxiliar na elaboração dos concursos e dos respetivos cadernos de encargos.

Com a participação do arquiteto José Luís Amorim nos processos de instalação de alguns dos edificios públicos mais significativos, esta questão ressurgiu. O contacto direto que teve com fabricantes de mobiliário em contextos particularmente exigentes e específicos, permitiu-lhe registar debilidades, elaborar reflexões e propor soluções baseadas numa prática informada, como vimos. Durante as suas funções de fiscalização em várias obras promovidas pela DNISP, o arquiteto mencionou por diversas vezes a indispensabilidade de uma classificação das empresas e dos fornecedores de mobiliário, à semelhança da prática comum para os construtores civis que concorriam às empreitadas públicas. Seriam várias as vantagens na implementação deste tipo de procedimento, nomeadamente economicistas, na medida em que a entrega do fornecimento a uma fábrica que estivesse bem classificada, ou seja, que trabalhasse nas condições adequadas e com os melhores materiais, conduziria a uma maior economia a longo prazo, evitando retificações e alterações na fase de conclusão do processo. A necessidade que José Luís Amorim sentiu, alguns anos depois, em retomar o tema e sistematizar essa classificação, parece demonstrativa da sua importância na concretização de fornecimentos adequados e eficazes em todos os seus níveis. Apesar de identificada e registada a sua pertinência, esta terá sido, contudo, uma prática impossível de implementar.

A sua proposta para uma tabela classificativa, formalizada durante o processo de instalação da Estação Agronómica Nacional em Oeiras, em 1963, como vimos, estruturava-se em torno de quatro categorias possíveis: a 1.^a para “*firmas que, embora por vezes sem oficinas de marcenaria própria, possuem contudo boas equipas de*

⁹¹⁶ *Ibidem.*

*operários, nomeadamente estofadores e polidores, conseguindo o mais esmerado acabamento que é possível obter, e que geralmente trabalham em colaboração com as firmas que classificamos na 2.ª categoria*⁹¹⁷; a 2.ª para *“firmas equipadas com oficinas próprias, mais ou menos apetrechadas, capazes de realizar, sem o auxílio de subempreiteiros, com perfeito acabamento, o conteúdo de uma grande empreitada*⁹¹⁸; a 3.ª para *“firmas com oficinas próprias, mas insuficientemente equipadas, valendo-se conseqüentemente dos mais variados e ocasionais subempreiteiros. O nível de fabrico ressentem-se de falta de homogeneidade, que se estende por vezes à própria qualidade do material. Não conseguem mais do que um razoável acabamento*⁹¹⁹; e a última para *“firmas sem dignidade profissional que se valem de todos os recursos ditados pela sua incompetência; geralmente têm pequenas oficinas, mal equipadas, mas tudo se ressentem de uma construção atabalhoada; todos os recursos e toda a vigarice que a construção de um móvel consente é usada, por esta categoria de empreiteiros e às vezes não sabemos como obtêm boas informações de outras empreitadas*⁹²⁰. Com a definição desta categorização, procurava-se abarcar a realidade da produção de mobiliário para serviços públicos e através dela, *“em cada concurso, conforme a categoria do edifício e o nível de perfeição que pretende - consultar unicamente os empreiteiros que, segundo o seu critério, têm aptidões necessárias para realizarem o fabrico de móveis ao nível da qualidade de construção e acabamento previamente pretendido*⁹²¹.

Para além da sua imediata operacionalidade, esta proposta classificativa encerrava uma caracterização detalhada e transversal de todo aquele setor. O olhar atento que o arquiteto Amorim foi desenvolvendo nos processos em que esteve envolvido permitiram-lhe ter contato não só com as empresas mais capazes e de melhor reputação, mas em particular com aquelas que se definem por oposição, e que representavam uma parte significativa daquela indústria. Quando comparada com a proposta herdada da Comissão Administrativa da Alfândega de Lisboa, esta parece refletir um conhecimento mais aprofundado e rigoroso da realidade, visível na caracterização mais detalhada de cada categoria. Não obstante a apresentação desta sugestão, entregues em nota informativa ao diretor da DNISP, que por sua vez a remeteu, assinada por si, ao diretor-geral da

⁹¹⁷ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

⁹¹⁸ *Ibidem.*

⁹¹⁹ *Ibidem.*

⁹²⁰ *Ibidem.*

⁹²¹ *Ibidem.*

DGEMN, esta não parece ter sido colocada em prática, nem ter provocado qualquer reação por parte dos dirigentes envolvidos.

Também a CAM parece ter tecido algumas considerações sobre a capacidade dos fabricantes de mobiliário. Os relatórios de atividades do início da década de 1950 fizeram eco da experiência acumulada ao longo da década anterior, ainda que de forma sintética. O arquiteto Luís Benavente e o decorador Cayola Zagalo, responsáveis pelo relatório de 1951, introduziram pequenas apreciações genéricas sobre os fabricantes, recolhidas certamente durante o exercício das suas funções, como a falta de conhecimentos técnicos para uma correta interpretação dos desenhos e o facto de os mesmos não possuírem reservas abundantes de madeira em boas condições, o que resultava, em seu entender, em composições menos satisfatórias, embora aceitáveis⁹²². Por outro lado, caracterizaram o setor de produção de mobiliário de madeira como fortemente concorrencial, apresentando-se a concurso empresas com propostas de preços manifestamente baixos. As consequências deste tipo de abordagem mais agressiva ficariam depois visíveis no produto final de muitos daqueles fornecimentos, com peças de qualidade e acabamentos duvidosos. Esta visão realista, não anula, contudo, uma outra, segundo a qual a indústria nacional trabalhava bem e tinha todas as condições para satisfazer os clientes mais exigentes. Para que essas vantagens ficassem de alguma forma acauteladas, os técnicos envolvidos na Comissão procuravam, sempre que possível, usar os recursos administrativos que tinham à sua disposição para exercer algum controlo de qualidade sobre o resultado final das suas intervenções – a promoção de aquisições diretas ou concursos limitados⁹²³ –, já que a abertura de concursos públicos permitiria que fabricantes de categorias e classes diferentes, com encargos desiguais e níveis de trabalho muito díspares apresentassem propostas de preços sem quaisquer outros fatores de distinção complementares, tornando difícil a garantia de aquisição de produtos bem construídos e acabados⁹²⁴.

⁹²² Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1951* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1952).

⁹²³ *Ibidem*. Opção reforçada pelo arquiteto José Luís Amorim, que propôs a introdução de um sistema classificativo para os fabricantes e fornecedores de mobiliário porque a preferência por concursos limitados era vista como o único meio à disposição dos serviços para acautelar eventuais problemas na sua execução; nos concursos públicos, abertos a todos os interessados, eram colocados em iguais circunstâncias fornecedores de mobiliário com aptidões técnicas bastante distintas (PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963).

⁹²⁴ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1951* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 1952).

Em 1962, na sequência de um pedido da Delegação Comercial do Ultramar⁹²⁵, a Comissão elaborou uma pequena apreciação sobre o contexto de produção industrial de mobiliário, a partir da sua experiência. Sobre o mobiliário metálico, referiu que a normalização existente decorria naturalmente da produção própria dos fabricantes e não de um trabalho que a Comissão pudesse ter desenvolvido nesse sentido. Essa indústria, em seu entender, daria as respostas necessárias a cada caso “*procurando ir ao encontro das necessidades dos Serviços*”, fabricando qualquer tipo de móvel, mesmo que o modelo não fosse do seu catálogo normalizado⁹²⁶; por outro lado, reconhecia-se que as indicações mais genéricas nos cadernos de encargos permitiam abrir espaço para sugestões e propostas da parte dos concorrentes. Esta informação caracteriza de uma forma muito simples a capacidade que a indústria nacional teria para responder aos desafios colocados pelo cliente estatal, dando respostas adequadas aos diversos tipos de participação possíveis – peças de produção em série, incluídas nos respetivos catálogos, bem como as suas variantes, no detalhe; ou executadas sob encomenda, com projeto exclusivo do cliente. Assim, também a CAM desenvolveu uma leitura sobre aquele setor produtivo, baseada nas suas interações ao longo dos anos de funcionamento, embora não pareça que as mesmas tenham sido remetidas aos vários decisores envolvidos nos processos de aquisição de mobiliário e equipamento fixo.

Não obstante estas tentativas, reiteradas e sempre frustradas, de identificação, classificação e regulação da produção industrial de mobiliário, no sentido de se privilegiar a aquisição de produtos qualificados, o Estado, na sua função protecionista, criou, logo em 1932, mecanismos que obrigavam à escolha de fornecedores e fabricantes nacionais, como modo de fomentar a atividade do setor e a sua produtividade. A sua obrigatoriedade tinha mesmo um carácter legislativo, devendo o Estado preferir “*nas suas aquisições, sempre que possível, os produtos da indústria nacional*”⁹²⁷, “*defendendo-se a colocação da produção nacional, dando-lhes maiores possibilidades de expansão e consumo*”⁹²⁸, desde que a sua “*qualidade e acabamentos correspondam aos dos seus concorrentes estrangeiros*”⁹²⁹, assim como o seu preço.

⁹²⁵ Pedido para que fossem fornecidos elementos de apoio, como catálogos, preços e desenhos de mobiliário para gabinetes e secretarias (PT DGEMN: CAM 0184/07, 23.01.1962).

⁹²⁶ Cf. PT DGEMN: CAM 0184/07, 23.01.1962.

⁹²⁷ Cf. Decreto n.º 22 037, 27.12.1932.

⁹²⁸ *Ibidem*.

⁹²⁹ *Ibidem*.

Foi com base neste decreto do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, que as empresas Fábrica Portugal e LUSODEX⁹³⁰ solicitaram, em 1938, esclarecimentos junto do Ministro das Finanças pelo que entendiam ter sido o incumprimento da legislação em vigor⁹³¹. Estas empresas alegavam que a sua produção se encontrava dentro dos critérios estipulados pelo diploma legal, não compreendendo por que razão as suas propostas a alguns concursos não vinham a ser consideradas. Segundo o ofício enviado, a sua atividade industrial orientava-se desde há muito “*no sentido de fabricar em Portugal objectos cuja fabricação se não se fazia e que, portanto, só podiam obter-se de procedência estrangeira, sendo já longa a série de produtos que (...) deixaram de ser importados, ou cuja importação diminui de forma notável*” como consequência da sua aposta⁹³². O seu investimento no ferramental e na maquinaria necessárias à execução dessas peças tinha sido considerável, conseguindo com isso aumentar a sua produção em “*chapa de aço para escritório e diverso material para organizações, como secretárias, estantes, ficheiros horizontais e verticais, arquivos e classificadores para correspondência, índices visíveis, etc., artigos estes que (...) não eram até então fabricados em Portugal*”⁹³³.

Não fazendo menção do valor de mercado daqueles produtos, a Fábrica Portugal lamentava-se que os clientes nacionais, por “*snobismo, descrença ou qualquer outra razão*”, continuassem a comprar a fabricantes estrangeiros, considerando ser incompreensível o que parecia ser uma resistência dos serviços do Estado em considerar as suas propostas nos concursos ou aquisições que eram promovidas. Alegavam um esforço considerável no desenvolvimento e na qualidade dos seus produtos, mas reconheciam “*as pequenas deficiências que possivelmente se verificavam nalgumas peças da sua fabricação inicial, que têm sido supridas pouco a pouco com a continuação do fabrico, sendo de lamentar que aqueles que nisso se baseiam a sua apreciação não tenham conhecimento ou não tenham acompanhado os progressos realizados*”⁹³⁴, questões que, em seu entender, eram transversais a todo o setor nacional e não apenas

⁹³⁰ A LUSODEX foi uma empresa subsidiária da Fábrica Portugal com o objetivo de estudar “as organizações comerciais, industriais e administrativas, e consequente colocação do material correspondente, fabricado na Fábrica Portugal”, num reconhecimento de que “a venda deste material tornava indispensável o estudo técnico e completo das organizações a instalar, técnica esta de índole totalmente diferente da industrial” (PT/ACMF/DGFP/RT/PES/0443, 03.09.1938).

⁹³¹ Cf. PT/ACMF/DGFP/RT/PES/0443, 03.09.1938.

⁹³² *Ibidem.*

⁹³³ *Ibidem.*

⁹³⁴ *Ibidem.*

suas⁹³⁵. Por outro lado, reconheciam que os valores de mercado praticados pela concorrência estrangeira eram muito competitivos, e a sua produção não podia concorrer da mesma forma. Nesse sentido, estas empresas pretendiam que serviços públicos com competência neste tipo de aquisições passassem a seguir a norma legislativa e com isso promover a produção industrial nacional, mesmo com todas as suas dificuldades.

Depois de realizadas as diligências necessárias, nomeadamente contatos com a Direcção-Geral da Indústria no sentido de averiguar se os artigos referidos constavam de facto na lista de produtos estrangeiros proibidos, o pedido da Fábrica Portugal foi arquivado por não se verificarem as condições mencionadas. Este processo, no entanto, serviu como um alerta para o que podia vir a acontecer naquele setor produtivo, levando a Direcção-Geral da Fazenda Pública a emitir uma circular que reforçava a obrigação do cumprimento do referido decreto⁹³⁶. Apesar da queixa, e pelo que a documentação consultada deu a conhecer, as aquisições de mobiliário para serviços públicos recorreram exclusivamente a fabricantes e empresas nacionais. As exceções prenderam-se com equipamento de cariz técnico e científico, em especial aquando dos fornecimentos dedicados a laboratórios ou institutos de investigação⁹³⁷, e numa altura em que a as entidades responsáveis pelas aquisições, como a CAM, tiveram esse tipo de material a seu cargo.

Apesar de não se reportar diretamente ao contexto industrial de mobiliário, parece-nos significativa a referência à obrigatoriedade da participação de empresas nacionais na construção de edifícios públicos. O caso sobre a produção de vidros para o Palácio de Justiça de Lisboa foi um dos momentos que ficou registado em processos de fornecimento, em que as consequências dessa obrigatoriedade transpareceram. A formalização de queixas oficiais à DGEMN e, por conseguinte, ao MOP, por parte de alguns fabricantes deixou a descoberto essa assimetria entre fabricantes nacionais e estrangeiros e do quão contraproducente poderia ser essa exigência, a ponto de comprometer de forma significativa a qualidade da obra ou da instalação. Alguns processos de fornecimento e aquisição, e também de construção, deixam claro que as

⁹³⁵ “(...) poucos produtos da indústria metalúrgica nacional, se podem colocar, tanto como estes, a par dos similares, da indústria estrangeira (...)” (PT/ACMF/DGFP/RT/PES/0443, 03.09.1938).

⁹³⁶ Cf. Circular n.º 257, 5.11.1938 (PT/ACMF/DGFP/RT/PES/0443).

⁹³⁷ Por exemplo, a aquisição de equipamento técnico para o Laboratório Químico Central (Laboratório Químico Agrícola Luís António Rebelo da Silva, à data instalado no Mosteiro dos Jerónimos) ao Laboratory Furniture C.º, Inc. Engineers and Manufacturers Scientific Laboratory Equipment, de Long Island, Estados Unidos da América, em 1947 (PT DGEMN: CAM 0334/4).

soluções nacionais ficavam algumas vezes aquém dos resultados esperados, não só em termos de qualidade, mas também nos seus custos, que eram mais elevados. A empresa de vidros COVINA⁹³⁸, por exemplo, endereçou, em 1971, uma informação à DGEMN lamentando-se de não lhe ter sido adjudicado o fornecimento de placas de vidro para o Palácio de Justiça de Lisboa, com base nessa orientação governamental. A DGEMN, que optou por um fabricante estrangeiro, sustentou a sua decisão exatamente na fraca qualidade do produto proposto por aquela empresa, adiantando que havia um desinteresse da parte dos fabricantes nos desafios e nas exigências que o mercado colocava, mesmo aquele que assentava nas encomendas estatais, e que a inexistência de concorrência parecia promover, o que transparecia na comercialização de produtos “*que se mantem há dezenas de anos*”⁹³⁹. Perante um pedido específico, os fabricantes contactados permitiram-se não responder, ou propor soluções completamente diferentes do solicitado, ou ainda não garantirem a entrega atempada das matérias-primas, “*de que resulta concretamente as constantes reclamações dos adjudicatários das obras que não lhe é fornecido vidro com a urgência que por vezes necessitam*”⁹⁴⁰, consequência do sistema de comercialização adotado pela COVINA, o qual era visto como deficiente. Reiterava-se que a indústria nacional devia ser protegida, e que as instituições oficiais como o MOP e a DGEMN pretendiam cumprir o seu papel nessa missão, mas para isso “*não basta uma evolução tecnológica, é indispensável que ela acompanhe o ritmo competitivo actual, remodelando a comercialização dos seus produtos*”⁹⁴¹.

⁹³⁸ Companhia Vidreira Nacional (COVINA) criada em 1936 e responsável pela introdução do fabrico mecânico de chapa de vidro plano, em Portugal.

⁹³⁹ Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0042/01/1, 31.01.1971.

⁹⁴⁰ *Ibidem*.

⁹⁴¹ *Ibidem*.

1.1.1 Cadernos de encargos

Face à impossibilidade de implementar um sistema que permitisse, de facto, encontrar os fabricantes mais adequados a cada fornecimento, os cadernos de encargos mantinham-se como o único recurso em que essa distinção podia ser concretizada. Como o próprio arquiteto Amorim referiu na introdução à sua nota informativa sobre as vantagens das classificações, “[a DNISP] procurou descrever nos concursos públicos, quasi tecnologicamente no caderno de encargos, o carácter e o nível de construção pretendida. Definiu, em pormenor, todos os acabamentos e exigiu, inclusivamente, de cada concorrente amostras de todos os materiais e exemplificação dos acabamentos, antes de propor superiormente a sua adjudicação. Todavia estas precauções, tomadas antecipadamente e enriquecidas, de concurso para concurso, com os ensinamentos de cada empreitada, não se mostraram eficientes na prática⁹⁴².

Os cadernos de encargos, para além de terem sido um instrumento regulador jurídico-administrativo por excelência das relações entre cliente e concorrentes aos fornecimentos e depois adjudicatários, acabaram por ser também a única ferramenta a que o Estado recorreu numa tentativa de, por um lado, dissuadir alguns fabricantes de se apresentarem a concurso por não reunirem as condições necessárias para tal e, por outro, implementar orientações explícitas relativamente à qualidade das peças a submeter. Nesse sentido, a análise de um documento deste género afigurou-se-nos importante para a compreensão da possível intervenção do Estado enquanto cliente na promoção da qualidade na produção industrial de mobiliário.

Recorremos aqui a um exemplo de Caderno de Encargos elaborado em finais da década de 1960, para a instalação da Biblioteca Nacional no seu novo edifício ao Campo Grande⁹⁴³. Estes cadernos eram constituídos por Programa, Condições Jurídicas e Administrativas, e Condições Técnicas Gerais, e nos seus artigos encontramos identificados todos os passos necessários para a entrega de propostas e adjudicação da obra: dia, hora e local da abertura das propostas para arrematação da empreitada, importância da base de licitação, a obrigatoriedade da entrega de um depósito provisório, correspondente a 3% da base de licitação (acompanhada da respetiva guia de depósito) e

⁹⁴² Cf. PT DGEMN: DNISP 001-0140/01/1/2, 03.02.1963.

⁹⁴³ Cf. “Concurso para arrematação da empreitada de fornecimento de mobiliário para a Biblioteca Nacional de Lisboa. 18ª Empreitada. Mobiliário de Madeira” (PT DGEMN: DSARH 005/125-4552/02, 1968).

minuta da proposta, com indicação de valor global e preços unitários. Estava estipulado que, no ato de abertura das propostas e avaliação das mesmas, havendo duas ou mais propostas de igual preço, e esse fosse o menor de todos, podia proceder-se em ato contínuo à licitação verbal entre os respectivos concorrentes, determinando-se assim a proposta com o valor mais baixo.

Sendo o menor valor a regra fundamental dos fornecimentos para o Estado, como já analisado, nestes cadernos de encargos encontrava-se salvaguardada, no entanto, a possibilidade de: a) a contornar, isto é, de se preferir a proposta que fosse julgada mais conveniente aos interesses dos Estado, embora não fosse a de mais baixo preço; b) de não fazer sequer a adjudicação se assim fosse entendido; c) de fazer a adjudicação do total da empreitada ao mesmo concorrente; d) ou, ainda, de fazer a adjudicação parcelada a mais de um concorrente. Uma vez selecionado(s) o(s) concorrente(s), este(s) deveria(m) aumentar para 5% o seu depósito, que seria mantido até à entrega definitiva da empreitada - se não o fizesse, ou se a assinatura do contrato não fosse feita dentro do prazo estipulado, o provisório reverteria para o Estado.

Por se tratar da aquisição de mobiliário, um dos artigos diferenciava-se claramente dos restantes. Entendia-se que cada fabricante poderia ter os seus próprios modelos, ainda que o cliente solicitasse que o produto entregue fosse o indicado no concurso. Ficava, por isso, previsto, que os concorrentes, conjuntamente com as suas propostas, poderiam apresentar alternativas aos modelos indicados, selecionadas entre a sua linha de fabrico, desde que satisfizessem os fins específicos a que se destinavam. Essas variantes ao modelo indicado deveriam ser acompanhadas de todos os elementos necessários à sua análise pelos técnicos - desenhos cotados, fotografias, características construtivas, materiais e acabamentos utilizados, preços unitários, entre outros. Havendo alguns concorrentes mais industrializados, que quisessem apresentar uma proposta apenas para alguns tipos de móveis de fabricação especializada, que fariam parte do seu catálogo, podiam fazê-lo, desde que dentro das normas do programa.

Um dos encargos do adjudicatário residia na obrigação em executar, pelo preço apresentado na sua proposta, todos os trabalhos constantes do projeto, competindo-lhe ainda efetuar, sem direito a qualquer indemnização, os trabalhos que fossem consequentes daqueles, ou necessários para a sua perfeita execução. O prazo de garantia de todos os trabalhos seria, neste caso, de 365 dias, a contar com a sua receção provisória, e durante o qual o empreiteiro seria responsável pela conservação, reparação e reconstrução da

obra⁹⁴⁴. Caso a entrega da empreitada ultrapassasse os prazos definidos, sem se ter procedido a qualquer pedido de prorrogação dos trabalhos ou pagamento de multa (por cada dia excedido), o Estado reservava-se o direito de rescindir de imediato o contrato, em qualquer altura, se se verificasse que o adjudicatário promoveria as diligências necessárias à rápida conclusão dos trabalhos.

No que diz respeito às condições de funcionamento do empreiteiro, o Estado requeria que os salários dos seus operários fossem iguais ou superiores ao legalmente estabelecido, na ausência de qualquer declaração contrária (se não o fizesse incorreria nas penalidades fixadas legalmente), e que fossem colocados à frente dos trabalhos profissionais idóneos, que reunissem as condições adequadas para os dirigir e que fossem por isso aceites pela Fiscalização. Por seu lado, o Estado não reconhecia para quaisquer efeitos a existência de subempreiteiros e tarefeiros, trabalhando por conta ou em combinação com o empreiteiro, porque a responsabilidade de todos os trabalhos, independentemente do agente executor, seria sempre do empreiteiro e apenas dele. Relativamente às horas extraordinárias, estas só seriam aceites quando a urgência do andamento da obra o requeresse e estivessem devidamente regulamentadas pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, com conhecimento da Fiscalização. O pagamento dos salários aos operários devia ser feito todas as semanas no local da obra, e qualquer assistência ao pessoal operário em caso de acidentes de trabalho deveria ser igualmente da sua responsabilidade. Os descontos para o Fundo de Desemprego e abonos de família e outros encargos semelhantes seriam igualmente da sua exclusiva responsabilidade.

As alterações e retificações ao projeto adjudicado, desde que indicadas superiormente, deviam ser executadas obrigatoriamente pelo empreiteiro desde que delas não resultasse um aumento ou diminuição superior a 1/6 do valor global da empreitada. Qualquer pedido de pagamento de trabalhos extra só seria autorizado se houvesse essa informação escrita, nunca por alegada ordem verbal. Se as eventuais alterações e retificações fossem propostas pelo empreiteiro, as mesmas seriam alvo de apreciação, desde que acompanhadas por todos os elementos técnicos e administrativos necessários. De modo similar, seriam permitidas quaisquer reclamações pelo empreiteiro sobre o processo de concurso, desde que dentro do prazo estipulado.

⁹⁴⁴ Mais tarde, esse período foi alargado a dois anos, por se considerar que dessa forma as firmas adjudicatárias seriam mais responsáveis pelo tipo de trabalho entregue (“A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado. Modo como tem procedido, para esse fim, a Comissão respectiva dependente da DGEMN”, PT DGEMN: DSARH 002-0209/090, [1951]).

A concretização da empreitada fazia-se por medição, ou seja, seriam pagas pelos respetivos preços unitários de adjudicação as quantidades de trabalho realmente executadas. No caso de ser necessário complementar a empreitada, o Estado reservava-se ao direito de mandar executar por outrem outros trabalhos, desde que não incluídos nas condições do contrato que estava a ser estabelecido. Os pagamentos seriam feitos periodicamente, mediante os referidos autos de medição dos trabalhos realizados, aos quais seriam subtraídos os valores das penalidades e multas, no caso de virem a existir.

No capítulo das Condições Técnicas Gerais, o documento torna-se mais específico e tem informações mais concretas sobre a gestão de uma empreitada de mobiliário. Estes trabalhos deveriam ser executados com toda a solidez e perfeição e de “*acordo com as melhores regras da arte de construir*”⁹⁴⁵, os materiais deveriam ser de boa qualidade, satisfazendo as condições exigidas e deveriam ser previamente aprovados pela Fiscalização. Só com a devida autorização escrita o empreiteiro poderia empregar materiais diferentes, e caso a solidez, estabilidade, aspeto plástico pretendido, duração e conservação do mobiliário não fossem prejudicados, sem implicações diretas no preço final. Para isso, era obrigatória a submissão de amostras dos materiais e respetivos certificados de origem e de análises ou ensaios, caso fossem exigidos; e a sua rejeição implicaria a respetiva remoção do local da obra dentro do prazo estipulado.

Consoante a empreitada, seguiam-se os parágrafos com as indicações específicas de cada peça ou conjunto de peças – ferragens, fechaduras, puxadores, espumas de enchimento, ferros, rebites, qualidade da chapa de ferro, do ferro fundido, do latão e das madeiras⁹⁴⁶, tipos de tintas e produtos semelhantes, vidros, tecidos, zinco, plástico termolaminado e ainda materiais não especificados ou de encomenda especial. Depois destas definições mais técnicas, entrava-se então no objeto da empreitada propriamente dita, remetendo-se para as peças desenhadas e escritas a definição das suas prescrições. Aqui mantinha-se a listagem das responsabilidades do empreiteiro – que deveria assegurar o transporte dos móveis para o local final e a sua colocação nas salas de acordo com as indicações constantes no Caderno ou dadas pela Fiscalização. A colocação consistia não só no assentamento no local exato para onde os móveis teriam sido

⁹⁴⁵ Cf. “Concurso para arrematação da empreitada de fornecimento de mobiliário para a Biblioteca Nacional de Lisboa. 18.ª Empreitada. Mobiliário de Madeira” (PT DGEMN: DSARH 005/125-4552/02, 1968).

⁹⁴⁶ Deveriam ter fibras direitas, perfeitamente unidas, completamente isentas de nós (sublinhe-se a sistemática ênfase particular neste item), bem secas, não ardidadas, sem fendas ou outros defeitos que prejudicassem a sua resistência, comportamento e aspeto (PT DGEMN: DSARH 005/125-4552/02).

projetados, mas ainda a sua fixação, ajustamentos e beneficiações complementares das suas superfícies, garantindo o funcionamento perfeito de todas as suas partes móveis, o nivelamento e alinhamento correto, a limpeza e o restauro de todas as partes que tivessem sido afetadas por estas tarefas. Medições no local, retificação de cotas totais e parciais e outros condicionamentos particulares, deviam ser assegurados integralmente pelo empreiteiro, de forma a garantir o assentamento correto de todo o mobiliário. Estas condições pressupunham, portanto, que antes de iniciar a produção da empreitada, o adjudicatário teria de se deslocar ao local da obra e identificar todas estas questões, acautelando a qualidade do fornecimento.

A estas responsabilidades deveria acrescer ainda a elaboração de desenhos finais, rigorosos e à escala, realizados a partir dos desenhos que integravam o processo, os quais deveriam ser entendidos apenas como esquemas, destinados a estabelecer os principais requisitos e características. Deviam ser, então, entregues à Fiscalização desenhos originais, reproduzíveis, com todas as vistas (frente, tardós, ilhargas e cortes), na escala 1/10 ou 1/5, e cópias em papel ozalid. Uma vez aprovados, deveriam ainda ser transferidos para tamanho natural, fase que poderia ser suprimida caso da Fiscalização entendesse terem ficado devidamente esclarecidos todos os pormenores. Antes de dar início ao fabrico do mobiliário adjudicado, deveria ainda encontrar-se assegurada uma outra etapa fundamental – o desenvolvimento de protótipos. Estes seriam submetidos à apreciação da Fiscalização, um de cada um dos móveis, ou elementos de móveis, constantes da empreitada, e no qual seriam introduzidas as alterações consideradas necessárias após a sua apreciação pelas entidades envolvidas⁹⁴⁷. Seria fundamental que este protótipo fosse construído em condições definitivas, tanto nas matérias-primas, como nos acabamentos, porque esta seria a última fase de estudo antes de se passar à sua fabricação em série; se corretamente acionada e aplicada, esta etapa seria o momento fulcral para a identificação de potenciais erros, antecipando problemas e dificuldades com a empreitada, na sua totalidade.

Uma vez dado início ao processo de construção da empreitada, a Fiscalização assumiria uma posição de maior destaque, em particular porque ficavam a seu cargo as vistorias às instalações onde estivesse a decorrer a execução da empreitada. Estavam

⁹⁴⁷ A título de exemplo, note-se como a firma Centro Técnico Hospitalar, adjudicatária da terceira empreitada de mobiliário para os Tribunais Cíveis do Palácio de Justiça de Lisboa, foi multada nas condições da alínea f) do Caderno de Encargos por ter apresentado o protótipo do armário A2A com cinco dias de atraso (PT DGEMN DNISP 001-0069/01/1/2/1, 14.11.1969).

previstas três vistorias durante a sua execucao, devendo tambem ser facilitadas todas as que fossem realizadas para alem dessas, que deviam ter lugar sem quaisquer constrangimentos de caracter burocratico. As previstas deveriam ocorrer em momentos especificos da fabricacao das pecas: a primeira deveria ser feita no inicio da producao, mas antes da armação do mobiliário, para se proceder ao exame de materiais, dimensoes, qualidade das assemblagens, soldaduras, entre outros, sendo que o empreiteiro seria obrigado a solicitá-la, sob pena de ver o fornecimento rejeitado; a segunda deveria ocorrer depois de armado um exemplar de cada tipo de móvel a fornecer, para que uma apreciação do conjunto pudesse ser feita, validando dessa forma o inicio da sua fabricacao em serie, se assim fosse o caso; e a terceira deveria acontecer ja no edificio, com os móveis nas suas localizações definitivas. Este era o momento decisivo de todo o fornecimento e aquele que gerava mais conflitos, porque aqui ficariam visíveis todas as deficiências de qualidade assim como funcionais. Este seria então o momento determinante, em que a Fiscalização poderia mandar suspender a atividade do adjudicatário. Sublinhe-se que a avaliação qualitativa era extensível inclusive a todos os acabamentos, fossem eles em superficies visíveis ou não, ou nos interiores, não sendo permitido justificar o seu mau acabamento com a sua invisibilidade. Se houvesse reparações ou alterações a fazer, essas podiam ser confiadas a outra firma, mas os seus custos seriam suportados pelo adjudicatário. As peças deveriam ser entregues ja na sua versão acabada, fazendo-se *in situ* apenas os trabalhos de assentamento e acabamentos correspondentes, não se permitindo, desta forma, que o local da obra servisse de oficina.

A Fiscalização cobria assim todos os elementos constituintes dos móveis como armários, cadeiras, ilhargas, entrepanos e fundos, portas de vidro, portas de madeira, portas de batente, gavetas em armários, prateleiras, tardozes, e a aplicação de superficies de termolaminado. Nestes itens estavam contempladas indicações como a espessura das prateleiras, o espaçamento da perfuração dos pontos de suporte, o tipo de calhas metálicas a colocar nas portas, por exemplo, mas também as características de enceramento, polimento e de outros acabamentos específicos. Estes deveriam todos articular-se da melhor forma com o mobiliário eventualmente já existente, minimizando tanto quanto possível as diferenças entre os vários fornecedores e fabricantes, procurando a coerência dos ambientes e não deixando perceber a diversidade de fabricantes envolvidos.

Perante esta análise das fases e dos artigos que compunham um caderno de encargos, pode compreender-se o impacto que o cliente estatal poderia vir a ter na

produção industrial de mobiliário. Normas, critérios e orientações foram transmitidos com algum nível de detalhe, condicionando de modo significativo, quando assim fosse pretendido, a execução da peça, ou deixando à consideração do fabricante a possibilidade de apresentação de alternativas. No entanto, e não obstante o rigor com que foram elaborados os cadernos de encargos e do acompanhamento na execução das empreitadas por parte da fiscalização, estas permaneceram vulneráveis às interpretações individuais dos fabricantes e dos seus condicionamentos e limitações da mais variada natureza, como já vimos. Apesar de todo o esforço de integração nestes documentos das regras e orientações entendidas como essenciais, conhecendo-se alguns dos relatórios das visitas, dos quais os redigidos pelo arquiteto Amorim são os mais significativos e eventualmente os únicos, a avaliação de protótipos, como aconteceu no fornecimento da Biblioteca Nacional, e a exigência de alterações por má produção, não encontramos qualquer evidência que estes cadernos tenham conseguido acautelar e imprimir alterações significativas à produção das empresas que se foram apresentando a concurso.

Não podemos deixar de se salientar, contudo, que o exemplo aqui analisado deverá ser ele próprio o resultado de décadas de experiência nestes procedimentos, com afinamentos vários, alterações e ajustes implementados ao longo do tempo, permitindo acautelar as questões mais decisivas, mas sem com isso conseguir impedir empreitadas com problemas na sua fabricação.

1.2 Móveis Olaio

Das empresas de maior escala e que se dedicavam à produção de mobiliário em madeira, a Olaio surge como uma das mais significativas. Fábrica nascida em finais do século XIX, foi uma das maiores e mais importantes empresas do setor. Inicialmente situada em pleno coração da cidade de Lisboa, no Bairro Alto, transferiu a sua componente oficial para fora da cidade algumas décadas depois, instalando-se no sítio da Bobadela, em Sacavém, onde se manteve em atividade permanente até ao seu fecho, em finais da década de 1990⁹⁴⁸. A sua gestão e administração estiveram sempre a cargo da família Olaio, exceto nos seus últimos anos, quando foi vendida a investidores externos à família. Apesar dos quase 100 anos de atividade, a sua história permanece ainda por sistematizar⁹⁴⁹.

As suas primeiras instalações, estabelecidas pelo fundador José Olaio (1860-1926), compunham-se de uma loja situada na Rua da Atalaia, no Bairro Alto, e de uma oficina no mesmo quarteirão. À medida que o negócio foi crescendo, as oficinas foram aumentando, mas mantiveram-se sempre naquele bairro lisboeta, assim como a loja, que servia simultaneamente de escritório, e que foi sempre considerada a sede da empresa. Só com a entrada do filho, Tomás Olaio (1896-1989), na gestão da fábrica é que a construção de novas instalações fabris passou a assumir-se como uma prioridade⁹⁵⁰. Tomás Olaio foi aliás o responsável pela aposta na dimensão industrial da empresa, tendo sido da sua iniciativa a construção da unidade fabril em Sacavém. Esse seu interesse não só marcava um estilo de gestão muito diferente da de seu pai, como foi por diversas vezes referido por aqueles que o conheceram, afirmando-se como um industrial e não como um técnico, procurando por isso rodear-se das pessoas certas para fazer crescer o negócio de forma sustentada e com qualidade⁹⁵¹.

⁹⁴⁸ Para uma contextualização sobre a localização das instalações fabris da empresa ver o texto de Deolinda Folgado, “Móveis Olaio, uma fábrica para a sua produção” in *Móveis Olaio.1886-1998*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2017, pp. 161-173.

⁹⁴⁹ Um primeiro momento nessa construção foi a exposição *Móveis Olaio – Produção, Inovação e Qualidade* (maio 2016 – dez. 2017) promovida pela Câmara Municipal de Loures e produzida pelo Museu de Cerâmica de Sacavém, assim como o livro de estudos correspondente, *Móveis Olaio.1886-1998*, publicado em Dezembro de 2017.

⁹⁵⁰ Como recorda José Pedro Olaio, o seu avô terá sido da opinião de que o único negócio que dava lucro era o comercial e não o industrial (DMO_SD006_40:08).

⁹⁵¹ Cf. DMO_SD005_22:05 e 46:58 [entrevista coletiva Gabinete Técnico].

Com a construção da fábrica da Bobadela⁹⁵², as oficinas do Bairro Alto deixaram de laborar, mantendo-se, contudo, uma dispersão das unidades de produção, ainda que as razões e os processos dessas modificações permaneçam ainda pouco claros – a denominada secção B, que funcionava nas oficinas do Estabelecimento Prisional de Lisboa surge como uma dessas unidades. Esta terá funcionado entre 1934, ano da arrematação da oficina de marcenaria da penitenciária pela Olaio, e 1963, embora estas datas mereçam uma revisão mais aprofundada, assim como as condições em que a mesma terá operado⁹⁵³. Em entrevista realizada em 2011, José Pedro Olaio (1932-2021), sobrinho neto de Tomás Olaio, referiu que alguns dos reclusos chegaram a integrar as oficinas da empresa, nas décadas de 1950 e 1960, quando a estes era concedida liberdade condicional⁹⁵⁴, sem fazer, contudo, qualquer alusão à colaboração direta da empresa com as oficinas de marcenaria da Penitenciária. Por seu lado, as referências a transferências de maquinaria da Penitenciária para uma oficina na Rua Eduardo Coelho⁹⁵⁵ e pouco depois já para as instalações de Sacavém⁹⁵⁶ remetem para uma atividade concentrada na década de 1930. As razões que terão estado na origem da decisão para a arrematação das oficinas do estabelecimento prisional permanecem por conhecer, sendo claro que a Olaio se alinhou com a missão regeneradora do trabalho oficial prisional, uma dimensão que, como já referimos, o regime penitenciário promoveu durante várias décadas.

Da mesma forma, existem referências a uma fábrica no Porto, onde seria executado mobiliário “de estilo”, a qual terá sido mais tarde absorvida pela Olaio,

⁹⁵² As novas instalações fabris foram inauguradas em 1939, segundo projeto do engenheiro Pedro Cavalleri Rodrigues Martinho (Deolinda Folgado, “Móveis Olaio, uma fábrica para a sua produção” in *Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 164).

⁹⁵³ Os arquivos da Penitenciária de Lisboa encontravam-se em fase de tratamento à data da sua consulta, em outubro de 2017, não tendo sido possível localizar informação que apoiasse a reconstrução deste momento particular da história da empresa. Dada a inexistência de documentação do lado da Olaio, este tema permanece envolto em incertezas e suposições.

⁹⁵⁴ Conforme entrevista dada a Ana Encarnado, em 2010 (Ana Encarnado, *Interiores Domésticos e mobiliário social no contexto português*, dissertação de mestrado em Design de Equipamento, FBA-UL, 2011, pp. 167-197). Na conversa realizada em 2015, no evento Dias da Memória da Olaio, José Pedro Olaio não valoriza esta relação, não referindo os momentos-chave, a sua duração total, nem as razões que teriam levado o seu avô a procurar aquele tipo de colaboração. A publicação dedicada aos Móveis Olaio, promovida pela Câmara Municipal de Loures, indica o ano de 1934 como a data da primeira referência à colocação de cinco reclusos nas oficinas da Penitenciária ao serviço da Olaio, que teria arrematado a exploração daqueles espaços e que se manteria em funcionamento até 1963 (*Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p.112).

⁹⁵⁵ Pedidos de transferência: da firma José Olaio e C.^a (Filho) para transferir uma máquina de tupia, das suas oficinas de carpintaria mecânica, sita na Cadeia Penitenciária de Lisboa, para a Rua Eduardo Coelho, 61 e 65, em Lisboa (*Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, 1938, 5 jan., ano I, n.º 17, p. 221).

⁹⁵⁶ Autorizada a firma José Olaio e C.^a (Filho) a instalar uma máquina tupia no futuro estabelecimento industrial em Sacavém e não na cadeia penitenciária de Lisboa, como requereu, sob condição da instalação estar concluída dentro do prazo já fixado por despacho ministerial de 23-7-1937 para a transferência das oficinas da Penitenciária (*Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, 1938, 22 jun., ano I, n.º 41, p. 593).

mantendo o seu anterior proprietário à frente da unidade; e a um negócio da área da decoração de interiores, a Ribeiro Decorador⁹⁵⁷, da qual Antero Olaio teria sido sócio, e que provavelmente permitiu cumprir algumas das vertentes de negócio que a administração considerava relevantes.

Essa procura constante levou Tomás Olaio a fazer inúmeras viagens pela Europa, de automóvel, acompanhado da filha, e mais tarde, da esposa também, do sobrinho José Pedro Olaio (à data já a trabalhar na fábrica) e de alguns dos funcionários⁹⁵⁸. Nessas deslocações visitou feiras e congressos dedicados à transformação de madeira, alguns deles com secções aplicadas à produção de mobiliário. As feiras na Alemanha foram os seus principais destinos porque, em sua opinião, seria aquela a indústria que produziria a melhor maquinaria e a preços mais acessíveis – a melhor de todas estaria na Suíça, mas os valores ali praticados seriam muito superiores e, por isso, incomportáveis para a sua empresa. As máquinas alemãs representavam assim a melhor relação qualidade/preço. Ainda que amplamente reconhecida a sua eficiência e qualidade, Tomás Olaio teve sempre a preocupação de ver, *in situ* e em pleno funcionamento, a maquinaria que pretendia adquirir. Essa estratégia de negócio permitiu, por outro lado, que a todo o grupo português fosse dada permissão para visitar vários estabelecimentos fabris alemães onde aquela maquinaria se encontrava instalada. O processo de negociação dessas visitas requeria por vezes que o grupo da Olaio tivesse que fazer prova da seriedade das suas intenções – na ausência de peças que pudessem comprovar a qualidade da sua produção, a apresentação de um álbum fotográfico dedicado à fábrica, e à sua estrutura funcional, realizado por Horácio Novaes⁹⁵⁹ foi muitas vezes o argumento que autorizou a sua entrada naquelas instalações, que de outra forma lhes estariam vedadas.

Para além da Alemanha, houve viagens à Holanda, Suíça e Suécia. Esta última foi particularmente importante porque foi de lá que se importou a técnica do envernizamento celuloso⁹⁶⁰, uma inovação em contexto português, sendo que até então se aplicava apenas goma laca. Em algumas ocasiões, para além dos Olaio e de alguns dos colaboradores do

⁹⁵⁷ A loja situava-se na Av. Elias Garcia, e terá funcionando na segunda metade da década de 1970 (DMO_SD006_38:27).

⁹⁵⁸ Um dos seus funcionários, Fernando Gomes Moreira (n.1932) foi Campeão Ibérico de Marcenaria, em 1950, em prova disputada em Madrid (*Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 131).

⁹⁵⁹ Horácio Novaes era tio de Celeste Olaio (n.1936), filha de Tomás José Olaio (DMO_SD006 (15:09)).

⁹⁶⁰ Entre as várias vantagens que esta nova técnica trazia, a capacidade de impermeabilizar as madeiras onde era aplicado, surgiu como a mais relevante. Como D. Celeste Olaio refere, passaram a poder fazer bares e balcões com muito maior qualidade (DMO_SD006_20:03).

gabinete técnico, o decorador José Espinho fez parte do grupo de viagem. Com ele José Pedro Olaio também visitava lojas, procurando conhecer as tendências em design de produto e mobiliário. Seria expectável também que dessas viagens resultasse a aquisição de modelos, como base para posterior reprodução ou replicação com adaptações, mas os testemunhos recolhidos divergem relativamente a este ponto – colaboradores do gabinete técnico recordam essa prática, “*que nas feiras se compravam modelos que nem sempre se reproduziam*”⁹⁶¹, razão pela qual talvez José Pedro Olaio não considerasse esse registo relevante, afirmando que isso não acontecia⁹⁶². No entanto, as denominações comerciais dos modelos remetiam claramente para aqueles locais visitados e assumindo a proveniência da inspiração – “Suécia”, “Escandinávia”, “Báltico”, “Stuttgard”, “Stavanger”, entre outros⁹⁶³.

Percebe-se com isto a visão que Tomás Olaio tinha para a empresa, e como via a sua concretização – o conhecimento aprofundado do que se fazia e mostrava nos centros de irradiação do estrangeiro, aliado ao investimento em maquinaria inovadora e de qualidade, que lhe permitia desenvolver produtos diferenciados, ao mesmo tempo que tornava a empresa autossuficiente na sua forma de produção. Com o tempo adicionou também ao catálogo alguns produtos fabricados sob licença – a Interlubke, Lundia⁹⁶⁴ e Lifa foram os casos mais significativos⁹⁶⁵. Seriam, certamente, o resultado de contatos promovidos pelas viagens, feiras e congressos em que participavam, auscultando tendências e oportunidades de negócio, que alargavam o portefólio da empresa, consolidando o seu reconhecimento no mercado nacional.

Outra das consequências de relevo dessas viagens foi a contratação de um engenheiro alemão, Herbert Brehm (n. 1932), que chegou a Portugal em 1959, ao mesmo tempo que a inovadora máquina plana de corte de folha⁹⁶⁶. Recém-licenciado, Brehm

⁹⁶¹ Cf. [entrevista coletiva Gabinete Técnico] DMO_SD005_2:02:10).

⁹⁶² Cf. DMO_SD006_43:40.

⁹⁶³ Cf. Nuno Caniça, “A exceção na regra. O olhar de um designer sobre a Olaio” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 206.

⁹⁶⁴ O engenheiro Herbert Brehm considera que foi com a integração desta produção sob patente que se deu o primeiro passo para o desenvolvimento industrial da empresa, tendo sido a sua primeira verdadeira produção em série (Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 178).

⁹⁶⁵ Estas patentes teriam sido contratadas até ao final da década de 1950 (*Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 23).

⁹⁶⁶ As negociações com o Estado para a autorização de instalação da máquina foram prolongadas, em grande medida, devido ao condicionamento industrial a que a sua aquisição estava sujeita; havia uma outra empresa portuguesa que operava com uma máquina semelhante e, temendo a concorrência, opôs-se à sua entrada no país. Como o engenheiro Brehm refere no seu artigo, o “Sr. Tomaz Olaio conseguiu (...) contornar o

integrou a Olaio a convite de Tomás Olaio como especialista na fabricação de folhas, permanecendo até 1971 como seu diretor técnico⁹⁶⁷. A relação que tinha à data com a empresa alemã RFR de Hamburgo, onde desenvolvia a sua tese de final de curso em engenharia e que forneceu a referida máquina, foi determinante para a sua transferência para Portugal⁹⁶⁸. Devemos sublinhar que foi através do trabalho desenvolvido durante aquelas décadas, sob sua responsabilidade, que a empresa encetou um processo de renovação tecnológica e dos meios de produção.

Por exemplo, em vez de cada operário/marceneiro fazer uma peça, na sua totalidade, usando os modelos dos diversos elementos que a compõem, desenhados e recortados em papel de cenário à escala natural, o engenheiro Brehm introduziu um processo mais rigoroso e eficiente – a sistematização de todos elementos que compõem a peça, permitindo a cada operário especializar-se na execução de um componente em particular, com a garantia de que todos os elementos produzidos resultariam exatamente iguais, concretizando uma produção verdadeiramente em série. Para esta reformulação dos processos de fabrico foi essencial a aquisição de mais maquinaria específica, como a linha de máquinas interligadas para fabricação em contínuo, que permitia cortar, orlar e lixar em sequência, assim como de uma máquina para colar lamelas de tola branca e outra para criptoméria, para o fabrico de painéis de lamelado, e ainda uma multiserra e molduradoura⁹⁶⁹.

O gabinete técnico, outra estrutura determinante em todo este processo, terá surgido da necessidade de acompanhar com maior eficiência e proximidade as encomendas decorrentes dos grandes empreendimentos no setor hoteleiro e estatal⁹⁷⁰. A criação deste gabinete promoveu a colaboração dos melhores técnicos de todos os setores da fábrica: desenhadores e oficiais das várias secções, técnicos orçamentistas, e decoradores e designers, uma equipa jovem e dinâmica que produziu as séries que ainda hoje marcam a história da Olaio. Consoante o tipo de projetos que lhes fossem entregues para produção, os técnicos que integravam este gabinete tinham a responsabilidade de

problema ao assumir o compromisso de utilizar a folha apenas para uso interno” (Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 176).

⁹⁶⁷ Cf. Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 175-183.

⁹⁶⁸ “Fui convidado para estar uma semana em Sacavém, regresssei à Alemanha para acabar o curso de engenharia, e em 1959 entrei ao serviço da Fábrica Olaio” (Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 177).

⁹⁶⁹ Cf. Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 180.

⁹⁷⁰ *Ibidem*, p. 178.

traduzir para a produção industrial as necessidades técnicas para a sua fabricação, promovendo as adaptações e alterações necessárias na maquinaria e no ferramental. Os desenhos de projeto eram decompostos e interpretados em todos os seus detalhes, para que cada elemento da peça fosse produzido do modo mais rápido e económico, procurando reduzir ao mínimo as etapas e os gestos realizados pelos operários. Estas inovações foram acompanhadas ainda pela colaboração de uma empresa francesa na implementação de métodos e tempos do sistema usado pela Bedaux⁹⁷¹, que durante cerca de dois anos estudou e analisou mecanismos para a integração da organização científica do trabalho em todas secções da fábrica⁹⁷².

Designers como José Espinho⁹⁷³ foram colaboradores constantes da empresa, promovendo o desenvolvimento de linhas de produção próprias e entregando à fábrica a execução de muitos dos seus projetos de interiores e de mobiliário, marcando de forma definitiva a relação entre ambos, predecessora daquela que caracterizou a colaboração entre Daciano da Costa e a Metalúrgica da Longra, sua semelhante. De facto, a sua visão integradora e sua capacidade em articular a dimensão criativa e a industrial no desenvolvimento de produto, foram determinantes para a o lugar de destaque que a Olaio adquiriu no mercado nacional⁹⁷⁴. A sua dedicação particular a projetos de hotelaria fez com que ambos, o designer e o fabricante, ficassem indiscutivelmente vinculados a esse universo.

Como referido pelo engenheiro Brehm, a encomenda estatal teve igualmente um impacto considerável na sua capacidade produtiva. Para além de aquisições de pequena dimensão, por vezes reduzidas a uma ou duas peças⁹⁷⁵, a força da Olaio alicerçou-se ainda na capacidade que demonstrou em executar encomendas de quantidades consideráveis de mobiliário e equipamento fixo para serviços públicos. Os casos analisados ao longo deste trabalho remetem para essa capacidade, com fornecimentos de qualidade, e num diálogo

⁹⁷¹ Ana Azevedo, no seu trabalho sobre a organização científica do trabalho, refere a permanência de três técnicos da empresa Bedaux Lda. em Portugal entre 1957 e 1961 (Ana Azevedo, *A organização científica do trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial. 1945-1974*, tese doutoramento em História, especialidade História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014, pp. 349-350).

⁹⁷² Cf. Herbert Brehm, “Olaio, fábrica de Sacavém” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, p. 178.

⁹⁷³ Para uma leitura mais aprofundada sobre o seu trabalho veja-se: *José Espinho. Vida e Obra*, MUDE, 2017.

⁹⁷⁴ Ver Graça Pedroso, “José Espinho, o percurso e a visão nos Móveis Olaio” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, pp. 235-239.

⁹⁷⁵ Fornecimento de um armário em madeira para o Museu dos Coches (PT DGEMN: CAM 0152/08, 1966); fornecimento de um estirador e respetiva cadeira para o Palacete de São Bento (PT DGEMN: CAM 0411/9, 1979).

aberto entre o cliente que, através dos seus técnicos, colocou dúvidas e propôs alterações, e a empresa, que ouviu e procurou as soluções mais adequadas.

1.3 Metalúrgica Martins e Irmãos Teixeira / Metalúrgica da Longra⁹⁷⁶

Oficina metalomecânica criada entre 1919 e 1920, no concelho de Felgueiras, a Metalúrgica Martins e Irmãos Teixeira (MIT), tinha na fabricação de alfaías e ferramentas agrícolas a sua principal produção. De cariz essencialmente familiar e de muito pequena dimensão (não mais de dez operários na sua fase inicial), cresceu de forma gradual e sustentada, consolidando o seu lugar na indústria metalomecânica. O alargamento da sua produção aos materiais cirúrgicos e mobiliário hospitalar ao longo das décadas seguintes fundamentou a sua reputação de fabricante com uma qualidade acima da média, ao qual recorreriam sistematicamente os principais fornecedores de equipamento hospitalar do país. O programa de edifícios públicos dedicados à assistência social e aos cuidados de saúde, promovido pelo Professor Bissaya Barreto, no distrito de Coimbra, a partir da década de 1930, foi um exemplo dessa relação. Obras como o Ninho dos Pequenitos (1934) (fig. 410) contaram com mobiliário produzido pela MIT⁹⁷⁷, que assim se associou à introdução e divulgação, no país, do uso do aço no mobiliário e de uma nova linguagem formal e estética, consentânea com os programas funcionais envolvidos⁹⁷⁸.

A transição gradual de uma industrialização alicerçada numa produção manual, doméstica e em mão-de-obra sem qualquer formação específica e analfabeta⁹⁷⁹, para uma produção assente em inovação tecnológica e na transferência de conhecimento, foram fundamentais para o seu crescimento e para a construção dessa reputação. Da sua oficina terá saído a primeira mesa de operações articulada e de elevação hidráulica produzida em Portugal, durante a década de 1940⁹⁸⁰, sinal muito claro da aposta que fazia no desenvolvimento de produto, demarcando-se dos seus concorrentes e tornando-se dessa forma relevante no contexto do setor. A importância desta especialização foi claramente assumida na sua designação oficial, integrando o papel timbrado que utilizava na sua

⁹⁷⁶ Situava-se no lugar de Longra, freguesia de Rende, concelho de Felgueiras, distrito do Porto.

⁹⁷⁷ Segundo dados indicados por João Paulo Martins, “Persistência e Modernidade” in *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, org. Susana Lobo, Coimbra, AnoZero/Almedina, 2015, p. 29.

⁹⁷⁸ Cf. João Paulo Martins, “Funcionalismo” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, p. 16.

⁹⁷⁹ Cf. Maria Otilia Lage, “Empresa Metalúrgica da Longra, um caso português de industrialização: estudo sob os regimes de acção”, *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA* - Porto, III Série, vol. 11, 2010, p. 351.

⁹⁸⁰ *Ibidem*, p. 342.

comunicação oficial – *Fábrica de Móveis de Ferro da Longra. Mobiliário Hospitalar Cirúrgico e Decorativo de Martins & Irmãos Teixeira. Lda.* O decorativo, note-se, passou então para último lugar.

Assim terá chegado à década de 1940, momento em que o Laboratório Sânicas pretendia complementar a sua área de negócio e a MIT, por seu lado, procurava financiamento. O Laboratório Sânicas passou a sócio maioritário da MIT em 1946, alterando a sua designação para Metalúrgica da Longra, e mantendo à sua frente a administração anterior, com Américo Martins⁹⁸¹ como diretor de produção⁹⁸². Apostava-se assim na continuidade da estrutura anterior, através da injeção de capital, mas também com a consolidação e alargamento do portefólio da fábrica, que já era alimentada em grande medida pelas necessidades da Sânicas, um dos seus principais clientes até então. Os equipamentos e mobiliário hospitalar tornam-se assim o fulcro da sua produção, permitindo que a Longra participasse de forma integrada em inúmeros fornecimentos para instituições hospitalares.

O Laboratório Sânicas, fundado em 1911 pelo médico militar Francisco Cortez Pinto (1885-1974)⁹⁸³ e pelo farmacêutico Horácio Pimentel, seu cunhado, rapidamente encontrou o seu lugar na crescente indústria farmacêutica nacional, não sendo para tal estranha a data da sua criação— o contexto de guerra com a Alemanha iria trazer inúmeras dificuldades no acesso a equipamento hospitalar e material farmacêutico, surgindo assim uma oportunidade de colmatar essa lacuna no mercado nacional⁹⁸⁴. Das instalações iniciais na Travessa do Carmo, em Lisboa, a Sânicas chegou, em 1945, à R. D. João V, ocupando todo um quarteirão dos recém-rasgados arruamentos nas Amoreiras, com um novo edifício e complexo fabril projetado pelo arquiteto Raul Rodrigues Lima⁹⁸⁵. Aquele

⁹⁸¹ Para mais informações biográficas sobre Américo Martins ver: <https://www.portugal1914.org/portal/pt/memorias/historias/item/7790-americo-teixeira-martins-de-africa-a-franca-de-combatente-a-industrial-de-sucesso>.

⁹⁸² É com essa denominação que aparece no livro *Sanitas. Portugal/Brasil*, Lisboa, Laboratório Sânicas, 1954, p. 58. Francisco Godinho recorda a reputação que a MIT tinha junto da administração do Laboratório Sanitas, “*metalúrgica pequenina, mas de gente muito séria*” (entrevista que realizámos a Francisco Godinho, 14.05.2018).

⁹⁸³ Francisco Cortez Pinto foi presidente da Associação Industrial Portuguesa entre 1941 e 1972, sendo da sua responsabilidade a criação da Feira Internacional de Lisboa (FIL).

⁹⁸⁴ Cf. Madalena Esperança Pina, *Laboratório Sânicas. História. Memória. Medicina*, provas de Aptidão Pedagógica e Científica, Faculdade Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, s.d., p. 21. Por outro lado, Francisco Godinho recorda as histórias de família que colocavam o seu avô a gerir por correspondência a empresa, a partir das frentes de batalha francesa e angolana durante a Grande Guerra (entrevista por nós realizada a Francisco Godinho, 14.05.2018).

⁹⁸⁵ Raul Rodrigues Lima foi responsável por outro projeto de arquitetura para Francisco Cortez Pinto, o Cinema Monumental, cuja plateia foi integralmente equipada com cadeiras da Metalúrgica da Longra em

acolheria a administração da empresa e o departamento comercial⁹⁸⁶, mas também a unidade de investigação e desenvolvimento do Laboratório, com biotérios e sala de operações, para além de toda a produção farmacêutica propriamente dita.

O seu crescimento e as necessidades do mercado acabaram por promover um alargamento da sua área de negócio, levando à criação de uma outra empresa dentro do grupo. Com a produção de medicamentos assegurada pelo Laboratório Sânitás⁹⁸⁷, a comercialização de material e equipamento hospitalar de produção internacional para o mercado nacional era ainda uma área a explorar e, em 1962, foi criada a Medicinália⁹⁸⁸, empresa que teria o exclusivo de muitas representações, especialmente com origem norte-americana. As negociações de representação de Westinghouse, por exemplo, foram negociadas por um dos genros de Cortez Pinto, médico, na sequência da sua passagem pelos EUA durante a 2.ª Guerra Mundial, onde tomou contacto com o que de mais avançado se produzia em instrumentos de diagnóstico médico.

A integração da MIT no grupo ia, então, ao encontro de uma ideia de controlo do mercado em todas as suas dimensões, mas também numa vertente de autossuficiência, garantindo acesso franco aos materiais, equipamentos e produtos essenciais à sua atividade. Sob a administração do Laboratório, a Metalúrgica foi ganhando de tal forma peso dentro do grupo que acabou por se tornar autónoma na sua gestão, ficando um braço da família Cortez Pinto à sua frente. A sua importância comercial no grupo tornou-se de tal forma significativa que a sua expansão para o mercado brasileiro acabou por ser um passo natural e, em 1943, foi criada naquele país uma outra empresa, pela mão de Tomás Pimentel, irmão do sócio fundador⁹⁸⁹. O Laboratório teve ainda delegações em Luanda e

1951, e que se encontravam, segundo informação que o pároco da Igreja de São Sebastião da Pedreira nos transmitiu, no auditório daquele centro paroquial.

⁹⁸⁶ Luís Dourdil foi responsável pelo projeto pioneiro de imagem corporativa do Laboratório, definindo a sua imagem gráfica aplicada às embalagens, folhetos, livros, até material estacionário e de comunicação, para além de ter sido o autor dos murais que se encontravam na entrada do seu novo edifício (Victor Almeida, *O Design em Portugal, Um Tempo e um Modo. A institucionalização do design português entre 1959 e 1974*, tese de doutoramento em Belas Artes, Faculdade de Belas Artes – UL, 2009, p. 76).

⁹⁸⁷ Existiria ainda um outro laboratório, Fidelis, que complementaria a produção farmacêutica do Sânitás (entrevista por nós a realizada Francisco Godinho, 14.05.2018).

⁹⁸⁸ Em 1998, a Medicinália foi comprada pelo grupo de origem espanhola Werfen, que já tinha integrado, em 1986, a Cormédica. Em 2008 estas duas empresas foram fundidas, dando origem à Medicinália Cormédica (<http://www.medicinalia-cormedica.pt/empresa.aspx>, acesso 15.05.2018).

⁹⁸⁹ Cf. Madalena Esperança Pina, *Laboratório Sânitás. História. Memória. Medicina*, provas de Aptidão Pedagógica e Científica, Faculdade Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, s.d., p. 24.

Lourenço Marques, através das quais participou no mercado das então colónias portuguesas, equipando e fornecendo instituições públicas e privadas⁹⁹⁰.

Quando a MIT foi integrada na Sântitas, não só adaptou a sua designação, deixando cair os nomes dos seus fundadores⁹⁹¹, e abandonando o seu cariz de pequeno negócio familiar, como promoveu ainda uma renovação profunda das suas instalações⁹⁹². Esta remodelação foi acompanhada de um investimento muito significativo em maquinaria nova nas várias secções, em consonância com a orientação que se pretendeu dar à fábrica, e com o conseqüente alargamento do mercado que então se perspetivava.

A produção manteve-se em grande parte dentro das áreas habituais do mobiliário hospitalar e de escritório, articulando o trabalho em chapa metálica com outros componentes e materiais que adquiriria a fornecedores nacionais, como a MABOR⁹⁹³, SONAFI⁹⁹⁴ e SONAE⁹⁹⁵. A madeira era obtida a importadores de confiança, mas a chapa metálica, por imposição oficial deveria vir de um só, da Siderurgia Nacional⁹⁹⁶. Este constrangimento teve o seu impacto na qualidade dos seus produtos e na rentabilidade da sua produção. Nas palavras de Francisco Godinho, neto de Cortez Pinto e administrador da Longra nas décadas de 1970 e 1980, ambas aumentavam consideravelmente quando lhes era dada autorização para aquisição de chapa a fornecedores estrangeiros, em particular a alemães⁹⁹⁷, colocando em evidência a menor qualidade do mesmo material produzido pelo fabricante nacional, e o impacto que isso teria na produção da Longra.

Como noutras estruturas industriais similares, também aqui existiu um gabinete técnico. Este tinha como tarefa estudar, desenhar e testar os modelos a produzir, quer para fabricação seriada, quer para as encomendas de projetos específicos. Daqui saíam os desenhos técnicos que iriam informar a restante cadeia de produção, e que deveriam ser

⁹⁹⁰ Cf. Entrevista por nós realizada a Francisco Godinho, 14.05.2018.

⁹⁹¹ A sua designação foi alterada para Metalúrgica da Longra em 1961.

⁹⁹² Projeto de arquitetura da autoria Frederico George (1958) (Victor Almeida, *O Design em Portugal, Um Tempo e um Modo. A institucionalização do design português entre 1959 e 1974*, tese de doutoramento em Belas Artes, Faculdade de Belas Artes – UL, 2009, p. 146).

⁹⁹³ Fábrica de pneus fundada em 1938, em Lousado, Portugal (<https://www.mabor.pt/ligeiros/the-brand>, acesso a 15.07.2021).

⁹⁹⁴ Empresa de fundição injetada de ligas de alumínio dirigida ao setor automóvel, fundada em 1951, no norte de Portugal (<https://www.sonafi.pt/quemsomos/>, acesso a 15.07.2021).

⁹⁹⁵ Fundada em 1959, na zona da Maia, Portugal, dedicava-se à fabricação de madeiras processadas, mais especificamente na produção de painéis laminados decorativos de alta-pressão, adquirindo mais tarde a NOVOPAN, fábrica de aglomerados de madeira (<https://sonae.pt/pt/sonae/historia/>, acesso a 15.07.2021).

⁹⁹⁶ Segundo informação fornecida por Francisco Godinho (entrevista a Francisco Godinho, 14.05.2018). A Siderurgia Nacional foi criada em 1954, entrando em funcionamento em 1961.

⁹⁹⁷ Cf. Entrevista a Francisco Godinho, 14.05.2018.

universais na sua linguagem, compreensíveis por todos os envolvidos na linha de produção.

Ao gabinete técnico veio a associar-se uma oficina-piloto que teve sob orientação do designer Daciano da Costa o seu período mais ativo. Da iniciativa de Fernando Seixas, genro de Cortez Pinto, a colaboração com o designer, estabelecida a partir de 1962, foi um momento significativo na história da empresa, alterando profundamente o seu impacto na economia do país e na história do design industrial. A esta oficina estiveram associados alguns dos operários mais qualificados do quadro da fábrica e o investimento em maquinaria e matérias-primas terá sido significativo. Como ainda recorda Francisco Godinho, aquela oficina era gerida em exclusividade por Daciano da Costa, o qual tinha “*carta branca da administração para desenvolver todo o tipo de estudos e de propostas*”⁹⁹⁸. Dali saíram as linhas mais emblemáticas do catálogo da Longra, como a Cortez e a Prestígio (fig. 412), que foram continuamente produzidas durante mais de três décadas. O investimento num design industrial de qualidade e no financiamento da investigação associada dava assim os seus frutos e ajudou a consolidar a imagem de fabricante com qualidade e de bom gosto que caracterizou a empresa⁹⁹⁹.

A fábrica tinha ainda uma oficina de formação de metalomecânica, de onde provieram muitos dos futuros operários da Longra, mas também de muitos daqueles que iriam integrar outras unidades de metalomecânica nas imediações, contribuindo dessa forma para a consolidação e especialização daquela zona do país na indústria metalúrgica e metalomecânica¹⁰⁰⁰. Esta aposta teve consequências também na sua capacidade de aproveitamento de recursos investidos, em particular na maquinaria existente, alguma dela desde o tempo da fundação da fábrica, que foi sucessivamente adaptada e alterada consoante as necessidades de produção e de atualização tecnológica. Esta capacidade emerge assim como uma mais-valia, uma característica intrínseca destas unidades, que se apoiaram no conhecimento técnico dos seus recursos humanos para efetuar o salto

⁹⁹⁸ Cf. Entrevista a Francisco Godinho, 14.05.2018.

⁹⁹⁹ O trabalho de Victor Almeida desenvolveu aprofundadamente o impacto das opções estratégicas da empresa relativamente ao desenvolvimento de produto e do seu papel determinante na profissionalização do design e do designer em Portugal (Victor Almeida, *O Design em Portugal, Um Tempo e um Modo*, tese de doutoramento em Belas Artes, Faculdade de Belas Artes – UL, 2009).

¹⁰⁰⁰ Alguns dos colaboradores ali formados criaram eles próprios fábricas para a produção de componentes de outras indústrias, como a do calçado, com a produção de moldes, mas também de mobiliário metálico (Maria Otília Lage, “Empresa Metalúrgica da Longra, um caso português de industrialização: estudo sob os regimes de ação”, *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto*, III Série, vol. 11, 2010, p. 348).

tecnológico necessário, ao abrigo de uma otimização constante de meios de produção existentes.

A qualidade da sua produção, a dispersão e variedade de equipamentos instalados, a aposta na formação dos seus colaboradores, na investigação e inovação dos seus produtos, foram algumas das características que permitiram a esta metalomecânica atingir um lugar de destaque na produção industrial nacional de mobiliário metálico. Apesar de não ter conseguido sobreviver aos desafios das décadas de 1980 e 1990, a Longra mantém-se como referência na integração do design industrial no desenvolvimento dos seus produtos, com relevantes impactos na sua produção e consumo.

A sua participação nos fornecimentos para serviços públicos pautou-se quase sempre pela sua qualidade e eficiência, utilizando a Sântas como parceiro comercial preferencial nessa relação. Isto não invalidou, contudo, a sua participação indireta em concursos e mesmo fornecimentos, através de outras empresas suas representantes, que integravam os catálogos da Longra nos portefólios disponibilizados aos seus clientes¹⁰⁰¹.

Tal como fábricas suas congéneres, o universo da saúde manteve-se como uma das suas áreas de intervenção primordiais, em grande medida por ter sido esse também o seu contexto inicial de produção – dispensários¹⁰⁰² e sanatórios¹⁰⁰³ para doentes tuberculosos representavam o grupo de fornecimentos mais significativos; havendo também outros estabelecimentos de saúde¹⁰⁰⁴; estabelecimentos de ensino¹⁰⁰⁵ e serviços administrativos¹⁰⁰⁶.

¹⁰⁰¹ A Sistema concorreu, por exemplo, ao fornecimento de mobiliário metálico para a 11.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, assim como ao fornecimento de mobiliário metálico para a Pousada dos Lóios com mobiliário da Metalúrgica da Longra (PT DGEMN: CAM 0500/02, 1963; PT DGEMN: CAM 0252/21, 1964) e foi ainda a adjudicatária do fornecimento de mobiliário metálico para o gabinete do Presidente da Junta Nacional de Educação e para a Clínica Psiquiátrica Infantil do Hospital Sobral Cid (PT DGEMN: CAM 0260/03, 1965; PT DGEMN: CAM 0038/01, 1964).

¹⁰⁰² Fornecimento de mobiliário metálico para os dispensários de: Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Sesimbra, São João da Madeira, Portimão, Peniche, Loures, Lagos, Gondomar, Espinho (PT DGEMN: CAM 0455/17; CAM 0455/18; CAM 0475/28).

¹⁰⁰³ Fornecimento de mobiliário e equipamento destinado ao Sanatório D. Manuel II (PT DGEMN: CAM 0187/01, 1965).

¹⁰⁰⁴ Fornecimento de mobiliário metálico para as Salas de Consulta, de Espera e Câmara-Escuro do Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto (PT DGEMN: CAM 0009/19, 1964).

¹⁰⁰⁵ Fornecimento de mobiliário e equipamento para o Instituto de Odivelas (PT DGEMN: CAM 0084/22, 1950).

¹⁰⁰⁶ Fornecimento de mobiliário para o Ministério das Obras Públicas e dependências (PT DGEMN: CAM 0419/10, 1951); fornecimento de mobiliário destinado à Comissão para a Aquisição de Mobiliário, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (PT DGEMN: CAM 0409/03, 1966).

1.4 SELDEX - SEEL

Uma das fábricas que manteve uma presença constante nos concursos e processos de aquisição estatais foi a SELDEX - SEEL, empresa que, apesar da sua longevidade e características, não tem sido interesse de investigação académica. Na verdade, esta será talvez, de todas as empresas dedicadas à produção de mobiliário, metálico e de madeira, uma das poucas que se mantém ainda em pleno funcionamento. A sua história alterou-se significativamente nas décadas de 1980 e 1990, mas assegurando uma produção relacionada com mobiliário e equipamento para escritório¹⁰⁰⁷. No entanto, a cultura empresarial que caracterizou a empresa nas décadas de 1950 e 1960, transparece ainda, não só nos espaços fabris e oficinais, que se mantêm em plena atividade apesar de atualizados, mas em especial nos seus colaboradores mais antigos, repositórios dessas outras práticas, e que permitiram a transferência para o contexto atual das suas principais forças.

Da sua história sabe-se apenas o que alguns colaboradores partilharam. O arquivo empresarial existe em parte, mas não abrange a totalidade da atividade da fábrica, e sem qualquer organização formal, pelo que o nosso acesso e consulta ao mesmo ficou bastante condicionado¹⁰⁰⁸. No entanto, o núcleo museológico entretanto criado pela administração em atividade à data das visitas, foi um primeiro passo na preservação da memória da fábrica, salvaguardando e disponibilizando alguns objetos e materiais. Ali se encontram expostos alguns exemplares de mobiliário de série resgatado das salas e armazéns da própria unidade fabril, mas também documentação fotográfica e gráfica representativa de um determinado período de atividade da empresa, em especial no que à comunicação da marca dizia respeito – maquetes de campanhas publicitárias e as suas versões finais, impressas e em áudio (fitas e cassetes), os primeiros desenhos das peças a integrar os catálogos, entre outros elementos de relevo. Contudo, apesar da riqueza e importância deste tipo de materiais para a história do marketing e da publicidade empresarial em

¹⁰⁰⁷ SELDEX-SEEL é hoje conhecida como Haworth, depois de ter sido adquirida por uma empresa norte-americana, com o mesmo nome, em finais da década de 1980. A Haworth, fundada em 1948, no estado do Michigan, Estados Unidos da América, dedicou-se sempre ao design e à produção de mobiliário, expandindo-se para o mercado europeu em 1988, com a aquisição de várias empresas de mobiliário em Itália, Portugal e Alemanha.

¹⁰⁰⁸ Das visitas realizadas à empresa entre finais de 2017 e inícios de 2018, percebemos que o arquivo administrativo se cingia às suas últimas décadas de atividade da empresa, não estando disponível qualquer material relativo ao período cronológico em estudo.

Portugal, para a construção da história da empresa, estes materiais revelaram-se bastante exíguos.

Do que nos foi possível apurar, a empresa foi fundada em 1922 por Ernesto Vieira de Mendonça, com a denominação de EMA - Empresa de Metalurgia Artística. Passou depois a SEEL- Sociedade de Equipamento de Escritório Ld.^a e a sua produção fabril localizava-se na zona de Mafra, dedicando-se quase exclusivamente à produção de cadeiras. O nome SEEL manteve-se por tempo ainda indeterminado, como denominação comercial em parte, associando-se mais tarde a outra designação, SELDEX, que prevalece e que é reconhecida ainda hoje. A sua conjugação deverá ter sido coeva da transferência da sua unidade de produção para Barcarena, uma zona na periferia de Lisboa que começava então a estruturar-se como área industrial.

A designação SELDEX-SEEL ganhou corpo e assim se manteve até finais da década de 1980, depois de um período significativo de crise, provocado em grande parte pelo contexto económico do país no período pós-revolucionário. A estas condicionantes juntaram-se também questões de outra natureza, relacionadas com a gestão e administração da empresa. Gerida desde a sua fundação pela família Mendonça, pelo seu fundador e, depois, pelo seu filho (Pedro Mendonça, 1935-2015) e genros, a empresa foi integrada, na década de 1980, no Grupo Cofina, que já detinha a CORTAL, empresa do mesmo setor. Esta situava-se em Aveiro e tinha no fabrico de secretárias e mesas a sua especialidade, característica que se mantém até hoje. Com a fusão, a empresa assumiu a denominação de SELDEX-CORTAL e foi com essa configuração que a norte-americana Haworth adquiriu metade da empresa, nos inícios da década de 1990, acabando por assumir a sua totalidade alguns anos depois. Num primeiro momento, a sua denominação voltou a sofrer alterações, refletindo a identidade das várias empresas, novas e antigas – Haworth SELDEX-CORTAL. Após a aquisição da totalidade da empresa pelo grupo norte-americano, essa leitura integradora e equitativa de todas as partes foi abandonada, quebrando-se formalmente a ligação com a empresa portuguesa original, assumindo-se apenas como Haworth Portugal, designação pela qual é conhecida.

A aquisição por uma empresa estrangeira foi a solução encontrada para as crescentes dificuldades com que a fábrica se debateu naquele período. O mercado interno deixou de responder com a mesma intensidade, apesar da diversificação de produtos que tentou implementar, procurando ir além da tradicional produção de mobiliário. A par das linhas de escritório, a sua produção tinha-se alargado a componentes para equipamento

informático, tendo na Control Data¹⁰⁰⁹ e na IBM alguns dos seus clientes mais significativos. O mercado emergente da informática em contexto empresarial solicitou a colaboração com a indústria da metalomecânica na fabricação de componentes para os computadores. O tipo de materiais requerido por aqueles clientes levou a SELDEX a um investimento significativo no desenvolvimento dos seus meios de produção, introduzindo no processo novas tecnologias, provocando transferências tecnológicas e de conhecimento que lhe permitiram atingir um nível de qualidade e rigor que a distinguiu das suas congéneres. O salto conseguido por esse desafio do mercado colocou a empresa no contexto adequado à introdução de tecnologia *just in time*¹⁰¹⁰, que permitia minimizar custos e maximizar a produção, sem comprometer a qualidade do produto final¹⁰¹¹. Esta nova ferramenta de gestão, associada a uma remodelação das unidades de produção dentro da fábrica, desagregando-as e encurtando literalmente os espaços entre os vários postos de trabalho, foram instrumentais para a reformulação da produção da empresa e para a relançar como fabricante de mobiliário de escritório, vertente que havia ficado gradualmente secundarizada¹⁰¹².

A qualidade do mobiliário produzido pela SELDEX é ainda hoje reconhecida, mesmo pelos atuais colaboradores, alguns deles testemunhas da transição para a Haworth¹⁰¹³. A sua sólida reputação como fabricante de produtos de muita qualidade, com acabamentos acima da média, e um rigoroso controlo de qualidade, é entendida como o elemento chave da sua longevidade. A capacidade e aposta no desenvolvimento da sua industrialização emerge também como um fator decisivo. A dedicação ao projeto, desenhando tanto para catálogo corrente, mas especialmente para os projetos especiais, implicava que a produção dessas peças teria de ser adaptada aos recursos tecnológicos existentes, por forma a não comprometer a qualidade do produto final com os custos adicionais que estariam subjacentes a essas alterações. A sua mais valia, no nosso entender, reside na capacidade que tinha em criar e adaptar maquinaria ao tipo de produtos a executar e, através disso, aumentar a eficiência e eficácia de toda a sua

¹⁰⁰⁹ Empresa de informática situada em Palmela.

¹⁰¹⁰ *Just in time* (JIT) é um conceito de gestão desenvolvido inicialmente na empresa japonesa Toyota, na década de 1960, e que chega à Europa na década seguinte. Tinha como principal objetivo a redução de desperdício através da produção de componentes apenas quando fossem necessários, em oposição ao sistema tradicional, *just in case*, em que a existência de stocks dos vários componentes era essencial para garantir a produção a qualquer momento (<https://www.economist.com/node/13976392>, acesso a 07.05.2018).

¹⁰¹¹ Cf. Entrevista a José Caniça, 07.05.2018.

¹⁰¹² Cf. Entrevista a José Caniça, 07.05.2018.

¹⁰¹³ Cf. Entrevista a António Silva, 16.03.2018.

produção. Essa é entendida ainda como uma das características que, na atualidade, permite à fábrica portuguesa manter a sua relevância dentro do grupo – a capacidade de adequar a sua tecnologia a qualquer produto que lhes seja submetido, com eficiência e de custos controlados.

Nesse sentido, a integração de maquinaria e tecnologia era feita tendo em conta os avanços do setor, adquirindo máquinas prontas a fabricantes estrangeiros, mas em particular através de uma aposta consciente e estratégica no conhecimento produzido internamente e na manutenção de recursos humanos competentes, capazes de adaptar e criar maquinaria dedicada à fabricação especializada de determinado produto. A acumulação de experiência e conhecimento técnico foi e é ainda entendida como uma vantagem competitiva, validada a partir do interior da empresa e das suas administrações. A formação de recursos humanos dentro do processo de produção, por seu lado, permanece como o modo de garantir e manter esse saber-fazer e conhecimento específico. Por outro lado, o envolvimento do “patrão” foi fundamental, na medida em que também ele era parte integrante desse processo de consolidação de experiência e conhecimento. Como a entrevista com António Silva revelou, o “patrão velho”, assim chamado um dos membros mais antigos da administração da empresa, foi agente imprescindível no desenvolvimento tecnológico da fábrica. As peças que encontrava nas suas viagens e missões, que por alguma razão lhe suscitavam interesse e curiosidade, eram entregues à sua equipa de projeto e industrialização, funcionando como desafios, estímulos à sua capacidade inventiva e transformadora, colocando as equipas em permanente atividade criadora.

A documentação consultada não deixou transparecer problemas ou dificuldades com os seus produtos ou meios de produção. Permaneceu com uma reputação de eficácia e qualidade, apresentando-se a inúmeros concursos promovidos pela CAM durante as quatro décadas de atividade desta, para contextos muito diversificados tipologicamente – dispensários e sanatórios¹⁰¹⁴ foram naturalmente um dos seus universos preferenciais de produção, mas bibliotecas, arquivos¹⁰¹⁵ e estabelecimentos de ensino¹⁰¹⁶, serviços

¹⁰¹⁴ Fornecimento de armário-arquivo metálico para uma unidade satélite do Sanatório D. Manuel II (PT DGEMN: CAM 0092/5, 1966).

¹⁰¹⁵ Fornecimento de mobiliário metálico para o Arquivo Distrital de Évora (PT DGEMN: CAM 0178/04, 1961).

¹⁰¹⁶ Fornecimento de mobiliário metálico para o Liceu D. João III (PT DGEMN: CAM 0435/12, 1966).

administrativos¹⁰¹⁷, e pousadas¹⁰¹⁸ foram também instalações e serviços que contaram com os seus produtos. No arquivo da empresa encontramos ainda inúmeras fotografias que documentam o material fornecido para a Base do Alfeite, demonstrando uma notável capacidade de produzir peças com construção integralmente metálica, de modelos únicos, especialmente estudadas e adequadas a funções particulares, reforçando a capacidade produtiva desta unidade industrial.

*

As páginas que compreenderam a II Parte deste trabalho, em particular as dedicadas aos três fabricantes de mobiliário nacionais, tinham como objetivo concretizar um ponto de situação em relação à sua história individual, enquanto agentes dedicados à produção industrial de mobiliário, à qual se pretendia adicionar alguma da informação recolhida durante a presente investigação. Dos elementos já conhecidos, foi nosso intuito associar dados de cariz essencialmente qualitativo, resultantes da leitura dos processos de fornecimento e de outros materiais associados, como relatórios e pareceres. A sistematização destes elementos deixou clara a necessidade, mas também a urgência, em nosso entender, na realização de estudos mais aprofundados e sistemáticos sobre estes atores. As dificuldades no acesso aos arquivos e coleções destas empresas, mesmo às que se encontram ainda em funcionamento, são alertas para o provável desaparecimento deste tipo de documentação e materiais, para além da importância na recolha de testemunhos dos seus colaboradores, antigos e atuais, registando a sua memória e com isso criando novas fontes de conhecimento para a história da indústria de mobiliário nacional.

Estas sínteses possibilitaram, por outro lado, a identificação dos momentos mais significativos do funcionamento destas fábricas, em especial das fases de transição tecnológica, quando foram empreendidas as alterações significativas aos seus modos de produção que possibilitaram o seu reconhecimento enquanto fabricantes inovadores e de qualidade, constituindo-se como referências no mercado nacional. No entanto, o Estado

¹⁰¹⁷ Fornecimento de mobiliário para a Sala das Dactilografias do Gabinete do Ministro das Finanças (PT DGEMN: CAM 0053/02, 1953); fornecimento de mobiliário metálico para o Tribunal de Contas (PT DGEMN: CAM 0356/18, 1953); fornecimento de mobiliário metálico para a Direção de Monumentos de Lisboa (PT DGEMN: CAM 0445/10, 1979).

¹⁰¹⁸ Fornecimento de mobiliário metálico para a Pousada de São Brás de Alportel (PT DGEMN: CAM 0472/08, 1956).

pareceu ausente na promoção ativa dessas dimensões – os instrumentos criados, como o INII, essenciais nessa etapa pela visão e alinhada com as melhores práticas internacionais, não parecem ter tido o impacto pretendido. A associação do design de produto à produção industrial, por exemplo, parece ter resultado mais das iniciativas individuais dos administradores e gestores daquelas unidades fabris, do que de um envolvimento do Estado através das instituições dedicadas. Nem mesmo os cadernos de encargos, como vimos, não obstante a sua complexidade e rigor, funcionaram como garantia de fornecimentos de mobiliário de qualidade ou promotores de práticas e processos que permitissem assegurar esses pressupostos desde o início. Perante este contexto, compreendem-se melhor as diligências tomadas pelo arquiteto José Luís Amorim, na redação dos relatórios e na proposta de tabelas classificativas enquanto recursos possíveis para acautelar as fragilidades e lacunas que enfermavam estes fabricantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, dedicado ao estudo sobre o mobiliário para edifícios públicos, procurámos dar resposta às várias questões enunciadas nas páginas iniciais e promover reflexões em torno deste tópico. Tomando como ponto de partida as intervenções promovidas pela DGEMN, identificando-as e analisando-as, procurou-se também compreender quais foram os modelos de envolvimento, as práticas e orientações seguidas por uma das mais decisivas instituições públicas dedicadas à edificação de equipamentos públicos nacionais durante o período em análise. A CAM emergiu como o elemento decisivo, enquanto estrutura que foi criada especificamente para atender às questões relacionadas com o estudo e aquisição de mobiliário e equipamento fixo para edifícios públicos, mas outros serviços dentro do organograma da DGEMN surgiram como intervenientes relevantes e que importava conhecer e sistematizar. Não obstante o enfoque dado a este organismo e às suas práticas, pelas razões já evocadas, foi também decisivo o reconhecimento da existência de outros protagonistas institucionais, com orientações semelhantes, como a DGSU, o que permitiu lançar novas pistas de investigação e com isso promover um alargamento deste campo de estudo.

Nesse sentido, foi essencial perceber qual o enquadramento da DGEMN no universo da administração pública e a sua importância no contexto da construção dos equipamentos públicos e na definição dos seus interiores. A criação da CAM resultou simultaneamente como uma necessidade e uma consequência dessa posição ocupada pela Direcção-Geral – uma necessidade porque a instalação dos serviços requeria regulação, normalização e centralização dos processos; uma consequência porque sendo a DGEMN a entidade responsável pelo estudo, projeto e construção desses equipamentos públicos, a instalação dos respetivos serviços requeria um acompanhamento equivalente pela mesma entidade. A CAM foi por isso uma peça singular, mas que não esgotou as responsabilidades dos restantes serviços da DGEMN no que ao mobiliário dizia respeito. A razão para essa dispersão justifica-se em grande medida pela definição do seu âmbito – edifícios novos ou profundamente remodelados, deixando as restantes instalações dependentes dos serviços responsáveis pela sua construção. Aqui se incluíam naturalmente as várias delegações e comissões mencionadas e analisadas ao longo deste trabalho. Não obstante estas premissas, a realidade foi bem mais complexa, no sentido em que à CAM acabaram por ser solicitadas intervenções que nem sempre preencheram

aqueles requisitos iniciais, tendo sido responsável pela instalação de serviços que não dependiam de outro departamento ou estrutura dedicada, e por intervenções que não podiam ser caracterizadas de remodelações profundas. A DNISP e a DOECGRFA foram, por outro lado, exemplos do nível de especialização desenvolvido dentro da DGEMN, enquanto recursos para o estudo, projeto e construção de edifícios públicos, e que integraram o mobiliário e a decoração dos seus interiores enquanto atribuição.

À CAM coube, contudo, uma posição única no panorama dos serviços públicos nacionais entre as décadas de 1940 e 1980, enquanto entidade que se dedicou em exclusivo ao mobiliário e equipamentos fixos para aqueles edifícios, desenvolvendo ferramentas e recursos que agilizaram a sua concretização, integrando práticas correntes, procurando a sua normalização, mas deixando por efetivar a definição de normas e regulamentos de aplicação transversal a toda a administração pública. Das reflexões iniciais, promovidas pelos vogais Mariano de Sousa Pires e Luís Benavente, ambiciosas e visionárias, que entendiam que a Comissão deveria desempenhar um papel bem mais decisivo, foi-se instalando uma prática informada, consistente e rigorosa, mas que não ousou ultrapassar os limites reconhecidos da eficácia e da contenção. Desses momentos iniciais sobreviveu apenas a organização de um catálogo de mobiliário-tipo, ainda que a sua não oficialização e ausência de contextualização institucional tenham introduzido constrangimentos na análise e avaliação que dele podemos fazer.

A existência deste tipo de recursos permitiu-nos perceber também que a circulação de desenhos, propostas e projetos, entre serviços, era prática comum, num esforço de normalização, mas essencialmente de otimização desses instrumentos. Esta disseminação de materiais permitiu ainda verificar e validar a autoridade que determinados autores, mesmo que coletivos, tinham sobre certo tipo de mobiliário e equipamento, fortemente ancorados na sua experiência e conhecimento acumulado naquilo que a determinados contextos dizia respeito – exemplo disso foi a integração, por outros serviços ou departamentos, e mesmo pela CAM, de desenhos de mobiliário escolar desenvolvido pela JCETS nos edifícios que assim o requeriam. Por outro lado, essa forma de trabalhar, transversal a toda a Direcção-Geral, pretendia-se colaborativa a vários níveis, também com os serviços para os quais estavam a ser desenvolvidas aquelas propostas de instalação. Os estudos de caso apresentados ao longo deste trabalho pretenderam demonstrar isso mesmo: que, independentemente da entidade responsável, a participação ativa dos serviços tutelares foi sempre decisiva para a definição do projeto e para a sua

concretização, e que só dessa forma poderiam ser encontradas as soluções mais adequadas a cada caso.

As quatro décadas de atividade da CAM deixaram claro, em nosso entender, a pertinência da sua criação, assegurando intervenções que se encontravam muito além do que tinha sido inicialmente previsto. Não obstante esse desencontro entre a intenção e a realidade, a CAM acabou responsável por instalações que não dependiam de comissões ou delegações próprias, resultando numa diversidade tipológica de atuação considerável. Ao contrário das restantes estruturas analisadas, à CAM foi solicitada uma participação variada quer nas escalas, quer nos contextos, com recursos humanos e técnicos por vezes bastante limitados, sem dedicação exclusiva, procurando dessa forma assegurar o “*respeito e a disciplina que a todos se impõe*”¹⁰¹⁹.

A DNISP e a DOECGRFA permitiram-nos compreender também a importância da especialização em determinadas tipologias funcionais e da experiência na administração de empreitadas de grande escala, gerindo os vários intervenientes e as suas necessidades durante períodos de tempo bastante longos. A dedicação da DNISP em edifícios de forte componente laboratorial tornou-a num serviço de referência, dentro e fora do organograma da DGEMN, uma vertente a que não foi alheia a colaboração muito próxima do arquiteto José Luís Amorim. Este projetou estruturas laboratoriais assentes em sistemas modulares que agilizavam a sua instalação, ao mesmo tempo que garantiam uma resposta adequada a todas as necessidades e exigências. Por seu lado, a DOECGRFA, responsável pela construção dos edifícios de segurança, controle e fiscalização no país, mas também pelo mobiliário que neles deveria ser integrado, seguiu metodologias partilhadas, construindo um catálogo de mobiliário-tipo para os estabelecimentos prisionais que, para além das vantagens orçamentais óbvias, promoveu uma contenção estética das soluções possíveis, ao mesmo tempo que assegurava as questões de segurança. Os exemplos analisados do Palácio de Justiça do Porto e da Messe de Oficiais de Pedrouços vieram, por um lado, reforçar a ideia de que a dispersão de responsabilidades dentro da DGEMN, no que ao mobiliário dizia respeito, foi uma realidade; mas vieram também demonstrar que o grau de envolvimento de serviços no processo propriamente dito, como a DOECGFRA e os serviços regionais, foi por vezes marginal – ambos tiveram apenas de gerir e administrar a obra, sendo que as decisões

¹⁰¹⁹ Cf. CAM, *Relatório de actividade, 1951* (PT DGEMN: CAM 0229/03, 14.03.1952).

estéticas ficaram a cargo das entidades responsáveis pelos edifícios em consideração e dos autores por elas indicados.

Outro ponto que deve ser destacado reside na importância da contextualização destas intervenções. Naturalmente que estas existem por si, enquanto objeto, plenas de reflexões e interpretações, não deixando de resultar de intenções específicas dos serviços ou organismos que as tutelavam, mas também dos serviços que as estudaram, projetaram, construíram e equiparam, e que nelas deixaram impressas práticas, linguagens, e processos próprios, que as aproximam entre si e que permitem por isso análises comparativas.

Ao examinarmos os processos de fornecimento ficou clara também uma evolução nos processos de adjudicação, que gradualmente deixaram de ser realizados compartimento a compartimento, passando a contemplar conjuntos tipologicamente semelhantes, independentemente da sua localização final, e a fornecer por um fabricante apenas. Esta mudança não só veio simplificar e agilizar todo o processo administrativo, mas também acautelar a homogeneidade e uniformidade do mobiliário a integrar. O caso do Instituto de Odivelas foi um exemplo claro das implicações que opções como aquelas tiveram nos produtos finais fornecidos. Por outro lado, o facto de os desenhos de projeto incluídos nos cadernos de encargos terem passado a contemplar anotações técnicas mais rigorosas, permitiu ultrapassar eventuais dificuldades de interpretação por parte dos fabricantes, resultando em produtos de maior qualidade e mais próximos da intenção e opções do seu autor. O salto tecnológico que alguns desses fabricantes conseguiram implementar durante as décadas de 1950 e 1960, possibilitou normalizar esta prática e transformar a relação entre projetistas e gabinetes técnicos em algo mais colaborativo e participado.

Esta tese tinha ainda como objetivo resgatar do anonimato os nomes dos autores individuais e coletivos responsáveis pelos interiores dos edifícios públicos. Cumprindo em grande parte essa premissa, na medida em que foram vários os nomes que surgiram nesta investigação, pela primeira vez, foi importante dar particular destaque ao arquiteto José Luís Amorim. O seu envolvimento e colaboração de grande proximidade com os serviços da DGEMN e toda a reflexão e análise em torno dos processos de fornecimento e aquisição de mobiliário que emergiu na documentação produzida em contexto institucional, colocaram-no numa posição única face aos restantes. Os relatórios e informações redigidos por si contribuem significativamente, em nosso entender, para uma

caracterização qualitativa da produção industrial de mobiliário em Portugal nas décadas de 1950 e 1960. Paralelamente, a sua participação enquanto projetista importou também para essa distinção, no sentido em que o mobiliário e equipamento fixo que desenvolveu para os vários edifícios públicos aqui analisados obrigam a uma revisão historiográfica da disciplina do design de produto em Portugal, reforçando, mais uma vez, a importância do estudo destes objetos e dos seus autores.

No que à capacidade produtiva industrial diz respeito, este trabalho permitiu aceder a dados qualitativos que, na nossa perspetiva, vieram reforçar uma leitura até aqui ainda pouco estruturada. Os problemas reportados, as decisões tomadas perante os obstáculos, as dificuldades de comunicação entre as partes envolvidas, os recursos por vezes escassos, mas também os desafios criados, o interesse em desenvolver produtos adequados ao seu contexto, e a participação instrumental dos gabinetes técnicos das unidades fabris, foram alguns dos dados significativos que surgiram por meio desta investigação. A colaboração de designers como José Espinho com a Olaio, e de Daciano da Costa com a Metalúrgica da Longra, é exemplo da importância da articulação do design de produto com a produção industrial e do impacto que esse binómio teve no setor do mobiliário, produzindo peças que, ainda hoje, são reconhecidas pela sua qualidade no desenho e no fabrico.

Por outro lado, reconhece-se a importância que os cadernos de encargos carregaram enquanto potenciais instrumentos de promoção de qualidade na indústria de mobiliário nacional pelo Estado, enquanto encomendador e cliente, já que os outros meios, de carácter institucional, parecem ter tido impactos mais limitados. A sua elaboração permitia dissuadir ou colocar à margem fabricantes que tivessem mais dificuldades em cumprir as condições exigidas, embora a realidade analisada tenha deixado perceber que muitos foram os casos de adjudicações diretas ou por concurso limitado, opções que permitiam às entidades responsáveis pelo processo contornar a regulamentação vigente e orientar as adjudicações para fornecedores específicos. Neste sentido, este recurso permitia apenas reduzir as consequências de fornecimentos deficientes, e não a promoção consciente de uma produção industrial de mobiliário de qualidade. Houve assim uma dualidade no papel do Estado ao pretender a inovação e atualização dos meios de produção, ao mesmo tempo que manteve um mercado pouco competitivo, permitindo a permanência de fabricantes com claras dificuldades estruturais. Já o envolvimento dos agentes institucionais foi bastante limitado, na medida em que os

relatórios elaborados por José Luís Amorim, por exemplo, que poderiam ter servido de ponto de partida para discussões mais aprofundadas sobre o sistema, assim como sobre a produção industrial de mobiliário, ficaram aparentemente perdidos nas pastas dos processos de fornecimento. De referir ainda a participação dos estabelecimentos prisionais enquanto agentes produtores. Embora limitados na sua capacidade técnica e produtiva, estes foram capazes de responder com eficácia aos desafios lançados e foram responsáveis por inúmeros fornecimentos, em especial para os tribunais de justiça.

Por fim, entendemos que este trabalho contribuiu ainda para a valorização e patrimonialização de elementos de mobiliário e decoração. Por terem sido alvo de utilização quotidiana e intensiva, e porque tiveram um enquadramento de criação e uso associados aos serviços públicos, a estes objetos não têm sido dedicados esforços de salvaguarda, sendo por isso importante identificá-los, registá-los e divulgá-los. Por outro lado, esse enquadramento acabou por colocá-los numa posição de grande vulnerabilidade, tornando-os suscetíveis ao abandono, desaparecimento e mesmo destruição, como foi possível constatar durante o período em que decorreu esta investigação – alguns dos edifícios visitados sofreram mudanças de tutela e/ou transformações profundas na sua organização material, o que teve consequências na sobrevivência deste tipo de património. Os casos do Instituto de Odivelas e da Coudelaria de Alter do Chão foram exemplos muito expressivos do impacto dessas alterações. Os registos realizados sobre estas instituições, pare este estudo, acabaram por ser os únicos e os últimos dessa outra vivência, permitindo que esta tese se transformasse também em repositório da sua memória material.

ARQUIVOS E FUNDOS

Arquivo da Faculdade de Arquitetura (UL): Processo de aluno n.º 002361

Arquivo Fundação Calouste Gulbenkian: Serviço de Projecto e Obras; Biblioteca de Arte

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças: Secretaria-Geral

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas: Conselho Superior de Obras Públicas

Arquivo Municipal de Lisboa: Arquivo Fotográfico

Arquivo Municipal de Oeiras: Arquivo Fotográfico

Biblioteca Nacional de Portugal: espólio Manuel Estevens

DGPC/SIPA, Forte de Sacavém: CAM, DNISP, DSARH, DREL, DSMN

Espólio José Luís Amorim

Memória para Todos:

- Dias da Memória da Olaio: José Pedro e Celeste Olaio (DMO_SD006) e Gabinete Técnico (DMO_SD005)

- Memórias da Indústria de Mobiliário: [José Caniça](#), [António Silva](#) e [Francisco Godinho](#)

Torre do Tombo: Arquivo Salazar

BIBLIOGRAFIA

“O programa das novas instalações da Biblioteca Nacional” in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, S.2, v. 12, n.º 45-46, jul.-dez. 1936, pp. 33-41.

“Quatro novas pousadas” in *Arquitetura*, n.º 62, Set. 1958, pp.11-19;

1.ª Quinzena da Estética Industrial, Lisboa, INII – Núcleo de Arte e Arquitetura Industrial, 1965;

50 Anos. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, MHOP, 1979;

ACCIAIUOLI, Margarida, *António Ferro, a vertigem da palavra, retórica e propaganda do Estado Novo*, Lisboa Bizâncio, 2013;

ACCIAIUOLI, Margarida, *As Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998;

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes da “restauração” e “celebração”*, tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1991;

ALEGRE, Alexandra, “Liceus e Escolas Técnicas: enquadramento da sua produção nos princípios da arquitetura escolar” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 106-113;

ALEGRE, Alexandra, *Arquitetura Escolar. O edifício liceu em Portugal (1882-1978)*, tese de doutoramento em Arquitetura, IST-UTL, 2009;

ALMEIDA, Andreia da Silva, *A Saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968). Políticas, Sistemas e Estruturas*, tese de doutoramento em História, especialidade História Contemporânea, FL - UL, 2017;

ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitetura do Estado Novo. Uma leitura crítica: os concursos de Sagres*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002;

ALMEIDA, Sandra, *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, tese de doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009;

ALMEIDA, Victor Marinho de, *O Design em Portugal, Um Tempo e um Modo. A institucionalização do design português entre 1959 e 1974*, tese de doutoramento em Belas Artes, Faculdade de Belas Artes – UL, 2009;

AnoZero – Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, org. Susana Lobo, Coimbra, AnoZero/Almedina, 2015;

Anuário Comercial de Portugal;

Arquitetura de Serviços Públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978, Lisboa, DGRS/IHRU, 2009;

Arquitetura do Século XX. Portugal, coord. Ana Tostões, Annete Becker, Munique, 1999;

ATTFIELD, Judy, “Give them something dark and heavy: the role of design in material culture of popular British furniture, 1939-1965” in *Journal of Design History*, vol. 9, n.º 3, 1996, pp. 185-201;

AZEVEDO, Ana Carina, “Espaços e atores da organização científica do trabalho em Portugal: o Instituto Nacional de Investigação Industrial” in *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, Coimbra, Imprensa Universitária de Coimbra, 2016, pp. 461-475;

AZEVEDO, Ana Carina, *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial. 1945-1974*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, FCSH-UNL, 2014;

BAPTISTA, António Alçada, *Fundação Ricardo do Espírito Santo da Silva. Museu-Escola de Artes Decorativas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1988;

BÁRTOLO, Carlos, “*É uma casa portuguesa, com certeza! É, com certeza, uma casa portuguesa!*”: *desenho de interiores e de mobiliário, o lar português divulgado pelo SPN/SNI (1933-1949)*, tese de doutoramento em Design, Universidade Lusíada de Lisboa, 4 vols., 2020;

BÁRTOLO, Carlos, “Os móveis-tipo da Comissão dos Novos Edifícios para os CTT (CNE), 1937-1952” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 136-141;

BÁRTOLO, Carlos, *Desenho de Equipamento no Estado Novo. As estações de correio do plano geral de edificações*, dissertação de mestrado em Design Industrial, Porto, Universidade do Porto, 1998;

BEJA, Filomena, **SERRA**, Júlia, **MACHÁS**, Estella, e **SALDANHA**, Isabel, *Muitos Anos de Escolas. Edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40-Anos 70*, 2 vols., Lisboa, DGAE, 1990-1996;

Biblioteca Nacional. Exterior|Interior, coord. Ana Tostões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004;

Binário: revista de construção, arquitetura e equipamento (1958 - 1977);

Boletim da Direcção-Geral da Indústria (1940-1947);

BORGES, Edite Sofia Barracosa, *Movimento Modernos no Algarve do século XX: Centros de Assistência Social Polivalente*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura, Évora, Universidade de Évora – Escola de Artes, Departamento do Arquitetura, 2019;

BRITES, Joana, “Estado Novo, arquitetura e ‘renascimento nacional’” in *Risco. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, vol. 15, n.º 1, 2017, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, pp. 100-113;

BRITES, Joana, “Mobiliário para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: o processo de modernização de um dispositivo espacial (1940-1972)” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp.142-149;

BRITES, Joana, *Arquitetura da CGDCP: filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência*, Lisboa, Prosafeita, 2014;

BRITES, Joana, *O Capital da Arquitectura: Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos, 1929-1970*, Lisboa, Prosafeita, 2014;

BRITO, José Maria Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989;

BRITO, José Maria Brandão de, *O Condicionamento Industrial e o Processo de Português de Industrialização após a Segunda Grande Guerra*, tese de doutoramento em Economia, 2 vols., ISE-UTL, 1987;

- BURK**, Peter, *Eyewitnessing. The uses of images as Historical Evidence*, Londres, Reaktion Press, 2001;
- Cadeiras Portuguesas Contemporâneas*, Rui Afonso Santos (textos), Porto, 2003;
- Cadernos do Ressurgimento Nacional. Obras Públicas*, SPN [1948];
- CALDAS**, João Vieira, *Porfírio Pardal Monteiro: arquiteto*, Lisboa, Associação dos Arquitetos Portugueses, 2007;
- CÂMARA**, António, *Plano de trabalho da Estação Agronómica Nacional, Lisboa*, 1939;
- Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/ Livros Horizonte, 1999;
- CAMPOS**, José Torres, “Lei do Fomento Industrial” in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 51-515;
- CARVALHO**, Joaquim, *A Indústria do Mobiliário Escolar em Paços de Ferreira. O caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras e Barros Lda.*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 2005;
- CASTRO**, Joaquim Prado de, “As indústrias de madeira” in *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica: actas do colóquio*, Lisboa, CLC-FLUP, 1998, pp. 195-172;
- Corporativismos, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, Coimbra, Almedina, 2012;
- CORREIA**, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos, *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo. Da definição de um projeto à memorização de um legado*, tese de doutoramento em Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Coimbra, Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2 vols., 2015;
- COSTA**, Sandra Vaz, *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitetura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012;
- CRUZ**, Rita e **POMBO**, Fátima, “O impacto da “geração intercalar” no design de mobiliário de escritório em Portugal. A inovação das décadas de 60 e 70” in *Res Mobilis. Revista Internacional de Investigación en Mobiliario y Objectos Decorativos*, vol. 7, n.º 8, Oviedo University Press, 2018, pp. 118-138;
- Daciano da Costa, Designer*, ed. João Paulo Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001;

Design em Portugal (1960-1974). Acções Intervenientes e repercussões do Núcleo de Arte e Arquitetura Industrial e do Núcleo de Design Industrial do Instituto Nacional de Investigação Industrial (PTDC/EAT-HAT/121601/2010), coord. científica de Maria Helena Souto (2012-2015);

Dicionário de História do Estado Novo, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996;

DINIZ, Sofia, “From Laboratories to Libraries - furniture for public services in Portugal (1940-1970)” in *Back to the Future*, ICDHS 10th+1, Barcelona, 2018, pp. 85-89;

DINIZ, Sofia, e **MARTINS**, João Paulo, “Do laboratório ao sofá estofado: equipamento e mobiliário para saúde e ciência” in *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Suplemento n.º 3 - Património, ciência e saúde: intervir, conhecer, preservar e valorizar, v. 17, 2018, pp. 29-32;

ELIAS, Helena Catarina da Silva Lebre, *A Arte Pública da Administração Central e Local do Estado Novo em Lisboa: sistema de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, tese de doutoramento em Escultura, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona, 2006;

ELIAS, Margarida, “A intervenção da DGEMN e de Luís Benavente na adaptação do Palácio Foz para sede do Secretariado Nacional de Informação. Mobiliário e decoração de interiores (1940-1953)” in *Revista de História da Arte*, n.º 11, Lisboa, FCSH-UNL, 2014, pp. 283-289;

ELIAS, Margarida, “Os hotéis de Santa Luzia e de Seteais e a atividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário (1953-1955)” in *Móveis Modernos. Mobiliário para Edifícios Públicos em Portugal. Portugal. 1940-1980*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, FA-UL, 2015, pp. 36-42;

ENCARNADO, Ana, *Interiores Domésticos e Mobiliário Social no Contexto Português*, dissertação de mestrado em Design de Equipamento, especialidade Design Urbano e Interiores, FBA-UL, 2011;

ESTEVE CAMBRA, Ramón, “El mobiliario y la industria en los inicios de la arquitectura moderna en España. El mueble de autor como parte del proyecto arquitectónico” in *I Congreso Pioneros de la Arquitectura Moderna Española: Vigencia de su pensamiento*

y obra, actas digitais de las comunicaciones aceptadas al congreso, coord. Teresa Couceiro Núñez, 2014, pp. 264-274;

ESTEVENS, Manuel Santos, *Bibliotecas e arquivos do Reino Unido, Eire, Bélgica, Holanda e França*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 1953;

ESTEVENS, Manuel Santos, *Bibliotecas e Arquivos do Reino Unido, Eire, Bélgica, Holanda e França*, Coimbra, FLUC, 1953;

FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquiteturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR, 2003;

FOLGADO, Deolinda, “Móveis Olaio, uma fábrica para a sua produção”, in *Móveis Olaio – 1886-1998*, Câmara Municipal de Loures, 2017, pp. 161-173;

FOLGADO, Deolinda, *A Nova Ordem Industrial no Estado Novo (1933-1968). Da fábrica ao território de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2012;

FORTY, Adrian, *Objects of Desire. Design and society since 1750*, Londres, Thames and Hudson, 1995;

FREITAS, Diana, *A importância do design e da qualidade em empresas de mobiliário de Paços de Ferreira*, dissertação de mestrado em Sistemas Integrados de Gestão: Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 2015;

GASPAR, Maria Júlia Neto, *Percursos da Física e Energia Nucleares na Capital Portuguesa: ciência, poder e política. 1947-1973*, tese de doutoramento em História e Filosofia das Ciências, UL-FC, 2014;

GIMENO-MARTINEZ, Javier, *Design and National Identity*, Londres, Bloomsbury Academic, 2016;

Guide to the Wellcome Museum of Medical Science, Wellcome Historical Medical Museum, Londres, s.d.;

Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal. 1918-2018, coord. Ricardo Costa Agarez, Lisboa, IHRU, 2018;

História de Portugal. O Estado Novo, dir. José Mattoso, coord. Fernando Rosas, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994;

- Hospitais Portugueses*, Ano XI, Abril-Maio 1959;
- II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1957;
- Indústria Portuguesa: revista da Associação Industrial Portuguesa*;
- José Espinho. Vida e Obra*, MUDE, Lisboa, Caleidoscópio, 2017;
- JOSÉ**, Inês, *A fundação e organização da Manutenção Militar de Lisboa, 1886-1914*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2017;
- Laboratório de Física e Engenharia Nucleares. Inauguração, 27 abril 1961*, Presidência do Conselho, JEN;
- LAGE**, Maria Otilia, “Empresa Metalúrgica de Longra, um caso no modo português de industrialização” in *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 11, 2010, pp. 339-360;
- LAGE**, Maria Otilia, “Metalúrgica da Longra (1920-1993): ancoragem para um estudo sobre regimes de acção” in *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 8, 2007, pp. 217-236;
- LAINS**, Pedro e **SILVA**, Álvaro Ferreira (org.), *História Económica de Portugal (1700-200)*, vol. III, Lisboa, ICS, 2005;
- LISBOA**, Manuel, *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes. Crescimento na segunda metade do séc. XX e potencial de inovação de funções capitalista, empresarial e de gestão*, tese de doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 1998;
- LOBO**, Susana, “Cidade Universitária de Coimbra: o desenho do mobiliário na construção de uma obra total” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 156-173;
- LOBO**, Susana, *Arquitectura e Turismo: planos e projectos. As cenografias do lazer da costa portuguesa, da 1.ª república à democracia*, tese de doutoramento em Arquitectura, especialidade Teoria e História, Departamento Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 3 vols., 2012;
- LOBO**, Susana, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;

LOURO, Graça, **CONSTANTINO**, Luís, **GRAVATO**, António e **REGO**, Francisco, “A fileira da construção e do mobiliário: análise de contexto” in *Silva Lusitana*, 17, Lisboa, 2009, pp. 59-82;

Luís Benavente, arquiteto, Lisboa, IANTT, 1997;

M. Norberto Correa, Arquitetura e Urbanismo, coord. Graça Correa, Lisboa, Uzina Books, 2013;

MANAÇAS, Vítor, *Percursos do Design em Portugal*, tese de doutoramento em Belas Artes, Design de Equipamento, 2 vols., Lisboa, FBAUL, 2005;

Manuel Tainha: a prática, a ética e a poética da arquitetura, org. Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, Almada, 2000;

MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ou o “Império da Memória”. A salvaguarda do património arquitetónico português ultramarino (1930-1974)*, tese de doutoramento em História, especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2016;

MARIZ, Vera, “A encenação utópica da capital. O projeto de Luís Cristino da Silva para o Palácio do Ultramar (1951-1958)” in *Rossio*, n.º1, maio 2013, pp. 124-139;

MARTINS, João Paulo e **DINIZ**, Sofia, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design. 1940-74” in *Investigating and writing architectural history: subjects, methodologies and frontiers. Third International EAHN Meeting*, Turim, 2014, pp. 501-513;

MARTINS, João Paulo e **DINIZ**, Sofia, “Layers of invisibility. Portuguese State Furniture Design. 1940-74” in *Footprint. Delft Architectural Journal. The ‘Bread and Butter’ of Architecture: investigating everyday practices*, Autumn/Winter, 2015, pp. 125-142;

MARTINS, João Paulo e **DINIZ**, Sofia, “Os Móveis Olaio e a Encomenda Pública” in *Móveis Olaio. 1886-1998*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2017, pp. 217-225;

MARTINS, João Paulo, “Os anos trinta e quarenta. Objectos de produção industrial” in *Cadernos do Design Anuário 2000*, Ano VIII, n.º 21/22, pp. 52-57;

MARTINS, João Paulo, “Persistência e Modernidade” in *Risco Interior: o desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra*, org. Susana Lobo, Coimbra, AnoZero/Almedina, 2015, pp. 21-29;

MARTINS, João Paulo, “Quando Portugal queria ser moderno” in *Jornal Arquitectos*, n.º 207, Setembro/Outubro 2007, pp. 33-39;

Memórias da Siderurgia. Contribuições para a história da indústria siderúrgica em Portugal, coord. Maria Fernanda Rollo, Lisboa, História, 2005;

Ministério das Obras Públicas 1852/1977, Lisboa, 1977;

Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934/1974, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015;

Moderno Escondido. Picote, Miranda, Bemposta. Arquitetura das Centrais Hidroeléctricas do Douro, 1953-1964, coord. Michele Cannatà e Fátima Fernandes, Porto, FAUP, 1997;

Momentos de Inovação e Engenharia, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito, Maria Fernanda Rollo, 3 vols., Lisboa, Dom Quixote, 2004;

MONIZ, Gonçalo Canto, “Arquitectos e políticos. A arquitetura institucional em Portugal nos anos 30” in *DC Papeles*, Departament de Composició Arquitectónica UPC, Barcelona, Out. 2005, pp. 68-79;

MONIZ, Gonçalo Canto, “Palácio de Justiça do Porto – MCMLXI. Recensão crítica de uma obra intemporal” in *Law and Compassion, Drama and Pity: The search for a common ground*, org. Clayton Santos Guimarães, Cristina Marinho, Nuno Pinto Ribeiro, Porto, Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto, 2014, pp. 335-348;

MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitetura e Instrução. O projeto do moderno liceu (1836-1936)*, Coimbra, EDarq, 2007;

MONTEIRO, João Pardal, “Mobiliário para edifícios públicos: do projeto integrado ao projeto especializado. O caso do Atelier Pardal Monteiro Arquitectos” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 128-135;

MONTEIRO, João Pardal, *Nove Décadas de Obra. Arte, design e técnica na arquitetura do atelier Pardal Monteiro*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012;

Móveis Modernos. Mobiliário para Edifícios Públicos em Portugal. 1940-1980, coord. João Paulo Martins, Lisboa, FAUL, 2014;

NEPOMUCENO, Francisco Humberto Mantas, *Palácio de Justiça de Lisboa. Do património artístico à programação de um pólo museológico*, dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2006;

NETO, Maria João Baptista, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. 1929-1999” in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 23-43;

NETO, Maria João Baptista, “Raul Lino ao serviço da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma nova perspectiva de intervenção” in *Artis, Revista do Instituto de História da Arte*, Faculdade de Letras de Lisboa, n.º 1, Out. 2002, pp. 253-269;

NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001;

NEVES, João César das, “O crescimento português no pós-guerra: um quadro global” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, pp. 1005-1034;

NEVES, Pedro José Marto, *Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*, tese de doutoramento em História Económica e Social, ISEG, 2007;

No XXV Aniversário da Estação Agronómica Nacional, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa, Serviço de Informação Agrícola, 1962;

Nova Indústria: revista técnica de indústria, dir. João Osório de Castro;

NUNES, António, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo: templos da justiça e arte judiciária*, Coimbra, Minerva, 2003;

NUNES, José Carlos Avelãs, “A tuberculose em Portugal: quando o mobiliário é terapêutica e o espaço profilaxia” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópico, 2015, pp. 114-115;

O Campus do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Monumento de Interesse Público, Lisboa, LNEC, 2017;

O Novo Edifício do Instituto de Medicina Tropical, Lisboa, MOP/DGEMN, 1958;

O respeito e a disciplina que a todos se impõe, Lisboa, MUDE, 24 Jul-5Nov 2014 (folheto da exposição);

Ó, Jorge Ramos do, “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/ Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)/ Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 893-896;

Obras Públicas no Estado Novo, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019;

OLIVEIRA, Jaime da Costa, *Memórias para a História de um Laboratório do Estado*, Santarém, O Mirante, 2013;

OLIVEIRA, Jaime da Costa, *O Reactor Nuclear Português. Fonte de Conhecimento*, Santarém, O Mirante, 2005;

PACHECO, Ana Assis, *Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957*, dissertação de mestrado em História da Arte, FCSH-UNL, 1998;

PAIO, João Manuel Palma, *Arquitetura Portuguesa de Justiça. Os Palácios de Justiça no período do Estado Novo*, dissertação de mestrado em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, 1996;

Palácio de Justiça de Lisboa. Tribunal Cível e Tribunais de Polícia e de Execução de Penas, MOP/DGEMN, 1970;

Palácio de Justiça Porto, MOP, 1961;

Panorama: revista portuguesa de arte e turismo (1941-1974);

PASCOAL, Ana Mehnert, *A Cidade do Saber. O património artístico integrado nos edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa. 1934-1961*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012;

PASCOAL, Ana Mehnert, **NETO**, Maria João, **SOARES**, Clara Moura, "Arquitetura e Medicina Tropical: o polo da Junqueira - ecos de um património artístico integrado", in *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*, Lisboa, ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018, 233-241;

PEDROSA, Patrícia Santos, *Cidade Universitária de Lisboa: génese de uma difícil territorialização*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 2007;

PEDROSO, Graça, “Mudança: o mobiliário português da manufactura ao processo industrial” in *Convergências – Revista de Investigação e Ensino em Artes*, vol. II (3), IPBC, 2009, p. 4;

PEDROSO, Graça, *O mobiliário português de produção em série do terceiro quartel do século XX (1951-1974)*, tese de doutoramento em Design, FA-UTL, 2012;

PEGORIN, Elisa, *Arquitetura e Regime em Itália e Portugal. Obras Públicas no Fascismo e Estado Novo (1928-1948)*, tese de doutoramento em Arquitetura, Porto, FAUP, 2019;

PINA, Madalena Esperança, *Laboratório Sântas. História. Memória. Medicina*, provas de Aptidão Pedagógica e Científica, Faculdade Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, s.d.;

PINTASSILGO, Joaquim, “Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)” in *História da Educação*, vol. 11, jan. 2007, pp. 35-65;

PINTO, Ricardo da Silva, *Raul Rodrigues Lima, un arquitecto del Estado Novo. La arquitectura penitenciaria*, tese de doutoramento, Universidade Politécnica de Madrid, 2009;

PIRES, Andreia Valença, *Pardal Monteiro e as gares marítimas de Lisboa. O percurso percorrido*, dissertação de mestrado em Arquitetura, FAA-Universidade Lusíada, 2008;

PRISTA, Marta Lalanda, “No interior das pousadas do SNI: processos de mobiliário e projetos culturais” in *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal. 1934/1974*, coord. João Paulo Martins, Lisboa, MUDE/Caleidoscópio, 2015, pp. 120-127;

PRISTA, Marta Lalanda, *Discursos sobre o Passado: investimentos patrimoniais nas Pousadas de Portugal*, tese de doutoramento em Antropologia, FCSH-UNL, 2011;

Projeto de Plano de Fomento para 1959-1964, Lisboa, 1958;

Projeto de Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967, Lisboa, 1964;

Projeto do III Plano de Fomento para 1968-1973, Lisboa, 1967;

- Relatório final da execução do I Plano de Fomento 1953-1958*, Lisboa, 1958;
- Representações de Poder do Estado em Portugal e no Império. 1950-1974*, eds. Fátima Moura Ferreira e Eduardo Fernandes, s.l., Circo de Ideias, 2019;
- Revelar o Património: 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948-2018*. Coleção Forte de Sacavém, Lisboa, DGPC, n.º 1, 2019;
- RODOLFO**, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2002;
- RODRIGUES**, Manuel Ferreira, *Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região da ria de Aveiro. 1864-1931*, Lisboa, FCG/FCT, 2010;
- ROLLO**, Maria Fernanda, “A industrialização em Portugal no pós-Guerra (1943-1973)” in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), coord. Fernando Rosas, vol. VII - *O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 450-471, sob o título “A industrialização e os seus impasses”;
- ROLLO**, Maria Fernanda, “Engenharia e História. Percursos Cruzados” in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, coord. J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002, pp. 31-57;
- ROLLO**, Maria Fernanda, “Portugal e o Plano Marshall. História de uma adesão a contragosto (1947-1952)” in *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), pp. 841-869;
- ROLLO**, Maria Fernanda, *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa nos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007;
- ROLLO**, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana, 1947-1952*, Lisboa, Estampa, 1994;
- ROSMANINHO**, Nuno, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006;
- SÁ**, Raquel, *Leprosaria Nacional Rovisco Pais (1947-1996). Enquadramento histórico, identificação tipológica, processos de reabilitação*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura, FA-UP, 2013;

SALVATORE, Silvia di, “Towards a modern Lisbon through the work of João Guilherme Faria da Costa for the Lisbon City Council (1938-1948)” in *DOCOMOMO*, n.º 55, 2016/2, pp. 9-15;

Sanitas. Portugal/Brasil, org. Carlos Alberto Soares e Luís Dourdil, Lisboa, Laboratório Sântas, 1954;

SANTOS, Pedro Pavão dos, *Jorge Segurado, um arquiteto moderno de casas e sonhos na República, Ditadura Militar e Estado Novo*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH-UNL, 2009;

SANTOS, Rui Afonso, “O design e a decoração em Portugal (1900-1994)” in *História da Arte Portuguesa*, 3.º vol., dir. Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 437-505;

SILVA, M. Santos, “Hospital-Colónia Rovisco Pais. Última leprosaria do continente português” in *Revista Portuguesa da Doença de Hansen*, vol. 1, n.º 3 (Set.- Dez.) 1962;

SILVA, Ricardo, *A Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto*, tese de doutoramento em Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura, Departamento Arquitetura, Universidade de Coimbra, vol. 1, 2013;

Sítios e Pousadas / Sites et “Pousadas” / Tourist Inns and Localities, ed. Vitorino Nemésio, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 1974;

SOARES, Luís Filipe da Silva, *O Palácio Nacional da Ajuda e a sua afirmação como Museu (1910-1981)*, tese de doutoramento em História da Arte, especialização em Museologia e Património Artístico, Lisboa, FCSH-UNL, 2016;

SOUTO, Maria Helena, “Design em Portugal” in *Enciclopédia Temática Portugal Moderno. Artes e Letras* (progr. e intr. de José-Augusto França), Lisboa, Portugal Moderno, 1991, pp. 98-117;

SOUTO, Maria Helena, “O Design Moderno em Portugal” in *Cadernos de Design*, Lisboa, Centro Português de Design, Ano um, n.º 2 (1992), pp. 17-29;

SOUTO, Maria Helena, *História do Design em Portugal*, Lisboa, IADE, 2009;

STEWART, Richard, *Design and British Industry*, Londres, J. Murray, 1987;

TAVARES, André, *Arquitetura Antituberculose: trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e a Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005;

TAVEIRA, Maria Amélia Simões da Mota Capitão, *Génese e Instalação da Junta de Energia Nuclear*, dissertação de mestrado em História e Filosofia da Ciência, especialidade de Epistemologia da Ciência, Lisboa, FCT-UNL, 2003;

The Politics of Furniture: Identity, Diplomacy, and Persuasion in Post-War Interiors, ed. Freddie Floré e Cammie McAtee, Nova Iorque, Routledge, 2017;

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP Publicações, 2002;

TOSTÕES, Ana, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada São Teotónio” in *Monumentos* n.º 12, Lisboa, DGEMN, Março 2000, pp. 53-57;

TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP, 1997;

VILLANUEVA Fernandez, Maria e **GARCÍA-DIEGO** Villarías Héctor, “El arquitecto y los inicios del diseño industrial em España” in *RITA* n.º 6, out. 2016, pp. 116-123;

VILLANUEVA Fernandez, Maria e **GARCÍA-DIEGO** Villarías Héctor, “Tecnología posible. El mobiliario como vehículo de modernización de la arquitectura española de los años 30” in *RITA* n.º 12, nov. 2019, pp. 90-97;

VILLANUEVA Fernandez, Maria e **GARCÍA-DIEGO** Villarías Héctor, “Uma aventura empresarial em um projeto integral: mobiliario del edificio Capitol, Luis M. Feduchi, 1931-33, in *Res Mobilis*, vol. 6, n.º 7, 2017, pp. 96-116;

VILLANUEVA Fernandez, Maria e **GARCÍA-DIEGO** Villarías, Héctor, “La silla del GATEPAC: um viaje colectivo de ida y vuelta” in *Arquiteturas en común*, n.º 11, Universidad de Sevilla, 2014, pp. 40-52;

VILLANUEVA Fernandez, Maria, *Equipar em Moderno: mobiliário de arquitectos españoles. 1925-1936*, dissertação de doutoramento, Universidade de Navarra, 2012 (excerto);

Documentos em linha

<https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/good-design.pdf>

<http://www.arquiteturasdasaude.pt/files/pdf/escolar.pdf>

https://www.isa.ulisboa.pt/files/id/antonio-da-camara/Antonio_Sousa_da_Camara_0.pdf

Sítios em linha

www.monumentos.gov.pt

www.arquitecturasdasaude.pt

www.adico.pt

www.memoriaparatodos.pt

Páginas

<http://arts.brighton.ac.uk/collections/design-archives/resources/rdis-at-britain-can-make-it,-1946>

<https://www.pressreader.com/portugal/jornal-de-neg%C3%B3cios/20170809/281500751346499>

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

<http://vivenciasmineiras.blogspot.com/2012/05/197-um-novo-plano-mineiro-nacional.html>

<https://www.portugal1914.org/portal/pt/memorias/historias/item/7790-americo-teixeira-martins-de-africa-a-franca-de-combatente-a-industrial-de-sucesso>